

Relatório
Anual
Consolidado
2015

Itaú Unibanco
Holding S.A.

Itaú



Índice

1

Contexto

A-04 Contexto Macroeconômico

A-08 Contexto do Itaú Unibanco Holding

A-11 Contexto deste relatório

2

Nosso perfil

A-15 Em números

A-17 Destaques de 2015

A-21 Nossa história

A-28 Nosso negócio

A-41 Pontos fortes competitivos

A-42 Nossas ações

3

Nossa governança

A-50 Nossas práticas

A-51 Estrutura da administração

A-67 Principais diferenças entre as práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos EUA

4

Nossa Gestão de Riscos

A-70 Fatores de Risco

A-77 Gerenciamento de Riscos e Capital

A-96 Ambiente Regulatório

5

Desempenho

A-114 Desempenho Financeiro

A-158 Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS)

6

Sustentabilidade

A-160 Performance sustentável

A-160 Materialidade

A-163 Temas materiais

A-164 Gestão e governança de sustentabilidade

A-165 Estratégia de sustentabilidade nos negócios

A-165 Riscos e Oportunidades Socioambientais

A-174 Educação Financeira

A-176 Diálogo e transparência

A-177 Engajamento dos *Stakeholders*

A-206 Meio Ambiente

7

Anexos

A-236 Sumário de conteúdos da GRI “de acordo” – Essencial

A-241 Relatório de Asseguração do Inventário de GEE

A-245 Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório

A-247 Informações estatísticas selecionadas

A-249 Taxas de câmbio

A-250 Considerações para Detentores de ADS

A-257 Controles e Procedimentos

A-258 Glossário

Neste Relatório identificamos os capitais mencionados em nosso Relato Integrado por meio dos ícones ilustrados abaixo:



Para saber mais sobre o nosso Relato Integrado consulte a página [A-176](#) deste Relatório.

1_Contexto

Conheça o cenário
macroeconômico e as nossas
estratégias que influenciaram os
nossos negócios em 2015.



Contexto



Contexto Macroeconômico

Contexto global

A crise de 2008 no mercado financeiro global afetou significativamente a economia mundial. A crise gerou: (i) recessão e aumento do desemprego nas principais economias do mundo; (ii) redução nos investimentos em escala global; (iii) redução na disponibilidade de crédito e liquidez; e (iv) retração geral nos volumes de transações nos mercados de capitais no mundo inteiro. A economia mundial e os mercados de crédito e de capital apresentaram substancial recuperação em relação a 2008, mas a condição dos mercados financeiros globais ainda está relativamente frágil.

A economia global está se recuperando da crise de 2008, mas o crescimento do PIB global ainda está abaixo do potencial. Como apresentaremos a seguir, o PIB real dos E.U.A. cresceu 2,4% em 2015 e a expectativa é de uma expansão a uma taxa de 2,6% em 2016 (de acordo com o *Survey of Professional Forecasters* do *Federal Reserve Bank of Philadelphia*). A Zona do Euro e o Japão ainda se esforçam para aumentar o modesto crescimento de suas economias. Na China, a economia está desacelerando e o crescimento em outros mercados emergentes tem sido lento.

O crescimento na Zona do Euro melhorou no segundo trimestre de 2013 e continuou em ritmo moderado em 2014 e 2015. Neste cenário, os países europeus atingiram relevante consolidação fiscal, e a confiança e as condições financeiras nesses mercados melhoraram quando comparadas com as dos últimos anos, criando condições para a manutenção desse crescimento moderado. Em janeiro de 2015, o Banco Central Europeu (BCE) respondeu à queda da inflação e às expectativas relacionadas a essa taxa anunciando um programa de afrouxamento quantitativo (além de cortes das taxas de juros e outras medidas introduzidas no segundo semestre de 2014), que incluiu a aquisição de €60 bilhões em ativos por mês, inclusive títulos governamentais. Em dezembro de 2015, a duração mínima do programa de afrouxamento quantitativo foi aumentada em seis meses, prazo que se estende até, no mínimo, março de 2017. Em março de 2016, o Banco Central Europeu aumentou a compra de ativos em um montante adicional de €20 bilhões por mês.

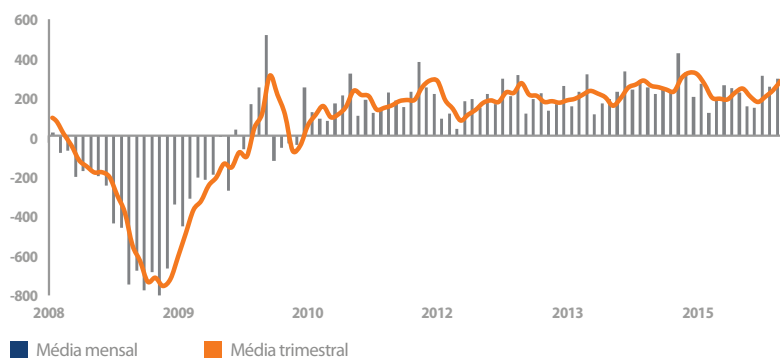
Considerando as medidas de políticas monetárias inéditas que vêm sendo implantadas pelos países desenvolvidos, desde 2008, há maior liquidez disponível para investimentos nos mercados emergentes, o que, por sua vez, impulsionou os preços dos ativos nesses mercados. Como a economia dos Estados Unidos continuou em recuperação e as perspectivas de crescimento continuam positivas, o *Federal Reserve* começou a aumentar os juros, conforme anunciado na reunião do *Federal Open Market Committee* (FOMC) de dezembro de 2015. Atualmente, a previsão do *Federal Reserve* é que deve ser apropriado continuar elevando gradualmente a faixa da taxa de juros pretendida.

Valores significativos de recursos financeiros foram retirados de investimentos nos mercados emergentes e outros investimentos de alto rendimento em antecipação a um gradual aperto monetário que provavelmente ocorrerá nos próximos anos. No entanto, estruturar uma retirada suave de recursos de investimentos nos mercados emergentes feitos em um período de liquidez extraordinária continua sendo um desafio para os próximos anos. Em nossa opinião, essa transição será provavelmente gradual, mas pode ainda resultar em uma maior volatilidade dos preços dos ativos nos mercados emergentes, podendo afetar nossos resultados operacionais.

O PIB real dos Estados Unidos cresceu 2,4% em 2015, de acordo com a estimativa do *Bureau of Economic Analysis*, agência do governo federal dos Estados Unidos, a mesma taxa de crescimento de 2014. A expansão econômica deve continuar a um ritmo moderado em 2016 (de acordo com o *Survey of Professional Forecasters* emitido pelo *Federal Reserve Bank of Philadelphia*), sustentada por uma demanda doméstica sólida. A demanda doméstica, por sua vez, deve ser sustentada por: (i) condições monetárias e financeiras acomodáticas; (ii) otimismo entre consumidores e empresários, de acordo com os dados de pesquisas de janeiro de 2016, publicadas pelo *The Conference Board* e pelo *Institute for Supply Management*, respectivamente; e (iii) um mercado de trabalho saudável, com um crescimento líquido médio de 229.000 empregos por mês em 2015 e uma redução da taxa de desemprego nos Estados Unidos para 5,0% em dezembro de 2015.

Criação de Empregos nos Estados Unidos

(sazonalmente ajustado, em milhares)



Fonte: Itaú Unibanco Holding and Bureau de Estatísticas do Trabalho (BLS) dos EUA



Na China, o PIB cresceu 6,8% no quarto trimestre de 2015, quando comparado ao mesmo período de 2014, em continuidade à tendência de desaceleração econômica. Os formuladores de políticas chinesas sinalizam reformas de médio prazo para melhorar a produtividade geral e parecem dispostos a aceitar o crescimento do PIB mais lento, porém mais equilibrado. A expectativa é que essas reformas ajudem no contínuo reequilíbrio do crescimento da economia chinesa, com participação menor do investimento e maior do consumo, embora ainda existam riscos de implantação. Um crescimento mais equilibrado significa que o crescimento da demanda por metais industriais pode continuar a desacelerar em um nível superior ao do crescimento econômico.

Contexto da América Latina

Na América Latina, as economias exportadoras de *commodities* continuam crescendo em um ritmo mais lento do que na década anterior, com os preços mais baixos das *commodities* prejudicando o investimento, a confiança e a renda nacional. O México não se beneficiou totalmente da recuperação da economia norte-americana e a queda nos preços do petróleo tem sido um obstáculo para a implantação da reforma energética no país. Os baixos preços do petróleo também afetaram o crescimento do PIB da Colômbia. Após um crescimento de 4,6% em 2014, o PIB da Colômbia subiu somente 3,1% em 2015. Um potencial acordo de paz com os líderes das FARC pode melhorar o ambiente de negócios na Colômbia nos próximos anos. Os baixos preços do cobre tiveram um impacto negativo sobre a economia chilena. Em 2015, o PIB do Chile cresceu apenas 2,1%.

Devido principalmente à depreciação cambial, a inflação foi alta na maior parte da América Latina, com os bancos centrais elevando as taxas de juros apesar do lento crescimento econômico. Além disso, a desaceleração econômica e a queda de receitas fiscais levaram alguns governos a cortar gastos.

No entanto, os sólidos fundamentos desenvolvidos na última década ajudaram Chile, Colômbia, Peru e México a evitar uma recessão.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento real do PIB em sete países da América Latina para 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, exceto quando de outra forma indicado.

(%)

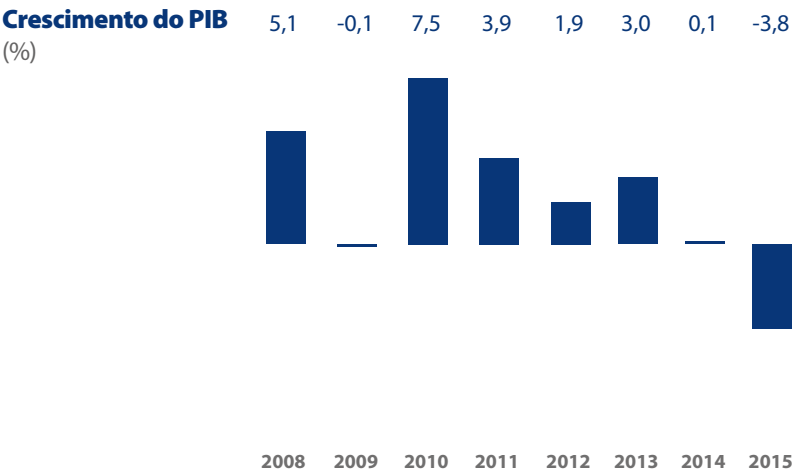
Crescimento Real do PIB	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Argentina ⁽¹⁾	1,8	(2,6)	3,6	(0,4)	5,0
Chile ⁽²⁾	2,1	1,9	4,2	5,5	5,8
Colômbia ⁽³⁾	3,1	4,6	4,9	4,0	6,6
México ⁽⁴⁾	2,5	2,1	1,4	4,0	4,0
Paraguai ⁽⁵⁾	3,0	4,4	14,2	(1,2)	4,3
Peru ⁽⁶⁾	3,3	2,4	5,8	6,0	6,5
Uruguai ⁽⁷⁾	1,0	3,5	5,1	3,3	5,2

(1) IGA* (Índice General de Actividad), uma aproximação do PIB. Fonte: OJF (Orlando J. Ferreres & Asociados S.A.).
(2) Fonte: Banco Central de Chile.
(3) Fonte: Banco de la República.
(4) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.
(5) Fonte: Banco Central del Paraguay.
(6) Fonte: Banco Central de Reserva del Perú.
(7) Fonte: Banco Central del Uruguay.

A desaceleração do crescimento econômico nos países desenvolvidos e a inflação e outras questões nos países em desenvolvimento, em particular na América Latina, podem impactar o nosso futuro crescimento no Brasil e em outras regiões onde operamos e, portanto, também sobre os resultados de nossas operações.

Contexto brasileiro

Na qualidade de banco brasileiro, cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. De 2004 a 2011, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia, com crescimento médio do PIB de aproximadamente 4,4% a.a., e que favoreceu o aumento dos empréstimos e depósitos bancários. Contudo, o PIB brasileiro desacelerou para 1,9% em 2012, 3,0% em 2013 e 0,1% em 2014, refletindo parcialmente um crescimento potencial menor. Em 2015, o PIB teve contração de 3,8%.

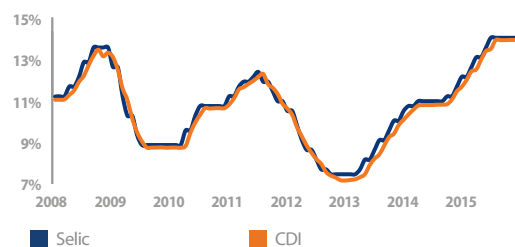


Fonte: Itaú Unibanco Holding and IBGE.

Em abril de 2013, o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de aperto monetário, elevando gradualmente a taxa de juros de referência, paga aos detentores de títulos emitidos pelo governo brasileiro e negociados por meio do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), de 7,25% em março de 2013 para 14,25% em julho de 2015, sem nenhuma mudança posterior. O recente aumento nas taxas de juros também resultou em um aumento da Taxa Referencial (TR), de aproximadamente 0,11% ao mês no final de julho de 2014 para cerca de 0,23% ao mês, no final de dezembro de 2015. Como proporção do PIB, o saldo de empréstimos bancários cresceu para 54,2% em dezembro de 2015, em comparação com 53,1% em dezembro de 2014.

Selic

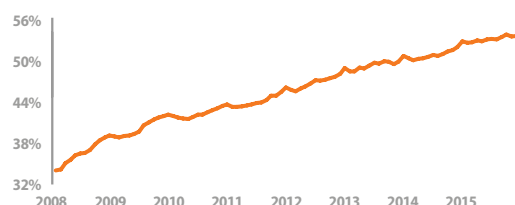
(Taxa de juros nominal)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central do Brasil

Crédito Total

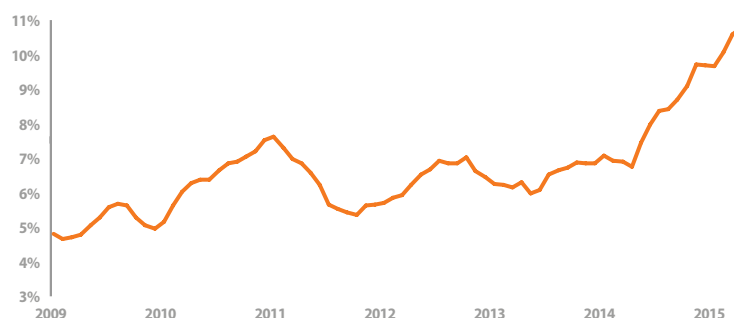
(em % do PIB)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central do Brasil

A inflação atingiu 10,7% em 2015 ante 6,4% em 2014. Os preços regulados pelo governo (como preços da energia elétrica, contas de água e esgoto e preços dos combustíveis) aumentaram 18,1% em 2015 em decorrência de uma redução nos subsídios do governo e dos impostos mais altos sobre alguns dos principais preços regulados.

Taxa de inflação em 12 meses (IPCA)



Fonte: Itaú Unibanco Holding and IBGE

O ciclo de aperto monetário implantado pelo Banco Central desde abril de 2013 impactou a atividade econômica doméstica. Se a inflação persistir ou o enfraquecimento da atividade econômica permanecer, a renda familiar poderá continuar a diminuir em termos reais. Em 2015, os salários reais caíram 3,7% em comparação com 2014, o que poderia resultar em elevação das taxas de inadimplência no sistema bancário brasileiro. A inadimplência no crédito às famílias aumentou de 3,7% em junho de 2015 para 4,2% em dezembro de 2015.

O resultado primário do setor público brasileiro continuou a tendência de queda em 2015. Os cortes nas despesas discricionárias e os aumentos nos impostos foram insuficientes para compensar a queda da arrecadação e o aumento das despesas obrigatórias. O saldo primário do setor público brasileiro terminou o ano em -1,9% do PIB (-0,9% excluindo o pagamento de despesas atrasadas) após um déficit de 0,6% do PIB em 2014. A redução do superávit primário, combinada com o recente aumento dos custos de financiamento da dívida do governo brasileiro, aumentou a pressão sobre a dívida pública. O panorama para 2016 continua difícil. A tendência de queda das receitas e de alta nas despesas obrigatórias deve continuar a frente, considerando que o programa de ajuste fiscal enfrenta desafios no Congresso Nacional. Esse cenário foi citado pela agência *Standard & Poor's* ao explicar sua decisão de rebaixar a nota da dívida soberana brasileira para o nível abaixo do grau de investimento, em 9 de setembro de 2015. A *Fitch* também rebaixou a nota da dívida soberana brasileira para grau especulativo em 16 de dezembro de 2015. Em 25 de fevereiro de 2016, a *Moody's* rebaixou a nota da dívida soberana brasileira para grau especulativo.

Além disso, o Brasil passou por muitas alterações regulatórias nos últimos anos, como mudanças nas regras de compulsório e de requerimento de capital para instituições financeiras, além de outras políticas macroprudenciais, como controle de capital. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#), e [seção Desempenho, item Depósitos Compulsórios no Banco Central](#) para maiores informações.

O saldo de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras caiu em 2015, em termos reais. Houve queda de 3,7% no saldo de crédito em 2015, ajustado pela inflação, contra uma expansão de 4,6% em 2014. As concessões recuaram 11,1% no acumulado de 2015 comparado a um declínio de 1,1% no acumulado de 2014. A inadimplência no crédito às famílias subiu 0,5 pontos percentuais em um ano, atingindo 4,2% em dezembro de 2015. A inadimplência nos empréstimos para empresas não-financeiras aumentou a partir de janeiro de 2015, alcançando 2,6% em dezembro de 2015 ante 1,9% em dezembro de 2014.

O Real depreciou em relação ao Dólar dos Estados Unidos, atingindo R\$ 3,96 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015, em comparação com R\$ 2,66 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2014. O fortalecimento do Dólar sobre as principais moedas do mundo e a queda nos preços das *commodities* representaram fatores importantes para a desvalorização do Real em relação ao Dólar. Incertezas econômicas e políticas, assim como o rebaixamento do *rating* soberano brasileiro para grau especulativo pela *Standard & Poor's* e pela *Fitch*, afetaram o mercado de câmbio do país. Na tentativa de conter a volatilidade excessiva, o Banco Central interviu no mercado de câmbio mediante a venda de derivativos de câmbio entre janeiro e março e em setembro de 2015.

De acordo com a revisão feita pelo Banco Central em sua metodologia de cálculo das contas externas brasileiras em março de 2015, o déficit em conta corrente brasileiro (saldo líquido do comércio de produtos e serviços e transferências internacionais) alcançou 4,3% do PIB em dezembro de 2014. Em dezembro de 2015, o déficit baixou para 3,3% do PIB. O Brasil mantém sua solvência externa com reservas internacionais no valor de US\$ 369 bilhões e dívida externa de US\$ 335 bilhões (números de dezembro de 2015).

As eleições gerais brasileiras realizadas em outubro de 2014, elegeram o presidente da República, senadores e representantes do Congresso Nacional, governadores e os poderes legislativos estaduais. Depois de deixar de ganhar por maioria no primeiro turno, Dilma Rousseff foi reeleita presidente do Brasil no segundo turno. As próximas eleições gerais acontecerão em outubro de 2018.

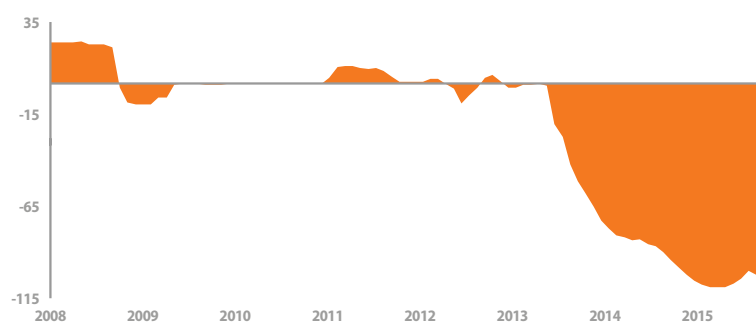
A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, a variação cambial e as taxas de juros no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011.

Taxa de câmbio nominal (R\$/US\$)



Fonte: Itaú Unibanco Holding and Banco Central.

Swaps cambiais do Banco Central (estoque, em bilhões de dólares)



Fonte: Itaú Unibanco Holding and Banco Central.

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Crescimento real do PIB ⁽¹⁾	(3,8)	0,1	3,0	1,9	3,9
Taxa de inflação – IGP-DI ⁽²⁾	10,7	3,8	5,5	8,1	5,0
Taxa de inflação – IPCA ⁽³⁾	10,7	6,4	5,9	5,8	6,5
Variação cambial (R\$/US\$) ⁽⁴⁾	49,0	13,4	14,6	8,9	12,6
TR (taxa de juros de referência) ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	2,19	1,01	0,53	0,00	1,07
CDI (taxa de juros interbancária) ⁽⁶⁾	14,14	11,51	9,78	6,94	10,87
Selic (taxa de juros overnight) ⁽⁶⁾	14,15	11,58	9,90	7,16	10,90
CDS soberano – 5 anos ⁽⁷⁾	505,0	203,0	192,0	107,5	160,5

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE.

(2) Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE.

(4) Fonte: Banco Central (taxas acumuladas no período), números positivos significam depreciação do Real.

(5) Fonte: Taxa referencial para o crédito imobiliário, publicada pelo Banco Central. Informação apresentada em % a.a., como em agosto de 2015.

(6) Fonte: Banco Central. Dados apresentados em porcentagem por ano.

(7) Fonte: Bloomberg (final do período). Swap de crédito (*Credit default swap* ou CDS) é uma medida do risco-país (pontos-base).

Contexto do Itaú Unibanco Holding GRI G4-1

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Felipe Gombossy

Pedro Moreira Salles

Presidente do Conselho de Administração

Caro acionista,

Nos últimos anos, nossa instituição foi capaz de gerar resultados consistentes e em patamares que superaram a cada período os recordes anteriores. Além da qualidade das nossas equipes, que trabalham em um ambiente orientado por uma cultura corporativa única e fundamentada na meritocracia, esse avanço pode ser explicado por decisões estratégicas que se mostraram acertadas, tais como o forte investimento em tecnologia, a adequação do nosso apetite de risco a cenários mais desafiadores, a diversificação das receitas, o foco na prestação de serviços e a busca obstinada da maior eficiência administrativa. Como consequência, o lucro do Itaú Unibanco foi de R\$ 12,6 bilhões em 2012; R\$ 16,4 bilhões em 2013; R\$ 21,6 bilhões em 2014; e R\$ 25,7 bilhões em 2015, demonstrando que as estratégias adotadas foram adequadas, mesmo em circunstâncias macroeconômicas bastante voláteis.

Apesar da forte redução do PIB brasileiro em 2015 e da projeção de nova queda expressiva no ano corrente, nós continuamos investindo e promovendo mudanças no banco para torná-lo cada vez mais simples, fácil de entender e capaz de atender seus clientes com qualidade e no momento em que eles precisam. Nesse sentido, ampliamos o número de agências digitais e desenvolvemos novos canais para os nossos milhões de clientes,

como aplicativos e mecanismos de comunicação para as mais diversas interfaces. Merece destaque a inauguração, no ano passado, do nosso novo *Data Center*, mais eficiente em consumo de energia e que será capaz de aumentar em 25 vezes nossa capacidade de processamento.

Também promovemos importantes avanços em relação à cultura corporativa da instituição, ao revisar o Nosso Jeito de Fazer com o objetivo de enfatizar as atitudes que serão definidoras no presente momento de nossa história e que deverão nortear as ações de todos diante dos novos desafios que se apresentam. As atitudes do Nosso Jeito procuram, entre outras coisas, estabelecer os elevados padrões que devemos adotar no relacionamento com clientes, colaboradores, acionistas, concorrentes, fornecedores, governos e com a sociedade em geral. Elas refletem o modo como pretendemos caminhar em direção à nossa visão: ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação de clientes.

No início de 2015, anunciamos uma mudança importante em nossa estrutura administrativa, que passou a ser composta por três diretores gerais e dois vice-presidentes. Com essa nova governança, além de preparar a organização para o processo sucessório de nosso CEO, Roberto Setubal, conquistamos mais uniformidade e rapidez nas decisões, criamos mais sinergia entre as equipes e aprimoramos o diálogo interno.

Na área internacional, merece destaque a fusão do Itaú Chile com o Corpbanca em 1º de abril de 2016, criando uma das instituições financeiras mais importantes da América Latina. O Itaú Corpbanca eleva nossa carteira de crédito no Chile da 7ª para a 4ª posição e nos coloca em 5º lugar na Colômbia.

No mercado de capitais ampliamos nossas recompras de ações preferencias em 2015 e, alinhado a isso, cancelamos 100 milhões de ações mantidas em tesouraria, garantindo aos acionistas o aumento de sua participação no lucro por ação da instituição. As recompras também são importantes para otimizar o uso do capital pelo banco e disponibilizar ações para os programas de remuneração de longo prazo de nossos executivos.

Convido todos a conhecerem mais sobre o Itaú Unibanco através da leitura deste relatório. Aqui falamos sobre nossa história, apresentamos detalhes das operações, estratégias, resultados e práticas de governança corporativa, sustentabilidade e gestão de riscos, dentre outros assuntos.

Desejo a todos uma boa leitura.

Cordialmente,

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente GRI G4-1



Roberto Setubal

Presidente Executivo & CEO

Prezado leitor,

O ano de 2015 foi marcado por grandes desafios no cenário político-econômico. Enquanto observamos movimentos de recuperação nas economias dos Estados Unidos e da Zona do Euro, o PIB brasileiro apresentou redução pelo segundo ano consecutivo.

Há alguns anos começamos a nos preparar para um cenário menos favorável, através de uma estratégia focada em: investimentos em tecnologia, apetite de crédito com menor perfil de risco, ampliação da nossa vocação como provedor de produtos de seguridade e serviços, assim como disciplina no controle dos custos operacionais e expansão internacional pela América Latina.

Essas decisões de médio e longo prazo nos permitiram ser hoje uma instituição mais eficiente e menos exposta aos riscos macroeconômicos no Brasil. Com disciplina e foco na execução dessa estratégia, a confiança de nossos clientes e os esforços de nossos colaboradores, conseguimos encerrar mais um ano com resultados recorde, nosso lucro líquido em 2015 atingiu R\$ 25,7 bilhões, com crescimento de 19,4% em relação a 2014. Nossa rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 24,8%. O lucro por ação cresceu adicionalmente 2,3%, em função de recompra em 2015 de 1,9% das ações próprias emitidas.

O valor adicionado à economia atingiu R\$ 59,5 bilhões, com aumento de 7,6% em relação ao ano anterior, distribuído entre colaboradores (30%), tributos (24%), reinvestimento dos lucros (34%), acionistas (10%) e alugueis (2%). Nosso índice de eficiência, que representa a relação entre custos e receitas do banco, atingiu 44,0%, com melhora de 3 pontos percentuais. O índice de Basileia foi de 17,8%, acima do exigido pelo Banco Central do Brasil e demonstrando solidez e disponibilidade de capital. Nossa carteira de crédito total expandida apresentou crescimento de 4,2% em 12 meses, alcançando R\$ 548,5 bilhões.

O ano de 2015 também foi marcado pelo trabalho contínuo para nos tornarmos cada vez mais um Banco Digital, ampliando o número de agências digitais para 94, um acréscimo de 63 em relação a 2014, e desenvolvendo novos canais para o cliente, como aplicativos e mecanismos de comunicação digital. No ano passado, 67% das transações realizadas no banco, equivalente a 8,9 bilhões de operações, foram provenientes de internet e celular. Além desta iniciativa, vale destacar: a inauguração do nosso novo *Data Center*, mais eficiente em consumo de energia e que aumentará em 25 vezes nossa capacidade de processamento; e a reformulação do nosso Comitê Executivo, que trouxe ainda mais agilidade nas decisões.

Na área internacional, no início do mês de abril deste ano, realizamos a fusão do Itaú Chile com o Corpbanca, originando o Itaú Corpbanca. Essa operação aumenta significativamente nossa presença na América Latina e representa um passo importante em nossa estratégia de regionalização do banco. Hoje, cerca de 13,1% dos nossos empréstimos são feitos para clientes na América Latina (exceto Brasil). Teremos nesses próximos 2 ou 3 anos o desafio de integrar essas operações. A organização resultante da fusão será uma das instituições mais robustas da América Latina e será beneficiada com ganhos de sinergia, menores custos de funding e uma rede maior de atendimento a clientes.

Esperamos novamente um cenário desafiador em 2016, assim vamos manter nossa estratégia de administrar riscos com muita cautela, manter elevado o nível de capitalização do banco, focar na eficiência das operações e na qualidade de atendimento.

Boa leitura a todos.

Cordialmente,

Roberto Setubal
Presidente Executivo & CEO

O banco feito para pessoas, mas sobretudo, por pessoas

Temos 91 anos de história, somos o maior banco privado da América Latina, em ativos totais, e estamos presentes em 19 países. Somos cada vez mais internacionais mas nossa origem é verde e amarela. Ela teve início com cinco pessoas que ousaram sonhar grande. Visionários que tinham compromisso com o negócio, com o país e, principalmente, com as pessoas. Desde sempre buscamos pensar à frente para promover mudanças positivas na vida delas e, por isso, colocamos a nossa estrutura, a nossa capacidade intelectual e tecnológica a serviço delas.

Em 1960, quando não se cogitava que a tecnologia um dia seria parte integrante de nossas vidas, nos norteamos pela visão de que ela seria a única forma para nos manter em movimento em um contexto de permanente transformação. Partimos do princípio que a tecnologia não era apenas para facilitar a atividade bancária, mas sim que ela seria o seu centro. Fruto disso, em 1970, o Itaú montou uma das quatro principais centrais de processamento de dados no Brasil. Na mesma década, o Unibanco foi o primeiro banco a adotar o sistema de processamento IBM 3600. E assim, com essa mentalidade, seguimos acompanhando a evolução do mundo.

Ao longo dos anos, repensamos nossas soluções, nossas agências bancárias, nosso modelo de atendimento e nossa forma de trabalho. Demos nossos passos colocando o cliente no centro da nossa operação, atuando para fortalecer a disponibilidade do banco e a experiência do cliente. Em 1983, por exemplo, implementamos o primeiro caixa eletrônico do país, e, em 1991, criamos o Banco 30 Horas, serviço pioneiro que tornou o banco disponível aos clientes por 30 horas: seis na agência e outras 24 pelo telefone.

Seguimos até hoje da mesma forma, olhando para frente e com foco nas pessoas. Em 2015, inauguramos o *Data Center* mais moderno do mundo no segmento bancário. Essa infraestrutura nos permite continuar crescendo nas próximas décadas, ampliando nossa capacidade de servir nossos clientes com mais qualidade, agilidade e segurança. Esta é a base que nos prepara para o futuro.

Hoje, mais de 67% das transações são feitas pelos canais digitais (internet e *mobile banking*). Esperamos crescer ainda mais em 2016. Esse é o

reflexo do comportamento das pessoas. Estamos nos preparando cada vez mais para atender também este novo perfil com excelência. A mesma excelência que nos acompanhou durante toda a nossa história.

O mundo está mudando cada vez mais rápido. Continuar atento às mudanças é nossa premissa, mas pensar sempre à frente do nosso tempo é o que vai garantir a nossa relevância para as pessoas. Temos o desafio constante de ser motor de transformação na sociedade, ser ágil e ter excelência no atendimento e na experiência onde quer que as pessoas estejam e queiram estar. Faz parte da nossa cultura. Porque para nós, só é bom para a gente se for bom para o cliente. Somos pessoas servindo pessoas. Somos mais de 90 mil pessoas que constroem esse banco todos os dias, pessoas que vão além, que constroem um banco cada vez mais relevante e transformador para todos que se relacionam com o Itaú Unibanco.

Estratégia de negócios

O nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios. As decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração são apoiadas pelo Comitê de Estratégia, que fornece dados e informações sobre assuntos estratégicos críticos. As atividades e as responsabilidades do Comitê de Estratégia vão desde a avaliação das oportunidades de investimentos e diretrizes orçamentárias até a emissão de pareceres e recomendações para o Conselho de Administração. O Comitê de Estratégia é apoiado pelo Subcomitê de Cenários Econômicos, que fornece dados macroeconômicos para subsidiar suas decisões. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Comitês do Conselho de Administração, Comitê de Estratégia](#) para mais informações.

Expansão das nossas operações no Brasil e no exterior GRI G4-9 | G4-23

Continuamos a examinar potenciais operações comerciais que possam gerar valor adicional para os nossos acionistas, no Brasil e no exterior. Em linha com a nossa estratégia de expansão na América Latina, e visando criar valor e um performance sustentável em 2015, a fusão do Itaú Chile com o CorpBanca foi aprovada pelas respectivas assembleias de acionistas e pelas autoridades regulatórias no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. Conforme estabelecido na emenda do Acordo de Transação de 2 de junho de 2015, a fusão entre Itaú Chile e CorpBanca ocorreu em 1º de abril de 2016.

Em março de 2015, celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. que visa à criação de uma aliança, pelo prazo de 20 anos, no mercado de soluções de pagamento no Brasil. Essa aliança irá operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual teremos determinados direitos de veto e aprovação. Essa aliança está sujeita à aprovação regulatória no Brasil.

Em agosto de 2014, reafirmando nosso compromisso com o mercado chileno e nossa visão de sermos o maior banco privado no mercado da América Latina – para dar continuidade ao acordo de associação celebrado em 2011 com a corretora de valores Munita, Cruzat & Claro S.A. Corredores de Bolsa – impetramos participação total na MCC Securities Inc., uma empresa prestadora de serviços financeiros e consultoria de investimentos baseada no Chile.

Em 2013, realizamos uma série de transações com o objetivo de expandir nossas operações no Brasil. Em dezembro desse mesmo ano, concluímos a aquisição da totalidade das ações do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios S.A. por aproximadamente R\$ 2,8 bilhões em dinheiro, incluindo a marca Credicard. Na América Latina, adquirimos o Citibank Uruguai em 28 de junho de 2013, incluindo as operações de cartões de crédito e de banco de varejo. Adicionalmente, para consolidar e expandir nossas operações na Europa, em 2013 concluímos a transferência da administração central e da sede da nossa unidade de Banco de Atacado na Europa por meio de uma fusão internacional do Banco Itaú BBA International, banco com sede em Portugal, com o Itaú BBA International plc (antigo Itaú BBA International Limited). Consulte a [seção Nosso Perfil, item Nossos Negócios, Nossos Negócios Internacionais, Itaú BBA International](#), para mais detalhes sobre os negócios do Itaú BBA International.

Foco nas receitas não decorrentes de juros

Estamos constantemente focados na venda de novos produtos e serviços que acreditamos agreguem valor a nossos clientes e que, ao mesmo tempo, possibilitam o crescimento de nossa receita de prestação de serviços. Esse aumento se deve principalmente ao crescimento da quantidade de pacotes e serviços vendidos. As novas contratações de pacotes de serviços de conta corrente, o ajuste de serviços fornecidos aos nossos clientes de renda mais alta – Uniclass – e os serviços fornecidos pela nossa unidade de negócios Itaú Empresas também contribuíram para esse crescimento.

Além disso, continuamos a nos concentrar no aumento das receitas de serviços securitários, operando com base no modelo de *bancassurance*, focado na comercialização de seguros massificados de pessoas e patrimoniais, amplamente comercializados pelo varejo bancário. Como parte dessa estratégia, em outubro de 2014 anunciamos a alienação da operação de seguros de grandes riscos para o grupo ACE e a rescisão antecipada dos acordos operacionais entre a Via Varejo S.A. e nossa controlada Itaú Seguros S.A., relativos à oferta de seguro de garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e das Casas Bahia.

Melhoria contínua da eficiência

GRI G4-9

Em 2010, estabelecemos um Programa de Eficiência com o objetivo de identificar, implantar e monitorar custos e receitas, além de promover uma forte cultura de eficiência operacional. Nos anos seguintes, nosso foco foi a redução de custos

desnecessários, promovendo a simplificação e a centralização de processos e descrições de cargos, promovendo ganhos de sinergia e combinando a administração de algumas unidades de negócios.

Em fevereiro de 2015, criamos a área executiva de Tecnologia e Operações com o objetivo de otimizar nossa estrutura de apoio ao crescimento do banco. Essa estrutura executiva nos permitirá organizar nossas operações de maneira mais simples e mais eficiente. Nosso compromisso é melhorar e simplificar operações, além de sermos mais eficientes em tudo que fazemos, visando a máxima satisfação do cliente.

Ao longo de 2015, aumentamos a número de agências digitais em resposta ao perfil dos nossos clientes, que inclui uma crescente demanda por serviços através de canais digitais. Os clientes das nossas agências digitais podem entrar em contato com seus gerentes de relacionamento entre as sete da manhã e a meia noite, de segunda a sexta-feira por meio de diversos canais digitais. Assim, podemos fortalecer nosso relacionamento com os clientes e aumentar a eficiência e a rentabilidade das nossas operações.

Manutenção da qualidade dos ativos na nossa carteira de crédito

Buscamos continuamente aprimorar nossos modelos de gestão de risco, nossas previsões econômicas e os modelos de cenários. Nos últimos três anos nosso foco voltou-se para a melhoria da qualidade de nossos ativos, por meio de maior seletividade na concessão do crédito e na alteração de nosso *mix* de produtos da carteira de crédito, com prioridade para a venda de produtos de risco mais baixo, como crédito imobiliário e empréstimo consignado, e a redução na originação de carteiras de risco mais elevado, como o de financiamento de veículos.

Desenvolvimento de fortes relações com os clientes com base em sua segmentação

Continuaremos a trabalhar na estratégia de segmentação e identificação das necessidades dos clientes, e na melhoria do relacionamento com nossa base de clientes, bem como aumentar a nossa penetração no mercado. Acreditamos que as nossas ferramentas e estratégias de segmentação de clientes proporcionam uma importante vantagem competitiva conquistada ao longo de mais de 25 anos. O nosso objetivo é satisfazer as necessidades financeiras dos clientes, por meio de uma ampla carteira de produtos, que inclui a venda cruzada de produtos bancários e securitários e a venda por meio de uma variedade de canais. Estamos focados em prestar os “melhores” serviços do mercado, para manter e aumentar a satisfação do cliente e aumentar a lucratividade da carteira.

Com o intuito de continuar aperfeiçoando nossa estratégia de segmentação, em 2015 agrupamos os segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo e criamos o segmento Banco de Varejo. Além disso, migramos nossas atividades de *Private Banking*, Gestão de Ativos e América Latina para o nosso segmento de Atacado. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 34 – Informações por Segmento](#), para maiores detalhes.

Contexto deste relatório

Esta edição reflete as mudanças estruturais e conceituais desde o nosso relatório anual de 2013, na busca por inovação, transparência e eficiência na apuração das informações e na comunicação com o público de interesse. Este relatório unifica o conteúdo dos principais relatórios confeccionados anualmente como o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida do Programa de Notas de Médio Prazo (Programa MTN). O Formulário 20-F, documento disponibilizado na Exchange Securities and Commission (SEC), nos E.U.A., foi a referência para o conteúdo do relatório aqui apresentado.

O Relatório Anual Consolidado descreve nossa estratégia, estrutura, atividades e operações, usando uma linguagem simples e direta para se tornar, acessível para todos os públicos que possam vir a consultar este relatório.

As informações apresentadas estão em linha com o Pronunciamento 13 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), uma iniciativa conjunta de entidades brasileiras que representam o mercado de capitais, cujo objetivo é melhorar a transparência e a divulgação de informações no mercado de capitais brasileiro.

O relatório reúne dados apurados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, apresentando a nossa estrutura corporativa e de negócios, governança e desempenho financeiro, dentre outros assuntos. O relatório também abrange informações sobre todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa do Itaú Unibanco Holding. Quaisquer potenciais alterações ou impactos sobre os dados coletados como resultado de certas transações, a aquisição ou venda de ativos ou outras alterações significativas para os negócios, serão sinalizados ao longo deste relatório. O Relatório Anual Consolidado está dividido nas seguintes seções: (i) Contexto; (ii) Nosso perfil; (iii) Nossa governança; (iv) Nossa gestão de risco; (v) Desempenho; e (vi) Anexos. **GRI G4-3 | G4-23 | G4-28 | G4-30**

A auditoria das nossas demonstrações contábeis, em *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS), conforme adotada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC).

Documentos disponibilizados

Estamos sujeitos às exigências de informações aplicáveis aos emissores privados estrangeiros previstas sob o aditamento à *U.S. Securities Exchange Act* de 1934. Dessa forma, somos obrigados a arquivar relatórios e outras informações na SEC, inclusive os relatórios anuais no Formulário 20-F e os relatórios no Formulário 6-K. Os relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC podem ser examinados e copiados nas instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549. Cópias dos materiais podem ser obtidas por correio, solicitando-as à *Public Reference Room* da SEC, em 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549, mediante o pagamento de taxas determinadas. O público pode obter informações sobre o funcionamento da *Public Reference Room* da SEC contatando a SEC nos Estados Unidos pelo telefone 1-800-SEC-0330. Além disso, a SEC mantém o website no endereço www.sec.gov,

onde é possível acessar esses materiais por meio eletrônico, inclusive este Relatório Anual e seus respectivos anexos. Também arquivamos demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), localizada à Rua Sete de Setembro, 111 – Rio de Janeiro – RJ – 20050-901 – Brasil. A CVM mantém um website no endereço www.cvm.gov.br.

Cópias de nosso Relatório Anual no Formulário 20-F estarão disponíveis para consulta, mediante solicitação, em nossos escritórios localizados à Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha 100, Torre Conceição, 9º andar – São Paulo – SP – 04344-902 – Brasil.

Os investidores podem receber uma cópia impressa deste Relatório Anual, inclusive das nossas Demonstrações Contábeis completas auditadas referentes ao último exercício fiscal, sem custo, solicitando uma cópia ao nosso Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail investor.relations@itau-unibanco.com.br, mencionando as informações para contato e o endereço completo. Comentários e sugestões em relação a este relatório podem ser enviados ao mesmo endereço eletrônico. **GRI G4-31**

Leitura deste Relatório

Neste relatório, os termos:

- **“Itaú Unibanco Holding”, “Grupo Itaú Unibanco”, “nós” ou “nosso”** referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. (anteriormente Banco Itaú Holding Financeira S.A.) e todas as suas controladas e coligadas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma; **GRI G4-17**
- **“Itaú Unibanco”** refere-se ao Itaú Unibanco S.A. (anteriormente Banco Itaú S.A.) com todas as suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Itaú BBA”** refere-se ao Banco Itaú BBA S.A. e suas controladas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **“Brasil”** refere-se à República Federativa do Brasil;
- **“Governo brasileiro”** refere-se ao Governo Federal da República Federativa do Brasil;
- **“Banco Central”** é o Banco Central do Brasil;
- **“CMN”** é o Conselho Monetário Nacional;
- **“CVM”** é a Comissão de Valores Mobiliários;
- **“Ações preferenciais”** e **“ações ordinárias”** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal;
- **“ADSS”** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal;
- **“R\$”, “Reais” ou “Real”** são **Reais**, a moeda oficial do Brasil; e
- **“US\$”, “Dólares” ou “Dólares dos EUA”** são Dólares dos Estados Unidos.

Adicionalmente, acrônimos utilizados repetidamente neste Relatório Anual, termos técnicos e expressões específicas do mercado serão explicados ou detalhados na [seção Anexos, item Glossário](#), assim como o nome completo de nossas principais controladas e outras entidades referenciadas neste relatório anual.

A data base para as informações quantitativas dos saldos apresentados neste Relatório Anual é 31 de dezembro de 2015 e, para os resultados, é o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, exceto quando indicado.

Nosso ano fiscal termina em 31 de dezembro e as alusões neste Relatório Anual a qualquer ano fiscal específico referem-se ao período de doze meses findo em 31 de dezembro daquele mesmo ano.

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram consolidadas ou à data deste documento, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde esse período.

Este relatório contém informações, incluindo dados estatísticos sobre determinados mercados e nossa posição competitiva. Exceto quando indicado de forma diferente, esta informação é retirada ou derivada de fontes externas. Indicamos o nome da fonte externa em cada caso específico, quando apresentados dados setoriais neste documento. Não podemos garantir a precisão das informações extraídas de fontes externas, ou em relação às estimativas internas de um terceiro que, utilizando métodos diferentes, poderia obter as mesmas estimativas que nós.

As informações contidas nos sites ou acessíveis através deles mencionadas neste relatório anual não fazem parte deste relatório, a menos que especifiquemos que são incorporadas por referência e fazem parte deste relatório. Todas as referências neste relatório aos websites são referências textuais inativas e apenas para informação.

Informações prospectivas

Este Relatório Anual contém informações que são ou podem constituir informações prospectivas, de acordo com o significado da Seção 27A da Lei das Sociedades por Ações de 1933 dos EUA, conforme alterada, e Seção 21E da Lei das Sociedades por Ações de 1934 dos EUA, conforme alterada. Tais informações prospectivas se baseiam, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas informações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio, e o desempenho dos mercados financeiros;
- Condições gerais econômicas e políticas no exterior e, em particular, nos países em que operamos;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Desdobramentos de investigações de grande visibilidade atualmente em curso e seu impacto nos clientes e na nossa exposição fiscal;
- Turbulências e volatilidades nos mercados financeiros globais;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Regulação e liquidação do nosso negócio de forma consolidada;
- Obstáculos para os detentores de nossas ações e ADSs receberem dividendos;

- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacionais e de segurança;
- Fortalecimento da concorrência e consolidação do setor;
- Alterações em nossas carteiras de crédito e no valor dos nossos títulos e valores mobiliários e derivativos;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes;
- Nossa exposição à dívida brasileira pública;
- Metodologias incorretas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização e reservas inadequadas;
- Eficácia de nossas políticas de gestão de risco;
- Danos à nossa reputação;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados;
- Efeitos de questões socioambientais; e
- Outros fatores de risco expostos na [seção Nossa Gestão de Risco, item Fatores de Risco](#).

As palavras “acreditar”, “poder”, “dever”, “estimar”, “continuar”, “prever”, “pretender”, “esperar” e semelhantes são usadas para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever informações prospectivas devido à novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste Relatório Anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas informações prospectivas.

Sobre nossas informações contábeis

Nossas demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste Relatório Anual, são preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações contábeis consolidadas referentes aos exercícios de 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, incluídas neste relatório, foram elaboradas em conformidade com o IFRS.

Usamos práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para o reporte aos nossos acionistas brasileiros, nos registros na CVM e para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras que atendem certos critérios, como o Itaú Unibanco Holding, deverão apresentar demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

[Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 34 – Informações por Segmento](#), para maiores detalhes sobre as principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

Nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2015 e 2014 e ao período de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2015, 2013 e 2012, foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no parecer incluído na [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro](#) deste relatório.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas](#), para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas na preparação de nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

2_Nosso perfil

Nossa cultura e nossos valores direcionam as nossas atitudes para uma atuação ética e transparente. Conheça nossa história, nossos negócios e nossos diferenciais competitivos.



Nosso perfil

GRI G4-9



Em números

Dados Financeiros Selecionados – IFRS

Os dados financeiros apresentados devem ser lidos em conjunto com a [seção Desempenho, item Resultados e Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#), contidos neste Relatório Anual.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas, referentes aos exercícios apresentados, elaboradas de acordo com o IFRS emitido IASB, salvo indicação contrária.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Ativos	Exercício findo em 31 de dezembro de,					Variação							
	2015	2014	2013	2012	2011	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%
Disponibilidades	18.544	17.527	16.576	13.967	10.668	1.017	5,8	951	5,7	2.609	18,7	3.299	30,9
Depósitos compulsórios no Banco Central	66.556	63.106	77.010	63.701	98.053	3.450	5,5	(13.904)	(18,1)	13.309	20,9	(34.352)	(35,0)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.525	23.081	25.660	23.826	27.821	7.444	32,3	(2.579)	(10,1)	1.834	7,7	(3.995)	(14,4)
Aplicações no mercado aberto	254.404	208.918	138.455	162.737	92.248	45.486	21,8	70.463	50,9	(24.282)	(14,9)	70.489	76,4
Ativos financeiros mantidos para negociação	164.311	132.944	148.860	145.516	121.889	31.367	23,6	(15.916)	(10,7)	3.344	2,3	23.627	19,4
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	642	733	371	220	186	(91)	(12,4)	362	97,6	151	68,6	34	18,3
Derivativos	26.755	14.156	11.366	11.597	8.754	12.599	89,0	2.790	24,5	(231)	(2,0)	2.843	32,5
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.045	78.360	96.626	90.869	47.510	7.685	9,8	(18.266)	(18,9)	5.757	6,3	43.359	91,3
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	42.185	34.434	10.116	3.202	3.105	7.751	22,5	24.318	240,4	6.914	215,9	97	3,1
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, líquidas	447.404	430.039	389.467	341.271	322.391	17.365	4,0	40.572	10,4	48.196	14,1	18.880	5,9
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	474.248	452.431	411.702	366.984	346.264	21.817	4,8	40.729	9,9	44.718	12,2	20.720	6,0
(-) Provisão para perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil	(26.844)	(22.392)	(22.235)	(25.713)	(23.873)	(4.452)	19,9	(157)	0,7	3.478	(13,5)	(1.840)	7,7
Outros ativos financeiros	53.506	53.649	47.592	44.492	40.254	(143)	(0,3)	6.057	12,7	3.100	7,0	4.238	10,5
Investimentos em empresas não consolidadas	4.399	4.090	3.931	3.005	2.544	309	7,6	159	4,0	926	30,8	461	18,1
Ágio	2.057	1.961	1.905	-	-	96	4,9	56	2,9	1.905	100,0	-	0,0
Imobilizado, líquido	8.541	8.711	6.564	5.628	5.358	(170)	(2,0)	2.147	32,7	936	16,6	270	5,0
Ativos intangíveis, líquido	6.295	6.134	5.797	4.671	3.825	161	2,6	337	5,8	1.126	24,1	846	22,1
Ativos fiscais	52.149	35.243	34.742	32.412	26.088	16.906	48,0	501	1,4	2.330	7,2	6.324	24,2
Bens destinados à venda	486	196	117	117	85	290	148,0	79	67,5	-	0,0	32	37,6
Outros ativos	11.611	13.921	12.142	9.923	7.357	(2.310)	(16,6)	1.779	14,7	2.219	22,4	2.566	34,9
Total do ativo	1.276.415	1.127.203	1.027.297	957.154	818.136	149.212	13,2	99.906	9,7	70.143	7,3	139.018	17,0
Ativos médios remunerados⁽¹⁾	1.070.450	955.416	882.472	784.686	721.686	115.034	12,0	72.944	8,3	97.786	12,5	63.000	8,7
Ativos médios não remunerados⁽¹⁾	115.596	97.526	83.025	70.758	69.134	18.070	18,5	14.501	17,5	12.267	17,3	1.624	2,3
Ativos médios totais⁽¹⁾	1.186.046	1.052.942	965.497	855.444	790.820	133.104	12,6	87.445	9,1	110.053	12,9	64.624	8,2

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a [seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial](#) para mais detalhes.

(em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Passivo	Exercício findo em 31 de dezembro de,					Variação							
	2015	2014	2013	2012	2011	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%
Depósitos	292.610	294.773	274.383	243.200	242.636	(2.163)	(0,7)	20.390	7,4	31.183	12,8	564	0,2
Captações no mercado aberto	336.643	288.683	266.682	267.405	185.413	47.960	16,6	22.001	8,2	(723)	(0,3)	81.992	44,2
Passivos financeiros mantidos para negociação	412	520	371	642	2.815	(108)	(20,8)	149	40,2	(271)	(42,2)	(2.173)	(77,2)
Derivativos	31.071	17.350	11.405	11.069	6.747	13.721	79,1	5.945	52,1	336	3,0	4.322	64,1
Recursos de mercados interbancários	156.886	122.586	111.376	97.073	90.498	34.300	28,0	11.210	10,1	14.303	14,7	6.575	7,3
Recursos de mercados institucionais	93.918	73.242	72.055	72.028	54.807	20.676	28,2	1.187	1,6	27	0,0	17.221	31,4
Outros passivos financeiros	68.715	71.492	61.274	50.255	44.119	(2.777)	(3,9)	10.218	16,7	11.019	21,9	6.136	13,9
Provisões de seguro e previdência privada	129.305	109.778	99.023	90.318	70.904	19.527	17,8	10.755	10,9	8.705	9,6	19.414	27,4
Passivos de planos de capitalização	3.044	3.010	3.032	2.892	2.838	34	1,1	(22)	(0,7)	140	4,8	54	1,9
Provisões	18.994	17.027	18.862	19.209	15.990	1.967	11,6	(1.835)	(9,7)	(347)	(1,8)	3.219	20,1
Obrigações fiscais	4.971	4.465	3.794	7.109	7.408	506	11,3	671	17,7	(3.315)	(46,6)	(299)	(4,0)
Outros passivos	25.787	23.660	20.848	19.956	18.625	2.127	9,0	2.812	13,5	892	4,5	1.331	7,1
Total do passivo	1.162.356	1.026.586	943.105	881.156	742.800	135.770	13,2	83.481	8,9	61.949	7,0	138.356	18,6
Capital social	85.148	75.000	60.000	45.000	45.000	10.148	13,5	15.000	25,0	15.000	33,3	0	0,0
Ações em tesouraria	(4.353)	(1.328)	(1.854)	(1.523)	(1.663)	(3.025)	227,8	526	(28,4)	(331)	21,7	140	(8,4)
Capital adicional integralizado	1.733	1.508	984	888	738	225	14,9	524	53,3	96	10,8	150	20,3
Reservas integralizadas	10.067	8.210	13.468	22.423	24.279	1.857	22,6	(5.258)	(39,0)	(8.955)	(39,9)	(1.856)	(7,6)
Reservas a integralizar	20.947	16.301	12.138	7.379	5.561	4.646	28,5	4.163	34,3	4.759	64,5	1.818	32,7
Resultado abrangente acumulado	(1.290)	(431)	(1.513)	1.735	26	(859)	199,3	1.082	(71,5)	(3.248)	(187,2)	1.709	6,573,1
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	112.252	99.260	83.223	75.902	73.941	12.992	13,1	16.037	19,3	7.321	9,6	1.961	2,7
Participações de acionistas não controladores	1.807	1.357	969	96	1.395	450	33,2	388	40,0	873	90,94	(1.299)	(93,1)
Total do patrimônio líquido	114.059	100.617	84.192	75.998	75.336	13.442	13,4	16.425	19,5	8.194	10,8	662	0,9
Total do passivo e patrimônio líquido	1.276.415	1.127.203	1.027.297	957.154	818.136	149.212	13,2	99.906	9,7	70.143	7,3	139.018	17,0
Passivos médios remunerados⁽¹⁾	875.904	793.069	738.535	649.026	572.622	82.835	10,4	54.534	7,4	89.509	13,8	76.404	13,3
Passivos médios não remunerados⁽¹⁾	203.376	169.247	148.215	130.293	150.813	34.129	20,2	21.032	14,2	17.922	13,8	(20.520)	(13,6)
Patrimônio líquido total médio⁽¹⁾	106.766	90.626	78.747	76.125	67.385	16.140	17,8	11.879	15,1	2.622	3,4	8.740	13,0
Passivo e patrimônio líquido total médio⁽¹⁾	1.186.046	1.052.942	965.497	855.444	790.820	133.104	12,6	87.445	9,1	110.053	12,9	64.624	8,2

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a [seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimonial](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Demonstração do resultado	Exercício Findo em 31 de dezembro de							Variação					
	2015	2014	2013	2012	2011	2015-2014	%	2014-2013	%	2013-2012	%	2012-2011	%
Produto Bancário	92.011	91.657	79.387	81.172	74.276	354	0,4	12.270	15,5	(1.785)	(2,2)	6.896	9,3
Perdas com Créditos e Sinistros	(21.335)	(15.801)	(14.870)	(21.354)	(16.072)	(5.534)	35,0	(931)	6,3	6.484	(30,4)	(5.282)	32,9
Margem Operacional	70.676	75.856	64.517	59.818	58.204	(5.180)	(6,8)	11.339	17,6	4.699	7,9	1.614	2,8
Despesas Gerais e Administrativas	(47.626)	(42.550)	(39.914)	(38.080)	(35.674)	(5.076)	11,9	(2.636)	6,6	(1.834)	4,8	(2.406)	6,7
Despesas Tributárias	(5.405)	(5.063)	(4.341)	(4.497)	(4.166)	(342)	6,8	(722)	16,6	156	(3,5)	(331)	7,9
Participação no Resultado de Empresas não Consolidadas	620	565	603	175	(113)	55	9,7	(38)	(6,3)	428	244,6	288	(254,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(8.965)	(7.209)	(7.503)	(7.716)	(6.956)	(1.756)	24,4	294	(3,9)	213	(2,8)	(760)	10,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.856	262	3.160	3.491	3.315	16.594	6.333,6	(2.898)	(91,7)	(331)	(9,5)	176	5,3
Lucro Líquido	26.156	21.861	16.522	13.191	14.610	4.295	19,6	5.339	32,3	3.331	25,3	(1.419)	(9,7)
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25.740	21.555	16.424	12.634	13.837	4.185	19,4	5.131	31,2	3.790	30,0	(1.203)	(8,7)
Lucro Líquido Atributível aos Acionistas não Controladores	416	306	98	557	773	110	35,9	208	212,2	(459)	(82,4)	(216)	(27,9)

(Em R\$, exceto número de ações)

Lucro e Dividendo por Ação	Exercício Findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Lucro básico por ação ⁽¹⁾⁽²⁾					
Ordinárias	4,30	3,58	2,73	2,10	2,30
Preferenciais	4,30	3,58	2,73	2,10	2,30
Lucro diluído por ação ⁽¹⁾⁽²⁾					
Ordinárias	4,28	3,56	2,72	2,09	2,29
Preferenciais	4,28	3,56	2,72	2,09	2,29
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽³⁾					
Ordinárias	1,24	1,22	1,03	1,00	0,97
Preferenciais	1,24	1,22	1,03	1,00	0,97
Média ponderada das ações em circulação – Básica ⁽¹⁾					
Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158	2.966.367.100	2.981.475.348
Média ponderada do número de ações em circulação – Diluída ⁽¹⁾					
Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais	2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093	2.990.932.862	3.009.859.433

(1) As informações por ação relacionadas a 2014, 2013, 2012 e 2011 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2015, 2014, 2013 e 2012, como apresentado.

(2) O lucro por ação foi calculado seguindo o método "duas classes" estabelecido pelo IAS 33 - Lucro por Ação. Consulte a [seção Itaú Unibanco, item Informações para o Investidor – História de Pagamento de Dividendos](#) para mais detalhes sobre nossas duas classes de ações. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 28 - Lucro por Ação](#) para mais detalhes sobre o cálculo do lucro por ação.

(3) Consulte a [seção Itaú Unibanco, item Informações para o Investidor – História de Pagamento de Dividendos](#) e [Nossa Gestão de Risco – Ambiente Regulador](#) para mais detalhes. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 21b – Patrimônio Líquido](#) para mais detalhes.

(Em US\$)

Lucro e Dividendo por Ação	Exercício Findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014 ⁽¹⁾	2013 ⁽¹⁾	2012 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação ⁽²⁾⁽³⁾					
Ordinárias	0,32	0,46	0,44	0,49	0,52
Preferenciais	0,32	0,46	0,44	0,49	0,52

(1) As informações por ação relacionadas a 2014, 2013, 2012 e 2011 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2015, 2014, 2013 e 2012 como apresentado.

(2) Nos termos da legislação societária brasileira, podemos pagar juros sobre patrimônio líquido como alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte a [seção Itaú Unibanco, item Informações para o Investidor – História de Pagamento de Dividendos](#) e [Nossa Gestão de Risco – Ambiente Regulador](#) para mais detalhes sobre juros sobre patrimônio líquido.

(3) Convertido de reais para dólares dos Estados Unidos pela taxa de câmbio de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou os juros sobre patrimônio líquido foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Índices consolidados selecionados

(%)

Liquidez	Exercício Findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Empréstimos e arrendamento mercantil como porcentagem do total de depósitos ⁽¹⁾	162,1	153,5	150,0	150,9	142,7
Patrimônio líquido total como porcentagem do total dos ativos ⁽²⁾	8,9	8,9	8,2	7,9	9,2

(1) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício divididas pelo total de depósitos no final do exercício.

(2) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total de ativos no final do exercício.

Destaques de 2015

GRI G4-13 | G4-23

Eventos societários e parcerias

Aliança com MasterCard no mercado de soluções de pagamento no Brasil

Em 13 de março de 2015, por meio de nossa subsidiária Itaú Unibanco S.A., celebramos um contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil (Aliança Estratégica).

Pelo prazo de 20 anos da Aliança Estratégica, o Itaú Unibanco e a MasterCard irão operar uma nova rede de pagamentos eletrônicos, por meio de uma sociedade controlada pela MasterCard, na qual o Itaú Unibanco terá determinados direitos de veto e de aprovação. Essa nova rede de pagamentos eletrônicos irá operar sob uma bandeira de aceitação nacional e internacional.

Nossos objetivos ao criar a Aliança Estratégica são: (i) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (ii) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (iii) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia da Aliança Estratégica está sujeita à satisfação de algumas pré-condições, inclusive a aprovação das autoridades regulatórias brasileiras como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em 26 de janeiro de 2016, a Superintendência Geral do CADE determinou que a transação abrange aspectos de concorrência de mercado que exigem uma decisão final do Tribunal do CADE.

Itaú CorpBanca

Em 2 de junho de 2015, o Itaú Unibanco Holding e sua subsidiária, o Banco Itaú Chile, assinaram um aditamento ao acordo datado de 29 de janeiro de 2014, segundo o qual eles acordaram, entre outros aspectos: (i) permitir que o CorpBanca distribua aos seus acionistas dividendos correspondentes a (a) CLP\$ 239.860 milhões durante o exercício de 2015 (equivalentes a aproximadamente US\$ 395 milhões) e (b) uma importância equivalente a UF 124.105 (unidades de fomento – unidade de valor chilena indexada ajustada diariamente para refletir a inflação dos meses anteriores no Chile) (equivalentes a aproximadamente US\$ 5 milhões) ao mesmo tempo em que distribuísssem os lucros gerados durante o exercício de 2015 e (ii) reduzir o valor dos dividendos que seriam pagos aos acionistas do Banco Itaú Chile com relação ao lucro distribuível

referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em CLP\$ 16.399 milhões (equivalentes a aproximadamente US\$ 27 milhões).

Na última semana de junho de 2015, o Banco Itaú Chile e o CorpBanca realizaram suas assembleias, nas quais os acionistas representantes de mais de dois terços do capital de cada um dos bancos aprovaram a fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca, assim como as novas disposições sobre dividendos acordadas no aditamento ao acordo. Em 4 de setembro de 2015, a última aprovação regulatória pendente, da Superintendência de Bancos e Instituciones Financieras, foi obtida. A fusão foi consumada em 1º de abril de 2016 e a entidade resultante – Itaú CorpBanca – sucedeu Banco Itaú Chile com respeito a todos os seus ativos, passivos, direitos, obrigações e licenças.

Aquisição de ações da ConectCar

Em 21 de outubro de 2015, nossa subsidiária Redecard S.A., ou REDE, assinou um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual se comprometeu a adquirir 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., ou ConectCar, por meio do pagamento de R\$ 170 milhões à *Odebrecht Transport S.A.* Os 50% remanescentes do capital social da ConectCar são detidos pela Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A.

A ConectCar é uma empresa que presta serviços de intermediação para pagamentos automáticos de taxas de pedágio, estacionamento e combustível. Em outubro de 2015, ocupava o segundo lugar entre as maiores empresas do setor.

Em 9 de novembro de 2015, o CADE aprovou a transação sem restrições e, conforme publicado no Diário Oficial, em 23 de dezembro de 2015, a operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

O fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016, após o atendimento de certas condições precedentes comuns em operações similares. Consequentemente, a REDE e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. assumiram o controle conjunto da ConectCar.

Recovery

Em dezembro de 2015, por meio da nossa subsidiária Itaú Unibanco, celebramos um contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A., ou BTG, por meio do qual o Itaú Unibanco comprometeu-se a adquirir, direta ou indiretamente, a totalidade da participação do BTG na *Recovery* do Brasil Consultoria S.A. (*Recovery*), equivalente a 81,94% do capital social da empresa, pelo valor de R\$ 640 milhões.

O contrato também contemplou a aquisição, pelo Itaú Unibanco, direta ou indiretamente, de 70% da carteira de R\$ 38 bilhões (valor de face) em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras, detidos pelo BTG, pelo valor de R\$ 570 milhões.

Fundada na Argentina em 2000 e presente no Brasil desde 2006, a *Recovery* é líder de mercado na gestão e administração de carteiras de crédito renegociadas. As atividades de recuperação consistem na prospecção e avaliação de carteiras, operações estruturadas, e na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da *Recovery* consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

A *expertise* da *Recovery* e de sua equipe de gestão na prestação de serviços de recuperação de créditos em atraso otimizará a operação do Itaú Unibanco, o que, em conjunto com a continuidade na prestação de serviços para terceiros, resultará em um maior potencial de crescimento para as atividades da *Recovery*.

Em 31 de março de 2016, o Itaú Unibanco concluiu a operação de aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery, sendo 81,94% do BTG e 7,14% de outros acionistas, e de aproximadamente 70% de um portfólio de R\$ 38 bilhões (valor de face) em direitos creditórios de titularidade do BTG.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2015, recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram para fortalecer nossa reputação. Algumas das nossas principais conquistas e importantes prêmios estão listados a seguir:

Latin American 9th Excellence in Best Practices Awards (Frost & Sullivan) – Em janeiro de 2015, a Frost & Sullivan, consultoria internacional de inteligência de mercado, nos elegeu a empresa vencedora da categoria “Brazilian Competitive Strategy Innovation and Leadership Award The Future of Mobility”. Em sua nona edição, o prêmio reconhece as companhias que mais se destacaram no mercado latino americano por seu desempenho e excelência em áreas como liderança, inovação tecnológica, serviço ao cliente e desenvolvimento de produtos.

Brill Awards for Efficient IT (Uptime Institute) – Em fevereiro de 2015, o nosso projeto “Transforming Data Center – Virtualization”, foi eleito o vencedor da categoria “IT Efficiency – Latin America” na segunda edição do prêmio Brill Awards for Efficient IT. O reconhecimento é concedido pelo Uptime Institute, um consórcio de empresas que se dedicam a educação, consultoria, conferências, seminários e emissão de certificados voltados para a indústria de Data Centers.

BeyondBanking Awards (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) – Em março de 2015, o nosso Relatório Integrado referente a 2013 foi um dos projetos vencedores na quinta edição do prêmio beyondBanking Awards, celebrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O reconhecimento foi obtido na categoria “clearBanking”, que contempla práticas bem sucedidas adotadas por instituições financeiras da América Latina e Caribe em gestão de riscos, transparência e governança corporativa.

Índice Brasileiro de Satisfação do Cliente (ACSI – American Customer Satisfaction Index) – No mês de abril de 2015, a Escola de Comunicações e Artes da USP apresentou o resultado da pesquisa CSI (Índice Brasileiro de Satisfação do Cliente) de 2014. Entre os bancos de varejo, fomos o mais conceituado na opinião dos consumidores. A avaliação foi feita por meio da metodologia ACSI (American Customer Satisfaction Index), utilizada nos E.U.A. há 21 anos e aplicada em mais de 15 países.

Efinance (Revista Executivos Financeiros) – Em junho de 2015, conquistamos o prêmio na categoria “Mainframe” como case “Qualidade de Crédito”. O prêmio Efinance destaca as mais inovadoras soluções, implementações e aplicativos na área de TI e Telecom das instituições financeiras.

Prêmio ABEMD (ABEMD – Associação Brasileira de Marketing Direto) – Conquistamos o troféu de ouro na categoria “Programa – BtoE” com o case “Campeonato Craques Itaú Unibanco”. Em sua 21ª edição, o Prêmio ABEMD reconhece as melhores iniciativas em marketing direto nos quesitos Criação, Estratégia e Resultados.

Prêmio Conciliar é Legal (Conselho Nacional de Justiça (CNJ)) – Em maio de 2015, fomos vencedores do Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria Sociedade Civil. Este é o 5º ano da iniciativa que reconhece as boas práticas de empresas, órgãos públicos e universidades que adotam métodos alternativos de solução de conflitos em todo o país. O projeto do banco consistiu em um novo modelo de gestão do contencioso do nosso Jurídico, com foco na redução de ações na Justiça e no fortalecimento do diálogo com o consumidor.

Global 2000 (Revista Forbes) – Em maio de 2015, o ranking Global 2000, que reúne as duas mil empresas mais valiosas do mundo segundo a revista Forbes, nos listou como a maior companhia do Brasil e a 42ª maior do planeta. Entre os bancos regionais, aparecemos como o 5º maior. Em sua 13ª edição, o estudo avalia o faturamento, lucros, ativos e valor de mercado para listar quais são as mais valiosas companhias listadas em bolsa.

Prêmio Inovação Brasil 2015 (Valor Econômico) – Fomos eleitos, em julho de 2015, a empresa mais inovadora do Brasil dentro do segmento “Serviços Financeiros”. Também conquistamos a 9ª colocação geral no estudo, que contou com a participação de 130 companhias brasileiras com faturamento superior a R\$ 750 milhões e participação de capital privado de, no mínimo, 5%. O ranking foi elaborado em conjunto com a consultoria Strategy&, que há mais de dez anos publica pesquisas sobre o tema.

Melhores e Maiores da Exame (Revista Exame) – Em julho de 2015, conquistamos a primeira colocação entre os 200 maiores grupos empresariais do país. A pesquisa também nos aponta como o maior banco por patrimônio do Brasil e da América Latina. Com 40 anos de tradição, o *ranking* é considerado um dos maiores e mais respeitados estudos do ambiente de negócios.

Época Negócios 360° (Revista Época Negócios) – Em agosto de 2015, fomos o grande vencedor da 4ª edição do anuário *Época Negócios 360°*. Fomos eleitos a empresa do ano e conquistamos também o prêmio máximo na categoria setorial Bancos. O guia é realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, que faz uma avaliação completa das maiores empresas do país considerando as dimensões: desempenho financeiro, governança corporativa, práticas de recursos humanos, inovação, visão de futuro e responsabilidade socioambiental.

Prêmio CONAREC (Congresso Nacional das Relações Empresa Cliente) – Em agosto de 2015, fomos o vencedor na categoria Bancos do prêmio CONAREC (Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente), quer e conhece as melhores operações de centros de atendimento ao cliente, fornecedores de tecnologia e profissionais do setor.

Empresa Mais Sustentável – Em setembro de 2015, obtivemos o reconhecimento de Empresa Mais Sustentável do ano no Prêmio Época 360°, promovido pela Revista *Época Negócios*, que avalia a gestão de performance sustentável das empresas no país. Nesse mesmo mês, também recebemos um destaque entre as empresas ganhadoras do *Euromoney Awards*, um dos prêmios mais importantes da Europa organizado pela Revista *Euromoney*, como exemplo de responsabilidade corporativa e social (CSR) na América Latina.

Marcas Mais (O Estado de S. Paulo e Troiano Branding) – Em setembro de 2015, conquistamos a 1ª colocação entre os bancos no estudo Marcas Mais, uma publicação inédita do Estadão em parceria com a Troiano Branding. A pesquisa, que contou com a participação de 2.500 entrevistados, avalia com profundidade o engajamento dos consumidores com as marcas.

Valor 1000 (Valor Econômico) – Conquistamos a liderança nos seguintes *rankings* do anuário: “20 maiores em patrimônio líquido”, “20 maiores em lucro líquido” e “20 com melhor resultado operacional sem a equivalência patrimonial” em agosto de 2015. Em sua 15ª edição, o *Anuário Valor 1000* traz o *ranking* das mil maiores empresas por receita líquida, com base no balanço IFRS referente ao ano anterior.

As empresas mais admiradas do Brasil (Carta Capital) – Em outubro de 2015, conquistamos a 1ª colocação no segmento “Bancos de Varejo” na 18ª edição da pesquisa promovida pela revista Carta Capital. Na classificação geral – em que independe o setor –, conquistamos a 5ª posição.

Anunciante do Ano – Prêmio Caboré 2015 (Meio & Mensagem) – Em novembro de 2015, conquistamos pela 5ª vez o Prêmio Caboré como Anunciante do Ano, e continuamos como o maior vencedor do prêmio nesta categoria. Criado em 1980, pelo jornal *Meio & Mensagem*, o Prêmio Caboré é considerado o maior prêmio da propaganda brasileira e consagra os principais profissionais e empresas que contribuem para o desenvolvimento da indústria da comunicação no Brasil.

Prêmio Aberje (Aberje) – Conquistamos em novembro de 2015 diversas premiações na edição 2015 do Prêmio Aberje, tanto na etapa regional quanto na nacional. Os projetos vencedores foram “90 anos do Itaú Unibanco” na categoria “Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial” e “Mobilidade Urbana no Itaú: uma causa além das laranjinhas” na categoria “Comunicação e Relacionamento com Organizações Governamentais”. Já na etapa regional, o destaque foi o case “O gibi da memória – a história dos 90 anos do Itaú Unibanco contada em quadrinhos”.

DatacenterDynamics Awards (DatacenterDynamics) – Em novembro de 2015, conquistamos o prêmio na categoria “Melhor Projeto de Transformação em *DataCenter*”, como case “Itaú Unibanco: Transformando um *DataCenter* em Ambiente de Densidade de Potência”. Em sua 5ª edição no Brasil, o *DatacenterDynamics Awards* reconhece a inovação, liderança e forma de pensar diferenciada na indústria nacional de *data centers*.

Euromoney Cash Management Survey 2015 (Revista

Euromoney) – Conquistamos em novembro de 2015 o prêmio na categoria “*Best cash manager in Brazil*”. Para eleger os vencedores, a *Euromoney* realiza uma pesquisa com instituições de grande, médio e pequeno porte em mais de 60 países.

Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking –

Em 2015, pelo 3º ano consecutivo, lideramos o *ranking* do estudo *Company Reporting IFRS Annual Report Benchmarking*, um relatório que analisa de forma independente, técnica e aprofundada as demonstrações financeiras divulgadas pelas companhias e seus concorrentes. Nosso relatório foi destacado pela apresentação contínua de informações financeiras, em linha com os requisitos regulamentares, e cuja qualidade é considerada superior quando comparadas aos nossos pares locais e internacionais.

IR Magazine Awards Brazil 2015 – promovida pela

IR Magazine e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), a premiação elege, por meio de uma pesquisa independente da Fundação Getulio Vargas

(FGV) com administradores de carteiras e analistas de investimentos, as empresas brasileiras com melhores práticas de Relações com Investidores. Neste ano, fomos reconhecidos em três categorias:

- Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro;
- Melhor uso de tecnologia (*large cap*); e
- Melhor Relatório Anual.

2015 Latin America Executive Team Rankings – Promovida pela Revista *Institutional Investor*, fomos reconhecidos em 9 de 11 categorias:

- Melhor Relações com Investidores; no *buy-side* e no *sell-side*;
- Melhor CEO, no *buy-side* e no *sell-side*;
- Melhor CFO no *buy-side*;
- Melhor Profissional de Relações com Investidores: 1º lugar no *buy-side* e no *sell-side* e 2º lugar no *buy side*; e
- Melhores encontros de Relações com Investidores.

Acontecimentos Recentes

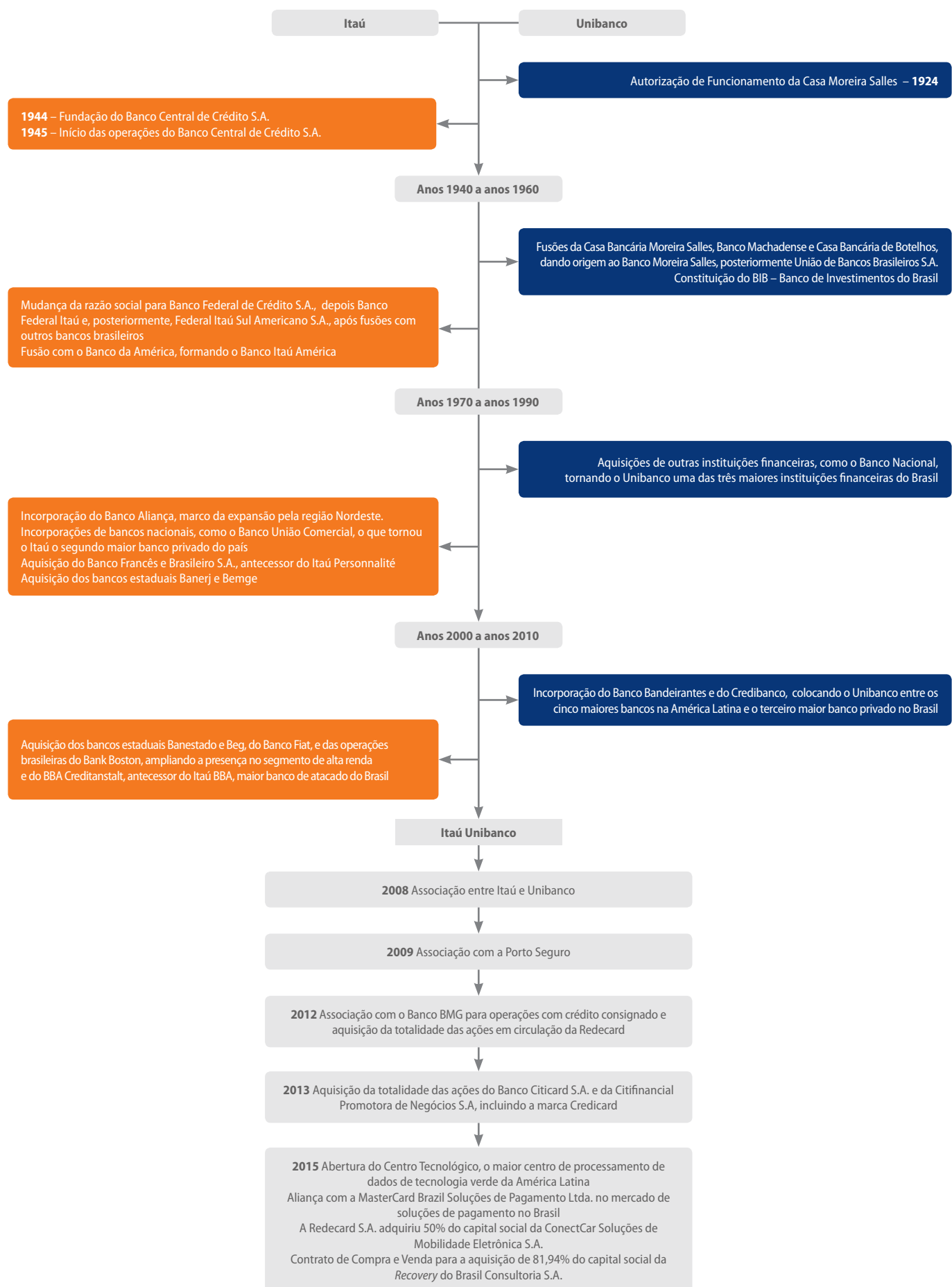
Gestora de Inteligência de Crédito

Em 21 de janeiro de 2016, anunciamos que a nossa subsidiária Itaú Unibanco assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito, ou GIC. A GIC será estruturada como uma sociedade por ações e o seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% do capital social. O conselho de

administração será formado por membros indicados pelas partes do Memorando de Entendimentos e seus executivos irão se dedicar exclusivamente aos negócios, preservando a natureza independente da gestão da GIC. A implementação técnica da GIC será realizada juntamente com a *LexisNexis® Risk Solutions FL Inc.*, parceira técnica selecionada para desenvolver e implementar a plataforma técnica e analítica da GIC, por meio de um contrato de prestação de serviços. A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, inclusive a aprovação das autoridades regulatórias competentes no Brasil.

Nossa história

Linha do tempo



Nossa história remonta a 1924, quando a Casa Moreira Salles, fundada por João Moreira Salles em Poços de Caldas, Minas Gerais, recebeu a carta patente emitida pelo governo brasileiro, que permitia o funcionamento do banco como um agente bancário, ou seja, como correspondente dos bancos principais. Essa instituição tornou-se o Unibanco.

Já o Itaú nasceu cerca de duas décadas depois, em 1945, quando Alfredo Egydio de Souza Aranha, empresário do setor têxtil, e seu parceiro Aloysio Ramalho Foz fundaram o Banco Central de Crédito S.A., localizado no centro de São Paulo.

João Moreira Salles foi transferindo gradualmente a gestão da Casa Moreira Salles para o seu filho Walther Moreira Salles, que assumiu o banco em 1933, enquanto ainda era estudante de Direito. Em 1959, Alfredo Egydio transferiu a gestão para o seu sobrinho Olavo Setubal, que contava com o apoio do genro do fundador, Eudoro Villela, neste novo empreendimento.

No decorrer de suas histórias individuais, o Itaú e o Unibanco demonstraram ter vários atributos em comum, como a preocupação com a ética e transparência nos negócios, adesão à lei e valorização dos colaboradores. As duas organizações também compartilham a mesma proximidade com seus clientes, resultante do entendimento de suas necessidades e do cenário econômico, permitindo assim que as instituições apoiem a expansão dos negócios por meio de serviços inovadores.

Pioneiras na divulgação do uso de tecnologia para o processamento de operações e serviços bancários oferecidos aos clientes, fizeram investimentos pesados na automação e no suporte de modernos centros operacionais. Além disso, a expansão da base de fusões, de aquisições e de incorporações é outra característica constante observada na evolução dos dois bancos.

Outro elemento comum às duas instituições é o incentivo às artes e cultura e à responsabilidade social e ambiental que são representadas, atualmente, pelo Instituto Moreira Salles e Instituto Itaú Cultural e, no âmbito social, pela Fundação Itaú Social e Instituto Unibanco.

Depois de nove décadas de história, continuamos a seguir os princípios e valores daqueles que estabeleceram as bases do que somos e, assim como eles, permanecemos focados no futuro para construir um mundo melhor para as futuras gerações. Por este motivo, a sustentabilidade é um conceito que permeia a nossa organização e está disseminado na nossa cultura.

Hoje somos um dos maiores bancos do mundo com operações internacionais e bases sólidas na América Latina. Nosso compromisso com o Brasil nos leva a atuar como agente de transformação da sociedade, trabalhando para grandes causas, como a cultura, a educação, os esportes e a mobilidade urbana, buscando sempre o bem comum e o desenvolvimento do país.

Nossa Visão GRI G4-56

Nosso objetivo é ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes. Para nós, desenvolvimento sustentável significa gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e a sociedade, garantido a perenidade dos negócios.

Nossa Cultura GRI G4-56

Um dos grandes desafios da fusão do Itaú e Unibanco foi disseminar a nova cultura corporativa, respeitando a história das duas instituições, ambas diferentes e únicas.

Desde a fusão, tivemos sucesso ao desenvolver uma cultura corporativa sólida, o Nosso Jeito de Fazer, que foi essencial para alcançarmos resultados significativos e estabelecermos o nosso diferencial no mercado. Hoje, passados cinco anos, alcançamos outro patamar, no qual precisamos enfatizar um conjunto de atitudes. O Nosso Jeito, composto por sete atitudes, forma a nossa cultura e é através da sua prática que nos tornaremos o banco líder em performance sustentável e satisfação do cliente.

Nosso Jeito

1_só é bom para a gente se for bom para o cliente_

2_fanáticos por performance_

3_gente é tudo pra gente_

4_o melhor argumento é o que vale_

5_simples. sempre_

6_pensamos e agimos como donos_

7_ética é inegociável_

Várias iniciativas reforçam a prática dessas atitudes por nossos colaboradores. Elas incluem (i) eventos relacionados à cultura corporativa como a reunião de gestores no Encontro entre Líderes e o Prêmio Walther Moreira Salles; (ii) atitudes comportamentais incorporadas à nossa avaliação de desempenho de colaboradores, são decorrências diretas e resultados palpáveis das atitudes do Nosso Jeito e (iii) campanhas veiculadas pelos nossos canais de comunicação.

Em 2015, o Encontro entre Líderes foi realizado com um público local superior a 5.700 líderes do Itaú Unibanco Holding, além de 3.700 via telepresença. No evento, Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal apresentaram informações sobre os nossos resultados, o contexto econômico atual e de nossos negócios, além de discorrerem sobre como estamos nos preparando para enfrentar os novos desafios. Nossa cultura serviu como pano de fundo para toda a apresentação, incorporando tudo o que já alcançamos e para onde queremos ir. Depois do

Encontro entre Líderes, os participantes receberam a tarefa de divulgar as principais mensagens de acordo com a nossa visão e a nossa cultura corporativa.

O encontro é realizado anualmente desde 2010 e tem como meta alinhar a liderança da organização e a nossa estratégia, segundo a crescente demanda do mercado, garantindo o comprometimento e o engajamento contínuo dos nossos colaboradores.

Colaboradores **GRI G4-LA1 | G4-DMA Emprego**

O número de colaboradores do Grupo Itaú Unibanco decresceu em 2015, em comparação a 2014, passando de 93.175 para 90.320. Essa redução é reflexo da rotatividade natural. **GRI G4-9**

Apresentamos nas tabelas a seguir o número total de colaboradores, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, segmentados por região (Brasil e exterior) e unidade operacional:

Colaboradores (Brasil e exterior)	Em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
No Brasil	83.481	86.192	88.783	(2.711)	(3,1)%	(2.591)	(2,9)%
Exterior	6.839	6.983	6.913	(144)	(2,1)%	70	1,0%
Argentina	1.607	1.679	1.696	(72)	(4,3)%	(17)	(1,0)%
Chile	2.539	2.563	2.542	(24)	(0,9)%	21	0,8%
Uruguai	1.170	1.176	1.180	(6)	(0,5)%	(4)	(0,3)%
Paraguai	799	789	731	10	1,3%	58	7,9%
Europa	216	233	256	(17)	(7,3)%	(23)	(9,0)%
Outros	508	543	508	(35)	(6,4)%	35	6,9%
Total	90.320	93.175	95.696	(2.855)	(3,1)%	(2.521)	(2,6)%

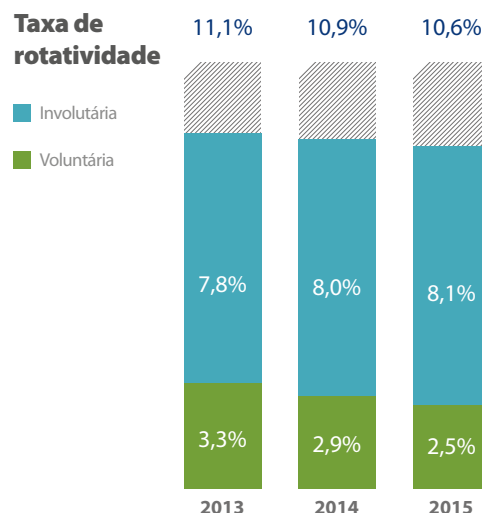
Colaboradores (por unidade operacional)	Em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Banco de varejo	72.815	75.143	77.881	(2.328)	(3,1)%	(2.738)	(3,5)%
Banco de atacado	16.468	16.940	16.705	(472)	(2,8)%	235	1,4%
Atividades com o mercado e corporação	1.037	1.092	1.110	(55)	(5,0)%	(18)	(1,6)%
Total	90.320	93.175	95.696	(2.855)	(3,1)%	(2.521)	(2,6)%

A Taxa de Rotatividade é a relação entre as admissões e os desligamentos (sejam voluntários ou não) de colaboradores em um determinado período. Monitoramos esta taxa mensalmente e a submetemos ao Comitê Executivo (os critérios utilizados não incluem os colaboradores no exterior, Rede, aprendizes, expatriados, aposentados por invalidez, diretores e estagiários).

$$\text{Taxa de Rotatividade} = \frac{\text{Total de desligamentos}}{(\text{Total de colaboradores no início do período} + \text{Total de colaboradores no final do período})/2}$$

A nossa Taxa de Rotatividade no final do exercício findo em 31 de dezembro foi de 10,6%. Investimos em um programa de realocação de funcionários, destinado a criar oportunidades internas, considerando a disponibilidade das vagas em aberto e o perfil profissional dos candidatos internos.

Taxa de rotatividade



O nosso Centro de Realocação recebe colaboradores em época de transição de carreira e aqueles vindos de áreas que estão sendo reestruturadas, entre outros. O processo consiste no monitoramento de colaboradores indicados, por meio da realização de dinâmicas de grupo e entrevistas individuais, e o cruzamento dessas informações com as oportunidades disponíveis em todas as empresas do Grupo. Como resultado deste trabalho, em 2015, 309 colaboradores de vários níveis foram encaminhados ao Centro de Realocação, dos quais 185 obtiveram novas oportunidades internamente. **GRI G4-LA10**

Em 2015, a maioria dos desligamentos foram de colaboradores com faixa etária entre 30 e 50 anos e as novas contratações foram de colaboradores na faixa inferior a 30 anos.

Remuneração e Benefícios

GRI G4-52 | G4-LA13 | G4-DMA Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

Adotamos parâmetros de mercado e estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de negócios de cada colaborador. Periodicamente, esses parâmetros são revistos e analisados por meio da contratação de pesquisas de salários, realizadas por consultores especializados, da participação nas pesquisas realizadas por outros bancos e também em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

A remuneração fixa prevista na nossa estratégia considera a complexidade das atribuições de cada nível e o desempenho individual em relação a essas atribuições. As alterações na remuneração fixa dos nossos colaboradores variam segundo a Política de Promoção e Mérito, a qual considera a senioridade e o desempenho pessoal de cada colaborador no exercício de suas funções.

A remuneração variável, por sua vez, reconhece o nível de envolvimento, os resultados alcançados e a sustentabilidade de curto, médio e longo prazos desses resultados.

Além disso, os colaboradores têm o direito de receber reajustes salariais e participação nos lucros, de acordo com as convenções coletivas aplicáveis nas respectivas jurisdições.

O nosso plano de participação nos lucros baseado em ações, elaborado especificamente para gestores e a alta administração, visa o reconhecimento daqueles que se destacam durante o ano vigente. O plano de participação nos lucros abrange a concessão de ações preferenciais (ITUB4) – ou instrumentos equivalentes, observados os limites estabelecidos pelo Comitê de Remuneração. Um terço dos instrumentos é entregue anualmente por um prazo de três anos. O número de ações preferenciais ou dos instrumentos baseados em ações concedidos é determinado pelos resultados financeiros da organização/área e pelo desempenho individual. As ações preferenciais ou os instrumentos baseados em ações são entregues na mesma data da parcela final do pagamento da participação nos lucros, conforme estipulado nas respectivas convenções coletivas. A remuneração baseada em ações não é proporcional ao tempo de serviço. O preço das ações preferenciais é calculado utilizando-se o preço médio da ITUB4 na BM&FBovespa nos 30 dias anteriores.

Também temos um programa institucional chamado Programa de Sócios, que abrange membros da administração e colaboradores que fizeram contribuições e tiveram desempenho destacado, sendo todos aprovados pelo Comitê de Pessoas. Os colaboradores elegíveis têm direito a utilizar parte do total da remuneração variável anual para comprar nossas ações preferenciais, ou ações próprias. Se eles detiverem a titularidade dessas ações próprias por um prazo de três e cinco anos a partir do investimento inicial, livre de ônus ou gravames e de outras condições suspensivas estabelecidas no regulamento do programa, o retorno sobre o investimento será feito por intermédio do recebimento das nossas ações preferenciais, ou Ações de Sócios também por prazos de três ou cinco anos. Estas ações de sócios permanecerão indisponíveis posteriormente, por prazos de cinco e oito anos a partir do investimento inicial em ações próprias. O Programa de Sócios poderá considerar outros instrumentos derivados das ações, além das ações.

Oferecemos diversos benefícios estabelecidos nas convenções coletivas aplicáveis, celebrados com os sindicatos, que representam muitas categorias

profissionais de nossos colaboradores. As condições desses benefícios estão estabelecidas nas respectivas convenções coletivas (auxílio para alimentação, babá/creche, transporte, etc.). Há também benefícios adicionais, como: (i) planos de assistência médica e odontológica; (ii) planos de previdência privada; (iii) seguro de vida em grupo; (iv) serviços psicossociais e (v) tratamento personalizado no uso de produtos e serviços bancários. A concessão desses benefícios pode variar de acordo com a categoria dos colaboradores e/ou do mercado ou considerações regulatórias sobre as jurisdições aplicáveis a um colaborador em particular. **GRI G4-LA2**

Relações Trabalhistas **GRI G4-11**

Mantemos um canal permanente de diálogo com as entidades sindicais que representam todos os nossos colaboradores nas diversas categorias profissionais. Entre nossos princípios adotados na relações com sindicatos estão o respeito, a transparência e a interação direta. Nossa prioridade é encontrar soluções criativas e negociadas para minimizar possíveis diferenças e pontos de conflito que envolvem nossos colaboradores.

Asseguramos aos nossos colaboradores o direito de livre associação aos sindicatos e reconhecemos os direitos e prerrogativas daqueles que são eleitos para cargos diretivos nos sindicatos, em conformidade com a legislação brasileira vigente e a convenção coletiva da cada categoria profissional, da qual fazemos parte. Além disso, oferecemos aos sindicatos a possibilidade de realizar campanhas de sindicalização e, quando solicitado, realizar reuniões com os sindicatos, nossos gestores e/ou colaboradores.

Mantemos o nosso compromisso de priorizar as negociações coletivas e uma agenda permanente de assuntos a serem debatidos com os sindicatos. O cumprimento dessa agenda possibilita mais agilidade na resolução de conflitos e reforça o nosso compromisso em manter uma política de relacionamento permanente com as associações profissionais.

Todos os nossos colaboradores contam com o respaldo de convenções coletivas de trabalho que garantem outros direitos além daqueles concedidos pela legislação trabalhista, além de outros benefícios que podem ser concedidos a nossos colaboradores em base não recorrente, em conformidade com nossas políticas.

Em 2015, durante as negociações coletivas dos colaboradores bancários, o setor financeiro enfrentou uma greve de 14 dias úteis a qual afetou, em média, 37,7% de nossas agências. Assim como nos exercícios anteriores, essas interrupções não resultaram em perdas para o Itaú Unibanco, já que o movimento foi disseminado em todo o sistema financeiro brasileiro. Além disso, contamos com um volume crescente de operações realizado por canais eletrônicos e, por isso, o impacto das interrupções nas nossas operações foi mínimo, já que nossos clientes podem utilizar canais alternativos para efetuar suas transações com o banco.

Durante as negociações salariais dos colaboradores do banco em 2014, nossas agências foram acometidas por uma greve funcional de cinco dias úteis, resultando no fechamento de aproximadamente 25,4% de nossas agências durante o período da greve.

Durante as negociações coletivas com os colaboradores do banco em 2013, nossas agências enfrentaram uma greve de 18 dias, o que resultou no fechamento de aproximadamente 31,6% de nossas agências durante aquele período.

Apesar dos protestos e greves que afetaram nossas filiais, em 2015, tivemos apenas impactos parciais, já que algumas das filiais puderam ser abertas durante parte do dia, não ocorrendo a interrupção total de nossos serviços.

Marca

O propósito da nossa marca é promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Nossas entregas de produtos e serviços, orientados para atender as necessidades de nossos clientes, refletem nossa busca constante em proporcionar a melhor experiência para todos os que se relacionam conosco no dia a dia. Nossas iniciativas de educação financeira permeiam toda a organização e visam incentivar colaboradores e clientes a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro ao escolherem o melhor tipo de crédito e a planejarem com eficiência seus investimentos. Nossa responsabilidade com o desenvolvimento do país está na essência da nossa marca, de forma que, além da transformação inerente à nossa atividade core, também investimos em projetos ligados a educação, cultura, esportes e mobilidade urbana.

Em 2015, nossa marca foi apontada mais uma vez como a mais valiosa do Brasil, de acordo com o *ranking* da *Interbrand*, com um valor estimado de R\$ 24,5 bilhões. Esta é a 12ª vez consecutiva em que ocupamos a liderança desse *ranking*. A análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de escolha dos clientes e garantir uma demanda de longo prazo. **GRI G4-9**

A plataforma #issomudaomundo, que concentra nossas causas e investimentos em vários projetos, continua sendo tema de nossas campanhas institucionais. Em 2015, com a ação “Leia para uma criança”, alcançamos um marco impressionante: foram distribuídos gratuitamente mais de 45 milhões de livros. Esse resultado demonstra que continuamos a mobilizar clientes e não clientes a provocarem efeitos transformadores na vida das crianças.

Nossa capacidade de inspirar e engajar pessoas também pode ser percebida nas mídias sociais. Publicamos uma série de artigos e vídeos que expressam nosso ponto de vista e contam histórias que incentivam as pessoas a promover mudanças positivas em suas vidas. Em 2015, alcançamos 192 milhões de visualizações, o que significa que continuamos sendo o maior canal de vídeos de marca do [YouTube](#) no Brasil e o maior do mundo no segmento financeiro.

As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia. Ao final do ano, chegamos a 7,6

milhões de fãs no [Facebook](#). De acordo com a Socialbakers, nós temos a maior comunidade de fãs no [Facebook](#) do mundo entre os bancos e uma das 15 maiores bases de fãs entre as marcas brasileiras. Nosso perfil no [Twitter](#) possui mais de 594 mil seguidores, sendo o número um no segmento financeiro do país. Contamos ainda com 64,7 mil seguidores no [Instagram](#).

Monitoramos todos os nossos perfis em mídias sociais 24 horas por dia, sete dias por semana. Contamos com uma estrutura especial que interage com o público sobre todos os assuntos relacionados ao banco: dúvidas, sugestões, elogios e reclamações. Recebemos mais de 549 mil menções nas redes sociais, sendo 74% destes comentários positivos e neutros, segundo a Gauge, nossa parceira em análise de dados de redes sociais.

2015 foi um ano importante para a marca Itaú. Reforçamos nosso posicionamento de banco digital a inovação tecnológica com nossa visão de facilitar o dia a dia das pessoas, tornando as atividades financeiras cada vez mais simples. Os *emojicons* foram usados nas nossas comunicações para aproximar ainda mais o banco do dia a dia das pessoas.

Patentes

Somos os titulares de registros e pedidos de registro de patentes, no Brasil e no exterior, para um método de geração de teclado virtual para digitação da senha de segurança ou do PIN (número de identificação pessoal) de usuários. Os pedidos relativos à patente desta tecnologia ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai e Venezuela. Somos os titulares de patente para esse método em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Peru, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além disso, somos os titulares de pedidos de patente para um método de identificação do PIN de acesso de uma instituição financeira e para um método, dispositivo de usuário e sistema, para envio de informações de operações financeiras, ainda pendentes de análise no Brasil.

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 anos a contar da data do depósito do respectivo pedido. Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente está registrada.

Principais Acionistas

Somos controlados pela IUPAR que, por sua vez, é controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston. A Itaúsa é controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha e a Cia. E. Johnston é controlada pelos membros da família Moreira Salles.

Exceto pelas ações detidas de forma indireta pelos nossos acionistas controladores (por meio da participação na IUPAR e Itaúsa), os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, individualmente e como grupo, são usufrutuários de menos de 1% das nossas ações ordinárias, e de menos de 1% das nossas ações preferenciais.

De acordo com a regulamentação brasileira, e conforme aprovado pelo Banco Central, os investidores podem deter, no máximo, 30% das nossas ações ordinárias.

A tabela a seguir apresenta informações relativas às pessoas que, em nosso conhecimento, detinham mais de 5% de nossas ações ordinárias ou preferenciais em 31 de março de 2016.

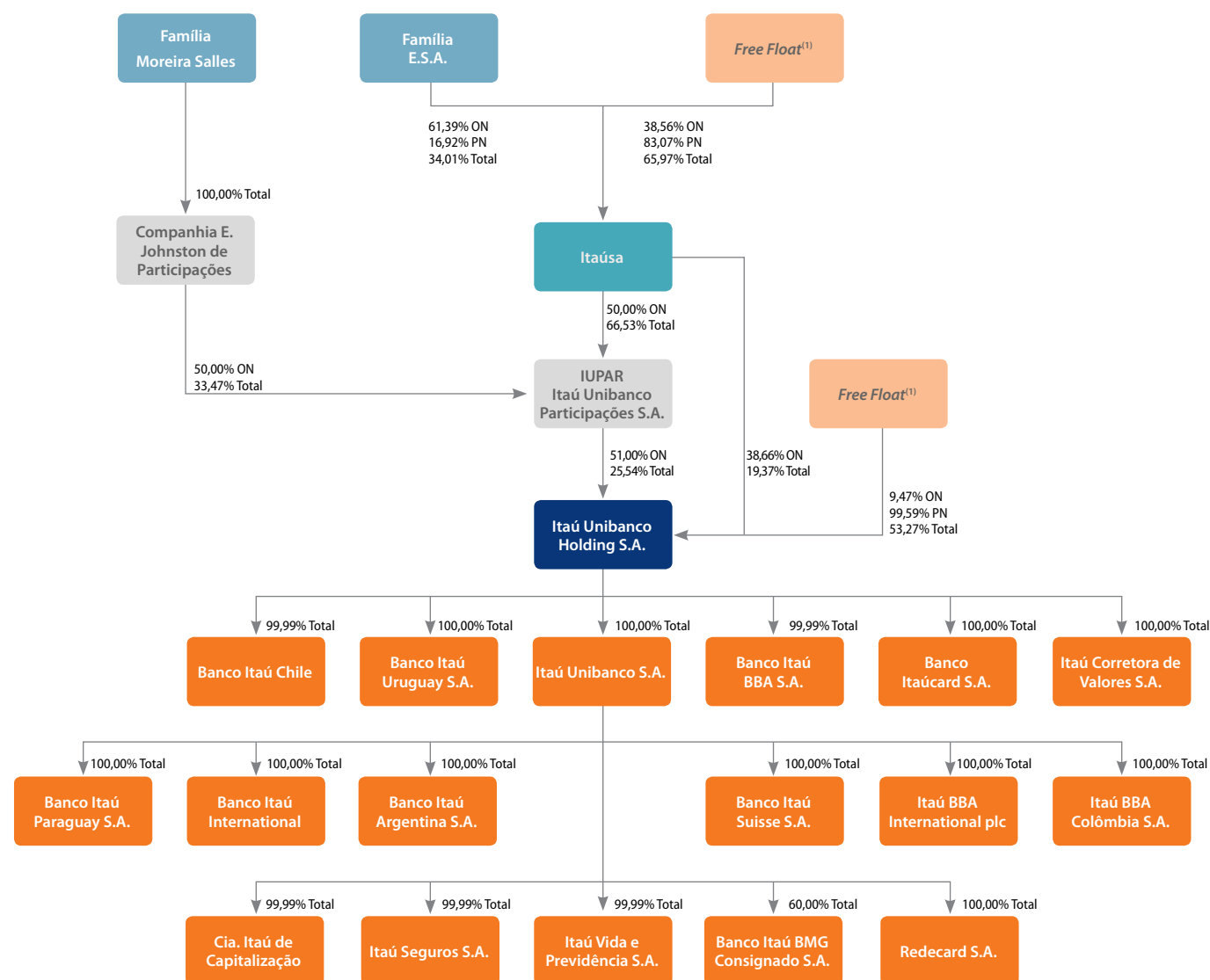
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade Total de Ações	% do Total	Quantidade Total de Ações	% do Total	Quantidade Total de Ações	% do Total
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	1.553.990.549	51,0	-	-	1.553.990.549	25,5
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	1.178.125.199	38,7	102.620	-	1.178.227.819	19,4
BlackRock ⁽¹⁾	-	-	212.075.817	7,0	212.075.817	3,5
Dodge & Cox ⁽¹⁾	-	-	152.102.489	5,0	152.102.489	2,5
Outros	314.921.655	10,3	2.517.366.116	82,4	2.832.287.771	46,3
Subtotal	3.047.037.403	100,0	2.881.647.042	94,4	5.928.684.445	97,2
Ações em tesouraria	2.795	0,0	155.228.709	5,6	155.231.504	2,8
Total	3.047.040.198	100,0	3.036.875.751	100,0	6.083.915.949	100,0

(1) Participação acionária fornecida pelo acionista.

Em 31 de março de 2016, 12.647.969 ações ordinárias e 1.932.291.275 ações preferenciais eram detidas por investidores estrangeiros (calculados com base nos endereços dos investidores indicados nos nossos registros referentes às ações em custódia), representando 0,4% e 67,1%, respectivamente, do total de cada classe em circulação.

Estrutura Acionária

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura acionária do conglomerado Itaú Unibanco em 31 de março de 2016 e inclui nossos controladores e algumas de nossas principais controladas:



(1) Exclui ações mantidas em tesouraria e pelos nossos acionistas controladores.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações financeiras consolidadas \(IFRS\), Nota 2.4 a I – Resumo das principais práticas contábeis](#) para mais informações sobre nossas controladas.

Acordo de acionistas da IUPAR

Itaúsa e Cia. E. Johnston possuem um acordo de acionistas para regulamentar o seu relacionamento enquanto acionistas controladoras da IUPAR e, indiretamente, enquanto nossas acionistas controladoras e de nossas subsidiárias. Consulte www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/IUPARingles.pdf para maiores detalhes. Os seus principais termos e condições estão descritos a seguir.

O Conselho de Administração e a Diretoria da IUPAR são compostos por quatro membros cada: dois indicados pela Itaúsa e dois indicados pela Cia. E. Johnston, para cada um desses órgãos. Conforme o acordo de acionistas da IUPAR, as ações da IUPAR detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston não podem ser transferidas para terceiros até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se qualquer dos acionistas decidir transferir as suas ações da IUPAR a um terceiro, a outra parte terá direito de preferência na aquisição de tais ações ou direitos de venda conjunta (*tag-along*). Se a Itaúsa e também a Cia. E. Johnston decidirem transferir a totalidade de suas ações detidas na IUPAR ou a totalidade das ações detidas pela IUPAR no Itaú Unibanco Holding para terceiros, a Itaúsa poderá exercer seu direito de venda conjunta, a fim de incluir na venda a totalidade ou parte das ações por ela detidas diretamente no Itaú Unibanco Holding. Todas as ações detidas diretamente pela Itaúsa no Itaú Unibanco Holding podem ser transferidas livremente.

O acordo de acionistas da IUPAR é válido pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de janeiro de 2009, podendo ser prorrogado automaticamente por novos e sucessivos períodos de 10 anos, exceto se indicado de outra forma.

Transferência de controle e aumento da participação no capital social

Observados os termos do acordo de acionistas da IUPAR, nosso estatuto não contém disposições que visem retardar, adiar ou impedir uma mudança de nosso controle acionário ou que produzam efeitos em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária da Companhia ou de suas controladas. Entretanto, em conformidade com a regulamentação brasileira, todas essas operações precisam ser realizadas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pelo CMN e aprovadas previamente pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma empresa aberta desencadeia

a exigência de que a parte adquirente faça uma oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação, por um preço equivalente a, pelo menos, 80% do preço pago por ação aos acionistas controladores. Adicionalmente, nosso estatuto estabelece a mesma regra de preço para os detentores de nossas ações preferenciais.

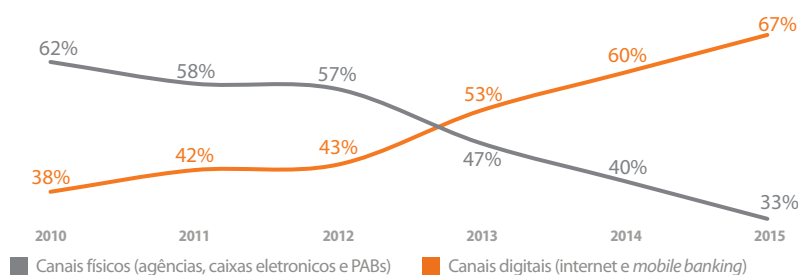
Essa legislação também requer que nossos acionistas controladores façam uma oferta de todas as nossas ações, caso haja aumento da sua participação no nosso capital próprio até um nível que afete significativa e negativamente a liquidez das nossas ações.

Canais de Distribuição GRI G4-FS13

Provemos serviços e produtos financeiros integrados para os nossos clientes, por meio de diversos canais de distribuição. Além da nossa carteira tradicional de produtos bancários, oferecemos seguros, investimentos, câmbio e corretagem. Nossa carteira de produtos corporativos voltados para empresas de grande porte é administrada pelo nosso segmento de banco de atacado.

Nossa rede de distribuição está dividida em canais físicos, que incluem agências, caixas eletrônicos e PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos), e canais digitais como *internet banking* e *mobile banking*. As transações bancárias realizadas pela internet e pelo telefone celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Volume de transações (em %)



Canais Físicos (agências, PABs e caixas eletrônicos)

GRI G4-FS13

Nossa rede de agências é o nosso canal de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2015, nossa rede de agências tradicional atingiu 3.910 agências. Temos 25 agências no Brasil especialmente reformuladas para o atendimento em shoppings, com uma nova identidade visual e proposta de serviços. Os espaços apresentam um novo conceito de atendimento ao cliente e contam com layout diferenciado inspirado no projeto de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente – e para fortalecer o contato com o nosso público –, essas agências ficam abertas entre 12h00 e 20h00, com serviços exclusivos para os nossos clientes a partir das 17h00. Pretendemos ampliar este conceito nos próximos anos.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h00 ou 9h00 e fecham às 18h00 ou 20h00. Essa iniciativa visa adaptar os nossos serviços à rotina de nossos clientes. O nosso objetivo é ampliar, nos próximos anos, esse modelo para outros shoppings e centros comerciais no Brasil.

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos

que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e permitem a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Também temos contratos com outros operadores de rede, como as marcas Cirrus e Maestro, que permitem que os nossos clientes façam uso de serviços limitados por meio de suas redes.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para certos clientes cadastrados. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saques e consultar saldos e extratos da conta corrente por meio de biometria. A biometria permite que esses clientes cadastrados realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade de digitar senha ou usar cartão, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Canais digitais (*internet e mobile banking*) **GRI G4-FS13**

Como resultado da nossa estratégia de ser um “banco digital” com base no perfil de nossos clientes, em 2015 nossas transações realizadas

por canais digitais alcançaram 67% do total de transações de clientes, alavancadas por novos recursos disponibilizados por este canal durante o ano.

O canal *internet banking* tornou-se, nos últimos anos, uma importante ferramenta devido ao contínuo crescimento na demanda de transações online. Em um banco tradicional, o cliente vai ao banco, enquanto que, em um banco digital, o banco vai até o cliente. Desde 1998, estamos transformando a experiência dos nossos clientes, oferecendo conveniência por meio de serviços e produtos para Pessoa Física e Pessoa Jurídica tais como transferências, pagamentos, crédito, investimentos e seguro, entre outros.

O *mobile banking* é um dos nossos canais que mais cresce e tornou-se um dos principais canais do banco, representando 59,7% da nossa base de clientes em dezembro de 2015. Uma das nossas inovações tecnológicas recentes mais importantes são os aplicativos para *mobile banking*, que permitem que os clientes acessem suas contas e façam transações bancárias em *smartphones* e *tablets*, por meio de ferramentas inovadoras que propõem a eficácia das transações e uma experiência digital de alto nível para o cliente. No quarto trimestre de 2015, tivemos um aumento significativo de 32,2% de usuários nos nossos aplicativos de *mobile banking*, em comparação com o quarto trimestre de 2014. Consequentemente, estamos investindo em aplicativos para os nossos canais de *mobile banking*. Os telefones celulares estão se tornando ferramentas cada vez acessíveis para atender às necessidades dos nossos clientes em um ambiente seguro e prático. Recentemente, lançamos o Itaú Pagcontas, um aplicativo para pagamento de contas, proporcionando mais conveniência para os clientes.

Para as nossas operações na América Latina, também implementamos o Itaú tokpag voltado para clientes pessoas físicas no Paraguai. O aplicativo permite transferências de recursos por meio do número do telefone celular, de forma rápida e segura.

O quadro a seguir mostra nossa rede de agências, PABs e caixas eletrônicos, detalhada por tipo de serviços oferecidos e distribuição geográfica, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

No Brasil e no Exterior	Agências ⁽¹⁾				PABs		Caixas eletrônicos		
	2015 ⁽²⁾	2014	2013	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Brasil	3.910	3.967	3.913	824	852	863	25.802	27.309	27.313
Exterior	228	229	227	23	22	22	610	607	587
Argentina	72	72	73	17	17	18	178	186	189
Chile	96	99	96	-	-	-	70	70	72
Paraguai	32	30	28	5	4	3	307	297	283
Uruguai	23	23	25	1	1	1	55	54	43
Outros	5	5	5	-	-	-	-	-	-
Total no Brasil e no exterior	4.138	4.196	4.140	847	874	885	26.412	27.916	27.900

(1) Em 31 de dezembro de 2014, total de agências incluem agências digitais e filiais de negócios, que são considerados pontos de serviço pela Resolução CMN nº 4.072/2012.

(2) 79,2% das nossas agências estão localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais no Sudeste do Brasil, Paraná no Sul do Brasil, e Goiás no Centro-Oeste do Brasil.

Nosso negócio **GRI G4-4**

Visão geral

Em 2015, alteramos a nossa estrutura organizacional. Os quatro segmentos anteriores (Banco Comercial – Varejo, Crédito ao Consumidor – Varejo, Banco de Atacado e Atividades com o Mercado e Corporação) foram reorganizados e agora consistem em três segmentos: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado, (iii) Atividades com o Mercado e Corporação. O segmento do Banco de Varejo agora abrange os antigos segmentos de Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações de *Private Banking* e América Latina para o segmento de Banco de Atacado.

Por meio desses novos segmentos operacionais, continuamos a oferecer uma ampla variedade de serviços bancários para uma base de clientes diversificada, que inclui clientes pessoa física e jurídica, em base integrada, como segue:

O segmento de **Banco de Varejo** presta serviços para uma base diversificada de correntistas e não correntistas, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. O segmento inclui clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento corporativo (micro e pequenas empresas). Esse segmento abrange atividades de financiamento e empréstimos, realizadas em unidades fora da rede de agências, e oferecem cartões de crédito, além de operações com o Itaú BMG Consignado. O segmento de Banco de Varejo representa uma fonte importante de captação para nossas operações e gera receitas financeiras e de prestação de serviços significativas.

O segmento de **Banco de Atacado** é responsável pelos clientes de *private banking*, as atividades das unidades da América Latina, negócios bancários com empresas de médio porte e as atividades do Itaú BBA, que é a unidade encarregada das atividades de investimento e corporativas. Nosso modelo de administração do banco de atacado tem por base a formação de relacionamentos próximos com os clientes, por meio do conhecimento profundo de suas necessidades e da oferta de soluções personalizadas. As atividades referentes às grandes empresas incluem a prestação de serviços bancários e de banco de investimento, que abrangem a oferta de recursos de financiamento a esse segmento por meio de instrumentos de renda fixa e renda variável.

O segmento de **Atividades com o Mercado e Corporação** gerencia o resultado financeiro associado a nosso excedente de capital, ao excedente de dívida subordinada e ao saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira proveniente da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* de juros de taxas de moedas e outros riscos, oportunidades de arbitragem nos mercados externo e doméstico, e marcação a mercado (*mark-to-market*) de instrumentos financeiros. Este segmento também inclui a nossa participação na Porto Seguro.

Realizamos uma grande variedade de operações no exterior, com unidades estrategicamente localizadas nas Américas, Europa e Ásia. Nossa presença internacional cria sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, colocação de *Eurobonds*, e na oferta de transações financeiras mais sofisticadas para nossos clientes.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Resultados](#), e a seção Desempenho, [item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 34, Informações sobre Segmentos](#), para mais informações sobre nossos segmentos.

A diversificação dos nossos negócios reflete-se na composição variável da nossa carteira de crédito nos últimos anos, com foco na originação e nos segmentos de risco mais baixo e mais garantias. Estamos sempre procurando implementar e priorizar a oferta de novos produtos e serviços que agregam valor para os nossos clientes e diversificam as nossas fontes de receita, permitindo o crescimento da nossa receita não-financeira proveniente principalmente da receita de prestação de serviços e de tarifas bancárias, e de operações com seguro, previdência e capitalização. Alguns detalhes da nossa carteira de crédito e serviços são apresentados a seguir.

Cartões de Crédito e Acordos Comerciais

Por meio de operações próprias e parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito a mais de 60,3 milhões de correntistas e não correntistas (em número de contas em dezembro de 2015).

Nossas principais metas no segmento de cartões de crédito são: promover o crescimento de nossa carteira, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos e buscar a satisfação total de nossos clientes. Para tanto, a nossa divisão de cartões de crédito dedica-se ao desenvolvimento de novos produtos, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e na gestão de custos mais eficaz.

O Itaucard 2.0 é o único cartão de crédito no Brasil em sintonia com o padrão internacional de juros, que cobra taxas rotativas a partir da data da compra, e não na data de vencimento da fatura, formato que permite a aplicação de taxas de juros mais baixas. Emitimos um total de 6,7 milhões de cartões desde o lançamento, em agosto de 2012.

Em setembro de 2014, lançamos o **TudoAzul Itaucard**, *co-branded*, em parceria com a Azul Linhas Aéreas, uma das maiores empresas do setor de aviação do Brasil. Esta operação está alinhada com nosso objetivo de oferecer uma carteira diversificada, fornecendo o produto mais adequado para nossos clientes. Em fevereiro de 2015, o **TudoAzul Itaucard** recebeu um prêmio da *Flightglobal Magazine*, uma das mais importantes publicações sobre aviação comercial do mundo, referente aos programas de recompensas. Para a escolha do vencedor do prêmio, a *Flightglobal* considerou vários aspectos para o reconhecimento, como a compra de passagens aéreas e conveniência das viagens, além dos benefícios tradicionais que já fazem parte da plataforma Itaucard.

Em novembro de 2015, Itaucard e Netshoes, a maior loja online de artigos esportivos do Brasil, fecharam um acordo para o lançamento de cartão de crédito *co-branded*, com benefícios e descontos exclusivos, além de uma experiência de compra digital completa.

O Itaucard fez inovações na forma como interage com os seguidores no [Facebook](#), utilizando uma linguagem mais informal e até referências a “memes” clássicos. Lançamos uma nova campanha que recria vídeos populares da internet por meio de *emoticons*, destinados a divulgar o Extrato Digital e o aplicativo de *chat* da Itaucard. O vídeo foi assistido por mais de quatro milhões de pessoas entre junho de 2015 (lançamento da campanha) e dezembro de 2015.

O aplicativo do Itaucard tem transformado a experiência de uso do cartão de crédito. Com novas funcionalidades, agora conta com o Cartão Virtual, que gera um número exclusivo de cartão de crédito a ser utilizado na transação *online*,

levando mais segurança e praticidade à internet. Outro recurso desse aplicativo é a Linha do Tempo, na qual as compras e transações podem ser visualizadas em tempo real. Disponibilizamos atendimento 24 horas por dia, para comunicação *online* com os nossos clientes, que podem tirar dúvidas e fazer sugestões em qualquer horário e em qualquer lugar. O aplicativo foi amplamente divulgado em diversas plataformas de mídia, entre o final de outubro e o início de novembro de 2015; contabilizamos um aumento de 33% nos *downloads* até dezembro de 2015.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Cartões de Crédito	Somos líderes no mercado brasileiro de cartões de crédito, em termos de volume de transações, com 37,1% de participação no mercado, no período de janeiro a dezembro de 2015.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando crescimento anual superior a 13,2% sobre os últimos quatro anos, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços em 31 de dezembro de 2015. Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.

Empréstimos Consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente na folha de pagamento do devedor para a conta do banco, sem registro na conta do devedor. Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios historicamente com riscos mais baixos, alcançando uma posição de liderança na oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012, celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para a oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados originados por essa instituição financeira. O Itaú BMG Consignado, entidade resultante dessa associação, iniciou suas

operações em dezembro de 2012 e está presente em todo o território brasileiro. O propósito dessa associação é diversificar a nossa carteira de crédito, de modo a complementar nossa estratégia de empréstimos consignados, e melhorar o perfil de risco da nossa carteira para pessoas físicas. O Itaú BMG Consignado está em linha com nossos valores e princípios, seguindo as melhores práticas e políticas de gestão.

Nossa estratégia de crescimento tem por base os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que combinada com determinadas políticas de crédito, promoveu a evolução de nossa carteira e a redução dos níveis de inadimplência.

O aumento dos empréstimos consignados resultou em uma maior participação na carteira total do banco: de 21,8% em dezembro de 2014 para 24,3% em dezembro de 2015.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Empréstimos Consignados	Em dezembro de 2015, alcançamos 16,6% de participação de mercado em termos de empréstimos consignados, posicionando-nos como terceiro maior banco nesse segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A. e Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Financiamento de Veículos

Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de financiamento de veículos para pessoas físicas totalizava R\$ 20,1 bilhões. Em dezembro de 2015, a LTV da carteira de veículos (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem comprado) foi de 70,8%, seguindo uma tendência de baixa desde o ano anterior, quando chegou a 73,7% em 31 de dezembro de 2014. Desde 2012, reduzimos nossa

exposição ao risco neste setor e priorizamos os clientes com melhores perfis de risco, o que nos permitiu melhorar a qualidade do crédito da nossa carteira de financiamento de veículos.

De janeiro a dezembro de 2015, o prazo de financiamento de veículos foi de 40 meses e metade das transações foram realizadas com prazos de até 36 meses.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Veículos	Em dezembro de 2015, detínhamos 11,8 % de participação no mercado, em termos de empréstimos para pessoas físicas entre bancos, alcançando a quarta posição no Brasil neste segmento.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Financiamento e Crédito Imobiliário

Nossos compromissos na área de crédito imobiliário são:

- Criar lealdade – os relacionamentos estabelecidos nesse setor são geralmente de longo prazo;
- Contribuir para o desenvolvimento social e financeiro de nossos clientes; e
- Estarmos alinhados à nossa estratégia de investir em empresas com riscos mais baixos.

Somos líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas, entre os bancos privados brasileiros, no período de 2008 a 2015, o que reflete nosso foco no negócio alinhado à nossa estratégia de migrar para carteiras de menor risco.

Oferecemos produtos por meio de nossa rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, incluindo nossa parceria com a RE/MAX e nossa associação com a LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A. (Lopes), chamada CrediPronto. Esses dois acordos de longo prazo fornecem para nós, com exclusividade, a originação de financiamento imobiliário em muitas regiões do Brasil.

Temos como principais diferenciais a agilidade na aprovação do crédito e também na formalização do contrato, atualmente a média de nossos contratos é emitido 13 dias após o recebimento da documentação.

No terceiro trimestre de 2015 tivemos a primeira emissão de contrato totalmente digital, com o próprio cliente realizando o *upload* dos documentos e acompanhando, pela internet, todas as etapas da contratação. Essa ferramenta está disponível para uso dos clientes correntistas possibilitando ainda mais agilidade e total conveniência no acompanhamento do processo.

O número de financiamentos que concedemos diretamente para pessoas físicas, em 2015, foi de 34,1 mil, um valor de R\$ 10,5 bilhões no período. No plano empresário, foram realizadas contratações que geraram 20,0 mil novas unidades, somando um valor de R\$ 3,4 bilhões ao longo de 2015.

Desde 2007, as transações de financiamento de crédito imobiliário no mercado brasileiro vêm sendo realizadas principalmente por meio de financiamentos imobiliários únicos, e de um sistema de alienação fiduciária, pela qual o comprador torna-se o proprietário do bem após todos os pagamentos terem sido realizados, tornando mais fácil para o banco (financiador) recuperar o bem no caso de inadimplência do mutuário. Esse sistema resultou em menores riscos jurídicos e de crédito, em comparação a outros tipos de garantia.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o Sistema de Amortização Constante (SAC), segundo o qual parcelas decrescentes trazem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida, quando comparada a outros sistemas de amortização.

Em 31 de dezembro de 2015, 99,6% de nossos empréstimos a pessoas físicas foram realizados com garantia por alienação fiduciária. Em 2015, o total de nossa originação de crédito foi baseado no Sistema de Amortização Constante (SAC) e o índice LTV de nossa carteira atingiu 43,7% em comparação a 42,4%, em 2014.

Euromoney's Real Estate Survey – em setembro de 2015, ficamos em primeiro lugar em três categorias da América Latina e em três categorias do Brasil. Esta pesquisa identifica das melhores empresas que operam no setor imobiliário no mundo todo.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Financiamento e Crédito Imobiliário	No período entre janeiro e dezembro de 2015, fomos líderes, entre os bancos privados brasileiros, na concessão de novos empréstimos para pessoas físicas, com 38,7% de participação de mercado, e ficamos em segundo lugar, quando consideramos todos os bancos, em termos de novos empréstimos para pessoas físicas, detendo 19,2% de participação de mercado.	O principal participante do mercado imobiliário brasileiro é a Caixa Econômica Federal (CEF), banco de propriedade do governo brasileiro. A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis, e é líder nesse mercado. Outros concorrentes são o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECIP.

Microcrédito GRI G4-FS7

Nossa unidade de microcrédito oferece para empreendedores de baixa renda, que não possuem os atributos necessários para usufruir do sistema financeiro formal, a oportunidade de expandir o próprio negócio. Os agentes de microcrédito do Itaú buscam clientes novos e antigos, oferecendo crédito (junto com um microsseguro grátis de proteção ao crédito) e máquinas para pontos de venda. Os agentes de crédito são responsáveis também por disseminar as informações referentes a conceitos financeiros relacionados ao uso consciente do dinheiro.

Um dos principais benefícios dessa iniciativa é o fato de os microempreendedores começarem a desenvolver um relacionamento com o sistema financeiro formal. Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois níveis:

- Crédito de 1º Nível: inclui crédito para capital de giro ou para reformas e compra de imobilizado, concedido a empreendedores formais e informais envolvidos em pequenos negócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado; e
- Crédito de 2º Nível: crédito para microempreendedores por intermédio de organizações da sociedade civil de interesse público registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo. Nosso compromisso é o de promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito é parte da nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade. O microcrédito é importante pois reforça a nossa visão de sustentabilidade e aumenta a nossa capacidade de transmitir conhecimentos em educação financeira. O objetivo final é criar um círculo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Consórcios

Consórcio é um sistema de autofinanciamento criado no Brasil com o intuito de estimular a poupança para a compra de veículos e de outros ativos, como imóveis. De acordo com os contratos de consórcios, os participantes são reunidos em grupos de acordo com o bem específico que decidem adquirir (por exemplo, veículo de uma determinada montadora ou de um modelo em particular), que será pago em prestações. Os pagamentos feitos pelos participantes de um determinado consórcio são usados para criar um banco de fundos, que são usados por um ou mais membros do consórcio de cada vez, para aquisição dos bens escolhidos pelos participantes, por exemplo, uma vez por mês, e esses membros continuarão a fazer os pagamentos conforme

programado. Em geral, os participantes podem receber o bem (i) durante o prazo do contrato do consórcio (antes de todas as parcelas serem pagas), caso o participante pague (além da prestação regularmente programada e devida) um montante maior do que qualquer outro valor oferecido por outros membros do consórcio nesse período; ou (ii) durante o prazo do contrato do consórcio (antes de todas as parcelas serem pagas), caso o participante seja selecionado, por sorteio organizado pelo banco, para receber o bem, continuando a pagar as parcelas restantes, conforme programado.

Como o consórcio é considerado prestação de serviços pela legislação brasileira, sua administração não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, pelas taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão das características expostas, esse negócio é estratégico para nós, pois contribui para diversificar a receita e oferecer uma carteira de produtos mais completa para os nossos clientes. Em dezembro de 2015, obtivemos os seguintes resultados:

- 415 mil contratos ativos, com crescimento de 3,3% quando comparado a dezembro de 2014;
- R\$ 11,8 bilhões em saldo de prestações a receber, com crescimento de 8% em comparação com dezembro de 2014; e
- R\$ 683,7 milhões em taxas de administração de janeiro a dezembro de 2015, com crescimento de 12% quando comparado ao mesmo período de 2014.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Receitas de Serviços de Consórcio	No período de janeiro a setembro de 2015, detínhamos participação de mercado de 10,1% no total das taxas de serviços de consórcio. Considerando apenas bancos, somos o segundo maior prestador desses serviços em termos de taxas no Brasil.	Considerando apenas bancos, nossos principais concorrentes no mercado brasileiro de consórcio são Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e BB Administradora de Consórcios.

Fonte: Banco Central.

Adquirência

REDE (antiga Redecard) é uma das duas maiores empresas adquirentes multi bandeiras de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios no Brasil. As atividades da REDE são adquirência, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de crédito); aluguel de terminais para pontos de venda, ou PDV; consulta de cheques por meio desses terminais e captura e transmissão de transações realizadas com vouchers e programas de fidelização.

Nossa meta é sermos o principal parceiro de estabelecimentos comerciais que buscam ampliar o potencial de seus negócios com foco em investimentos e infraestrutura de TI, e modernização dos pontos de venda. Para esses parceiros, a REDE oferece uma série de produtos que acompanham as últimas tendências do mercado. Entre esses produtos, destacamos o Mobile REDE, que captura

transações por meio de um dispositivo acoplado ao *smartphone* ou *tablet*. Esse recurso permite a leitura do cartão e a inserção de dados da compra para assinatura do cliente, reforçando nossa posição em novas soluções de pagamento para autônomos e microempresários. Com o e-REDE, intensificamos e aprimoramos a qualidade de nossa plataforma para pagamentos eletrônicos, oferecendo não só o serviço de aquisição, mas também um portal antifraude. Disponibilizamos uma plataforma única, uma solução completa, rápida e eficiente para pagamentos online com um robusto sistema antifraude.

Tivemos um crescimento significativo no segmento de comércio eletrônico do nosso negócio de adquirência. Em setembro de 2014, adquirimos a maxiPago!, empresa brasileira de pagamentos e comércio eletrônico, com o objetivo de aumentar a segurança e a conveniência de nossos clientes, assim como manter nossa plataforma digital sólida.

Em outubro de 2015, adquirimos 50% do capital social da ConectCar, empresa que opera no negócio de arranjo de pagamentos fornecendo serviços de intermediação para o pagamento automático de taxas de pedágio, estacionamento e combustível. A aquisição está alinhada à estratégia da REDE de desenvolvimento de canais inovadores de pagamento eletrônico com grande potencial de crescimento no mercado brasileiro, enfatizando nosso comprometimento com a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

O quadro a seguir apresenta o volume financeiro de transações e o valor das transações com cartões de crédito e de débito processadas por nós, em 2015, 2014 e 2013.

	(Em bilhões de R\$)			(Em bilhões)		
	Volume Financeiro			Transações		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Cartões de crédito	249,7	231,6	208,8	2,0	1,9	1,8
Cartões de débito	133,4	125,9	113,8	2,0	2,0	1,9
Total	383,1	357,5	322,6	4,0	3,9	3,7

Prêmio Época ReclameAQUI 2015 – Em 2015, fomos eleitos a empresa do ano em “Meios de Pagamento Eletrônicos” oferecido pela revista *Época* e o *website* Reclame Aqui. Também em 2015, a REDE foi escolhida uma das 25 marcas mais valiosas do Brasil na pesquisa de Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2015 realizada pela *Interbrand*.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Adquirência	No período de janeiro a dezembro de 2015, atingimos 36,5% de participação do mercado, em termos do volume total de transações (crédito e débito) geradas pelos serviços de adquirência, nos posicionando em segundo lugar neste segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor são Cielo S.A., GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (GetNet) e Banco Bankpar S.A. (American Express).

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços.

Outras carteiras de produtos e serviços

Seguros

Nosso segmento de seguros oferece uma ampla gama de produtos de seguro de vida e acidentes pessoais, automóveis e patrimoniais, crédito e seguro viagem. Nossa atividade foco de seguros, que inclui nossa participação de 30% na Porto Seguro, consiste em produtos de seguro massificados relacionados aos ramos de vida e patrimoniais, e seguro de crédito. Estes produtos são oferecidos em sinergia com canais de varejo – nossa rede de agências, parcerias com

varejistas, clientes de cartão de crédito, financiamentos de imóveis e de veículos, empréstimos pessoais e consignados – e o canal de atacado. Estes produtos tem características como menor sinistralidade, menor volatilidade no resultado e menor utilização de capital, o que os tornam estratégicos e mais relevantes na diversificação de receitas do conglomerado. Outras atividades de seguros correspondem a garantia estendida, seguro saúde e nossa participação do IRB – Brasil Resseguros S.A. e outras atividades.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Seguros	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro S.A., atingimos 11,1% de participação do mercado total de seguros brasileiro em termos de prêmios ganhos, de janeiro a dezembro de 2015, posicionando-nos como a terceira maior seguradora no Brasil. Considerando apenas nosso mercado foco de seguros, atingimos 14,3% de participação deste mercado no mesmo período.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes neste setor, excluindo companhias de seguro saúde, são afiliados a grandes bancos comerciais como Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Apesar de haver uma grande concentração de bancos brasileiros, esse mercado ainda é disperso, com agentes trabalhando em nichos específicos. Em dezembro de 2015, este setor era formado por cerca de 154 seguradoras de vários portes, inclusive 41 conglomerados e 48 companhias independentes. Acreditamos que nossa aliança com a Porto Seguro S.A. resultou em ganho de escala e eficiência para nós.

Fonte: SUSEP (não considera Saúde e VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres). As atividades foco de seguros são: seguro de pessoas (vida, acidentes pessoais, prestamista, educacional, viagem, desemprego, auxílio funeral, doenças graves e eventos aleatórios), habitacional, riscos diversos, crédito interno e doméstico PF.

Planos de Previdência Privada

Oferecemos planos de previdência privada para nossos clientes como opção para planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos aos nossos clientes uma solução para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos de longo prazo.

As contribuições totalizaram R\$ 17,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2015, decorrentes do aumento no nosso produto VGBL e de provisões técnicas, que aumentaram 19,9% no mesmo período, totalizando R\$ 124,6 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Previdência	Em dezembro de 2015, nosso saldo de provisões representava 23,4% da participação de mercado em previdência, posicionando-nos como a terceira maior fornecedora de planos de pensão no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo.

Fonte: FENAPREVI (Saldo de provisões – planos de previdência para pessoas físicas e jurídicas).

Títulos de Capitalização

Títulos de capitalização são produtos em que o cliente paga, de uma única vez ou mensalmente, uma quantia fixa que lhe será devolvida ao término de um prazo previamente determinado. A posse dos títulos de capitalização permite que o cliente participe automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a prêmios em dinheiro significativos. Em 2015, distribuímos R\$ 61,2 milhões em prêmios para 3.128 clientes.

Atualmente, nossos produtos de capitalização são comercializados por meio da nossa rede de

agências, canais eletrônicos e terminais de caixa, e estamos desenvolvendo novas tecnologias para diversificação dos canais. As receitas de capitalização cresceram 5,2% em 2015, quando comparadas a 2014.

Em linha com os princípios corporativos de responsabilidade social, mantemos, desde agosto de 2014, uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos que se dedica a promover a qualidade do ensino público no Brasil. Parte da receita da compra do PIC, nosso título de capitalização, é direcionada aos projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Capitalização	No período de janeiro a dezembro de 2015, nossa participação no mercado brasileiro foi de 12,9%, em termos de receitas de vendas de produtos de capitalização, posicionando-nos como a terceira maior fornecedora neste segmento, no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo. Nossa lucratividade (calculada como lucro líquido sobre receita de vendas) é a maior entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Banco de Varejo

Temos uma ampla e diversificada carteira de produtos, como crédito, investimentos e serviços, para atender as necessidades de nossos clientes. Nosso segmento de Banco de Varejo está dividido de acordo com os perfis dos clientes, o que nos permite estar mais próximos e compreender suas necessidades, além de oferecer os produtos mais adequados para atender suas exigências.

Banco Itaú de Varejo (Pessoa Física)

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de atendimento busca oferecer as melhores soluções

para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal até R\$ 4.000.

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R\$ 4.000 e menos de R\$ 10.000 por mês, dependendo da região, sendo uma inovação no setor bancário brasileiro. Oferecemos serviços exclusivos para clientes Itaú Uniclass como consultoria de investimentos, caixas exclusivos, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma grande equipe com gerentes de relacionamento exclusivos.

Nossa rede de banco de varejo está focada na construção de relacionamentos duradouros e transparentes com nossos clientes.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Banco de Varejo (Inclusive Itaú Personnalité)	Em dezembro de 2015, alcançamos participação de mercado de 12,4%, em termos de saldo total de empréstimos em reais, posicionando-nos como o terceiro maior banco de varejo nesse segmento no Brasil.	O Itaú Unibanco Holding detém a posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Com base nos dados do Banco Central e em informações disponíveis ao público, nossos principais concorrentes são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Itaú Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas de alta renda)

O Itaú Unibanco começou a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda, em 1996, com a criação do Itaú Personnalité, que atende, atualmente, pessoas físicas com rendimento acima de R\$ 10.000,00 por mês ou que tenham investimentos acima de R\$ 100.000.

O foco do Itaú Personnalité é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades específicas de nossos clientes de alta renda; (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede especial, formada por 288 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como aos serviços bancários por internet, telefone e *mobile banking*. Para os clientes que preferem serviços remotos, o Itaú Personnalité oferece uma “plataforma de banco digital”, na qual os gerentes de relacionamento atendem os clientes por telefone, *e-mail*, SMS e videoconferência, entre 7h00 e 0h00 em dias úteis.

Itaú Empresas (micro e pequenas empresas)

Para atender as necessidades de nossos clientes corporativos, oferecemos soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços para:

- Microempresas: base de clientes composta por empresas com receita anual de até R\$ 1,2 milhão, atendidas por 2.153 agências bancárias com 2.417 gerentes em 31 de dezembro de 2015; e
- Pequenas empresas: base de clientes composta por empresas com receita anual entre R\$ 1,2 milhão e R\$ 30 milhões, atendidas por 360 escritórios com 1.772 gerentes em 31 de dezembro de 2015.

Nossos gerentes são todos certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e, ao longo do ano, recebem treinamento para oferecer as melhores soluções a cada perfil de cliente. Nossos clientes contam com nossa capacidade de oferecer produtos, prazos e taxas ajustados a suas necessidades.

Nossa estratégia é aproveitar as oportunidades do mercado, suprimindo as necessidades dessas empresas e seus proprietários, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, necessidades de investimentos e serviços.

Como no ano anterior, melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de empréstimos inadimplentes permaneceu como nossa meta em 2015: processos, políticas e ferramentas de crédito foram aprimoradas e intensificamos nosso setor de cobrança.

Com foco nas necessidades dos nossos clientes, expandimos a Conta Certa para mais de 90% da nossa carteira. A Conta Certa disponibiliza um plano de conta com pacotes de serviços personalizáveis; ampliamos nossas ofertas em canais eletrônicos, possibilitando que o próprio cliente contrate e adquira uma ampla gama de serviços sem a necessidade de se deslocar até nossas agências. Em 2015, mais clientes aderiram ao plano Flex, por meio do qual têm um regime comercial diferente, o qual os permite antecipar a receita de vendas em cartão de crédito e receber o dinheiro em até 48 horas após a venda. Além disso, melhoramos nossos serviços integrados de precificação de operações de crédito, *cash services* e serviços de aquisição.

Melhorar e simplificar nossos processos operacionais e comerciais também são parte de nossos planos, pois trabalhamos para simplificar processos demorados, como abertura de conta corrente, e organizamos as unidades operacionais e comerciais para trabalhar de modo mais padronizado, semelhante ao modelo de franquias.

Setor Público

Nosso segmento voltado ao setor público opera em todas as áreas do governo, incluindo os níveis federal, estadual e municipal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Para atender esses clientes, usamos plataformas exclusivas, diferentes daquelas das agências de banco de varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros onde, anteriormente, havíamos adquirido instituições financeiras estatais. Em dezembro de 2015, contávamos com 4.983 clientes do setor público e 12 escritórios no Brasil.

Banco de Atacado

Banco de Atacado é o segmento responsável por serviços bancários de investimento e operações bancárias de empresas grandes (receita anual acima de R\$ 300 milhões) e médias (receita anual de R\$ 30 a R\$ 300 milhões). O segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil.

Nossas atividades nesse segmento variam de transações típicas de um banco comercial a transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Estas atividades estão totalmente integradas e nos permite alcançar um desempenho personalizado, ajustado às necessidades dos nossos clientes.

Uma das características mais importantes do nosso Banco de Atacado é a série de iniciativas relacionadas à melhoria da eficiência das nossas operações. Essas ações contínuas, que devem continuar crescendo nos próximos anos, são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

Banco de Investimento

Nossas atividades de banco de investimento realizadas pelo Itaú BBA ajudam empresas a levantar fundos por meio de instrumentos de renda fixa e ações, em mercados de capital públicos e privados, e abrangem serviços de consultoria em fusões e aquisições. Assessoramos empresas, fundos de ações e investidores na

estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento para empresas brasileiras e outras companhias latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como *bookrunner* ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização.

The Banker's Investment Banking Awards 2015 – promovido pela revista *The Banker*, o Itaú BBA foi reconhecido como o “Banco de Investimento Mais Inovador da América Latina” em 2015.

World's Best Investment Banks 2015 – Organizado pela *Global Finance*, fomos escolhidos como o “Melhor Banco de Investimento da América Latina”, “Melhor Banco de Investimento no Brasil”, “Melhor Banco de Investimento na Argentina”, “Melhor Banco de M&A na América Latina” e “Melhor *Equity Bank* na América Latina”.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Banco de Investimento	No período de janeiro a dezembro de 2015, o Itaú BBA ficou em primeiro lugar em fusões e aquisições ⁽¹⁾ . De janeiro a dezembro de 2015, ficamos em primeiro lugar em originação e em segundo em distribuição em transações em mercados de capital – dívidas ⁽²⁾ .	Em Banco de Investimento, os principais concorrentes do Itaú BBA são Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) *ranking* Thomson por número de negociações. (2) *ranking* ANBIMA em termos de volume.

Itaú Private Bank

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil, com participação de mercado superior a 26% e um dos principais players na América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, formada por mais de 650 profissionais, com mais de 110 private bankers em 31 de dezembro de 2015, apoiados por uma equipe de consultores de investimento e especialistas em produtos, presta serviços financeiros abrangentes dedicando-se, compreendendo e atendendo às necessidades de nossos clientes, em escritórios em oito cidades do Brasil e também em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Assunção e Nassau.

Nossos clientes têm acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, desde a gestão de investimentos até planejamento patrimonial, bem como à soluções bancárias e de crédito. Além de nossos produtos e serviços personalizados internamente, oferecemos aos nossos clientes o acesso a uma gama de alternativas fornecidas por outros prestadores de serviços.

Em linha com nossa visão de ser o banco líder em performance sustentável e satisfação dos clientes, decidimos nos concentrar nas nossas prioridades estratégicas no Itaú Private Bank e pretendemos continuar a fazê-lo no próximo ano, com as seguintes iniciativas:

- Ser o *Private Bank* líder em satisfação do cliente;
- Agregar valor para clientes e acionistas, oferecendo assessoria proativa completa e de longo prazo;
- Continuar a investir em plataformas internacionais para aperfeiçoar nossos serviços e atendimento para o cliente brasileiro e expandir nossa operação na América Latina;
- Aumentar a eficiência operacional da nossa plataforma por meio de investimentos contínuos em plataformas de TI; e
- Manter o foco na gestão de riscos e nos aspectos regulatórios.

Global Private Banking Awards 2015 – realizado pelas revistas *Professional Wealth Management* e *The Banker*, em outubro de 2015, fomos reconhecidos pela quinta vez como o “Melhor *Private Bank* no Brasil”.

25th Global Wealth Summit & Awards – em outubro de 2015, fomos eleitos pela quinta vez como “*Private Bank* Global de Destaque na América Latina”, em premiação promovida pela *Private Banker International*.

The World's Best Private Banks 2015 – organizado pela revista *Global Finance*, fomos reconhecidos como “Melhor *Private Bank* no Brasil” e “Melhor *Private Bank* na América Latina”.

Private Banking Survey 2015 – promovido pela revista *Euromoney*, fomos reconhecidos pela sétima vez na categoria *Best Private Banking Services* no Brasil.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
<i>Private Bank</i>	Em setembro de 2015, nossa participação de mercado era superior a 26% em termos de ativos sob administração, posicionando-nos como o maior private bank do Brasil.	De acordo com a ANBIMA, o setor de <i>Private Bank</i> no Brasil era detentor de um total de ativos de R\$ 702 bilhões em setembro de 2015, com a concorrência concentrada em grandes bancos de varejo bem estabelecidos. Nossos principais concorrentes em recursos de <i>private banking</i> são o BTG Pactual, Credit Suisse Hedging Griffo e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ANBIMA.

Itaú Gestão de Recursos de Terceiros

A Itaú Asset Management é especializada na gestão de recursos de clientes. Posicionada como a maior gestora de recursos de terceiros do Brasil, e uma das instituições líderes na especialidade da América Latina, conta com mais de R\$ 473,1 bilhões, segundo a ANBIMA, em recursos sob gestão, e mais de 260 profissionais presentes em oito países e mais de 50 anos de experiência em gestão de recursos.

Além disso, conta com uma das maiores equipes de pesquisa da América Latina, composta por profissionais focados em setores e estratégias de

investimento específicos. O investimento constante em pesquisa de mercado permite-nos analisar oportunidades de investimento em detalhes, sob várias perspectivas. Por meio de 14 estratégias principais, oferecemos uma variedade de soluções e produtos personalizados, ajustados à particularidade de cada segmento de cliente, considerando objetivos de investimento e perfis de risco diferentes. Além disso, contamos com uma equipe de gestão de riscos compromissada, responsável por apoiar a operação.

A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos do Itaú Unibanco, detinha R\$ 6,9 bilhões de ativos sob gestão no final de 2015.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Gestão de Recursos de Terceiros	Em dezembro de 2015, alcançamos 15,9% de participação do mercado em termos de ativos sob gestão, o segundo maior gestor de recursos de terceiros no Brasil.	De acordo com a ANBIMA, em dezembro de 2015 o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil alcançou R\$ 2.983 bilhões de ativos totais, com a concorrência concentrada em grandes e estabelecidos Bancos de Varejo. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: ANBIMA.

Soluções para Mercado de Capitais

As unidades de negócios da área de Soluções para Mercado de Capitais oferecem os seguintes serviços:

(i) custódia local e serviços fiduciários, (ii) custódia internacional e (iii) soluções corporativas, atuando como prestador de serviços de transferência e de escrituração para empresas brasileiras que emitem ações, debêntures, promissórias e cédulas de crédito bancário. Também atuamos como agente de garantias em transações de *project finance*, contas garantidas e contratos de empréstimos e financiamentos.

Nosso foco é sermos um prestador de serviços completos para clientes institucionais, oferecendo

soluções integradas e um canal exclusivo com profissionais especializados. Para sermos eficientes, o alicerce desses negócios é a tecnologia.

Fundos de pensão, companhias de seguro, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de títulos de crédito e dívida são nossos principais clientes nesses negócios, representando aproximadamente 3.429 clientes em 22 países, que alcançaram R\$ 2,3 trilhões de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2015, incluindo fundos de investimento, *underwriting*, fundos de pensão, serviços fiduciários e de corretagem.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Custódia Local	Em dezembro de 2015, alcançamos 26,6% do mercado total de ativos sob custódia local e ocupamos a segunda posição entre os custodiantes locais.	De acordo com a ANBIMA, o total de ativos sob custódia local no Brasil atingiu R\$ 3.405 bilhões em dezembro de 2015. Nossos principais concorrentes são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.
Custódia Internacional	Em dezembro de 2015, a nossa participação do mercado atingiu 13,0% em termos totais de ativos sob custódia internacional e ocupamos a terceira posição entre os custodiantes internacionais.	De acordo com a ANBIMA, o serviço de custódia internacional no Brasil totalizou R\$ 1.038 bilhões em ativos em dezembro de 2015. Nossos principais concorrentes são o Banco Citibank S.A., JP Morgan's Securities e o Banco Bradesco S.A.
Soluções para Corporações	Em dezembro de 2015, lideramos como agentes de transferência e de registro para 222 empresas listadas na BM&FBovespa, o que representa 61,8% das empresas listadas nesta bolsa de valores. Além disso, lideramos como agente de transferência em 492 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 51,6% do mercado.	Nossos principais concorrentes no mercado de ações são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente em debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e BM&FBovespa.

Itaú Corretora (Corretagem)

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na BM&FBovespa desde 1965. Atendemos mais de 97 mil clientes de Varejo no Brasil, com posições em mercados de ações e renda fixa, sendo responsáveis por, aproximadamente, R\$ 29 bilhões em volume de negociações. Esses serviços também são oferecidos para clientes internacionais através da nossa corretora em Nova Iorque.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Serviços de Corretagem – Varejo ⁽¹⁾	Classificado em terceiro lugar em Serviços de Corretagem-Varejo por volume de negociações em dezembro de 2015.	Principais concorrentes: XP Investimentos, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cash Equities ⁽¹⁾	Classificada em sexto lugar no segmento de Cash Equities, por volume de negociação, no período de janeiro a dezembro de 2015.	Principais concorrentes: Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., UBS Brasil Corretora, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Futuros e Derivativos ⁽¹⁾	Classificada em sexto lugar no segmento de Futuros e Derivativos por número de contratos negociados, no período de janeiro a dezembro de 2015.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio, BGC Liquidez Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Pesquisa ⁽²⁾	Classificada como a primeira Research House na América Latina.	Principais concorrentes (locais e globais): J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e Bank of America Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Fonte: (1) CBLCnet, (2) Revista Institutional Investor.

Nossas Operações Internacionais GRI G4-6 | G4-8

Itaú Unibanco Holding – Atuação Global



Na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, atendemos ao varejo e atacado, com foco principal em atividades de banco comercial. Contamos ainda com um escritório de representação do Itaú BBA no Peru, e estamos intensificando gradualmente nossa atuação na Colômbia através de nossas operações de banco de investimento e grandes empresas. No México, iniciamos as operações de uma corretora.



Além disso, temos operações na Europa (França, Alemanha, Portugal, Reino Unido, Espanha e Suíça), nos Estados Unidos (Miami e Nova Iorque), no Caribe (Ilhas Cayman e Bahamas), no Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e Tóquio). Essas operações atendem principalmente clientes institucionais, do segmento corporativo e de *private banking*.

Consulte a [seção Nosso Perfil, item Colaboradores](#) para mais detalhes sobre o número de colaboradores no exterior.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Resultados, Receitas das Operações no Brasil e no Exterior](#) para mais informações.

América Latina

A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido a sua proximidade geográfica e cultural com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o “banco da América Latina”, uma referência na região, para todos os serviços financeiros fornecidos a pessoas físicas e jurídicas. Ampliamos nossos negócios na região de maneira sustentável nos últimos anos e, agora, a nossa prioridade é ganhar escala e manter o forte vínculo com o mercado de varejo local, além de fortalecer nosso vínculo com as empresas locais.

A fim de prestar serviços aos nossos mais de 1,9 milhão de clientes, em 31 de dezembro de 2015, contávamos com uma rede de 246 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (excluindo o Brasil). No Paraguai, contávamos com 45 correspondentes não bancários – postos de atendimento com estrutura simplificada – localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes nesse país. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos ainda 36 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Canais de Distribuição](#) para mais informações sobre a nossa rede de distribuição na América Latina.

Banco Itaú Argentina

Operamos na Argentina desde 1979, com foco em empresas de grande porte com ligações comerciais com o Brasil. Em 1994, demos início a nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença naquele país com a aquisição do *Buen Ayre Bank*, renomeado subsequentemente como Banco Itaú Argentina.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (*corporate*), pequenas e médias empresas e varejo. O nosso foco de atuação, quanto ao segmento de grandes empresas, são as companhias de grande porte e os clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para o crescimento da capacidade produtiva. No varejo, concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda, e oferecemos serviços de contas correntes e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Total da Carteira de Crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2015, detínhamos 2,4% de participação no mercado, em termos de saldo total de empréstimos em pesos argentinos, posicionando-nos como o décimo terceiro maior banco privado na Argentina.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander Río S.A., Banco de Galicia y Buenos Aires S.A., BBVA Banco Frances S.A. e Banco Macro S.A.

Fonte: Banco Central da Argentina.

Banco Itaú Chile

Nossos negócios no Chile concentram-se principalmente no segmento de varejo e de alta renda, mas também operamos com empresas de médio e grande porte. Iniciamos nossas atividades no Chile em 2007, depois que o *Bank of America Corporation* transferiu as operações do BankBoston Chile e do BankBoston Uruguay para nós. Em agosto de 2014, ampliamos nosso contrato assinado em 2011 e passamos a deter 100% de participação na Munita, Cruzat & Claro, líder em gestão de fortunas no Chile. A integração, realizada por meio do Itaú Private Bank, irá se concentrar na continuidade do relacionamento com clientes. Nesse sentido, reafirmamos nosso compromisso com o mercado chileno e nosso objetivo de sermos o maior banco privado do mercado latino-americano.

Itaú CorpBanca

Em 2015, a fusão do Itaú Chile com o CorpBanca foi aprovada pela Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras (SBIF), no Chile. Como resultado, obtivemos todas as autorizações de órgãos reguladores no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá para completar a fusão. A fusão foi concluída em 1º de abril de 2016. Esta operação representa um passo importante na nossa estratégia de expandir a nossa presença na América Latina, colocando o banco no que acreditamos ser uma posição de destaque no Chile e na Colômbia e diversificando nossas operações na região.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Total da Carteira de Crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2015, nossa participação de mercado era de 5,6%, com base no saldo total de empréstimos em pesos chilenos, posicionando-nos como o sétimo maior banco privado no Chile.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander-Chile S.A., Banco de Chile S.A., Banco de Crédito e Inversiones S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Chile S.A.

Fonte: Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras.

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Interbanco, que foi adquirido pelo Unibanco em 1995. Em 2010, a marca Itaú foi introduzida e o nome do banco foi mudado para Banco Itaú Paraguai. O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento *consumer*

banking. As principais fontes de receita do Banco Itaú Paraguai são os produtos de *consumer banking*, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento. No segmento de *corporate banking*, o Banco Itaú Paraguai é referência em agronegócios. Somos líderes entre os bancos do Paraguai em termos de resultados e depósitos (dados fornecidos pelo Banco Central do Paraguai, dezembro de 2015).

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Total da Carteira de Crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2015, detínhamos 15,6% do saldo total de empréstimos em guaranis, posicionando-nos como o terceiro maior banco privado no Paraguai.	Nossos principais concorrentes são Banco Continental S.A.E.C.A., Banco Regional S.A.E.C.A. e Banco Bilbao Viscaya Argentina Paraguay S.A.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito naquele país) e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de soluções bancárias personalizadas.

Nosso negócio de banco de varejo está focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas. Os

produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e para o setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gerenciamento de caixa, tesouraria, negociação e investimentos.

O quadro a seguir apresenta a nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor.

Produto/Serviço	Posição de Mercado	Outras Informações e Principais Concorrentes
Total da Carteira de Crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2015, detínhamos 19,4% de participação de mercado, com base no saldo total de empréstimos em pesos uruguaios, posicionando-nos como o terceiro maior banco privado no Uruguai.	Nossos maiores concorrentes são Banco Santander S.A, Banco Bilbao Vizcaya Argentina Uruguay S.A. e Scotiabank Uruguay S.A.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

Colômbia

Na Colômbia, iniciamos nossas operações nos segmentos de atacado e de banco de investimento no final de 2012. Nosso mercado alvo é formado por investidores institucionais e empresas brasileiras de grande porte, com operações na Colômbia, e também empresas colombianas que operam no Brasil. A carteira de produtos compõe-se de operações de crédito, financiamento de operações comerciais no exterior, câmbio e derivativos, e atividades de banco de investimentos, tais como assessoria para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais.

Nossa presença na Colômbia está crescendo e agora seremos parte de uma operação maior como resultado da fusão com o CorpBanca.

Consulte a [seção Nosso Perfil, item Destaques de 2015, Eventos Recentes](#) para mais informações sobre a fusão do Banco Itaú Chile com o CorpBanca.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru e estamos considerando expandir nossas atividades para os segmentos de grandes empresas e banco de investimento, seguindo a mesma estratégia adotada na Colômbia, visando a aproveitar o forte crescimento do país.

México

O México continuará com a área de Research nas companhias locais.

Itaú BBA International

Nossas atividades bancárias desenvolvidas sob a estrutura societária do Itaú BBA International estão focadas principalmente em duas linhas de negócios:

- *Corporate and Investment Banking*: com sede no Reino Unido e plataformas comerciais em diversas cidades europeias, atendemos às necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com destaque para as operações associadas a financiamentos e relações de investimentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os diversos serviços que oferecemos incluem a originação de financiamento estruturado, operações de cobertura de riscos, financiamento de exportação e consultoria para empresas europeias que investem na América Latina e companhias latino-americanas em processo de internacionalização.
- *Private Banking*: sob a estrutura corporativa do Itaú BBA International, atuamos como gestor de atividades de *private banking* em Miami e na Suíça, oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Outras Operações Internacionais

Para dar suporte a nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (*hedging*) ou negociação comercial própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Bahamas, Nova Iorque e Ilhas Cayman, e de nossas outras operações internacionais.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos – mediante a emissão de títulos e valores mobiliários – certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais, pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova Iorque, bem como pelo Itaú Bank Ltd., subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman. Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itaú Bank e por nossas agências das Ilhas Cayman e Nassau. Essas unidades também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio de nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos de banco correspondente com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionarmos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Além disso, o Itaú BBA participa, como distribuidor dos mercados internacionais de capital, pois contamos com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em São Paulo, Nova Iorque, Santiago, Londres e Hong Kong. Oferecemos ampla cobertura de *research* para mais de 206 empresas com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos fortes competitivos

Acreditamos que os seguintes pontos fortes nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Principal marca de banco do Brasil

Acreditamos que nossas marcas são bastante fortes e altamente reconhecidas no Brasil – associadas à qualidade e confiabilidade e, com a nossa ampla carteira de produtos – ajudam-nos a manter rotatividade baixa de clientes, particularmente entre aqueles do segmento de alta renda. Em 2015, nossa marca foi apontada pela consultoria *Interbrand* como a mais valiosa no Brasil pelo décimo-segundo ano consecutivo. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Marca](#) para mais informações.

Extensa rede de agências em regiões geográficas com grande atividade econômica

A nossa rede de agências no Brasil, embora tenha alcance nacional, está estrategicamente concentrada na região Sudeste do país. A nossa rede de agências em outros países do Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) também está localizada em regiões de alto nível de atividade econômica. A localização de nossa rede de agências em regiões econômicas-chave nos proporciona uma forte presença e uma vantagem competitiva para oferecer nossos serviços a uma ampla variedade de clientes, lucrando com oportunidades seletivas de mercado. A nossa rede exclusiva de caixas eletrônicos – considerada por nós como um dos fortes pontos competitivos – permite que ofereçamos uma ampla gama de produtos e serviços para nossos clientes.

Além disso, remodelamos as agências, principalmente as localizadas em shopping centers. Essas agências possuem nova identidade visual e nova proposta de serviços, oferecendo um novo conceito de atendimento ao cliente e layout personalizado, inspirado no design de uma loja de varejo. As agências localizadas em shopping centers possuem horário de atendimento ampliado, uma conveniência extra para os nossos clientes. Contamos ainda com uma ampla rede de atendimento composta por agências, postos de atendimento bancário e caixas eletrônicos no Brasil e no exterior. Para mais informações, consulte a [seção Nosso Perfil, item Canais de Distribuição](#).

Linha diversificada de produtos e serviços

Somos um banco de múltiplos serviços com uma linha diversificada de produtos e serviços criados para atender às necessidades dos nossos diversos tipos de clientes: grandes, micro e pequenas empresas, varejo, pessoas físicas de alta renda, clientes de *private bank*, não correntistas e usuários de cartão de crédito. Acreditamos que esse modelo de negócio crie oportunidades para melhorar nossa relação com os clientes e, dessa forma, aumentar a nossa participação no mercado. Esperamos manter nossa liderança conquistando um sólido e crescente número de operações em diversos segmentos de negócios.

Tecnologia e canais de distribuição eletrônicos como incentivos para vendas

O nosso intenso uso de tecnologia em nossas operações e em canais de distribuição eletrônicos contribuem significativamente para o aumento de vendas de produtos e serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. Investimos em tecnologia porque acreditamos que assim poderemos melhorar o mundo dos nossos colaboradores e clientes. Priorizamos os esforços no desenvolvimento de plataformas e serviços que utilizam o melhor da tecnologia, com o objetivo de simplificar e facilitar a vida de todos que se relacionam com o banco, com foco na mobilidade e conveniência.

Nossa tecnologia sofisticada permite oferecer serviços bancários remotos (*call centers*, *internet banking*, etc.) e possibilita aos clientes verificar extratos e fazer transações online ou por telefone. Além disso, nossas equipes de vendas podem acessar a classificação de crédito dos clientes com facilidade e propostas de crédito podem ser enviadas pela internet por qualquer corretora cadastrada em nossos sistemas.

Em 31 de dezembro de 2015, concluímos nossos investimentos em TI previstos para o período entre 2012 e 2015, financiados por recursos internos. Esses investimentos foram feitos em sistemas de processamento de dados, compra de *softwares*, desenvolvimento de sistemas e na construção do nosso novo Centro de Processamento de Dados, localizado no Estado de São Paulo, um dos maiores da América Latina, cuja construção foi concluída e as configurações da infraestrutura ambiental estabelecidas com sucesso. O novo centro de processamento de dados dará suporte ao nosso crescimento até 2050, garantindo o alto desempenho e disponibilidade das nossas operações.

Além disso, por meio das nossas plataformas online Uniclass e Personnalité Digital, ampliamos o nosso modelo de atendimento, permitindo que os gerentes de relacionamento ofereçam serviços personalizados aos clientes entre 7h00 e 0h00, de segunda a sexta-feira. Também remodelamos e oferecemos aos nossos clientes outros canais digitais, como os aplicativos Itaucard e Itaú Empresas. Para mais informações sobre o Personnalité Digital e outros canais digitais, consulte a [seção Nosso Perfil, item Canais de Distribuição](#).

Modelo de precificação baseado em risco como ferramenta para gerenciar risco ao mesmo tempo em que explora oportunidades

Nosso modelo de precificação, baseado no risco aplicado aos nossos produtos, é uma importante vantagem competitiva, pois fornece uma dimensão mais precisa da equação risco versus retorno, em diversos cenários. É uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, gerenciar riscos. Dependendo do produto, cada contrato é precificado separadamente, utilizando os modelos de retorno sobre capital ajustado ao risco que proporcionam uma melhor avaliação do mercado correspondente.

Concorrência

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil. Em 30 de setembro de 2015, havia 132 conglomerados, 25 bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento e Caixa Econômica Federal.

Nós, juntamente com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A., somos os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 30 de setembro de 2015, estes bancos respondiam por 34,5% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Enfrentamos também a concorrência de bancos do setor público, que se acirrou. Em 30 de setembro de 2015, o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal e o BNDES respondiam por 42,6% do total de ativos do sistema bancário.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos dos 10 principais bancos no Brasil, classificados de acordo com a sua participação no total de ativos do setor bancário brasileiro:

(Em bilhões de R\$)

Posição	Bancos por total de ativos ⁽¹⁾	Tipo de Controle	Em 31 de dezembro de	
			2015	Total em %
1º	Banco do Brasil S.A. ⁽²⁾	Estatal	1.439,0	17,4
2º	Itaú Unibanco Holding S.A.	Privado	1.285,4	15,6
3º	Caixa Econômica Federal	Estatal	1.203,8	14,6
4º	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Estatal	925,9	11,2
5º	Banco Bradesco S.A.	Privado	905,1	11,0
6º	Banco Santander Brasil S.A.	Privado	681,7	8,3
7º	Banco BTG Pactual S.A.	Privado	241,7	2,9
8º	HSBC Bank Brasil S.A.	Privado	175,1	2,1
9º	Banco Safra S.A.	Privado	147,6	1,8
10º	Banco Citibank S.A.	Privado	76,0	0,9
n.a.	Outros	n.a.	1.181,1	14,3
	Total		8.262,3	100,0

(1) Baseado em serviços bancários, excepto seguros e fundos de pensões.

(2) Inclui a consolidação de 50,0% do Banco Votorantim S.A. com base no Banco do Brasil e exclui estes 50,0% do Sistema Financeiro Nacional.

Fonte: Banco Central (Top 50 Bancos no Brasil).

Nossas ações

	Bolsa de valores	Símbolos		Níveis de governança
		Ações ordinárias	Ações preferenciais	
	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA)	ITUB3	ITUB4	Nível 1
	Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)	-	ITUB ⁽¹⁾	Nível 2
	Bolsa de Valores de Buenos Aires (BCBA)	-	ITUB4 ⁽²⁾	-

(1) American Depositary Shares, ou ADSs.

(2) Certificados de Depósitos Argentinos, ou CEDEARS.

As ações ordinárias conferem a seu titular direito a um voto nas assembleias gerais. O direito de voto dos nossos acionistas controladores não difere do direito de voto dos outros detentores de ações ordinárias.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem a seu titular:

- prioridade no recebimento do dividendo obrigatório, no valor de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo com o dividendo mínimo; e
- direito de venda conjunta (*tag-along*) em eventual alienação de controle, garantindo o preço igual a 80% do valor pago pelas ações ordinárias dos acionistas controladores.

A legislação societária brasileira prevê que os acionistas detentores de ações preferenciais podem votar quando a empresa deixar de pagar dividendos fixos, ou mínimos, aos quais eles têm direito, pelo prazo previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos. Os acionistas detentores de ações preferenciais mantêm esse direito até que o pagamento seja efetuado, no caso de dividendos não cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos.

A criação de uma nova classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais ou qualquer mudança na preferência ou nos direitos associados às ações preferenciais, precisa ser aprovada por, no mínimo, 50% das ações ordinárias e também pelos acionistas que representam a maioria das ações preferenciais, em uma assembleia geral extraordinária. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Assembleia Geral Ordinária](#) para mais informações sobre os procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

A tabela a seguir apresenta os maiores e menores preços de fechamento da ação preferencial para os períodos indicados:

Valor de fechamento das ações preferenciais	(Em R\$)		(Em US\$)		(Em US\$)	
	Por Ação Preferencial (ITUB4) ⁽¹⁾		Por Ação Preferencial (ITUB4)		Por ADS (ITUB) ⁽¹⁾	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
2016 (até 27 de abril de 2016)	33,71	23,07	9,52	5,56	9,64	5,49
Janeiro	25,34	23,07	6,32	5,56	6,29	5,49
Fevereiro	25,47	23,25	6,38	5,82	6,43	5,77
Março	33,20	26,58	9,16	6,66	9,14	6,70
Abril (até 27 de abril de 2015)	33,71	29,50	9,52	8,03	9,64	8,02
2015	35,57	25,81	15,21	7,23	12,30	6,32
Outubro	29,75	26,00	7,72	11,66	7,77	6,68
Novembro	29,35	27,42	7,92	7,23	8,12	7,08
Dezembro	29,15	26,33	8,36	6,74	7,76	6,49
Primeiro trimestre	33,54	29,77	13,33	9,51	12,30	9,45
Segundo trimestre	35,57	29,82	15,21	9,62	12,07	9,51
Terceiro trimestre	31,84	25,81	10,20	7,30	10,18	6,32
Quarto trimestre	29,75	26,00	7,72	11,66	8,12	6,49
2014	37,49	24,18	16,65	10,02	16,65	9,88
Primeiro trimestre	28,02	24,18	12,38	10,02	12,28	9,88
Segundo trimestre	31,35	28,14	14,05	12,64	14,01	12,39
Terceiro trimestre	37,49	28,69	16,65	12,96	16,65	12,62
Quarto trimestre	36,35	29,09	14,31	11,48	14,65	10,86
2013	28,60	22,15	13,12	9,78	14,31	9,66
2012	29,00	20,32	16,10	10,18	16,35	9,84
2011	30,50	19,20	18,25	12,00	18,44	11,04

Fonte: Sistema Economatica.

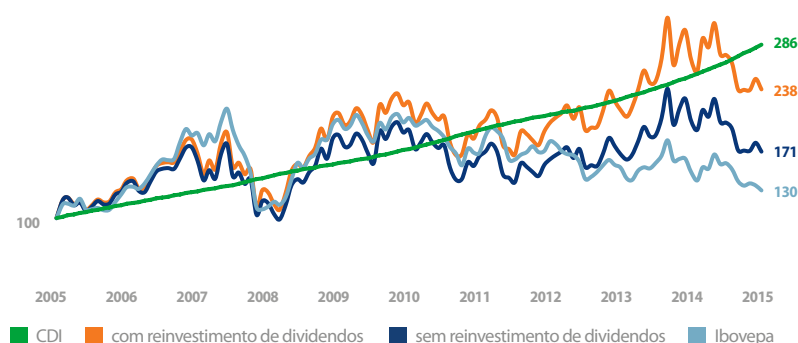
(1) Histórico de preços estão ajustados por proventos.

O gráfico ao lado apresenta a evolução de R\$ 100 investidos entre 29 de dezembro de 2005 e 30 de dezembro de 2015, comparando o preço da nossa ação preferencial (ITUB4), com e sem reinvestimento de dividendos, com o desempenho do Ibovespa e CDI.

Informação para o Investidor

Adoção do Voto Múltiplo

Segundo a legislação societária brasileira e a regulamentação da CVM, os acionistas que representam pelo menos 5% do capital social com direito a voto podem exigir o processo de voto múltiplo com até 48 horas de antecedência à assembleia geral ordinária. Cada ação terá direito a tantos votos quantos forem os membros do conselho eleitos, e o acionista tem o direito de concentrar os votos em um candidato ou de



distribuí-los entre os diversos candidatos. Cabe à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar antecipadamente aos acionistas o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger um conselheiro, será assegurado ao acionista controlador

o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compuser o conselho.

Além disso, como o nosso Estatuto Social não prevê intervalos escalonados, nossos conselheiros podem ser reeleitos consecutivamente sem interrupção. Sempre que a eleição for realizada por meio do processo de voto múltiplo, a destituição do cargo de quaisquer membros do Conselho de Administração pelos acionistas, em uma assembleia geral, resultará na destituição de todos os demais membros e uma nova eleição será providenciada. Para não afetar a administração da empresa, como resultado da destituição de membros do Conselho de Administração, a legislação societária brasileira prevê que, apesar da destituição, os mesmos conselheiros poderão continuar no exercício de suas funções até que os novos membros eleitos sejam empossados.

Direito de preferência, aumento de capital e integralização de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em casos específicos, conforme a legislação societária brasileira.

Nosso Estatuto autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 7,986 bilhões de ações, sendo 3,993 bilhões de ações ordinárias e 3,993 bilhões de ações preferenciais (capital autorizado). Até o limite do nosso capital autorizado, a emissão de ações pode ser feita sem consideração ao direito de preferência dos nossos acionistas se for realizada (i) para venda em bolsa de valores; (ii) por subscrição pública; e (iii) para troca por nossas ações em uma oferta pública para aquisição do nosso controle. Independentemente desta disposição, todos os nossos aumentos de capital social precisam ser ratificados pelos nossos acionistas e aprovados pelo Banco Central.

Após aprovação do aumento de capital pelo Banco Central, o acionista precisará integralizar o montante correspondente às ações subscritas, nos prazos previstos na documentação de subscrição relativa àquele aumento de capital. O acionista que não fizer a integralização no prazo determinado na documentação de subscrição será considerado inadimplente segundo os termos da legislação societária brasileira.

A legislação brasileira não prevê responsabilidade em chamadas de capital, portanto, a participação de nossos acionistas pode ser diluída caso eles optem por não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações em caso de aumento de capital.

Forma e Transferência

Nossas ações são escriturais e a Itaú Corretora de Valores S.A. é a nossa prestadora dos serviços de escrituração de ações. Portanto, as ações emitidas por nós devem ser mantidas em contas de depósito e em nome do investidor.

Como alternativa, o investidor também pode depositar ações na BM&FBovespa por intermédio de uma instituição custodiante autorizada pela CVM. Nesse caso, a BM&FBovespa, como depositária central, detém as ações em seu nome, mas controla a titularidade dos valores mobiliários por meio de uma estrutura de contas de depósito mantidas em nome do investidor. Não há distinção nos direitos e nas obrigações dos acionistas, independentemente de suas ações estarem depositadas em uma corretora e distribuidora de valores ou na BM&FBovespa.

Resgate e direito de retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, exceto no caso de deixarem de ser negociadas em bolsa. Segundo a legislação societária brasileira, contudo, a aprovação de determinadas matérias dá ao acionista dissidente, em certas condições, o direito de se retirar da empresa e esse direito expirará trinta dias após a publicação da ata de assembleia aplicável. Este afastamento pode ocorrer em certas condições, mediante o reembolso do valor justo das ações desse detentor, calculado com base em critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que dê origem a uma retirada no prazo de até dez dias após o término do prazo de retirada estabelecido, se o exercício do direito de retirada vier a comprometer a nossa estabilidade financeira.

O direito de retirada não está disponível para acionistas cujas ações possuírem liquidez e forem negociadas ativamente no mercado acionário em casos de fusão ou incorporação, ou nos casos em que a empresa optar por fazer parte de um grupo de sociedades.

As ações ordinárias e preferenciais devem ser reembolsadas mediante o cancelamento de seu registro, ao preço justo apurado pelos critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Se a deliberação que ensejou o direito de retirada for aprovada em mais de 60 dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista poderá exigir o resgate de suas ações por um valor baseado em novo balanço patrimonial, datado de até 60 dias após a data da realização da assembleia geral.

Nos Estados Unidos

Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, na forma de ADSs (uma ADS representa uma ação preferencial), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Estas exigências incluem a divulgação das demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a lei *Sarbanes-Oxley* de 2002.

Nossas ADSs são emitidas pelo *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores de 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, em vigor a partir 03 de abril de 2009, entre nós, o depositário e titulares e usufrutuários de ADSs. O escritório principal do depositário está localizado em 225 Liberty Street, New York, New York 10281.



Os detentores de ADS não têm os mesmos direitos dos acionistas, que são regidos pela legislação societária brasileira. O depositário é o detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADSs possuem os direitos dos detentores daqueles títulos.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por meio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores de ADSs não possuem os mesmos direitos que os acionistas, depositários e proprietários das ações correspondentes, no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADSs e é regido pela legislação de Nova Iorque.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital que reduzisse a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, teriam direito de preferência na subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Consulte a [seção Anexos, item Considerações para Detentores de ADS](#) para mais informações.

Taxas e Despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs ao depositário.

Evento	Taxas
Emissão ⁽¹⁾ ou cancelamento para fins de resgate ⁽²⁾ de ADSs	US\$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parcela deles) + quaisquer taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais, ou outras instituições, pela formalização e entrega ou resgate de ADSs.
Qualquer distribuição em dinheiro	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela deles).
Serviços depositários	US\$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dele), por ano civil (além de uma taxa de distribuição em dinheiro de US\$ 0,02 por ADS durante o ano).

(1) Inclusive emissões resultantes da distribuição de ações preferenciais ou direitos ou outros bens, substituição de ações subjacentes e transferência, desdobramento ou agrupamento de recebimentos.
(2) Inclusive em caso de término do contrato de depósito.

Além disso, as outras taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs são:

- Taxas de registro: registro das transferências de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/para o nome do depositário ou seu agente, quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais;
- Taxa de distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADSs: equivalente à taxa que seria paga se os títulos e valores mobiliários distribuídos ao detentor fossem ações preferenciais, e se essas ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs;
- Despesas de conversão de moeda estrangeira: despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos Estados Unidos; e
- Despesas do depositário: transmissões por cabo, *telex* e *fac-símile* (quando previstas expressamente no Contrato de Depósito).

Além disso, impostos e outros encargos governamentais que o depositário, ou o custodiante, tem que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial objeto de uma ADS (como, por exemplo, os impostos sobre a transferência, impostos do selo ou impostos retidos na fonte), conforme necessários, seriam pagos pelos detentores de ADSs. Quaisquer outras despesas incorridas pelo depositário ou seus agentes referentes aos títulos e valores mobiliários não são realizadas no mercado brasileiro neste momento.

Pagamento de Impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados aos investidores ou vender títulos depositados, em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos devidos. Os

investidores continuarão responsáveis pelo débito se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele reduzirá – caso seja adequado – o número de ADSs para refletir a venda e pagar aos investidores qualquer importância obtida, ou enviar aos investidores quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso de Taxas

The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorreremos em relação à organização e manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar pelas taxas em que incorreremos para continuidade da negociação em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, *fac-símile* e ligações telefônicas, assim como em nos reembolsar, anualmente, por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós, com base em indicadores de desempenho aplicáveis, referentes à ADS. Existem limites para o valor das despesas que serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para nós não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobrar dos investidores.

O depositário cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs, em caso de exercício dos direitos de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores, deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar essas taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços de depósito por ele prestados, deduzindo-a das distribuições em dinheiro, faturando diretamente os investidores ou, ainda, fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes agindo em nome deles. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços sujeitos a taxas até que elas tenham sido pagas.

Em 2015, recebemos do depositário US\$ 21,4 milhões destinados a promover e incentivar o programa de ADR no mercado e a suprir os custos usuais de manutenção dos ADSs (conforme descritos anteriormente), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes à ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

Na Argentina

Emitimos também CEDEARs, que representam ações de empresas estrangeiras negociadas na Argentina. Os nossos CEDEARs estão lastreados nas nossas ações preferenciais e listados na Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA), uma associação privada autorregulamentada, sem fins lucrativos. A BCBA é responsável pelo registro dos negócios e a publicação de cotações e volumes das operações. A sua autoridade de fiscalização permite, entre outras medidas, a suspensão do pregão sempre que a considerar necessária para controlar ou prevenir variações anormais nas cotações.

Pagamento de Acionistas

Nosso Estatuto estabelece a distribuição aos acionistas de dividendo obrigatório equivalente a 25% de nosso lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores referentes à constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da reversão dessa reserva relativa a exercícios anteriores.

O dividendo obrigatório poderá ser pago na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A principal diferença entre as duas formas de pagamento é o tratamento fiscal. O pagamento de dividendos é isento de tributação para os acionistas.

O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15%, ou 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado.

O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital líquido de qualquer retenção de imposto, poderá ser incluído como parte do dividendo obrigatório. Nesses casos, temos que distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, depois do pagamento que nos cabe dos impostos aplicáveis referentes à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja, no mínimo, igual ao dividendo obrigatório. Consulte a [seção Anexos, item Considerações para Detentores de ADS, Tributação para Detentores de ADS](#), para mais informações.

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o pagamento mensal de R\$ 0,015 por

ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data-base para apuração dos acionistas que fazem jus a esse recebimento, no Brasil, é determinada com base na posição acionária registrada no último dia do mês anterior ao mês de referência do dividendo mensal. Com relação às nossas ADSs, entretanto, a data usada para determinar os acionistas que fazem jus ao recebimento do dividendo mensal é três dias após a data de referência brasileira. Em ambos os casos, os dividendos mensais são pagos no primeiro dia útil do mês seguinte.

Quando o valor do nosso resultado estiver calculado, pretendemos pagar a diferença existente entre o valor acumulado dos dividendos mensais antecipados e o valor equivalente ao dividendo obrigatório, calculado conforme mencionado anteriormente. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, os quais deverão ser submetidos à ratificação da assembleia geral ordinária.

O acionista pode pleitear o pagamento de qualquer dividendo no prazo de três anos, a partir da data de pagamento desses dividendos. Após esse período, não temos qualquer responsabilidade por tal pagamento.

Acionistas não residentes no Brasil precisam registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio e outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ou superiores ao obrigatório, o que pode não ocorrer caso nossos acionistas decidam que tal distribuição seria desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Nesse caso, se o nosso Conselho Fiscal estiver constituído, ele precisará dar um parecer sobre essa decisão e a administração precisará apresentar à CVM um relatório detalhado com os motivos da suspensão do pagamento de dividendos. O lucro não distribuído em virtude de suspensão de pagamento de dividendos terá que ser alocado em uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, ele será pago como dividendo assim que a situação financeira permitir.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 21b](#), e a [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#).

Pagamento de Dividendos aos Detentores de ADS

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante, o Itaú Unibanco, que é também o proprietário registrado nos serviços de registro de nossas ações preferenciais. O depositário do nosso programa de ADS é o *The Bank of New York Mellon*. Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs são feitos diretamente ao banco depositário no exterior, que é responsável por repassá-los aos acionistas titulares em um prazo médio de 10 dias após a realização do pagamento no Brasil. O montante recebido pelo detentor de ADS pode ser reduzido se nós, o custodiante ou o depositário, tivermos que reter um montante referente aos impostos ou outros encargos governamentais.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 21 – Patrimônio Líquido para outras informações sobre dividendos e ações em circulação](#).

Em 3 de agosto de 2015, o nosso Conselho de Administração declarou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,3460 por ação (ou R\$ 0,2941 por ação, líquido de impostos), que foram pagos em 25 de agosto de 2015 para todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 12 de agosto de 2015.

Em 26 de novembro de 2015, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,20900 por ação (ou R\$ 0,17765 por ação,

líquido de impostos) para todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 9 de dezembro de 2015. Em 1º de fevereiro de 2016, nosso Conselho de Administração declarou juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,4564 por ação (ou R\$ 0,38794 por ação, líquido de impostos) para todos os acionistas registrados no fechamento do pregão de 18 de fevereiro de 2016. O pagamento desses pagamentos declarados de juros sobre capital próprio será feito em 29 de fevereiro de 2016.

10% de bônus para as ações do Itaú Unibanco

Em julho de 2015, pelo terceiro ano consecutivo, concedemos bônus de 10% para as nossas ações e nossos acionistas receberam uma nova ação para cada dez ações do mesmo tipo que já detinham.

Informações adicionais ao investidor **GRI G4-5**

Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede administrativa está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e nosso telefone é +55 -11- 2794-3547. Somos regidos, principalmente, pela legislação societária brasileira e pelo nosso estatuto social. Estamos registrados no CNPJ sob o nº 60.872.504/0001-23 e estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo por meio do NIRE 35300010230. Nosso objeto social, estabelecido no Artigo 2º do nosso estatuto social, é o de desenvolver a atividade bancária em todas as formas autorizadas, inclusive transações cambiais. Nosso agente para citação nos Estados Unidos é o gerente geral de nossa agência em Nova Iorque, que está localizada na 767 Fifth Avenue, 50th floor, New York, NY 10153.

CONTATOS

Programa de Ações

Serviço de escrituração contábil	Itaú Corretora de Valores S.A.
Telefone	3003 9285 (capitais e áreas metropolitanas) ou 0800 720 9285 (outras localidades) (ligações do Brasil) ou +55 11 3003 9285 (ligações do exterior)
E-mail	investfone@itau-unibanco.com.br
Site	www.itaucorretora.com.br
Endereço das agências especializadas	www.itaucustodia.com.br/agencia_enderecos.htm

Programa de ADS

Banco depositário	<i>The Bank of New York Mellon</i>
Telefone	1 888 BNY ADRS (1 888 269 2377) (ligações dos EUA) ou +1 201 680 6825 (ligações de fora dos EUA)
E-mail	shrrelations@bnymellon.com
Site	www.bnymellon.com/shareowner

Programa de CEDEAR

Banco depositário	Banco Itaú Argentina

Relações com Investidores

Itaú Unibanco Holding S.A.	
Telefone	+55 11 2794 3547
E-mail	investor.relations@itau-unibanco.com.br
Site	www.itau.com.br/investor-relations

2016 AGENDA CORPORATIVA

Assembleia Geral Ordinária	27 de abril de 2016
Divulgação dos Resultados – Primeiro Trimestre de 2016	3 de maio de 2016
Divulgação dos Resultados – Segundo Trimestre de 2016	2 de agosto de 2016
Divulgação dos Resultados – Terceiro Trimestre de 2016	31 de outubro de 2016

Nosso compromisso com as melhores práticas de governança corporativa está diretamente relacionado à atenção direcionada aos acionistas e investidores, à transparência e à prestação de contas. Dedicamos atenção especial à plataforma de comunicação com esses públicos e investimos continuamente no aprimoramento dos canais de atendimento e na qualidade dos serviços prestados.

Para estreitar o diálogo e fortalecer nosso relacionamento com nossos acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais, divulgamos os resultados, estratégias e perspectivas em reuniões públicas, em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), com a presença de aproximadamente 2,7 mil participantes em diversas cidades brasileiras. Em 2015, realizamos 22 reuniões e participamos de 30 conferências e nove *road shows* no Brasil e no exterior.

Realizamos quatro teleconferências em 2015, no dia seguinte à divulgação dos resultados trimestrais. Todas foram transmitidas em tempo real, em português e inglês, e podem ser acessadas por telefone ou por internet.

Nossas informações corporativas são divulgadas em nosso site de Relações com Investidores (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores). Além disso, somos o primeiro banco brasileiro a criar um perfil de RI no *Twitter* e a ter uma página no *Facebook*.

Rating de crédito

Nosso risco de crédito é submetido à avaliação independente pelas agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*. As agências avaliam nossa qualidade de crédito baseada em análises sobre a abrangência dos nossos negócios e atributos financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de riscos, força de capital, resultados, captação, liquidez, governança, bem como suporte externo do governo e/ou do grupo.

Ratings de crédito⁽¹⁾

31 de dezembro de 2015	Fitch Ratings	Standard&Poor's	Moody's
Itaú Unibanco Holding S.A.			
Curto prazo	F3	B	NP
Longo prazo	BBB-	BB	(P) Ba1 ⁽²⁾
Perspectiva	Negativa	Negativa	Ratings em Revisão
Itaú Unibanco S.A.			
Curto prazo	F3	B	P-3
Longo prazo	BBB-	BB	(P) Baa3 ⁽³⁾
Perspectiva	Negativa	Negativa	Ratings em Revisão

(1) Ratings em Escala Internacional em Moeda Estrangeira.

(2) Refere-se ao rating da Dívida Sênior do Itaú Unibanco Holding S.A. Moody's não classifica Ratings de Depósito ao Itaú Unibanco Holding.

(3) Refere-se ao Rating da Dívida Sênior Não Garantida do Itaú Unibanco Holding S.A. Rating de Depósito de Longo Prazo do Itaú Unibanco S.A. é Baa3.

Em abril de 2015, como consequência da revisão pela *Fitch Ratings* da perspectiva de ratings para o Brasil (soberano) de estável para negativa, a agência também revisou os ratings de 20 instituições financeiras brasileiras, inclusive do Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco e Itaú BBA, cujos ratings em escala internacional (exceto para ratings referentes a Moeda Estrangeira de Longo Prazo, que foi BBB+) foram rebaixados em um degrau e tiveram também suas perspectivas de escala internacional de longo prazo revisadas de estável para negativa.

Em maio de 2015, motivada pela publicação de sua nova metodologia global para bancos, adotada em março de 2015, a *Moody's* concluiu a revisão e anunciou ações de ratings de nove bancos brasileiros, inclusive rebaixamentos dos ratings do Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco e Itaú BBA.

Em junho de 2015, a S&P começou a atribuir ratings ao Itaú Unibanco. Os ratings e as perspectivas são iguais ao do Itaú Unibanco Holding, em virtude do status do Itaú Unibanco como subsidiária "principal" do Grupo Itaú Unibanco.

Em agosto de 2015, devido ao rebaixamento pela *Moody's* do rating de crédito soberano do Brasil no mesmo período, a agência de rating anunciou a mudança nos ratings de 14 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding. No entanto, os ratings de crédito soberanos do Brasil foram mantidos como grau de investimento.

Em setembro de 2015, a *Standard & Poor's* retirou o grau de investimento do Brasil. Como resultado, a agência de classificação anunciou revisões de ratings em escala global de 13 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding, também rebaixados para grau especulativo.

O rating de moeda estrangeira de longo prazo do Itaú Unibanco Holding e Itaú Unibanco foi rebaixado para BB+, com perspectiva negativa.

Em outubro de 2015, a *Fitch Ratings* anunciou o rebaixamento do rating de crédito soberano do Brasil e, consequentemente, a agência de classificação anunciou a mudança nos ratings de 17 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding. Entretanto, os ratings do Brasil, Itaú Unibanco e Itaú Unibanco Holding foram mantidos no grau de investimento mas com perspectiva negativa.

Em dezembro de 2015, a *Moody's* mudou a perspectiva do rating de títulos soberanos do Brasil de estável para ratings em revisão para rebaixamento, e também colocou em revisão para rebaixamento os ratings de várias instituições financeiras brasileiras, incluindo do Itaú Unibanco Holding e o Itaú Unibanco.

Também em dezembro de 2015, a *Fitch Ratings* anunciou a retirada do grau de investimento do rating soberano do Brasil e, posteriormente, anunciou várias ações de rating referentes a diversas instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding. No entanto, os ratings do Itaú Unibanco e do Itaú Unibanco Holding foram mantidos em grau de investimento mas com perspectiva negativa.

Essas revisões estão relacionadas a ratings soberanos e não são específicas das condições individuais dos bancos. O Itaú Unibanco continua a ter grau de investimento, segundo a *Fitch Ratings* e a *Moody's*. O Itaú Unibanco Holding continua a ter grau de investimento, segundo a *Fitch Ratings*.

Eventos Subsequentes

Em meados de fevereiro de 2016, a *Standard & Poor's* rebaixou novamente os ratings do Brasil. Como resultado, a agência de classificação anunciou revisões de ratings de 44 instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e Itaú Unibanco Holding, que também foram rebaixados.

Depois do rebaixamento do rating de títulos soberanos do Brasil de Baa3 para Ba2, com perspectiva negativa, em 24 de fevereiro de 2016, feito pela *Moody's*, a agência anunciou, em 25 de fevereiro de 2016, o rebaixamento atribuído aos ratings de 31 instituições bancárias brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco e o Itaú Unibanco Holding. De acordo com a *Moody's*, os ratings afetados foram impactados pelo rating soberano decorrente dos vínculos econômicos do importante emissor com o governo.

3_Nossa governança

Adotamos práticas de governança corporativa alinhadas com as melhores práticas do mercado que atendem às regras da CVM e do Banco Central. Conheça detalhes da nossa estrutura e de nossos administradores.



Nossa governança

GRI G4-34



Nossas práticas

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas com as melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional. Além disso, cumprimos as regras de Governança Corporativa emitidas pela CVM e pelo BACEN. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa.

De acordo com esses princípios, somos aderentes, de forma voluntária, ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), elaborado com base nas melhores práticas de governança corporativa adotadas no Brasil e no exterior. Nossas práticas de governança têm sido reconhecidas e, como resultado, fomos indicados para o Índice de Sustentabilidade Dow Jones e para o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOvespa (ISE). **GRI G4-15**

Em dezembro de 2015 fomos selecionados, pela primeira vez, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade da Euronext Vigeo: Euronext Vigeo – Emerging 70. O índice é composto por 70 companhias, selecionadas dentre 900 empresas listadas em países em desenvolvimento. As companhias selecionadas para o índice representam aquelas que apresentaram os melhores desempenhos em responsabilidade corporativa, segundo os ratings atribuídos pela Vigeo. A constituição do índice é revisada duas vezes por ano, em junho e dezembro. Fazer parte do Euronext Vigeo – Emerging 70 reflete nosso compromisso de longo prazo com o comportamento empresarial ético, com o cumprimento da lei, governança corporativa e responsabilidade social, cultural e ambiental. Consulte a [seção Nosso perfil, item Destaques de 2015](#) para outras informações sobre nossos prêmios e reconhecimentos.

Adotamos um Código de Ética que se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores. O nosso Código de Ética baseia-se em princípios que sustentam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e a busca permanente pelo desenvolvimento. Consulte o nosso Código de Ética em www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/CodigoEtica2013.pdf.

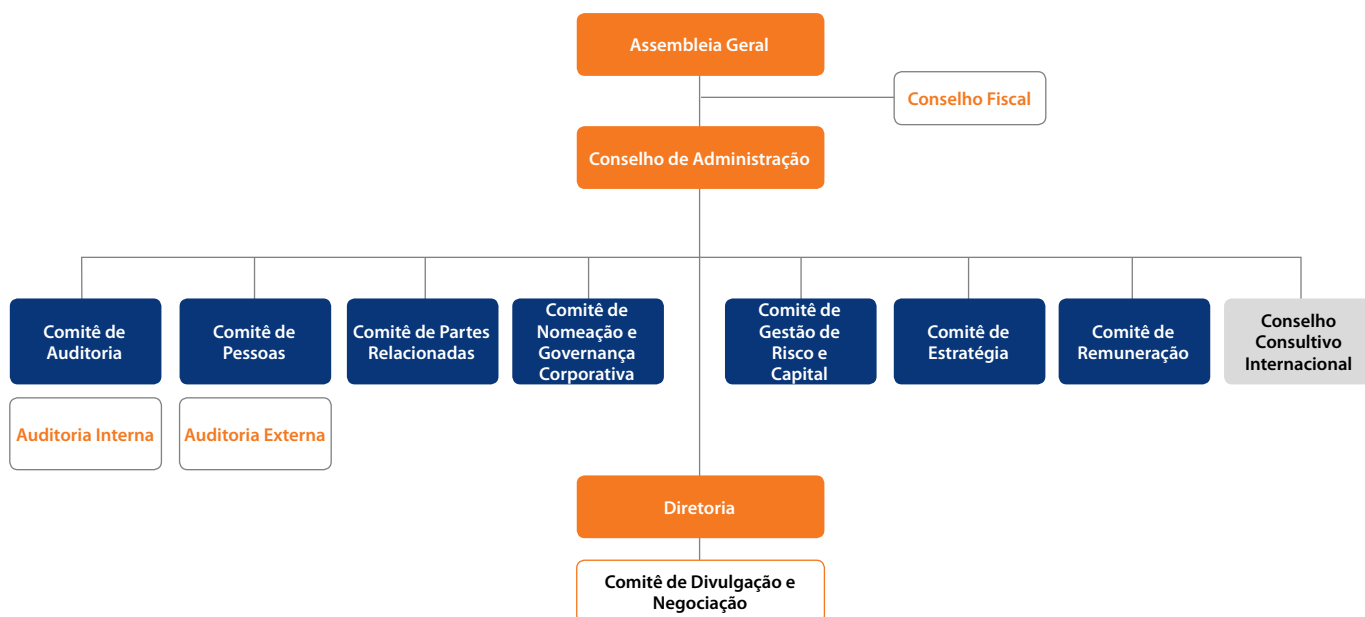
Adicionalmente, adotamos a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que trata da divulgação pública de informações relevantes, de acordo com a regulamentação da CVM. Também adotamos a Política de Negociação de Valores Mobiliários, que restringe a negociação de títulos e valores mobiliários durante certo período, exigindo que a administração anuncie publicamente todas as operações realizadas com os nossos títulos e valores mobiliários, conforme faculta a regulamentação da CVM. Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/politica_gc.pdf, para mais informações sobre os princípios e práticas de governança corporativa que adotamos.

Ao longo de nossa história, como parte de nossas iniciativas de governança corporativa, adotamos decisões relacionadas com a melhoria da divulgação de nossas informações e com a proteção dos direitos dos acionistas não controladores. Por exemplo, somos registrados como uma empresa de capital aberto na BM&FBOVESPA e, em 2001, fomos uma das primeiras empresas a aderir voluntariamente ao Nível 1 de Governança Corporativa dessa bolsa. Em 2002, registramos nossos ADSs de Nível 2 na NYSE, cumprindo tanto os critérios da SEC como também as exigências legais dos EUA, como a lei *Sarbanes-Oxley* de 2002.

Desde 2002, em sintonia com o compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, realizamos uma série de apresentações nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC). Desde 1996, também promovemos apresentações nos Estados Unidos e na Europa sobre as nossas práticas de governança. Nesses encontros, temos a oportunidade de fornecer para a comunidade financeira detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor, perspectivas futuras, entre outras questões importantes.

Estrutura da administração

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam amplamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma conjunta. Apresentamos, a seguir, os órgãos de nossa administração, suas principais funções e os administradores que os compõem.



Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Extraordinária

A nossa Assembleia Geral é o órgão mais alto de tomada de decisões e reúne os acionistas regularmente, até o final do mês de abril de cada ano, e, excepcionalmente, sempre que os interesses da empresa assim o exigirem.

A convocação da Assembleia Geral é de responsabilidade do nosso Conselho de Administração. O primeiro edital de convocação deve ser publicado até 15 dias antes da data da assembleia, em primeira chamada. A legislação societária brasileira estabelece que, em circunstâncias específicas, a assembleia também pode ser convocada pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista.

O edital de convocação de uma assembleia geral deve ser publicado três vezes, em datas diferentes, em diários oficiais de ampla circulação em São Paulo, onde está localizada a nossa sede, determinando o local, a data e a hora da reunião, a ordem do dia e, no caso de uma alteração em nosso estatuto social, uma descrição da alteração proposta.

Além de cumprir as exigências da legislação societária brasileira, nós também publicamos os editais em três idiomas diferentes (português, inglês e espanhol) em nosso site e os enviamos por mensagem eletrônica para os investidores e acionistas cadastrados, e também por meio da CVM, da BM&FBovespa, da *Securities and Exchange Commission* (SEC), da *New York Stock Exchange* (NYSE) e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA).

Como regra geral, a legislação societária brasileira prevê que o quórum para uma assembleia geral

é composto por acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital votante emitido na data da primeira convocação da assembleia. Caso esse quórum não seja alcançado, ele será representado por qualquer percentual do capital votante da empresa, na data da segunda convocação da assembleia. Geralmente, as nossas assembleias são realizadas com um quórum que representa aproximadamente 90% do nosso capital votante.

Para participar de uma assembleia geral, os acionistas devem apresentar um documento de identificação. O acionista pode ser representado em uma assembleia geral por um representante nomeado menos de um ano antes da assembleia. O representante precisa ser um acionista ou um diretor da empresa, um advogado ou uma instituição financeira (esclarecemos que o representante do acionista pessoa jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado). Os fundos de investimento devem ser representados por seu gestor.

Em 2012, passamos a disponibilizar uma ferramenta de Assembleia online, plataforma de votação eletrônica, que permite maior acessibilidade aos acionistas, os quais podem exercer seus votos antecipadamente, de qualquer localidade.

Conselho de Administração **GRI G4-41**

O nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios, inclusive de nossas controladas, cuja eleição é feita anualmente pelos nossos acionistas.

Os membros do Conselho da Administração devem atuar de forma imparcial, de acordo com regras preestabelecidas, evitando conflitos de interesse. Essas regras incluem:

- Não participar de deliberações referentes aos assuntos com os quais os interesses do membro do Conselho de Administração sejam conflitantes com os nossos interesses. O membro do Conselho de Administração deve informar ao Conselho qualquer possível conflito de interesse, assim que o assunto que gerou esse conflito for incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e, em qualquer circunstância, antes do início de qualquer discussão sobre o tema em questão;

- Caso o membro do Conselho de Administração, ou uma empresa controlada ou gerida por esse membro, realize uma operação com qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco: (a) a operação deve ser realizada em condições normais de mercado; (b) se ela não for uma operação cotidiana ou uma prestação de serviços, um laudo deve ser emitido por consultorias reconhecidas comprovando que a operação foi realizada em condições normais de mercado e (c) a operação deve ser informada e conduzida sob a supervisão do Comitê de Partes Relacionadas, da Superintendência de Ética e Ombudsman ou dos canais habitualmente competentes na hierarquia do Grupo Itaú Unibanco, observadas as regras e condições previstas em nossa Política para Transações com Partes Relacionadas; e
- Participar, no máximo, de quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo grupo.

O desempenho do Conselho de Administração é avaliado anualmente e visa assegurar que seus membros representem os interesses dos nossos acionistas e estejam alinhados com os valores da organização.

Nosso Conselho de Administração conta, atualmente, com 12 membros, sendo quatro independentes (33%). Os conselheiros se reúnem ordinariamente, oito vezes ao ano e, excepcionalmente, sempre que necessário (na prática, uma média de uma vez por mês).

De acordo com o nosso Estatuto, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo não podem ser exercidos pela mesma pessoa. **GRI G4-39**

De acordo com a legislação brasileira, a eleição ou a reeleição de cada membro do nosso Conselho de Administração está sujeita à aprovação do Banco Central. Todos os membros do Conselho de Administração são eleitos para um mandato de um ano e podem ser reeleitos mediante aprovação do Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um membro do Conselho de Administração em exercício é mantido em seu cargo até que seja reeleito ou até que o seu sucessor tome posse.

Consulte [www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/consadmin\(1\).pdf](http://www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/consadmin(1).pdf) para mais informações.

Comitês do Conselho de Administração

Apresentamos, neste organograma, nossos sete comitês, os quais respondem diretamente ao Conselho de Administração. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano e devem ter conhecimento comprovado nas respectivas áreas de atuação e capacitação técnica compatível com as suas atribuições.

Os comitês podem contratar especialistas externos, com a preocupação de sempre zelar pela manutenção da integridade e da confidencialidade dos seus trabalhos.

Consulte www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas para informações sobre as normas de cada comitê.

Comitê de Auditoria **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário responsável pela supervisão da qualidade e da integridade das nossas demonstrações contábeis; do cumprimento das exigências legais e regulatórias, do desempenho, independência e qualidade dos serviços prestados pelos nossos auditores independentes e auditores internos, e da eficiência dos controles internos e sistemas de gestão de risco. É um órgão único responsável pela supervisão das empresas do Grupo Itaú Unibanco que estão autorizadas a operar pelo Banco Central ou que são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Todos os membros do Comitê de Auditoria são independentes, nos termos da regulamentação do CMN, sendo o Conselho de Administração responsável por encerrar o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência for afetada por qualquer circunstância envolvendo conflito real ou potencial. Visando a atender as exigências do CMN e do Conselho Nacional de Seguros Privados (ou CNSP), bem como da SEC e da NYSE, o Conselho de Administração determinou que o Sr. Diego Fresco Gutierrez como o especialista financeiro independente que se qualifica como “Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria” conforme termo definido pelas regras da SEC.

As avaliações do Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da administração, de auditores externos e internos, das áreas responsáveis pela gestão de risco e controles internos e por meio das análises dos membros do Comitê de Auditoria resultantes de observação direta. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê realizou 169 reuniões em 51 dias, no período de janeiro a dezembro de 2015.

“Durante o ano de 2015, o Comitê manteve 169 reuniões ao longo de 51 dias e dedicou-se especialmente ao acompanhamento dos controles internos e compliance da organização, bem como das atividades da Auditoria Interna, com foco nas unidades locais e nas do exterior.

Nesse período, atingiu o término de seu mandato o membro Alkimar Ribeiro Moura substituído pelo novo membro Antonio Francisco Lima Neto.”

Geraldo Travaglia Filho
Presidente do Comitê de Auditoria

Auditoria Interna **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

A Auditoria Interna, com supervisão técnica do Comitê de Auditoria, proporciona, ao Conselho de Administração e aos diretores avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos, a adequação dos controles e o cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado. Essas auditorias são realizadas periodicamente, com intervalos de 12 a 36 meses.

Segundo as melhores práticas e normas do *The Institute of Internal Auditors*, a metodologia da Auditoria Interna requer que a área avaliada estabeleça planos de ação para deficiências identificadas, considerando prazos que variam de acordo com as classificações de risco.

Pré-aprovação de Políticas e Procedimentos

Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria está a determinação de políticas e procedimentos relativos a serviços que podem ser prestados por

nossos auditores externos. Anualmente, o Comitê de Auditoria emite (i) a lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos; considerando que tais serviços poderiam, eventualmente, afetar sua independência; (ii) a lista de serviços que estão pré-aprovados e (iii) os serviços que precisam ser aprovados previamente pelo Comitê de Auditoria.

Honorários e Serviços dos Principais Auditores

O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes por categoria de serviços prestados nos exercícios de 2015 e 2014:

(Em milhares de R\$)

Honorários	2015	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria	2014	% de Aprovação pelo Comitê de Auditoria
Honorários de Auditoria	48.133	100,0	44.364	100,0
Honorários Relacionados à Auditoria	3.728	100,0	5.686	100,0
Honorários de Serviços Tributários	423	100,0	224	100,0
Demais Honorários	1.175	99,0	475	100,0
Total	53.459		50.749	

- **Honorários de Auditoria:** correspondem à auditoria das nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais, à revisão das nossas demonstrações contábeis trimestrais, de acordo com a ISAE 2410, bem como auditoria e revisão das demonstrações contábeis de nossas subsidiárias, serviços referentes à emissão de comfort letters em ofertas de títulos e valores mobiliários e auditoria de controles internos referentes à Lei Sarbanes-Oxley;
- **Honorários relacionados à Auditoria:** correspondem aos serviços prestados em emissão de laudos de avaliação contábil, assessoria na revisão de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores nacionais e internacionais – inclusive documentos sobre o cumprimento de leis e regulamentos – auditoria de demonstrações contábeis específicas, asseguarção de controles e políticas de emissão de gases de efeito estufa, atividades de due diligence, revisão de relatórios para fins especiais e procedimentos previamente acordados para revisão de cálculos de *profit share* decorrentes de contrato de parceria comercial.
- **Honorários de Serviços Tributários:** correspondem à consultoria tributária e de preços de transferência, revisão de contingências tributárias e de possíveis riscos fiscais e revisão do imposto de renda brasileiro.
- **Outros Honorários:** correspondem a testes relativos à segurança de internet, avaliação da gestão de continuidade de negócios, *benchmarking* e diagnósticos, utilização de pesquisas e materiais técnicos, revisão independente de questões contábeis e fiscais de operações no exterior, revisão independente do plano de implementação da estrutura COSO 2013, revisão independente de modelos de crédito e consultoria relacionada aos processos internos e *benchmarking* para operação de *middle market*.

Comitê de Pessoas

O Comitê de Pessoas é responsável por definir as principais diretrizes referentes a pessoas. Suas atribuições incluem a definição das diretrizes como atração e retenção de talentos, recrutamento e capacitação, e os nossos programas de incentivo de longo prazo.

“Em 2015 demos um importante passo para consolidação de nossa cultura corporativa com a atualização do Nosso Jeito de Fazer. Cinco anos após o seu lançamento, observamos a necessidade de rediscutir o “decálogo” – conjunto de 10 atributos que traduziam a nossa cultura e que refletiam as necessidades da época do seu lançamento, logo após a fusão. O desafio agora era enfatizar os principais aspectos que deverão sustentar a nossa estratégia daqui para frente.

O processo de discussão envolveu os Associados, Sócios e membros do Comitê de Pessoas. O Nosso Jeito foi definido da seguinte forma: (1) Só é bom para a gente se for bom para o cliente; (2) Fanáticos por performance; (3) Gente é tudo para a gente; (4) O melhor argumento é o que vale; (5) Simples. Sempre; (6) Pensamos e agimos como donos; e (7) Ética é inegociável. Passamos de 10 para sete atributos, com uma linguagem mais moderna e direta.

Paralelo a isso, avançamos na harmonização das práticas de RH das áreas oriundas do Itaú BBA e do Itaú Unibanco, que se uniram na formação da Diretoria Geral de Atacado. Tivemos sucesso em convergir os diversos modelos e práticas, sempre respeitando as particularidades e necessidades de cada área.

Seguimos atuando fortemente na atração de talentos das melhores universidades do Brasil e do Mundo, investindo cada vez mais nos programas de estágio de férias, Trainees e MBAs internacionais.

Tudo isso com um expressivo resultado da pesquisa de satisfação dos colaboradores, que evoluiu 2 p.p., passando de 80% para 82%.”

Pedro Moreira Salles

Presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas

Comitê de Partes Relacionadas

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por analisar as transações entre partes relacionadas, nas circunstâncias especificadas em nossa Política para Transações

com Partes Relacionadas, visando assegurar a igualdade e a transparência nessas operações. É composto em sua totalidade por membros independentes.

“no início de dezembro de 2014, a competência do Comitê foi expandida e passou a abranger a análise de todas as operações com partes relacionadas ou conjuntos de operações correlatas com valor superior a R\$ 1 milhão no período de um ano. Anteriormente, a análise do Comitê era aplicável a operações com partes relacionadas que tivessem atingido, em um único contrato ou em contratos sucessivos com o mesmo fim, valor igual ou superior a 0,1% do patrimônio líquido da Companhia no período de um ano, portanto, a alteração representou uma ampliação significativa no mandato do Comitê. Ao longo do ano de 2015, os procedimentos internos do conglomerado foram adaptados a essa ampliação e às recentes alterações regulatórias sobre o tema. Com isso, continuamos a missão de assegurar igualdade e transparência, bem como garantir aos acionistas, investidores e stakeholders o alinhamento do Itaú Unibanco Holding com as melhores práticas de governança corporativa.”

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas

A nossa Política referente a Transações com Partes Relacionadas (“Política para Transações com Partes Relacionadas”) define o conceito de parte relacionada e estabelece regras e procedimentos para transações desse tipo. Essa política estabelece que tais transações devem ser realizadas por escrito, em condições de mercado, em conformidade com nossas políticas internas (tais como as orientações especificadas em nosso Código de Ética) e divulgadas em nossas demonstrações contábeis.

Transações com partes relacionadas envolvendo valores superiores a um certo limite estão sujeitas a procedimentos adicionais de governança interna. Em dezembro de 2014, nossa Política para Transações com Partes Relacionadas foi alterada a fim de estabelecer que transações com partes relacionadas ou conjuntos de transações correlatas com partes relacionadas que envolvam, no período de um ano, valores superiores a R\$ 1 milhão, devem ser aprovados pelo nosso Comitê de Partes Relacionadas, composto integralmente por membros independentes do nosso Conselho de Administração. Além disso, essas transações são submetidas à revisão da Superintendência de Ética e Ombudsman e reportadas, trimestralmente, ao nosso Conselho de Administração. Consulte www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/IHF_Politica_Parties_Relacionadas_ING.pdf para acesso à nossa Política para Transações com Partes Relacionadas.

A Instrução CVM nº 480/2009 exige que as transações com partes relacionadas que cumpram as condições especificadas pelo Anexo 30-XXXIII dessa norma sejam divulgadas em até sete dias úteis de sua ocorrência, de acordo com os termos definidos na referida norma.

A regulamentação brasileira estabelece, ainda, que não é permitido às instituições financeiras conceder empréstimos, adiantamentos ou garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas a elas relacionadas, incluindo:

- (i) diretores, membros de conselhos de administração, conselhos fiscais, conselhos consultivos e outros conselhos estatutários, assim como os seus respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e parentes na linha colateral até o segundo grau, sejam consanguíneos ou afins;
- (ii) pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, controlem a instituição financeira ou possuam mais de 10% do seu capital social;
- (iii) pessoas jurídicas nas quais a instituição financeira, direta ou indiretamente, detenha o controle ou possua mais de 10% do capital social; ou

- (iv) pessoas jurídicas nas quais as pessoas físicas mencionadas nas alíneas “i” e “ii”, direta ou indiretamente, detenham o controle ou possuam mais de 10% do capital social.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 35 – Partes relacionadas](#) para mais detalhes sobre as partes relacionadas com quem fazemos negócios e os principais termos dessas transações.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é responsável por promover e supervisionar discussões relacionadas à nossa governança. Suas atribuições incluem, sem limitações, a análise e a emissão de pareceres sobre situações de potencial conflito de interesses entre os membros do Conselho de Administração e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, a revisão periódica dos critérios de nomeação dos membros independentes do nosso Conselho de Administração – de acordo com os princípios de governança e a regulamentação aplicável –, o apoio metodológico e procedimental à avaliação do conselho, dos seus membros, dos comitês e do Diretor Presidente, a sucessão dos membros do Conselho de Administração e do Diretor Presidente, bem como a recomendação dos mesmos. Consulte a [seção Nossa governança, item Estrutura da Administração](#) para mais informações sobre mudanças no nosso Conselho da Administração.

“O Comitê de Nomeação e Governança efetuou 2 reuniões em 2015, vários assuntos foram discutidos, alguns estão destacados abaixo:

- Avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de seus membros, inclusive do chairman e do CEO;
- Análise das melhores práticas de mercado dentre vários Conselhos de Administração, buscando referenciais (benchmark);
- Aprovação de aperfeiçoamento no conceito de avaliação do CEO;
- Análise da avaliação de desempenho dos membros do Comitê Executivo;
- Avaliação detalhada do desempenho dos vários comitês, e de seus membros, bem como análise das várias sugestões para maior efetividade dos comitês; e
- Aprovação de proposta de adesão à regra de rodízio de membros do Comitê de Auditoria.”

Fábio Colletti Barbosa

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e de Capital é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de atribuições relacionadas à nossa gestão de riscos e de capital, enviando relatórios e recomendações sobre esses temas para a aprovação do Conselho. Suas atribuições incluem a definição do nosso apetite de risco, o retorno mínimo esperado sobre o nosso capital e a supervisão das atividades de gestão e controle de riscos, assegurando a sua adequação aos níveis assumidos e à complexidade das operações, e o atendimento às exigências reguladoras. Também é responsável por promover o aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

“Ao longo de 2015, o Comitê de Gestão de Riscos e Capital, exercendo seu mandato de supervisão das atividades de gestão de riscos e de capital, manteve o acompanhamento do nosso apetite de risco, garantindo o alinhamento com as estratégias definidas, monitorou as principais exposições a risco de crédito do conglomerado, avaliou a suficiência e adequação dos nossos níveis de capital, em situações normais e em estresse, e teve um aprofundamento em questões sobre nossos modelos de crédito, segurança da informação e prevenção à lavagem de dinheiro.”

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital

Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia é responsável por promover discussões sobre assuntos estratégicos e de elevado impacto para nós. Suas atribuições são: propor diretrizes orçamentárias para o Conselho de Administração, emitir pareceres e recomendações sobre diretrizes estratégicas e oportunidades de investimentos e fornecer subsídios para as decisões do Conselho de Administração.

“Em 2015, o Comitê de Estratégia rediscutiu e referendou alguns pontos de seu planejamento estratégico que abrange o período que termina no ano de 2020. Os novos desafios tecnológicos, aí incluídos os meios de pagamento digitais e a segurança das operações bancárias, foram objeto de constante discussão no Comitê. Ressalte-se a criação do sub Comitê de Tecnologia, como órgão de assessoramento do Comitê de Estratégia. A fusão de nossas operações no Chile e Colômbia com o CorpBanca foram concluídas, dentro do planejado. Foram compatibilizados o orçamento e as metas do conglomerado Itaú Unibanco para o exercício de 2016 com o acima referido Plano Estratégico.”

Nildemar Secches

Conselheiro Independente e membro do Comitê de Estratégia

Comitê de Remuneração **GRI G4-LA13 | G4-DMA Emprego | G4-DMA**

Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Suas atribuições incluem, sem limitações, o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, propondo ao Conselho de Administração diferentes formas de remuneração fixa e variável – além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento – por meio de discussão, análise e supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores.

“Ao longo de 2015 o Comitê de Remuneração se dedicou a:

- *Ajustar e corrigir algumas distorções existentes nos modelos em uso, principalmente em alguns pools e seus reflexos nas áreas de apoio;*
- *Aprovar penalizações individuais em consequência de Provisões de Crédito realizadas;*
- *Fixar o montante global para remuneração dos membros do CA e da Diretoria Executiva;*
- *Aprovar a remuneração individual dos membros do Comitê Executivo; e*
- *Analisar estudo comparativo de remuneração e pesquisa de mercado de executivos, tendo sido concluído que nosso modelo está coerente com os níveis de mercado e com os nossos resultados.”*

Henri Penchas

Membro do Comitê de Remuneração

Avaliação anual do Conselho de Administração e dos Comitês

Anualmente é realizada avaliação do nosso Conselho de Administração, dos seus membros e do seu Presidente, bem como dos Comitês relacionados ao Conselho a fim de averiguar o desempenho dos nossos administradores, em observância às melhores práticas de governança corporativa.

A reeleição dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês leva em consideração o seu bom desempenho durante o período e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, bem como sua experiência e nível de independência.

Processo de avaliação

O processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação cruzada dos membros do Conselho de Administração (os membros avaliam uns aos outros), avaliação do próprio Conselho de Administração por seus membros, avaliação do Presidente do Conselho por seus membros e avaliação dos Comitês por seus membros.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

O processo de avaliação é conduzido por uma pessoa independente, responsável por distribuir questionários específicos para o Conselho de Administração e cada um dos Comitês, bem como por entrevistar cada um dos membros do Conselho e dos Comitês individualmente. É responsável, ainda, por analisar as respostas e compará-las com os resultados dos anos anteriores, a fim de identificar e endereçar eventuais *gaps* relacionados ao Conselho de Administração e aos Comitês que possam ser revelados por esse processo.

Apoio metodológico e avaliação independente

O Comitê de Nomeação e Governança Corporativa oferece apoio metodológico e procedimental ao processo de avaliação, conforme mencionado no item a.3.2. Esse Comitê também discute os resultados da avaliação, bem como a composição e o plano de sucessão do Conselho de Administração.

Além desse apoio fornecido pelo Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, uma pessoa independente é responsável por conduzir o processo de avaliação.

Conselho Consultivo Internacional

O Conselho Consultivo Internacional é responsável por avaliar as perspectivas para a economia mundial e a adoção, por nossa parte, de códigos e normas internacionalmente aceitos, especialmente com relação à política monetária e financeira, governança corporativa, mercado de capitais e aos sistemas de pagamento e prevenção contra a lavagem de dinheiro, visando contribuir para o fortalecimento de nossa presença na comunidade financeira internacional e oferecer diretrizes para o Conselho de Administração. O Conselho Consultivo Internacional é composto das seguintes pessoas – algumas delas não são membros do nosso Conselho de Administração nem colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Pedro Sampaio Malan, Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstegui, Pascal Lamy, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino, Roberto Egydio Setubal e Vikram Pandit.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, composto por três a cinco membros e suplentes em igual número, eleitos anualmente pelos nossos acionistas, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa Administração, examinar nossas demonstrações contábeis do exercício fiscal e emitir uma opinião sobre essas demonstrações, dentre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da Administração, dos nossos auditores externos e do Comitê de Auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000.

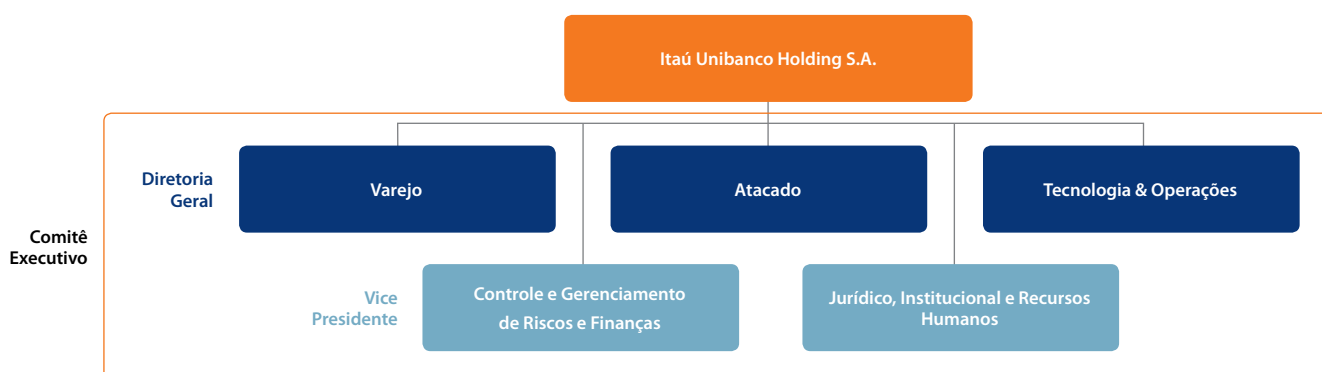
Consulte www.itaubank.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/Rules_Fiscal_Council.pdf para mais informações sobre as regras de cada comitê.

Diretoria

Nossa Diretoria é eleita anualmente pelo Conselho de Administração e tem o papel de implementar as diretrizes por ele propostas. Os diretores conduzem nossos negócios, garantindo a melhor alocação e gestão dos recursos para alcançarmos as metas estabelecidas. A estrutura da nossa Diretoria leva em consideração a segmentação dos nossos negócios que, em vista de sua complexidade, exigem um profundo conhecimento em diferentes áreas e setores de negócios e habilidades.

De acordo com a legislação brasileira, a eleição de cada membro da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo Banco Central. Ainda, segundo a legislação brasileira, um diretor em exercício mantém o seu cargo até que seja reeleito ou até a posse de seu sucessor. Os nossos diretores passam por uma rigorosa avaliação interna periódica, na qual são considerados critérios de desempenho como satisfação do cliente e gestão financeira e de pessoas.

Conforme anunciado em 23 de fevereiro de 2015, foram executadas mudanças estruturais na direção do Itaú Unibanco Holding. O quadro a seguir apresenta nossa Diretoria, composta por três diretores gerais e dois vice-presidentes.



Comitê de Divulgação e Negociação

O Comitê de Divulgação e Negociação está subordinado à Diretoria e é composto por membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Itaú Unibanco Holding, ou qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco, e por profissionais de conhecimento comprovado na área de mercado de capitais, indicados pelo nosso Diretor de Relações com Investidores, que também é membro permanente do Comitê.

O Comitê é responsável por gerir a nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e a nossa Política de Negociação de Valores Mobiliários. Fomos uma das primeiras empresas de capital aberto do Brasil a instituir esse Comitê.

As atribuições do Comitê de Divulgação e Negociação incluem a condução de ações internas que buscam melhorar o fluxo de informações e promover a conduta ética de nossos administradores e colaboradores, assegurando transparência, qualidade, igualdade e segurança nas informações prestadas aos nossos acionistas, investidores e demais participantes do mercado de capitais.

Membros de nosso Conselho de Administração e Diretores Executivos

Quatro dos membros de nosso Conselho de Administração - Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Ricardo Villela Marino, Alfredo Egydio Setubal e Roberto Egydio Setubal – são membros da família Egydio de Souza Aranha e um dos membros de nosso Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles, é membro da família Moreira Salles.

Na reunião do Conselho de Administração de 26 de março de 2015, os Diretores Executivos Claudia Politanski e Eduardo Mazzilli de Vassimon mantiveram seus cargos de Vice-Presidente; e o Diretor Alexsandro Broedel Lopes foi nomeado Diretor Executivo. Durante a mesma reunião, a Diretora Leila Cristiane Barboza Braga de Melo foi nomeada Diretora Executiva; Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues e José Virgílio Vita Neto foram eleitos Diretores.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos em 29 de abril de 2015, em nossa Assembleia Geral Ordinária. Pedro Moreira Salles, Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Roberto Egydio Setubal, Alfredo Egydio Setubal, Candido Botelho Bracher, Demosthenes Madureira de Pinho Neto, Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, Henri Penchas, Nildemar Secches, Pedro Luiz Bodin de Moraes e Ricardo Villela Marino foram reeleitos membros do Conselho de Administração para um mandato de um ano. Na

mesma data, Fábio Colletti Barbosa também foi eleito membro do Conselho de Administração. Israel Vainboim não foi reeleito, tendo atingido a idade limite prevista em nosso Estatuto.

Adicionalmente, Iran Siqueira Lima, Alberto Sozin Furuguem e Luiz Alberto de Castro Falleiros foram reeleitos para nosso Conselho Fiscal e José Caruso Cruz Henriques e João Costa foram reeleitos como membros suplentes do Conselho Fiscal. Ao mesmo tempo, Carlos Roberto de Albuquerque Sá foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal, substituindo Ernesto Rubens Gelbcke.

Na Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2015, os membros da nossa Diretoria Executiva foram reeleitos para um mandato de um ano. Na mesma data, os Diretores Marco Ambrogio Crespi Bonomi, Márcio de Andrade Schettini e Paulo Sergio Miron foram nomeados para a Diretoria Executiva para um prazo de um ano. Ainda em 29 de abril de 2015, os membros dos comitês de Estratégia, Gestão de Riscos e Capital, Nomeação e Governança Corporativa, Pessoas, Remuneração e Partes Relacionadas foram reeleitos para o prazo de um ano.

Os membros do Comitê de Auditoria também foram reeleitos para o prazo de um ano, exceto Alkimar Ribeiro Moura, que não foi reeleito para o Comitê de Auditoria, tendo permanecido no cargo até a posse dos membros eleitos em 29 de abril de 2015. Nessa data, Antonio Francisco de Lima Neto também foi eleito para o Comitê de Auditoria.

Em 26 de junho de 2015, o Banco Central aprovou a eleição e reeleição dos membros do nosso Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Todos os membros do nosso Conselho de Administração foram reeleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2016 para o mandato de um ano, exceto Henri Penchas, tendo atingido a idade limite prevista em nosso Estatuto. Na mesma data, José Galló foi eleito como membro do Conselho de Administração.

Em atendimento às melhores práticas de governança corporativa, registrado, ainda, que os Conselheiros Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Jorge Laboissiere Loyola, José Galló, Nildemar Secches e Pedro Luiz Bodin de Moraes são considerados membros independentes do Conselho de Administração.

No nosso Conselho Fiscal, Iran Siqueira Lima foi reeleito como membro efetivo tendo como seu suplente José Caruso Cruz Henriques também reeleito. Alkimar Ribeiro Moura foi eleito como membro efetivo tendo como seu suplente João Costa também reeleito. O atual membro suplente Carlos Roberto de Albuquerque Sá foi eleito como membro efetivo tendo como seu suplente Eduardo Azevedo do Valle eleito nesta data.

Na Reunião do Conselho de Administração de 28 de abril de 2016, os membros da nossa Diretoria Executiva foram reeleitos para o mandato de um ano, ocasião em que foram eleitos diretores Atilio Luiz Magila Albiero Júnior, Fernando Barçante Tostes Malta, Gilberto Frussa e Sergio Mychkis Goldstein. Os membros do Comitê de Auditoria também foram reeleitos para o mandato de um ano, exceção a Luiz Alberto Fiore. Nessa mesma data Ricardo Baldin foi eleito para compor esse Comitê.

As eleições e reeleições dos membros estão sujeitas à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Membros

Nome (Idade), posição

		Membro Desde	Comitê de Auditoria	Comitê de Pessoas	Comitê de Partes Relacionadas	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Comitê de Gestão de Risco e Capital	Comitê de Estratégia	Comitê de Remuneração ⁽¹⁾	Conselho Consultivo Internacional ⁽²⁾
Conselho de Administração⁽³⁾ (12 membros)	Pedro Moreira Salles (56), Presidente	08/2009		P		P		P	P	M
	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (46), Vice Presidente	03/2003				M			M	
	Roberto Egydio Setubal (61), Vice Presidente	03/2003		M			M	M		M
	Alfredo Egydio Setubal (57), Membro	06/2007		M		M	M	M		
	Candido Botelho Bracher (57), Membro	02/2009					M	M		
	Demosthenes Madureira de Pinho Neto (55), Membro	05/2012				M	M			
	Fábio Colletti Barbosa (61), Membro Independente	I 07/2015		M		M		M		
	Gustavo Jorge Laboissière Loyola (63), Membro Independente	I 07/2006			M		M			
	Henri Penchas (69), Membro	03/2003				M		M	M	
	Nildemar Secches (67), Membro Independente	I 05/2012		M	P			M		
	Pedro Luiz Bodin de Moraes (59), Membro Independente	I 02/2009			M		P		M	
	Ricardo Villela Marino (41), Membro	06/2008						M		M
Comitê Executivo (19 members)	Roberto Egydio Setubal (61), Diretor Presidente (CEO)	11/1995								
	Candido Botelho Bracher (57), Diretor Geral	08/2005								
	Márcio de Andrade Schettini (51), Diretor Geral	07/2015								
	Marco Ambrogio Crespi Bonomi (59), Diretor Geral	07/2015								
	Claudia Politanski (45), Vice Presidente	11/2008								
	Eduardo Mazzilli de Vassimon (57), Diretor Financeiro (CFO) e Vice Presidente	03/2013								
	Alexsandro Broedel Lopes (41), Diretor-Executivo	08/2012								
	Leila Cristiane Barboza Braga de Melo (44), Diretor-Executivo	04/2015								
	Paulo Sergio Miron (49), Diretor-Executivo	07/2015								
	Adriano Cabral Volpini (43), Diretor	02/2015								
	Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (38), Diretor	04/2015								
	Cláudio José Coutinho Arromatte (49), Diretor	02/2015								
	Eduardo Hiroyuki Miyaki (43), Diretor	08/2011								
	Emerson Macedo Bortoloto (38), Diretor	11/2011								
	José Virgílio Vita Neto (37), Diretor	04/2015								
	Marcelo Kopel (51), Diretor Relações com Investidores	06/2014								
	Matias Granata (41), Diretor	07/2014								
	Rodrigo Luis Rosa Couto (40), Diretor	01/2012								
	Wagner Bettini Sanches (44), Diretor	06/2014								
Comitê de Auditoria⁽³⁾ (6 membros)	Antonio Francisco de Lima Neto (50), Membro Independente	I 07/2015		M						
	Diego Fresco Gutierrez (45), Membro Independente e Especialista Financeiro	I 04/2014		M						
	Geraldo Travaglia Filho (64), Membro Independente	I 03/2013		P						
	Luiz Alberto Fiore (64), Membro Independente	I 03/2012		M						
	Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (56), Membro Independente	I 06/2014		M						
	Sergio Darcy da Silva Alves (70), Membro Independente	I 04/2014		M						
Conselho Fiscal⁽³⁾ (3 membros)	Alberto Sozin Furuguem (72), Membro Independente	I 07/2006								
	Iran Siqueira Lima (71), Membro Independente	I 03/2003								
	Luiz Alberto de Castro Falleiros (58), Membro Independente	I 04/2012								

(1) Inclui os indivíduos que não são membros do nosso Conselho de Administração: Israel Vainboim.

(2) Inclui indivíduos que não são membros de nosso Conselho de Administração ou colaboradores do Grupo Itaú Unibanco: Alessandro Profumo, André Lara Rezende, Andres Velasco, Angel Corcóstequi, Pascal Lamy, Pedro Sampaio Malan, Vikram Pandit.

(3) Os critérios de independência para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Fiscal são diversos, sob as nossas políticas e regulamentos aplicáveis em vigor.

Presidente
 Membro
 Membro Independente
 Também Membro do Conselho de Administração

Composição dos órgãos estatutários em 31.12.2015

Conselho de Administração

Pedro Moreira Salles (Presidente do Conselho de Administração) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles Vice-Presidente do Conselho de Administração (fevereiro de 2010 a abril de 2012) do Banco Itaú BBA S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração (março 2008 a novembro 2008) e Diretor Presidente do Unibanco Holdings S.A. (março de 2007 a novembro de 2008); Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (setembro de 2004 a novembro de 2008) e Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. (dezembro de 1995 a fevereiro de 2009).

É também membro do Conselho de Administração da Totvs S.A. desde março de 2010; Presidente do Conselho de Administração da Companhia E. Johnston de Participações desde 2008 e membro do Conselho de Administração, desde novembro de 2008, da IUPAR, tendo sido anteriormente Presidente do Conselho (novembro de 2008 a abril de 2012).

Ocupou também o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (novembro de 2009 a março de 2012) e de Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A. (2001 a fevereiro de 2009).

É bacharel, *magna cum laude*, em Economia e História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Também cursou o programa de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Yale e o Programa de Administração de Sócio/Presidente (OPM) na Universidade de *Harvard*, ambos nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do Conselho de Administração) é Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003 e membro do Conselho de Administração desde abril de 1997. É Vice-Presidente desde janeiro de 2010, tendo sido Presidente (abril de 2009 a janeiro de 2010) e Vice-Presidente (abril de 1997 a abril de 2009) da Itaútec S.A.; membro do Conselho de Administração (abril de 2004 a abril de 2010), sendo Presidente (de abril de 2009 a novembro de 2009) e Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2009 e novembro de 2009 a abril de 2010) da Elekeiroz S.A.; membro do Conselho de Administração desde 1996, sendo Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 2008 da Duratex S.A.; membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, atuando como Presidente do Conselho desde maio de 2015 e Diretor Presidente (setembro de 2009 a maio de 2015) da Itaúsa.

Também é membro do Grupo Itaú Unibanco e atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco S.A. (agosto de 2002 a março de 2003).

Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do Conselho de Administração) tem ocupado vários cargos dentro do Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Presidente, desde novembro de 1995, sendo atualmente responsável pela área de Ouvidoria do Itaú Unibanco Holding e Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a abril de 2015).

Também atua como Vice-Presidente da Itaúsa desde maio de 1994; foi Presidente e Diretor Presidente (abril de 1994 a março de 2015), Diretor Geral (julho de 1990 a abril de 1994) e membro do Conselho de Administração (maio de 1991 a março de 2003) do Itaú Unibanco; membro do Conselho da Conferência Monetária Internacional desde 1994; Membro do Comitê Consultivo Internacional do Federal Reserve Bank of New York desde 2002; membro do Comitê Consultivo Internacional da NYSE desde abril de 2000; membro do Fórum de Desenvolvimento da China desde 2010; Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (abril de 1997 a março de 2001); Presidente do Conselho Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) desde outubro de 2008; Co-Presidente do Word Economic Forum (WEF) desde 2015.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Engenharia pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Alfredo Egydio Setubal (Membro) tem ocupado vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Vice-Presidente (abril de 1996 a março de 2015); Diretor-Executivo (maio de 1993 a junho de 1996); Diretor Gerente (entre 1988 e 1993) e Diretor de Relações com Investidores (1995 a 2003) do Itaú Unibanco.

Atua ainda como Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008, Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2015 da Itaúsa; Membro do Conselho Consultivo da Associação dos Concessionários de Valores Mobiliários (ADEVAL) desde 1993; Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde 1992 e da ABRASCA desde 1999.

Foi Presidente da Comissão Superior de Orientação, Nomeação e Ética desde 2009 e membro do Conselho de Administração (1999 a 2009) do IBRI. Foi Vice-Presidente (1994 a agosto de 2003) e Presidente (agosto de 2003 a agosto de 2008) da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), atualmente Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA).

É Bacharel e Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com curso de especialização na INSEAD, França.

Candido Botelho Bracher (Membro) foi Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2013 a abril de 2015) e é Diretor-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. desde agosto de 2005. É Diretor Geral de Atacado do Itaú Unibanco desde Abril de 2015.

Foi membro do Conselho de Administração da BM&Bovespa S.A. (abril de 2009 a junho de 2014); membro suplente do Conselho de Administração (setembro de

1999 a junho de 2005) e membro do Conselho de Administração (junho de 2005 a março de 2013) do Pão de Açúcar – Cia. Brasileira de Distribuição. Foi Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (fevereiro de 2003 a agosto de 2005), onde foi responsável pelas unidades Comercial, de Mercados de Capital e de Políticas de Recursos Humanos. Foi Diretor do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. (1988 a 2003).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Demosthenes Madureira de Pinho Neto

(Membro) atuou como Diretor-Executivo do Itaú Unibanco (novembro de 2008 a janeiro de 2012).

Foi Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a abril de 2009); Vice-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (dezembro de 2004 a abril de 2009); Diretor-Executivo do Unibanco *Asset Management* (agosto de 2002 a julho de 2005). Foi Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) (2000 a 2003); Diretor Presidente da *Dresdner Asset Management* (novembro de 1999 a 2002); Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (de 1997 a março de 1999) e Coordenador Geral de Política Monetária e Financeira para o Ministério da Fazenda (1993).

É Bacharel e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e PhD em Economia pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Fábio Colletti Barbosa (Membro Independente)

foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. (janeiro de 2011 a setembro de 2011) e Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. (agosto de 2008 a dezembro de 2010); Diretor Presidente do Banco Real S.A. (1998 a 2008).

Foi Presidente da Abril Comunicações S.A. (setembro de 2011 a março de 2014); Presidente do Conselho de Administração da Fundação OSESP; membro do Conselho Deliberativo do Insper Instituto de Educação e Pesquisa; membro do Conselho da Fundação das Nações Unidas – EUA, do Instituto Empreender *Endeavor*, da ALMar Participações S.A. e da Vox Capital – *Investments*.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da FGV e Mestre em Administração de Empresas pelo *Institute for Management and Development*, em Lausanne, na Suíça.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola (Membro Independente) foi Presidente do Conselho Fiscal (março de 2003 a abril de 2006) e Presidente do Comitê de Auditoria (setembro de 2008 a abril de 2014) do Itaú Unibanco Holding. Atua como Sócio nas empresas Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda., desde novembro de 2002, e Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda. desde julho de 2003. Atua, ainda, como Sócio-Diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998. Atuou como Presidente do Banco Central do Brasil (novembro de 1992 a março de 1993 e junho de 1995 a agosto de 1997), e como Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil (março de 1990 a novembro de 1992).

É Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) e PhD em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Henri Penchas (Membro) no Grupo Itaú Unibanco, foi membro do Conselho de Administração (setembro de 1998 a abril de 2015) e Vice-Presidente (julho de 2003 a abril de 2009) do Banco Itaú BBA S.A.; membro do Conselho de Administração (abril de 1997 a março de 2003), Vice-Presidente Sênior (abril de 1997 a abril de 2008), Vice-Presidente Executivo (maio de 1993 a abril de 1997) e Diretor-Executivo (1988 a 1993) do Itaú Unibanco.

Atua como membro do Conselho de Administração da Itaúsa desde maio de 2015. Foi Vice-Presidente Executivo (abril de 2009 a abril de 2015), Diretor de Relações com Investidores (1995 a 2015) e Diretor-Executivo (dezembro de 1984 a abril de 2008) da Itaúsa. Atua como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos da Duratex S.A., desde abril de 2013, e como membro do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. desde abril de 2013. Atua como membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Divulgação, desde abril de 2013, e foi Diretor Presidente (abril de 2013 a abril de 2014) da Itautec S.A. – Grupo Itautec.

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade Mackenzie e Pós-Graduado em Finanças pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Nildemar Secches (Membro Independente) atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. (1998 a 2011) e membro do Conselho de Administração desde 2011; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion desde 2004, membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose, desde maio de 2008, e da Ultrapar S.A. desde abril de 2002.

Foi Diretor Presidente da Perdigão S.A. (janeiro de 1995 a outubro de 2008) e Diretor Geral Corporativo do Grupo Iochpe-Maxion (1990 a 1994). Atuou como Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (1987 a 1990) e como Presidente do Conselho de Administração da Brasil Foods – BRF S.A. (abril de 2007 a abril de 2013). Foi Presidente da Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos (2001 a 2003).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela USP de São Carlos, PhD em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Membro Independente) atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco (julho de 2003 a dezembro de 2008). Atuou como Diretor e Sócio do Banco Icatu S.A. (1993 a 2002). Atua como Sócio da Icatu Holding S.A. desde 2003 e foi Diretor de 2002 a 2003. Foi Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (1991 a 1992) e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1990 a 1991.

É Bacharel e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e PhD em Economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos.

Ricardo Villela Marino (Membro) atua no Grupo Itaú Unibanco como Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2010. Foi Diretor-Executivo (setembro de 2006 a agosto de 2010), Diretor Gerente Sênior (agosto de 2005 a setembro de 2006), Diretor Gerente (dezembro de 2004 a agosto de 2005) no Itaú Unibanco. Atua como membro suplente do Conselho de Administração da Itaúsa desde abril de 2011.

Atua como membro suplente do Conselho de Administração da Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A. desde abril de 2009. Foi Presidente da *Federación Latinoamericana de Bancos* (FELABAN) (2008 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas pela *Sloan School of Management* do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), em Cambridge, nos Estados Unidos.

Diretoria

Os currículos dos membros Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente), Candido Botelho Bracher (Membro do Conselho de Administração e Diretor-Presidente do Banco Itaú BBA S.A.) e Ricardo Villela Marino (Membro do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Itaú Unibanco) estão detalhados acima, no item Conselho de Administração.

Márcio de Andrade Schettini (Diretor Geral)

no Grupo Itaú Unibanco, atua como Diretor Geral desde abril de 2015 e foi Vice-Presidente (novembro de 2008 a março de 2015) do Itaú Unibanco.

Foi Vice-Presidente (abril de 2004 a abril de 2009) do Unibanco.

É Bacharel em Engenharia e Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde também obteve especialização em Modelos Matemáticos. Coursou o Programa de Administração de Sócio/Presidente (OPM) na Universidade de Harvard.

Marco Ambrogio Crespi Bonomi (Diretor Geral) no Grupo Itaú Unibanco, atua como Diretor Geral desde abril de 2015 e foi Vice-Presidente (abril de 2007 a março de 2015); Diretor-Executivo (abril de 2004 a abril de 2007); Diretor Gerente Sênior (outubro de 2000 a abril de 2004); e Diretor Gerente (agosto de 1998 a outubro de 2000) do Itaú Unibanco.

Foi Diretor-Executivo (novembro de 2008 a junho de 2014) do Unibanco; Vice-Presidente desde abril de 2004 da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI).

É Bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) (1978), com cursos de aperfeiçoamento executivo financeiro pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1982) e Mercado de Capitais na Universidade de Nova York (1984).

Claudia Politanski (Vice-Presidente) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco. É Vice-Presidente, desde abril de 2015, no Itaú Unibanco Holding, tendo sido Diretora-Executiva (novembro de 2008 a março de 2015) e Vice-Presidente do Itaú Unibanco desde julho de 2013. Atualmente, é responsável pelas áreas Jurídica, Institucional e Pessoas e atua como Assessora Jurídica Geral.

Ingressou no Unibanco em 1991 e tornou-se Diretora-Executiva (agosto de 2007 a julho 2014), Diretora (fevereiro de 2006 a agosto de 2007) e Diretora Adjunta (julho de 2003 a fevereiro de 2006). Foi também Diretora-Executiva do Itaú Unibanco (fevereiro de 2010 a julho de 2013).

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) com MBA pela Fundação Dom Cabral, em Minas Gerais e Mestrado em Direito (LLM) pela Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos.

Eduardo Mazzilli de Vassimon (Diretor-Executivo) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde março de 2013, e foi membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a abril de 2015).

Atuou como Vice-Presidente do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a dezembro de 2008) e foi responsável pelas áreas Internacional, Instituições Financeiras, Produtos, Mesa de Clientes e Tesouraria. Atuou como Gerente Geral do Itaú Unibanco (1980 a 1990). Atua como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde fevereiro de 2013. Atuou como Diretor Adjunto de Câmbio (1990 a 1991) e como Diretor da Área Internacional (1992 a 2003) do Banco BBA-Creditanstalt S.A.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da USP (1980) e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (1980). Mestre pela EAESP/FGV (1982) e pela *École des Hautes Études Commerciales* – França (1982).

Alexsandro Broedel Lopes (Diretor-Executivo) atua como Diretor Executivo do Itaú Unibanco desde março de 2015, tendo sido Diretor (maio de 2012 a março de 2015).

Atua na Investimentos Bemge S.A. como Diretor desde junho de 2012 e na Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil como Diretor desde agosto de 2012. É membro do *Accounting Standards Advisory Forum* (ASAF) do *International Accounting Standards Board* (IASB); membro do conselho de administração da CETIP e do IRB Brasil Resseguros e membro do *International Integrated Reporting Committee* – IIRC. Na Universidade de São Paulo atua como Professor Titular de Ciências Contábeis e Finanças desde 2002 lecionando disciplinas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado nas áreas de Finanças e Contabilidade e como Professor convidado na *London School of Economics*.

Atuou como diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2010 a 2012) e como membro do Comitê de Auditoria da BM&F Bovespa S.A. Atuou como Consultor de 2008 a 2009 na Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Lecionou na EAESP-FGV e na Manchester Business School e possui vários livros e artigos técnicos publicados no Brasil e no Exterior.

É Doutor em Ciências Contábeis e Finanças pela Escola de Economia de Manchester (2008) no Reino Unido, Doutorado em Controladoria e Ciências Contábeis pela USP (2001), Bacharel em Ciências Contábeis (1997) e em Direito pela USP (2012). Foi agraciado com o Prêmio Unibanco de Desempenho Universitário e com o prêmio Prof. Ari Toribio de Melhor Trabalho de Conclusão de Curso.

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo (Diretora-Executiva) ocupou cargos na Área Jurídica do Grupo Itaú Unibanco e atuou como Diretora (fevereiro de 2010 a março de 2015). Assumiu o cargo de Diretora-Executiva do Itaú Unibanco em março de 2015.

Foi Diretora Adjunta do Unibanco (outubro de 2008 a abril de 2009). Ingressou no Unibanco em 1997 e foi inicialmente responsável pela assessoria jurídica em transações bancárias que envolvem atividade bancária, cartão de crédito, crédito imobiliário e veículos, além de projetos relacionados com fusões e aquisições, reorganizações societárias e mercados de capital, entre outros.

É Bacharel em Direito pela USP, com especialização em Direito Societário com ênfase em Finanças Corporativas e Mercados de Capital pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e especialização em Fundamentos de Direito Empresarial pela Universidade de Nova York (NYU).

Paulo Sergio Miron (Diretor-Executivo) ocupou diversos cargos na PricewaterhouseCoopers em São Paulo, onde foi sócio (1996 a 2015) e responsável pela auditoria de grandes Conglomerados Financeiros Brasileiros, entre os quais se destacam: Unibanco (1997 a 2000), Banco do Brasil (2001 a 2005) e Itaú Unibanco (2009 a 2013); em Brasília, atuou como sócio (2001 a 2008), sendo responsável pelos serviços governamentais (2004 a 2008) e atividade bancária (1997 a 2008). Na PricewaterhouseCoopers, foi também coordenador da área de treinamento por mais de 10 anos. Foi professor universitário durante alguns anos de matérias relacionadas com o mercado financeiro.

Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e palestrante em diversos seminários relacionados com instrumentos financeiros e auditoria.

É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu e em Economia pela Universidade Mackenzie.

Adriano Cabral Volpini (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive de Diretor de Segurança Corporativa desde julho de 2012; Superintendente de Prevenção de Atos Ilícitos (agosto de 2005 a março de 2012); Gerente de Prevenção de Atos Ilícitos (janeiro de 2004 a julho de 2005); Gerente de Inspeção (junho de 2003 a dezembro de 2003); Inspetor (janeiro de 1998 a março de 2003); Auditor (maio de 1996 a dezembro de 1997); Área Operacional de Agências (março de 1991 a abril de 1996) do Itaú Unibanco.

Desde janeiro de 2014 ocupa a Diretoria da *Dibens Leasing S.A.*, sendo anteriormente Diretor-Executivo (junho de 2012 a janeiro de 2014).

É Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP (1991 a 1995), Pós-Graduado em Administração Contábil e Financeira pela FAAP (1998 a 2000) e Mestrado (MBA) em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (2000 a 2002).

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (Diretor) atua como Diretor desde outubro de 2014 no Itaú Unibanco. Foi, anteriormente, nosso Superintendente Jurídico (julho de 2008 a agosto de 2014) e Gerente Jurídico (março de 2006 a julho de 2008). É o atual responsável, na Área Legal, pela coordenação e supervisão de transações proprietárias de Fusões e Aquisições, questões de governança corporativa e questões paralegais de assuntos corporativos, transações na área de antitruste, propriedade intelectual, contratos não financeiros, transações imobiliárias proprietárias, bem como questões fiscais e corporativas associadas às nossas unidades internacionais. É ainda responsável pela gestão e coordenação de nossas equipes jurídicas, localizadas em países onde fazemos negócios por intermédio de unidades internacionais relacionadas às empresas do Conglomerado Itaú Unibanco.

Antes de entrar para o Itaú Unibanco, foi estagiário em Direito Societário e Contratual (agosto de 1998 a fevereiro de 2005) na Tozzini Freire Advogados.

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da USP, turma de 1999, possui diploma de especialização em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2001 e Mestrado em Direito (LLM) pela Faculdade de Direito da Universidade de Columbia em Nova York (2004).

Cláudio José Coutinho Arromatte (Diretor) atua como Diretor desde fevereiro de 2010 no Itaú Unibanco e como Diretor desde abril de 2015 na *Dibens Leasing S.A.*

Atuou também como Diretor no Unibanco (dezembro de 2004 a novembro de 2008 e maio de 2013 a julho de 2014); Diretor da Divisão de Logística e Negócios dos Postos de Combustíveis na Casas Sendas Comércio e Indústria; Gerente de Logística e Distribuição na Rio de Janeiro Refrescos Ltda. (1998 a 2001), sendo responsável pela produção, comercialização e distribuição; Gerente de Controladoria na Brahma (atual AMBEV) (1993 a 1998), sendo responsável pela Gerência Financeira e Logística na unidade fabril de água mineral Fratelli Vita. Em 1997, participou da *joint venture* com a Gessy Lever para a produção, comercialização e distribuição de chás (Lipton Ice Tea) e foi responsável pela produção, comercialização e distribuição de isotônicos (Marathon). Iniciou sua carreira em 1986, na White Martins Gases Industriais S.A, no Rio de Janeiro, na área de Gerência de Informática, ocupando o cargo de Coordenador de Sistemas de Distribuição, onde permaneceu até 1993.

É Bacharel em Engenharia Elétrica e Mestre em Controle e Otimização de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Eduardo Hiroyuki Miyaki (Diretor) no Grupo Itaú Unibanco, atuou como Diretor do Itaú Unibanco S.A. (agosto de 2010 a agosto de 2011).

Atuou como Gestor e Diretor de *Compliance* do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro do Itaú Unibanco (1996 a 2003). Foi o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria (2003 a 2004). Foi também gestor das áreas de Auditoria Interna, Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários (2005 a 2010).

É Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor em Saneamento pela Universidade Federal da Província Japonesa de Gunma. É ainda Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Kursou MBA em Finanças e Negócios Internacionais na Escola de Administração Leonard Stern, da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos.

Emerson Macedo Bortoloto (Diretor) ingressou no Grupo Itaú Unibanco em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008 é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, crédito e operacional, além da auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de tecnologia da informação e de análise e concessão de crédito no varejo. Atuou ainda na Ernst & Young Auditores Independentes (maio de 2001 a junho de 2003). Trabalhou no Banco Bandeirantes S.A. (1992 a 2001), sendo responsável por conduzir auditorias de TI e de processos operacionais.

É Bacharel em Tecnologia de Processamento de Dados pelas Faculdades Integradas Tibiriçá e Doutor em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pelas Faculdades Associadas de São Paulo (FASP). Obteve, em 2004, a certificação CISA emitida pelo ISACA. Kursou MBA em Auditoria Interna pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

José Virgílio Vita Neto (Diretor) atua como Diretor do Itaú Unibanco desde outubro de 2011.

Ingressou no Unibanco em janeiro de 2001, atuando como advogado, até junho de 2003. Foi responsável pela área de assessoria legal do Banco de Atacado. Foi Gerente Jurídico entre junho de 2003 e dezembro de 2004, responsável pelos serviços de assessoria legal do Banco de Atacado. Foi o Gerente Jurídico responsável pela assessoria jurídica relacionada ao Banco de Varejo, de janeiro de 2006 a junho de 2008. Atuou como Superintendente Jurídico, responsável pelos serviços de assessoria legal do varejo e por processos administrativos e investigativos, litígios de larga escala e ações civis públicas, de junho de 2008 a outubro de 2009. No Grupo Itaú Unibanco, atuou como Superintendente

Jurídico, de dezembro de 2009 a março de 2011, responsável pela área de Assessoria Legal do Varejo, por litígios de larga escala e ações civis públicas, gestão de recursos de tribunais superiores, processos administrativos e investigativos, processos administrativos fiscais e processos criminais.

É Bacharel em Direito pela USP em 2000; Mestre em Direito Civil com ênfase em Contratos pela Universidade de Salamanca, na Espanha (2006); e Doutor em Direito Civil com ênfase em Contratos pela USP (2007).

Marcelo Kopel (Diretor) foi Diretor-Executivo da Redecard S.A. (maio de 2010 a julho de 2014) e é Diretor do Itaú Unibanco desde julho de 2014. Também atuou como Diretor do Banco Credicard S.A. (novembro de 2004 a fevereiro de 2010), Diretor Financeiro do Banco Citibank S.A. (2006 a 2010) e do ING Bank Brasil (1992 a 1998) e América Latina (1998 a 2002). No *Bank of America* atuou como Diretor Financeiro, acumulando o cargo de Diretor de Operações (2002 a 2003). É Diretor de Relação com Investidores do Itaú Unibanco Holding desde fevereiro de 2015.

É formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP).

Matias Granata (Diretor) ocupou vários cargos no Grupo Itaú Unibanco, sendo Diretor desde julho de 2014. Atuou como Superintendente de Risco de Mercado, de outubro de 2010 a abril de 2014, e Superintendente de Risco Operacional, de março de 2009 a outubro de 2010.

Também foi *Trader Sênior* de Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (agosto de 2007 a março de 2009); *Trader Sênior* de Tesouraria – Mesa Proprietária Londres (agosto de 2004 a agosto de 2007); *Trader* de Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (abril de 2003 a agosto de 2004); e Economista Sênior de Pesquisa Econômica (maio de 2002 a abril de 2003).

É Mestre em Política Econômica Internacional pela Universidade de Warwick, Reino Unido. Bolsista pelo programa britânico Chevening (2000-2001); Mestre em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella (UTDT), Argentina (1998-2000); e Bacharel em Economia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina (1992-1997).

Rodrigo Luís Rosa Couto (Diretor) ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco. É Diretor desde janeiro de 2012, tendo sido chefe da área de Riscos Corporativos (fevereiro de 2008 a dezembro de 2011) no Itaú Unibanco Holding e Diretor desde dezembro de 2011 no Itaú Unibanco.

Atua como Diretor da *Dibens Leasing S.A.* – Arrendamento Mercantil desde janeiro de 2014. Foi Inspetor do Departamento de Supervisão Direta (DESUP) no Banco Central do Brasil (1988 a 2003) e no *Financial Stability Institute* do BIS, onde estagiou e participou da elaboração de um curso preparatório para supervisores bancários de autoridades regulatórias em nível mundial, para o qual também ministrou palestras (abril a junho de 2003). Atuou na McKinsey & Company Associate como consultor em Prática de Gestão de Riscos e como especialista em assuntos relacionados com Risco e Finanças (setembro de 2005 a fevereiro de 2008).

É Bacharel em Administração, com ênfase em Finanças, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) (1997) e MBA, com menção honrosa, pela The Wharton School, Universidade da Pensilvânia (2005) nos Estados Unidos.

Wagner Bettini Sanches (Diretor) é Diretor, desde junho de 2014, no Itaú Unibanco Holding S.A., Diretor no Itaú Unibanco, desde outubro de 2011, e Diretor do Banco Itaú BMG Consignado S.A., desde novembro de 2012.

Anteriormente ocupou diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, inclusive o de Analista de Assessoria do Mercado de Empresas (1996 a 1999); Coordenador da Assessoria de Mercado de Empresas (1999 a 2000); Gerente de Assessoria do Mercado de Empresas (2000 a 2001); Superintendente de Crédito de Pessoa Jurídica – Mercado de Empresas (2003 a 2007); Superintendente Comercial de Crédito Imobiliário Pessoa Jurídica, sendo responsável pelo relacionamento comercial com incorporadoras em todo o País (2007 e 2008); Superintendente de Crédito e Cobrança de Crédito Imobiliário Pessoa Física e Jurídica, responsável pela gerência de Mesa de Crédito Pessoa Física, Análise de Crédito Pessoa Jurídica, planejamento, monitoramento de projetos, gestão de cobrança e cobrança operacional e contencioso desde 2009 do Itaú Unibanco S.A.

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, Pós-Graduado pela Universidade de Michigan; MBA, com alta distinção, com ênfase em Finanças e Estratégia pela Ross School Business nos Estados Unidos (2003).

Comitê de Auditoria

Antonio Francisco de Lima Neto (Membro Independente) atuou como Presidente (agosto de 2009 a outubro de 2013) do Banco Fibra S.A.

No Banco do Brasil S.A foi Presidente (dezembro de 2006 a abril de 2009); Vice-Presidente de Varejo e Distribuição (julho de 2005 a dezembro de 2006); Vice-Presidente de Negócios Internacionais e Atacado (novembro de 2004 a julho de 2005); Diretor Comercial (setembro de 2001 a novembro de 2004); Superintendente Executivo na Unidade Comercial (julho de 2000 a setembro de 2001); Superintendente no Estado do Tocantins (maio de 1999 a maio de 2000) e Superintendente Regional de Belo Horizonte (janeiro de 1997 a maio de 1999) no Banco do Brasil S.A.

Também foi membro do Conselho de Administração (2007 a 2009) da Brasilprev Seguros e Previdência S.A.; membro do Conselho de Administração (2006 a 2009) da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); membro do Conselho de Administração (2004 a 2005) da BB Securities Limited; membro do Conselho de Administração (2003 a 2005) da Seguradora Brasiisaúde; membro do Conselho de Administração (2001 a 2009) da Brasil Alliance Corretora de Seguro; e membro do Conselho de Administração (2000 a 2007) da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.

Está cursando mestrado em Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde janeiro de 2014.

Participou do Curso para Conselheiros pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2014); é Pós-Graduado em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2001); e Programa *Executive MBA* pela Fundação Dom Cabral (1997). É Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1996).

Diego Fresco Gutierrez (Membro Independente e Especialista Financeiro)

atua como consultor independente para assuntos complexos relativos a relatórios financeiros, especialmente para empresas com ações com registro duplo (no Brasil e nos Estados Unidos), desde junho de 2013. Foi sócio da PwC – São Paulo (2000 a junho de 2013) nas áreas de Mercado de Capitais e Serviços de Assessoria Contábil, tendo ocupado vários cargos na PwC no Uruguai (1998 a 2000 e 1990 a 1997) e nos Estados Unidos (1997 a 1998).

É Bacharel em Ciências Contábeis pela *Universidad de la Republica Oriental del Uruguay* em 1994; é *Certified Public Accountant* – CPA (Contador Independente Certificado) no Estado da Virgínia (Estados Unidos) desde 2002 (Matrícula 27.245) e Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Possui certificações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sendo Membro da Comissão de Governança em Instituições Financeiras desde 2013.

Geraldo Travaglia Filho (Membro Independente) atuou como Diretor-Executivo do Itaú Unibanco e do Itaú Unibanco Holding (novembro de 2008 a abril de 2009), como Diretor-Executivo do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a janeiro de 2010) e como Diretor-Executivo de Finanças da Redecard S.A. (maio de 2009 a abril de 2010). Foi Vice-Presidente do Unibanco (setembro de 2004 a abril de 2009).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP) com especialização em Gestão Bancária pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

Luiz Alberto Fiore (Membro Independente) foi auditor independente da PwC (1971 a 1973). Ingressou na Deloitte Touche Tohmatsu, onde atuou como sócio nas áreas de Auditoria Externa e *Corporate Finance* (1973 a 2010). Atuou como membro do Comitê Executivo e do Conselho de Administração da Deloitte do Brasil (1987 a 2008), e como membro da Diretoria Internacional da Deloitte *Corporate Finance* (1998 a 2005).

É Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ESAN-PUC) e em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie.

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Membro Independente)

atua como membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Governança Corporativa da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. desde 2013; membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. desde 2013; e membro do Conselho Curador na Fundação IFRS desde janeiro de 2014. Foi membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. (2013 a 2015); Presidente (julho de 2007 a julho de 2012) e Diretora (julho de 2006 a julho de 2007) da Comissão de Valores Mobiliários; Presidente do Comitê Executivo (2010 a 2012) na Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO); Vice-Presidente (2004 a 2006) e membro do Conselho de Administração desde 2001 do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Trabalhou na BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – (atualmente BM&FBovespa S.A.), durante 12 anos como Superintendente de Empresas Listadas e de Relações com Emissores de 2000 a junho de 2006. Participou, desde o início, da criação do Novo Mercado e

Níveis de Listagem de Governança Corporativa e foi encarregada da sua implementação.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP).

Sergio Darcy da Silva Alves (Membro Independente) atuou como membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander S.A. (outubro de 2006 a março de 2013) e é membro dos Comitês Regulatórios como Coordenador e Auditor na BM&FBOvespa S.A. desde janeiro de 2007. Foi também Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro (setembro de 1997 a abril de 2006) no Banco Central do Brasil; Chefe do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro (abril de 1991 a agosto de 1997); Chefe Adjunto do Departamento de Normas e Organização do Sistema Financeiro (março de 1985 a março de 1991); Coordenador do Departamento do Mercado de Capitais na Divisão de Autorizações de Instituições Financeiras até 1985.

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1968) e com Curso Superior de Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado de Brasília (AEUDF) (1975 a 1978).

Conselho Fiscal

Alberto Sozin Furuguem (Membro Independente) ocupou, anteriormente, cargos no Banco Central do Brasil, inclusive o de Economista Chefe do Departamento Econômico (1981 a 1983); Diretor (1985); Delegado Regional em São Paulo (1991 a 1992) e Escriturário (1963 a 1966). Atuou, ainda, como Assessor de Ministro (Gestão Mário Henrique Simonsen) no Ministério da Fazenda (março de 1974 a março de 1975) e como Diretor do Banco de Desenvolvimento (1975 a 1979) no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

É Bacharel e Pós-Graduado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (janeiro de 1967 a dezembro de 1968).

Iran Siqueira Lima (Membro Independente) atuou no Banco Central do Brasil entre 1967 e 1993, no qual ocupou diversos cargos, com destaque para: Chefe Adjunto de Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais (1976 a 1979); Chefe do Departamento do Mercado de

Capitais (1979 a 1984); Diretor da Área de Mercado de Capitais (1984); Diretor da Área de Fiscalização (1985) e Delegado Regional em São Paulo – SP (1991 e 1993). No Banco da Cidade S.A., foi Diretor da Área de Mercado de Capitais (1986), durante o período em que esteve licenciado do Banco Central do Brasil. Nesse mesmo período (1986 a 1988), fundou um escritório de consultoria na área de mercado de capitais, no qual exerceu a função de Sócio-Gerente, de 1987 a junho de 1988. No Governo Federal exerceu a função de Secretário de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (SEST) entre julho de 1988 e março de 1990. Exerceu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), entre maio de 1991 e dezembro de 1992, e atuou como membro dos Conselhos de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) e da Telebrás. Desde 1972, leciona disciplinas ligadas à área de Contabilidade e Finanças nas seguintes universidades: AEUDF, Universidade de Brasília, USP e nos cursos MBA da FIPECAFI.

É Bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, 1969) e em Ciências Contábeis pela AEUDF (1973). Doutor em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Universidade Candido Mendes (1971), Mestre e Doutor em Ciências Contábeis e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP) (1976 e 1998), respectivamente.

Luiz Alberto de Castro Falleiros (Membro Independente) atua como membro do Conselho de Administração da Universidade Tiradentes desde abril de 2009; é membro Suplente do Conselho Fiscal da AES, Tietê e da Tupy S.A., desde abril de 2010. Atuou como membro do Conselho Fiscal do Banco Indusval (abril de 2010 a abril de 2012). Foi Gerente Geral do Banco Alfa de Investimento S.A. (julho de 1998 a dezembro de 2000); Superintendente de Relações com o Mercado da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) (janeiro de 1997 a junho de 1998); Diretor Adjunto de Investimento (janeiro de 1992 a dezembro de 1996) e Diretor de Subscrição (janeiro de 1991 a janeiro de 1992) do Banco ABC – Roma S.A.

É Bacharel em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1978), com MBA em Finanças pela FACAMP (Faculdades de Campinas, 2004).

Remuneração dos Administradores **GRI G4-51**

Nossa Política de Remuneração, aplicável a membros do Conselho de Administração e Diretores (que constitui a maioria na direção do Grupo Itaú Unibanco), está de acordo com as diretrizes estabelecidas pela regulamentação brasileira aplicável, foi estruturada com base nos nossos princípios e práticas e destina-se a alinhar os interesses dos nossos acionistas e administradores. Em relação à remuneração variável, nossa Política de Remuneração tem o objetivo de atrair, reter e recompensar as realizações dos administradores, bem como incentivar a adoção de níveis prudentes de exposição ao risco nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, nossa Política de Remuneração prevê que, do total da remuneração variável paga aos administradores, 50%, no mínimo, devem ser pagos em ações ou instrumentos nelas baseados; e 50%, no mínimo, devem ser diferidos para pagamento futuro, em um período de pelo menos três anos. Se a instituição ou a unidade de negócio apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado, ou resultado negativo durante o período de diferimento,

as parcelas diferidas e não pagas da remuneração variável dos membros da diretoria e do Conselho de Administração devem ser revertidas, proporcionalmente, à redução no resultado.

Para a definição da remuneração, nossa estrutura de governança prevê processos claros e transparentes e conta com a supervisão do Comitê de Remuneração. Dentre suas atribuições está a elaboração da Política de Remuneração, que deve ser submetida à aprovação anual do Conselho de Administração. Além disso, nosso Comitê de Remuneração atua como importante intermediário junto ao BACEN, aumentando a precisão e a transparência das informações prestadas a esse órgão regulador. Consulte www.itaub.com.br/arquiosestaticos/RI/pdf/Remuneracao.pdf para mais informações.

Instituímos um plano de participação nos lucros segundo o qual a cada um dos beneficiários é, anualmente, atribuído um valor base para o cálculo dos pagamentos. O valor final do pagamento para um executivo baseia-se nos resultados consolidados do Grupo Itaú Unibanco, nos resultados da unidade de negócios à qual o executivo pertence e no seu desempenho individual. Este valor individual é determinado por meio da multiplicação do valor-base por diversos índices que representam os Indicadores-Chave de Desempenho (resultados do Itaú Unibanco Holding e/ou resultados da unidade de negócio e desempenho individual).

Temos ainda um programa institucional denominado Programa de Sócios, composto por administradores e colaboradores, com histórico de contribuição e desempenho relevantes, aprovados pelo Comitê de Pessoas. Os beneficiários têm o direito de usar uma parcela ou a totalidade de sua remuneração variável anual para aquisição de nossas ações preferenciais (ações próprias). Mediante a manutenção da propriedade das ações próprias, sem quaisquer ônus ou gravames, e do cumprimento das demais condições suspensivas previstas no Regulamento do Programa pelos prazos de três e cinco anos a contar do investimento inicial, haverá um retorno do investimento por meio do recebimento de uma contrapartida em nossas ações preferenciais (ações de sócios) também pelo prazo de três e cinco anos. As ações de sócios recebidas como contrapartida ficam indisponíveis pelos prazos de cinco e oito anos a contar do investimento inicial em ações próprias. O Programa de Sócios também pode considerar instrumentos derivados de ações em vez das ações propriamente ditas.

Em 2015, registramos despesas com remuneração dos administradores no Grupo Itaú Unibanco, inclusive planos de incentivos de longo prazo (Programa de Sócios e Plano de Opções de Ações), no valor aproximado de R\$ 907 milhões. Nossos planos de incentivos de longo prazo levam em consideração valores concedidos no passado, mas que ainda estão sendo registrados. A remuneração dos administradores também considera contribuições para planos de previdência no montante aproximado de R\$ 9 milhões e outros benefícios, tais como assistência médica e odontológica, que totalizaram R\$ 3 milhões. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 35 – Partes relacionadas – \(b\) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração](#) para mais detalhes.

A legislação brasileira não exige a divulgação da remuneração individual dos nossos administradores, com exceção do maior e do menor valor recebido, não sendo necessário identificar os executivos. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF) ajuizou, em nome dos seus filiados, uma ação judicial questionando a legalidade da exigência de referida divulgação, tendo sido deferida liminar para suspender a exigência. Não temos a intenção de fazer tal divulgação até que seja obtida uma decisão final sobre este assunto. Consulte a [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Remuneração de Membros da Diretoria e do Conselho de Administração de Instituições Financeiras](#) para mais informações.

A nossa Política de Remuneração prevê benefícios pós-emprego para os nossos administradores, incluindo benefícios médicos como plano de saúde e *check-up* médico anual. Exceto pelos benefícios estabelecidos pela nossa Política de Remuneração, não temos contratos de prestação de serviços com os administradores que estabeleçam benefícios em caso de término do vínculo empregatício.

Plano de Opções de Ações

Possuímos um plano de opções de ações por meio do qual nossos colaboradores e administradores recebem e compartilham o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais com outros acionistas. Essas opções são destinadas a integrar os beneficiários do nosso Plano de Opções de Ações no processo de desenvolvimento do nosso grupo a médio e longo prazos.

O nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as diretrizes previstas no documento.

As opções somente poderão ser outorgadas aos beneficiários se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Informação para o investidor, Pagamento dos Acionistas](#) para mais informações sobre o pagamento de dividendos. Ainda, a fim de evitar a diluição dos acionistas, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração de administradores e das opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% do total das ações em circulação na data de encerramento do balanço do mesmo exercício. Caso o número de ações entregues e de opções outorgadas fique abaixo do limite de 0,5%, a diferença poderá ser acrescida, para fins de remuneração em ações ou de outorga de opções em qualquer um dos sete exercícios fiscais subsequentes.

Em função dos efeitos relacionados com o Artigo 33 da Lei nº 12.973/2014, esclarecemos que os valores concedidos pelo Programa de Sócios e ainda não pagos, anteriormente concedidos pelo nosso Plano de Opções de Ações, são atualmente reconhecidos como remuneração. Como resultado, em 29 de abril de 2015, nossos acionistas aprovaram, entre outras modificações, a exclusão da concessão de opções de sócios (relacionadas com nosso Programa de Sócios

anterior) do nosso Plano de Opções de Ações, de forma que o Plano de Opções concederá apenas opções simples.

Em 2015, nenhuma opção simples foi outorgada no âmbito de nosso Plano de Opções de Ações. Em 31 de dezembro de 2015, tínhamos ainda 45.948.317 opções a serem exercidas pelos beneficiários. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 22 – Pagamento Baseado em Ações, Item 1 - Plano para Outorga de Opções de Ações](#).

Principais diferenças entre as práticas de Governança Corporativa no Brasil e nos EUA

Nos EUA, registramos nossas ADSs na NYSE na qualidade de emissor privado estrangeiro e, como resultado, a NYSE nos permite cumprir algumas exigências de governança corporativa previstas na legislação brasileira aplicável, ao invés daquelas previstas nas normas de listagem de governança corporativa da NYSE aplicáveis às empresas norte-americanas com títulos negociados naquela bolsa.

Nos termos das regras da NYSE, apenas nos é exigido (i) ter um comitê de auditoria ou um conselho de auditoria que atenda a certas exigências, conforme discutiremos a seguir; (ii) enviar notificação do nosso Diretor Presidente para a NYSE com relação a qualquer descumprimento, por nós, de quaisquer normas aplicáveis de governança corporativa da NYSE para listagem de valores mobiliários; (iii) fornecer para a NYSE declarações anuais e intermediárias por escrito referentes à nossa aderência às normas de governança corporativa da NYSE para listagem de valores mobiliários; e (iv) fornecer uma declaração sobre as diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e as práticas de governança corporativa que devem ser seguidas pelas companhias de capital aberto dos EUA segundo as regras da NYSE. Exceto por essas exigências, temos permissão para gerenciar nossa governança corporativa de acordo com a legislação aplicável no Brasil.

Apresentamos a seguir a descrição das diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas para as companhias de capital aberto dos EUA. Nossas principais normas e políticas podem ser encontradas em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas.

Maioria de Membros Independentes do Conselho de Administração

As regras da NYSE exigem que a maioria dos membros de um conselho de administração seja independente. Essa independência é definida por vários critérios, como a ausência de um relacionamento relevante entre o membro do conselho e a companhia de capital aberto. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA quanto estrangeiras) que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por um indivíduo, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com a exigência de maioria independente.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante, entretanto, o nosso Conselho de Administração conta com quatro membros considerados independentes, de acordo com os critérios estabelecidos em nossa Política de Governança Corporativa. Para mais informações sobre a composição do nosso Conselho de Administração, vide [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Membros do Nosso Conselho de Administração e Diretores](#).

Além disso, a legislação societária brasileira, o Banco Central do Brasil e a CVM estabeleceram regras que tratam dos deveres e das responsabilidades dos diretores e membros do conselho das companhias e de suas qualificações profissionais, de forma a assegurar o funcionamento adequado desse órgão.

Sessões Executivas

As regras da NYSE exigem que os membros não diretores do Conselho de Administração se reúnam em sessões executivas, regularmente programadas, sem a presença dos membros do Conselho de Administração que sejam diretores da companhia.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, essas reuniões são realizadas pelo menos uma vez por ano. Atualmente, três quartos dos membros do Conselho de Administração não são diretores.

Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e Comitê de Remuneração

Pelas regras da NYSE, as companhias nela registradas devem ter um comitê de nomeação ou governança corporativa e, ainda, um comitê de remuneração, ambos formados inteiramente por membros independentes do Conselho de Administração e regidos por regimentos que disponham sobre os objetivos e as responsabilidades de cada comitê. Entretanto, de acordo com as regras da NYSE, as companhias nela registradas (tanto dos EUA, quanto estrangeiras), que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por um indivíduo, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir com tal exigência.

A legislação brasileira não exige que tenhamos um comitê de nomeação ou de governança corporativa. Entretanto, decidimos formar o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, responsável por incentivar e supervisionar discussões de assuntos relacionados com a Governança da Companhia. Atualmente, um dos seis membros do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é considerado independente, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.

A legislação brasileira não exige que as companhias abertas tenham um comitê de remuneração. No entanto, a regulamentação bancária brasileira exige que tenhamos um comitê de remuneração. Em atendimento a essa regulação, o nosso Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração, além disso, os membros desse comitê não são, obrigatoriamente, independentes. Atualmente, contudo, dois dos cinco membros do Comitê de Remuneração são considerados independentes, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.

Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração](#) para mais informações sobre nosso Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e nosso Comitê de Remuneração.

Comitê de Auditoria

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que tenham conhecimento em finanças; (ii) atenda às regras da SEC referentes ao Comitê de Auditoria de Companhias Registradas na NYSE; (iii) tenha, no mínimo, um membro que seja especialista em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um regimento que determine expressamente os objetivos e as responsabilidades do comitê e estabeleça avaliações anuais de desempenho.

A legislação brasileira aplicável regula a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e exige a formação de um comitê de auditoria composto por, no mínimo, três membros, de acordo com a regulamentação bancária brasileira. O nosso Comitê de Auditoria, criado em 28 de abril de 2004, atende às exigências brasileiras legais aplicáveis, sendo eleito anualmente pelo Conselho de Administração e composto por membros e profissionais com comprovada capacitação técnica compatível com as atribuições desse Comitê.

Segundo as normas da SEC, nós não somos obrigados a ter um Comitê de Auditoria formado ou que funcione de acordo com as normas da NYSE se atendermos às exigências especificadas pela SEC. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria atende às exigências da Regra 10A-3(c)(3) do *Exchange Act* (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários), e atua de forma independente no desempenho de suas atribuições. O nosso Comitê de Auditoria, na medida do que é permitido pela legislação brasileira, desempenha todas as funções exigidas pela regra 10A-3 da *Exchange Act* (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários).

Em linha com a legislação brasileira aplicável, a contratação de auditores independentes é responsabilidade do Conselho de Administração, enquanto a recomendação para a contratação e destituição de auditores independentes é de responsabilidade do Comitê de Auditoria. Logo, o nosso Conselho de Administração atua no lugar do Comitê de Auditoria, conforme permitido pela Regra 10A-3(c)(3)(v) da *Exchange Act*, para fins de contratação de nossos auditores independentes.

Aprovação pelos Acionistas da Remuneração dos Administradores e dos Planos para Outorga de Opções de Ações

As regras da NYSE exigem que os acionistas tenham a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração baseados em ações e suas alterações relevantes, como em aumentos significativos da quantidade de ações disponíveis para o plano, salvo algumas exceções.

A legislação brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que prevê a necessidade de aprovação da remuneração total anual dos administradores (incluindo ações) e dos planos de outorga de opções de ações em Assembleia Geral. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração](#) para mais informações.

Diretrizes de Governança Corporativa

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem suas diretrizes de governança corporativa.

A legislação brasileira não estabelece exigência semelhante. Contudo, possuímos uma Política de Governança Corporativa a qual consolidamos os princípios e as práticas de governança corporativa que adotamos. Acreditamos que esses princípios e práticas, consistentes com a legislação brasileira, são compatíveis com as diretrizes estabelecidas pela NYSE. Adotamos regras mais rígidas do que aquelas exigidas pela legislação brasileira, uma vez que aderimos, de forma voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa e concedemos direitos de venda conjunta (*tag-along*) para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto. Consulte a [seção Nossa Governança, item Nossas Práticas](#) para mais informações.

Código de Ética

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem um código de conduta comercial e ética para os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores. A NYSE também exige que as companhias nela registradas divulguem imediatamente eventuais dispensas de aplicação das disposições do código de ética para os membros do conselho ou diretores.

A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, nós temos um Código de Ética que, dentre outros assuntos, rege a conduta de todos os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores do Grupo Itaú Unibanco, detalhando os princípios que norteiam nossas atitudes e práticas.

Auditoria Interna **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas mantenham uma auditoria interna cuja responsabilidade é reportar avaliações constantes dos processos de gerenciamento de risco da companhia e do sistema de controles internos à administração e ao comitê de auditoria.

A legislação bancária brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que exige que as instituições financeiras tenham uma auditoria interna. A nossa Auditoria Interna é responsável por avaliar a suficiência e a eficácia dos nossos controles operacionais e de gestão, bem como a adequação de nossos processos de identificação e gerenciamento de riscos. Além disso, nossa Auditoria Interna tem atuação independente da administração na condução de suas atividades e tem acesso a todos os lugares, executivos e informações necessários para desempenhar suas funções. A Auditoria Interna está subordinada, administrativamente, à presidência do Conselho de Administração, sendo suas atividades supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

4_Nossa Gestão de Riscos

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas.



Nossa Gestão de Riscos

GRI G4-2



Fatores de Risco

Essa seção trata dos riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários. Caso qualquer um desses riscos se materialize, nossa situação financeira e nossos negócios podem ser afetados negativamente, assim como o montante dos investimentos aplicados em nossos valores mobiliários. Dessa forma, é importante que os investidores avaliem cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações contidas neste documento.

Outros riscos que atualmente consideramos irrelevantes ou sobre os quais não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, caso se materializarem.

Riscos Macroeconômicos

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente.

Nossas operações dependem do desempenho da economia brasileira, e, em grau menor, das economias de outros países nos quais realizamos negócios. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento, por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como crescimento econômico, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Dessa forma, qualquer mudança relevante na economia brasileira, e, em menor grau, nas economias de outros países nos quais realizamos negócios, poderá nos afetar.

Após um período de expansão econômica acentuada, as taxas de crescimento do Brasil começaram a desacelerar em 2011 e, em 2015, o país entrou em recessão. O crescimento potencial pode estar sendo limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada, os quais ocasionam riscos de potencial falta de energia e deficiências no setor de transporte, dentre outros, bem como a escassez de profissionais qualificados que podem reduzir os níveis de produtividade e eficiência do país. Baixos níveis de poupança nacional requerem entrada de fluxos financeiros relativamente significativos do exterior, o que pode não ocorrer caso investidores estrangeiros percebam instabilidade política e econômica no país. Dependendo da sua intensidade, esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento dos índices de inadimplência nos

empréstimos que concedemos para pessoas físicas e empresas não financeiras e, consequentemente, gerar um efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas monetária, fiscal e cambial e na estrutura do governo brasileiro podem nos afetar adversamente.

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, o que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como as taxas de câmbio e juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes.

Ademais, alterações na estrutura do governo brasileiro podem resultar em mudanças nas políticas governamentais, as quais podem nos impactar. Essa incerteza pode, no futuro, contribuir para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, a qual, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso sobre nós. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil, e no exterior, que tenham impacto no Brasil também podem nos afetar.

A inflação e a oscilação nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Aumentos repentinos de preços e longos períodos de inflação alta podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater taxas de inflação elevadas incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo os quais podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos.

Adicionalmente, os aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens líquidas.

A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente.

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do Real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o BACEN pode fazer intervenções na compra e na venda de moedas estrangeiras com o objetivo de suavizar as oscilações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar oscilações bruscas do valor do Real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio.

A instabilidade nas taxas de câmbio também pode impactar negativamente os nossos negócios. Uma potencial depreciação do real poderia resultar em (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira, ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores

brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas; e (iv) impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados. Para mais informações sobre como os efeitos dessas variáveis podem nos afetar, consulte a seção “Crises e volatilidade no mercado financeiro de outros países podem afetar a economia brasileira e os mercados financeiros globais e, consequentemente, afetando nossas operações de forma adversa” a seguir.

A deterioração das contas fiscais do Governo pode nos afetar.

A deterioração das contas fiscais, se mantida, pode gerar uma perda de confiança dos investidores nacionais e estrangeiros. Da mesma forma, os governos regionais estão enfrentando preocupações fiscais devido ao seu elevado endividamento, declínio das receitas e despesas inflexíveis. A menor credibilidade poderia então ocasionar um rebaixamento da dívida soberana brasileira pelas agências de crédito e impactar a economia do país de forma negativa, causando desvalorização do Real, aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando, assim, de forma adversa, os nossos negócios, os resultados das operações e a condição financeira.

Crises e volatilidade no mercado financeiro de outros países podem afetar a economia brasileira e os mercados financeiros globais e, consequentemente, afetando nossas operações de forma adversa.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os EUA, países da União Europeia e países emergentes, podem afetar em graus variados a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o qual poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos e dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Os bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive nós, podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou ao aumento nos custos de financiamentos, os quais poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente

influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como uma diminuição na classificação do risco de crédito, uma vez que as classificações das instituições financeiras, inclusive nós, tendem a sujeitar-se a um teto baseado na classificação de crédito soberano, ou a intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, o que pode nos afetar.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais podem também ter consequências significativas para os países onde operamos, tais como a volatilidade no valor de títulos patrimoniais, das taxas de juros e de câmbio. Maior incerteza e volatilidade podem resultar em uma desaceleração do mercado de crédito e da economia, o que, por sua vez, poderia gerar aumento na taxa de desemprego e redução no poder aquisitivo dos consumidores. Adicionalmente, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e, assim, elevar as operações de crédito em atraso ou em inadimplência, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito. Assim, a crise financeira global e o ambiente macroeconômico brasileiro também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil e nos países em que operamos, tendo efeito adverso material sobre nós.

Consulte a [seção Contexto – item Contexto Macroeconômico, Contexto Brasileiro e Contexto Global](#) para mais informações sobre os dados e indicadores econômicos.

Investigações sobre corrupção, com ampla repercussão, que estão em andamento no Brasil poderão afetar a percepção das perspectivas de crescimento interno e do Brasil.

Certas empresas brasileiras dos setores de energia e infraestrutura estão sendo investigadas pela CVM, pela SEC, pela Polícia Federal e outros órgãos públicos brasileiros responsáveis por investigações sobre formação de cartel e corrupção, relacionadas a alegações de corrupção (chamada de operação Lava Jato), bem como pelo Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos e, dependendo do resultado dessas investigações e do tempo necessário para concluí-las, essas empresas podem enfrentar rebaixamentos das agências de classificação de crédito, restrições de acesso a financiamento e redução nas receitas, entre outros efeitos negativos. Esses efeitos negativos podem prejudicar a capacidade das empresas de honrar tempestivamente os seus compromissos financeiros trazendo perdas para nós, pois um número deles são nossos clientes. As empresas envolvidas na operação Lava Jato, várias das quais são nossos clientes, também podem ser processadas pelos investidores, alegando terem sido enganados por informações divulgadas por elas, incluindo suas respectivas Demonstrações Contábeis. Além disso, as investigações de corrupção em andamento contribuíram para reduzir o valor dos títulos e valores mobiliários de várias empresas. Os bancos de investimento (inclusive o Itaú BBA Securities) que atuaram como subscritoras de distribuições públicas dessas empresas investigadas, também são partes em alguns desses processos judiciais nos EUA e podem ser partes em outros processos que ainda venham a ser instaurados. Não podemos prever a duração dessas investigações sobre corrupção, ou a intensidade dos efeitos que essas investigações poderão ter sobre a economia brasileira e o setor financeiro - que também poderá ser investigado em virtude de um possível relacionamento comercial com as empresas envolvidas nas investigações da operação Lava Jato. Outra investigação de alta repercussão, além da Lava Jato, em curso no Brasil é a chamada operação Zelotes. Se as alegações de tal investigação forem confirmadas também pode afetar alguns dos nossos clientes e sua confiabilidade de crédito. Depois de rever nossos procedimentos de controle e nossos sistemas de monitoramento, acreditamos estar em

conformidade com as normas existentes, especialmente as relacionadas à prevenção à lavagem de dinheiro; não obstante, devido ao tamanho e à amplitude de nossas operações, bem como nosso relacionamento comercial com empresas e pessoas investigadas, podemos nos tornar foco dessas investigações, o que pode vir a resultar em danos reputacionais e/ou responsabilização civil. Os efeitos negativos sobre várias empresas também podem impactar o nível de investimentos em infraestrutura no Brasil, resultando em menor crescimento econômico.

Riscos Legais e Regulatórios

Alterações na lei ou regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso sobre nossos negócios.

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras no Brasil podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Nossas operações também podem ser afetadas de forma adversa na hipótese de incorrer outras alterações, inclusive alterações relativas a restrições sobre as remessas para o exterior e controles relacionados às questões cambiais, bem como a divergentes interpretações das leis por tribunais e agências reguladoras em relação à opinião de nossos assessores legais.

No contexto de crises financeiras ou econômicas, o governo brasileiro também pode decidir implementar alterações na estrutura legal aplicável à operação das instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global que teve início no final de 2007, órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas para evitar a ocorrência de crises semelhantes, que incluíram a criação de novas exigências de capital mínimo regulamentar mais elevado (Basileia III). Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco – item Ambiente Regulatório, Estrutura de Basileia III e Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório. Uma vez que a implementação da estrutura de Basileia III esteja concluída para os bancos brasileiros, e seus efeitos tenham sido totalmente avaliados, é possível que precisemos reavaliar nossa estratégia de financiamento para o capital regulatório, caso surjam exigências de capital regulatório adicional para dar suporte às nossas operações, de forma a se adequar às novas normas.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de uma nova legislação que, se convertida em lei com a redação atual proposta,

poderia ter um efeito adverso sobre nós. Por exemplo, o projeto de lei que propõe a alteração do Código de Defesa do Consumidor permitiria aos tribunais alterar os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações, impondo certas dificuldades para a cobrança de valores de consumidores finais. Além disso, diversos órgãos legislativos estaduais e municipais estão analisando projetos de lei destinados a impor diferentes medidas de segurança física e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, certos projetos de lei convertidos em lei (e outros que foram propostos) em determinados estados ou municípios impõem restrições à possibilidade dos credores de incluírem dados sobre devedores insolventes em registros dos serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nossa capacidade de cobrar dívidas em atraso.

Também temos operações em outros países, incluindo, sem limitação, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Reino Unido, Uruguai, Estados Unidos e Suíça. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos nossos negócios nos países em que operamos, ou a adoção de novas leis, e regulamentações relacionadas, podem nos afetar de forma adversa.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem nos afetar de forma negativa e material.

Depósitos compulsórios são reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, já que uma parte deles não rende juros. Esses recursos precisam ser detidos em títulos do Governo Federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, como o programa habitacional federal e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios. Os aumentos no referido nível reduzem nossa liquidez para conceder empréstimos e realizar outros investimentos e, como consequência, podem nos afetar de forma negativa e material.

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção.

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e serviços financeiros, por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, o Banco Central trata o banco e nossas subsidiárias e coligadas como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e coligadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou coligadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós.

Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, ao invés de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de intervenção ou liquidação em base consolidada, os nossos credores teriam reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Neste caso, os créditos de mesma natureza, detidos contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas, teriam classificação equivalente em relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção do banco ou de qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação

direta dos ativos dessas subsidiárias, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Os detentores das nossas ações e ADSs podem não receber dividendos.

No Brasil as companhias devem obrigatoriamente pagar a seus acionistas um dividendo mínimo, pelo menos, em base anual (exceto em casos específicos estabelecidos em legislação aplicável). De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido calculado e ajustado de acordo com a legislação societária brasileira. A legislação brasileira aplicável também permite que as companhias incluam o montante de juros sobre capital próprio distribuído a seus acionistas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, o cálculo do lucro líquido de acordo com a legislação societária brasileira pode diferir significativamente do nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS.

Além disso, a Legislação Societária Brasileira permite a suspensão do pagamento de dividendos obrigatórios em qualquer exercício específico se o nosso Conselho de Administração informar nossa Assembleia Geral de Acionistas que esse pagamento seria incompatível com a nossa situação financeira. Portanto, caso isso ocorra, o detentor de nossas ações e ADSs pode não receber dividendos. Nesse caso, os dividendos que deixarem de ser distribuídos nesse exercício fiscal deverão ser registrados como uma reserva especial e, caso não sejam usados para cobrir um eventual prejuízo em exercícios subsequentes, esses montantes de dividendos não pagos ainda disponíveis sob essa reserva deverão ser distribuídos quando a situação financeira da companhia assim o permitir.

Além disso, de acordo com seus poderes normativos nos termos da lei brasileira e das regulamentações bancárias, o Banco Central pode, discricionariamente, reduzir os dividendos a serem pagos, ou determinar que não sejam pagos dividendos por uma instituição financeira caso tal restrição seja necessária para mitigar riscos relevantes à instituição financeira ou ao sistema financeiro brasileiro.

Consulte a [seção Nosso Perfil, Pagamento dos Acionistas](#) e a [seção Nossa Gestão de Riscos – item Ambiente Regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais detalhes sobre as exigências de capital pelo CMN; e

também a [seção Desempenho, item Demonstrações Financeiras Consolidadas \(IFRS\), Nota 2.4w e Nota 21](#) para mais detalhes sobre Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

As reformas fiscais podem afetar negativamente as nossas operações e a lucratividade.

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais por meio da criação de novos impostos, que podem ser temporários, da mudança nas alíquotas, nas bases de incidência dos impostos ou na forma como os mesmos são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário. As reformas fiscais podem reduzir o volume das nossas transações, aumentar nossos custos ou limitar a nossa lucratividade.

A decisão sobre processos judiciais referentes a planos governamentais para estabilização econômica pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Somos réus em vários processos judiciais movidos por pessoas físicas em virtude dos Planos de Estabilização Econômica de 1986 a 1994, implementados pelo Governo Federal brasileiro para combater a hiperinflação (PEE). Registramos provisões para essas reivindicações quando do recebimento da citação.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor; ou (ii) pelo Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares de cadernetas de poupança podem cobrar qualquer valor devido com base nessas decisões. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF), proferiu algumas decisões a favor dos titulares das cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às contas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF) uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às contas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. Entretanto, não há estimativa de quando o STF emitirá uma sentença final sobre o caso, por falta de um quórum suficiente para decidir a questão.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a mais alta corte do país responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar em breve a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação em ações que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência de juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos sobre as contas de poupança e a taxa de inflação no mesmo período, com a diferença positiva resultante dos

meses posteriores à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos sobre as contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos significativos em 2015, o STJ decidiu que: (i) os juros remuneratórios não serão incluídos nos cálculos da execução de sentença em favor do autor, a menos que haja condenação expressa para tanto; e (ii) os juros remuneratórios não deverão ser pagos aos detentores de caderneta de poupança caso a instituição em questão consiga provar que a respectiva caderneta já tivesse sido encerrada. Adicionalmente, essas decisões também confirmaram que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador.

Além disso, o STJ decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data de implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Nós também estamos sujeitos aos riscos operacionais associados ao tratamento e condução de um grande volume de ações envolvendo planos governamentais de estabilização econômica, em caso de perda da ação.

Consulte a [sessão Desempenho, Item Litígios Originados dos Planos de Estabilização Econômica do Governo](#) para mais informações.

Autuações fiscais podem nos afetar negativamente.

Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos a fiscalizações de autoridades fiscais municipais, estaduais e federais. Essas fiscalizações, provenientes de divergências no entendimento da aplicação das leis tributárias, podem gerar autuações fiscais que, dependendo dos seus resultados, podem ter efeito adverso sobre os nossos resultados financeiros.

Riscos Relativos aos Nossos Negócios

Fator de Risco de Mercado

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito às flutuações de mercado, devido às mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, e, como resultado, podem nos sujeitar a prejuízos relevantes.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira podem nos levar a registrar ganhos e perdas – quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos

negociáveis), e com flutuação considerável de um período para o outro – em função das condições econômicas nacionais e internacionais. Se, por exemplo, realizarmos operações com derivativos como ação estratégica para nos proteger contra uma diminuição no valor do Real e das taxas de juros, e, no entanto, o valor do Real e das taxas de juros subirem, podemos incorrer em perdas financeiras e essas perdas podem nos afetar de forma adversa e material. Adicionalmente, podemos incorrer em perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, inclusive de riscos com operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de ações e de mercadorias (*commodities*), juntamente com outros índices sobre esses fatores de risco.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados ou não realizados para qualquer período futuro. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida ou podem deixar de contribuir para ela em níveis coerentes com os períodos mais recentes. Podemos não ser bem sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Fator de Risco Operacional

Falhas ou defeitos ou inadequação de nossos sistemas negócios e má conduta ou erros humanos podem nos afetar de forma adversa.

Embora tenhamos um rígido controle de segurança da informação em vigor, políticas e procedimentos elaborados para minimizar erros humanos, e façamos investimentos contínuos em infraestrutura e no gerenciamento de crises e operações, os sistemas operacionais relacionados aos nossos negócios podem parar de funcionar adequadamente por um período limitado ou ficar temporariamente indisponíveis devido a uma série de fatores. Esses fatores incluem eventos que estão, total ou parcialmente, fora de nosso controle, como a falta de energia, a interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (como bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços), e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também geram conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios, nossa reputação e os resultados das operações.

Ataques cibernéticos poderiam causar perda de receita e dano à reputação, causados por violações de segurança de dados que poderiam prejudicar nossas operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas.

Gerenciamos e armazenamos diversas informações exclusivas e dados confidenciais ou sensíveis referentes às nossas operações. Podemos estar sujeitos a violações dos sistemas de Tecnologia de Informações que utilizamos para esses fins. Dependemos bastante da tecnologia e isso nos torna vulneráveis a vírus, vermes e outros *softwares* mal intencionados, inclusive bugs e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de nossos sistemas. Também dependemos de determinados gestores externos de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidade podem ter efeito semelhante sobre nós.

Os nossos custos para eliminar ou tratar dos problemas mencionados e das vulnerabilidades de segurança antes ou depois de um incidente cibernético podem ser significativos e a falta de solução poderá resultar em interrupções e atrasos, afetando clientes e parceiros.

Fatores de Risco de Competição

Enfrentamos riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro.

O mercado brasileiro de serviços financeiro e bancário é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros grandes bancos brasileiros e internacionais, a qual se intensificou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Consulte a [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Regulamentação Concorrencial](#) para mais informações sobre a concorrência nos mercados brasileiros. Essa crescente concorrência pode nos afetar negativamente caso, entre outros fatores, limite a nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações; ou, ainda, impacte as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo as nossas margens de lucro sobre os serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

Fatores de Risco de Crédito

Alterações no perfil de nossos negócios podem afetar negativamente nossa carteira de crédito.

Nossa experiência histórica pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja ligada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, podem ocorrer mudanças no perfil dos nossos negócios em função do nosso crescimento orgânico, ou de fusões e aquisições, alterações nas condições econômicas nacionais e, em menor grau, no ambiente internacional, e de alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos, entre outros fatores. Quaisquer alterações que afetem um dos setores a qual temos exposição de crédito significativa podem afetar negativamente a nossa carteira de crédito. Por exemplo, nos últimos anos, os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação do nível de endividamento dos consumidores, levando o setor automotivo a incorrer em elevados índices de inadimplência. Como resultado, muitas instituições financeiras registraram maiores perdas com créditos

decorrentes do aumento do volume de provisões e da redução da concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Podemos incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes.

Podemos incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Esse risco da contraparte pode surgir, por exemplo, ao contratarmos resseguro ou ao celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes têm a obrigação de nos fazer pagamentos – não honrados –, ao realizar operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado – decorrente da não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outro intermediário financeiro. Nós, rotineiramente, realizamos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, como corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, entre outros clientes institucionais, e o não cumprimento de suas respectivas obrigações pode afetar o nosso desempenho financeiro de forma adversa.

Temos exposição financeira significativa à Dívida do Governo Federal brasileiro.

Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente 13,9% de todos os nossos ativos e 60,5% da nossa carteira de títulos eram compostos por esses títulos de dívida. Qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seus valores de mercado, poderia afetar negativamente os resultados das nossas operações e a nossa situação financeira.

Fator de Risco de Subscrição

A inadequação de nossas metodologias de precificação de produtos de seguros, previdência e capitalização podem nos afetar adversamente.

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência definem os preços e estabelecem os cálculos para seus produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, reivindicações, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos que são contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente baseadas em premissas biométricas e econômicas incorretas, ou bases atuariais com erros que seriam utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e planos de pensão e a adequação de suas respectivas reservas sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão se os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, o que pode ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios.

Fatores Relacionados ao Gerenciamento de Riscos

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e o nosso resultado pode ser afetado de maneira adversa por perdas não esperadas.

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração, tais como o *Value at Risk* (VaR) e os modelos que estimam as probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mensuração da nossa exposição ao risco, em todos os ambientes econômicos, e contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para o gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação brasileira quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de obter crédito de um cliente, confiamos, principalmente, nas informações disponíveis em nossos bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, para essas observações, e dados para quantificar a nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todos os tipos de exposições futuras. Estas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não prevemos ou avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limita a nossa capacidade de gerenciar nossos riscos e, portanto, nossas perdas podem ser significativamente maiores do que as indicadas pela análise histórica. Além disso, nosso modelo quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes. A nossa abordagem qualitativa para a gestão desses riscos pode revelar-se insuficiente, expondo-nos a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e nossa posição financeira dependem da nossa capacidade de avaliar as perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e da nossa capacidade de incluir esses riscos nas nossas políticas de preços. Reconhecemos uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com o objetivo de garantir um nível de provisão compatível com a perda esperada, de acordo com os modelos internos para mensuração do risco de crédito. Esse cálculo envolve, ainda, o julgamento significativo por parte de nossos administradores, o qual pode se provar incorreto ou ser modificado no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas. Estes fatores podem nos afetar negativamente.

Danos à nossa reputação podem prejudicar os nossos negócios e perspectivas.

Somos altamente dependentes da nossa boa imagem e da nossa credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à nossa reputação podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios e clientes em potencial.

Fatores de risco relacionados à nossa estratégia

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios.

Em 31 de dezembro de 2015, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51% das nossas ações ordinárias e 25,54% do nosso capital total, o que lhe proporciona o poder de nomear e destituir nossos membros do conselho e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles, as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos.

Além disso, a IUPAR é controlada em conjunto pela Itaúsa, que, por sua vez, é controlada pela família Egydio de Souza Aranha e pela Cia. E. Johnston que, por sua vez, é controlada pela família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos nossos demais acionistas.

Além disso, alguns de nossos conselheiros são afiliados da IUPAR, e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados com os dos nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas dependerão do exercício, por parte de nossos conselheiros, de seus deveres fiduciários como membros de Conselho de Administração. De acordo com a Legislação Societária Brasileira, entretanto, os acionistas controladoras devem votar de acordo com os interesses da empresa, além de serem proibidos de votar na hipótese de conflitos de interesses nas questões a serem decididas.

A integração dos negócios adquiridos ou incorporados envolve certos riscos que podem ter um efeito material adverso sobre nós.

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro do Brasil e da América Latina, temos realizado uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos procurar por novas operações dessa natureza no futuro. No entanto, qualquer um desses negócios envolve certos riscos, como por exemplo, a possibilidade de incorrerem em custos não esperados dada a dificuldade de integrarmos as plataformas de sistemas, finanças, contabilidade e pessoas ou a ocorrência de contingências não previstas. Ademais, as sinergias operacionais e financeiras e outros benefícios decorrentes das operações podem não ser alcançados.

Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência determinarem restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações, ou de aplicarem multas e sanções devido à interpretação, por parte das autoridades, de irregularidades em uma fusão, consolidação ou aquisição empresarial, mesmo que a instituição as tenha feito de forma legal, clara e transparente, segundo os seus entendimentos e os dos especialistas em legislação societária.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, de redução de custos, e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrerem em maiores custos de integração do que o estimado, nós poderemos ser afetados adversamente.

Fatores de Risco Socioambiental **Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associados a riscos socioambientais.**

Questões socioambientais e de escassez de água são os fatores de risco socioambiental mais evidentes que poderiam afetar nossas operações internas e nosso negócio.

Os riscos diretos para nossa operação no Brasil estão relacionadas com a crise da água, causada pelo volume reduzido de chuvas nos últimos quatro anos, agravado por uma situação estrutural de perdas significativas na distribuição de água, baixa capacidade e dependência de armazenamento de água em poucos reservatórios, bem como o desperdício por parte dos consumidores.

A escassez de água pode afetar as operações em nossos prédios administrativos, rede de agências e centros de processamento de dados, além de impactar diretamente a distribuição de eletricidade, já que grande parte é gerada por usinas hidroelétricas.

Um outro risco que pode nos afetar está associado ao financiamento de atividades em setores mais expostos ao impacto socioambiental, como o de mineração, construção de usinas hidroelétricas, pecuária, dentre outras, que demandam maior diligência para sua mitigação.

Os riscos socioambientais podem afetar o pagamento de nossos clientes e, consequentemente, causar atrasos em pagamentos ou inadimplência, especialmente na hipótese de um grande impacto socioambiental.

Riscos de Divulgação de Informações Financeiras

Preparamos estimativas e premissas relacionadas à preparação de nossas Demonstrações Contábeis consolidadas e quaisquer mudanças nessas estimativas e premissas podem ter efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais.

Na preparação de nossas Demonstrações Contábeis consolidadas, utilizamos estimativas e premissas baseadas no histórico de nossas experiências e outros fatores. Apesar de acreditarmos que essas estimativas e premissas são razoáveis em vista das circunstâncias, elas estão sujeitas a incertezas significativas, algumas das quais estão além do nosso controle. Caso qualquer uma dessas

estimativas e premissas sofra mudanças ou se mostrem incorretas, nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa.

Como resultado de limitações inerentes a nossos controles contábeis e de divulgação, erros de classificação devido a erros ou fraudes podem ocorrer e não ser detectados.

Nossos controles e procedimentos de divulgação são elaborados para proporcionar confiança razoável de que as informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou submetemos à SEC, nos termos da *Exchange Act* (lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários), serão reunidas e comunicadas à administração, além de serem registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados nas regras e formulários da SEC. Acreditamos que quaisquer controles e procedimentos de divulgação, ou controles e procedimentos internos, inclusive os respectivos controles contábeis, forneçam somente segurança razoável, e não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle estão sendo atingidos. Essas limitações inerentes incluem a realidade de que os julgamentos no processo de tomada de decisões podem ser falhos e gerar consequências negativas devido a erros ou a equívocos simples. Além disso, controles podem ser burlados por atos individuais, pela atuação em conluio de duas ou mais pessoas ou por inobservância não autorizada dos controles.

Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar adversamente a confiança dos investidores em nossa empresa e, como resultado, o valor dos investimentos em nossos títulos e valores mobiliários.

Nos termos da Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002, devemos apresentar um relatório preparado por nossa administração sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas e incluir um parecer emitido por nossos Auditores Independentes confirmando essa eficácia.

Qualquer falha de nossa parte em manter controles internos eficazes sobre essas demonstrações contábeis pode afetar de forma adversa nossa capacidade de divulgar adequadamente nossa condição financeira ou os resultados das operações. Se não pudermos concluir que nossos controles internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos, ou ainda, se os nossos auditores independentes determinarem que apresentamos algum ponto fraco material ou alguma deficiência significativa, poderíamos perder a confiança dos investidores na exatidão e integridade de nossos relatórios financeiros e, por consequência, os valores de mercado de nossas ações e ADSs poderiam cair ou poderíamos estar sujeitos a sanções ou investigações da SEC ou de outra autoridade regulatória. A falha de nossa parte em corrigir qualquer ponto fraco material em nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas ou em implementar ou manter outros sistemas de controles efetivos requeridos das empresas de capital aberto sujeitas à regulamentação da SEC também poderia restringir nosso futuro acesso aos mercados de capital.

Gerenciamento de Riscos e Capital

Consideramos a gestão de risco um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valor para os acionistas.

Nosso gerenciamento de risco é o processo no qual:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais em nossas operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e nossas estratégias; e
- Nossa carteira é administrada vis-à-vis às melhores relações risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias e objetivos das nossas unidades de negócio e de suporte, impedindo-as de atingir suas metas, com possibilidade de impactos nos lucros, no capital, na liquidez e na reputação.

Os processos de gestão de risco encontram-se incorporados por toda a instituição, estando alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e Comissões Superiores, descritos a seguir, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a nossa administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital. Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração, Membros do nosso Conselho de Administração e Comitê Executivo](#) para mais informações sobre as responsabilidades do nosso Conselho de Administração.

Em conformidade com as regulamentações do CMN e do Banco Central, implementamos uma estrutura de gerenciamento de capital e um Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP).

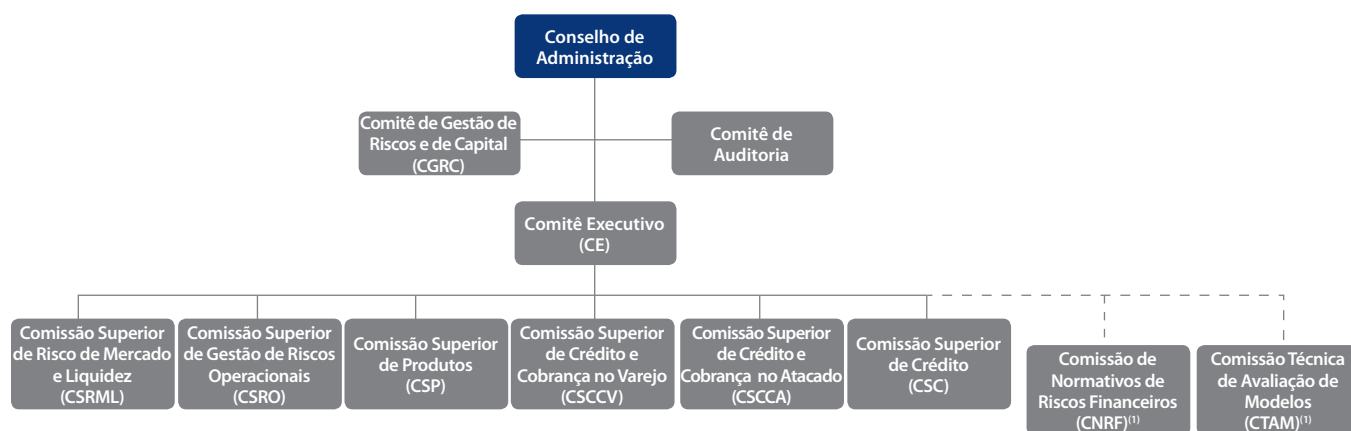
Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, conduzida por um vice-presidente com reporte ao CEO e ao Conselho de Administração, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o nosso apetite de risco, as nossas políticas e os procedimentos estabelecidos. Essa estrutura independente também é responsável por centralizar o nosso gerenciamento de capital. O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho de Administração e aos Executivos uma visão global das nossas exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a nossa adequação de capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Nós utilizamos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) para completo atendimento aos regulamentos de reserva de capital do Banco Central, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordenamos as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Governança de Riscos e Capital

Nós estabelecemos comitês responsáveis pela gestão de riscos e de capital que se reportam diretamente ao Conselho de Administração. Os membros dos comitês são eleitos pelo Conselho de Administração, o órgão máximo no nosso gerenciamento de riscos e de capital. No âmbito executivo, a gestão de riscos é exercida pelos comitês de nossa empresa, presididos pelo nosso CEO.

Os comitês relacionados a seguir são parte de nossa estrutura de governança de gerenciamento de riscos e capital:



(1) CNRF e CTAM são presididas pelo vice-presidente de riscos do Itaú Unibanco Holding.

Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à nossa gestão de riscos e capital, reunindo-se a cada três meses, submetendo relatórios e recomendações sobre os temas apresentados a seguir à deliberação do Conselho de Administração:

- Definição do apetite de risco da instituição, nas dimensões de capital, liquidez, resultados e *franchise*, garantindo seu alinhamento com nossa estratégia e incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez, tipos de risco a que poderemos estar expostos, limites agregados para cada tipo de risco, tolerâncias à volatilidade de resultados e a concentrações de risco e diretrizes gerais sobre

tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor da nossa marca (exemplo: risco de imagem);

- Supervisão das nossas atividades de gestão e controle de risco e capital, visando a assegurar sua adequação aos níveis de riscos assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- Revisão e aprovação de normativos institucionais e estratégias para a gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorrido;
- Definição do retorno mínimo esperado sobre o nosso capital como um todo e de suas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;
- Supervisão das nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- Promoção do aperfeiçoamento da nossa cultura de risco.

Comitê de Auditoria: temos um único Comitê de Auditoria supervisionando todas as entidades que fazem parte do Grupo Itaú Unibanco, tanto aquelas

autorizadas a funcionar pelo Banco Central quanto as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). De acordo com seu regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo trimestralmente ou quando o presidente do Comitê considera necessário. O Comitê é responsável por zelar pela qualidade e integridade das nossas Demonstrações Financeiras e pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente e de auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controle internos e de administração de riscos.

Adicionalmente, o Comitê deverá comunicar formalmente, individualmente ou em conjunto com as respectivas empresas de auditoria independente do Itaú Unibanco Holding, para o Banco Central ou para a SUSEP, conforme o caso: (i) o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas que colocam em risco a continuidade de nossas empresas; (ii) ocorrência de fraude, qualquer que seja o valor, perpetrado pela Alta Administração (membros do Conselho de Administração e Diretores) de nossas empresas; (iii) ocorrência de fraude de grande porte perpetrada por nossos colaboradores ou terceiros; e (iv) erros que resultarão em imprecisões significativas nas demonstrações financeiras de nossas empresas.

Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura da Administração](#) para mais informações sobre as responsabilidades dos comitês.

Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML): reúne-se mensalmente para estabelecer diretrizes e governança para investimentos e riscos de mercado e liquidez associados a nossas posições consolidadas e linhas de negócios.

A CSRML é responsável pelo gerenciamento estratégico e controle de riscos, pela definição de limites aos riscos de mercado e de liquidez, de acordo com a autoridade delegada pelo Comitê de Gestão de Riscos e de Capital (CGRC). É ainda responsável pela análise dos níveis de nossa liquidez atual e futura e por tomar medidas para promover o desenvolvimento seguro e eficiente de nossos fluxos financeiros.

A CSRML é responsável pela discussão e pelo estabelecimento de (i) riscos adicionais de mercado e de liquidez; (ii) diretrizes para delegação de poderes de decisão e de operação para o Comitê de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez (CGRML); (iii) questões e limites do risco operacional de tesouraria; (iv) políticas de captação e aplicação no mercado financeiro nacional e internacional; (v) critérios e regras para definição de preços de transferência de recursos nas empresas do

Conglomerado; (vi) estratégias para o financiamento das carteiras do grupo; (vii) diretrizes e governança para o risco de mercado e a liquidez no gerenciamento de fundos derivados das Reservas Técnicas e dos Títulos de Seguros, Previdência e Poupança; e (viii) diretrizes para monitoramento dos saldos entre ativos e passivos das Entidades Privadas de Previdência (Fundações) associadas ao conglomerado.

Comissão Superior de Gestão de Riscos Operacionais (CSRO): reúne-se no mínimo trimestralmente. Suas principais atribuições são: entender os riscos de nossos processos e negócios, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do sistema de controles internos e *compliance*.

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente e é a alçada máxima para a aprovação de nossos produtos, operações, serviços e processos. As principais atribuições desta Comissão são:

- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora do âmbito de decisão dos outros comitês subordinados a ele;
- Avaliar produtos, operações, serviços e processos fora do âmbito de aprovação do Banco de Atacado; e
- Avaliar produtos, operações, serviços e processos que envolvam nosso risco de imagem.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Varejo (CSCCV): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação do desempenho das estratégias e carteiras de Crédito e Cobrança no Varejo.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Atacado (CSCCA): reúne-se mensalmente e é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação do desempenho das estratégias e carteiras de Crédito e Cobrança no Atacado.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se no mínimo semanalmente. As principais atribuições desta Comissão são:

- Avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões e Comitês de Crédito a ela subordinados; e
- Analisar as decisões dos comitês a ele subordinados, quando não houver consenso, ou avaliar decisões submetidas para revisão, dada, por exemplo, a relevância do assunto.

Comissão de Normativos de Riscos Financeiros (CNRF): reúne-se no mínimo cinco vezes ao ano para:

- Analisar e aprovar, por consenso, as circulares e normativos institucionais preparados pela Área de Controle e Gerenciamento de Risco Financeiro (ACGRF);
- Recomendar os normativos institucionais preparados pela ACGRF para aprovação final do Conselho de Administração; e
- Ratificar normativos institucionais específicos (anexos) aprovados nas alçadas pertinentes.

Comissão Técnica de Avaliação de Modelos (CTAM):

CTAM - Mercado: reúne-se bimestralmente ou quando convocado, para aprovação e avaliação de modelos de risco de mercado e apreçamento, baseada no parecer independente da área de validação de modelos, bem como sugerir e acompanhar planos de ação para os modelos validados e acompanhar o desempenho do modelo de risco de mercado, determinando novos desenvolvimentos, caso necessário.

CTAM - Crédito: reúne-se mensalmente ou quando convocado. É responsável por aprovar o uso de modelos de risco de crédito a partir de uma perspectiva técnica. Suas atribuições são: conceder aprovação técnica para uso de modelos de risco de crédito; emitir pareceres técnicos da Unidade de Validação Ampla sobre modelos de risco de crédito e outros modelos adotados para gerenciamento e/ou quantificação de

riscos específicos, de acordo com nossas necessidades e prioridades; decidir sobre alterações gerenciais significativas nos modelos em uso, bem como decidir sobre condições de uso dos modelos, recomendações para planos de ação para eliminar ou minimizar riscos e sugestões para futuros modelos submetidos pela Unidade de Validação Ampla.

Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte, à redução de ganhos ou remunerações e vantagens concedidas na renegociação ou aos custos de recuperação.

Nossa estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito estabelece limites operacionais, mecanismos e processos de mitigação de riscos, e instrumentos para mensurar, monitorar e controlar riscos que podem quantificar o risco de crédito inerente a todos os produtos, concentrações de carteiras e os impactos de potenciais alterações no ambiente econômico. Nossa carteira, políticas e estratégicas são monitoradas de forma permanente a fim de garantir a observância das regulamentações e legislações vigentes em todos os países em que atuamos.

Nossa gestão do risco de crédito é de responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da nossa carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco de cada segmento de mercado em que operamos. Entre as principais atribuições das Unidades de Negócio, destacamos:

- Acompanhar e monitorar as carteiras sob suas responsabilidades;
- Conceder crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica; e
- Gerir o risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

Nossos normativos institucionais de gerenciamento de risco de crédito são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis às nossas empresas e subsidiárias no Brasil e no exterior.

Estabelecemos uma política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico

alocado e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

Nosso processo estruturado para manutenção de uma carteira diversificada é considerado adequado por nossa instituição. As concentrações são monitoradas de forma permanente por setores econômicos e grandes devedores, o que possibilita a tomada de medidas para evitar a violação dos limites estabelecidos.

Nossa governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em comitês, subordinados ao nosso Conselho de Administração ou à nossa estrutura executiva, que atuam primordialmente avaliando as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando as ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação dos normativos institucionais referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente. Com relação aos processos de controle de risco de crédito, a área centralizada de controle de riscos possui, entre outras, as seguintes atribuições:

- Monitorar e controlar o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração;
- Realizar o controle centralizado do risco de crédito, segregado das unidades de negociação;
- Gerenciar o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias; e
- Avaliar o risco de crédito das operações nas alçadas delegadas pelas comissões de crédito.

O processo de avaliação de políticas e produtos nos possibilita identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de nossos modelos de crédito garante a sincronização das ações de crédito.

A classificação de crédito para o nosso segmento de atacado baseia-se em informações como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, por intermédio de uma governança de aprovações.

Em relação ao nosso segmento de varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em dois modelos estatísticos: (i) *application* (nos estágios iniciais da nossa relação com o cliente) e (ii) *behaviour score* (usado para os clientes com os quais já temos uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Além disso, a avaliação de risco dos segmentos de atacado e varejo leva em consideração o nível de endividamento do cliente com o nosso banco e com outros credores.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida a serem comprados ou mantidos em nossa carteira são classificados por nossa área independente de risco ou unidade de negócios de acordo com nossos parâmetros de qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Buscamos controlar rigorosamente a nossa exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Dispomos de estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco-país seja gerido e controlado destacando-se: (i) governança de risco-país; (ii) definição de *ratings* para países; (iii) definição de limite para países; (iv) monitoramento dos limites; e (v) tratamento de desenquadramentos.

Em conformidade com os princípios da regulamentação do CMN, nossa estrutura e normativos institucionais de gerenciamento de risco de crédito são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis às nossas empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#), para mais informações sobre risco de crédito.

Processo de

Aprovação de Empréstimo

As concessões de crédito são aprovadas com base em políticas de cada unidade de negócio, determinadas de acordo com as premissas de cada departamento e com o nosso apetite ao risco. O crédito pode ser concedido por meio de um processo de pré-aprovação ou pelo mecanismo tradicional de aprovação, aplicados para cada cliente individualmente. Em ambos os casos, as decisões são tomadas com base em princípios de qualidade de crédito, como *ratings* de crédito fundamentados em modelos estatísticos, percentual da renda comprometida /alavancagem do cliente e restrições de crédito definidas pelo banco e pelo mercado.

As unidades de negócios elaboram e mantêm atualizadas as políticas e os procedimentos do ciclo de crédito.

O processo de concessão de crédito engloba o uso de serviços de proteção ao crédito, com o objetivo de verificar se o histórico de crédito do cliente inclui informações que poderiam ser consideradas um obstáculo para a concessão do empréstimo, como bens bloqueados por ordens judiciais, CPF/CNPJ

inválidos, processos de renegociação ou reestruturação de dívidas e cheques não honrados devido à insuficiência de fundos.

O processo de avaliação previsto na política permite a identificação de riscos potenciais e tem como meta garantir que as decisões de crédito sejam razoáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do risco.

Pessoas físicas

Nossa rede de atendimento de abrangência nacional adota uma estratégia de segmentação para a qual são desenvolvidos produtos e serviços que atendam às necessidades específicas da nossa base diversificada de clientes. Os produtos de crédito ofertados em nossa rede de agências e nos canais eletrônicos incluem, entre outros, cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais e financiamento de veículos.

Em todos os casos, aplicamos uma pontuação interna de crédito e estabelecemos um limite de corte para cada linha de produto.

Para o crédito pré-aprovado, o perfil de risco do cliente deve estar dentro do limite de corte e dos parâmetros estabelecidos em nossa política de crédito; dentro das condições estabelecidas o crédito será considerado pré-aprovado e estará automaticamente disponível para o cliente. Nos casos em que o crédito não é pré-aprovado, a análise de crédito é realizada por meio de um processo tradicional, pelo qual as propostas são avaliadas individualmente por um especialista em crédito. Nesse processo, as aprovações são decididas por uma mesa de crédito, pois os gerentes comerciais não possuem competência para aprovações individuais.

Exigimos uma documentação específica no momento em que o cliente decide abrir uma conta ou quando concedemos um empréstimo, o qual inclui um formulário com assinatura do cliente, identificação pessoal e comprovação de renda.

Cartões de crédito

Nosso segmento de cartões de crédito é constituído por cartões Itaucard e Hipercard, bem como por cartões de associações e acordos comerciais com importantes varejistas. Nossos cartões de crédito estão disponíveis para clientes correntistas ou não correntistas, cuja solicitação pode ocorrer por contato telefônico, internet ou postos de atendimento nas instituições parceiras.

O processo de concessão de cartões de crédito contempla uma fase de pré-qualificação, na qual são aplicados filtros restritivos internos ou de mercado. Para os clientes elegíveis, os limites ofertados consideram o risco do cliente a partir de modelos estatísticos específicos para cartões de crédito (*application score*) e em função da renda dos proponentes. Uma taxa de juros fixa é aplicada para operações com crédito rotativo.

Empréstimos Pessoais

Nossa decisão de conceder crédito para um correntista considera o seu nível de renda e a nossa classificação interna de crédito, baseada em modelos estatísticos desenvolvidos internamente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão as ofertas de crédito, em quais valores, o número máximo de prestações e o valor máximo para as prestações mensais, baseadas em uma taxa de juros fixa.

Empréstimos Consignados

Nossos empréstimos consignados estão disponíveis para clientes correntistas e não correntistas. As parcelas fixas são descontadas diretamente da folha de pagamento do devedor para a conta do banco, sem ser registrada em conta corrente.

O percentual máximo da parcela do empréstimo foi definido por lei e está limitado a 35% da renda líquida do cliente, do qual 5% devem ser dirigidos exclusivamente para cartões de crédito.

Nossa estratégia nesse segmento é voltada para beneficiários do INSS, cujos benefícios providos pelas instâncias federal, estadual e municipal, combinados com as nossas boas práticas de gestão e políticas de crédito, possibilitam o aumento da nossa carteira com níveis de inadimplência mais baixos em comparação com os de outras carteiras.

A documentação exigida para obtenção de um empréstimo consignado inclui a identificação pessoal, os comprovantes de folha de pagamento e de residência e o comprovante de conta no banco por meio do qual o cliente recebe o benefício. Caso o salário seja depositado no nosso banco, essa documentação não será necessária.

O Itaú BMG Consignado S.A. é a instituição financeira controlada pelo Itaú Unibanco Holding, por meio da qual realizamos a oferta, a distribuição e a venda de empréstimos consignados no Brasil.

Financiamento de Veículos

As propostas de financiamento de veículos são recebidas por meio (i) das concessionárias parceiras existentes em todo o Brasil e para todos os tipos de clientes (sejam correntistas ou não); e (ii) diretamente nas agências ou por meio dos canais eletrônicos para correntistas.

A classificação interna de crédito do cliente e os termos e condições da operação proposta são consideradas antes da aprovação da proposta. Caso a proposta preencha todos os requisitos de nossa política de crédito, que define o valor máximo da prestação, o *loan-to-value* (LTV) (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem) e o vencimento, e as informações pessoais sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito, o crédito será aprovado automaticamente.

Uma taxa de juros fixa é definida com base na classificação de crédito e de acordo com as características da operação. Todas as operações de financiamento de veículos são garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, sendo considerado o LTV máximo para suportar eventuais períodos de estresse.

Crédito Imobiliário

Além do crédito imobiliário oferecido pela nossa rede de agências, celebramos parcerias com grandes imobiliárias do Brasil, que originam, com exclusividade, financiamentos imobiliários em diferentes cidades do País.

A aprovação do crédito imobiliário baseia-se nas premissas de comprometimento de renda, na classificação do cliente de acordo com nosso sistema interno de classificação e no LTV máximo,

de tal forma que o LTV, mesmo em cenário de estresse, mantenha-se em níveis adequados. As taxas de juros são fixas.

Os dados constantes na proposta de financiamento são analisados, validados e confirmados por uma documentação fornecida pelo cliente. A proposta pode ser rejeitada se for constatada divergência nas informações prestadas, se não se enquadrar na política vigente ou, ainda, se não forem apresentadas as informações solicitadas.

Crédito para micro e pequenas empresas

Oferecemos produtos como financiamento para capital de giro e desconto de duplicatas para micro e pequenas empresas.

A atribuição de limites de crédito para micro e pequenas empresas é baseada no seu faturamento e tem como fundamento a avaliação de risco das empresas, além de critérios como a situação econômico-financeira dos seus acionistas e sócios, a identificação de possíveis restrições no mercado e a avaliação do setor de atividade econômica no qual a empresa opera.

De forma similar aos nossos procedimentos para concessão de créditos para pessoas físicas, podemos conceder crédito para micro e pequenas empresas de acordo com limites pré-aprovados ou por meio de uma análise individual feita por nossa mesa de crédito.

A documentação exigida inclui os documentos corporativos da empresa, o comprovante de receita e as informações sobre seus sócios ou acionistas.

A maior parte dos créditos que concedemos para pessoas jurídicas necessita de garantias. As operações de financiamento para produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos para esse fim. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou cartões de crédito a receber, e poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros.

A taxa de juros pode ser fixa ou variável, dependendo do produto escolhido pelo cliente.

Crédito Corporativo

O processo de análise de crédito para as médias e grandes empresas é realizado com base na situação econômica e financeira dessas empresas e dos grupos econômicos aos quais pertencem. A análise de crédito considera o histórico da empresa, sua capacidade financeira e a adequação da transação solicitada em relação às necessidades do cliente. Essa análise é fundamentada em demonstrações contábeis (balanço, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa), visitas à empresa, condições de mercado, análise do setor econômico no qual a empresa opera, e consultas aos órgãos de proteção ao crédito. Uma análise ambiental é realizada simultaneamente à nossa análise de crédito, e um plano de ação pode ser criado como resultado dessa análise, cujo objetivo é que a empresa satisfaça as exigências determinadas por nossa política ambiental interna, ou uma recomendação para recusa do crédito em questão pode ser emitida.

O valor máximo de crédito proposto e concedido e a classificação interna do cliente, com nível de corte determinado, são submetidos - de acordo com o valor, prazo da transação e as garantias disponíveis - à instância de autorização de crédito competente, de acordo com nossas políticas de governança. A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente, dentro do limite de crédito aprovado.

Unidades Internacionais

As unidades de pessoa física e pessoa jurídica das unidades internacionais seguem procedimentos similares aos aplicados aos segmentos de pessoa física e corporativo, acima apresentados. Para o segmento de pessoa física, a concessão

de crédito baseia-se principalmente no nível de renda e na classificação interna de crédito. No segmento corporativo, a concessão de crédito baseia-se na análise econômica e financeira do cliente.

A concessão e aprovação de crédito em nossas subsidiárias no exterior seguem a mesma governança corporativa e as mesmas políticas descritas anteriormente. Todas as subsidiárias estão sujeitas à gestão centralizada que monitora o desempenho de nossa carteira, estabelece as regras para a concessão de crédito e é responsável pela governança corporativa relacionada à nossa concessão de crédito.

Instrumentos Mitigadores de Risco

Como parte do nosso controle do risco de crédito, temos políticas institucionais que estabelecem as diretrizes gerais e as atribuições relativas à exigência de bens dados em garantia. Cada unidade de negócio é responsável por definir, em próprias políticas, as respectivas normas de gestão do risco de crédito para aceitação dessas garantias.

Garantias são exigidas para mitigar nossa exposição ao risco em certas transações e podem ser pessoais ou na forma de direito real de garantia. Para que sejam considerados instrumentos mitigadores de risco, as garantias devem atender a requisitos jurídicos estabelecidos em nossas políticas internas. Revisamos, periodicamente, todas as garantias que possam afetar o risco de crédito, a alocação de capital e o provisionamento, certificando-nos de que são juridicamente exequíveis.

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre esses fatores de risco. A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual monitoramos e controlamos os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devido aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites e alertas (descrita a seguir), modelos e ferramentas de gestão adequados.

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado é um conjunto de princípios contidos em regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicável a todas as unidades de negócio e entidades organizacionais do Grupo Itaú Unibanco.

Nossa estratégia de gerenciamento de risco busca balancear nossos objetivos de negócio, considerando, entre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil de nossa carteira; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

Nosso processo de gerenciamento de risco de mercado ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites e alertas aprovados especificamente para esse fim, sensibilizando diferentes níveis (como, por exemplo, Carteira de Não Negociação, Carteira de Negociação e Mesa de Ações) e classes de risco de mercado (como, por exemplo, risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Essa estrutura de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados do nível da carteira até limites granulares em nível de mesas individuais. A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Esses limites e alertas são dimensionados avaliando-se os resultados projetados no balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o nosso apetite de risco. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos de acordo com o seguinte procedimento:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em um mês, para os comitês competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, para garantir que reflita as melhores práticas de mercado e continue a se aprimorar com o tempo.

Nossa estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pelos comitês. O processo para definição de níveis de limites e reporte das violações aos mesmos está sujeito aos nossos normativos institucionais de governança de aprovação. O objetivo da estrutura de fluxos de informações é o de fornecer essas informações para nossos vários níveis executivos, inclusive para os membros do Conselho de Administração por intermédio dos comitês responsáveis pelo gerenciamento de riscos.

Os princípios fundamentais para o controle de riscos de mercado são:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado esteja em linha com os nossos objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócios; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco; (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas; (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse; (iv) reporte de resultados de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança; (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para torná-los viáveis; e (vi) apoio para o lançamento de novos produtos financeiros. Para isso, contamos com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece

subsídios para o acompanhamento de nossos comitês, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

Realizamos *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, incluindo investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Gerenciamos os riscos por intermédio de vários instrumentos financeiros, como derivativos cambiais e no mercado de balcão, que substancialmente incluem: (i) contratos futuros de taxa de câmbio e de juros; (ii) contratos a termo de moedas; (iii) contratos de *swap* de taxa de câmbio e de juros; e (iv) opções. Operações com instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com suas características, gerenciamento de risco e *hedge* de fluxo de caixa. Quando essas operações se configuram como *hedge* contábil, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos por nossos normativos institucionais. A nossa estrutura de risco de mercado classifica operações como parte da carteira de negociação (*trading*) e da carteira de não negociação (*banking*), conforme o critério definido por regulamentação específica.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias (inclusive derivativos), detidas com a intenção de negociação no curto prazo, para obter benefício de oportunidades de arbitragem, ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros dessa carteira, e que não tenham restrição à negociação. Os lucros são baseados em mudanças nos preços efetivos ou esperados no curto prazo.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais fatores de risco que mensuramos são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial (por exemplo, posições em moedas estrangeiras);
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços; e
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada por nossa organização para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (MtM – *Mark to Market*); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para mais informações sobre risco de mercado.

VaR – Consolidado Itaú Unibanco Holding

A metodologia interna para cálculo do VaR Consolidado utiliza uma abordagem de “simulação histórica”, que efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela abaixo mostra o VaR Total Consolidado, apresentando uma análise da exposição ao risco de mercado de nossas carteiras de negociação e não negociação e de nossas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA International, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguai, Banco Itaú Paraguai e Itaú BBA Colômbia). Seguimos com nossa política de operar dentro de limites reduzidos em relação a nosso capital no período, mantendo nossa gestão conservadora e a diversificação da carteira.

(Em milhões de R\$)

VaR Global (Abordagem Simulação Histórica) ⁽¹⁾	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2015	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2014
Grupo de Fator de Risco								
Taxa de Juros	131,9	78,2	236,4	121,2	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	93,6	75,1	139,2	108,6	60,4	21,1	93,2	83,6
Variação Cambial	47,2	11,3	118,6	13,1	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	134,1	103,9	294,9	108,9	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	28,5	17,2	70,4	59,3	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas⁽¹⁾								
Itaú BBA International ⁽⁴⁾	3,2	1,0	10,1	3,0	1,1	0,4	2,3	1,6
Banco Itaú Argentina ⁽²⁾	8,5	1,9	118,1	7,8	4,0	0,9	18,8	1,9
Banco Itaú Chile ⁽²⁾	7,5	4,5	14,0	4,7	3,3	1,3	5,5	5,3
Banco Itaú Uruguai ⁽³⁾	2,0	0,9	4,1	2,6	1,6	0,8	2,6	2,1
Banco Itaú Paraguai ⁽⁴⁾	3,8	1,3	7,8	7,6	1,3	0,6	3,6	3,5
Banco Itaú BBA Colômbia ⁽²⁾	1,2	0,3	1,7	0,4	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de diversificação ⁽⁵⁾				(233,3)				(194,9)
Total	207,0	152,3	340,7	204,0	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Determinado em moeda local e convertido em Reais pela cotação de fechamento na data apresentada.

(2) VaR calculado utilizando simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

(3) VaR calculado utilizando simulação histórica a partir do terceiro trimestre de 2015.

(4) VaR calculado utilizando simulação histórica a partir do quarto trimestre de 2015.

(5) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

(Em milhões de R\$)

VaR Global (Abordagem Paramétrica)	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2014	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2013
Grupo de Fator de Risco								
Taxa de Juros	89,0	37,0	193,0	127,8	172,4	65,6	416,9	69,1
Cupons Cambiais	43,8	21,1	149,4	90,4	26,2	8,6	76,7	45,2
Variação Cambial	28,7	3,6	110,6	8,9	34,5	4,4	70,2	10,4
Índices de Preços	89,0	45,9	144,7	82,9	76,1	37,3	155,5	65,7
Renda Variável	19,1	10,4	35,0	24,8	29,6	14,0	60,1	20,4
Unidades Externas								
Itaú BBA International	1,1	0,4	2,3	1,6	2,4	1,6	4,1	1,9
Banco Itaú Argentina	4,0	0,9	18,8	1,9	4,0	2,2	7,4	5,7
Banco Itaú Chile	3,3	1,3	5,5	5,3	5,6	2,1	13,6	2,1
Banco Itaú Uruguai	1,6	0,8	2,6	2,1	2,8	1,5	8,9	1,7
Banco Itaú Paraguai	1,3	0,6	3,6	3,5	0,9	0,4	1,8	0,9
Banco Itaú BBA Colômbia	0,4	0,1	1,2	0,5	0,4	0,0	1,3	0,2
Efeito de diversificação ⁽¹⁾				(169,3)				(113,0)
Total	125,5	59,0	231,4	180,4	224,5	97,9	443,4	110,4

(1) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Em 31 de dezembro de 2015, nossa média anual do VaR Global (simulação histórica) foi de R\$ 207 milhões, ou 0,18% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2015, em comparação com R\$ 131,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 ou 0,13% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, antes da migração de nossa metodologia interna para cálculo do VaR

por meio da simulação histórica, nossa média do VaR global, considerando a abordagem paramétrica, foi de R\$ 224,5 milhões, ou 0,27% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2013.

VaR - Carteira de Negociação

A tabela a seguir apresenta os riscos decorrentes de todas as operações com a intenção de negociação, seguindo os critérios acima definidos para Carteira de Negociação. Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R\$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, comparado com R\$ 25,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 40,2 milhões em 31 de dezembro de 2013.

(Em milhões de R\$)

VaR Carteira de Negociação	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2015	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2014	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2013
Grupo de Fator de Risco												
Taxa de Juros	25,7	8,7	48,9	22,9	22,2	7,8	44,8	16,6	38,2	15,7	104,9	20,1
Cupons Cambiais	11,5	5,7	32,2	14,0	12,1	3,6	35,0	3,6	13,7	4,5	31,7	21,7
Variação Cambial	15,8	6,5	35,3	12,9	7,9	2,4	22,8	10,7	31,8	6,2	68,1	9,4
Índices de Preços	9,3	4,0	18,6	7,7	15,9	8,1	27,3	8,1	12,0	3,1	30,4	21,4
Renda Variável	5,6	3,5	11,0	6,6	10,3	1,7	57,2	4,3	19,2	5,8	38,2	13,7
Efeito de diversificação ⁽¹⁾				(43,2)				(26,4)				(56,0)
Total	23,6	10,6	49,4	20,8	25,7	13,1	54,3	16,9	40,2	17,7	71,7	30,3

(1) Redução do risco, devida à combinação de todos os fatores de riscos.

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Conforme requerido pelas regulações brasileiras, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas a seguir, com impacto no resultado, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Não Negociação e de Negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (por exemplo, tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco sempre que se identifica uma situação de alto risco ou perda, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Além disso, o objetivo da análise é avaliar a exposição de riscos e as respectivas medidas protetivas, levando em consideração o valor justo dos instrumentos financeiros, independente da contabilização dos instrumentos financeiros ser feita, ou não, pelo regime de competência.

(Em milhares de R\$)

Exposições		Carteira de Negociação ⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2015			Carteiras de Negociação e Não Negociação ⁽¹⁾ 31 de dezembro de 2015		
Fatores de Risco	Risco de variação	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa de Juros	Taxas de juros prefixadas em Reais	(285)	(114.002)	(228.507)	(4.376)	(1.572.640)	(3.021.487)
Cupons Cambiais	Taxas de Cupons de Moedas Estrangeiras	(162)	(5.312)	(11.459)	873	(22.408)	(25.705)
Taxas de Câmbio	Preços de Moedas Estrangeiras	657	57.436	242.760	533	33.770	200.816
Índices de Preços	Taxas de Cupons de Índices de Preços	(32)	(4.063)	(649)	(1.334)	(229.441)	(444.651)
TR	Taxas de Cupons de TR	(0)	(7)	(14)	783	(276.817)	(635.021)
Ações	Preços de Ações	(148)	27.369	50.887	4.591	(86.428)	(176.770)
Total		30	(38.579)	53.018	1.071	(2.153.963)	(4.102.820)

(1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

- Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros e índices associados, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de

- moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e
- Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros pré-fixados, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Sensibilidade à taxa de juros

A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de revisão de preços dos ativos e dos passivos remunerados.

Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros considera as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive as nossas reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por fundos.

A estrutura de determinação de preços está atrelada e espelhada aos valores desses ativos ou passivos, quando vencem ou são repactuados. Qualquer desarmonia entre ativos e de passivos remunerados é conhecido como *gap*. Além disso, variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem ainda surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

Essas relações são materiais somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente, tanto como resultado das forças mercado quanto das decisões da administração. Nossa Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML), anteriormente conhecida pelo nome de Comissão Superior de Tesouraria Institucional e Liquidez (CSTIL) analisa mensalmente a posição descasada do Grupo Itaú Unibanco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para mais detalhes sobre a posição dos nossos ativos e passivos remunerados em 31 de dezembro de 2015. A Nota 36 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas apresenta uma visão pontual, e, consequentemente, não reflete os *gaps* da taxa de juros que podem existir em outros momentos, devido às variações nas posições de ativos e passivos, e às ações da administração para gerenciar o risco nessas posições variáveis.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A maior parte de nossas operações é expressa em Reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos EUA, assim como ativos e passivos que, embora expressos em Reais, são indexados ao dólar e nos expõem, portanto, ao risco de taxas de câmbio. O Banco Central regula nossas posições máximas em aberto, vendidas e compradas em moeda estrangeira. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#) para outras informações.

A política de administração de *gap* adotada pela CSRML leva em consideração os efeitos fiscais referentes às nossas posições em moeda estrangeira. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados constituímos um *hedge* (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta, do lado do passivo, por diversos elementos como a emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais; o crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações; e os repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais. Os resultados dessas operações são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As informações a seguir foram preparadas de forma consolidada, eliminando as transações entre Partes Relacionadas. Nossos investimentos no exterior, eliminados no processo de consolidação, somavam R\$ 64,7 bilhões em 31 de dezembro de 2015, sob a política de administração de *gap* adotada, conforme mencionado acima. Ressaltamos que o banco aplica tanto *hedge* econômico quanto *hedge* contábil para os investimentos líquidos no exterior.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2015

Sensibilidade à taxa de câmbio	Moeda brasileira	Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Total	% dos valores denominados e indexados em moeda estrangeira sobre o total
Ativos	1.000.798	237.216	38.401	1.276.415	21,6
Disponibilidades	5.738	11.449	1.357	18.544	69,1
Depósitos compulsórios no Banco Central	59.384	7.172	-	66.556	10,8
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.502	23.023	-	30.525	75,4
Aplicações no mercado aberto	252.295	2.109	-	254.404	0,8
Ativos financeiros mantidos para negociação	154.737	6.531	3.043	164.311	5,8
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	505	137	-	642	21,3
Derivativos	7.445	9.266	10.044	26.755	72,2
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.621	33.633	791	86.045	40,0
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	27.378	14.807	-	42.185	35,1
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	336.668	123.370	14.210	474.248	29,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.219)	(4.294)	(331)	(26.844)	17,2
Outros ativos financeiros	39.287	5.362	8.857	53.506	26,6
Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto	4.397	2	-	4.399	0,0
Ágio	1.744	313	-	2.057	15,2
Imobilizado, líquido	8.062	479	-	8.541	5,6
Ativos intangíveis, líquido	5.779	516	-	6.295	8,2
Ativos fiscais	51.399	750	-	52.149	1,4
Bens destinados à venda	471	15	-	486	3,1
Outros ativos	8.605	2.576	430	11.611	25,9
Porcentagem do total do ativo	78,4%	18,6%	3,0%	100,0%	
Passivo e Patrimônio Líquido	968.175	278.157	30.083	1.276.415	24,1
Depósitos	180.137	112.020	453	292.610	38,4
Captações no mercado aberto	312.856	23.787	-	336.643	7,1
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	412	-	412	100,0
Derivativos	9.670	10.256	11.145	31.071	68,9
Recursos de mercados interbancários	91.292	63.819	1.775	156.886	41,8
Recursos de mercados institucionais	38.425	53.348	2.145	93.918	59,1
Outros passivos financeiros	50.317	8.641	9.757	68.715	26,8
Provisão de seguros e previdência privada	129.203	100	2	129.305	0,1
Passivos de planos de capitalização	3.044	-	-	3.044	-
Provisões	18.964	30	-	18.994	0,2
Obrigações fiscais	4.098	873	-	4.971	17,6
Outros passivos	16.110	4.871	4.806	25.787	37,5
Participações de acionistas não controladores	1.807	-	-	1.807	-
Patrimônio líquido	112.252	-	-	112.252	-
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	75,8%	21,8%	2,4%	100,0%	

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

As informações apresentadas na tabela acima não são elaboradas com a mesma base utilizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Teste de Aderência

A eficácia dos modelos de VaR é comprovada pelo teste de aderência, onde são comparados perdas e ganhos hipotéticos diários com o VaR diário estimado. O número de exceções (desvios) dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com a hipótese de intervalos de confiança de 99% (isto é, há 1% de probabilidade de perdas financeiras maiores que as perdas estimadas pelo modelo), considerando uma janela de 250 dias úteis (findos em 31 de dezembro de 2015). As análises do teste de aderência apresentadas a seguir consideram as faixas sugeridas pelo documento *"Supervisory Framework for the use of backtesting in conjunction with the internal models approach to market risk capital requirements"* publicado pelo Comitê da Basileia.

Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento e pode indicar a necessidade de aprimoramentos e/ou monitoramento e a necessidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

Para ilustrar a confiabilidade das medidas de risco geradas pelos modelos que utilizamos, apresentamos o gráfico do teste de aderência do risco da Carteira de Negociação da Tesouraria Institucional (as unidades internacionais não são incluídas no gráfico, devido à baixa relevância de seus montantes de VaR).

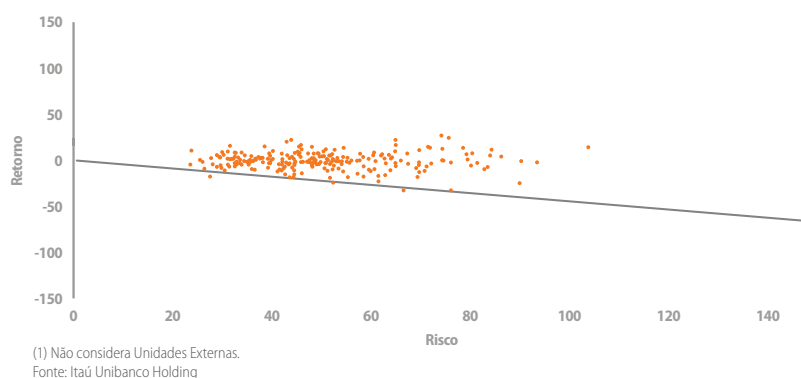
O gráfico demonstra o grau de adequação dos nossos modelos de risco de mercado, apresentando o risco (em módulo) versus o retorno para o período considerado. Como a linha diagonal representa risco igual ao retorno, todos os pontos que ficam abaixo dela apontam violações ao risco estimado. Com relação ao VaR da Carteira de Negociação, a perda hipotética foi maior que o VaR estimado pelo modelo em 3 dias no período de 250 dias úteis findos em 31 de dezembro de 2015.

Risco Operacional

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou

Teste de Aderência – Risco Global da Carteira de Negociação⁽¹⁾

(Em milhões de R\$)



deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente seus eventos no primeiro nível em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção em nossas atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

Em linha com os princípios da regulamentação do CMN e do Banco Central, possuímos uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, aprovados anualmente pelo Conselho de Administração e aplicáveis às empresas e às subsidiárias no Brasil e exterior.

Nosso gerenciamento de risco operacional é um processo composto por atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, a criação de valor para os acionistas, assim como a proteção aos nossos ativos e a nossa imagem.

Nosso gerenciamento de risco operacional é suportado por uma governança estruturada por meio de fóruns de discussão e órgãos colegiados, que por sua vez respondem ao Conselho de Administração, e por papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Esse posicionamento é refletido na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das unidades de negócio, e no controle centralizado, executado pelas áreas de risco operacional, controles internos e *compliance* por intermédio de metodologias, treinamento e certificação do ambiente de controle de maneira independente e provendo ferramentas que os monitorem.

A estrutura de gerenciamento busca identificar, priorizar e gerenciar o risco operacional, além de monitorar e reportar atividades gerenciais, com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente às diretrizes internas e à regulamentação vigente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de risco operacional, controles internos e *compliance*.

Dentre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da organização, a aprovação de processos e produtos, o monitoramento de indicadores-chave de risco e a base de dados de perdas operacionais. Portanto, nossa estrutura de gerenciamento de risco operacional garante uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento, existem fóruns específicos para tratar o assunto de risco operacional, controles internos e *compliance*, nos quais periodicamente se apresentam os reportes consolidados do monitoramento dos riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Ressalta-se que a agenda de risco operacional tem na disseminação da cultura de riscos e controles para os colaboradores, por meio de treinamentos, importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel a desempenhar em sua mitigação.

Segurança Cibernética

Provedores soluções estruturadas para os principais riscos de ataques cibernéticos nos diferentes níveis do banco, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e exterior, trabalhando na definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda a cadeia de informações.

Monitoramos e tratamos todos os tipos de ataque e incidentes de segurança. Temos uma equipe certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos, realizando atualizações constantes para a manutenção dos acessos com o alto nível de segurança necessário para manter a segurança na consulta a sistemas e informações e evitar falhas. Empregamos o estado da arte em tecnologia na busca por segurança de nossa rede e dados, bem como restrição de acessos aos nossos servidores, instalações e nos ambientes virtuais, por meio do uso de *firewalls*, proteção por senha e criptografia.

Nossa área de Segurança Corporativa trabalha em conjunto com as áreas de Negócio, Tecnologia da Informação, Controles Internos e Auditoria para manter a arquitetura de soluções e os produtos de segurança com o maior grau de atualização disponível, procurando reduzir perdas financeiras e reputacionais no Brasil e no exterior que podem ser resultado de ataques cibernéticos.

Gestão de Crises e Continuidade dos Negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger os colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de nossas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados financeiros em que atuamos quanto a confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos no fornecimento de nossos produtos e serviços.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a uma variedade de níveis de interrupção, e pode ser dividido em dois elementos-chave:

- **Gestão de Crises:** processo de comunicação centralizada e procedimentos de resposta cujo objetivo é gerenciar eventos de interrupção de negócios e também quaisquer outros tipos de ameaças à imagem e reputação de sua identidade perante seus colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e reguladores. A estrutura conta com um comando central que monitora constantemente as operações diárias, bem como canais de mídia em que formos citados. O êxito da Gestão de Crises se dá por meio de agentes focais, que são representantes nomeados junto às áreas de negócios e que atuam no monitoramento de potenciais problemas, na resolução de crises, na retomada dos negócios, na melhoria dos processos e na busca por ações de prevenção.
- **Planos de Continuidade de Negócios (PCN):** documentação de procedimentos e informações desenvolvida, consolidada e mantida de forma que esteja disponível para utilização em eventuais incidentes, possibilitando a retomada das atividades críticas em prazos e condições aceitáveis. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, definimos em nosso PCN ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio, por meio de:
- **Plano de *Disaster Recovery*:** foco na recuperação do *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;
- **Plano de Contingência de Local de Trabalho:** colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas, para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente duas mil posições de contingência totalmente equipadas para atender as necessidades das áreas de negócio em situações de emergência;
- **Plano de Emergência:** procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo; e
- **Plano de Contingência de Processos:** alternativas (Planos B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios (processos, recursos mínimos para execução, exigências legais, etc.), o programa prevê a aplicação das seguintes análises para entendimento da organização:

- **Análise de Impacto nos Negócios (BIA):** avaliação da criticidade e exigência de recuperação dos processos, que suportam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio; e
- **Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA):** identificação das ameaças às localidades, onde os prédios que utilizamos estão localizados. A eficácia dos controles existentes é avaliada em relação a potenciais ameaças para fins de identificação de vulnerabilidades, de forma a ajustar ou implementar controles que fortaleçam a resiliência de nossas instalações cruciais.

Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/Corporate_Business_Continuity_Policy.pdf para mais informações sobre nossa política corporativa de continuidade de negócios.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por nossa área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição de reservas, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países em que operamos, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações e reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras de nossas empresas, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias e linhas de crédito contratadas e não utilizadas.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Em observância às exigências de resoluções do CMN e do Banco Central, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação; e
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo de investidor e prazo, entre outros fatores.

O requisito básico para a efetividade do controle do risco de liquidez é a correta mensuração da

exposição ao risco. O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente.

Nossa estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é considerada adequada e alinhada às melhores práticas, permitindo o controle tempestivo do risco. Durante o ano de 2015, foram feitos investimentos na melhoria e maior eficiência dos controles de risco de liquidez.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados](#) para mais informações sobre liquidez e recursos de capital.

A instituição dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. As principais fontes de recursos são depósitos, captações no mercado aberto com títulos de emissão própria e recursos de aceites e emissão de títulos.

Consulte a [seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos, para mais detalhes sobre o financiamento e resultados e o item Demonstrações Financeiras Consolidadas \(IFRS\), Nota 17 – Depósitos, Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais e Nota 36 – Gestão de Riscos Financeiros](#) para mais detalhes.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco – item Ambiente Regulatório](#), para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Risco Socioambiental GRI G4-14

Na nossa gestão de negócios, consideramos, continuamente, o potencial de risco de perdas em função da exposição a eventos socioambientais que decorrem do desempenho de nossas atividades e que gerem impacto ao meio ambiente ou para a saúde humana.

Nosso gerenciamento de risco socioambiental está estruturado pela governança do Comitê de Risco Socioambiental, cuja principal competência é propor normativos institucionais sobre questões relacionadas à exposição de nossas atividades e operações ao risco socioambiental, formalizando-os por meio de normativos e procedimentos internos.

Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/POLICY_FOR_SUSTAINABILITY_RI_2015_ING.pdf para mais informações sobre nossa Política de Risco Socioambiental.

Além de buscarmos o desenvolvimento de diversos processos internos que visam ao controle e à mitigação de eventos que possam levar à ocorrência do risco socioambiental, buscamos constantemente progredir no gerenciamento do risco socioambiental, sempre atentos aos desafios para acompanhar as mudanças e demandas da sociedade. Assim, entre outras ações, assumimos e incorporamos aos nossos processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro GHG Protocol, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros.

Risco Reputacional

Definimos como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da instituição por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no

valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa nossa capacidade de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação.

Visto que risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, possuímos uma estrutura que busca garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos.

Acreditamos que nossa reputação seja extremamente relevante para atingir nossas metas de longo prazo, sendo que é por isso que alinhamos nossas comunicações externas com um trabalho e uma prática ética e transparente, essencial para aumentar a confiança de nossas partes interessadas. Dessa forma, para obter uma reputação inquestionável e evitar impactos negativos na percepção de nossa imagem pelas diversas partes interessadas, o tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas, que por sua vez são suportados por normativos internos, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais aos quais a instituição está, ou possa a vir estar, exposta. Dentre eles, destacam-se:

- Arcabouço de apetite de risco;
- Processo de prevenção e combate ao uso de nossa instituição em atos ilícitos;
- Processo de gestão de crises e continuidade de negócios;
- Processos e diretrizes das relações governamentais e institucionais;
- Processo de comunicação corporativa;
- Processo de gestão da marca;
- Iniciativas de ouvidoria e de compromisso com a satisfação do cliente; e
- Diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

Risco Regulatório

Consideramos o risco regulatório como o risco decorrente de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado por meio de processo estruturado que visa a identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e acompanhar a implantação das ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

Possuímos um fluxo estruturado e consistente de procedimentos para o tratamento de normas e regulamentos, abrangendo as etapas de identificação, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo todos os processos e procedimentos definidos em normativos internos e aplicados de forma consistente em toda nossa organização. A estrutura e fluxo para tratamento de risco regulatório são compostos por: (i) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas, (ii) captura de novas normas e definição de planos de ação, (iii) relacionamento com reguladores, (iv) acompanhamento de planos de ação, (v) priorização de riscos e (vi) controle da aderência a decisões judiciais sobre ações coletivas e com termos de ajustamento de conduta (TAC).

Risco de Modelo

Nossa Gestão de Riscos possui modelos proprietários para gestão de riscos que são monitorados continuamente e revisados, quando necessário, visando a garantir a eficácia nas decisões estratégicas e de negócio.

O risco de modelo é definido como o risco decorrente de modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem, de maneira consistente, as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente daqueles obtidos. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido a inadequações metodológicas durante o seu desenvolvimento ou ao uso em realidades distintas da modelada.

Utilizamos as melhores práticas de mercado para gerenciar o risco de modelo a que estamos expostos durante todo o ciclo de vida de um modelo, cujas etapas podem ser categorizadas em quatro principais: desenvolvimento, implantação, validação e uso. As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de lista de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento; (iii) conservadorismo em modelos julgamentais; (iv) uso de *benchmarks* externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação; (vi) validação técnica independente; (vii) validação do uso; (viii) monitoramento de desempenho; (ix) aprovação independente das políticas de uso e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e do *score* final.

Risco-País

Risco-país é definido como o risco de perdas relacionadas às nossas operações fora do Brasil, inclusive de perdas resultantes do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor, ou de eventos político-econômicos e sociais relacionados a esse país.

A fim de tratar o risco-país adequadamente, dispomos de uma estrutura específica e de processos que visam a garantir que o risco seja gerido e controlado. Tais processos abrangem: (i) governança do risco-país; (ii) definição de *ratings* para países; (iii) definição de limites para países; e (iv) monitoramento dos limites e tratamento de desenquadramentos.

Risco de Negócio e Estratégia

Definimos o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados ou no capital em consequência da ausência de planejamento estratégico, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade de implantar planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

Visto que o risco de negócio e estratégia pode afetar diretamente a criação de valor e, até mesmo, a viabilidade da instituição, implantamos diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa da diretoria e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco e visem a otimizar a relação risco-retorno.

De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de normas e processos de governança listados a seguir. Essas normas e processos de governança são adotados pela alta administração e pela área de controle e gestão de riscos nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que as decisões tomadas sejam sustentáveis. Dessa forma, temos:

- Uma governança que conta com tomadores de decisão qualificados, que, por sua vez, possuem incentivos corretos;
- Um processo orçamentário com participação ativa da área de controle e gestão de riscos;
- Um processo de avaliação de novos produtos antes de sua comercialização; e
- Uma estrutura específica para avaliação e prospecção de fusões e aquisições.

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados aos seguros de vida e elementares (por exemplo, prestamista e imobiliário), aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Desse modo, os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a

realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização; e

- Risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, possuímos estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas por nós.

Como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, onde as decisões podem ser tomadas por órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação aos riscos.

Nosso objetivo é assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo. Anualmente, partindo de premissas atuarias, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Itaú Unibanco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do conglomerado, aprovar o relatório do ICAAP e analisar os resultados da validação independente dos modelos e processos do ICAAP, conduzido pelas equipes de controles internos e validação de modelos. Adicionalmente, as conclusões e os apontamentos da auditoria sobre os processos de gerenciamento de capital são levados para ciência do Conselho de Administração.

O ICAAP é um processo que visa a avaliar a adequação de nosso capital por meio da identificação de riscos materiais, da definição da necessidade de capital adicional para os riscos materiais e das metodologias internas de quantificação de capital, da elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse e da estruturação do plano de contingência de capital. De modo a validar de forma independente a eficácia de processos e modelos integrantes do ICAAP, a equipe de controles internos avalia a nossa estrutura de governança, processos envolvidos, políticas e atividades de monitoramento e de reporte. Nossa equipe responsável pela validação técnica de modelos avalia a documentação, dados, metodologia, desempenho e uso dos modelos envolvidos.

O resultado do último ICAAP – realizado com data-base de dezembro de 2015 – apontou que dispomos, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, uma significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

As metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como documentos e temas relativos a capital, são avaliados pelos Comitês de nível executivo antes de sua submissão à aprovação do Conselho de Administração.

No contexto de gerenciamento de capital, é elaborado um plano de capital estruturado de forma consistente com o nosso planejamento estratégico e que tem como objetivo garantir a manutenção de um nível adequado e sustentável de capital incorporando análises do ambiente econômico, competitivo, político e outros fatores externos. O plano de capital também é aprovado pelo Conselho de Administração e compreende:

- Nossas metas e projeções de capital de curto e de longo prazo, em cenários normais e em cenários de estresse, de acordo com as diretrizes do Conselho de Administração;
- A descrição das principais fontes de capital; e
- Nosso plano de contingência de capital, identificando ações a serem realizadas em caso de potencial deficiência de capital.

Como parte do planejamento de capital, condições extremas de mercado são simuladas, considerando eventos severos que busquem identificar potenciais restrições de capital. Os cenários de estresse são aprovados pelo Conselho de Administração e seus impactos no capital são considerados na definição de estratégia e posicionamento de negócios e de capital.

Complementando o cálculo de capital para cobertura dos riscos de Pilar 1 (riscos de crédito, mercado e operacional), desenvolvemos mecanismos que visam à identificação e análise da materialidade de outros riscos incorridos pela instituição, além de metodologias para avaliação e quantificação da necessidade de capital adicional para cobertura desses riscos.

De forma a prover informações necessárias aos Executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões, relatórios gerenciais são elaborados e apresentados em órgãos colegiados, informando-os sobre a adequação de capital do Itaú Unibanco, bem como sobre projeções de níveis de capital futuros, em situações normais e de estresse.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco – item Ambiente Regulatório](#) para mais informações sobre Implementação de Basileia III no Brasil.

Requerimentos mínimos

Nossos requerimentos mínimos de capital são denominados na forma de índices que relacionam o capital regulatório disponível (PR) e os ativos ponderados pelo risco (Risk Weighted Assets ou RWA). Esses requerimentos mínimos de capital foram estabelecidos por resoluções e circulares divulgadas pelo CMN e pelo BACEN a partir de 2013, e que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III.

Nosso PR disponível consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, conforme definido nos termos das Resoluções do CMN. O montante total do RWA é determinado pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelo risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, utilizando abordagens padronizadas.

O requerimento mínimo de Capital Total correspondia a um índice de 11% entre 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015 e decairá gradualmente até atingir 8% em 1º de janeiro de 2019. Em contrapartida, as normas do CMN e do BACEN requerem um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACP Conservação, ACP Contracíclico e ACP Sistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo e definem novos requerimentos para qualificar instrumentos elegíveis para Capital de Nível 1 ou de Nível 2. Adicionalmente, essas normas instituem uma redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a prévia regulamentação sobre os instrumentos de Capital Regulatório que ainda se encontra em vigor..

Composição do Capital

Nos termos das atuais resoluções, nosso Patrimônio de Referência (PR), utilizado para verificar o cumprimento dos requerimentos de capital impostos pelo CMN e pelo Banco Central, consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, no qual:

- Capital Principal Nível 1: soma de capital social, determinadas reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar Nível 2: composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade; e
- Nível 2: instrumentos de vencimento definido, primordialmente dívidas subordinadas, que atendam a requisitos de elegibilidade.

De acordo com as regulamentações aplicáveis no Brasil, devemos manter os montantes de Capital Total (PR), Nível 1 e Capital Principal maiores do que os requerimentos mínimos estabelecidos. Para avaliar esses índices mínimos de capital, deve ser apurado o montante total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) como soma das parcelas:

$$RWA = \text{RWA}_{CPAD} + \text{RWA}_{CAM} + \text{RWA}_{JUR} + \text{RWA}_{COM} + \text{RWA}_{ACS} + \text{RWA}_{OPAD}$$

Risco de Crédito Risco de Mercado Risco Operacional

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito;

RWA_{CAM} = parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;

RWA_{JUR} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;

RWA_{COM} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*);

RWA_{ACS} = parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação; e

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.

Suficiência de Capital

Por meio do Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), visamos garantir a suficiência de capital para fazer frente cobertura dos riscos de crédito, mercado e operacional, representados pelo capital mínimo requerido e cobertura dos demais riscos que consideramos materiais.

Visando garantir nossa solidez e a disponibilidade de capital para suportarmos o crescimento dos negócios,

os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia (conforme descrito abaixo) e pelos índices de capital principal, capital complementar e Nível 2 (calculados, respectivamente, pela divisão do capital principal, do capital complementar e do Nível 2 pelo montante total dos ativos ponderados pelo risco).

Em 31 de dezembro de 2015, nosso Capital Total (PR) no Consolidado prudencial alcançou R\$ 128,465 milhões, uma redução de R\$ 1,325 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, no Consolidado Operacional, devido principalmente à redução de nosso capital de Nível 2.

Composição do Capital	(Em milhões de R\$)		Em 31 de dezembro de		Variação	
	Consolidado Prudencial	Consolidado Operacional				
	2015	2014	2013	2015-2014	2014-2013	(%)
Capital Nível 1 ⁽¹⁾	101.001	96.232	87.409	5,0	10,1	
Capital Principal ⁽²⁾	100.955	96.212	87.409	4,9	10,1	
Capital Complementar ⁽³⁾	46	20	-	129,9	-	
Capital Nível 2 ⁽⁴⁾	27.464	33.559	37.734	(18,2)	(11,1)	
Patrimônio de Referência	128.465	129.790	125.144	(1,0)	3,7	
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.471	84.488	83.099	(5,9)	1,7	
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.994	45.302	42.045	8,1	7,7	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	722.468	768.075	755.441	(5,9)	1,7	

(1) Composto pelo Capital Principal, bem como o Capital Complementar.

(2) Soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.

(3) Composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade.

(4) Composto por instrumentos de vencimento definido, primordialmente dívidas subordinadas, que atendam a requisitos de elegibilidade.

Nosso índice de Basileia (calculado da relação entre o Patrimônio de Referência (PR) ou Capital Total e total de ativos ponderados ao risco) do Consolidado Prudencial atingiu 17,8% em 31 de dezembro de 2015, um aumento em relação a 31 de dezembro de 2014, no Consolidado Operacional, resultado principalmente explicado pela redução dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2015, a composição do índice de Basileia foi de 14,0% de Capital Principal e 3,8% de capital Nível 2.

Os índices de Capital Total (PR), de Capital de Nível 1 e de Capital Principal, até 31 de dezembro de 2014, foram calculados de forma consolidada, aplicados às Instituições Financeiras integrantes do Consolidado Operacional. A partir de 1º de janeiro de 2015, o Consolidado Operacional foi substituído pelo Conglomerado Prudencial, o qual abrange não só as instituições financeiras, como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumem direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o Conglomerado Itaú Unibanco retenha substancialmente todos os riscos e benefícios.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil](#) para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 33 – Capital Regulatório](#) para mais informações sobre capital regulatório.

Capital Ratios	Em 31 de dezembro de		(%)
	Consolidado Prudencial	Consolidado Operacional	
	2015	2014	2013
Índice de Basileia	17,8	16,9	16,6
Capital Nível 1	14,0	12,5	11,6
Capital Principal	14,0	12,5	11,6
Capital Complementar	-	-	-
Capital Nível 2	3,8	4,4	5,0

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco – item Ambiente Regulatório, Estrutura da Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil](#).

Prevenção e Lavagem de Dinheiro **GRI G4-DMA**

Combate à Corrupção

As instituições financeiras desempenham um papel relevante na prevenção e combate a atos ilícitos, dentre os quais a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e fraudes.

O desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais.

O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atividades ilícitas, proteger sua reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca alinhar-se continuamente às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e contínua capacitação de seus colaboradores.

Para estar aderente às diretrizes da política corporativa, o Itaú Unibanco estipulou um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento e Conscientização.

Esse programa aplica-se a todo o Grupo Itaú Unibanco, incluindo nossas controladas e coligadas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de *Compliance* e Risco Operacional, Comitê Interno de Risco Operacional e pelo Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório](#) para mais informações sobre regulamentação sobre a lavagem de dinheiro e www.itaubr.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/en/PREVENTION_AGAINST_ILLCIT_ACT_RI2013.pdf para outros detalhes sobre a nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos.

Pessoas Expostas Politicamente

Nosso compromisso com o cumprimento da legislação e com a adoção das melhores práticas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro contempla a identificação, análise do relacionamento e monitoramento diferenciado para pessoas expostas politicamente (PEP), seja ela Pessoa Física ou Jurídica.

De acordo com as políticas relacionadas a PEPs, é aplicada uma diligência reforçada para esses clientes, além de ser obtida aprovação de alçada superior, de diretor no mínimo, antes de ser estabelecida qualquer relação de negócio.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório](#) para mais detalhes sobre pessoas politicamente expostas.

Ambiente Regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e supervisão de várias entidades, de acordo com os países e segmentos de negócios nos quais atuamos. Essas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e impactam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

- CMN: a principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetária e financeira

- no Brasil, também é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições. O CMN também é responsável pelas diretrizes gerais a serem seguidas na organização e operação do mercado de títulos e valores mobiliários e pela regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil;
- Banco Central: responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN;
- CVM: responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários (que, no Brasil, inclui derivativos) e de seus participantes, bem como supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado;
- CNSP: responsável por estabelecer as orientações e as diretrizes para companhias de seguros e de títulos de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
- SUSEP: responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes; e
- ANS: responsável por regulamentar e supervisionar o mercado brasileiro de seguro saúde e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais nas seguintes jurisdições: América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; Europa, especialmente Reino Unido e Suíça; América Central e no Caribe, especialmente nas Bahamas e Ilhas Cayman; e nos Estados Unidos.

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições, dentre as quais podemos citar as seguintes:

- proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de liquidação difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;
- proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos múltiplos com carteira de investimento;
- proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;
- restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco - Ambiente Regulatório, item Limites de Empréstimos](#) para mais informações sobre pessoas físicas e jurídicas;
- obrigação de depositar uma parcela dos depósitos que recebem de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e
- obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura da Basileia III

A estrutura de Basileia III aumenta os requisitos mínimos de capital e cria adicionais de capital de conservação e de capital anticíclico, altera as mensurações de capital baseadas em risco e introduz um novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez em relação à antiga estrutura. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentações a serem aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de capital principal de 4,5%, composto por ações ordinárias; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requisitos mínimos de capital, Basileia III exige um capital de conservação de 2,5% dos ativos ponderados pelo risco e cada regulador nacional poderá instituir, a seu critério, um adicional de capital anticíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico como resultado da excessiva expansão do crédito em sua jurisdição. A Basileia III também introduziu um novo nível de alavancagem, definido como Capital de Nível 1 dividido pela exposição total do banco.

A Basileia III também implementou índices de liquidez de curto prazo, ou LCR, e de longo prazo, ou NSFR. O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captações estáveis (*"stable sources of funding"*), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano.

Exigências adicionais aplicam-se aos instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no Capital Complementar, ou no Capital de Nível 2, o instrumento deve conter uma condição que exija que, de acordo com o critério da autoridade competente, tal instrumento seja extinto ou convertido em ações ordinárias caso ocorra um evento de gatilho, o qual é determinado pela decisão de uma autoridade competente, segundo a qual, para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário: (i) extinguir um instrumento; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte

equivalente nesse banco, o que ocorrer primeiro. Essas exigências são válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumprirem com as exigências anteriores mencionadas serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de dez anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Exigências de patrimônio de referência adicional são válidas para instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes (G-SIFIs). A metodologia de avaliação do Comitê da Basileia baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das G-SIFIs: (i) o porte; (ii) a interconexão; (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestar os serviços que ela presta; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20% na avaliação.

O Comitê da Basileia também publicou diretrizes para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes, ou D-SIBs, que complementam a estrutura de G-SIFI, ao se concentrar no impacto que dificuldades ou a falência de bancos sistematicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país.

Implementação de Basileia III no Brasil

O CMN e o Banco Central emitiram várias resoluções que detalham a implementação da estrutura de Basileia III no Brasil.

O coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma dos dois componentes a seguir:

- Patrimônio de referência; e
- Adicional de capital principal.

O patrimônio de referência dos bancos brasileiros é composto por Capital de Nível 1 e Capital de Nível 2. O Capital de Nível 1 é subdividido em duas parcelas: o capital principal (*Common Equity Tier 1*, capital social e reservas de lucros) e o capital complementar (*Additional Tier 1*, instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central).

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, todos os instrumentos emitidos por um banco brasileiro, após 1º de outubro de 2013, deverão conter mecanismos de absorção de perdas, incluindo uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos serão automaticamente extintos ou convertidos em ações se ocorrer um evento de gatilho. Um evento de gatilho é o fato que ocorrer primeiro entre: (i) o Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos do Capital Complementar e 4,5% para instrumentos de Nível 2; (ii) a assinatura de um contrato firme e irrevogável por escrito de injeção de capital na instituição financeira por parte do governo; (iii) a declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária (RAET) ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) a decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e extinção da dívida pendente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência.

Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas, já aprovadas pelo Banco Central como Capital Complementar ou de Nível 2, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme

o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências descritas acima e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados dos instrumentos de capital qualificáveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Adicional ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013 e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

O adicional de capital principal é dividido em três elementos: o Adicional de Conservação de Capital Principal, o Adicional Contracíclico de Capital Principal e o Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. O objetivo do adicional de conservação é aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras. O Adicional Contracíclico de Capital Principal poderá ser imposto pelo Banco Central se o mesmo julgar que o crescimento de crédito aumenta o risco sistêmico. O objetivo do requisito adicional de absorção de perdas por bancos brasileiros sistematicamente importantes é tratar do impacto que as dificuldades ou a falência desses bancos poderiam ter sobre a economia nacional. Em caso de não cumprimento das exigências do Adicional de Capital Principal, algumas sanções e limitações serão aplicáveis, inclusive a impossibilidade de a instituição financeira (i) pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas; e (iii) recomprar as próprias ações e efetuar reduções no seu capital social.

A partir de 1º de outubro de 2015, um índice de cobertura de liquidez (LCR) mínimo em cenários de estresse de liquidez padronizado será exigido de bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, calculado individualmente ou de forma consolidada (conglomerado prudencial), conforme o caso. O cálculo do LCR segue a metodologia estabelecida pelo Banco Central, que se encontra alinhada às diretrizes internacionais. Durante períodos de maior necessidade de liquidez, os bancos podem apresentar um LCR abaixo do limite mínimo estabelecido, desde que informem ao Banco Central as causas para não cumprimento do requisito mínimo, as fontes contingentes de liquidez de que dispõe e as medidas de que pretende adotar para estar em conformidade com a exigência de LCR. Os bancos serão obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR a partir de 1º de abril de 2016.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implementação gradual proposto pelo Banco Central e das exigências de adequação de capital e liquidez segundo Basileia III aplicáveis ao Itaú Unibanco Holding. Os números apresentados referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco de nossa instituição financeira.

(%)

Basileia III - Cronograma	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Nível 1	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Capital total	11,0	9,875	9,25	8,625	8,0
Adicional de capital principal (ACP)	-	0,625	1,5	2,375	3,5
de converção	-	0,625	1,25	1,875	2,5
Contracíclico ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
de importância sistêmica	-	-	0,25	0,5	1,0
Capital principal + ACP	4,5	5,1	6,0	6,9	8,0
Capital total + ACP	11,0	10,5	10,8	11,0	11,5
Dedução dos ajustes prudenciais	40	60	80	100	100

(1) Conforme a Circular nº 3.769 do Banco Central, o ACP contracíclico é igual a zero.

O Banco Central também definiu a metodologia de cálculo da Razão de Alavancagem, mas ainda não estabeleceu uma Razão de Alavancagem mínima. Os bancos são obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR desde 1º de outubro de 2015.

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira e estabelece a norma de que uma instituição financeira deve, mensalmente, elaborar e arquivar no Banco Central as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, conforme definido em tal documento. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. A partir de 1º de janeiro de 2015, as exigências de capital são aplicadas ao conglomerado prudencial.

Além das resoluções e cartas-circulares divulgadas no âmbito de Basileia III, em julho de 2013, foi aprovada a Lei no. 12.838, que permite a determinação do crédito presumido baseado em créditos fiscais provenientes de diferenças temporárias resultantes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que, na prática, isenta as instituições financeiras de deduzir este tipo de crédito do seu capital principal. A lei também altera as regras para emissão de letras financeiras, ao permitir a inclusão de cláusulas de suspensão da remuneração estipulada e a extinção do direito creditório ou sua conversão em ações, e as condições de remuneração dos acionistas para atendimento das exigências prudenciais estabelecidas pelo CMN.

O CMN exige que as instituições financeiras brasileiras implantem uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza de suas transações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da sua exposição a riscos. A gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras deverão publicar, pelo menos, uma vez por ano, um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de

questões relacionadas ao gerenciamento de riscos, o cálculo de ativos ponderados pelo risco e a adequada observância de exigências de patrimônio de referência, que refletem o chamado Pilar 3 do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação de informações.

Avaliação das Instituições Financeiras Considerada Sistemicamente Importantes no Brasil

O Banco Central adota os mesmos indicadores estabelecidos pelo Comitê de Basileia para determinar se as instituições financeiras brasileiras se qualificam como instituições financeiras consideradas global e sistemicamente importantes, ou G-SIFIs, que incluem: (i) o porte, (ii) a interconexão, (iii) a inexistência imediata de substitutos ou de infraestrutura para prestação dos serviços; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade; cada um deles receberá peso igual de 20% na avaliação. Essa avaliação deve ser realizada por bancos com exposição total – o denominador da Razão de Alavancagem – acima de R\$ 500 bilhões, calculada de forma individual ou consolidada (consolidado prudencial), conforme o caso. Entretanto, não foram estabelecidas outras exigências de absorção de perdas adicionais para G-SIFIs brasileiras. Não fomos incluídos na última lista de G-SIFIs em 3 de novembro de 2015. A próxima atualização deverá ocorrer em novembro de 2016.

Operações e Exposição em Moeda Estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições de câmbio – compradas ou vendidas – de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Atualmente, a alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras é 0%.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior, por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, inclusive os repasses a empresas e instituições financeiras brasileiras, entre outros. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R\$ 5 bilhões também podem utilizar tais recursos para conceder empréstimos, no exterior, para empresas

brasileiras, suas subsidiárias *offshore* e empresas estrangeiras controladas por brasileiros, ou para adquirir no mercado primário títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transnacionais, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra, no exterior, exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites para as condições dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira. Consulte o item Tributação para obter mais detalhes a respeito de impostos incidentes sobre operações em moeda estrangeira.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira, ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à importação, todas de acordo com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados de câmbio e aos fluxos de capital internacional.

O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira conforme o cenário econômico e a política monetária brasileira.

O Banco Central também estabelece que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais *offshore*), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30% do seu patrimônio de referência.

Regime de Investimento em Ativo Permanente e Liquidez

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, ativos permanentes que incluam investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Limites de Empréstimos

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, contratar operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados, e que ultrapasse 25,0% do nosso patrimônio de referência.

Limites de Exposição do Crédito

Para fins deste limite, as seguintes entidades do setor público serão consideradas clientes separados: (i) a União, (ii) uma entidade controlada direta ou indiretamente pela União que não mantenha relação de dependência econômica com outra entidade também controlada direta ou indiretamente pela União, (iii) entidades controladas direta ou indiretamente pela União que mantenham relação de dependência econômica entre si, (iv) um Estado ou o Distrito Federal, juntamente com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele; ou (v) um município, em conjunto com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele.

Cálculo dos Ativos Ponderados Pelo Risco

O cálculo da exposição ao risco baseia-se em vários fatores estabelecidos pelas regulamentações do Banco Central e influencia as exigências de capital. Os componentes levam em consideração o tipo de risco e incluem os parâmetros e procedimentos para cálculo dos ativos ponderados pelo risco para determinar as exigências de capital resultantes da exposição a cada risco. O Banco Central

vem alterando e atualizando com frequência as regras e regulamentações para cálculo dos ativos ponderados pelo risco.

Letras Financeiras

A Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pelas instituições financeiras que não cumprirem os requisitos de capital definidos pelo CMN. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras provavelmente emitirão instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

- Possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações. A conversão não pode ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira;
- Suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras sobre requisitos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, para preservar o funcionamento regular do sistema financeiro brasileiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas decisões não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e
- As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração ou a dissolução da instituição financeira.

Lei Anticorrupção

GRI G4-SO4 | G4-DMA Combate à Corrupção

Em janeiro de 2014, entrou em vigor no Brasil uma nova lei de combate à corrupção, que estabelece que as pessoas jurídicas terão responsabilidade objetiva (independentemente de culpa ou negligência) se estiverem envolvidas em qualquer forma de corrupção. Embora seja conhecida como lei contra corrupção, ela também abrange outros atos ilícitos, contrários à administração pública brasileira ou internacional, como fraude à licitação e obstrução da justiça. A lei prevê penalidades rigorosas para pessoas jurídicas, por meio de processos administrativos e judiciais, inclusive ordem de dissolução da companhia, proibição de acesso a financiamento de órgãos públicos e de participação em licitações públicas.

Além disso, a lei autoriza as autoridades públicas administrativas responsáveis pela investigação a celebrar acordos de leniência. A auto-divulgação

de violações e cooperação das pessoas jurídicas pode resultar na redução de multas e outras sanções, conforme determinado pela nova regulamentação federal emitida em março de 2015. Em dezembro de 2015, o governo brasileiro adotou a Medida Provisória nº 703 (MP 703) alterando os dispositivos aplicáveis aos acordos de leniência. A MP 703 autoriza as instâncias federal, estadual e municipal, de forma individual ou em conjunto com o Ministério Público ou a Procuradoria Geral, a celebrar acordos de leniência. Além disso, a MP 703 fornece mais detalhes quanto ao procedimento para a realização desses acordos. A conversão definitiva da MP 703 em lei ainda precisa ser aprovada pelo Congresso brasileiro e sancionada pela Presidência da República.

A nova regulamentação também prevê parâmetros para a aplicação da lei contra corrupção, inclusive com relação a penalidades e programas de conformidade legal. Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/POLITICA_CORPORATIVA_ANTITRUSTE_RI_2015_PORT.pdf para mais detalhes sobre a nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção.

Remuneração de Membros da Diretoria e do Conselho de Administração de Instituições Financeiras

De acordo com as regras estabelecidas pelo CMN, as instituições financeiras brasileiras devem ter uma política de remuneração aplicável aos membros da diretoria e do conselho de administração. Segundo a Resolução sobre Remuneração, quando houver pagamento de remuneração variável aos administradores, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e 40%, no mínimo, deve ser diferida para pagamento futuro em um período de pelo menos três anos. Se a instituição ou a área de negócios aplicável apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução no resultado (*clawback*).

Nossa política de remuneração está alinhada à regulamentação vigente e consolida nossos princípios e práticas, com o objetivo de buscar o maior alinhamento entre nossos interesses com o dos nossos acionistas e dos nossos administradores”.

Para mais informações, consulte a [seção Nossa Governança, item Governança Corporativa – Remuneração dos Membros do Conselho de Administração e da Alta Administração](#).

Regulamentação Concorrencial

A lei antitruste brasileira estabelece que as operações que resultem em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regula a defesa da concorrência no país, desde que presentes os seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes de uma operação registre, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R\$ 750 milhões, e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registre, no mesmo período, o faturamento bruto mínimo de R\$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes a multas que vão de R\$ 60 mil a R\$ 60 milhões, à nulidade da respectiva operação e a possíveis instaurações de processos administrativos.

Conglomerados financeiros devem submeter as operações em diversos setores à aprovação do CADE. Adicionalmente, a Circular nº 3.590/2012 do



Banco Central tornou obrigatória a submissão de atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras à aprovação do BACEN nas seguintes hipóteses: (i) aquisição de controle societário; (ii) fusão; (iii) aquisição; ou (iv) transferência do negócio para outra instituição financeira; e (v) outras operações que levem as instituições a aumentar a participação de mercado nos segmentos de atuação em que elas operem.

Com relação ao conflito de competência para análise e aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, a questão continua indefinida, e a incerteza sobre se o CADE - ou o Banco Central - deve revisar e aprovar os atos de concentração envolvendo instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, dos atos de concentração no setor bancário à aprovação não apenas do Banco Central, como também do CADE.

Classificação ⁽¹⁾	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão %	0	0.5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	-	-	15 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	121 a 150	151 a 180	Acima de 180

(1) Nossa classificação de crédito também considera o perfil de crédito do cliente, o que pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Segundo o IFRS, a provisão de créditos de liquidação duvidosa baseia-se em nossos modelos de perda incorrida, desenvolvidos internamente, os quais calculam a provisão de créditos de liquidação duvidosa, multiplicando a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD) pelo potencial de recuperação dos créditos inadimplentes (LGD) para cada operação, conforme descrito na [Nota 2.4\(g\) VIII, das nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS](#). Os níveis de risco são classificados em baixo, médio, alto e perda do valor recuperável (*impairment*), com base na probabilidade de inadimplência, por meio de uma escala interna estabelecida por nós, detalhada na [Nota 36 das nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS](#).

Insolvência Bancária

A insolvência de instituições financeiras é tratada de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis pelo Banco Central, responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras (privadas ou públicas não federais) ou a instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET); (ii) intervenção; e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante

Consulte www.italu.com.br/arquivosstaticos/RI/pdf/pt/POLITICA_CORPORATIVA_ANTITRUSTE_RI_2015_PORT.pdf?title=Pol%C3%ADtica%20Corporativa%20Antitruste para mais informações sobre nossa Política Corporativa Antitruste.

Tratamento de Dívidas Vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive as operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e reconhecer provisões de acordo com o nível atribuído a cada transação. A classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da transação e no eventual tempo de atraso no pagamento da transação. Para atendimento às exigências do Banco Central, as transações são classificadas como nível AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras; cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele, e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir.

poderão, quando autorizados pelo Banco Central: (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, dentre outras medidas possíveis, de efeito similar.

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuem operando, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e objetiva, principalmente, a adoção de medidas visando à retomada das atividades normais da instituição. Caso a retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

Nesse regime, o Banco Central nomeia um interventor, que assume a gestão direta da instituição, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os respectivos administradores. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuidade de certas irregularidades cometidas ou o agravamento da situação da instituição, que pode colocar em risco os ativos e prejudicar os credores da instituição financeira. Também tem duração limitada e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição, da decretação da sua liquidação extrajudicial ou falência.

A intervenção suspende as ações relacionadas a obrigações de pagamento das instituições financeiras, impede a liquidação ou vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde ao processo de extinção da empresa em casos de insolvência irreversível ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação

extrajudicial promove a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas com a instituição financeira; (ii) antecipa o vencimento das obrigações da instituição financeira; e (iii) interrompe a prescrição das obrigações da instituição financeira. Além disso, deixam de incorrer juros contra o montante devedor até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de Depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira, o Fundo Garantidor de Crédito, ou FGC – um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R\$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, na instituição financeira submetida a um desses regimes (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros objeto de garantia ordinária, ainda que os créditos correspondentes não sejam integralmente garantidos pelo FGC, e de certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC. A partir de fevereiro de 2016, não serão protegidos pela garantia ordinária do FGC os créditos de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, entidades de previdência privada, companhias de seguro, empresas de capitalização, clubes de investimento e fundos de investimentos, bem como créditos que representem qualquer participação em tais entidades ou em instrumentos financeiros mantidos por tais entidades.

Pagamento dos

Credores em Liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários de funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até um determinado valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos têm prioridade entre todas as reivindicações contra a empresa em liquidação. O

pagamento de créditos quirográficos, inclusive depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário dos créditos com preferência. Além disso, quando do pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, este se torna um credor quirográfico da massa falida e tem a mesma prioridade dos demais credores quirográficos.

Regulamentação de Seguros

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, mediante aprovação do governo, podem oferecer, diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados, todos os tipos de seguros, com exceção do seguro de acidentes de trabalho.

As companhias de seguro são obrigadas a constituir reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro, estando sujeitas às normas do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

Em caso de quebra, a seguradora estará sujeita a um procedimento específico de liquidação administrado pela SUSEP ou pela ANS. As companhias de seguro somente estarão sujeitas à falência se, decretada a liquidação extrajudicial (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir, pelo menos, a metade dos créditos quirográficos, ou (ii) houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.

Na regulamentação vigente não há restrição a investimentos estrangeiros em companhias de seguro.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro contratem resseguro na medida em que as responsabilidades assumidas excedam seus limites técnicos, de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), sendo a celebração de contratos de resseguro feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguros autorizada a operar no Brasil.

Até 31 de dezembro de 2016, as companhias de seguro, ao ceder riscos em resseguro, devem contratar 40% de cada contrato facultativo ou automático com resseguradoras locais (companhias domiciliadas no Brasil). A partir de 1º de janeiro de 2017, esse percentual será reduzido anualmente até atingir 15% em 1º de janeiro de 2020.

Além disso, até 31 de dezembro de 2016, a cessão de risco entre seguradoras e resseguradoras sediadas no exterior pertencentes ao mesmo grupo financeiro está limitada a 20% do prêmio correspondente a cada contrato facultativo ou automático.

Regulamentação Sobre Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime. Ela proíbe a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disponibilização, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros originados, direta ou indiretamente, de crimes, e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão, inabilitação temporária pelo prazo de até 10 anos para o exercício do cargo de administrador, além de multa pecuniária.

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), a unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro e a respectiva regulamentação promulgada pelo Banco Central, inclusive as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes, em consonância com as recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI, na sigla em português, ou *Financial Action Task Force* – FATF), e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos para:

- Identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEPs), identificando os beneficiários finais das operações. Esses registros devem ser mantidos atualizados;
- Verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos e a capacidade econômica e financeira do cliente;
- Verificar a origem dos recursos;
- Efetuar análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;
- Manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;
- Notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R\$ 100.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;
- Dispor atenção especial em (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs, (iii) indicadores de burla na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e operações para os quais o beneficiário final não possa ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas a países que não apliquem suficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter atualizadas as informações cadastrais dos clientes;
- Estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;
- Estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;

- Determinar que quaisquer instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;
- Monitorar as transações e as situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;
- Notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas conforme exigido pela regulamentação aplicável, e pelo menos anualmente tenham ou não sido verificadas operações suspeitas, a fim de certificar a inexistência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de negativa);
- Exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos um dia útil de antecedência, sobre a intenção de sacar valores iguais ou superiores a R\$ 100.000;
- Garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações;
- Indisponibilizar bens, valores e direitos de posse ou propriedade, bem como de todos os demais direitos, reais ou pessoais, de titularidade, direta ou indireta, de clientes pessoas físicas ou jurídicas submetidos a sanções oriundas das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU.

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de: (i) advertência formal, (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R\$ 20 milhões); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras, até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar os procedimentos de prevenção.

Pessoas Politicamente Expostas

Pessoas Expostas Politicamente (PEPs) são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, jurisdições e territórios estrangeiros. Inclui também suas pessoas jurídicas. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um membro da equipe de nível hierárquico superior, como diretores, processo necessário para início de relacionamentos com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas reforçadas para monitoramento das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeita.

Portabilidade de Operações de Crédito

Regulamentada pelo Banco Central desde 2013, a portabilidade das operações de crédito consiste da transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. A nova regra uniformiza os procedimentos e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade.

Regras Relativas à Cobrança de Tarifas Bancárias e de Cartões

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, temos que classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos às limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

As instituições financeiras brasileiras, em geral, não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas, classificados como essenciais, em relação às contas correntes, tais como o fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos, transferências, entre outros.

A legislação brasileira autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por serviços prioritários, um conjunto de serviços definidos por norma do Banco Central. As instituições financeiras são obrigadas oferecer para esses clientes um pacote padronizado de serviços prioritários. Os clientes podem também optar por este ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira, ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individuais, em oposição à escolha de um pacote.

A regulamentação autoriza ainda que as instituições financeiras cobrem tarifas pela prestação de determinados serviços chamados de diferenciados, desde que o correntista ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento, ou quando as tarifas e os métodos de cobrança estejam definidos em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os fatos geradores que permitem a cobrança de tarifas por instituições financeiras, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato. Existe uma lista de serviços prioritários. As regras estabelecem dois tipos de cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, sem programas de recompensas; e (ii) "cartões de crédito especiais" com programas de recompensas. No mínimo, 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de uma nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com, no mínimo, 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é

necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, para qualquer aumento ou criação de taxas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

Descontos de Faturas de Cartões de Crédito na Folha de Pagamento

Em 2015, o governo brasileiro aumentou o limite total de dedução na folha de pagamentos de 30% para 35% da renda mensal da pessoa física e autorizou ainda o uso da dedução na folha de pagamentos para quitação de faturas de cartão de crédito. Desse limite, 5% deverão ser usados exclusivamente para pagamento de faturas de cartões de crédito. Essa medida é consequência da conversão da Medida Provisória nº 681 na Lei nº 13.172 de 21 de outubro de 2015.

Regulamentação de Arrendamento

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regulamenta e supervisiona essas operações. As partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o arrendador (o banco) e o arrendatário (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VGR) pago pelo arrendatário, deve corresponder ao mínimo valor de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, suficiência de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.

Correspondentes Bancários

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento. Essas empresas são, em geral, denominadas correspondentes, e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que os funcionários de todos os correspondentes deverão possuir uma certificação técnica que os autorize a atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e transações de instituições financeiras brasileiras ou empresas de cartão de crédito podem ser divulgadas a terceiros são:

- A divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
- A troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
- Divulgação de informações às empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
- Divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação

de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais; e

- Revelação de informações mediante mandado judicial.

Exceto conforme estabelecido pela legislação brasileira e por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Ouvidoria

Em 2015, o CMN e o Banco Central atualizaram a estrutura regulatória relacionada à ouvidoria das entidades sujeitas à supervisão do Banco Central. As novas regras revogam a atual estrutura aplicável e estabelece o prazo de até 30 de junho de 2016 para as instituições financeiras se ajustarem às novas disposições.

O objetivo da nova estrutura é estabelecer uma ouvidoria mais eficaz e transparente que seja capaz de proporcionar uma melhor assistência aos clientes das instituições financeiras. A ouvidoria terá as seguintes atribuições:

- Proporcionar assistência como último recurso para o atendimento das demandas dos clientes, após elas terem sido analisadas por outros canais de atendimento (inclusive correspondentes bancários e o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC);
- Atuar como canal de comunicação entre as instituições e os clientes, inclusive para mediação de disputas; e
- Informar a administração sobre as atividades da ouvidoria.

A nova estrutura estabelece ainda a exigência de gravação de conversas telefônicas entre os clientes e o serviço de ouvidoria.

O diretor responsável pela ouvidoria deverá preparar um relatório a cada seis meses, a ser submetido à administração e aos órgãos de auditoria e disponibilizado ao Banco Central por, no mínimo, cinco anos.

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

Segundo a legislação societária brasileira, uma empresa é considerada de capital aberto, ou fechado, dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como a nossa, são registradas na CVM e estão sujeitas às exigências de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Exigências de Divulgação

Segundo as regras da CVM, as empresas de capital aberto estão sujeitas às normas que regem o uso de informações relevantes. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influenciar razoavelmente o preço dos valores mobiliários de emissão da companhia de capital aberto ou a decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários.

A CVM aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas nos arquivamentos periódicos pelos emissores de valores mobiliários, ao exigir que esses emissores arquivem o Formulário de Referência na CVM. Esse formulário foi baseado no modelo denominado “*Shelf Registration System*” da IOSCO, que reúne todas as informações do emissor em um único documento.

Regulamentação de Gestão de Ativos (*Asset Management*)

A regulamentação brasileira de gestão de ativos exige que os gestores de ativos tenham um registro prévio na CVM para prestarem serviços de gestão de carteiras e administração de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados aos mercados de capitais e, especificamente, executa atividades relacionadas a administração de fundos de investimento e gestão de carteiras com registro na CVM, de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsáveis, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de atos danosos ou de negligência na condução de nossas atividades.

A CVM tem poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções aos gestores de ativos registrados.

Fundos de Investidores Estrangeiros

Em março de 2015, entrou em vigor uma nova estrutura regulatória emitida pelo CMN e pela CVM aplicável a (i) investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais brasileiros; e (ii) *depositary receipts*.

As mudanças mais significativas nas regras aplicáveis ao investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de capitais no Brasil introduzidas pela nova regulamentação são: (i) a exigência de que somente as instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil podem atuar como representantes legais de investidores não residentes no Brasil, para fins de quaisquer investimentos feitos nos termos dessa regulamentação; (ii) esclarecimento das exigências referentes às operações simultâneas de câmbio (sem a efetiva transferência de dinheiro) relacionada a investimentos estrangeiros; e (iii) esclarecimento sobre os tipos de investimentos que podem ser feitos por intermédio de uma conta de domiciliado no exterior mantida em um banco no Brasil.

A nova regulamentação também alterou as regras aplicáveis aos *depositary receipts*, ao permitir a emissão desses certificados com lastro em: (i) qualquer título ou valor mobiliário emitido por empresas brasileiras registradas junto à CVM (companhias abertas), em oposição às regras anteriores, que limitavam a emissão de *depositary receipts* lastreado apenas em ações; e (ii) instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras e outros tipos de instituições registradas junto à CVM e autorizadas pelo Banco Central, e que possam ser incluídos no Patrimônio de Referência da instituição financeira.

Certas alterações implementadas pela CVM relacionadas ao registro, operações e divulgação de informações sobre investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais brasileiros têm como objetivo detalhar as atividades

de representantes legais, aumentar o escopo das transações particulares de investidores não residentes no Brasil e determinar as exceções de transferência entre investidores não residentes proibidas pelo CMN.

Regulamentação de Internet e Comércio Eletrônico

Em abril de 2014 foi promulgada uma nova lei (Lei Federal nº 12.965/2014) que estabelece a estrutura regulatória para prestação de serviços de internet no Brasil. A lei prevê princípios e regras a serem observados por prestadores de serviços e usuários de internet, cujas diretrizes estabelecem a proteção da privacidade e de dados pessoais e a preservação e garantia de neutralidade da rede. Ainda, certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações do comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual destina-se a (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet. Além disso, as violações de computadores realizadas por *hackers* passaram a ser consideradas crime no Brasil em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN promulgou diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

- A permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos – internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação – pelas quais as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou, na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos, de conta dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimentos;
- Os requisitos referentes à verificação da identidade do cliente;
- Todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiança de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais;
- A abertura de contas de depósito e de poupança movimentáveis exclusivamente por meios eletrônicos.

Em 10 de abril de 2014, a FEBRABAN estabeleceu uma regulamentação específica para a contratação

de crédito por canais remotos (caixas eletrônicos, *call center* e *internet banking*), por meio da qual prevê as diretrizes e os procedimentos mínimos para assegurar a confiabilidade, a qualidade, a transparência e a eficiência.

Regulamentação sobre Agentes de Pagamento e Arranjos de Pagamento

Uma nova lei brasileira, promulgada em outubro de 2013, estabeleceu a estrutura legal para arranjos de pagamento (o conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como, por exemplo, uma operação de cartão de crédito ou débito) e para agentes de pagamento (qualquer agente que emite um instrumento de pagamento ou credencia um estabelecimento para aceitação de pagamento) que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamento Brasileiro e estão sujeitos à supervisão pelo Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, os agentes de pagamento não são considerados instituições financeiras e estão proibidos de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em novembro de 2013, o CMN e o Banco Central publicaram um conjunto de regras referentes aos arranjos de pagamento e aos agentes de pagamento, que entraram em vigor em maio de 2014. Essa regulamentação determina (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor e de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as entidades supervisionadas pelo Banco Central, quando atuarem como agentes de pagamento e instituidores de arranjo de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento de agentes de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) as exigências de capital; (iv) a definição de arranjos excluídos do Sistema de Pagamento Brasileiro; (v) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vi) uma exigência de liquidez para contas pré-pagas que requer que seja alocado em uma conta especial no Banco Central ou investido em títulos públicos, começando com 20% em 2014 e aumentando gradualmente até atingir o saldo total da conta em 2019, entre outras questões.

Em outubro de 2015, o Banco Central publicou uma nova regulamentação, complementando aquelas já existentes e introduzindo regras e conceitos novos, como limitações em acordos fechados de pagamento, o conceito de instituição de domicílio, a obrigação de câmaras de liquidação centralizadas para acordos de pagamento, a transparência de regras de interoperacionalidade nos acordos e entre eles.

Informações sobre Desempenho de Crédito

A legislação brasileira estabelece regras para a organização e a consulta de bancos de dados que compilam as informações do histórico de crédito de pessoas físicas e jurídicas. A legislação brasileira regula o fornecimento de informações do histórico de crédito por instituições financeiras para esses bancos de dados e o compartilhamento dessas informações, sujeitando o fornecimento e o compartilhamento dessas informações à solicitação ou autorização expressa do cliente.

Código de Proteção do Consumidor GRI G4-DMA Comunicações de Marketing

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro (CDC) estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, aplicáveis às relações dos clientes com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que usam serviços de instituições financeiras são:

- Inversão do ônus da prova em juízo;

- As instituições financeiras devem garantir informações adequadas e claras sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que os produtos apresentem;
- As instituições financeiras são proibidas de fazer publicidade ou divulgar informações abusivas ou enganosas com relação aos seus contratos e serviços, bem como de promover métodos comerciais impositivos ou desleais;
- As instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas;
- A cobrança de juros relacionados com crédito pessoal e transações de crédito direcionadas aos consumidores precisa ser proporcionalmente reduzida em caso de pagamento antecipado de dívidas;
- A cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaça; e
- Os valores cobrados indevidamente poderão, em circunstâncias limitadas, ser devolvidos em valor equivalente ao dobro do valor pago a maior. Essa regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de alterações ao Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor que, se convertida em lei com a redação atual proposta, poderia nos afetar de forma adversa. Por exemplo, um projeto de lei para alterar o código de defesa do consumidor permitiria que os tribunais alterassem os termos e condições dos contratos de crédito em certas circunstâncias, impondo certas dificuldades para a cobrança desses consumidores finais. Além disso, os órgãos legislativos estaduais e municipais podem periodicamente considerar projetos de lei destinados a impor medidas de segurança e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, certos projetos de lei foram convertidos em lei - e outros foram propostos em determinados estados ou municípios brasileiros - os quais impõem ou pretendem impor restrições à possibilidade dos credores de incluir dados de devedores insolventes em registros de serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nossa capacidade de cobrar essas dívidas em atraso.

Regulamentação de Auditores Independentes

Segundo a regulamentação do CMN que disciplina as normas que regem os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM; (ii) sejam qualificados como especialistas em auditorias de bancos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos da instituição, é obrigatório o rodízio do sócio de auditoria responsável e de todos os membros da equipe de auditoria com responsabilidades gerenciais; eles não poderão fazer parte da equipe de auditoria daquela instituição antes que tenham decorridos três exercícios fiscais a partir do rodízio.

O regulamento do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de (i) ocorrência de qualquer uma das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade da prestação de serviços de auditoria, previstas nas regras e nos regulamentos da CVM, do CFC ou do IBRACON; (ii) existência de participação acionária ou realização de transações financeiras (ativo ou passivo) na instituição financeira auditada, pela empresa de auditoria ou de membros da equipe de auditoria envolvida no trabalho de auditoria daquela instituição financeira; e (iii) honorários a serem pagos pela instituição que representem 25% ou mais do faturamento anual total da auditoria. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do relatório de auditoria, os seguintes relatórios, conforme exigido pela regulamentação do CMN:

- Avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, incluindo o sistema de processamento eletrônico de dados;
- Descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada; e
- Outros relatórios exigidos pelo Banco Central.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ser mantidos e ficar à disposição do Banco Central pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Também elaboramos as demonstrações contábeis de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Consulte Contexto, item Contexto Deste Relatório, Sobre Nossas Informações Contábeis para mais detalhes. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que as empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes a quaisquer serviços que não sejam de auditoria externa prestados por auditores independentes, que representem mais de 5% dos honorários relativos aos serviços prestados pela auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor contratado e o percentual que tal valor representa em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Consulte Nossa governança, item Comitê de auditoria para mais detalhes sobre honorários e serviços dos principais auditores.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco. Esta descrição não representa uma análise abrangente de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos potenciais investidores que consultem seus assessores tributários. Os principais tributos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

Imposto	Alíquota	Base de Cálculo do Tributo
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15% mais adicional de 10%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido)	20% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	4% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2% a 5%	Preço do serviço prestado
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir.	Valor nominal da operação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação aplicável, nosso regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável, sobre o qual incidirão o IRPJ e a CSLL, deve ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15%, e uma alíquota adicional de 10% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal excede R\$ 20.000 ao mês ou R\$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, a parte do nosso lucro que exceder referido limite será tributada por uma alíquota efetiva de 25%.

Atualmente, a CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 20%, específica para instituições financeiras, companhias de seguros e empresas similares. Observamos que, em geral, essa alíquota é de 9% para pessoas jurídicas não financeiras. Entretanto, o Governo Federal aumentou essa alíquota inicialmente para 15% e depois para 20%. Apesar desse aumento, estamos, assim como outras instituições financeiras brasileiras, questionando a constitucionalidade dessa alíquota majorada de CSLL. Os valores em discussão são contabilizados na provisão para passivos fiscais em nosso balanço. Com respeito a essa matéria, vale a pena mencionar que na mesma regra que aumentou a CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169), o Governo Federal também determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL será reduzida para 15%.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e também as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ devido no Brasil os valores pagos de imposto de renda no exterior, e também da CSLL, desde que respeitados certos limites.

Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Investidores Estrangeiros

Em 22 de setembro de 2015, a Presidente da República Federativa do Brasil promulgou a Medida Provisória nº 692, ou MP 692, convertida em lei em 16 de março de 2016, que determinou o aumento da alíquota básica de 15% de imposto sobre o ganho de capital auferido por pessoa física, certas sociedades e investidores estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas) como resultado da alienação de bens e direitos em geral que ultrapassem R\$ 5 milhões, adotando um sistema de alíquotas progressivas que podem atingir 22,5% (para resultados positivos que ultrapassem R\$ 30 milhões). Uma vez que os ganhos de capital resultantes de operações realizadas por meio de bolsa de valores estão sujeitos a regulamentações tributárias específicas, não incluídas no escopo da Lei nº 13.259, é possível sustentar o posicionamento de que as disposições dessa regulamentação não se seriam aplicáveis a tais operações. A conversão definitiva da MP 692 em lei ainda precisa ser aprovada pelo Congresso brasileiro e sancionada pela Presidência da República. Os ganhos de capital obtidos por investidores residentes em paraíso fiscal permanecem sujeitos à alíquota de 25%.

A MP 692 foi convertida na Lei 13.259, de 16 de março de 2016, com alterações. Segundo a Lei 13.259, a partir de 1º de janeiro de 2017, a pessoa física que auferir ganho de capital na alienação de bens e direitos, deve observar uma tabela progressiva que varia de 15% (para ganhos de até R\$ 5 milhões) a 22,5% (para ganhos que superarem R\$ 30 milhões).

Juros sobre capital Próprio

Em 30 de setembro de 2015, o governo brasileiro adotou a Medida Provisória nº 694 (MP 694), que altera as regulamentações de imposto de renda sobre a distribuição de juros sobre capital próprio de empresas brasileiras. Nos termos da MP 694, o cálculo dos juros sobre capital próprio será limitado a (i) variação diária da taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, multiplicada pelo valor de certas contas do patrimônio da empresa brasileira; ou (ii) uma taxa anual fixa de 5%, a que for menor. Adicionalmente, a MP 694 eleva de 15% para 18%, a alíquota de imposto de renda retido incidente sobre os pagamentos de juros sobre capital próprio feitos por empresas brasileiras a residentes estrangeiros não domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pelas autoridades fiscais brasileiras. A extensão desse aumento ainda está sob discussão, bem como a forma como o imposto de renda retido será processado para residentes estrangeiros domiciliados em países com os quais o Brasil possui um tratado de dupla tributação. Como a MP 694 não foi convertida em Lei e teve seu prazo de vigência encerrado pelo Ato Declaratório do Senado nº 5, essas alterações não produziram ou produzirão quaisquer efeitos.

O pagamento de juros sobre capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição considerada paraíso fiscal.

Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo destas contribuições. Por meio desse regime, as instituições financeiras estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida impede a utilização de créditos fiscais.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro. Algumas de nossas subsidiárias defendem que o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas provenientes da venda de produtos e serviços e não sobre as receitas das atividades financeiras e outras atividades. Os valores em discussão são provisionados como contingências fiscais nos balanços dessas empresas.

A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, pelo qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65% e à COFINS a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo destes impostos é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras (com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre capital próprio) não estão sujeitas ao PIS e à COFINS.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 37 – Informações suplementares e Nota 32 – Provisões, contingências e outros compromissos, e – Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais](#) para mais informações sobre a Lei nº 12.973/2014.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado diretamente pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2% até o máximo de 5% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Imposto sobre Operações Financeiras

O IOF incide em alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo ser alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos que consulte os seus assessores tributários.

Tipo de Operação	Alíquotas aplicáveis (As alíquotas podem ser mudadas por decreto promulgado pelo governo brasileiro, inclusive a alíquota máxima descrita a seguir; o decreto poderá entrar em vigor na data da sua publicação)
Operações de Câmbio	IOF/CÂMBIO: zero a 6,38% (dependendo da operação) 25%
Operações de Seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e Operações de Crédito	IOF/Crédito: 0,0082% (pessoas físicas) ou 0,0041% (pessoas jurídicas) ao dia, até atingir 365 dias, mais 0,38% Alíquota máxima: 1,5% ao dia (mais 0,38%)
Títulos	IOF/Títulos e valores mobiliários: zero a 1,5% como regra geral (pode ser maior) Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos – Derivativos	IOF/Títulos-Derivativos: zero Alíquota máxima: 25%

Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA)

A Lei de FATCA visa minimizar a evasão fiscal por parte de pessoas dos EUA (residentes fiscais para fins americanos) que investem em ativos estrangeiros, tanto por meio de suas próprias contas quanto por meio de investimentos em entidades estrangeiras. A Lei de FATCA exige que os agentes de retenções nos EUA, como o Itaú Unibanco, forneçam informações à autoridade tributária estadunidense (Internal Revenue Service – IRS), referentes aos seus correntistas nos EUA, inclusive detentores substanciais de certas Entidades Estrangeiras Não Financeiras (*Non-Financial Foreign Entity* – NFFE), e pessoas específicas dos EUA que tenham participação em certos meios de investimento sob gestão profissional e trustes conhecidos como Fideicomisso Documentado pelo Titular (*Foreign Financial Institution* – FFIs).

Na medida em que um agente de retenção nos EUA não consegue documentar devidamente a conta, ele será obrigado a reter 30% na fonte, estabelecida pela Lei de FATCA de certos pagamentos de renda dos EUA. Os rendimentos brutos da venda de bens que renderiam dividendos ou juros estão sujeitos à retenção na fonte nos EUA a partir de 1º de janeiro de 2019.

A lei fiscal dos EUA detalhou as regras para determinação da fonte de renda. São aplicadas regras diferentes para cada tipo de renda. Juros e dividendos, dois dos tipos mais importantes de renda para investidores, têm a fonte determinada por referência à residência do devedor. Os dividendos, especificamente, são tratados em geral como renda paga por uma empresa dos EUA com referência às suas ações, e os juros são em geral tratados como fonte de renda dos EUA quando do pagamento por um mutuário dos EUA.

Os Estados Unidos colaboraram com outros governos para desenvolver Acordos Intergovernamentais (IGAs) para implementar a Lei de FATCA. Os IGAs, celebrados com jurisdições parceiras, facilitam a implementação eficaz e eficiente das regras de

FATCA. O objetivo desses acordos é, essencialmente, remover os impedimentos legais locais para cumprimento do FATCA, compartilhar informações e reduzir os encargos incidentes sobre as FFIs localizadas em jurisdições parceiras.

Mais de 70 jurisdições são signatárias de um IGA, inclusive o Brasil, as Ilhas Cayman, a Suíça e o Reino Unido. Além disso, aproximadamente 30 outras jurisdições são consideradas como tendo um IGA em vigor. Alguns países assinaram um acordo de reciprocidade, o que significa que aqueles países (como o Brasil) e os EUA irão trocar automática e anualmente, em bases recíprocas, informações específicas sobre correntistas.

Há dois tipos de IGAs – o IGA Modelo 1, em que as FFIs locais precisam implementar procedimentos para abertura de contas e realizar a devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las à autoridade fiscal local para intercâmbio com a Autoridade Tributária Estadunidense (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 1 são Brasil, Ilhas Cayman, Bahamas, Peru e Colômbia, e o IGA Modelo 2, em que as FFIs podem implementar procedimentos para abertura de contas e de devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las diretamente à autoridade tributária estadunidense (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 2 são Suíça, Chile, Paraguai e Japão.

Os governos do Brasil e dos EUA celebraram um Acordo de Cooperação Intergovernamental (IGA) Modelo 1 em 23 de setembro de 2014, em vigor no Brasil desde 24 de agosto de 2015, após aprovação do Congresso brasileiro, ratificação da Presidência da República e promulgação do Decreto nº 8.506 (IGA-BR).

Nos termos do IGA-BR, as instituições e outras entidades brasileiras sujeitas às exigências de divulgação da Lei de FATCA devem, em geral, fornecer informações sobre os titulares de contas nos EUA às autoridades fiscais brasileiras, que compartilharão essas informações com a Receita Federal dos Estados Unidos.

De acordo com a Lei de FATCA, o emissor ou qualquer outra instituição financeira sujeita às exigências de divulgação da Lei de FATCA, para a qual, ou por intermédio da qual, seja realizado qualquer pagamento referente a ações preferenciais ou ADSs, poderá ser obrigado, nos termos do acordo IGA-BR ou da legislação aplicável: (i) a solicitar certas informações de detentores ou usufrutuários de nossas ações preferenciais ou ADSs, sendo que tais informações poderão ser fornecidas à autoridade fiscal dos EUA (IRS); e (ii) a reter o imposto federal estadunidense à alíquota de 30% sobre a totalidade ou parte dos pagamentos considerados pagamentos sujeitos a retenção feitos após 31 de dezembro de 2018, referentes às ações preferenciais ou ADSs, se essas informações não forem fornecidas devidamente pelo detentor ou usufrutuário (designado na regra de FATCA como “correntista recalcitrante”). Se o emissor ou qualquer outra pessoa for

obrigado a reter valores nos termos da Lei de FATCA, ou relacionados a ela, de quaisquer pagamentos feitos com referência a ações preferenciais ou ADSs, os detentores ou usufrutuários dessas ações preferenciais ou ADSs não terão direito de receber qualquer reembolso do imposto ou nem qualquer outro valor adicional para compensar a retenção.

A descrição acima baseia-se na orientação emitida até esta data, pelo Departamento do Tesouro dos EUA, e inclui a regulamentação Final do Tesouro e a IGA-BR. Futuras orientações poderão afetar a aplicação da Lei de FATCA em relação às ações preferenciais ou ADSs.

Controles Cambiais

Pessoas físicas ou pessoas jurídicas, domiciliadas fora do Brasil, podem deter nossas ações por meio de ADSs negociadas em bolsa de valores dos EUA ou de investimentos diretos no mercado brasileiro.

Entretanto, o direito de converter os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações, no mercado brasileiro em moeda estrangeira e remeter esses montantes para o exterior está sujeito às restrições da legislação sobre investimentos estrangeiros e moeda estrangeira, que geralmente

exige, entre outras coisas, prova documental que evidencie a validade a legitimidade econômica da operação de câmbio e que o investimento em questão seja registrado no Banco Central do Brasil e na CVM, conforme aplicável.

Caso o investimento em nossas ações seja feito por meio de ADSs, os detentores de ADSs terão um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro obtido no Brasil pelo custodiante de ações preferenciais correspondentes às ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições referentes às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira, e remeter os resultados financeiros para o exterior.

Se o investimento em nossas ações for feito diretamente no mercado brasileiro, esse investimento precisará ser registrado diretamente no Banco Central como (i) investimento estrangeiro direto, Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED), ou (ii) investimento em portfólio, Registro Declaratório Eletrônico – Portfólio (RDE – Portfólio).

O investimento estrangeiro direto (RDE-IED) permite que investidores não residentes detenham ações de empresas no Brasil. Por outro lado, o investimento em portfólio (RDE – Portfólio) dá direito a certos investidores estrangeiros de investir não apenas em ações, mas também em quase todos os ativos financeiros e títulos e valores mobiliários, e a realizar quase todas as operações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, contanto que certas exigências da regulamentação sejam atendidas.

O Registro no RDE – Portfólio proporciona tratamento fiscal favorável a investidores que não são residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pelas leis brasileiras.

5_Desempenho

Conheça os detalhes de nossa performance financeira em 2015.



Desempenho Financeiro



SMZ Fotografia

Eduardo Vassimon

CFO & CRO

Mensagem do Chief Financial Officer

Caro leitor,

No Itaú Unibanco, temos um forte compromisso com a transparência e o relacionamento com os agentes do mercado de capitais. Temos o desejo e a missão de estarmos próximos aos acionistas, investidores e analistas de investimentos, explicando de forma clara e tempestiva as decisões de nossa administração, o desempenho da organização e os riscos inerentes ao nosso negócio.

Diversas iniciativas compõem esse esforço de comunicação e transparência. Em 2015, por exemplo, realizamos 22 reuniões públicas sobre nossos resultados e estratégias, distribuídas por cidades de todas as regiões do Brasil, através da APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais

de Investimento do Mercado de Capitais), e participamos de 30 conferências e 9 road shows, no Brasil e no exterior. Revisamos com frequência nossos documentos e relatórios financeiros com o objetivo de provermos informações adequadas às necessidades dos agentes de mercado para avaliação e entendimento de nossa operação.

Este relatório complementa essas iniciativas e demonstra nosso empenho em evoluir constantemente nossas práticas de divulgação. Em 2013, unificamos nosso relatório anual, formulário 20-F e prospectos de dívida no Relatório Anual Consolidado. Desde então, buscamos trazer para o documento mais objetividade e melhor alinhamento com informações requeridas por outros formulários regulatórios. Em 2015, fomos reconhecidos em três categorias no Premio IR Magazine Awards Brazil 2015, incluindo a de Melhor Relatório Anual.

Neste documento, falamos sobre o perfil da organização, incluindo sua história, estratégias, principais acionistas, negócios e presença no Brasil e no exterior. Descrevemos, também, nossa estrutura e práticas de governança corporativa, que contemplam, dentre outras informações, os currículos dos nossos administradores. Na seção sobre gestão de riscos, detalhamos a estrutura e práticas de controle e mitigação inerentes à atividade bancária. Neste mesmo capítulo, reformulamos a descrição dos fatores de riscos, que representam os principais eventos que poderiam impactar significativamente nossos negócios. Por fim, detalhamos a performance financeira do Itaú Unibanco em 2015, de acordo com as normas internacionais do IFRS.

Continuamos buscando excelência no atendimento ao nosso público de relacionamento, disponibilizando diversos canais de comunicação com o mercado, dos quais destacamos o site de Relações com Investidores: www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores e nossas páginas no [Facebook](#) e no [Twitter](#). Nos sentiremos honrados em receber vossas sugestões no endereço de e-mail: relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br.

Desejo a todos uma ótima leitura.

Cordialmente,

Eduardo Vassimon – CFO & CRO

Desempenho Financeiro

Principais

Políticas Contábeis

Informações Gerais

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluídas neste relatório anual, envolve algumas premissas baseadas em nossa experiência histórica e em outros fatores que consideramos razoáveis e importantes. Embora revisemos as estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e o resultado das nossas operações frequentemente exigem que a nossa administração tome decisões com relação aos efeitos sobre a nossa condição financeira e os resultados das nossas operações. Os comentários a seguir descrevem os aspectos que requerem julgamento significativo, ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação de políticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e os resultados das nossas operações. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados, segundo diferentes variáveis, premissas ou condições.

Uso de Estimativas e Premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com o IFRS, exige que a administração faça estimativas e parta de premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos, na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os valores informados de receita e despesa, ganhos e perdas, durante o período do relatório, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos com base nessas estimativas e premissas.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com o IFRS e representam as melhores estimativas atuais, feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, a partir de experiências passadas e outros fatores.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está relacionada à nossa estimativa de prováveis perdas da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. Para determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a carteira é classificada em duas categorias, para as quais são utilizadas metodologias específicas na estimativa de seus prejuízos, sendo os empréstimos analisados individualmente e coletivamente.

- Empréstimos e arrendamentos analisados individualmente (correspondem à nossa carteira de grandes empresas): a análise individual é feita para a verificação da perda do valor recuperável (*impairment*). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa da companhia beneficiária do empréstimo. Os empréstimos aos quais essa hipótese não se aplica são classificados com base em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, envolvendo julgamentos relacionados à identificação dos fatores de risco e à atribuição de uma classificação.
- Empréstimos analisados coletivamente (correspondem às carteiras (i) de pessoas físicas; (ii) de micro, pequenas e médias empresas; e (iii) de unidades externas – América Latina): são subdivididos em classes, quando apropriado, com base em seus riscos e características subjacentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por carteira, com base na experiência histórica e por meio de julgamentos e premissas.

Muitos fatores afetam a estimativa de perdas em cada uma das categorias cuja provisão é estimada para a carteira como um todo, tais como a metodologia usada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico relevante a ser considerado. Além disso, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, as tendências de qualidade de crédito, o volume e o crescimento verificados em cada carteira. Apresentamos a seguir as informações sobre nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	Em 31 de Dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa					
Saldo reconhecido no Balanço Patrimonial no início do período	22.392	22.235	25.713	23.873	19.994
Baixas	(20.065)	(18.675)	(21.769)	(22.142)	(16.159)
Pessoas físicas	(11.235)	(12.668)	(13.541)	(12.317)	(8.655)
Cartão de crédito	(4.055)	(3.784)	(3.513)	(4.073)	(3.038)
Crédito pessoal	(5.221)	(5.150)	(6.247)	(4.895)	(3.222)
Crédito consignado	(622)	(429)	(480)	(472)	(308)
Veículos	(1.294)	(3.254)	(3.263)	(2.840)	(2.013)
Crédito imobiliário	(43)	(51)	(38)	(37)	(74)
Grandes empresas	(4.321)	(672)	(478)	(556)	(122)
Micro, pequenas e médias empresas	(3.981)	(4.992)	(7.573)	(9.209)	(7.118)
Unidades externas – América Latina	(528)	(343)	(177)	(60)	(264)
Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado	24.517	18.832	17.856	23.982	20.038
Saldo reconhecido no Balanço Patrimonial no final do período ⁽¹⁾	26.844	22.392	22.235	25.713	23.873

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de Dezembro de

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2015	2014	2013	2012	2011
Recuperação de créditos baixados	4.779	5.054	5.061	4.663	5.477
Pessoas físicas	1.886	2.077	2.058	1.917	2.362
Cartão de crédito	590	663	653	515	616
Crédito pessoal	563	577	525	427	446
Crédito consignado	458	453	278	172	160
Veículos	202	324	499	656	956
Crédito imobiliário	73	60	103	147	184
Grandes empresas	1.411	1.518	1.490	1.274	1.455
Micro, pequenas e médias empresas	792	893	1.003	1.082	1.355
Unidades externas – América Latina	690	566	510	390	305
Baixas líquidas	(15.286)	(13.621)	(16.708)	(17.479)	(10.682)
Relação de baixas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	4,3	4,4	5,7	6,2	5,1
Relação de baixas líquidas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	3,3	3,2	4,4	4,9	3,3
Relação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil (%)	5,7	4,9	5,4	7,0	6,9

(1) Os valores contábeis dos créditos para pessoas físicas cresceram R\$ 435 milhões em 2013 devido à aquisição de empresas conforme explicado nas Demonstrações Contábeis Completas (IFRS).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, baixamos o montante total de R\$ 20.065 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 5,7%. O aumento no volume de créditos baixados é resultado da piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baixamos o montante total de R\$ 18.675 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 4,9%. A diminuição no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baixamos o montante total de R\$ 21.769 milhões da nossa carteira de crédito e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos chegou a 5,4%. A diminuição no volume de créditos baixados é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, baixamos o montante total de R\$ 22.142 milhões da nossa carteira de crédito e o nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 7,0%. O aumento no volume de créditos baixados é consequência do aumento da inadimplência, em 2011 e no início de 2012, associado ao aumento no volume da nossa carteira de cartões de crédito, empréstimos pessoais, e clientes pequenas e médias empresas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, baixamos o montante total de R\$ 16.159 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos era de 6,9%. Nosso índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa, em relação ao total das operações de crédito, aumentou 0,1 ponto percentual, em comparação ao ano anterior, uma vez que o volume de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro baixado manteve o mesmo nível em 2011. Esse nível foi mantido como resultado do aumento da taxa de inadimplência em 2009 e 2010, aliado ao forte crescimento da carteira de crédito e arrendamento mercantil financeiro em 2011.

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem, principalmente, os valores mobiliários classificados em mantidos para negociação e disponíveis para venda, e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os valores mobiliários classificados como “mantidos até o vencimento” são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, cujo valor justo correspondente é apresentado nas notas de nossas demonstrações contábeis consolidadas. Apresentamos a seguir informações sobre o valor justo de nossos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Instrumentos financeiros registrados por valor justo

Em 31 de Dezembro de

	2015	2014	2013
Ativos			
Mantidos para negociação	164.311	132.944	148.860
Designados a valor justo através do resultado	642	733	371
Derivativos	26.755	14.156	11.366
Disponível para venda	86.045	78.360	96.626
Total	277.753	226.193	257.223
Derivativos/ativo total (%)	9,6	6,3	4,4
Passivo			
Mantidos para negociação derivativos	412	520	371
Derivativos	31.071	17.350	11.405
Total	31.483	17.870	11.776
Derivativos/passivo total (%)	98,7	97,1	96,8

Apuramos o valor justo de nossos instrumentos financeiros com base no International Financial Reporting Standard 13 (IFRS 13), por meio do qual é definido o valor justo como sendo a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo transferido em uma transação acordada entre participantes do mercado.

De acordo com o IFRS 13, existem diferentes níveis de dados que podem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como níveis 1, 2 e 3.

- Nível 1: os dados observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos;
- Nível 2: os dados observáveis refletem as informações de ativos e passivos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: as informações de ativos e passivos não baseados em dados de mercado observáveis, ou seja, aqueles que apresentam pouca atividade de mercado na data de mensuração. Apresentamos a seguir informações sobre nossos instrumentos financeiros de Nível 3, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Nível 3	Em 31 de Dezembro de		
	2015	2014	2013
Mantidos para negociação	60	790	27
Disponíveis para venda	4.259	5.404	6.489
Derivativos (líquido)	1.218	77	119
Total	5.537	6.271	6.635
(Mantidos para negociação + disponíveis para venda)/total nível 3 (%)	78,0	98,8	98,2

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 31 – Valor justo dos instrumentos financeiros](#) para mais detalhes.

Também é necessário um julgamento específico para determinar se existe uma evidência objetiva de que um ativo financeiro – ou grupo de ativos financeiros – sofreu perda do valor recuperável. Caso haja essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração de resultado. Os principais fatores usados pela administração para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro tenha sofrido perda do valor recuperável incluem o período observado e a perda, o grau de perda, se fomos obrigados a vender os títulos antes da recuperação, e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 2 – Principais políticas contábeis](#) para mais detalhes sobre outras políticas contábeis importantes.

Passivos Contingentes

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, inclusive ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas de nossa administração, levando em consideração o parecer de assessores legais, quando da probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas com base na probabilidade de perdas, como segue:

- Prováveis: passivos reconhecidos na rubrica “provisões” em nosso balanço patrimonial consolidado;
- Possíveis: passivos divulgados em nossas demonstrações contábeis, mas nenhuma provisão é registrada; e
- Remotas: passivos não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes para os quais são registradas provisões e os classificados em possível de perda são avaliados com base em nossas melhores estimativas, para as quais utilizamos modelos e critérios que permitam uma avaliação adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Alterações Significativas nas Normas Contábeis

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 2.2 – Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes](#) para mais detalhes sobre mudanças significativas nas normas contábeis.

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e as nossas demonstrações contábeis, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou BRGAAP, aplicáveis às instituições cujo funcionamento depende de autorização do Banco Central. Os princípios e as normas contábeis, geralmente aplicáveis segundo o BRGAAP, incluem aqueles estabelecidos por meio da legislação societária brasileira, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – cujo início de emissão de normas foi em 2007 –, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No caso de empresas sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a vigência dos pronunciamentos contábeis emitidos por entidades como o CPC depende da aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também estabelece a data de vigência de quaisquer pronunciamentos relacionados às instituições financeiras. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor.

Regulamentação Aplicável para Apresentação das Demonstrações Contábeis

A regulamentação brasileira estabelece regras específicas para a consolidação das demonstrações contábeis pelas instituições financeiras. De acordo com as normas atuais do Banco Central, todas as instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar demonstrações contábeis consolidadas, incluindo investimentos em companhias que elas detêm, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, e pelas quais, essas instituições financeiras possuem (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Essa regulamentação aplica-se a todo o grupo ao qual a instituição financeira pertence.

Ativos

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Informações gerais

Apresentamos a seguir a nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro 2015, 2014 e 2013.

Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 13 – Investimentos em associadas e entidades controladas](#). Ativos financeiros para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 2 – Principais políticas contábeis](#) para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2015, detínhamos títulos emitidos pelo governo federal brasileiro, classificados como títulos públicos do governo brasileiro – no país, com valor contábil e valor de mercado agregados de R\$ 181.574 milhões e R\$ 177.101 milhões, respectivamente, representando 155,27% de nosso patrimônio líquido consolidado nessa data. Em 31 de dezembro de 2015, não detínhamos títulos de nenhum outro emissor que, no valor contábil agregado, representassem mais de 10% de nosso patrimônio líquido consolidado. Isso se deve à nossa gestão conservadora de ativos e passivos e de nossa liquidez em moeda local, mantida em títulos emitidos pelo governo federal brasileiro. Além disso, os títulos emitidos pelo governo federal são aceitos como depósitos em nossas operações na BM&FBovespa.

Mantidos para negociação

Apresentamos a seguir os ativos adquiridos e incorridos, com o intuito de venda em curto prazo, quando são parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados como um todo e para os quais existe um histórico recente de vendas em curto prazo. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo através do resultado](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2015	% do total	2014	% do total	2013	% do total
Ativos financeiros mantidos para negociação	164.311	100,0	132.944	100,0	148.860	100,0
Fundos de investimento	1.051	0,6	870	0,7	1.062	0,7
Títulos públicos – governo brasileiro	121.484	73,9	88.307	66,4	113.039	75,9
Títulos públicos do governo brasileiro	117.053	71,2	86.393	65,0	111.135	74,7
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	4.431	2,7	1.914	1,4	1.904	1,3
Títulos públicos – exterior	1.149	0,7	1.540	1,2	679	0,5
Argentina	696	0,4	628	0,5	99	0,1
Estados Unidos	132	0,1	448	0,3	18	0,0
México	3	0,0	3	0,0	182	0,1
Chile	36	0,0	132	0,1	6	0,0
Paraguai	68	0,0	128	0,1	-	-
Uruguai	40	0,0	41	0,0	41	0,0
Colômbia	72	0,0	88	0,1	226	0,2
Bélgica	-	-	-	-	107	0,1
Outros	102	0,1	72	0,1	-	-
Títulos de dívida de empresas	40.627	24,7	42.227	31,8	34.080	22,9
Ações negociáveis	2.161	1,3	2.351	1,8	2.896	1,9
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	1	-	12	0,0
Certificados de depósito bancário	2.583	1,6	3.281	2,5	3.006	2,0
Debêntures	4.522	2,8	4.243	3,2	5.097	3,4
Eurobonds e assemelhados	991	0,6	1.061	0,8	1.278	0,9
Letras financeiras	30.367	18,5	30.711	23,1	21.566	14,5
Notas promissórias	-	-	577	0,4	27	0,0
Outros	3	0,0	2	0,0	198	0,1
Ativos financeiros mantidos para negociação como porcentagem do total do ativo (%)	12,9		11,8		14,5	

Destacamos que os títulos do governo brasileiro representaram mais de 71,2% da nossa carteira de títulos mantidos para negociação em 2015. Esses títulos representaram 9,2% do total de ativos no mesmo período.

Disponíveis para venda

Relacionamos a seguir os ativos financeiros que, quando do julgamento da administração, podem ser vendidos em resposta ou em antecipação às alterações nas condições de mercado e não são classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, como empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 10 – Ativos financeiros disponíveis para venda](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de 2015		2014		2013	
	2015	% do total	2014	% do total	2013	% do total
Ativos financeiros disponíveis para venda	86.045	100,0	78.360	100,0	96.626	100,0
Fundos de investimento	218	0,3	141	0,2	211	0,2
Títulos públicos – governo brasileiro	29.108	33,8	25.625	32,7	39.648	41,0
Títulos públicos do governo brasileiro	11.796	13,7	14.391	18,4	27.939	28,9
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	17.312	20,1	11.234	14,3	11.709	12,1
Títulos públicos – exterior	9.883	11,5	8.619	11,0	8.658	9,0
Estados Unidos	2.022	2,3	726	0,9	1.101	1,1
Itália	-	-	70	0,1	94	0,1
Dinamarca	2.548	3,0	2.699	3,4	2.631	2,7
Espanha	1.060	1,2	783	1,0	-	-
Coreia	1.626	1,9	1.782	2,3	2.455	2,5
Chile	1.407	1,6	1.119	1,4	1.047	1,1
Paraguai	912	1,1	849	1,1	638	0,7
Uruguai	178	0,2	243	0,3	420	0,4
Bélgica	-	-	57	0,1	51	0,1
França	-	-	133	0,2	88	0,1
Holanda	122	0,1	151	0,2	126	0,1
Outros	8	0,0	7	0,0	7	0,0
Títulos de dívida de empresas	46.836	54,4	43.975	56,1	48.109	49,8
Ações negociáveis	928	1,1	1.999	2,6	2.025	2,1
Certificados de recebíveis imobiliários	2.037	2,4	2.522	3,2	12.275	12,7
Certificados de depósito bancário	1.573	1,8	1.281	1,6	2.181	2,3
Debêntures	22.835	26,5	20.245	25,8	15.507	16,0
Eurobonds e assemelhados	10.112	11,8	6.707	8,6	4.896	5,1
Notas promissórias	991	1,2	1.397	1,8	1.227	1,3
Cédula de produtor rural	1.130	1,3	1.408	1,8	625	0,6
Letras financeiras	6.846	8,0	8.005	10,2	8.804	9,1
Outros	384	0,4	411	0,5	569	0,6
Ativos financeiros disponíveis para venda como porcentagem do total do ativo (%)	6,7		7,0		9,4	

Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas representaram 13,7% e 54,4%, respectivamente, de nossa carteira de títulos disponíveis para venda em 2015. Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívidas de empresas, classificados como títulos disponíveis para venda, usados como proteção à nossa carteira de dívida subordinada, representaram 1,4% e 3,7%, respectivamente, do total de ativos no mesmo período.

Mantidos até o vencimento

Relacionamos a seguir os ativos financeiros não derivativos, aos quais tivemos a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 11 – Ativos financeiros mantidos até o vencimento](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de					
	2015	% do total	2014	% do total	2013	% do total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	42.185	100,0	34.434	100,0	10.116	100,0
Títulos públicos – governo brasileiro	26.509	62,9	20.859	60,6	10.092	99,8
Títulos públicos do governo brasileiro	11.721	27,8	10.555	30,7	3.778	37,4
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	14.788	35,1	10.304	29,9	6.314	62,4
Títulos públicos – exterior	15	-	26	0,1	23	0,2
Títulos de dívida de empresas	15.661	37,1	13.549	39,3	1	0,0
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Eurobonds e assemelhados	4	0,0	2	0,0	1	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	15.657	37,1	13.547	39,3	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento como porcentagem do total do ativo (%)	3,3		3,1		1,0	

Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*), conforme determinado pela regulamentação brasileira. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 8 – Derivativos](#) para mais detalhes. A nossa carteira de derivativos (ativos e passivos) é composta por futuros, termos, *swaps*, opções e derivativos de crédito, conforme demonstrado na tabela a seguir.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Instrumentos Financeiros Derivativos	Em 31 de dezembro de					
	2015	% do total	2014	% do total	2013	% do total
Ativo						
Contratos de futuros	529	2,0	-	-	-	-
Contratos de opções	5.583	20,9	2.872	20,3	1.717	15,1
Contratos a termo (Brasil)	3.166	11,9	2.394	16,9	3.315	29,2
Contratos de <i>swaps</i> – ajuste a receber	9.147	34,2	4.816	34,0	4.442	39,1
Derivativos de crédito	614	2,3	122	0,9	686	6,0
Contratos a termo (<i>offshore</i>)	3.430	12,8	2.106	14,9	555	4,9
Verificação de <i>swap</i> – empresas	355	1,3	93	0,7	88	0,8
Outros	3.931	14,7	1.753	12,4	563	5,0
Total de instrumentos financeiros derivativos – Ativo	26.755	100,0	14.156	100,0	11.366	100,0
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo (%)	2,1		1,3		1,1	
Passivo						
Contratos de futuros	-	-	(354)	2,0	(33)	0,3
Contratos de opções	(5.783)	18,6	(3.057)	17,6	(1.921)	16,8
Contratos a termo (Brasil)	(833)	2,6	(682)	3,9	(1.862)	16,3
Contratos de <i>swaps</i> – ajuste a pagar	(16.331)	52,6	(9.534)	55,0	(6.111)	53,6
Derivativos de crédito	(875)	2,8	(179)	1,0	(391)	3,4
Contratos a termo (<i>offshore</i>)	(3.142)	10,1	(1.693)	9,8	(560)	4,9
Verificação de <i>swap</i> – empresas	(545)	1,8	(229)	1,3	(145)	1,3
Outros	(3.562)	11,5	(1.622)	9,3	(382)	3,3
Total de instrumentos financeiros derivativos – Passivo	(31.071)	100,0	(17.350)	100,0	(11.405)	100,0
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo e patrimônio líquido (%)	2,4		1,5		1,1	

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de

Distribuição de nossos ativos financeiros por vencimento

	Sem vencimento		Vencimento em 1 ano ou menos		Vencimento entre 1 ano e 5 anos		Vencimento entre 5 anos e 10 anos		Vencimento após 10 anos		Total	
	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)	R\$	Rendimento médio (%)
Ativos financeiros mantidos para negociação, a valor justo	3.212		32.722		57.702		65.436		5.240		164.311	
Fundos de investimento ⁽¹⁾	1.051	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.051	0,0
Títulos públicos – governo brasileiro	-	-	17.502	-	33.965	-	64.829	-	5.188	-	121.484	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	0,0	17.304	1,5	30.229	2,8	64.482	1,4	5.038	1,1	117.053	1,7
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	0,0	198	0,0	3.735	11,0	347	14,6	150	38,1	4.431	11,7
Títulos públicos – exterior	-	-	1.000	-	110	-	3	-	38	-	1.149	-
Argentina	-	0,0	695	1,4	1	5,6	1	5,3	0	0,0	696	1,4
Estados Unidos	-	0,0	86	0,0	46	0,0	-	0,0	-	0,0	132	0,0
México	-	0,0	1	9,5	1	6,7	0	2,0	0	12,6	3	8,0
Chile	-	0,0	35	0,6	0	0,0	-	0,0	1	0,0	36	0,6
Paraguai	-	0,0	68	0,1	-	0,0	-	0,0	-	0,0	68	0,2
Uruguai	-	0,0	29	7,6	10	10,5	1	14,3	1	8,2	40	8,6
Colômbia	-	0,0	32	1,0	4	3,6	1	20,9	36	3,8	72	2,7
Outros	-	0,0	53	0,0	48	0,0	1	25,3	0	21,6	102	0,2
Títulos de dívida de empresas	2.161	-	14.220	-	23.627	-	604	-	14	-	40.627	-
Ações negociáveis	2.161	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	2.161	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Certificados de depósito bancário	-	0,0	2.504	0,2	79	0,0	0	0,0	-	0,0	2.583	0,2
Debêntures	-	0,0	474	0,7	3.494	1,3	552	8,9	2	0,1	4.522	2,2
Eurobonds e assemelhados	-	0,0	167	1,9	769	2,5	43	1,5	12	10,5	991	2,5
Letras financeiras	-	0,0	11.076	3,7	19.285	0,8	6	0,0	-	0,0	30.367	1,8
Notas promissórias	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Outros	-	0,0	-	0,0	-	0,0	3	0,8	-	0,0	3	0,7
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado –												
 Títulos públicos – governo brasileiro – Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-		-		642		-		-		642	
Derivativos	-		15.845		8.116		2.794				26.755	
Ativos financeiros disponíveis para venda, a valor justo	1.145		21.778		35.098		15.682		12.342		86.045	
Fundos de investimento ⁽¹⁾	217	0,0	-	0,0	1	0,0	-	0,0	-	0,0	218	0,0
Títulos públicos – governo brasileiro	-	-	1.491	-	7.210	-	11.103	-	9.304	-	29.108	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	0,0	1.491	11,5	1.443	16,6	4.183	15,5	4.679	19,0	11.796	16,5
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	0,0	-	0,0	5.767	6,1	6.920	7,7	4.626	7,9	17.312	7,1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos – exterior	-	-	8.066	-	1.750	-	66	-	1	-	9.883	-
Estados Unidos	-	0,0	1.120	0,1	902	0,2	-	0,0	-	0,0	2.022	0,1
Itália	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Dinamarca	-	0,0	2.061	0,5	487	0,5	-	0,0	-	0,0	2.548	0,5
Espanha	-	0,0	1.060	1,9	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.060	1,9
Coreia	-	0,0	1.626	1,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1.626	1,0
Chile	-	0,0	1.388	2,8	19	2,0	-	0,0	-	0,0	1.407	2,8
Paraguai	-	0,0	759	3,7	153	3,5	-	0,0	-	0,0	912	3,7
Uruguai	-	0,0	52	5,6	59	4,2	66	0,8	1	0,9	178	3,3
Bélgica	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
França	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
Holanda	-	0,0	-	0,0	122	0,4	-	0,0	-	0,0	122	0,4
Outros	-	0,0	-	0,0	8	0,5	-	0,0	-	0,0	8	0,5
Títulos de dívida de empresas	928	-	12.221	-	26.137	-	4.513	-	3.037	-	46.836	-
Ações negociáveis	928	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	928	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	2.037	1,3	2.037	1,3
Certificados de depósito bancário	-	0,0	1.571	2,2	-	0,0	2	0,0	-	0,0	1.573	2,2
Debêntures	-	0,0	1.866	11,5	16.123	7,1	3.954	8,0	892	4,8	22.835	7,5
Eurobonds e assemelhados	-	0,0	2.463	1,0	7.071	1,3	499	0,3	79	19,3	10.112	1,3
Notas promissórias	-	0,0	785	4,6	206	0,1	-	0,0	-	0,0	991	3,7
Cédula de produtor rural	-	0,0	633	2,9	439	4,7	58	4,5	-	0,0	1.130	3,7
Letras financeiras	-	0,0	4.781	15,8	2.065	9,9	-	0,0	-	0,0	6.846	14,0
Outros	-	0,0	122	3,7	233	4,2	-	0,0	29	43,6	384	7,0
Ativos financeiros mantidos até o vencimento, ao custo amortizado	-		661		14.500		18.870		8.154		42.185	
Títulos públicos – governo brasileiro	-	-	-	-	12.366	-	11.397	-	2.746	-	26.509	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	0,0	-	0,0	7.547	17,9	1.429	56,0	2.746	35,8	11.721	26,8
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	0,0	-	0,0	4.820	11,7	9.968	17,2	-	0,0	14.788	15,4
Títulos públicos – exterior	-	-	-	-	-	-	0	-	15	-	15	-
Uruguay	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0	0,0	15	0,0	15	0,0
Títulos de dívida de empresas	-	-	661	-	2.134	-	7.472	-	5.394	-	15.661	-
Debêntures	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	(0)	0,0	-	0,0
Eurobonds e assemelhados	-	0,0	-	0,0	0	0,0	4	0,0	-	0,0	4	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	-	0,0	661	9,8	2.134	10,0	7.468	2,4	5.394	0,3	15.657	3,0

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos, pois tais rendimentos não são significativos porque os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

(Em milhões de R\$)

Distribuição de nossos ativos financeiros por moeda	Valor Justo				Custo amortizado	Total
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados a valor justo	Derivativos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	
Em 31 de dezembro de 2015	164.311	642	26.755	86.045	42.185	319.938
Denominado em moeda brasileira	154.737	505	7.445	51.621	27.378	241.686
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	3.043	-	10.044	791	-	13.878
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	6.531	137	9.266	33.633	14.807	64.374
Em 31 de dezembro de 2014	132.944	733	14.156	78.360	34.434	260.627
Denominado em moeda brasileira	126.404	626	5.519	55.152	24.102	211.803
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.190	-	2.948	571	-	5.709
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	4.350	107	5.689	22.637	10.332	43.115
Em 31 de dezembro de 2013	148.860	371	11.366	96.626	10.116	267.339
Denominado em moeda brasileira	141.958	263	5.682	73.799	3.779	225.481
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.114	-	2.627	484	-	5.225
Denominado em moeda estrangeira ⁽¹⁾	4.788	108	3.057	22.343	6.337	36.633

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

Com o objetivo de analisar a exposição às variações nas taxas de câmbio, apresentamos a seguir a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015, em reais e em moeda estrangeira. Para fins do valor justo de instrumentos financeiros derivativos, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 7 – Ativos financeiros mantidos para negociação e designados a valor justo através do resultado](#) e [Nota 36 – Gerenciamento de riscos financeiros](#).

(Em milhões de R\$)

Instrumentos financeiros derivativos (valores nominais)	Em 31 de dezembro de	
	Moeda brasileira	Denominado em ou vinculado à moeda estrangeira
Contratos de swap		
Compromissos de compra (venda), líquidos	10.428	(19.276)
Contratos a termo		
Compromissos de compra (venda), líquidos	(38.984)	(6.234)
Contratos de futuros		
Compromissos de compra (venda), líquidos	(116.248)	(95.129)
Contratos de opções		
Compromissos de compra (venda), líquidos	3.726	4.827
Outros		
Compromissos de compra (venda), líquidos	(2.306)	13.796

Exposição aos países GIIPS

Em 31 de dezembro de 2015, nossa exposição bruta aos títulos soberanos dos países da Zona do euro (GIIPS – Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha), bem como às instituições financeiras, grandes e pequenas empresas e pessoas físicas domiciliadas nesses países, é apresentada na tabela a seguir:

(Em milhões de R\$)

Segmento	Em 31 de dezembro de 2015					
	Crédito	Coobrigação	Título soberano	Bond	Derivativo	Exposição Total
Itália	135	-	-	-	-	135
Grandes Empresas	135	-	-	-	-	135
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
Portugal	240	-	-	-	-	240
Grandes Empresas	240	-	-	-	-	240
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-
Espanha	1.350	567	1.060	-	13	2.990
Grandes Empresas	1.350	535	-	-	1	1.886
Instituições Financeiras	-	32	1.060	-	12	1.104
Total	1.725	567	1.060	-	13	3.365

A exposição bruta demonstrada anteriormente, relacionada principalmente à nossa exposição às operações de crédito para grandes empresas, totalizou R\$ 1.725 milhões em 31 de dezembro de 2015, com coobrigações no montante de R\$ 567 milhões. Essa exposição foi calculada com base em nosso valor realizável estimado, atualizado dependendo da sua natureza (como valores mantidos em contas correntes utilizadas para recebíveis de clientes, investimentos financeiros, imóveis, máquinas e equipamentos ou outros),

exceto por garantias oferecidas por terceiros quando o valor corresponde à dívida em aberto. Nossos derivativos relacionados com os países GIIPS totalizavam R\$ 13 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Reservas Compulsórias sobre Depósitos Mantidas no Banco Central

O Banco Central exige que as instituições financeiras brasileiras mantenham reservas para depósitos. Essa exigência é uma ferramenta utilizada pelo Banco Central para controlar a liquidez do sistema financeiro brasileiro, para fins de política monetária e mitigação de risco. Tal exigência é aplicada a saldos de depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Veja a seguir a regra aplicada em cada tipo de aplicação:

Depósitos Compulsórios	Regulamentação ⁽¹⁾	Remuneração	2015	2014	2013
Depósito à vista					
Compulsório	Circular nº 3.632	Zero	45%	45%	44%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	0%	0%	0%
Rural ⁽²⁾	Resolução nº 4.096	Zero	34%	34%	34%
Microcrédito ⁽²⁾	Resolução nº 4.000	Zero	2%	2%	2%
Poupança⁽³⁾					
Compulsório	Circular nº 3.093	TR + 6,17% a.a.	24,5%	20%	20%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	5,5%	10%	10%
Financiamento imobiliário ⁽²⁾	Resolução nº 3.932	Zero	65%	65%	65%
Depósito a prazo e interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil					
Compulsório	Circular nº 3.569	SELIC	25%	20%	20%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	11%	11%	11%

(1) Regulação mais recente sobre o assunto.

(2) Trata-se de aplicação obrigatória de recursos que são feitas em operações elegíveis para tanto, ou seja, o numerário é cedido para os outros entes econômicos.

(3) Remuneração sobre os recursos de depósitos de poupança:

Para depósitos efetuados até 05/03/2012, inclusive: TR + 6,17 a.a.

Para depósitos efetuados após 05/03/2012: a. Se a meta da taxa Selic > 8,5% a.a.: TR + 6,17 a.a. b. Se a meta da taxa Selic ≤ 8,5% a.a.: TR + 70% da meta da taxa Selic a.a.

Em 2015, o Banco Central promulgou um conjunto de regras alterando as exigências de depósitos compulsórios que devem ser mantidos no Banco Central pelas instituições financeiras brasileiras, como mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro.

As alíquotas que regem os recolhimentos de depósitos compulsórios são alteradas, frequentemente, pelo Banco Central conforme o cenário econômico e seus objetivos em relação à política monetária.

As exigências de depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo (atualmente aplicável a nós à alíquota de 25,0%), depósitos à vista (atualmente à alíquota

de 45,0%), depósitos em poupança (atualmente à alíquota de 24,5%, e de 15,5% para depósitos de poupança rural) representam quase a totalidade do valor a ser depositado no Banco Central. No entanto, o Banco Central também estabelece uma exigência de reserva adicional sobre depósitos captados por bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, companhias de financiamento, crédito e investimento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo, com base em critérios específicos.

Em 31 de dezembro de 2015, registramos depósitos compulsórios em espécie no valor de R\$ 66.556 milhões comparado a R\$ 63.106 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 62.766 milhões em depósitos remunerados comparados a R\$ 59.714 milhões em dezembro de 2014, conforme indicado na tabela a seguir. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 5 – Depósitos compulsórios no Banco Central](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Depósitos compulsórios	2015		2014		2013	
	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios	R\$	% do Total dos Depósitos Compulsórios
Depósitos não Remunerados ⁽¹⁾	3.790	5,7	3.392	5,4	5.133	6,7
Depósitos Remunerados ⁽²⁾	62.766	94,3	59.714	94,6	71.877	93,3
Total	66.556	100,0	63.106	100,0	77.010	100,0

(1) Relacionados basicamente a depósitos à vista.

(2) Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Operações de crédito e arrendamento mercantil

De forma substancial, todos os nossos empréstimos destinam-se a clientes domiciliados no Brasil e estão expressos em reais. Adicionalmente, 53,4% de nossa carteira de crédito consiste de transações com taxas de juros fixas e 46,6% de transações com taxas de juros variáveis.

Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar dos EUA. A parcela de nossa carteira em moeda estrangeira consiste em empréstimos e financiamentos à importação e à exportação e repasses. Nossos empréstimos indexados em moedas estrangeiras ou expressos em dólares dos EUA representaram 27,1%, 24,7% e 28,7%

da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Vide a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros – 5, Exposição ao risco de crédito](#).

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Segmento

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito de acordo com o segmento de operação de crédito e arrendamento mercantil:

- A carteira de pessoas físicas consiste principalmente em cartões de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial), financiamento de veículos e crédito imobiliário;
- A carteira de grandes empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos;
- A carteira de micro, pequenas e médias empresas corresponde a empréstimos para empresas de pequeno e médio porte; e
- A carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composta principalmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas pelas nossas operações na Argentina, no Chile, Paraguai e Uruguai.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de

Operações de crédito e arrendamento mercantil, por tipo ⁽¹⁾	2015			2014		2013
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoas físicas	187.220	14.717	185.953	13.385	167.431	13.853
Cartão de crédito	58.542	4.141	59.321	3.740	53.149	2.952
Crédito pessoal	28.396	8.330	27.953	7.024	26.635	6.488
Crédito consignado	45.434	1.319	40.525	1.107	22.571	1.133
Veículos	20.058	874	29.047	1.469	40.584	3.245
Crédito imobiliário	34.790	53	29.107	45	24.492	35
Grandes empresas	139.989	6.115	135.928	2.899	121.185	1.775
Micro, pequenas e médias empresas	78.576	5.153	79.912	5.373	81.558	6.085
Unidades externas – América Latina	68.463	859	50.638	735	41.528	522
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	474.248	26.844	452.431	22.392	411.702	22.235

(1) Classificamos todas as operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias como Operações de crédito de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R\$ 19.458 milhões, R\$ 16.514 milhões e R\$ 18.065 milhões em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. O total das operações de crédito renegociadas no balanço das operações de crédito de curso anormal apresentado acima era de R\$ 3.417, R\$ 3.346 milhões, R\$ 4.627 milhões em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal são apresentadas acima na categoria apropriada das operações de crédito e arrendamento mercantil. A receita de juros determinada em nossas operações de crédito de curso anormal líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2015, 2014 e 2013 era R\$ 1.882 milhões, R\$ 1.623 milhões, R\$ 1.681 milhões, respectivamente.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por vencimento

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito por vencimento, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas, conforme a modalidade.

(Em milhões de R\$)

Parcelas a vencer

Em 31 de dezembro de 2015

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	29.595	23.792	18.033	20.223	57.755	27.667	177.065
Cartão de crédito	21.997	16.998	9.193	4.174	161	-	52.523
Crédito pessoal	4.909	2.115	2.314	4.060	11.777	168	25.343
Crédito consignado	1.392	2.591	3.651	6.692	28.781	1.936	45.043
Veículos	1.052	1.760	2.414	4.301	9.919	1	19.447
Crédito imobiliário	245	328	461	996	7.117	25.562	34.709
Grandes empresas	15.551	15.506	14.688	20.316	58.874	13.451	138.386
Micro, pequenas e médias empresas	13.482	14.450	9.305	13.103	24.961	571	75.872
Unidades externas – América Latina	8.599	7.673	8.045	7.370	19.313	16.329	67.329
Total⁽¹⁾	67.227	61.421	50.071	61.012	160.903	58.018	458.652

(1) Inclui R\$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Parcelas a vencer

Em 31 de dezembro de 2014

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	29.985	25.941	20.510	23.392	54.906	22.651	177.385
Cartão de crédito	21.658	17.658	9.841	4.740	217	-	54.114
Crédito pessoal	5.137	3.074	3.488	5.346	8.749	18	25.812
Crédito consignado	1.259	2.328	3.290	6.082	25.614	1.744	40.317
Veículos	1.482	2.516	3.496	6.348	14.267	1	28.110
Crédito imobiliário	449	365	395	876	6.059	20.888	29.032
Grandes empresas	13.397	18.397	13.604	19.167	57.446	12.634	134.645
Micro, pequenas e médias empresas	11.018	16.891	9.835	13.802	25.564	440	77.550
Unidades externas – América Latina	7.494	5.703	5.394	5.388	14.055	11.743	49.777
Total⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.971	47.468	439.357

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Parcelas a vencer

Em 31 de dezembro de 2013

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	27.605	22.520	17.913	21.433	52.257	17.294	159.022
Cartão de crédito	20.182	15.184	8.625	4.357	159	-	48.507
Crédito pessoal	4.553	2.760	2.757	4.565	10.032	12	24.679
Crédito consignado	730	1.203	1.725	3.217	15.534	24	22.433
Veículos	1.942	3.098	4.389	8.333	21.266	2	39.030
Crédito imobiliário	198	275	417	961	5.266	17.256	24.373
Grandes empresas	11.279	15.958	12.132	19.411	47.900	13.555	120.235
Micro, pequenas e médias empresas	12.700	15.230	9.456	14.082	26.798	431	78.697
Unidades externas – América Latina	5.438	4.792	4.129	4.665	9.942	11.791	40.757
Total⁽¹⁾	57.022	58.500	43.630	59.591	136.897	43.071	398.711

(1) Inclui R\$ 9.045 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Parcelas vencidas⁽¹⁾

Em 31 de dezembro de 2015

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	1.840	1.000	1.014	2.708	3.557	36	10.155	187.220	(14.717)	172.503
Cartão de crédito	979	418	551	1.598	2.466	7	6.019	58.542	(4.141)	54.401
Crédito pessoal	540	406	347	876	875	9	3.053	28.396	(8.330)	20.066
Crédito consignado	72	51	44	103	105	16	391	45.434	(1.319)	44.115
Veículos	220	109	64	118	98	2	611	20.058	(874)	19.184
Crédito imobiliário	29	16	8	13	13	2	81	34.790	(53)	34.737
Grandes empresas	789	94	75	445	196	4	1.603	139.989	(6.115)	133.874
Micro, pequenas e médias empresas	593	350	317	738	689	17	2.704	78.576	(5.153)	73.423
Unidades externas – América Latina	649	120	64	118	148	35	1.134	68.463	(859)	67.604
Total⁽²⁾	3.871	1.564	1.470	4.009	4.590	92	15.596	474.248	(26.844)	447.404

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Parcelas vencidas⁽¹⁾

Em 31 de dezembro de 2014

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	1.843	910	791	1.980	2.973	71	8.568	185.953	(13.385)	172.568
Cartão de crédito	990	467	422	1.166	2.114	48	5.207	59.321	(3.740)	55.581
Crédito pessoal	433	240	243	574	645	6	2.141	27.953	(7.024)	20.929
Crédito consignado	56	30	24	50	42	6	208	40.525	(1.107)	39.418
Veículos	333	161	95	179	161	8	937	29.047	(1.469)	27.578
Crédito imobiliário	31	12	7	11	11	3	75	29.107	(45)	29.062
Grandes empresas	663	44	78	245	253	-	1.283	135.928	(2.899)	133.029
Micro, pequenas e médias empresas	522	256	264	575	702	43	2.362	79.912	(5.373)	74.539
Unidades externas – América Latina	449	86	56	126	103	41	861	50.638	(735)	49.903
Total⁽²⁾	3.477	1.296	1.189	2.926	4.031	155	13.074	452.431	(22.392)	430.039

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 8.981 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Parcelas vencidas⁽¹⁾

Em 31 de dezembro de 2013

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	1.875	849	781	1.993	2.820	91	8.409	167.431	(13.853)	153.578
Cartão de crédito	932	344	375	1.114	1.841	36	4.642	53.149	(2.952)	50.197
Crédito pessoal	353	223	227	534	616	3	1.956	26.635	(6.488)	20.147
Crédito consignado	34	17	14	32	39	2	138	22.571	(1.133)	21.438
Veículos	481	252	158	302	314	47	1.554	40.584	(3.245)	37.339
Crédito imobiliário	75	13	7	11	10	3	119	24.492	(35)	24.457
Grandes empresas	339	204	135	173	97	2	950	121.185	(1.775)	119.410
Micro, pequenas e médias empresas	610	292	285	658	981	35	2.861	81.558	(6.085)	75.473
Unidades externas – América Latina	539	76	40	51	59	6	771	41.528	(522)	41.006
Total⁽²⁾	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	12.991	411.702	(22.235)	389.467

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 9.020 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por taxa de juros

A tabela a seguir apresenta a classificação de nossa carteira de crédito segregada em taxas fixas e variáveis, inclusive as operações com parcelas vincendas e vencidas.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2015							
Parcelas a vencer ⁽¹⁾	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	17.424	23.010	19.880	24.869	79.466	53.658	218.307
Taxas fixas	49.803	38.411	30.191	36.143	81.437	4.360	240.345
Total⁽¹⁾	67.227	61.421	50.071	61.012	160.903	58.018	458.652

(1) Inclui R\$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2014							
Parcelas a vencer ⁽¹⁾	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	13.506	23.137	15.346	21.499	66.894	42.765	183.147
Taxas fixas	48.388	43.795	33.997	40.250	85.077	4.703	256.210
Total⁽¹⁾	61.894	66.932	49.343	61.749	151.971	47.468	439.357

(1) Inclui R\$ 7.533 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2013							
Parcelas a vencer ⁽¹⁾	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	11.263	19.553	12.867	22.402	55.621	40.443	162.149
Taxas fixas	45.759	38.947	30.763	37.189	81.276	2.628	236.562
Total⁽¹⁾	57.022	58.500	43.630	59.591	136.897	43.071	398.711

(1) Inclui R\$ 9.045 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2015								
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	1.166	240	156	531	347	39	2.479	220.786
Taxas fixas	2.705	1.324	1.314	3.478	4.243	53	13.117	253.462
Total⁽²⁾	3.871	1.564	1.470	4.009	4.590	92	15.596	474.248

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2014								
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	972	146	164	375	324	44	2.025	185.172
Taxas fixas	2.505	1.150	1.025	2.551	3.707	111	11.049	267.259
Total⁽²⁾	3.477	1.296	1.189	2.926	4.031	155	13.074	452.431

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 8.981 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2013								
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	755	195	165	258	185	12	1.570	163.717
Taxas fixas	2.608	1.226	1.076	2.617	3.772	122	11.421	247.985
Total⁽²⁾	3.363	1.421	1.241	2.875	3.957	134	12.991	411.702

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.

(2) Inclui R\$ 9.020 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Atividade Econômica

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Atividade Econômica	2015		2014		Em 31 de dezembro de 2013	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
Setor público	3.182	0,7	4.389	1,0	3.981	1,0
Indústria e comércio	125.386	26,5	116.506	25,7	115.025	27,8
Serviços	104.226	22,0	99.855	22,1	87.103	21,2
Setor primário	25.306	5,3	23.345	5,2	20.492	5,0
Pessoas físicas	213.622	45,0	206.094	45,5	183.548	44,6
Outros setores	2.526	0,5	2.242	0,5	1.553	0,4
Total	474.248	100,0	452.431	100,0	411.702	100,0

Em 31 de dezembro de 2015, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira e que não tinham sido divulgadas em uma categoria de empréstimos e perdas.

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Concentração

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito por concentração com relação aos valores devidos pelos devedores.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Concentração	2015		2014		Em 31 de dezembro de 2013	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
Maior devedor	4.615	1,0	4.032	0,9	4.358	1,1
10 maiores devedores	27.173	5,7	23.646	5,2	19.778	4,8
20 maiores devedores	40.831	8,6	35.325	7,8	29.935	7,3
50 maiores devedores	63.797	13,5	58.180	12,9	50.131	12,2
100 maiores devedores	85.167	18,0	79.617	17,6	69.210	16,8

Rating da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Apresentamos a seguir a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com base na probabilidade de inadimplência.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2015

Classificação interna	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidos sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Operações de crédito total
Risco baixo	340.368	3.838	-	344.206
Risco médio	76.940	6.489	-	83.429
Risco alto	12.609	6.847	-	19.456
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	27.157	27.157
Total	429.917	17.174	27.157	474.248
%	90,7	3,6	5,7	100,0

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2014

Classificação interna	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidos sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Operações de crédito total
Risco baixo	324.908	4.042	-	328.950
Risco médio	81.994	6.989	-	88.983
Risco alto	11.439	5.853	-	17.292
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	17.206	17.206
Total	418.341	16.884	17.206	452.431
%	92,5	3,7	3,8	100,0

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2013

Classificação interna	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidos sem evento de perda ⁽¹⁾	Operações de crédito com evento de perda	Operações de crédito total
Risco baixo	300.816	4.354	-	305.170
Risco médio	64.722	7.676	-	72.398
Risco alto	11.273	6.556	-	17.829
Crédito com evento de perda ⁽²⁾	-	-	16.305	16.305
Total	376.811	18.586	16.305	411.702
%	91,5	4,5	4,0	100,0

(1) As operações classificadas como Operações de crédito vencidos sem evento de perda estão vencidos entre 1 dia e 90 dias e o saldo é o total do valor principal em aberto (vencidas e a vencer).

(2) Consideramos as operações de crédito como evento de perda quando (i) as operações de crédito com grandes empresas têm uma probabilidade de inadimplência superior a 31,84%; (ii) as operações estão vencidas há mais de 90 dias; ou

(iii) as operações renegociadas estão vencidas há mais de 60 dias.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua, a garantia oferecida e o uso dos empréstimos concedidos. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio de um mecanismo de aprovação de crédito, e reportando-se à Comissão Superior de Crédito.

Em relação às operações no varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), essa classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental. As decisões

são tomadas com base em modelos de pontuação, continuamente atualizadas por uma unidade independente. Em circunstâncias limitadas, pode haver uma análise individualizada de casos específicos na qual a aprovação esteja sujeita aos níveis aplicáveis de aprovação de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias: (i) baixo; (ii) médio; (iii) alto; e (iv) *impairment*. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro – Provisão para créditos de liquidação duvidosa para mais detalhes sobre as análises individuais e coletivas.

Operações de Crédito de Curso Anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e, dessa forma, interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados àqueles empréstimos.

Baixas Contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido

ou quando é considerado sujeito à redução permanente no valor recuperável. Em geral, baixamos os empréstimos quando estes estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto aqueles com vencimento original superior a 36 meses, são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias, se for entendido que o empréstimo não é recuperável.

Consulte a seção Desempenho, [item Ativo – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil – Operações de Crédito Renegociadas](#) para mais detalhes.

Informações sobre a Qualidade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Operações de crédito de curso anormal	19.458	16.514	18.065	20.791	20.439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.844	22.392	22.235	25.713	23.873
Operações de crédito e arrendamento mercantil total	474.248	452.431	411.702	366.984	346.264
Operações de crédito de curso anormal como porcentagem do operações de crédito e arrendamento mercantil total (%)	4,1	3,7	4,4	5,7	5,9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem do operações de crédito e arrendamento mercantil total (%)	5,7	4,9	5,4	7,0	6,9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa como porcentagem de operações de crédito de curso anormal (%)	138,0	135,6	123,1	123,7	116,8

Avaliação

A nossa primeira análise é feita sobre a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou alocada coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos, com evidência objetiva de perda do valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza do financiamento, inclusive a garantia, para estimarmos o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva de perda em um crédito avaliado individualmente, seja significativo ou não, ele é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco e será então avaliado coletivamente quanto ao *impairment*. Os créditos que são avaliados individualmente, e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, para os quais exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico de execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções, menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda do valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos, pois são indicadores da dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito estabelecidas. Os fluxos de caixa futuros de um grupo de créditos que sejam avaliados coletivamente, para fins de identificação da necessidade de reconhecimento da perda do valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada, com base em dados observáveis correntes, de modo a refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada, e para excluir os efeitos de condições que não existem atualmente.

No caso de créditos individualmente significativos, sem evidência objetiva de perda do valor recuperável, essas operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) com base em fatores qualitativos e quantitativos aplicados a modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de risco de cada contrato, os *ratings* determinados segundo os modelos internos podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes para cada *rating* por meio de uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, as quais usamos nossa experiência histórica em elaboração de modelos internos para o cálculo de estimativas de probabilidade de inadimplência e do potencial de recuperação dos créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são significativos individualmente, as operações de crédito são segregadas em classes baseadas nos riscos subjacentes e nas características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes, por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito nos últimos anos.

Alocação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta o detalhamento, por segmento e classe – conforme definido na segmentação da nossa carteira – da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013			31/12/2012			31/12/2011		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total
Pessoas físicas	14.717	3,1	39,5	13.385	3,0	41,1	13.853	3,4	40,7	14.844	4,0	41,1	13.684	4,0	43,1
Cartão de crédito	4.141	0,9	12,4	3.740	0,8	13,1	2.952	0,7	12,9	2.863	0,8	11,0	3.825	1,1	11,3
Crédito pessoal	8.330	1,7	6,0	7.024	1,6	6,2	6.488	1,6	6,5	6.841	1,9	7,3	4.842	1,4	7,5
Crédito consignado	1.319	0,3	9,6	1.107	0,2	9,0	1.133	0,3	5,5	867	0,2	3,7	556	0,2	2,9
Veículos	874	0,2	4,2	1.469	0,3	6,4	3.245	0,8	9,9	4.227	1,2	14,1	4.415	1,3	17,5
Crédito imobiliário	53	-	7,3	45	-	6,4	35	-	5,9	46	-	5,0	46	-	4,0
Grandes empresas	6.115	1,3	29,5	2.899	0,6	30,0	1.775	0,4	29,4	1.356	0,4	27,3	703	0,2	26,6
Micro, pequenas e médias empresas	5.153	1,1	16,6	5.373	1,2	17,7	6.085	1,5	19,8	9.091	2,5	23,2	9.197	2,7	24,7
Unidades externas – América Latina	859	0,2	14,4	735	0,2	11,2	522	0,1	10,1	422	0,1	8,4	289	0,1	5,6
Total	26.844	5,7	100,0	22.392	4,9	100,0	22.235	5,4	100,0	25.713	7,0	100,0	23.873	6,9	100,0

Operações de Crédito Renegociadas

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2015	2014	2013	2012	2011
Operações de crédito renegociadas ⁽¹⁾	14.932	11.572	12.880	14.519	11.844
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.991	5.459	6.284	6.767	5.355
Provisão para créditos de liquidação duvidosa/operações de crédito renegociadas (%)	46,8	47,2	48,8	46,6	45,2

(1) Inclui consolidação e diferimento de dívida ou qualquer outro acordo que altere o prazo ou condições, de operações originalmente em atraso. Operações de crédito renegociadas vencidas acima de 30 dias.

Incluimos em operações de crédito renegociadas tanto os créditos cujos prazos contratuais originais foram aditados (acordos) quanto novas operações de crédito celebradas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente (operações de créditos reestruturadas), originalmente estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito reestruturadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas e nas condições de pagamento.

Na quase totalidade dos casos de produtos de crédito, exige-se que pelo menos uma parcela seja paga nos termos pactuados para que as operações renegociadas saiam da condição de crédito de curso anormal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento, sob os termos da renegociação, quando do devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

O fato de uma operação de crédito ou arrendamento mercantil ter sido renegociada é também levado em consideração quando da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa após a renegociação. O desempenho passado e o histórico de pagamento do cliente e da transação, bem como a probabilidade de ocorrer nova inadimplência nas operações renegociadas, são levados em consideração por nossos modelos de risco, a fim de determinar a probabilidade de inadimplência a qual é geralmente mais alta do que a probabilidade atribuída em operações similares para as quais nunca houve renegociação. Outro fator considerado na determinação do nível adequado da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a garantia adicional a ser fornecida pelo devedor. Os níveis da provisão resultantes são compatíveis com o perfil de risco de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,1% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 2,6% em 31 de dezembro de 2014. No final de 2015, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,8% em comparação com 47,2% em 31 de dezembro de 2014. O crescimento dessa carteira em 2015 se deve ao pessimismo do cenário macroeconômico e no Brasil, principalmente no segmento de grandes empresas, conforme apresentado na tabela Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 2,6% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,1% em 31 de dezembro de 2013. No final de 2014, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 47,2%, em comparação com 48,8% em 31 de dezembro de 2013. Durante todo o exercício de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 3,1% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em comparação com 4,0% em 31 de dezembro de 2012. No final de 2013, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 48,8%, em

comparação com 46,6% em 31 de dezembro de 2012. Durante todo o exercício de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do *mix* do risco de crédito na carteira renegociada.

Nossa carteira de créditos renegociados cresceu 4,0% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 3,4%, em 31 de dezembro de 2011. No final de 2012, o índice de nossa carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,6%, em comparação com 45,2%, em 31 de dezembro de 2011. Esse índice aumentou em 2012, principalmente devido ao aumento do volume de operações renegociadas em atraso sobre o total de créditos renegociados, de 29,8%, em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 35,4%, em 31 de dezembro de 2012.

Desde 2013, mantivemos a política de recuperação dos créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como prejuízo, e, para reduzir os prejuízos, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, que, pelo menos, uma parcela seja paga antes de considerar a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado e também adotamos uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e uma quantidade menor de operações renegociadas.

Em 2012, a economia brasileira enfrentou um aumento no nível de inadimplência das pessoas físicas, principalmente em relação às carteiras de financiamento de veículos e de empréstimos pessoais. Por ser um dos maiores bancos do Brasil, a nossa carteira de crédito foi afetada por esse aumento na inadimplência. Para aumentar a recuperação de créditos com parcelas vencidas, inclusive aqueles já baixados como prejuízo, e reduzir as perdas, aprimoramos as nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Exigimos, contudo, o pagamento antecipado de, pelo menos, uma parcela para considerarmos a renegociação como válida e tratada como um acordo renegociado.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 é apresentado na tabela a seguir.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2015

Tipo de Operação de Crédito	Operações de Crédito Renegociadas Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa/ Operações de Crédito Renegociadas (%)	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes Total ⁽¹⁾	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes/Operações de Crédito Renegociadas (%)
Operações de crédito reestruturadas	11.985	5.508	46,0	3.077	25,7
Acordos	2.947	1.483	50,3	340	11,5
Total	14.932	6.991	46,8	3.417	22,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2014

Tipo de Operação de Crédito	Operações de Crédito Renegociadas Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa/ Operações de Crédito Renegociadas (%)	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes Total ⁽¹⁾	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes/Operações de Crédito Renegociadas (%)
Operações de crédito reestruturadas	10.284	5.051	49,1	2.744	26,7
Acordos	1.288	408	31,7	602	46,7
Total	11.572	5.459	47,2	3.346	28,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2013

Tipo de Operação de Crédito	Operações de Crédito Renegociadas Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Total	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa/ Operações de Crédito Renegociadas (%)	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes Total ⁽¹⁾	Operações de Crédito Renegociadas Inadimplentes/Operações de Crédito Renegociadas (%)
Operações de crédito reestruturadas	10.325	5.064	49,0	3.072	29,8
Acordos	2.555	1.220	47,7	1.555	60,9
Total	12.880	6.284	48,8	4.627	35,9

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

As tabelas a seguir apresentam uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por carteiras, em segmentos e produtos, com base no tipo de modificação, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2015

	Prorrogação do pagamento ⁽¹⁾	Concessões múltiplas ⁽²⁾	Modificações múltiplas ⁽³⁾	Total
Pessoas físicas	213	2.457	5.123	7.793
Cartão de crédito	-	356	-	356
Crédito pessoal	-	1.965	5.123	7.088
Crédito consignado	-	136	-	136
Veículos	163	-	-	163
Crédito imobiliário	50	-	-	50
Grandes empresas	-	-	3.181	3.181
Micro, pequenas e médias empresas	53	2.348	1.357	3.758
Unidades externas – América Latina	-	200	-	200
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	266	5.005	9,661	14.932

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas à um aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante um aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2014

	Prorrogação do pagamento ⁽¹⁾	Concessões múltiplas ⁽²⁾	Modificações múltiplas ⁽³⁾	Total
Pessoas físicas	648	2.352	4.330	7.330
Cartão de crédito	-	403	-	403
Crédito pessoal	-	1.906	4.330	6.236
Crédito consignado	-	43	-	43
Veículos	577	-	-	577
Crédito imobiliário	71	-	-	71
Grandes empresas	-	-	871	871
Micro, pequenas e médias empresas	55	2.610	620	3.285
Unidades externas – América Latina	-	86	-	86
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	703	5.048	5.821	11.572

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas à um aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante um aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2013

	Prorrogação do pagamento ⁽¹⁾	Concessões múltiplas ⁽²⁾	Modificações múltiplas ⁽³⁾	Total
Pessoas físicas	1.979	2.046	4.513	8.538
Cartão de crédito	-	335	-	335
Crédito pessoal	1	1.710	4.513	6.224
Crédito consignado	-	1	-	1
Veículos	1.907	-	-	1.907
Crédito imobiliário	71	-	-	71
Grandes empresas	-	-	476	476
Micro, pequenas e médias empresas	102	3.247	481	3.830
Unidades externas – América Latina	-	36	-	36
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	2.081	5.329	5.470	12.880

(1) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas à um aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.

(2) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações de crédito e arrendamento mercantil encerradas.

(3) Representa as operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante um aditamento das condições contratuais originais, o que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre os valores em aberto e prorrogação dos prazos de pagamento.

A seguir é apresentada uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por segmento e produto em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2015

	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	-	4.133	2.118	1.542	7.793
Cartão de crédito	-	356	-	-	356
Crédito pessoal	-	3.679	1.919	1.490	7.088
Crédito consignado	-	83	28	25	136
Veículos	-	13	135	15	163
Crédito imobiliário	-	2	36	12	50
Grandes empresas	2.796	198	187	-	3.181
Micro, pequenas e médias empresas	-	1.666	1.207	885	3.758
Unidades externas – América Latina	-	95	69	36	200
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas⁽¹⁾	2.796	6.092	3.581	2.463	14.932

(1) Nossas operações de Crédito e arrendamento mercantil renegociadas apresentou crescimento em 2015 devido à prova do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente para o segmento de Pessoas Jurídicas.

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2014

	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	-	3.922	2.019	1.389	7.330
Cartão de crédito	-	403	-	-	403
Crédito pessoal	-	3.445	1.486	1.305	6.236
Crédito consignado	-	23	17	3	43
Veículos	-	37	478	62	577
Crédito imobiliário	-	14	38	19	71
Grandes empresas	236	408	227	-	871
Micro, pequenas e médias empresas	-	1.406	1.116	763	3.285
Unidades externas – América Latina	-	55	12	19	86
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	236	5.791	3.374	2.171	11.572

(Em milhões de R\$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas

Em 31 de dezembro de 2013

	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	-	3.832	3.097	1.609	8.538
Cartão de crédito	-	335	-	-	335
Crédito pessoal	-	3.324	1.642	1.258	6.224
Crédito consignado	-	1	-	-	1
Veículos	-	162	1.417	328	1.907
Crédito imobiliário	-	10	38	23	71
Grandes empresas	111	260	51	54	476
Micro, pequenas e médias empresas	-	1.516	1.486	828	3.830
Unidades externas – América Latina	-	20	6	10	36
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	111	5.628	4.640	2.501	12.880

(Em milhões de R\$)

A tabela a seguir apresenta alterações em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda, incluindo as alterações das operações renegociadas referentes a 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Operações de Crédito com Evento de Perda

	2015	2014	2013
Saldo no início do período	17.206	16.305	19.511
(+) Operações de crédito adicionadas	21.701	12.521	9.882
(+) Operações de crédito adicionadas devido à nova inadimplência	4.587	3.915	5.029
(-) Operações de crédito excluídas devido à baixas	(9.474)	(10.006)	(12.460)
(-) Operações de crédito excluídas devido à baixas (inclusive aditamentos)	(5.703)	(4.505)	(4.595)
(-) Operações de crédito excluídas devido à baixas totais ou parciais	(1.160)	(1.024)	(1.062)
Saldo no final do período	27.157	17.206	16.305

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 12 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro](#) para mais detalhes.

Transações transfronteiriças

As transações transfronteiriças são ativos monetários expressos em moeda estrangeira, que ultrapassam 1% do nosso total de ativos em transações com clientes no exterior realizadas por nossas subsidiárias no Reino Unido (nossa antiga subsidiária em Portugal), nas Ilhas Cayman, nas Bahamas e no Uruguai. Apresentamos a seguir a composição do total das transações transfronteiriças dessas subsidiárias para os períodos indicados:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Transações transfronteiriças	2015 ⁽¹⁾	%	2014	%	Em 31 de dezembro de	
					2013 ⁽²⁾	%
Disponibilidades	52.649	4,1	4.187	0,4	4.897	0,5
Aplicações em depósitos interfinanceiros	139.190	10,9	64.491	5,7	33.630	3,3
Aplicações no mercado aberto	20.187	1,6	24.606	2,2	2.877	0,3
Depósitos compulsórios no Banco Central	2.891	0,2	3	0,0	3	0,0
Ativos financeiros mantidos para negociação	6.995	0,5	5.978	0,5	5.848	0,6
Derivativos	15.409	1,2	9.321	0,8	8.008	0,8
Ativos financeiros disponíveis para venda	69.331	5,4	39.850	3,5	38.296	3,7
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	15.446	1,2	10.767	1,0	6.723	0,7
Operações de crédito e arrendamento mercantil	70.010	5,5	97.740	8,7	57.834	5,6
Total	392.108	30,7	256.943	22,8	158.116	15,4

(1) Aumento dos depósitos interfinanceiros é em grande parte explicado pela exposição ao dólar EUA em um depósito em dólar na entidade Nassau.

(2) Em 1º de fevereiro de 2013, o Itaú BBA International S.A., com sede em Portugal, foi incorporado ao Itaú BBA International Limited, com sede no Reino Unido, por meio de fusão. Em 17 de maio de 2013, a entidade foi registrada como public liability company (plc) com a razão social Itaú BBA International plc. O objetivo desse processo de reestruturação é o de permitir que o Itaú BBA International melhore seu desempenho, amplie suas fontes de captação, expanda sua base de clientes, fortaleça sua posição como plataforma internacional para o grupo, alcance maior diversificação de riscos e melhore os seus indicadores de rentabilidade. Os dados de 2013 refletem transações transfronteiriças em moeda não libra esterlina britânica.

Empréstimos em curto prazo

Os empréstimos em curto prazo estão contidos em nosso balanço patrimonial na rubrica Captações no mercado aberto. A principal categoria para os empréstimos de curto prazo são as captações no mercado aberto com ativos financeiros próprios e de terceiros. A tabela a seguir apresenta os nossos empréstimos em curto prazo em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Captações no Mercado Aberto	Em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Valor em aberto	336.643	288.683	266.682
Valor máximo em aberto durante o período	336.643	288.683	271.621
Média ponderada da taxa de juros no fim do período (%)	9,9	9,9	9,4
Valor médio em aberto durante o período	295.817	266.527	256.025
Média ponderada da taxa de juros (%)	9,7	9,5	9,2

Passivo

Captações

Principais Fontes

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas as nossas fontes de recursos, de acordo com seus custos e disponibilidades e com nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança, depósitos interbancários, dívida no mercado interbancário e dívida no mercado institucional em 2015, 2014 e 2013.

Além disso, utilizamos as debêntures brasileiras sujeitas à recompra como fonte de recursos, reportadas em captações no mercado aberto e oferecidas não somente aos clientes institucionais, mas também para clientes de *private banking*, *corporate banking* (grandes empresas) e clientes de varejo. Essa captação de recursos foi definida para oferecer maior rentabilidade, por meio de *spreads* mais altos em nossos depósitos de poupança, e taxas mais altas obtidas sobre fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, incluindo as classificações de crédito, as condições econômicas gerais e a percepção dos investidores dos mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições vigentes no Brasil e os regulamentos do governo com relação a financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contrato de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência e descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável que qualquer um desses eventos venha a ocorrer em 2015.

Nossa principal fonte de captação de recursos são os nossos depósitos que estão divididos em depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2015, o total de depósitos foi de R\$ 292.610 milhões, valor que representa 33,2% da captação total. Em 31 de dezembro de 2014, o total de depósitos era de R\$ 294.773 milhões, representando 37,8% da captação total. Em 31 de dezembro de 2013, o total de depósitos chegou a R\$ 274.383 milhões, responsável por 37,9% da captação total. Nossos depósitos a prazo representam uma das nossas maiores fontes de recursos e, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, eram responsáveis por 12,0%, 13,9% e 16,2% da captação total, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição das nossas principais fontes de recursos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Composição das principais fontes de recursos	Em 31 de dezembro de					
	2015	% do total de recursos	2014	% do total de recursos	2013	% do total de recursos
Depósitos	292.610	33,2	294.773	37,8	274.383	37,9
Depósitos à vista	61.092	6,9	48.733	6,3	42.892	5,9
Depósitos de poupança	111.319	12,6	118.449	15,1	106.166	14,7
Depósitos à prazo	105.250	12,0	108.466	13,9	117.131	16,2
Depósitos interfinanceiros	14.949	1,7	19.125	2,5	8.194	1,1
Captações no mercado aberto	336.643	38,3	288.683	37,0	266.682	36,8
Recursos de mercados interbancários	156.886	17,8	122.586	15,8	111.376	15,4
Letras hipotecárias	139	-	143	-	181	0,0
Letras de crédito imobiliário	14.452	1,6	10.832	1,4	8.919	1,2
Letras de crédito do agronegócio	13.775	1,6	7.811	1,0	7.273	1,0
Letras financeiras	18.496	2,1	10.645	1,4	13.823	1,9
Financiamento à importação e à exportação	65.566	7,5	43.381	5,6	33.614	4,6
Repasse no país	38.804	4,4	45.230	5,8	43.015	5,9
Obrigações por operações vinculadas a cessão de crédito	5.654	0,6	4.544	0,6	4.514	0,6
Outros	-	-	-	-	37	0,0
Recursos de mercados institucionais	93.918	10,7	73.242	9,4	72.055	9,9
Dívida subordinada	65.785	7,5	55.617	7,1	56.564	7,8
Obrigações por TVM no exterior	24.188	2,7	15.392	2,0	15.491	2,1
Certificados de operações estruturadas	3.945	0,4	2.233	0,3	-	-
Total	880.057	100,0	779.284	100,0	724.496	100,0

Depósitos por vencimento

A tabela a seguir apresenta o perfil de vencimento dos nossos depósitos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

(Em milhões de R\$)

Depósitos por vencimento	Em 31 de dezembro de 2015				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	61.092	-	-	-	61.092
Depósitos à vista	61.092	-	-	-	61.092
Depósitos remunerados	129.260	27.979	14.288	59.991	231.518
Depósitos de poupança	111.319	-	-	-	111.319
Depósitos à prazo	13.466	19.252	13.276	59.256	105.250
Depósitos interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	14.949
Total	190.352	27.979	14.288	59.991	292.610

(Em milhões de R\$)

Depósitos por vencimento	Em 31 de dezembro de 2014				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos à vista	48.733	-	-	-	48.733
Depósitos remunerados	134.841	36.829	8.537	65.833	246.040
Depósitos de poupança	118.449	-	-	-	118.449
Depósitos à prazo	11.705	23.656	7.775	65.330	108.466
Depósitos interfinanceiros	4.687	13.173	762	503	19.125
Total	183.574	36.829	8.537	65.833	294.773

(Em milhões de R\$)

Depósitos por vencimento	Em 31 de dezembro de 2013				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos à vista	42.892	-	-	-	42.892
Depósitos remunerados	120.194	33.345	12.107	65.845	231.491
Depósitos de poupança	106.166	-	-	-	106.166
Depósitos à prazo	12.260	29.436	9.961	65.474	117.131
Depósitos interfinanceiros	1.768	3.909	2.146	371	8.194
Total	163.086	33.345	12.107	65.845	274.383

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto com saldos que excedem US\$ 100 mil (ou seu equivalente) de nossa emissão em 31 de dezembro de 2015, 2014, e 2013:

(Em milhões de R\$)

	2015	2014	2013
Vencimento em três meses	26.545	32.549	21.737
Vencimento entre três meses e seis meses	10.512	13.782	6.066
Vencimento entre seis meses e doze meses	8.925	6.097	5.273
Vencimento após doze meses	17.443	34.251	47.116
Total de depósitos à prazo que excedem US\$ 100.000	63.425	86.679	80.192

Apresentamos a seguir a composição dos depósitos a prazo, de pessoas físicas e jurídicas, segregados entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada um expresso como uma porcentagem do total de depósitos a prazo), em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(%)

	2015	2014	2013
Varejo	8,3	3,4	6,2
Itaú Personnalité	17,3	19,4	17,1
Médias empresas	28,5	26,2	28,0
Grandes empresas	44,2	35,6	48,7
Institucionais	1,7	15,5	
Total	100,0	100,0	100,0

Outras fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e no repasse de tais recursos por um diferencial determinado pelo governo, para determinados setores da economia. Obtemos linhas de crédito em dólares dos Estados Unidos de nossas coligadas, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. – agência de Grand Cayman, Banco Itaú Chile e Itaú BBA S.A. – agência de Nassau, para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Para mais detalhes sobre repasse no país e financiamento à importação e à exportação, consulte [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais](#).

Litígios

Visão geral

Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo da CVM, da SUSEP, do Banco Central ou de qualquer município. Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos e somos parte em vários processos judiciais e administrativos (incluindo reclamações de consumidores) movidos contra nós junto à SUSEP e ao Banco Central do Brasil.

As nossas demonstrações contábeis incluem apenas provisões para perdas prováveis, que podem ser razoavelmente estimadas, e despesas em que – eventualmente – incorreremos em litígios ou processos administrativos pendentes ou, de outra forma, exigidas pela legislação brasileira. A nossa administração acredita que nossas provisões, incluindo juros, para processos judiciais nos quais somos réus são suficientes para cobrir as prováveis perdas que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis. No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. Acreditamos

que as obrigações em potencial, relacionadas com esses processos judiciais e administrativos, não exercerão efeito adverso sobre nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer um dos nossos membros do conselho, membros de nossa alta administração, ou qualquer uma de nossas coligadas, seja parte contrária a nós ou às nossas subsidiárias ou tenha interesse relevante diferente do nosso ou de nossas subsidiárias.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#) para mais detalhes sobre as alterações nas provisões, os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias e os principais modelos de discussão de natureza fiscal. A tabela a seguir apresenta nossas provisões para tais contingências em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de		
Provisões	2015	2014	2013
Cíveis	5.227	4.643	4.473
Trabalhistas	6.132	5.598	5.192
Fiscais e Previdenciárias	7.500	6.627	8.974
Outros	135	159	223
Total	18.994	17.027	18.862

Em 2015, não havia nenhuma ação judicial por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio movida contra nós.

Processos Cíveis

Litígios Originados dos Planos de Estabilização Econômica do Governo

De 1986 a 1994, o governo federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o governo federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança os montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs. Registramos provisões para essas reivindicações quando do recebimento da citação.

Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) pelo Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares de cadernetas de poupança podem cobrar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação em depósitos à vista e outros contratos particulares, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. Entretanto, não há estimativa de quando o STF emitirá uma sentença final sobre o caso, por falta de um quórum suficiente para decidir a questão.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça, a mais alta corte do país responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar em breve a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes serão sobre (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência de juros de mora, referentes às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas

de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos significativos em 2015, o STJ decidiu que: (i) os juros remuneratórios não serão incluídos nos cálculos da execução de sentença em favor do autor, a menos que haja condenação expressa para tanto; e (ii) os juros remuneratórios não deverão ser pagos aos detentores de caderneta de poupança caso a instituição em questão consiga provar que a respectiva caderneta já tivesse sido encerrada. Adicionalmente, essas decisões também confirmaram que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador.

Além disso, o STJ decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data de implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Outros Processos Cíveis

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nessas reivindicações devido à natureza dos assuntos em discussão. Entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre a nossa situação financeira ou os nossos resultados.

Reclamações Trabalhistas **GRI G4-LA16 | G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas**

Em 2015, nós e nossas controladas não fomos expostos a passivos e contingências trabalhistas que impactam nossos resultados significativamente. A carteira de processos trabalhistas das nossas controladas, no referido período, compreendeu processos ajuizados tanto por colaboradores e ex-colaboradores, quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-colaboradores moveram reclamações trabalhistas contra nós buscando obter compensação por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos na legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2015, haviam 66.841 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos reclamados nos processos trabalhistas ajuizados por nossos colaboradores atuais e ex-colaboradores incluem:

- Diferenças salariais decorrentes da aplicação das 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho do Brasil (CLT), aplicável aos colaboradores do banco, cuja função não necessita de especial confiança pelo empregador;
- Diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas no sistema interno;
- Reinvidicações em relação ao método para estabelecer o pagamento das horas extras trabalhadas; e
- Equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança, determinação de dias de trabalho e cumprimento da cota mínima de pessoas com deficiência.

No exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2015, pagamos aproximadamente R\$ 1.711 milhões com despesas trabalhistas diretas, principalmente acordos e condenações incorridas com ex-funcionários, em conformidade com os termos transacionados e as sentenças impostas pela justiça do trabalho. **GRI G4-DMA Saúde e Segurança no Trabalho**

Já em relação às reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados, elas geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso conglomerado.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#) para mais detalhes sobre reclamações trabalhistas.

Litígios de Natureza Fiscal **GRI G4-DMA** **Saúde e Segurança no Trabalho**

Estamos envolvidos em algumas controvérsias de natureza fiscal, decorrentes do curso normal dos nossos negócios, relacionadas, principalmente, à constitucionalidade e à legalidade de tributos que nos são cobrados. Os passivos contingentes originados de litígios de natureza fiscal são registrados de acordo com o valor principal dos impostos em discussão, submetidos às autuações fiscais, acrescidos de juros e, se aplicável, penalidades e outros encargos administrativos.

Uma provisão para passivos contingentes será reconhecida quando envolver uma obrigação fiscal legal, independentemente da probabilidade de ganhar ou perder o processo. Existe uma obrigação fiscal legal para o caso de ganho ou perda do litígio em questão e depende diretamente da determinação de uma lei atualmente exequível ser, ou não, constitucional. Em qualquer outra situação, reconhece-se uma provisão, caso uma perda seja provável (quando vencer no litígio é menos provável do que perder).

Aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pelas Leis nº 13.043 de novembro de 2014 e Lei nº 13.097 de janeiro de 2015 que quita a dívida dos contribuintes em litígio com descontos em relação a multas e juros. Além disso, aderimos ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais instituído pela Lei nº 16.097 de 29 de dezembro de 2014 para o pagamento de dívidas fiscais municipais com descontos em relação a multas e juros. Nos dois casos (tributos federais e municipais) quitamos os passivos fiscais contestados em questão para os quais, de acordo com nossos assessores tributários, tínhamos menos chances de obter decisão favorável.

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que o Itaú Unibanco Holding não recolheu, aproximadamente, R\$ 11.844,7 milhões de IRPJ, acrescidos de multas e juros acumulados e aproximadamente, R\$ 6.867 milhões de CSLL, acrescidos de multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação da Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal do Brasil alega que deveriam ter sido realizadas outras modalidades de transações. Entretanto, a operação sugerida pela Receita não tem respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras. Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados que a Receita Federal do Brasil confirmou as notificações em uma decisão não unânime. Em 28 de fevereiro de 2014, recorremos da decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Continuamos defendendo que as transações realizadas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades regulatórias competentes, incluindo a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto. No momento, estamos aguardando a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Adicionalmente, recebemos em 14 de novembro de 2013, ainda sobre esta mesma operação, auto de infração lavrado em nome do Itaú Unibanco S.A., cobrando R\$ 1.439,9 milhões, de IRPJ e R\$ 502,56 milhões de CSLL, acrescidos de multa e juros. Referida autuação é classificada também como remota de perda pelos nossos advogados. O processo aguarda julgamento no tribunal administrativo.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos](#) para mais detalhes sobre as alterações nas provisões, os respectivos depósitos judiciais para ações fiscais e previdenciárias e as principais discussões de natureza fiscal.

Instrumentos Derivativos que se Qualificam para Hedge Contábil

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias: *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa e de investimento líquido de operações no exterior.

- *Hedge* de valor justo: visa nos proteger da variação no risco de mercado decorrente de mudanças no valor justo de juros sujeitos a taxas variáveis;
- *Hedge* de fluxo de caixa: visa nos proteger da variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros;
- *Hedge* de investimento líquido de operações no exterior: visa nos proteger das alterações dos fluxos de caixas futuros de variações cambiais dos investimentos líquidos, em operações no exterior.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Gestão de Riscos e Capital, Risco de Mercado](#) para mais detalhes sobre *hedge*.

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 9 – Hedge Contábil](#) para mais detalhes. Quanto à política de contabilização desses *hedges*, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 2.4 g III – Resumo das Principais Políticas Contábeis](#).

Divulgação Tabular de Obrigações Contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhões de R\$)

Pagamentos devidos por período	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Recursos de mercados interbancários ⁽¹⁾⁽³⁾	175.028	88.068	58.606	15.334	13.020
Recursos de mercados institucionais ⁽²⁾⁽³⁾	117.316	19.278	45.584	12.014	40.440
Depósitos a Prazo ⁽³⁾	121.678	48.533	14.128	19.560	39.457
Obrigações de arrendamentos operacionais e de capital	6.812	1.758	2.836	1.233	985
Avais e fianças	74.244	15.838	7.652	2.482	48.272
Cartas de crédito a liberar	6.936	6.936	-	-	-
Obrigações com previdência	310.583	26.336	54.865	58.138	171.245
Benefícios de planos de saúde	178.811	13.285	29.529	33.491	102.506
Total	991.407	220.031	213.200	142.251	415.925

(1) Contemplam letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, financiamento à importação e à exportação.

(2) Contemplam dívida subordinada, obrigações por emissão de debêntures e obrigações por TVM no exterior.

(3) Inclui total estimado de pagamento de juros. Esses pagamentos estimados de juros foram calculados com base nas taxas interbancárias a termo e derivativos similares em períodos específicos.

Nossa estratégia para gerenciar o risco de taxa de juros sobre nossa dívida de longo prazo não inclui swaps de taxa de juros fixa ou derivativos similares. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 19 – Captações no mercado aberto e Recursos de mercados interbancários e institucionais](#) para mais detalhes.

Compra de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, em 18 de novembro de 2004, passamos a divulgar voluntariamente a nossa “Política de Negociação de Valores Mobiliários” do Itaú Unibanco Holding S.A. Consulte www.itaubr/arquivosstaticos/RI/pdf/TreasuryStock.pdf para maiores detalhes. Divulgamos mensalmente ao mercado as operações realizadas com ações próprias pela Tesouraria por meio de um “Comunicado ao Mercado”, assim como as outras exigências de divulgação impostas pela regulamentação brasileira sobre títulos e valores mobiliários.

O programa de recompra inicialmente em vigor em 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração

em 27 de novembro de 2014, com os limites de 50,0 milhões de ações preferenciais e 10,0 milhões de ações ordinárias.

Em 30 de julho de 2015, o nosso Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações até 4 de agosto de 2016, que autorizou a compra de até 11,0 milhões de ações ordinárias e 55,0 milhões de ações preferenciais. Em 27 de agosto de 2015, o nosso Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações até 26 de agosto de 2016, que autorizou a compra, no total, de até 11,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais.

Em 1 de fevereiro de 2016, nosso Conselho de Administração renovou mais uma vez o nosso programa de recompra de ações até 2 de Agosto de 2017, que autorizou a compra, no total, referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais emitidas por nós, sem redução do capital social. O processo de aquisição das ações tem como potenciais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital através da aplicação eficiente dos recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo; e (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro. Todas as compras serão feitas no mercado aberto, por meio de bolsas de valores.

Período ⁽¹⁾	(a) Quantidade total de ações preferenciais adquiridas ⁽²⁾	(b) Preço Médio Pago por Ação Preferencial ⁽²⁾⁽³⁾	(c) Quantidade Total de Ações Preferenciais adquiridas como Parte dos Planos ou Programas Divulgados Publicamente ⁽²⁾	(d) Quantidade Máxima de Ações Preferenciais que Ainda Podem Ser Adquiridas Pelos Planos ou Programas
02/01 a 30/01/2015	11.000.000	34,13	12.000.000	38.000.000
02/02 a 27/02/2015	3.596.600	34,68	15.596.600	34.403.400
02/03 a 31/03/2015	2.000.000	34,07	17.596.600	32.403.400
01/04 a 29/04/2015	-	-	17.596.600	32.403.400
01/05 a 29/05/2015	-	-	17.596.600	32.403.400
01/06 a 30/06/2015	19.990.000	33,96	37.586.600	12.413.400
01/07 a 30/07/2015	2.568.200	34,11	40.154.800	9.845.200
05/08 a 27/08/2015	30.380.000	27,11	30.380.000	24.620.000
28/08 a 31/08/2015	-	-	-	50.000.000
01/09 a 30/09/2015	13.250.000	27,29	13.250.000	36.750.000
01/10 a 30/10/2015	-	-	13.250.000	36.750.000
02/11 a 30/11/2015	8.540.000	28,31	21.790.000	28.210.000
01/12 a 31/12/2015	20.200.000	27,85	41.990.000	8.010.000
01/02 a 01/29/2016	7.990.000	25,06	49.980.000	20.000
02/01 a 02/29/2016	-	-	-	50.000.000
03/01 a 03/31/2016	-	-	-	50.000.000

(1) Em 27 de Novembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 10.000.000 ações ordinárias e 50.000.000 ações preferenciais, que termina em 15 de Dezembro de 2015, em 30 de Julho, 2015 nosso Conselho de Administração aprovou a renovação do nosso programa de aquisição, com limite de até 11.000.000 ações ordinárias e 55.000.000 ações preferenciais, que terminará em 04 de Agosto de 2016, e em 27 de Agosto de 2015, pela segunda vez nosso Conselho de Administração aprovou a renovação do nosso programa de recompra de nossas ações até 26 de Agosto de 2016, com limite de até 11.000.000 ações ordinárias e 50.000.000 ações preferenciais, e em 1 de Fevereiro de 2016, o Conselho de Administração mais uma vez renovou nosso programa de recompra de ações através de 02 de agosto de 2017, que autoriza a compra, no total, em relação a todas as ações adquiridas no âmbito do programa, de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões ações preferenciais.

(2) Todos os valores não foram ajustados pela bonificação de 10% de nossas ações. Considerando tal bonificação, ocorrida em julho de 2015, adquirimos (a) 115 milhões de ações preferenciais da nossa própria emissão, no montante total de R\$ 3,3 bilhões, ao preço médio de R\$ 28,80 por ação.

(3) Inclui custos de corretagem.

Investimentos

Conforme a nossa prática nos últimos anos, os nossos dispêndios para aquisição do imobilizado no período de 12 meses, findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizados com recursos internos. Não podemos assegurar que realizaremos dispêndios para aquisição de imobilizado no futuro e que, caso sejam feitos, o montante corresponderá à estimativa atual. A tabela a seguir apresenta os nossos investimentos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)							
Investimentos	Exercício Findo em 31 de Dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Imobilizado	1.466	3.966	2.534	(2.500)	(63,0)%	1.432	56,5%
Imobilizado em curso	198	1.485	735	(1.287)	(86,7)%	750	102,0%
Terrenos e edificações	6	14	22	(8)	(57,1)%	(8)	(36,4)%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	139	169	148	(30)	(17,8)%	21	14,2%
Móveis e equipamentos de processamento de dados	1.040	2.236	1.511	(1.196)	(53,5)%	725	48,0%
Outros	83	62	118	21	33,9%	(56)	(47,5)%
Ativos Intangíveis	1.062	1.199	2.035	(137)	(11,4)%	(836)	(41,1)%
Direitos de aquisição de folha de pagamento	109	109	195	-	0,0%	(86)	(44,1)%
Associação para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros	39	36	340	3	8,3%	(304)	(89,4)%
Software desenvolvido ou obtido para uso interno	899	1.044	1.202	(145)	(13,9)%	(158)	(13,1)%
Outros ativos intangíveis	15	10	298	5	50,0%	(288)	(96,6)%
Total	2.528	5.165	4.569	(2.637)	(51,1)%	596	13,0%

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 15 – Imobilizado e Nota 16 – Ativos intangíveis](#) para mais detalhes.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, éramos proprietários e locatários dos nossos principais escritórios administrativos, que incluíam 8 prédios de escritórios, com uma área total de 420.036 m² localizados basicamente na cidade de São Paulo (Brasil). Esses escritórios incluem a nossa sede, bem como vários outros prédios administrativos, nos quais são realizadas funções administrativas, tais como o departamento comercial, as atividades de suporte, o banco de varejo e de investimento e, também, nosso centro de processamento de dados.

Em 31 de dezembro de 2015, concluímos os nossos investimentos em TI planejados para o período de 2012 a 2015, financiados por recursos internos. Esses investimentos foram feitos em sistemas de processamento de dados, compra de *softwares*, desenvolvimento de sistemas e no nosso novo Centro de Processamento de Dados, inaugurado em março de 2015. Este centro de tecnologia proporcionará um aumento na capacidade de processamento e armazenamento das nossas operações em 25 vezes, além de possibilitar uma redução de 43% no uso de energia, em comparação com o nosso consumo atual. O novo Centro de Processamento de Dados dará suporte ao nosso crescimento até 2050, garantindo o desempenho e a eficiência das nossas operações.

Alugamos parte dos nossos escritórios administrativos e a maioria das nossas agências por preços bastante competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis, com prazos de vencimento desde o primeiro semestre de 2016 (que estão sendo renovados em condições semelhantes) até o quarto trimestre de 2036.

Em 31 de dezembro de 2015, éramos proprietários de 19% dos nossos escritórios de administração e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugamos aproximadamente 81%.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta a nossa capitalização em 31 de dezembro de 2015. As informações descritas são extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Na data deste Relatório Anual, não havia nenhuma alteração relevante em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2015.

A tabela deve ser analisada em conjunto com as informações incluídas na [seção Nosso Perfil](#), item [Em números em Dados contábeis selecionados – IFRS](#) e [seção Desempenho](#) e [seção Anexos](#), item [Informações estatísticas selecionadas](#) para mais detalhes.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Capitalização	Em 31 de dezembro de 2015	
	R\$	US\$ ⁽¹⁾
Passivo circulante		
Depósitos	232.619	59.573
Captações no mercado aberto	181.198	46.404
Passivos financeiros mantidos para negociação	34	9
Derivativos	14.507	3.715
Recursos de mercados interbancários	80.547	20.628
Recursos de mercados institucionais	15.859	4.061
Outros passivos financeiros	68.478	17.537
Provisão de seguros e previdência privada	4.864	1.246
Passivos de planos de capitalização	3.044	779
Provisões	3.848	985
Obrigações fiscais	2.364	605
Outras obrigações	24.975	6.396
Total	632.337	161.938
Exigível a longo prazo		
Depósitos	59.991	15.363
Captações no mercado aberto	155.445	39.809
Passivos financeiros mantidos para negociação	378	97
Derivativos	16.564	4.242
Recursos de mercados interbancários	76.339	19.550
Recursos de mercados institucionais	78.059	19.991
Outros passivos financeiros	237	61
Provisão de seguros e previdência privada	124.441	31.869
Passivos de planos de capitalização	-	-
Provisões	15.146	3.879
Obrigações fiscais	2.237	573
Outras obrigações	812	208
Total	529.649	135.641
Imposto de renda e contribuição social – diferido	370	95
Participações de acionistas não controladores	1.807	463
Patrimônio líquido⁽²⁾	112.252	28.747
Capitalização total⁽³⁾	1.276.415	326.884
Índice de capital baseado em risco (%)⁽⁴⁾	17,8	

(1) Conversão de conveniência a 3,9048 reais por dólar dos Estados Unidos, a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015.

(2) O capital acionário autorizado e em circulação da Itaú Unibanco Holding é composto de 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais, ações preferenciais, todas totalmente integralizadas. Para mais informações sobre nosso capital acionário vide [Nota 21 das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015](#).

(3) A capitalização total corresponde à soma do total do passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, participações minoritárias nas subsidiárias e patrimônio líquido.

(4) Calculado dividindo-se o capital regulatório total pelos ativos ponderados pelo risco.

Contratos não Registrados no Balanço Patrimonial

Não temos nenhum contrato não registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na [Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros](#), item [3 – Garantia e Políticas para Mitigação dos Riscos de Crédito](#) e [item 5 – Exposição ao risco de crédito das nossas demonstrações contábeis consolidadas](#), e os [instrumentos financeiros derivativos](#) discutidos anteriormente. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco](#), item [Gerenciamento de Riscos e Capital – Sensibilidade à Taxa de Câmbio](#) para mais detalhes.

Resultados

Destaques

Os destaques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são apresentados a seguir:

Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores): ▲ aumentou 19,4% em 2015 em relação a 2014 e aumentou 31,2% em 2014 em relação a 2013.

Em 2015, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 25.740 milhões, com aumento de 19,4% em relação a 2014, quando o lucro líquido atingiu R\$ 21.555 milhões. Em 2014, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores aumentou 31,2% em relação a 2013, quando o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R\$ 16.424 milhões.

Nosso Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (ROAE) – calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido médio trimestral atribuído aos acionistas controladores, excluindo-se dividendos propostos – atingiu 24,8% em 2015, um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a 2014, quando o indicador atingiu 24,3%, um aumento de 3,2 pontos percentuais em relação a 2013, quando nosso ROAE atingiu 21,1%.

Patrimônio líquido (atribuível aos acionistas controladores): ▲ aumentou 13,1% em 2015, em relação a 2014 e aumentou 19,3% em 2014, em relação a 2013.

Em 31 de dezembro de 2015, nosso patrimônio líquido cresceu 13,1% em relação ao de 31 de dezembro de 2014, e atingiu R\$ 112.252 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 99.260 milhões, com crescimento de 19,3% em relação ao de 31 de dezembro de 2013, quando totalizou R\$ 83.223 milhões.

Carteira de crédito e arrendamento mercantil:

▲ aumentou 4,8% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, e aumentou 9,9% em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas:

Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito para pessoas físicas totalizaram R\$ 187.220 milhões, um aumento de 0,7% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em decorrência de aumentos de (i) 19,5% no crédito imobiliário, que atingiu R\$ 34.790 milhões, principalmente devido ao nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência; e (ii) 12,1% em crédito consignado, que atingiu R\$ 45.434 milhões, decorrente do contínuo crescimento das nossas transações de crédito consignado nas agências de varejo e do acordo de associação com o BMG, que visa à oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados por meio de uma nova instituição financeira, o Itaú BMG Consignado. Essa associação complementou nossa estratégia de distribuição de crédito consignado e melhorou o perfil de risco de nossa carteira de crédito. O financiamento de veículos sofreu redução de 30,9% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 20.058 milhões, como resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para a concessão de financiamento, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito para pessoas físicas totalizaram R\$ 185.953 milhões, um aumento de 11,1% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente em decorrência de aumentos de (i) 11,6% em empréstimos em cartão de crédito, que atingiram R\$ 59.321 milhões; (ii) 18,8% em crédito imobiliário, que atingiu R\$ 29.107 milhões, principalmente devido ao foco em carteiras com menores índices de inadimplência, e (iii) 79,5% em crédito consignado, que totalizou R\$ 40.525 milhões, decorrente do contínuo crescimento de nossas transações de crédito consignado nas agências de varejo. O financiamento de veículos sofreu redução de 28,4% em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013, totalizando R\$ 29.047 milhões.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas:

Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas totalizaram R\$ 218.565 milhões, um aumento de R\$ 2.725 milhões, ou 1,3%, em relação a 31 de dezembro de 2014. Os empréstimos para pequenas e médias empresas diminuíram 1,7% em 31 de dezembro de

2015, em relação a 2014, totalizando R\$ 78.576 milhões. As operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas aumentaram 3,0% em 31 de dezembro de 2015 em relação a 2014, totalizando R\$ 139.989 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito e arrendamento mercantil para empresas totalizaram R\$ 215.840 milhões, com aumento de R\$ 13.097 milhões, ou 6,5%, em relação a 31 de dezembro de 2013, quando esses empréstimos totalizaram R\$ 202.743 milhões. Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito e arrendamento mercantil para pequenas e médias empresas totalizaram R\$ 79.912 milhões, uma redução de 2,0% em comparação com 2013. As operações de crédito e arrendamento mercantil para grandes empresas em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$ 135.928, um aumento de 12,2% em relação a 2013.

Além disso, a desvalorização do real em relação a outras moedas, especialmente o dólar dos Estados Unidos, também contribuiu para o crescimento da carteira de médias e grandes empresas, considerando que uma parcela desses empréstimos é denominada ou originada nessas moedas.

Operações de crédito e arrendamento mercantil - América Latina:

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil das nossas operações na América Latina, excluindo o Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) foi de R\$ 68.463 milhões, em 31 de dezembro de 2015, um aumento de 35,2% em relação a 2014, quando o saldo foi de R\$ 50.638 milhões, principalmente como resultado do crescimento das operações nos países em que atuamos.

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil das nossas operações na América Latina, excluindo o Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai) foi de R\$ 50.638 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 21,9% em relação a 2013, quando o saldo foi de R\$ 41.528 milhões.

Qualidade de crédito (índice de inadimplência acima de 90 dias): ▲

aumentou 0,4 ponto percentual em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014, e aumentou 0,6 ponto percentual em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013.

O índice de inadimplência acima de 90 dias é calculado por meio da divisão das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias pela nossa carteira de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,5%, um aumento decorrente da elevação neste índice para pessoas físicas e empresas. O índice para pessoas físicas aumentou 0,7 ponto percentual em relação a 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,1%, com melhora devido às reduções nos índices para pessoas físicas e empresas em relação a 31 de dezembro de 2013.

O índice de cobertura, calculado pela divisão das provisões para créditos de liquidação duvidosa por operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, reflete a mecânica de nosso modelo de provisionamento e alcançou 164% em 31 de dezembro de 2015, em comparação com o índice de 160% em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o índice de cobertura foi de 147%.

Receita e despesa de juros e rendimentos:

Juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil: ▲ aumentaram 14,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, e aumentaram 16,3% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Despesa de juros e rendimentos: ▲ aumentaram 2,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em relação ao mesmo período de 2014, e aumentaram 57,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Receitas de prestação de serviços: ▲ aumentaram 11,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, e aumentaram 16% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização: ▼ reduziu-se 3,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 e aumentou 3,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período em 2013.

Despesas gerais e administrativas: ▲ aumentaram 11,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014 e aumentaram 6,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa: ▲ aumentaram 30,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em

relação ao mesmo período de 2014 e aumentaram 5,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

Operações de crédito em situação de evidência objetiva de perda: ▲ aumentaram de R\$ 17.206 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 27.157 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente em relação aos empréstimos vencidos na nossa carteira de operações de crédito para empresas em decorrência do cenário econômico mais desafiador no Brasil, e aumentaram de R\$ 16.305 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 17.206 milhões em 31 de dezembro de 2014. Para mais detalhes, consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\), Nota 36.6 – Qualidade de crédito de ativos financeiros](#).

Operações de crédito em renegociação: ▲ as operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, aumentaram 29,0% em 31 de dezembro de 2015, em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente devido (i) ao aumento na nossa carteira de empréstimos renegociados para empresas e também (ii) ao efeito da variação da taxa de câmbio em 2015. Em 31 de dezembro de 2015, as operações de crédito em renegociação representaram 3,1% do total da carteira. Em 31 de dezembro de 2014, as operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, diminuíram 10,2% em relação a 31 de dezembro de 2013.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Destaques	Exercício Findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Demonstração do Resultado do Período			
Lucro Líquido	25.740	21.555	16.424
Produto Bancário	92.011	91.657	79.387
Ações (R\$)			
Lucro Líquido por Ação – Básico (Ordinárias e Preferenciais)	4,30	3,58	2,73
Dividendos (%) ⁽¹⁾	27,9	30,4	30,8
Retorno sobre a ação (%) ⁽²⁾	4,7	3,5	3,3
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica – Em milhares⁽³⁾			
Ordinárias	3.047.037	3.047.037	3.047.037
Preferenciais	2.935.346	2.969.406	2.961.435
Cotação Média da Ação Preferencial no Último dia de Negociação do Período ⁽⁴⁾	26,30	31,56	26,16
Market Capitalization ⁽⁴⁾	155.732	190.161	156.957
Market Capitalization (em milhões de US\$) ⁽⁵⁾	39.882	71.592	67.001
Índices de Desempenho (%)			
Lucro Líquido sobre o Patrimônio Líquido Médio – Anualizado ⁽⁶⁾ – %	24,8	24,3	21,1
Lucro Líquido sobre o Ativo Médio – Anualizado ⁽⁷⁾ – %	2,2	2,0	1,7
Índice de Basileia – Consolidado Operacional ⁽⁸⁾ – %	17,8	16,9	16,6
Índice de Inadimplência (90 dias) – %	3,5	3,1	3,7
Índice de Inadimplência (15-90 dias) – %	2,6	2,5	3,0
Índice de Eficiência (IE) ⁽⁹⁾ – %	44,0	47,0	49,2
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEAR) ⁽⁹⁾ – %	63,0	62,9	68,2
Em 31 de Dezembro de			
	2015	2014	2013
Balço Patrimonial			
Ativos Totais	1.276.415	1.127.203	1.027.297
Total de Operações de Crédito	474.248	452.431	411.702
Patrimônio Líquido	114.059	100.617	84.192
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	112.252	99.260	83.223

(1) Dividendos e juros sobre o capital próprio - pagos/provisionados (líquido) Lucro/Líquido do exercício.

(2) Dividendos pagos por ação no período/preço da nossa ação preferencial (ITUB4) a data final do período.

(3) O número de ações em circulação foi ajustado para refletir a bonificação de 10% concedido em 20 de maio de 2013, 05 de junho de 2014 e 17 de julho de 2015.

(4) Quantidade total de ações em circulação (ordinárias e preferências) multiplicado pela cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período.

(5) A taxa de conversão US\$/Reais foi R\$ 3,9048 em 31 de Dezembro 2015, R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013.

(6) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido dos acionistas controladores médio, excluindo os dividendos propostos.

(7) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Médio.

(8) Até 2014, este ratio foi calculado com base no conglomerado financeiro.

(9) O Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajusta do Risco, são calculados com base nas informações gerenciais (Para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo para o Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, veja Base da Apresentação das Informações por Segmento).

Quando há uma desvalorização do real, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívida de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos Estados Unidos, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta.

Ao mesmo tempo, realizamos ganhos sobre ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar, devido a uma maior receita de juros referente a esses ativos quando convertidos para reais. Quando há valorização do real, os efeitos são opostos aos

descritos acima. Consequentemente, a administração do *gap* (descasamento) em moedas estrangeiras pode ter um efeito significativo sobre o nosso lucro líquido. Salvo indicação contrária, a discussão nesta seção refere-se às nossas taxas de juros e rentabilidades médias. As taxas de juros citadas são calculadas em reais e incluem o efeito da variação do real em relação a moedas estrangeiras. Para mais detalhes, consulte a [seção Nossa Gestão de risco, item Fatores de risco, A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente e Risco de Mercado](#).

Lucro líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Demonstração do resultado consolidado	Exercício Findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014	2014-2013		
Produto Bancário	92.011	91.657	79.387	354	0,4%	12.270	15,5%
Receita de Juros e Rendimentos	147.789	120.115	94.127	27.674	23,0%	25.988	27,6%
Despesa de Juros e Rendimentos	(75.064)	(72.977)	(46.361)	(2.087)	2,9%	(26.616)	57,4%
Receita de Dividendos	98	215	205	(117)	(54,4)%	10	4,9%
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	(11.862)	(724)	(5.924)	(11.138)	1.538,4%	5.200	(87,8)%
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	(6.353)	9.644	6.594	(15.997)	(165,9)%	3.050	46,3%
Receita de Prestação de Serviços	29.452	26.342	22.712	3.110	11,8%	3.630	16,0%
Resultado de Operações de Seg. Prev. e Cap. Antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.672	6.888	6.639	(216)	(3,1)%	249	3,8%
Outras Receitas	1.279	2.154	1.395	(875)	(40,6)%	759	54,4%
Perdas com Créditos e Sinistros	(21.335)	(15.801)	(14.870)	(5.534)	35,0%	(931)	6,3%
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.517)	(18.832)	(17.856)	(5.685)	30,2%	(976)	5,5%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.779	5.054	5.061	(275)	(5,4)%	(7)	(0,1)%
Despesas com Sinistros	(1.611)	(2.430)	(3.155)	819	(33,7)%	725	(23,0)%
Recuperação de Sinistros com Resseguros	14	407	1.080	(393)	(96,6)%	(673)	(62,3)%
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	70.676	75.856	64.517	(5.180)	(6,8)%	11.339	17,6%
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(52.411)	(47.048)	(43.652)	(5.363)	11,4%	(3.396)	7,8%
Despesas Gerais e Administrativas	(47.626)	(42.550)	(39.914)	(5.076)	11,9%	(2.636)	6,6%
Despesas Tributárias	(5.405)	(5.063)	(4.341)	(342)	6,8%	(722)	16,6%
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	620	565	603	55	9,7%	(38)	(6,3)%
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.265	28.808	20.865	(10.543)	(36,6)%	7.943	38,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(8.965)	(7.209)	(7.503)	(1.756)	24,4%	294	(3,9)%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.856	262	3.160	16.594	6.333,6%	(2.898)	(91,7)%
Lucro Líquido	26.156	21.861	16.522	4.295	19,6%	5.339	32,3%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	416	306	98	110	35,9%	208	212,2%
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	25.740	21.555	16.424	4.185	19,4%	5.131	31,2%

Produto Bancário

O produto bancário é a soma das nossas receitas operacionais, líquidas dos custos de captação, conforme detalhado na tabela anterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas \(IFRS\), Nota 23 – Receitas e despesas de juros e rendimentos e ganho \(perda\) líquido com investimentos em títulos e derivativos, Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e Nota 25 – Outras receitas](#) para mais detalhes.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita de juros e rendimentos dos anos de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Receita de Juros e Rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014	2014-2013		
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.748	5.904	4.314	(156)	(2,6)%	1.590	36,9%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.628	1.286	583	342	26,6%	703	120,6%
Aplicações em Mercado Aberto	27.572	17.929	12.630	9.643	53,8%	5.299	42,0%
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	19.826	15.128	10.860	4.698	31,1%	4.268	39,3%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.979	7.272	5.067	1.707	23,5%	2.205	43,5%
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.758	2.347	486	1.411	60,1%	1.861	382,9%
Operações de Crédito	79.392	69.248	59.546	10.144	14,6%	9.702	16,3%
Outros Ativos Financeiros	886	1.001	641	(115)	(11,5)%	360	56,2%
Total de receita de Juros e Rendimentos	147.789	120.115	94.127	27.674	23,0%	25.988	27,6%

Em 2015, o aumento de 23% na receita de juros e rendimentos, em relação a 2014, deveu-se principalmente ao aumento nos juros sobre as operações de crédito e arrendamento mercantil, nas aplicações no mercado aberto e nos juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação. O aumento de 14,6% na receita de operações de crédito e arrendamento deve-se ao crescimento de 35,2% na nossa carteira de empréstimos da América Latina quando comparado ao ano anterior. O aumento nos juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação está relacionado aos aumentos na taxa SELIC cumulativa de 10,9% em 2014 para 13,8% em 2015.

Em 2014, o aumento de 27,6% na receita de juros e rendimentos, em relação a 2013, deveu-se

principalmente a aumentos nos juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, nos juros sobre ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, e nos juros sobre depósitos compulsórios no Banco Central. O aumento nos juros sobre ativos financeiros para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e sobre depósitos compulsórios no Banco Central, estão relacionados aos aumentos na taxa SELIC cumulativa, de 8,3% em 2013 para 10,9% em 2014. O aumento, em 2014, de 16,3% nos juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil em relação a 2013 deve-se principalmente ao crescimento de 9,9% da nossa carteira de crédito, combinado com o crescimento dos produtos de curto prazo, como cheque especial e cartões de crédito.

A tabela a seguir apresenta a composição do valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento, as principais responsáveis pela variação entre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Pessoas físicas	187.220	185.953	167.431	1.267	0,7%	18.522	11,1%
Cartão de crédito	58.542	59.321	53.149	(779)	(1,3)%	6.172	11,6%
Crédito pessoal	28.396	27.953	26.635	443	1,6%	1.318	4,9%
Crédito consignado	45.434	40.525	22.571	4.909	12,1%	17.954	79,5%
Veículos	20.058	29.047	40.584	(8.989)	(30,9)%	(11.537)	(28,4)%
Crédito imobiliário	34.790	29.107	24.492	5.683	19,5%	4.615	18,8%
Grandes empresas	139.989	135.928	121.185	4.061	3,0%	14.743	12,2%
Micro, pequenas e médias empresas	78.576	79.912	81.558	(1.336)	(1,7)%	(1.646)	(2,0)%
América Latina	68.463	50.638	41.528	17.825	35,2%	9.110	21,9%
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	474.248	452.431	411.702	21.816	4,8%	40.729	9,9%

Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 474.248 milhões, um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior, influenciado pelo aumento nos volumes médios das operações de crédito e arrendamento mercantil, principalmente devido ao aumento no volume de crédito consignado, crédito imobiliário e crédito para grandes empresas. Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de crédito totalizou R\$ 452.431 milhões, um aumento de 9,9% em relação a 31 de dezembro de 2013.

Desde 2011, priorizamos a redução dos riscos da nossa carteira de crédito. Consequentemente, nossas carteiras de crédito imobiliário, crédito consignado, grandes empresas e clientes na América Latina (ex-

Brasil) cresceram mais rapidamente, enquanto as carteiras de veículos e de pequenas empresas apresentaram redução. Nossa carteira de crédito imobiliário avançou em consonância com o mercado e mantivemos uma abordagem conservadora em relação às garantias. A média trimestral do LTV (*loan-to-value*: a relação entre o valor do financiamento e a garantia subjacente) atingiu 55,3% no quarto trimestre de 2015. Nossa carteira de crédito consignado cresceu mais do que a carteira de crédito pessoal, não apenas devido à ênfase dada a ela em nossa rede de atendimento, mas também em função de nossa associação com o Banco BMG para originação de crédito consignado. Na América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai), excluindo o Brasil, a nossa carteira de crédito cresceu 35,2% em comparação a 31 de dezembro de 2014 e 21,9% em 31 de dezembro de 2013, devido ao crescimento orgânico e à depreciação do real frente às moedas daqueles países. Para mais detalhes, consulte a tabela acima sobre as operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Despesas de Juros e Rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Depósitos	(13.587)	(12.064)	(9.802)	(1.523)	12,6%	(2.262)	23,1%
Despesas de captação no mercado aberto	(32.879)	(26.771)	(16.865)	(6.108)	22,8%	(9.906)	58,7%
Recursos de mercados interbancários	(7.970)	(14.404)	(6.245)	6.434	(44,7)%	(8.159)	130,6%
Recursos de mercados institucionais	(8.030)	(10.695)	(9.971)	2.665	(24,9)%	(724)	7,3%
Despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência	(12.556)	(8.987)	(3.436)	(3.569)	39,7%	(5.551)	161,6%
Outros	(42)	(56)	(42)	14	(25,0)%	(14)	33,3%
Total de despesas de juros e rendimentos	(75.064)	(72.977)	(46.361)	(2.087)	2,9%	(26.616)	57,4%

As mudanças na taxa SELIC também afetaram o total de nossas despesas de juros. Em 2015, a taxa SELIC cumulativa aumentou para 13,8% em dezembro de 2015, comparada a 10,9% em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa SELIC cumulativa era de 8,3%.

Em 2015 e 2014, o aumento da taxa SELIC levou ao aumento de nossa despesa de juros sobre as captações no mercado aberto e sobre as provisões de seguro, previdência e passivo de planos de capitalização.

Consulte a [seção Desempenho, Item Desempenho Financeiro, Passivos, Captações](#) para mais informações.

As receitas de dividendos totalizaram R\$ 98 milhões em 2015, em relação a R\$ 215 milhões no ano de 2014. Esta redução foi ocasionada por menores receitas de dividendos sobre investimentos. No ano de 2013, as receitas de dividendos totalizaram R\$ 205 milhões.

O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou uma perda de R\$ 11.862 milhões no ano de 2015, em relação com o prejuízo de R\$ 724 milhões no ano de 2014. Em 2013, o ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou uma perda de R\$ 5.924 milhões. Estes resultados decorreram principalmente das nossas estratégias de gestão de risco, em particular aquelas relacionadas com instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos no exterior, em vista da desvalorização do real frente ao dólar dos Estados Unidos em 2015 e 2014.

O resultado das operações de câmbio e a variação cambial sobre as transações totalizaram uma perda de R\$ 6.353 milhões no ano de 2015 em relação ao ganho de R\$ 9.644 milhões em 2014; e um ganho de R\$ 6.594 milhões em 2013. Essas variações devem-se, principalmente, ao efeito de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos do impacto de variações cambiais em subsidiárias no exterior.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossas receitas não decorrentes de juros dos anos de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Receitas não decorrentes de juros	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Receita de prestação de serviços	29.452	26.342	22.712	3.110	11,8%	3.630	16,0%
Serviços de conta corrente	8.815	7.725	6.450	1.090	14,1%	1.275	19,8%
Taxas de administração de recursos	2.932	2.660	2.501	272	10,2%	159	6,4%
Comissões de cobrança	1.250	1.279	1.213	(29)	(2,3)%	66	5,4%
Taxas de serviços de cartão de crédito	12.722	11.507	9.701	1.215	10,6%	1.806	18,6%
Taxas de garantias prestadas e operações de crédito	1.609	1.407	1.240	202	14,4%	167	13,5%
Comissão de corretagem	248	262	337	(14)	(5,3)%	(75)	(22,3)%
Outros	1.876	1.502	1.270	374	24,9%	232	18,3%
Resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das Despesas com sinistros e de comercialização	6.672	6.888	6.639	(216)	(3,1)%	249	3,8%
Outras receitas	1.279	2.154	1.395	(875)	(40,6)%	759	54,4%
Receitas não decorrentes de juros total	37.403	35.384	30.746	2.019	5,7%	4.638	15,1%

Em 2015, a receita não decorrente de juros foi de R\$ 37.403 milhões, representando um crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao crescimento de 11,8% nas receitas de prestação de serviços. Em 2014, a receita não decorrente de juros foi de R\$ 35.384 milhões, representando um crescimento de 15,1% em comparação com o ano anterior, devido ao crescimento nas receitas de prestação de serviços.

A receita de prestação de serviços refere-se à soma das taxas de serviços de conta corrente, gestão de ativos, cobrança, serviços de cartão de crédito, garantias emitidas e linhas de crédito, comissão de corretagem e outros honorários. Em 2015, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de honorários de serviços de cartão de crédito, influenciadas principalmente pelas maiores receitas

de *interchange*, de taxa de desconto líquida *Merchant Discount Rate* (MDR) e de anuidades de cartões, e pelo crescimento da quantidade de equipamentos POS alugados no período, e (ii) receita de serviços de conta corrente, influenciada pela oferta de produtos e serviços diferenciados. Esses produtos incluem serviços diferenciados de conta corrente e pacotes de serviços para pessoas físicas, e a conveniência e versatilidade dos produtos oferecidos a empresas. O aumento da receita de prestação de serviços e de outros honorários está alinhado com a nossa estratégia de diversificação da receita, principalmente em torná-la menos dependente das variações da taxa de juros. Em 2014, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de honorários de serviços de cartão de crédito, influenciada pelas maiores receitas de anuidades de cartão de crédito, aumento nas vendas e no número de equipamentos PDV alugados no período, bem como da aquisição da Credicard; e (ii) receita de serviços de conta corrente, resultante da ampliação da base de correntistas e do aumento na oferta de produtos e serviços diferenciados.

Em 2015, a receita das operações de seguros, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização diminuiu R\$ 216 milhões em relação ao ano de 2014. Esta diminuição foi influenciada pela redução de R\$ 1.024 milhões

em reservas para seguros e previdência, parcialmente compensada pelo aumento em prêmios de resseguro no valor de R\$ 942 milhões decorrente da venda de nossas operações de seguros de grandes riscos em 2014 e pelo aumento de R\$ 29 milhões em receitas de planos de capitalização.

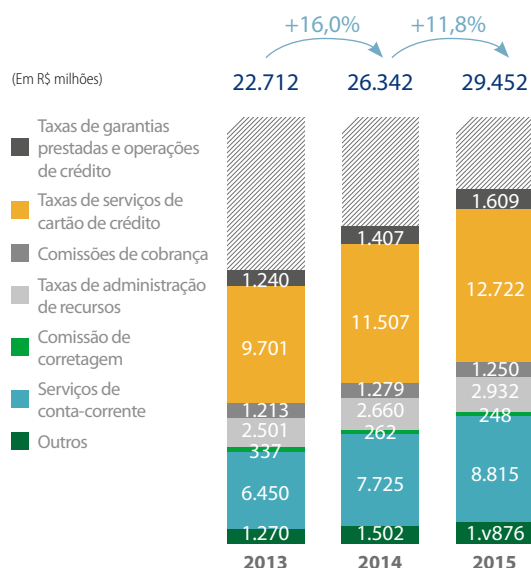
Em 2014, a receita de operações de seguro, previdência e capitalização antes de despesas com sinistros e comercialização aumentou R\$ 249 milhões em relação a 2013. Esse aumento foi influenciado por (i) prêmio mais baixo de resseguros, de R\$ 492 milhões, decorrente da venda da nossa operação de grandes riscos em 2014, (ii) a diminuição de R\$ 192 milhões nas variações das reservas para seguro e previdência e (iii) aumento de R\$ 95 milhões em receita de planos de capitalização. Essas variações foram compensadas parcialmente pela diminuição na receita de operações de seguro e previdência, principalmente em virtude da queda na receita de VGBL, seguro obrigatório para acidentes pessoais causados por veículos automotores (DPVAT) e produtos de grandes riscos.

Em 2015, as outras receitas apresentaram redução de R\$ 875 milhões em relação ao ano de 2014, em virtude principalmente da redução nos ganhos sobre vendas de ativos mantidos para venda, imobilizado e investimentos em coligadas e joint ventures, em que as receitas recebidas, no valor de R\$ 1.151 milhões foram provenientes da venda de ativos mantidos pela Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC) e foram refletidas em 2014.

Em 2014, as outras receitas aumentaram R\$ 759 milhões em relação ao ano de 2013, devido principalmente a receitas recebidas com a venda de ativos

detidos pela ISSC no valor de R\$ 1.151 durante o ano de 2014.

O quadro a seguir apresenta a composição da receita de prestação de serviços relativa aos anos de 2015, 2014 e 2013:

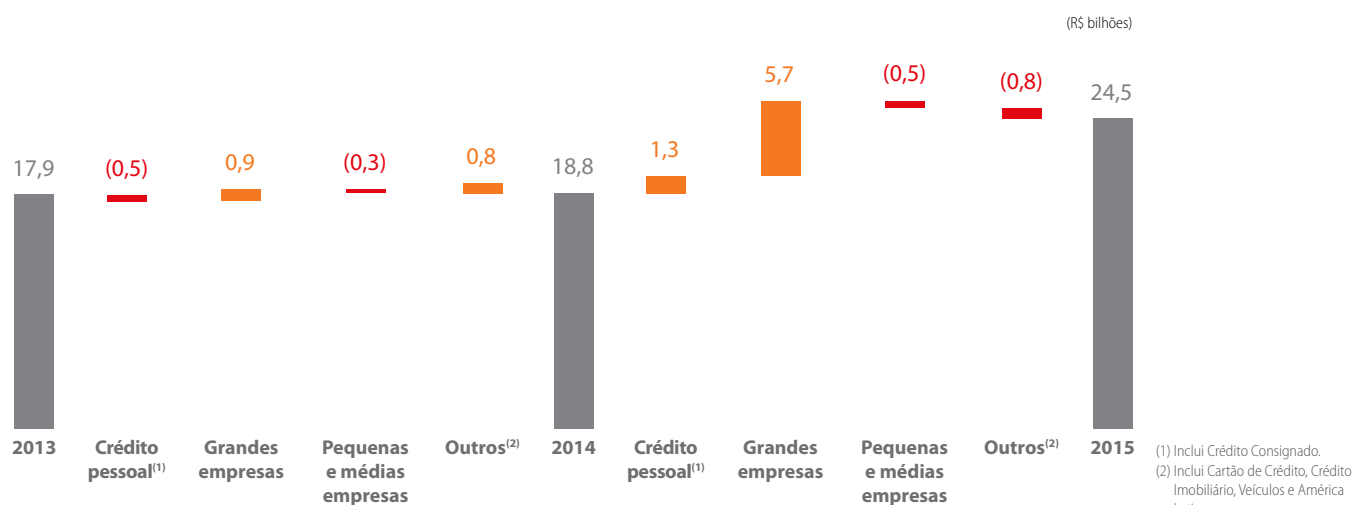


A seguir encontra-se a composição das perdas com créditos e sinistros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Perdas de crédito de liquidação duvidosa e sinistros	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.517)	(18.832)	(17.856)	(5.685)	30,2%	(976)	5,5%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.779	5.054	5.061	(275)	(5,4)%	(7)	(0,1)%
Despesas com sinistros	(1.611)	(2.430)	(3.155)	819	(33,7)%	725	(23,0)%
Recuperação de sinistros com resseguros	14	407	1.080	(393)	(96,6)%	(673)	(62,3)%
Perdas com créditos e sinistros	(21.335)	(15.801)	(14.870)	(5.534)	35,0%	(931)	6,3%

Evolução das Despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O quadro a seguir apresenta as mudanças nos componentes das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, responsáveis principalmente pela variação entre as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa dos anos de 2015, 2014 e 2013:

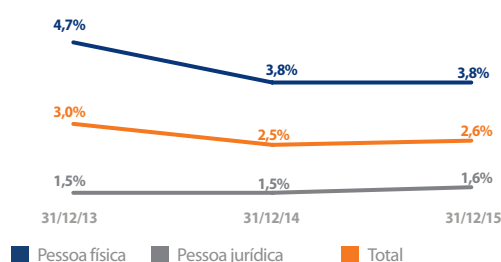


Em 2015, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 30,2% em relação ao ano de 2014. O crescimento foi causado principalmente pelo ambiente econômico mais desafiador. Consulte a [seção Contexto macroeconômico – item Contexto brasileiro](#) para mais informações.

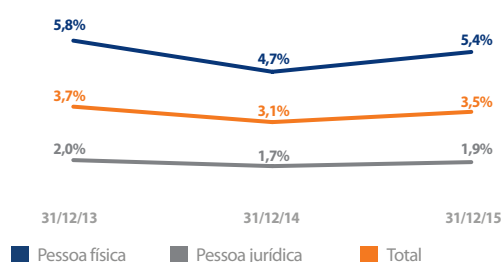
Em 2014, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 5,5% em relação ao ano de 2013, apesar do aumento de 9,9% na nossa carteira de crédito neste período. É o resultado da aplicação contínua de exigências mais rigorosas para a concessão de financiamentos, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento e devido à aquisição da Credicard, gerando crescimento na nossa carteira de crédito em R\$ 8,2 bilhões em dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2015, nosso índice de inadimplência para operações vencidas de 15 a 90 dias atingiu 2,6%, e o índice de inadimplência para operações vencidas acima de 90 dias chegou a 3,5%. O gráfico a seguir apresenta as variações nos índices de inadimplência.

Índice de Inadimplência 15 a 90 dias (%)



Índice de Inadimplência acima de 90 dias (%)



Em 2015, a recuperação de créditos baixados como prejuízo chegou a R\$ 4.779 milhões, representando uma redução de 5,4% em relação ao ano de 2014. Em 2014, a recuperação de créditos baixados como prejuízo permaneceu relativamente estável em relação ao ano de 2013 e alcançou R\$ 5.054 milhões, representando uma redução de 0,1%.

Em 2015, as despesas com sinistros diminuíram R\$ 819 milhões em relação ao ano de 2014, principalmente em virtude de uma redução nos índices de sinistralidade de operações de grandes riscos, gerada pela venda da carteira de grandes riscos, além do decréscimo de sinistros relacionados ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Em 2014, as despesas com sinistros tiveram redução de R\$ 725 milhões, decorrente principalmente da queda no índice de sinistralidade nos ramos de seguro corporativo e de acidentes pessoal individual e em grupo em 2014 em relação ao ano de 2013.

A recuperação de sinistros com resseguro apresentou uma redução de R\$ 393 milhões em 2015 em relação aos R\$ 407 milhões no ano de 2014, para R\$ 14 milhões no ano de 2015, devido, principalmente, a uma redução na recuperação de sinistros em nosso segmento de produtos de seguro de grandes riscos. Em 2014, a recuperação de sinistros com resseguro apresentou uma redução de R\$ 673 milhões em relação ao ano de 2013, também decorrente de uma redução na recuperação de sinistros em nosso segmento de produtos de seguro de grandes riscos.

A seguir encontra-se a composição das despesas gerais e administrativas dos anos de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto percentagens)

Despesas gerais e administrativas	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação		
	2015	2014	2013	2015-2014	2014-2013	
Despesas de pessoal	(19.573)	(17.071)	(15.860)	(2.503)	14,7%	(1.211)
Despesas administrativas	(15.112)	(14.325)	(13.257)	(787)	5,5%	(1.068)
Depreciação	(1.688)	(1.641)	(1.522)	(47)	2,9%	(119)
Amortização	(910)	(827)	(808)	(83)	10,0%	(19)
Despesas de comercialização de seguros	(1.138)	(1.214)	(1.147)	76	(6,3)%	(67)
Outras despesas	(9.205)	(7.472)	(7.320)	(1.733)	23,2%	(152)
Despesas gerais e administrativas	(47.626)	(42.550)	(39.914)	(5.077)	11,9%	(2.636)

Mantivemos um rígido controle de custos e compensamos parcialmente o potencial aumento dos custos (gerado pelo crescimento das operações, aumento de salários e benefícios definidos nas convenções coletivas e impacto da inflação sobre nossos custos administrativos) com ganhos de eficiência. Entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, o número de funcionários diminuiu 3,1%, para 90.320 pessoas, principalmente como resultado da rotatividade natural. Entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, nosso número de funcionários diminuiu 2,6%, para 93.175. Parte desta redução foi resultado da venda da nossa operação de grandes riscos em outubro de 2014. **GRI G4-DMA Emprego**

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$ 5.077 milhões, ou 11,9%, em 2015 em relação a 2014. Em 2014, essas despesas aumentaram 6,6% em relação a 2013. **GRI G4-DMA Emprego**

Em 2015, o aumento de R\$ 2.503 milhões em despesas de pessoal decorreu principalmente do aumento nas despesas relacionadas com remuneração, planos de contribuição definida e provisão para reclamações trabalhistas. A convenção coletiva anual celebrada em outubro de 2015 levou ao aumento na remuneração em 10,0% a partir de setembro de 2015 e afetou o ano de 2015 em comparação ao ano de 2014. Em 2014, o aumento de R\$ 1.211 milhões em despesas pessoais foi resultado principalmente do aumento das despesas referentes a remuneração, impostos sobre folha de pagamento, benefícios e

participação nos lucros. A convenção coletiva anual celebrada em outubro de 2014 levou ao aumento na remuneração de 8,5% a partir de setembro de 2014, impactando os resultados de 2014 em relação ao ano de 2013.

Em 2015, as despesas administrativas aumentaram R\$ 787 milhões, ou 5,5%, decorrentes principalmente de aumentos nos custos relacionados a processamento de dados e telecomunicações, publicidade, promoções, publicações e outras despesas. O aumento nessas despesas foi decorrente do crescimento orgânico das nossas operações e do efeito da inflação na maior parte dos contratos e custos, no ano de 2015. Em 2014, as despesas administrativas aumentaram R\$ 1.068 milhão, ou 8,1%, principalmente em decorrência dos aumentos nas despesas com serviços de terceiros, processamento de dados e telecomunicações, aluguel e serviços financeiros e de segurança.

Em 2015, outras despesas aumentaram R\$ 1.733 milhões, ou 23,2%, devido principalmente aos aumentos de R\$ 724 milhões em despesas de vendas relacionadas a cartões de crédito, R\$ 390 milhões em provisões para impostos e processos judiciais relacionados a previdência social e R\$ 361 milhões em provisões para processos civis. Em 2014, outras despesas tiveram um aumento de R\$ 152 milhões, ou 2,1%, principalmente em decorrência do aumento nas despesas de comercialização relacionadas com cartões de crédito, que representaram R\$ 817 milhões, parcialmente compensados por menores provisões com ações fiscais e previdenciárias, que representaram R\$ 566 milhões em 2014.

Em 2015, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins e outras despesas tributárias) totalizaram R\$ 5.405 milhões, um aumento de R\$ 342 milhões em relação ao ano de 2014 e um crescimento de R\$ 722 milhões em 2014, em relação ao ano de 2013, refletindo o aumento em nosso produto bancário (receitas operacionais).

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos na nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributária. Por outro lado, certos montantes são considerados receitas tributáveis ou despesas dedutíveis de nossa base tributária, sem prejuízos em nossa demonstração do resultado. Esses

itens são conhecidos como “diferenças permanentes”. O valor do imposto de renda e da contribuição social inclui o imposto de renda e a contribuição social correntes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos. Os primeiros contemplam uma despesa tributária exigida pela legislação tributária brasileira do período e os segundos, a despesa tributária resultante das diferenças permanentes.

Em 2015, o imposto de renda e a contribuição social resultaram em um crédito de R\$ 7.891 milhões em comparação a uma despesa de R\$ 6.947 milhões em 2014. Esta redução deveu-se principalmente ao efeito do saldo do crédito fiscal da contribuição social resultante do aumento da alíquota de 15% para 20%, conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 675/2015 de maio de 2015 (convertida na Lei nº 13.169/2015 em outubro de 2015) e ao efeito fiscal sobre o *hedge* dos nossos investimentos em ações no exterior, já que as variações sobre a taxa de câmbio desses investimentos não são tributáveis e o *hedge* desses investimentos é tributável. Em 2014, o valor do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 4.343 milhões, um aumento de R\$ 2.604 milhões em comparação com o ano de 2013.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios usados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro dos nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e demais propósitos.

As informações por segmento são preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (nossas informações por segmento não são preparadas de acordo com o IFRS) e incluem os seguintes ajustes: (i) o reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) o uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, usando alguns critérios gerenciais; (iii) a exclusão de eventos não recorrentes dos nossos resultados, e (iv) a reclassificação dos efeitos fiscais de transações de *hedge* realizadas para nossos investimentos no exterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas IFRS, Nota 34 – Informações por segmento](#) para mais detalhes.

Os impactos associados à alocação de capital estão incluídos nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e, a partir de 2015, mudamos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível 1, os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular CMN nº 2.682/99. Desta forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital de nível 1, calculamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde ao indicador de desempenho operacional ajustado consistentemente ao capital exigido para fazer frente ao risco associado às posições de ativos e passivos assumidos, em conformidade com o nosso apetite por risco.

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustada ao risco foram calculados com base em informações gerenciais, conforme apresentado a seguir:

(1) Para cálculo dos Índices de Eficiência e de Eficiência Ajustado ao Risco, as Despesas Não Decorrentes de Juros consideram as Despesas Pessoais, Despesas Administrativas, Despesas Operacionais e Outras Despesas.

(2) Para cálculo dos Índices de Eficiência e de Eficiência Ajustado ao Risco, o Produto Bancário é líquido de Despesas de Vendas de Seguros e Perdas com Sinistros.

Índice de Eficiência Ajustado ao Risco

$$\begin{aligned} &= \frac{\text{Despesas Não Decorrentes de Juros}^{(1)}}{(\text{Produto Bancário}^{(2)} - \text{Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras})} \\ &= \frac{\text{Despesas Não Decorrente de Juros}^{(1)} + \text{Perdas com Créditos}}{(\text{Produto Bancário}^{(2)} - \text{Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras})} \end{aligned}$$

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são indicadores para fins gerenciais, que divulgamos aqui por considerarmos serem métricas importantes para o entendimento de como gerenciamos nossos custos indiretos. Essas medidas são divulgadas ao mercado trimestralmente.

Índices de eficiência baixos indicam um desempenho melhor, considerando que calculam a proporção de despesas em relação a receitas. O índice de eficiência ajustado ao risco inclui as parcelas de risco associadas com operações bancárias (resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da recuperação de créditos baixados como prejuízo).

A partir do primeiro trimestre de 2015, mudamos a apresentação dos nossos segmentos para refletir a estrutura organizacional atual do banco. Aplicamos as mesmas alterações em 2014 e 2013 para auxiliar na comparação. As informações divulgadas referem-se aos segmentos a seguir: (i) Banco de Varejo; (ii) Banco de Atacado; e (iii) Atividades com o Mercado e Corporação. O segmento do Banco de Varejo agora abrange os antigos segmentos de Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações das unidades de *Private Banking* e América Latina (exceto Brasil) – alocados anteriormente no segmento Banco Comercial – Varejo, para o segmento Banco de Atacado. Essas alterações estão refletidas na apresentação das informações a seguir, com relação aos períodos que foram reportados anteriormente com o uso das categorias de segmentos de negócios anteriores.

É importante observar que essa alteração nos segmentos não é refletida no Relatório Anual referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ou quaisquer períodos anteriores.

Os atuais segmentos de negócios e divulgação estão descritos a seguir:

- Banco de Varejo: o resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e micro e pequenas empresas. Este segmento abrange atividades de financiamento e empréstimos realizadas em unidades fora da rede de agências e oferecem cartões de crédito, além de operações com o Itaú BMG Consignado;
- Banco de Atacado: o resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private banking*), das atividades das unidades da América Latina (exceto Brasil) e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento; e
- Atividades com o Mercado e Corporação: esse segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais de 2015. Informações similares referentes a 2014 e 2013 fazem parte das demonstrações contábeis consolidadas [na Nota 34, referentes a informações por segmento, na seção Desempenho, itens Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#). A análise a seguir deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas, especialmente a [Nota 34 referente às informações por segmento, na Seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#). A coluna de ajustes na Nota 34 mostra os efeitos das diferenças entre os resultados por segmento (substancialmente alinhados com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e aqueles calculados segundo os princípios adotados nas nossas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com o IFRS.

(Em milhões de R\$)

Demonstração Consolidada de Resultado de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015

	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com o Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de prestação de serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com créditos e sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras receitas (despesas) operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas não decorrentes de juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de renda e contribuição social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participação minoritárias nas subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos de R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos de R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior de R\$ (6.353).

(2) Referem-se às despesas gerais administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.

Receitas das operações no Brasil e no exterior

A maior parte dos nossos negócios é realizada no Brasil, mas não segregamos nossas receitas por mercados geográficos no Brasil. Nossas receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, de prestação de serviços e de operações de seguro, previdência e capitalização estão divididas entre receitas auferidas no Brasil e no exterior. As informações a seguir estão apresentadas de acordo com o IFRS, após as eliminações na consolidação.

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente às nossas receitas das operações no Brasil e no exterior nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Receitas das operações no Brasil e no exterior	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Receitas da Intermediação Financeira⁽¹⁾	129.672	129.250	95.002	422	0,3%	34.248	36,0%
Brasil	117.140	118.946	86.481	(1.806)	(1,5)%	32.465	37,5%
Exterior	12.532	10.304	8.521	2.228	21,6%	1.783	20,9%
Receita de Prestação de Serviços	29.452	26.342	22.712	3.110	11,8%	3.630	16,0%
Brasil	27.072	24.550	21.140	2.522	10,3%	3.410	16,1%
Exterior	2.380	1.792	1.572	588	32,8%	220	14,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	6.672	6.888	6.639	(216)	(3,1)%	249	3,8%
Brasil	6.570	6.834	6.568	(264)	(3,9)%	266	4,0%
Exterior	102	54	71	48	88,9%	(17)	(23,9)%

(1) Inclui Receita de juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (perda) líquido de títulos e valores mobiliários e derivativos, Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

Banco de Varejo

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Banco de Varejo relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Demonstração consolidada de resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Produto bancário	70.495	65.516	57.504	4.979	7,6%	8.012	13,9%
Margem financeira	40.997	37.880	32.932	3.117	8,2%	4.948	15,0%
Receita de prestação de serviços	21.159	19.234	16.437	1.925	10,0%	2.797	17,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	8.339	8.402	8.135	(63)	(0,7)%	267	3,3%
Perdas com créditos e sinistros	(13.893)	(11.840)	(13.471)	(2.053)	17,3%	1.631	(12,1)%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.232)	(14.503)	(16.270)	(1.729)	11,9%	1.767	(10,9)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.886	4.642	4.837	(756)	(16,3)%	(195)	(4,0)%
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.547)	(1.979)	(2.038)	432	(21,8)%	59	(2,9)%
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	56.602	53.676	44.033	2.926	5,5%	9.643	21,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(35.924)	(34.200)	(31.288)	(1.724)	5,0%	(2.912)	9,3%
Despesas não decorrentes de juros	(31.547)	(30.243)	(27.698)	(1.304)	4,3%	(2.545)	9,2%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.377)	(3.957)	(3.590)	(420)	10,6%	(367)	10,2%
Lucro líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	19.476	12.745	1.202	6,2%	6.731	52,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(6.761)	(4.189)	(502)	7,4%	(2.572)	61,4%
Participação minoritárias nas subsidiárias	(342)	(305)	(125)	(37)	12,1%	(180)	144,0%
Lucro líquido	13.073	12.410	8.431	663	5,3%	3.979	47,2%
Medidas de desempenho							
Índice de eficiência	48,0%	49,8%	51,4%				
Índice de eficiência ajustado ao risco	67,4%	66,7%	76,4%				
Informações do balanço							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	222.774	226.239	205.586				
Total de ativos	873.202	811.185	798.550				

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo cresceu 5,3% no ano de 2015, em relação ao ano de 2014, devido, principalmente, ao impacto positivo do aumento de R\$ 3.117 milhões na margem de juros e do aumento de R\$ 1.925 milhões na receita de prestação de serviços, juntamente com receitas mais altas de serviços de contas correntes e cartões de crédito.

Por outro lado, com um impacto negativo sobre o lucro líquido, as perdas com créditos e sinistros aumentaram 17,3% em relação ao ano 2014, principalmente em virtude do aumento de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de pessoas físicas e micro e pequenas empresas em virtude do ambiente econômico mais desafiador. As despesas não decorrentes de juros aumentaram 4,3%, com elevação nas despesas de pessoal, que foram afetadas pelas convenções coletivas celebradas em 2014 e 2015.

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo cresceu 47,2% no ano de 2014, em relação ao ano

de 2013, devido, principalmente, ao impacto positivo do aumento de 15,0% na margem de juros e de um aumento de 17% na receita de prestação de serviços, juntamente com receitas mais altas de serviços de contas correntes, cartões de crédito, consórcios e serviços de recebimento. Esses impactos foram influenciados principalmente pela migração das médias empresas vindas do segmento Banco de Atacado. Além disso, as perdas com créditos e sinistros diminuíram R\$ 1.631 milhões, ou 12,1%, em relação a 2013, apesar do crescimento de 10,0% no saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil, devido principalmente à mudança no perfil de crédito de nossa carteira no decorrer de 2014.

Por outro lado, com impacto negativo sobre o lucro líquido, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 9,2%. Este aumento também foi consequência da reclassificação mencionada acima, juntamente com um volume maior de transações (como resultado do crescimento de nossas operações bancárias), e de um aumento nas despesas de pessoal, que foram afetadas pelas convenções coletivas celebradas em 2013 e 2014.

Banco de Atacado

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao nosso segmento Banco de Atacado relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Demonstração consolidada de resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014	2014-2013		
Produto bancário	25.774	20.408	17.032	5.366	26,3%	3.376	19,8%
Margem financeira	18.047	13.685	11.097	4.362	31,9%	2.588	23,3%
Receita de prestação de serviços	7.282	6.321	5.495	961	15,2%	826	15,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	445	402	440	43	10,7%	(38)	(8,6)%
Perdas com créditos e sinistros	(5.931)	(3.202)	(1.807)	(2.729)	85,2%	(1.395)	77,2%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.764)	(3.565)	(2.008)	(3.199)	89,7%	(1.557)	77,5%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	883	407	248	476	117,0%	159	64,1%
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(50)	(44)	(47)	(6)	13,6%	3	(6,4)%
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	19.843	17.206	15.225	2.637	15,3%	1.981	13,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.130)	(9.150)	(8.700)	(1.980)	21,6%	(450)	5,2%
Despesas não decorrentes de juros	(9.877)	(8.158)	(7.839)	(1.719)	21,1%	(319)	4,1%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(1.253)	(992)	(861)	(261)	26,3%	(131)	15,2%
Lucro Líquido antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	8.713	8.056	6.525	657	8,2%	1.531	23,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.691)	(2.591)	(2.215)	(100)	3,9%	(376)	17,0%
Lucro líquido	6.022	5.465	4.310	557	10,2%	1.155	26,8%
Medidas de desempenho							
Índice de eficiência	40,4%	42,1%	48,5%				
Índice de eficiência ajustado ao risco	64,4%	58,4%	59,6%				
Informações do balanço							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	251.056	221.950	201.688				
Total de ativos	547.236	436.872	355.632				

Em 2015, o lucro líquido do nosso segmento Banco de Atacado cresceu 10,2% em relação ao ano anterior. Nosso produto bancário aumentou 26,3%, já que a margem de juros e as receitas de prestação de serviços registraram alta de 31,9% e 15,2% em relação a 2014. O aumento da nossa carteira de crédito de pessoas jurídicas durante 2015 contribuiu para a melhoria na margem de juros do período, quando comparada à margem de juros de 2014.

As perdas com créditos e sinistros aumentaram 85,2%, devido principalmente ao aumento nas despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa de empresas do setor corporativo em 2015. O aumento de 117% na recuperação de créditos baixados como prejuízos, em comparação a 2014, foi causado essencialmente pela reestruturação referente aos valores devidos por

um cliente específico do segmento corporativo. As despesas não decorrentes de juros aumentaram 21,1% e tiveram impacto negativo sobre o lucro líquido.

Em 2014, o lucro líquido do nosso segmento Banco de Atacado aumentou 26,8% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente da margem de juros mais elevada, que subiu 23,3% em relação a 2013. A receita de prestação de serviços registrou alta de 15% em relação a 2013, devido às receitas mais altas de Fusões e Aquisições e operações de renda fixa.

Nossa despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou R\$ 1.557 milhão em 2014, em comparação a 2013. As despesas não decorrentes de juros aumentaram 4,1% em 2014 quando comparadas a 2013, abaixo da taxa de inflação (IPCA) de 6,41% em 2014.

Atividades com o Mercado e Corporação

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado do segmento de Atividades com o Mercado e Corporação relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Demonstração consolidada de resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2015	2014	2013	2015-2014		2014-2013	
Produto bancário	7.641	3.916	3.940	3.725	95,1%	(24)	(0,6)%
Margem financeira	7.513	3.590	3.608	3.923	109,3%	(18)	(0,5)%
Receita de prestação de serviços	59	222	216	(163)	(73,4)%	6	2,8%
Resultado de operações de seg. prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	69	104	116	(35)	(33,7)%	(12)	(10,3)%
Perdas com créditos e sinistros	98	(3)	(332)	101	(3.366,7)%	329	(99,1)%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	98	(3)	(302)	101	(3.366,7)%	299	(99,0)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	(40)	-	-	40	(100,0)%
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	-	-	10	-	-	(10)	(100,0)%
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	7.739	3.913	3.608	3.826	97,8%	305	8,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.948)	(1.089)	(282)	(859)	78,9%	(807)	286,2%
Despesas não decorrentes de juros	(1.522)	(1.182)	(450)	(340)	28,8%	(732)	162,7%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(426)	93	168	(519)	(558,1)%	(75)	(44,6)%
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.791	2.824	3.326	2.967	105,1%	(502)	(15,1)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.040)	(74)	(219)	(966)	1.305,4%	145	(66,2)%
Participação minoritárias nas subsidiárias	(14)	(6)	(12)	(8)	133,3%	6	(50,0)%
Lucro líquido	4.737	2.744	3.095	1.993	72,6%	(351)	(11,3)%
Medidas de desempenho							
Índice de eficiência	21,0%	29,5%	21,0%				
Índice de eficiência ajustado ao risco	19,7%	29,5%	19,7%				
Informações do balanço							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	-	3.572	4.966				
Total de ativos	127.716	107.174	116.625				

O segmento Atividades com o Mercado e Corporação inclui o resultado do investimento de nosso capital excedente, os custos de nossa dívida subordinada excedente e o saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Inclui, também, a margem financeira sobre transações no mercado, os custos das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias que não são ligadas a qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária e à nossa participação na Porto Seguro S.A.

Em 2015, o lucro líquido do segmento Atividades com o Mercado e Corporação cresceu 72,6% em relação ao ano anterior. Com efeitos positivos em nosso lucro líquido, a margem de juros aumentou R\$ 3.932 milhões, ou 109,3% (devido principalmente aos melhores resultados de nossas

operações de tesouraria realizadas para fins de gerenciamento de ativos e passivos e gerenciamento da carteira proprietária). Em 2015 as despesas não decorrentes de juros aumentaram 28,8% quando comparadas a 2014.

Em 2014, o lucro líquido do segmento Atividades com o Mercado e Corporação diminuiu 11,3% em relação ao ano anterior. Com efeito negativo sobre o lucro líquido, as despesas não decorrentes de juros registraram alta de 162,7% em 2014 quando comparada ao ano de 2013, principalmente devido a custos pré-operacionais do nosso novo centro de processamento de dados. O produto bancário diminuiu R\$ 24 milhões, ou 0,6%, devido principalmente aos resultados menores de nossas operações de tesouraria realizadas para fins de gerenciamento de ativos e passivos e gerenciamento da carteira proprietária.

Variações nos Fluxos de Caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações nos nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

(Em milhões de R\$)

Fluxo de Caixa	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2015	2014	2013
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais	(34.459)	89.726	32.530
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de investimento	(361)	2.676	(14.500)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento	(8.529)	(21.688)	(10.606)
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	(43.350)	70.714	7.425

Em 2015, a nossa diminuição de R\$ 43.350 milhões em caixa e equivalente de caixa é atribuída à aplicação de R\$ 34.459 milhões nas atividades operacionais, R\$ 361 milhões nas atividades de investimento e R\$ 8.529 milhões nas atividades de financiamento.

Atividades Operacionais

Em 2015, o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foram de R\$ 34.459 milhões, devido ao aumento em ativos financeiros mantidos para negociação, operações de crédito (resultado do crescimento de carteira de crédito) e nas aplicações no mercado aberto. Em 2014, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais foram resultantes de uma redução nos ativos financeiros para negociação e de um aumento nas captações no mercado aberto, parcialmente compensada pelo aumento nas operações de crédito. Em 2013, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades operacionais resultaram principalmente de um aumento nos recursos de mercados interbancários, compensados por nossas operações de crédito. A administração acredita que o fluxo de caixa das atividades operacionais, saldos de caixa e fundos de mercado interbancário são suficientes para financiar nossas necessidades de liquidez operacional.

Atividades de Investimento

As atividades de investimento incluem os ativos disponíveis para venda, ativos mantidos até o vencimento, outros recebíveis e títulos de investimentos. Em 2015, a compra de ativos disponíveis para venda e

compra de ativos financeiros mantidos até o vencimento foram as principais causas das saídas de caixa em nosso fluxo de caixa decorrentes de atividades de investimento. Em 2014, a venda das operações de seguros de grandes riscos e a venda de ativos disponíveis para venda foi a principal causa das entradas de caixa em nosso fluxo de caixa decorrente de atividades de investimento, compensadas pelos recursos pagos da venda de ativos disponíveis para venda. Em 2013, a aquisição da Credicard e o aumento na compra de ativos disponíveis para venda foram as principais causas das saídas de caixa decorrentes de atividades de investimento, compensado por recursos recebidos com a venda de ativos disponíveis para venda.

Atividades de Financiamento

Em 2015, 2014 e 2013, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, do aumento nos resgates da nossa dívida subordinada em mercados institucionais. Além disso, pagamos dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.008 milhões, R\$ 6.319 milhões e R\$ 5.369 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Em 2015, recomparamos um montante de R\$ 3.324 milhões em ações para a tesouraria, que gerou uma saída de caixa no mesmo montante.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso Conselho de Administração determina nossa política com respeito à gestão de risco de liquidez e estabelece amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada ao nosso apetite por risco. A Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML), composta por membros da alta administração, é responsável pela gestão estratégica de risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco aprovada pelo Conselho. Para estabelecer nossas diretrizes, a CSRML considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do Grupo Unibanco, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração e pela CSRML. Isto incluindo a responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos *pools* de liquidez distribuídos em nossas operações no Brasil e em cada uma das nossas subsidiárias na América Latina e na Europa. Nossas operações no Brasil incluem instituições financeiras brasileiras e entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação de recursos e prestação de serviços aos clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Paraguai) e na Europa possuem as suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, respeitando, simultaneamente, os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração do Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente ocorrem transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias,

exceto em circunstâncias específicas (como, por exemplo, aumentos de capital direcionados). O Brasil, a Argentina, o Reino Unido e a Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabelecem níveis mínimos de liquidez locais.

A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras e determina as respectivas porcentagens mínimas, as sanções e as limitações aplicáveis em caso de não cumprimento desses requisitos adicionais.

Definimos a nossa reserva de liquidez operacional do grupo consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro, com base em práticas de mercado e limites legais. A reserva de liquidez operacional geralmente inclui disponibilidade, posição bancada de operações compromissadas e títulos públicos sem ônus.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$)

Reserva Operacional	Em 31 de Dezembro de			Saldo Médio de 2015 ⁽¹⁾
	2015	2014	2013	
Disponibilidades	18.544	17.527	16.576	18.180
Posição bancada de operações compromissadas ⁽²⁾	72.091	74.275	23.979	56.045
Títulos públicos – carteira própria	65.965	45.587	50.573	56.052
Reserva operacional	156.600	137.389	91.128	130.277

(1) Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis.

(2) Subtraído o valor de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014 e R\$ 3.333 em 31/12/2013), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

A administração controla nossas reservas de liquidez, mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML). Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco sempre tenha liquidez disponível suficiente para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais estabelecidas, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez em níveis adequados para cumprir nossas obrigações atuais e futuras e aproveitar possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos das turbulências e da volatilidade nos mercados financeiros globais e à economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, que incluem uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que nos possibilitam ter acesso a mais recursos quando necessário, não tivemos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de perturbações nos mercados financeiros internacionais.

A tabela a seguir apresenta nossa média de depósitos e empréstimos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Depósitos e empréstimos médios	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2015		2014		2013	
	Saldo Médio	% do total	Saldo Médio	% do total	Saldo Médio	% do total
Passivos remunerados	875.904	81,2	793.069	82,4	738.535	83,4
Depósitos remunerados	236.314	21,9	233.999	24,3	209.347	23,6
Depósitos de poupança	114.500	10,6	111.473	11,6	92.964	10,5
Depósitos interfinanceiros	19.633	1,8	6.131	0,6	7.446	0,8
Depósitos a prazo	102.182	9,5	116.395	12,1	108.937	12,3
Captações no mercado aberto	297.509	27,6	266.527	27,7	256.025	28,9
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	219.463	20,3	183.981	19,1	174.834	19,7
Recursos de mercados interbancários	134.637	12,5	113.522	11,8	104.002	11,7
Recursos de mercados institucionais	84.826	7,9	70.459	7,3	70.832	8,0
Provisão de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	121.856	11,3	107.880	11,2	97.818	11,0
Outros passivos remunerados	761	0,1	682	0,1	511	0,1
Passivos não remunerados	203.377	18,8	169.247	17,6	147.338	16,6
Depósitos não remunerados	54.148	5,0	43.840	4,6	36.726	4,1
Derivativos	29.488	2,7	13.107	1,4	10.355	1,2
Outros passivos não remunerados	119.740	11,1	112.300	11,7	100.257	11,3
Total	1.079.280	100,0	962.316	100,0	885.873	100,0

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a [seção Desempenho, item Demonstrações contábeis consolidadas, Nota 17 – Depósitos](#) para mais detalhes sobre captações.

Podemos, ocasionalmente, tentar liquidar ou comprar a nossa dívida pendente, inclusive as nossas notas subordinadas (sujeitas à aprovação do Banco Central) e títulos de dívida (senior notes), por meio de recompras no mercado aberto, operações negociadas de forma privada ou de outra forma. Essas recompras, se houver, dependerão das condições de mercado predominantes, dos nossos requisitos de liquidez, restrições contratuais e outros fatores. As notas recompradas podem ser mantidas, canceladas ou revendidas e qualquer revenda estará em conformidade com os requisitos ou isenções aplicáveis nos termos das respectivas leis de títulos e valores mobiliários.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo

prazo. Até 31 de dezembro de 2015, nenhum desses eventos, inclusive eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que distribui tais dividendos tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem realizar depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDIs). Essas restrições não tiveram, e não se espera que tenham, impacto relevante em nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de Banco de Varejo e de cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações de cartão de crédito e varejo durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Além disso, há uma certa sazonalidade no final do ano em nossos negócios de planos de previdência, ocasião em que o 13º salário é pago. Também temos certa sazonalidade em nossas taxas de serviços bancários relacionados aos serviços de cobrança no início do ano, que é quando os impostos e outras contribuições fiscais são geralmente pagos.

Informações sobre tendências

Estamos preparados para que vários fatores afetem nossos futuros resultados das operações, liquidez e recursos de capital, inclusive:

- O ambiente econômico brasileiro (consulte a seção [Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#) para mais detalhes);

- Desdobramentos legais e regulatórios (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios](#) para informações adicionais);
- Os efeitos de qualquer turbulência financeira internacional, inclusive sobre a liquidez e o capital exigidos (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global](#) e [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#) para mais detalhes);
- Os efeitos da inflação sobre o resultado das nossas operações (consulte a [seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro](#) e a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, Inflação e flutuações](#)

[nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós](#) para mais detalhes);

- Os efeitos das oscilações no valor do real, nas taxas de câmbio e nas taxas de juros sobre nossa receita líquida de juros ([consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos](#) para mais detalhes); e
- Quaisquer aquisições que venhamos a fazer no futuro (consulte a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, A integração de negócios adquiridos ou associados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós](#) para mais detalhes).

Como parte da nossa estratégia, continuamos a rever as oportunidades de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, consulte a [seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco](#), para comentários sobre os riscos enfrentados em nossas operações e que poderiam afetar nosso negócio, os resultados das operações ou a situação financeira.



Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS)

As demonstrações contábeis a seguir, juntamente com o parecer dos auditores independentes, fazem parte deste Relatório Anual:

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas	F-1
Relatório do auditor independente registrado no PCAOB	F-2
Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2015 e 2014	F-3
Demonstração Consolidada do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013	F-4
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013	F-5
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013	F-6
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013	F-8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	F-10

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o padrão contábil internacional ("IFRS"), conforme aprovado pelo "International Accounting Standard Board" ("IASB"), e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2015. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras (COSO - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission). Com base nessa avaliação e critérios, a nossa administração concluiu que os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de Dezembro de 2015 são efetivos.

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana 13a-15(d), a nossa administração concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente esses controles e nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

A efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2015 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

Roberto Egydio Setubal
Diretor Presidente

Eduardo Mazzilli de Vassimon
Vice-Presidente Financeiro

Um original assinado deste relatório foi fornecido ao registrante e será retido e fornecido por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou sua equipe mediante solicitação.

Data: 29 de abril de 2016.

Relatório do auditor independente registrado no PCAOB

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Em nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as respectivas demonstrações contábeis consolidadas do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas (“Itaú Unibanco Holding”) em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e os resultados das suas operações e seus fluxos de caixa de cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Também em nossa opinião, o Itaú Unibanco Holding manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2015, com base nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework 2013* (Controles Internos – Um Modelo Integrado 2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). A Administração do Itaú Unibanco Holding é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, pela manutenção de controles internos efetivos relacionados a essas demonstrações contábeis consolidadas e pela avaliação sobre a efetividade desses controles internos conforme descrito no “Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas”. Nossa responsabilidade é a de emitir uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e sobre os controles internos do Itaú Unibanco Holding relacionados às demonstrações contábeis consolidadas com base em nossos exames de auditoria integrada. Nossos exames de auditoria integrada foram conduzidos de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos (*Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB*) e as normas internacionais de auditoria (ISA). Estas normas requerem que os exames sejam planejados e conduzidos com o objetivo de se obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de erros materiais e de que os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram efetivos em todos os seus aspectos relevantes. Um exame de demonstrações contábeis consolidadas compreende a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação das práticas e estimativas contábeis relevantes adotadas pela administração, bem como a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. Um exame de controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas compreende a obtenção do entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, a avaliação do risco sobre a existência de deficiência material nos controles internos, e o teste e a avaliação do desenho e da operação efetiva dos controles internos baseado em nossa avaliação de risco. Nossos exames incluíram também a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossos exames proporcionam uma base razoável para a emissão de nossas opiniões.

Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são um processo desenvolvido para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e financeiras e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas divulgadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluem as políticas e procedimentos que (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, refletem adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de adequação (“compliance”) com as políticas e procedimentos possa se deteriorar.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

São Paulo, Brasil
29 de abril de 2016

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4	18.544	17.527
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	66.556	63.106
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	30.525	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	6	254.404	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	164.311	132.944
Dados em Garantia		11.008	37.366
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		153.303	95.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	642	733
Derivativos	8 e 9	26.755	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	86.045	78.360
Dados em Garantia		16.706	22.250
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		69.339	56.110
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	42.185	34.434
Dados em Garantia		9.460	6.102
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		32.725	28.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	447.404	430.039
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		474.248	452.431
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.844)	(22.392)
Outros Ativos Financeiros	20a	53.506	53.649
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.399	4.090
Ágio	3a	2.057	1.961
Imobilizado, Líquido	15	8.541	8.711
Ativos Intangíveis, Líquido	16	6.295	6.134
Ativos Fiscais		52.149	35.243
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.088	3.329
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	47.453	31.129
Outros		2.608	785
Bens Destinados à Venda	36	486	196
Outros Ativos	20a	11.611	13.921
Total do Ativo		1.276.415	1.127.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos	17	292.610	294.773
Captações no Mercado Aberto	19a	336.643	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	412	520
Derivativos	8 e 9	31.071	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	19a	156.886	122.586
Recursos de Mercados Institucionais	19b	93.918	73.242
Outros Passivos Financeiros	20b	68.715	71.492
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	129.305	109.778
Passivos de Planos de Capitalização		3.044	3.010
Provisões	32	18.994	17.027
Obrigações Fiscais		4.971	4.465
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.364	2.835
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	370	201
Outras		2.237	1.429
Outros Passivos	20b	25.787	23.660
Total do Passivo		1.162.356	1.026.586
Capital Social	21a	85.148	75.000
Ações em Tesouraria	21a	(4.353)	(1.328)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.733	1.508
Reservas Integralizadas	21d	10.067	8.210
Reservas a Integralizar	21e	20.947	16.301
Resultado Abrangente Acumulado		(1.290)	(431)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		112.252	99.260
Participações de Acionistas não Controladores		1.807	1.357
Total do Patrimônio Líquido		114.059	100.617
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.276.415	1.127.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado

Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Produto Bancário		92.011	91.657	79.387
Receita de Juros e Rendimentos	23a	147.789	120.115	94.127
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(75.064)	(72.977)	(46.361)
Receita de Dividendos		98	215	205
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	(11.862)	(724)	(5.924)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(6.353)	9.644	6.594
Receita de Prestação de Serviços	24	29.452	26.342	22.712
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		6.672	6.888	6.639
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	22.634	22.797	23.327
Resseguros de Prêmios	30b III	(89)	(1.031)	(1.523)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(16.460)	(15.436)	(15.628)
Receita de Operações de Capitalização		587	558	463
Outras Receitas	25	1.279	2.154	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros		(21.335)	(15.801)	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(24.517)	(18.832)	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		4.779	5.054	5.061
Despesas com Sinistros		(1.611)	(2.430)	(3.155)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		14	407	1.080
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		70.676	75.856	64.517
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(52.411)	(47.048)	(43.652)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(47.626)	(42.550)	(39.914)
Despesas Tributárias		(5.405)	(5.063)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	620	565	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	18.265	28.808	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(8.965)	(7.209)	(7.503)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		16.856	262	3.160
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	25.740	21.555	16.424
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		416	306	98
Lucro por Ação - Básico	28			
Ordinárias		4,30	3,58	2,73
Preferenciais		4,30	3,58	2,73
Lucro por Ação - Diluído	28			
Ordinárias		4,28	3,56	2,72
Preferenciais		4,28	3,56	2,72
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28			
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28			
Ordinárias		3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Preferenciais		2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.171)	583	(3.187)
Variação de Valor Justo		(6.518)	20	(6.166)
Efeito Fiscal		2.659	14	2.476
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	2.812	915	839
Efeito Fiscal		(1.124)	(366)	(336)
Hedge		(1.739)	(143)	(317)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	1.148	336	312
Variação de Valor Justo		2.104	644	541
Efeito Fiscal		(956)	(308)	(229)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(2.887)	(479)	(629)
Variação de Valor Justo		(5.134)	(830)	(1.049)
Efeito Fiscal		2.247	351	420
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		(48)	202	(379)
Remensurações	29	(68)	332	(633)
Efeito Fiscal		20	(130)	254
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		3.099	440	635
Total do Resultado Abrangente		25.297	22.943	13.274
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		416	306	98
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		24.881	22.637	13.176

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2015, 2014 e 2013
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores										Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total	
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes							
							Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)				
Saldos em 01/01/2013	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	-	2.004	-	-	648	(917)	75.902	96	75.998
Transações com os Acionistas	15.000	(331)	96	(12.404)	-	(5.842)	-	-	-	-	-	(3.481)	775	(2.706)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	(331)	96	-	-	-	-	-	-	-	-	(235)	-	(235)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	331	(116)	-	-	-	-	-	-	-	-	215	-	215
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(662)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(662)	-	(662)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	212	-	212
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	812	812
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.596	-	(5.842)	-	-	-	-	-	(3.246)	(37)	(3.283)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2013 - Exercício 2012 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(1.730)	-	-	-	-	-	-	-	(1.730)	-	(1.730)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(640)	-	-	-	-	-	-	-	(640)	-	(640)
Outros	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	16.424	(3.187)	(379)	635	(317)	13.176	98	13.274	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	16.424	-	-	-	-	16.424	98	16.522	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(3.187)	(379)	635	(317)	(3.248)	-	(3.248)	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	583	-	(583)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	5.236	4.763	(9.999)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192	
Mutação do Período	15.000	(331)	96	(8.955)	4.759	-	(3.187)	(379)	635	(317)	7.321	873	8.194	
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192	
Transações com os Acionistas	15.000	526	524	(12.053)	-	(7.344)	-	-	-	-	(3.347)	82	(3.265)	
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	15.000	-	-	(15.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	526	223	-	-	-	-	-	-	-	749	-	749	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	561	(26)	-	-	-	-	-	-	-	535	-	535	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(35)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)	-	(35)	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	249	-	-	-	-	-	-	-	249	-	249	
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	301	-	-	-	-	-	-	-	301	-	301	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	167	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.947	-	(7.344)	-	-	-	-	(4.397)	(85)	(4.482)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)	
Outros	-	-	-	(17)	-	-	-	-	-	-	(17)	-	(17)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	21.555	583	202	440	(143)	22.637	306	22.943	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	21.555	-	-	-	-	21.555	306	21.861	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	583	202	440	(143)	1.082	-	1.082	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	870	-	(870)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	9.178	4.163	(13.341)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617	
Mutação do Período	15.000	526	524	(5.258)	4.163	-	583	202	440	(143)	16.037	388	16.425	
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617	
Transações com os Acionistas	10.148	(3.025)	225	(7.445)	-	(8.207)	-	-	-	-	(8.304)	34	(8.270)	
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(3.025)	101	-	-	-	-	-	-	-	(2.924)	-	(2.924)	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	299	45	-	-	-	-	-	-	-	344	-	344	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.324)	-	(3.324)	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56	
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	124	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.703	-	(8.207)	-	-	-	-	(5.504)	(242)	(5.746)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.936)	-	-	-	-	-	-	(2.936)	-	(2.936)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)	
Outros	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	25.740	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	24.881	416	25.297	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	25.740	-	-	-	-	25.740	416	26.156	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	(859)	-	(859)	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	11.823	4.656	(16.479)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	85.148	(4.353)	1.733	10.067	20.947	-	(2.771)	(225)	4.822	(3.116)	112.252	1.807	114.059	
Mutação do Período	10.148	(3.025)	225	1.857	4.646	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	12.992	450	13.442	

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Ajustado		56.881	58.231	47.706
Lucro Líquido		26.156	21.861	16.522
Ajustes ao Lucro Líquido:		30.725	36.370	31.184
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		180	550	212
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(9.681)	1.186	(2.590)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	24.517	18.832	17.856
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		15.409	7.879	4.940
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		-	-	41
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		16.460	15.436	15.628
Resultado de Operações de Capitalização		(587)	(558)	(463)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	2.828	2.544	2.333
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		1.479	1.019	801
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		3.948	3.380	4.534
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(285)	(377)	(265)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	(1.869)	(262)	(3.160)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(620)	(565)	(603)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	2.812	915	839
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(16.941)	(9.012)	(8.482)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(6.821)	(3.517)	(544)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	36	35	1
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	43	14	(10)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	11	41	10
(Ganho) Perda decorrente de Alienação do Investimento da ISSC	3c	-	(1.151)	-
Outros		(194)	(19)	107
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(91.340)	31.495	(15.176)
(Aumento) Redução em Ativos		(149.459)	8.195	(48.638)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.308	12.099	520
Aplicações no Mercado Aberto		(88.250)	11.327	27.601
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(2.762)	13.893	(13.180)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(31.056)	26.073	(3.347)
Derivativos (Ativos / Passivos)		3.008	4.525	582
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		435	(303)	(151)
Operações de Crédito		(28.103)	(42.309)	(56.661)
Outros Ativos Financeiros		2.476	(35.546)	(3.921)
Outros Ativos Fiscais		(15.037)	1.203	1.059
Outros Ativos		6.522	17.233	(1.139)
(Redução) Aumento em Passivos		58.119	23.300	33.462
Depósitos		(16.696)	(4.353)	29.466
Captações no Mercado Aberto		47.833	22.013	(723)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(434)	47	(271)
Recursos de Mercados Interbancários		33.199	3.946	14.196
Outros Passivos Financeiros		(5.222)	4.711	5.894
Provisão de Seguros e Previdência		3.067	(383)	(6.923)
Passivos de Planos de Capitalização		621	536	603
Provisões		(2.005)	(4.852)	(4.286)
Obrigações Fiscais		6.931	8.119	3.509
Outros Passivos		(2.693)	1.237	(1.247)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.482)	(7.721)	(6.756)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(34.459)	89.726	32.530
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		243	213	62
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		12.214	60.768	29.518
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		3.160	2.667	465
Alienação de Bens Destinados a Venda		123	68	111
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(43)	(14)	15
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Venda da ISSC	3c	-	1.474	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3a	-	(88)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	104	62	60
Distrato de Contratos do Intangível	16	69	222	201
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(9.516)	(46.165)	(38.738)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(4.090)	(11.322)	(585)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Credicard	3a	-	-	(2.875)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(0)	(10)	(379)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(1.466)	(3.966)	(2.516)
Aquisição de Intangível	16	(1.158)	(1.232)	161
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(361)	2.676	(14.500)
Captação em Mercados Institucionais		6.667	207	121
Resgate em Mercados Institucionais		(5.242)	(16.158)	(5.166)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		276	167	292
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		344	535	215
Aquisições de Ações para Tesouraria		(3.324)	(35)	(662)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(242)	(85)	(37)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(7.008)	(6.319)	(5.369)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(8.529)	(21.688)	(10.606)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(43.350)	70.714	7.425
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	125.318	55.790	45.775
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		9.681	(1.186)	2.590
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	91.649	125.318	55.790
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		136.277	117.079	92.411
Juros Pagos		58.436	67.559	52.338
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		2.458	2.270	1.070

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 para Contas Patrimoniais e
De 01/01 a 31/12 de 2015, 2014 e 2013 para Contas de Resultado**
(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Reunião de Diretoria em 29 de abril de 2016.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”).

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2015

- IAS 19 – Benefícios aos Empregados – A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já considera estes procedimentos.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os

possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2015 e em 2014, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreçamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2015 e 31/12/2014:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3b) Brasil	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	(Nota 3a) Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(*) Brasil	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras

mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação;
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos dessa categoria têm o mesmo tratamento contábil daqueles apresentados na categoria Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente, na data em que os contratos são firmados, e subsequentemente, reconhecidos a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável e, no caso de instrumentos de patrimônio um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros disponíveis para a venda quanto a reversão dessa perda são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação, e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo

passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

São inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Sua composição está apresentada na Nota 20a.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesa de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17);
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f);
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b);
- Obrigações de Planos de Capitalização;
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/12/2015
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cujos efeitos iniciaram a partir de 01/01/2015, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não exerceu a opção da antecipação dos efeitos conforme artigos 75 e 96. Dentre outros assuntos, a referida Lei dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.638/07, alterada pela Lei nº 11.941/09;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

A referida lei não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo a IFRS 4, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 (R1)– Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

r) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

y) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Aquisições

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias e governamentais necessárias.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamento, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

A operação foi aprovada pelo BACEN no dia 23 de dezembro de 2015.

A governança será compartilhada com o grupo Ultra, sendo que a efetiva aquisição e a liquidação financeira ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato.

A operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group) estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, que será denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e de 33,13% para o Corp Group; e
- iii. Posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que assinará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e terceiros.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. Contudo, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes pactuaram que o fechamento da operação ocorrerá até 2 de maio de 2016, quando estarão em condições plenas para o processo de reorganização societária.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidará o Itaú CorpBanca após o fechamento da operação.

MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

Em 13 de março de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil.

Os objetivos da operação são (a) ampliar os negócios de emissão e adquirência, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia desta Aliança está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 13.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	11

Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionistas

Em 17 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinou novo Acordo de Acionistas, que passou a vigorar a partir da data de fechamento da operação.

Em linha com a tendência mundial de melhores práticas, o acordo prevê que, em aproximadamente 4 anos, as Partes deverão substituir parte de suas redes externas de Terminais de AutoAtendimento (TAA) pela Rede Banco24Horas, gerando eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Além das Partes, cerca de outros 40 bancos são clientes da TECBAN.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de novembro de 2014.

Participações	Atual	Anterior
Ações	935.995.448	974.021.768
%	24,93%	25,94%

MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa

Em 20 de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou contrato de compra e venda de ações com a MCC Inversiones Globales (MCC Inversiones) e a MCC Beneficial Owners (Pessoas Físicas Chilenas), para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Securities.

Em 01 de agosto de 2011, as partes assinaram um acordo para aquisição em etapas da totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em 18 de agosto de 2014, assinaram um novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa.

	Atual		Anterior	
	MCC Securities	MCC Corredora	MCC Securities	MCC Corredora
Ações	6.000.000	2.046	3.000.001	1.024
%	100%	100%	50%	50,05%

Com esta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de *Private Banking* do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e a MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis a partir de 31 de agosto de 2014, data do fechamento da operação.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Em milhões de US\$

Preço de Compra	77
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(13)
(-) Marca	(2)
(=) Ágio	62

BMG Seguradora S.A.

Em 25 de junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú BMG Consignado S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores do Banco BMG S.A., para aquisição de 99,996% das ações da BMG Seguradora S.A. representado por 35.292.627 ações pelo montante de R\$ 88.

A BMG Seguradora S.A. assinou acordo de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com o Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos. A aquisição da participação visa ampliar as atividades de seguridade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 27 de janeiro de 2014.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	88
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(65)
(=) Ágio	23

Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de julho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. (BIU), assinou contrato com o Citibank N.A. Uruguay Branch, com regras para a aquisição das operações de varejo no Uruguai.

Como resultado desta operação, o BIU assumiu uma carteira de clientes relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolveram principalmente as operações de cartão de crédito que o Citibank desenvolveu no país sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 31 de dezembro de 2013.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Em milhões de US\$

Preço de Compra	26
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(1)
(=) Ágio	25

Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaucard S.A., assinou contrato de compra e venda de ações e quotas com o Banco Citibank, para aquisição do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Vendas Ltda., incluindo a marca "Credicard", pelo valor de R\$ 2.948. Estas entidades eram responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 20 de dezembro de 2013.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Citicard e a Citifinancial Promotora de Vendas em suas Demonstrações Contábeis a partir de dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2014 o Banco Citicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura e de ativos intangíveis.

Preço de Compra	2.948
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(1.069)
(-) Marca	(27)
(+) Passivo Fiscal Diferido	11
(=) Ágio	1.863

b) Parcerias e Associações**Associação com o Banco BMG S.A.**

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou contrato de Associação com o Banco BMG S.A. (BMG) visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A., no qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detinha o controle com participação de 70% no capital social total e votante e o BMG os 30% remanescentes. O capital social subscrito pelos acionistas foi de R\$ 1.000 na proporção de cada participação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING contribuiu com sua capacidade econômico-financeira, experiência administrativa e de controles e o BMG contribuiu com sua competência comercial e operacional, além da plataforma tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 07 de janeiro de 2013.

Em 29 de abril de 2014, foi assinado acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado concentrando as operações no Itaú BMG Consignado. A partir de 25 de julho de 2014 e durante o prazo da associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG para a oferta de créditos consignados no território brasileiro, observadas algumas exceções.

Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de julho de 2014 o BMG realizou um aumento de capital do Itaú BMG Consignado, no montante de R\$ 181 e, com isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter 60% de participação no capital social total e votante e o BMG passou a deter os 40% remanescentes. A possibilidade desta unificação já era prevista inicialmente.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuou a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas Demonstrações Contábeis.

Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A.

Em 20 de agosto de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. renovou o acordo de cooperação comercial que mantém com a Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. Esse acordo prevê a exclusividade para a oferta de financiamentos em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro e o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Alienações

Operação de Seguros de Grandes Riscos

Em 04 de julho de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda de ações com a ACE Ina International Holdings Ltd. (ACE), em que se comprometeu a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (ISSC).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores elevados segurados.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, a ACE pagou R\$ 1,5 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias, por meio da ISSC. Em 31 de outubro de 2014, a ISSC efetuou a transferência das ações mediante a liquidação financeira por parte da ACE, com atualização do preço da operação considerando a posição do patrimônio líquido na data do fechamento da operação, no valor de R\$ 379.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento “Banco Varejo” nas Demonstrações Contábeis.

Via Varejo

Em 01 de outubro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Seguros S.A., recebeu da Via Varejo o valor de R\$ 584 em função da rescisão antecipada dos acordos operacionais relativos à oferta de seguro garantia estendida nas lojas do Ponto Frio e Casas Bahia. O Valor recebido se refere substancialmente à restituição dos valores desembolsados nos termos contratuais, devidamente corrigidos.

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.544	17.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.022	13.939
Aplicações no Mercado Aberto	51.083	93.852
Total	91.649	125.318

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 8.503 (R\$ 9.142 em 31/12/2014) e R\$ 203.321 (R\$ 115.066 em 31/12/2014), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2015	31/12/2014
Não Remunerados	3.790	3.392
Remunerados	62.766	59.714
Total	66.556	63.106

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.769	756	30.525	22.135	946	23.081
Aplicações no Mercado Aberto (*)	254.404	-	254.404	208.918	-	208.918
Total	284.173	756	284.929	231.053	946	231.999

(*) O montante de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 152.551 (R\$ 88.716 em 31/12/2014) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	1.110	(59)	1.051	870	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	117.848	(795)	117.053	86.796	(403)	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	4.672	(241)	4.431	1.894	20	1.914
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.140	9	1.149	1.502	38	1.540
Argentina	682	14	696	594	34	628
Chile	36	-	36	132	-	132
Colômbia	77	(5)	72	85	3	88
Estados Unidos	132	-	132	447	1	448
México	3	-	3	3	-	3
Paraguai	68	-	68	128	-	128
Uruguai	40	-	40	41	-	41
Outros	102	-	102	72	-	72
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	40.659	(32)	40.627	42.207	20	42.227
Ações Negociáveis	2.231	(70)	2.161	2.383	(32)	2.351
Certificado de Depósito Bancário	2.583	-	2.583	3.281	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	1	-	1
Debêntures	4.460	62	4.522	4.203	40	4.243
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	1.015	(24)	991	1.049	12	1.061
Letras Financeiras	30.367	-	30.367	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	577	-	577
Outros	3	-	3	2	-	2
Total ⁽²⁾	165.429	(1.118)	164.311	133.269	(325)	132.944

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$7.384 (R\$ 36.544 em 31/12/2014), b) R\$ 3.541 (R\$ 531 em 31/12/2014), c) R\$ 68 (R\$ 249 em 31/12/2014) e d) R\$ 15 (R\$ 42 em 31/12/2014), totalizando R\$ 11.008 (R\$ 37.366 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	36.045	35.934	53.436	53.451
Sem vencimento	3.341	3.212	3.253	3.220
Até um ano	32.704	32.722	50.183	50.231
Não Circulante	129.384	128.377	79.833	79.493
De um a cinco anos	57.923	57.700	57.278	57.074
De cinco a dez anos	66.148	65.437	16.400	16.279
Após dez anos	5.313	5.240	6.155	6.140
Total	165.429	164.311	133.269	132.944

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 117.128 (R\$ 97.184 em 31/12/2014). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
		Acumulados Refletidos no Resultado	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	493	13	506
Títulos Públicos - Outros Países	143	(7)	136
Total	636	6	642

	31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
		Acumulados Refletidos no Resultado	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	-	-	468	493
Até um ano	-	-	468	493
Não Circulante	636	642	242	240
De um a cinco anos	636	642	242	240

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 7.757 (R\$ 3.826 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos de Futuros	589.451	(71)	600	529
Compromissos de Compra	189.037	702	624	1.326
<i>Commodities</i>	316	-	-	-
Índices	60.485	702	(6)	696
Mercado Interfinanceiro	88.411	(40)	1	(39)
Moeda Estrangeira	34.228	40	629	669
Títulos	5.508	-	-	-
Outros	89	-	-	-
Compromissos de Venda	400.414	(773)	(24)	(797)
<i>Commodities</i>	158	-	-	-
Índices	73.466	(754)	8	(746)
Mercado Interfinanceiro	190.855	60	-	60
Moeda Estrangeira	129.357	(79)	(32)	(111)
Títulos	6.260	-	-	-
Outros	318	-	-	-
Contratos de Swaps		(8.848)	1.664	(7.184)
Posição Ativa	327.834	4.764	4.383	9.147
<i>Commodities</i>	4	-	-	-
Índices	134.426	(18)	1.050	1.032
Mercado Interfinanceiro	60.888	426	818	1.244
Moeda Estrangeira	14.668	3.068	1.234	4.302
Pós-Fixados	11.491	377	143	520
Prefixados	106.316	911	1.138	2.049
Títulos	25	-	-	-
Outros	16	-	-	-
Posição Passiva	336.682	(13.612)	(2.719)	(16.331)
<i>Commodities</i>	15	-	-	-
Índices	100.826	(2.316)	(311)	(2.627)
Mercado Interfinanceiro	37.889	(233)	(1.167)	(1.400)
Moeda Estrangeira	33.944	(6.084)	(756)	(6.840)
Pós-Fixados	11.195	(155)	(560)	(715)
Prefixados	152.593	(4.795)	70	(4.725)
Títulos	64	(29)	5	(24)
Outros	156	-	-	-
Contratos de Opções	285.405	136	(336)	(200)
De Compra - Posição Comprada	61.880	2.288	1.661	3.949
<i>Commodities</i>	481	25	(11)	14
Índices	5.505	66	(25)	41
Mercado Interfinanceiro	5.116	15	6	21
Moeda Estrangeira	44.802	2.073	1.474	3.547
Prefixados	6	-	-	-
Títulos	5.872	101	208	309
Outros	98	8	9	17
De Venda - Posição Comprada	85.099	1.481	153	1.634
<i>Commodities</i>	159	9	12	21
Índices	27.824	133	16	149
Mercado Interfinanceiro	12.347	16	(16)	-
Moeda Estrangeira	36.526	1.024	(557)	467
Prefixados	179	8	(1)	7
Títulos	8.015	291	698	989
Outros	49	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	58.929	(2.020)	(2.141)	(4.161)
<i>Commodities</i>	249	(6)	-	(6)
Índices	5.418	(66)	21	(45)
Mercado Interfinanceiro	5.146	(21)	(30)	(51)
Moeda Estrangeira	42.750	(1.864)	(1.902)	(3.766)
Prefixados	112	-	-	-
Títulos	5.156	(55)	(221)	(276)
Outros	98	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	79.497	(1.613)	(9)	(1.622)
<i>Commodities</i>	290	(22)	(39)	(61)
Índices	30.277	(158)	(23)	(181)
Mercado Interfinanceiro	7.694	(10)	10	-
Moeda Estrangeira	33.751	(1.147)	740	(407)
Prefixados	22	(1)	-	(1)
Títulos	7.414	(275)	(696)	(971)
Outros	49	-	(1)	(1)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Contratos a Termo	40.227	2.253	80	2.333
Compras a Receber	516	636	-	636
Moeda Estrangeira	-	1	-	1
Pós-Fixados	354	353	-	353
Prefixados	154	273	-	273
Títulos	8	9	-	9
Obrigações por Compra a Pagar	-	(508)	-	(508)
Pós-Fixados	-	(353)	-	(353)
Prefixados	-	(154)	-	(154)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Vendas a Receber	23.208	2.448	82	2.530
Mercado Interfinanceiro	20.697	-	73	73
Pós-Fixados	164	164	-	164
Prefixados	153	157	-	157
Títulos	2.194	2.127	9	2.136
Obrigações por Venda a Entregar	16.503	(323)	(2)	(325)
Mercado Interfinanceiro	16.503	-	(3)	(3)
Moeda Estrangeira	-	(2)	-	(2)
Pós-Fixados	-	(164)	1	(163)
Prefixados	-	(157)	-	(157)
Derivativos de Crédito	12.662	58	(319)	(261)
Posição Ativa	4.605	353	261	614
Moeda Estrangeira	3.625	353	212	565
Títulos	788	-	45	45
Outros	192	-	4	4
Posição Passiva	8.057	(295)	(580)	(875)
Moeda Estrangeira	4.360	(290)	(267)	(557)
Prefixados	547	(6)	(3)	(9)
Títulos	2.763	1	(275)	(274)
Outros	387	-	(35)	(35)
Forwards	148.477	203	85	288
Posição Ativa	71.227	3.285	145	3.430
Commodities	419	47	-	47
Índices	22	1	-	1
Moeda Estrangeira	70.786	3.237	145	3.382
Posição Passiva	77.250	(3.082)	(60)	(3.142)
Commodities	152	(13)	2	(11)
Índices	77	(3)	-	(3)
Moeda Estrangeira	77.020	(3.066)	(62)	(3.128)
Títulos	1	-	-	-
Verificação de Swap	2.817	(330)	140	(190)
Posição Ativa	1.697	199	156	355
Mercado Interfinanceiro	591	-	-	-
Moeda Estrangeira	1.106	199	156	355
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.120	(529)	(16)	(545)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	16.651	117	252	369
Posição Ativa	15.508	2.964	967	3.931
Moeda Estrangeira	10.468	2.883	588	3.471
Prefixados	1.464	71	63	134
Títulos	3.113	10	279	289
Outros	463	-	37	37
Posição Passiva	1.143	(2.847)	(715)	(3.562)
Moeda Estrangeira	283	(2.847)	(687)	(3.534)
Títulos	743	-	(25)	(25)
Outros	117	-	(3)	(3)
Ativo	18.347	8.408	26.755	26.755
Passivo	(24.829)	(6.242)	(31.071)	(31.071)
Total	(6.482)	2.166	(4.316)	(4.316)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2015
Contrato de Futuros	152.087	138.545	74.365	224.454	589.451
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.654	39.702	46.157	226.557	323.070
Contratos de Opções	93.587	123.391	40.860	27.567	285.405
Contratos a Termo	6.591	22.349	10.118	1.169	40.227
Derivativos de Crédito	-	1.436	428	10.798	12.662
Forwards	43.651	70.688	23.365	10.773	148.477
Verificação de Swap	-	-	-	1.697	1.697
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	3.254	502	11.345	16.651

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)
<i>Commodities</i>	157	-	-	-
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)
Prefixados	41	-	-	-
Títulos	6.811	-	-	-
Outros	5	-	-	-
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292
<i>Commodities</i>	341	-	-	-
Índices	19.289	311	5	316
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92
Títulos	7.798	-	-	-
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816
Índices	103.921	588	137	725
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393
Pós-Fixados	3.763	115	77	192
Prefixados	81.917	1.640	65	1.705
Títulos	16	-	-	-
Outros	11	-	-	-
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)
<i>Commodities</i>	25	-	-	-
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)
Prefixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)
Títulos	88	(41)	12	(29)
Outros	248	(23)	2	(21)
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)
De Compra - Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973
<i>Commodities</i>	614	17	(2)	15
Índices	35.438	102	(22)	80
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464
Pós-Fixados	8	-	-	-
Prefixados	2	-	-	-
Títulos	3.153	49	268	317
Outros	78	6	9	15
De Venda - Posição Comprada	142.059	1.049	(150)	899
<i>Commodities</i>	176	6	7	13
Índices	77.500	163	(1)	162
Mercado Interfinanceiro	23.359	44	(42)	2
Moeda Estrangeira	30.936	625	(419)	206
Pós-Fixados	163	1	(1)	-
Prefixados	114	5	-	5
Títulos	9.778	205	305	510
Outros	33	-	1	1
De Compra - Posição Vendida	88.218	(1.136)	(910)	(2.046)
<i>Commodities</i>	433	(8)	(1)	(9)
Índices	38.388	(73)	(15)	(88)
Mercado Interfinanceiro	7.380	(33)	(31)	(64)
Moeda Estrangeira	34.500	(990)	(579)	(1.569)
Prefixados	68	-	-	-
Títulos	7.371	(26)	(275)	(301)
Outros	78	(6)	(9)	(15)
De Venda - Posição Vendida	184.918	(1.126)	115	(1.011)
<i>Commodities</i>	328	(18)	(25)	(43)
Índices	123.694	(92)	(90)	(182)
Mercado Interfinanceiro	20.849	(24)	23	(1)
Moeda Estrangeira	30.937	(801)	506	(295)
Prefixados	3	-	-	-
Títulos	9.074	(191)	(298)	(489)
Outros	33	-	(1)	(1)

	Conta de Compensação Valor Referencial	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos a Termo	7.939	1.723		1.712
Compras a Receber	162	163	(1)	164
Pós-Fixados	66	65	1	66
Prefixados	94	96	-	96
Títulos	2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados	-	(65)	-	(65)
Prefixados	-	(95)	-	(95)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber	2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados	122	124	-	124
Prefixados	386	462	-	462
Títulos	1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar	5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro	5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados	-	(124)	(2)	(126)
Prefixados	-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito	11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa	6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira	1.806	118	(68)	50
Prefixados	3.932	59	(28)	31
Títulos	826	1	34	35
Outros	240	-	6	6
Posição Passiva	4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira	1.790	(110)	57	(53)
Prefixados	563	(31)	19	(12)
Títulos	1.935	(12)	(101)	(113)
Outros	69	-	(1)	(1)
Forwards	101.874	336	77	413
Posição Ativa	54.432	2.078	28	2.106
Commodities	182	14	1	15
Moeda Estrangeira	54.212	2.061	27	2.088
Títulos	38	3	-	3
Posição Passiva	47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities	152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira	47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Verificação de Swap	2.537	(209)	73	(136)
Posição Ativa	1.618	-	93	93
Mercado Interfinanceiro	710	-	-	-
Moeda Estrangeira	908	-	93	93
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	919	(209)	(20)	(229)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	11.276	109	22	131
Posição Ativa	6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira	2.647	1.399	183	1.582
Prefixados	628	42	(26)	16
Títulos	3.454	63	91	154
Outros	88	-	1	1
Posição Passiva	4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira	3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos	766	-	(14)	(14)
Outros	219	-	(4)	(4)
Ativo	12.334	1.822	14.156	14.156
Passivo	(15.950)	(1.400)	(17.350)	(17.350)
Total	(3.616)	422	(3.194)	(3.194)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2014
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Verificação de Swap	-	-	277	1.341	1.618
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&FBovespa	529	2,0	639	(155)	(18)	(49)	76	36
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.147	34,2	666	224	403	1.513	1.935	4.406
BM&FBOVESPA	662	2,5	17	13	25	104	126	377
Empresas	5.127	19,1	627	29	46	1.037	838	2.550
Instituições Financeiras	2.826	10,6	21	177	325	329	657	1.317
Pessoas Físicas	532	2,0	1	5	7	43	314	162
Contratos de Opções	5.583	20,8	2.413	676	609	715	692	478
BM&FBOVESPA	2.597	9,7	2.074	228	140	113	31	11
Empresas	1.278	4,8	118	147	131	194	412	276
Instituições Financeiras	1.697	6,3	221	300	337	399	249	191
Pessoas Físicas	11	0,0	-	1	1	9	-	-
Contratos a Termo	3.166	11,9	1.204	1.417	538	6	1	-
BM&FBOVESPA	2.218	8,3	368	1.313	530	6	1	-
Empresas	530	2,0	418	104	8	-	-	-
Instituições Financeiras	418	1,6	418	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	614	2,3	-	-	2	2	26	584
Forwards	3.430	12,8	1.030	794	526	434	233	413
BM&FBOVESPA	47	0,2	3	19	7	18	-	-
Empresas	1.453	5,4	177	327	288	294	135	232
Instituições Financeiras	1.927	7,2	850	447	230	121	98	181
Pessoas Físicas	3	0,0	-	1	1	1	-	-
Verificação de Swap - Empresas	355	1,3	-	-	-	-	355	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.931	14,7	88	1.269	867	32	112	1.563
Empresas	415	1,6	3	13	14	14	74	297
Instituições Financeiras	3.516	13,1	85	1.256	853	18	38	1.266
Total (*)	26.755	100,0	6.040	4.225	2.927	2.653	3.430	7.480
% por prazo de vencimento			22,6	15,8	10,9	9,9	12,8	28,0

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2014							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	647	4,5	140	246	72	165	23	1
Empresas	613	4,3	37	45	56	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	-	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	-	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total (*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

	31/12/2015							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(16.331)	52,6	(783)	(481)	(989)	(1.898)	(2.618)	(9.562)
BM&FBOVESPA	(1.107)	3,6	(9)	(10)	(35)	(145)	(340)	(568)
Empresas	(5.912)	19,0	(703)	(422)	(279)	(953)	(1.339)	(2.216)
Instituições Financeiras	(3.530)	11,4	(60)	(21)	(662)	(644)	(284)	(1.859)
Pessoas Físicas	(5.782)	18,6	(11)	(28)	(13)	(156)	(655)	(4.919)
Contratos de Opções	(5.783)	18,6	(1.460)	(1.285)	(895)	(845)	(805)	(493)
BM&FBOVESPA	(2.365)	7,6	(1.112)	(565)	(510)	(130)	(40)	(8)
Empresas	(661)	2,1	(71)	(45)	(63)	(150)	(144)	(188)
Instituições Financeiras	(2.748)	8,8	(277)	(674)	(321)	(560)	(620)	(296)
Pessoas Físicas	(9)	0,1	-	(1)	(1)	(5)	(1)	(1)
Contratos a Termo	(833)	2,6	(828)	(4)	(1)	-	-	-
BM&FBOVESPA	(5)	0,0	-	(4)	(1)	-	-	-
Empresas	(411)	1,3	(411)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(417)	1,3	(417)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(875)	2,8	-	(9)	(9)	(5)	(105)	(747)
Forwards	(3.142)	10,1	(692)	(727)	(785)	(581)	(233)	(124)
BM&FBOVESPA	(41)	0,1	(8)	(10)	(10)	(13)	-	-
Empresas	(1.948)	6,3	(260)	(478)	(565)	(356)	(179)	(110)
Instituições Financeiras	(1.151)	3,7	(424)	(238)	(210)	(211)	(54)	(14)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	(1)	-	(1)	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(545)	1,8	-	-	-	-	(335)	(210)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(3.562)	11,5	(87)	(1.267)	(857)	(19)	(8)	(1.324)
Empresas	(817)	2,6	(1)	(3)	(6)	(4)	(8)	(795)
Instituições Financeiras	(2.745)	8,9	(86)	(1.264)	(851)	(15)	-	(529)
Total (*)	(31.071)	100,0	(3.850)	(3.773)	(3.536)	(3.348)	(4.104)	(12.460)
% por prazo de vencimento			12,4	12,1	11,4	10,8	13,2	40,1

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

	31/12/2014							Acima de 720 dias
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	-	-	(1)	(2)	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total (*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/12/2015					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Instrumento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Risco	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.799	1.781	3.301	3.717	-
Total por Entidade	8.799	1.781	3.301	3.717	-

31/12/2014					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/12/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.799)	3.863	(4.936)
Total	(8.799)	3.863	(4.936)

31/12/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	254.404	-	254.404	(2.569)	-	251.835
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.755	-	26.755	(8.150)	-	18.605

31/12/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	336.643	-	336.643	(22.158)	-	314.485
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.071	-	31.071	(8.150)	(24)	22.897

31/12/2014						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2015. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de hedge foram designados entre 2012 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	2.947	80	793	45
Swap de Taxa de Juros	-	-	66	-
NDF	16	-	-	-
Total	2.963	80	859	45

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao *Hedge* de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/12/2015, o ganho (perda) relativo ao *hedge* de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 452 (R\$ (213) em 31/12/2014 e R\$ (117) em 31/12/2013).

b) *Hedge* de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(11.728)	(6)	(4.641)	25
Forward	669	44	297	22
NDF	2.801	76	1.280	5
Ativos Financeiros	46	-	(14)	-
Total	(8.212)	114	(3.078)	52

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(54)	3	(60)	-
Total	(54)	3	(60)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	77.905	43	77.922	53.198	(92)	53.198
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044	66	1.044
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	8.200	(90)	8.200	5.578	(15)	5.578
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	1.125	16	1.125	81	-	83
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.927	(427)	12.815	14.764	296	8.858
Hedge de Operações de Crédito	4.346	59	4.346	2.612	40	2.612
Hedge de Captações Estruturadas	781	-	781	531	-	531
Hedge de Operações Ativas	7.405	(263)	7.876	-	-	-
Total	121.689	(662)	113.065	77.808	295	71.904

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	31/12/2015							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	13.324	28.185	25.779	6.460	1.402	2.755	-	77.905
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	8.200	-	-	-	-	-	8.200
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.125	-	-	-	-	-	-	1.125
Hedge de Operações Ativas	-	4.627	2.778	-	-	-	-	7.405
Hedge de Operações de Crédito	339	276	474	898	88	447	1.824	4.346
Hedge de Captações Estruturadas	781	-	-	-	-	-	-	781
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	21.927	-	-	-	-	-	-	21.927
Total	37.496	41.288	29.031	7.358	1.490	3.202	1.824	121.689

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2014							Total
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	12.542	6.278	14.718	18.082	1.500	78	-	53.198
Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis	1.044	-	-	-	-	-	-	1.044
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	-	5.578	-	-	-	-	5.578
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	81	-	-	-	-	-	-	81
Hedge de Operações de Crédito	-	257	209	161	575	382	1.028	2.612
Hedge de Captações Estruturadas	-	531	-	-	-	-	-	531
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	14.764	-	-	-	-	-	-	14.764
Total	28.431	7.066	20.505	18.243	2.075	460	1.028	77.808

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	218	-	218	136	5	141
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	19.843	(2.531)	17.312	11.247	(13)	11.234
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.702	(906)	11.796	14.791	(400)	14.391
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	9.942	(59)	9.883	8.692	(73)	8.619
Bélgica	-	-	-	57	-	57
Chile	1.409	(2)	1.407	1.128	(9)	1.119
Coréia	1.626	-	1.626	1.782	-	1.782
Dinamarca	2.548	-	2.548	2.699	-	2.699
Espanha	1.060	-	1.060	783	-	783
Estados Unidos	2.028	(6)	2.022	726	-	726
França	-	-	-	131	2	133
Holanda	122	-	122	149	2	151
Itália	-	-	-	70	-	70
Paraguai	955	(43)	912	911	(62)	849
Uruguai	185	(7)	178	249	(6)	243
Outros	9	(1)	8	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	47.380	(544)	46.836	43.917	58	43.975
Ações Negociáveis	706	222	928	1.982	17	1.999
Cédula de Produtor Rural	1.176	(46)	1.130	1.431	(23)	1.408
Certificado de Depósito Bancário	1.576	(3)	1.573	1.281	-	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.244	(207)	2.037	2.489	33	2.522
Debêntures	23.153	(318)	22.835	20.187	58	20.245
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	10.180	(68)	10.112	6.672	35	6.707
Letras Financeiras	6.893	(47)	6.846	8.063	(58)	8.005
Notas Promissórias	1.060	(69)	991	1.398	(1)	1.397
Outros	392	(8)	384	414	(3)	411
Total ⁽²⁾	90.085	(4.040)	86.045	78.783	(423)	78.360

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 1.755 (R\$ 10.321 em 31/12/2014), b) R\$ 14.135 (R\$ 2.081 em 31/12/2014), c) R\$ 8 (R\$ 8 em 31/12/2014) e d) R\$ 808 (R\$ 9.840 em 31/12/2014), totalizando R\$ 16.706 (R\$ 22.250 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	22.754	22.923	22.176	22.220
Sem Vencimento	923	1.145	2.118	2.141
Até um ano	21.831	21.778	20.058	20.079
Não Circulante	67.331	63.122	56.607	56.140
De um a cinco anos	35.739	35.098	29.853	29.743
De cinco a dez anos	17.041	15.682	12.779	12.650
Após dez anos	14.551	12.342	13.975	13.747
Total	90.085	86.045	78.783	78.360

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	15.661	13.549
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	14.788	10.304
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	11.721	10.555
Títulos Públicos - Outros Países	15	26
Total ⁽²⁾	42.185	34.434

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 9.460 (R\$ 6.102 em 31/12/2014).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 3.758 (R\$ 2.347 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 486 de 01/01 a 31/12/2013).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	661	980
Até um ano	661	980
Não Circulante	41.524	33.454
De um a cinco anos	14.500	13.609
De cinco a dez anos	18.870	11.582
Após dez anos	8.154	8.263
Total	42.185	34.434

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas Físicas	187.220	185.953
Cartão de Crédito	58.542	59.321
Crédito Pessoal	28.396	27.953
Crédito Consignado	45.434	40.525
Veículos	20.058	29.047
Crédito Imobiliário	34.790	29.107
Grandes Empresas	139.989	135.928
Micro/Pequenas e Médias Empresas	78.576	79.912
Unidades Externas América Latina	68.463	50.638
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(26.844)	(22.392)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	447.404	430.039

Por vencimento	31/12/2015	31/12/2014
Vencidas a partir de 1 dia	15.596	13.074
A vencer até 3 meses	128.389	128.365
A vencer de 3 a 12 meses	111.083	111.092
A vencer acima de um ano	219.180	199.900
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	474.248	452.431

Por Concentração	31/12/2015	31/12/2014
Principal Devedor	4.615	4.032
10 Maiores Devedores	27.173	23.646
20 Maiores Devedores	40.831	35.325
50 Maiores Devedores	63.797	58.180
100 Maiores Devedores	85.167	79.617

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 1.882, R\$ 1.623 e R\$ 1.681 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2015, 31/12/2014 e 31/12/2013 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	13.385	-	(11.235)	12.567	14.717
Cartão de Crédito	3.740	-	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	-	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	-	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	-	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	-	(43)	51	53
Grandes Empresas	2.899	-	(4.321)	7.537	6.115
Micros / Pequenas e Médias	5.373	-	(3.981)	3.761	5.153
Unidades Externas América Latina	735	-	(528)	652	859
Total	22.392	-	(20.065)	24.517	26.844

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2013	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	-	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	-	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	-	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	-	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	-	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	-	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.775	-	(672)	1.796	2.899
Micros / Pequenas e Médias	6.085	-	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	522	-	(343)	556	735
Total	22.235	-	(18.675)	18.832	22.392

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.356	-	(478)	897	1.775
Micros / Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	422	-	(177)	277	522
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2015	31/12/2014
Setor Público	2	6
Indústria e Comércio	4.314	4.146
Serviços	6.001	3.682
Setor Primário	922	391
Outros Setores	18	16
Pessoa Física	15.587	14.151
Total	26.844	22.392

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2015						31/12/2014					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas ^(*)	11.339	5.528	128.650	587	139.989	6.115	3.749	1.731	132.179	1.168	135.928	2.899
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	11.579	6.587	175.641	8.130	187.220	14.717	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385
Cartão de Crédito	4.072	2.436	54.470	1.705	58.542	4.141	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740
Crédito Pessoal	5.049	3.442	23.347	4.888	28.396	8.330	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024
Crédito Consignado	1.242	227	44.192	1.092	45.434	1.319	626	163	39.899	944	40.525	1.107
Veículos	880	459	19.178	415	20.058	874	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469
Crédito Imobiliário	336	23	34.454	30	34.790	53	250	18	28.857	27	29.107	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.564	2.545	75.012	2.608	78.576	5.153	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373
Unidades Externas América Latina	675	313	67.788	546	68.463	859	505	267	50.133	468	50.638	735
Total	27.157	14.973	447.091	11.871	474.248	26.844	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

31/12/2015			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.075	(794)	2.281
Até 1 ano	3.075	(794)	2.281
Não Circulante	3.402	(1.050)	2.352
Entre 1 e 5 anos	3.172	(1.014)	2.158
Acima de 5 anos	230	(36)	194
Total	6.477	(1.844)	4.633

31/12/2014			
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	4.109	(713)	3.396
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886
Acima de 5 anos	186	(28)	158
Total	8.242	(1.802)	6.440

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 176 (R\$ 302 em 31/12/2014).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2015 e 31/12/2014:

Natureza da Operação	31/12/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.806	2.763	2.805	2.752	1.106	1.106	1.106	1.106
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.849	2.849	2.849	2.849	3.439	3.433	3.438	3.418
Total	5.655	5.612	5.654	5.601	4.545	4.539	4.544	4.524

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.931	(26)	708	2.464	289	2.830
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.561	-	447	1.348	219	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.213	12	674	475	102	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	106	12	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	6	(2)	-
Total	-	-	-	-	-	4.399	620	-

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014						31/12/2013
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988	466
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-	104
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-	12
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-	15
Entidades Controladas em Conjunto									
MCC Securities Inc ^(h)	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	-	4
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-	603

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2015 a posição de 30/11/2015 e em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 776 em 31/12/2015 e R\$ 791 em 31/12/2014, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2015 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 20% em 31/12/2014) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante). A empresa Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) foi liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 31/12/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(h) Em agosto/14 houve aquisição da totalidade do investimento, Nota 3a.

Em 31/12/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 240 (R\$ 336 em 31/12/2014 e R\$ 175 em 31/12/2013); IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 73 (R\$ 46 em 31/12/2014) e BSF Holding S.A. no montante de R\$ 58.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Total de Ativos ^(*)	20.183	17.812	17.131
Total de Passivos ^(*)	11.477	9.917	10.072
Total de Receitas ^(*)	22.083	6.907	3.860
Total de Despesas ^(*)	(20.255)	(5.112)	(2.394)

^(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.690 (R\$ 12.933 em 31/12/2014) referente a Ativos, de R\$ 11.477 (R\$ 9.917 em 31/12/2014) referente a Passivos, de R\$ 20.928 (R\$ 5.852 em 31/12/2014) referente a Receitas e de R\$ (20.254) (R\$ (4.962) em 31/12/2014) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário**a) Arrendamento Mercantil Financeiro**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 517 (R\$ 804 em 31/12/2014).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	491	394
Até 1 ano	491	394
Não Circulante	26	410
De 1 a 5 anos	26	410
Total de Pagamento Mínimos Futuros	517	804
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	517	804

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015 (R\$ 1.018 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 933 de 01/01 a 31/12/2013).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	1.267	1.199
Até 1 ano	1.267	1.199
Não Circulante	5.028	4.213
De 1 a 5 anos	4.043	3.539
Mais de 5 anos	985	674
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.295	5.412

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83	1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)	(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6	145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-	-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1	94
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	3.026	1.673	1.801	975	8.217	858	18.350
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)	(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3	440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)	(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015	-	-	(1.764)	(930)	(841)	(579)	(5.138)	(557)	(9.809)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	792	1.008	1.262	743	960	396	3.079	301	8.541

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Aquisições	1.485	3	11	169	117	74	2.045	62	3.966
Baixas	-	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Transferências	(157)	-	-	157	-	-	-	-	-
Outros	1	(10)	(14)	-	(39)	18	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	2.277	1.011	2.220	1.468	1.116	916	7.419	773	17.200
Depreciação									
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2014	2.274	1.011	525	714	597	415	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2012	356	1.029	2.237	1.186	872	877	5.480	606	12.643
Aquisições	735	-	22	148	183	66	1.262	118	2.534
Baixas	-	(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)	(735)
Variação Cambial	(7)	-	2	7	4	(3)	9	3	15
Transferências	(136)	-	-	136	-	-	-	-	-
Outros	-	(2)	(12)	17	(5)	-	2	1	1
Saldo em 31/12/2013	948	1.019	2.236	1.283	1.043	925	6.279	725	14.458
Depreciação									
Saldo em 31/12/2012	-	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação	-	-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)	(1.522)
Baixas	-	-	10	209	7	7	430	2	665
Variação Cambial	-	-	-	(2)	3	9	(11)	-	(1)
Outros	-	-	16	(26)	(11)	(3)	2	1	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2013	946	1.019	585	616	604	431	2.049	314	6.564

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Distratos/ Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	1.005	1.409	2.362	3.311	960	9.047
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Distratos/ Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	(600)	(330)	(1.190)	(252)	(342)	(2.714)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	(18)	(2)	-	(18)	-	(38)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	387	1.077	1.172	3.041	618	6.295

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4l.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	até 9	até 5	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições	195	340	382	820	298	2.035
Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)
Baixas	519	68	158	-	1	746
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)
Outros	-	(9)	132	-	10	133
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)
Reversões	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	171.527	59.991	231.518	180.207	65.833	246.040
Depósitos a Prazo	45.994	59.256	105.250	43.136	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	14.214	735	14.949	18.622	503	19.125
Depósito de Poupança	111.319	-	111.319	118.449	-	118.449
Depósitos não Remunerados	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Depósitos à Vista	61.092	-	61.092	48.733	-	48.733
Total	232.619	59.991	292.610	228.940	65.833	294.773

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Notas Estruturadas		
Ações	57	73
Títulos de Dívida	355	447
Total	412	520

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2015 e 31/12/2014.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	34	220
Não Circulante	378	300
De um a cinco anos	364	122
De cinco a dez anos	5	149
Após dez anos	9	29
Total	412	520

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	181.198	155.445	336.643	152.093	136.590	288.683
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	64.955	155.445	220.400	76.343	136.590	212.933
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	116.243	-	116.243	75.750	-	75.750
Interbancário	80.547	76.339	156.886	68.818	53.768	122.586
Letras Hipotecárias	31	108	139	32	111	143
Letras de Crédito Imobiliário	12.441	2.011	14.452	10.395	437	10.832
Letras de Crédito do Agronegócio	6.695	7.080	13.775	5.229	2.582	7.811
Letras Financeiras	3.860	14.636	18.496	6.284	4.361	10.645
Financiamento à Importação e à Exportação	45.633	19.933	65.566	27.916	15.465	43.381
Repasse no País	11.884	26.920	38.804	18.942	26.288	45.230
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	3	5.651	5.654	20	4.524	4.544

(*) Inclui R\$ 152.215 (R\$ 139.910 em 31/12/2014) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	49% do CDI a 17,36%	0,48% a 3,84%
Letras Hipotecárias	-	3% a 7%
Letras de Crédito Imobiliário	81% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	70% a 98% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,0%	0,3% a 18%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 13,17%	0,3% a 18%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 49% CDI a 17,36%. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	10.209	55.576	65.785	2.832	52.785	55.617
Obrigações por TVM no Exterior	4.757	19.431	24.188	3.142	12.250	15.392
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	893	3.052	3.945	1.080	1.153	2.233
Total	15.859	78.059	93.918	7.054	66.188	73.242

(1) Em 31/12/2015, R\$ 64.861 (R\$ 53.865 em 31/12/2014) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.510.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,7% a IGPM + 7,7%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	0,091% a 27,75%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPA + 2,59% a 16,27%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	41.546	11.960	53.506	40.984	12.665	53.649
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	25.191	-	25.191	24.203	-	24.203
Operações de Seguros e Resseguros	1.367	-	1.367	1.388	-	1.388
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.131	10.502	12.633	2.128	11.478	13.606
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	409	-	409	624	-	624
Negociação e Intermediação de Valores	7.725	-	7.725	3.964	-	3.964
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	335	758	1.093	53	623	676
Serviços Prestados a Receber	2.333	149	2.482	2.394	81	2.475
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	5.894	-	5.894
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	551	551	-	483	483
Carteira de Câmbio	444	-	444	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.611	-	1.611	336	-	336
Não Financeiros	7.005	4.606	11.611	10.906	3.015	13.921
Despesas Antecipadas	2.196	1.012	3.208	3.594	434	4.028
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.183	2.183	-	2.456	2.456
Diversos no País	602	-	602	1.862	-	1.862
Prêmio de Operações de Crédito	814	850	1.664	2.371	-	2.371
Diversos no Exterior	1.542	550	2.092	2.058	125	2.183
Outros	1.851	11	1.862	1.021	-	1.021

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	68.478	237	68.715	69.610	1.882	71.492
Operações com Cartões de Crédito	56.143	-	56.143	58.596	-	58.596
Carteira de Câmbio	-	-	-	784	-	784
Negociação e Intermediação de Valores	10.920	177	11.097	5.749	1.439	7.188
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	491	26	517	394	410	804
Recursos de Consorciados	45	-	45	30	-	30
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-	3.477	33	3.510
Outros	879	34	913	580	-	580
Não Financeiros	24.975	812	25.787	22.612	1.048	23.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	239	-	239	226	-	226
Diversos no País	1.681	75	1.756	1.680	48	1.728
Recursos em Trânsito	10.893	-	10.893	8.906	-	8.906
Provisão para Pagamentos Diversos	1.944	199	2.143	2.161	378	2.539
Sociais e Estatutárias	5.110	-	5.110	4.678	41	4.719
Relativas a Operações de Seguros	253	-	253	260	-	260
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	808	-	808	933	-	933
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	-	491	491	-	516	516
Provisão de Pessoal	1.336	47	1.383	1.317	65	1.382
Provisão para Seguro Saúde	716	-	716	685	-	685
Rendas Antecipadas	1.909	-	1.909	1.386	-	1.386
Outros	86	-	86	380	-	380

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar-lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148 (R\$ 75.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 58.283 (R\$ 51.563 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 26.864 (R\$ 23.437 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/12/2015				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Aquisições de Ações	-	111.524.800	111.524.800	(3.324)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.873.741)	(5.873.741)	4
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.342.874)	(5.342.874)	295
Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015	254	8.425.914	8.426.168	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾	2.795	162.562.650	162.565.445	(4.353)
Em Circulação em 31/12/2015	3.047.037.403	2.874.313.101	5.921.350.504	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
31/12/2014				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.752.543.169	1.082.328.262	3.834.871.431	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	17.493.375	1.678.467.875	1.695.961.250	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	277.003.654	276.079.614	553.083.268	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	3.047.040.198	3.036.875.751	6.083.915.949	
Residentes no País em 31/12/2014	3.034.554.303	1.148.179.276	4.182.733.579	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	12.485.895	1.888.696.475	1.901.182.370	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.541	75.753.711	75.756.252	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.100.000	1.100.000	(35)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.003.419)	(19.003.419)	413
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.978.546)	(4.978.546)	148
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	254	6.339.660	6.339.914	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.795	59.211.406	59.214.201	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.977.664.345	6.024.701.748	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	3.047.037.403	2.953.546.669	6.000.584.072	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	24,96
Médio ponderado	-	28,80
Máximo	-	31,86
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	26,78
Valor de Mercado em 31/12/2015	24,58	26,33

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	31,03
Médio ponderado	-	31,59
Máximo	-	31,88
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,25	22,43
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido Individual Estatutário	21.084	17.392	11.661
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(1.054)	(870)	(583)
Base de Cálculo do Dividendo	20.030	16.522	11.078
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	5.007	4.130	2.769
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	7.305	6.635	5.095

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	3.002	(311)	2.691
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	2.502	(186)	2.316
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2015	89	-	89
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1980	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016	1.240	(186)	1.054
Declarados após 31/12/2015 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.703	(405)	2.298
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4564 por ação.	2.703	(405)	2.298
Total de 01/01 a 31/12/2015 - R\$ 1,2376 líquido por ação	8.207	(902)	7.305

	31/12/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.637	(267)	2.370
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2014	857	-	857
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,3256 por ação, pago em 25/08/2014	1.780	(267)	1.513
Declarados até 31/12/2014 (Registrados em Outros Passivos)	1.760	-	1.760
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2015	82	-	82
Dividendos - R\$ 0,3063 por ação	1.678	-	1.678
Declarados após 31/12/2014 (Registrados em Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos)	2.947	(442)	2.505
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5380 por ação.	2.947	(442)	2.505
Total de 01/01 a 31/12/2014 - R\$ 1,2204 líquido por ação	7.344	(709)	6.635

	31/12/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	2.162	(206)	1.956
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2013	786	-	786
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2774 por ação, pago em 21/08/2013	1.376	(206)	1.170
Declarados até 31/12/2013 (Registrados em Outros Passivos)	1.084	(152)	933
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2014	74	-	74
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2036 por ação, creditados em 30/12/2013 pagos em 28/02/2014	1.010	(152)	859
Declarados após 31/12/2013 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros)	2.596	(389)	2.207
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,5236 por ação.	2.596	(389)	2.207
Total de 01/01 a 31/12/2013 - R\$ 1,0340 líquido por ação	5.842	(747)	5.095

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	9.782	7.925	13.183
Legal ⁽²⁾	6.895	5.841	4.971
Estatutárias	9.461	7.775	13.615
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	3.355	2.885	3.901
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	1.655	1.162	3.003
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	4.451	3.728	6.711
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(9.277)	(8.638)	(7.999)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	2.703	2.947	2.596
Total das Reservas na Controladora	10.067	8.210	13.468

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de Dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/12/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (734) (R\$ (441) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (322) de 01/01 a 31/12/2013).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(9.062.437)	40,08	
Exercidas	(151.358)	24,32	34,36
Saldo em 31/12/2015	45.948.317	35,08	
Opções exercíveis no final do período	32.407.235	36,74	
Opções em aberto não exercíveis	13.541.082	31,12	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		26,34 - 40,28	
Outorga 2010-2012		23,88 - 42,79	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	29,86	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(1.531.443)	31,80	
Exercidas	(15.154.975)	27,28	33,39
Saldo em 31/12/2014	55.162.112	32,43	
Opções exercíveis no final do período	28.872.290	32,15	
Opções em aberto não exercíveis	26.289.822	32,73	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		23,80 - 39,87	
Outorga 2010-2012		23,88 - 38,66	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,56		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2012	78.845.712	28,45	
Opções exercíveis no final do período	25.971.551	28,80	
Opções em aberto não exercíveis	52.874.161	28,29	
Opções:			
Outorgadas	616.298	23,88	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(3.022.248)	32,57	
Exercidas	(4.591.232)	25,68	30,40
Saldo em 31/12/2013	71.848.530	30,30	
Opções exercíveis no final do período	36.008.273	27,65	
Opções em aberto não exercíveis	35.840.257	32,95	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		22,95 - 38,56	
Outorga 2010-2012		23,88 - 37,30	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,57		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 29,22 por ação em 31/12/2015 (R\$ 29,65 por ação em 31/12/2014 e R\$ 28,20 por ação em 31/12/2013).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Novas Outorgas	10.402.541
Cancelados	(808.809)
Exercidos	(5.722.383)
Saldo em 31/12/2015	30.605.777
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Novas Outorgas	12.107.909
Cancelados	(1.712.039)
Exercidos	(3.848.444)
Saldo em 31/12/2014	26.734.428
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	19.002.047
Novas Outorgas	6.287.169
Cancelados	(718.857)
Exercidos	(4.383.357)
Saldo em 31/12/2013	20.187.002
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,05

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 31,24 por ação em 31/12/2015 (R\$ 25,33 por ação em 31/12/2014 e R\$ 25,91 por ação em 31/12/2013).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	15.901.823
Novos	12.538.652
Entregues	(7.551.031)
Cancelados	(593.468)
Saldo em 31/12/2015	20.295.976

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	8.290.751
Novos	11.002.630
Entregues	(2.954.758)
Cancelados	(436.800)
Saldo em 31/12/2014	15.901.823

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	
	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	-
Novos	8.368.685
Entregues	(35.790)
Cancelados	(42.144)
Saldo em 31/12/2013	8.290.751

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5.748	5.904	4.314
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.628	1.286	583
Aplicações em Mercado Aberto	27.572	17.929	12.630
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	19.826	15.128	10.860
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.979	7.272	5.067
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.758	2.347	486
Operações de Crédito	79.392	69.248	59.546
Outros Ativos Financeiros	886	1.001	641
Total	147.789	120.115	94.127

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Depósitos	(13.587)	(12.064)	(9.802)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(32.879)	(26.771)	(16.865)
Recursos de Mercados Interbancários	(7.970)	(14.404)	(6.245)
Recursos de Mercados Institucionais	(8.030)	(10.695)	(9.971)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(12.556)	(8.987)	(3.436)
Outros	(42)	(56)	(42)
Total	(75.064)	(72.977)	(46.361)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(3.158)	41	(2.736)
Derivativos (*)	(6.071)	119	(2.517)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	51	32	15
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(2.812)	(915)	(839)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	128	(1)	153
Total	(11.862)	(724)	(5.924)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante os períodos findos em 31/12/2015 e 31/12/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/12/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 1.533 (R\$ 174 em 31/12/2014 e R\$ 3 em 31/12/2013) de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, registrado na demonstração do resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços de Contas Correntes	8.815	7.725	6.450
Taxas de Administração	2.932	2.660	2.501
Comissões de Cobrança	1.250	1.279	1.213
Comissões de Cartões de Crédito	12.722	11.507	9.701
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.609	1.407	1.240
Comissão de Corretagem	248	262	337
Outros	1.876	1.502	1.270
Total	29.452	26.342	22.712

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto ^(*)	97	1.194	131
Recuperação de Despesas	210	207	110
Reversão de Provisões	455	179	119
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	65	158	624
Outros	452	416	411
Total	1.279	2.154	1.395

(*) De 01/01 a 31/12/2014 refere-se basicamente ao lucro na alienação do investimento da ISSC no montante de R\$ 1.151.

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesas de Pessoal	(19.573)	(17.071)	(15.860)
Remuneração	(7.982)	(7.046)	(6.503)
Encargos	(2.540)	(2.364)	(2.181)
Benefícios Sociais	(2.472)	(2.133)	(1.983)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(240)	33	7
Benefício Definido	(78)	(30)	(37)
Contribuição Definida	(162)	63	44
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(214)	(231)	(188)
Treinamento	(202)	(186)	(185)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.387)	(3.324)	(2.850)
Desligamentos	(351)	(377)	(327)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(2.185)	(1.443)	(1.650)
Despesas Administrativas	(15.112)	(14.325)	(13.257)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.052)	(3.870)	(3.700)
Serviços de Terceiros	(4.044)	(4.189)	(3.215)
Instalações	(1.022)	(924)	(964)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.095)	(972)	(1.361)
Despesas de Aluguéis	(1.289)	(1.216)	(1.100)
Transportes	(411)	(432)	(454)
Materiais	(380)	(365)	(356)
Despesas com Serviços Financeiros	(614)	(544)	(496)
Segurança	(675)	(627)	(549)
Concessionárias de Serviços Públicos	(418)	(289)	(248)
Despesas de Viagem	(212)	(204)	(194)
Outros	(900)	(693)	(620)
Depreciação	(1.688)	(1.641)	(1.522)
Amortização	(910)	(827)	(808)
Despesas de Comercialização de Seguros	(1.138)	(1.214)	(1.147)
Outras Despesas	(9.205)	(7.472)	(7.320)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.415)	(2.691)	(1.874)
Perdas com fraudes com Terceiros	(468)	(472)	(566)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em			
Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(187)	(133)	(132)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(2.069)	(1.708)	(2.274)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(1.361)	(971)	(1.311)
Ressarcimento de custos interbancários	(262)	(229)	(227)
Outros	(1.443)	(1.268)	(936)
Total	(47.626)	(42.550)	(39.914)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	18.265	28.808	20.865
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(7.611)	(11.523)	(8.346)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	176	109	243
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	8.329	1.471	1.054
Juros sobre o Capital Próprio	2.585	1.738	1.619
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	631	639	639
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	271	311	172
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis ^(*)	(13.346)	46	(2.884)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.965)	(7.209)	(7.503)
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	13.006	1.341	3.617
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	(71)	(1.079)	(457)
Majoração de Alíquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	3.921	-	-
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	16.856	262	3.160
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.891	(6.947)	(4.343)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	32.513	(7.009)	23.407	48.911
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(2.319)	8.982	25.572
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(239)	1.464	6.655
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(1.364)</u>	<u>2.451</u>	<u>5.385</u>
Ações Cíveis	1.818	(624)	955	2.149
Ações Trabalhistas	1.460	(382)	734	1.812
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(351)	762	1.420
Outros	11	(7)	-	4
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(210)	-	511
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(698)	812	508
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	(4)	1.254	1.253
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	4.951	4.951
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	48	322
Outros	2.375	(2.066)	3.445	3.754
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(1.527)	1.674	4.253
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	2.514	(631)	-	1.883
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	(142)	1.583	1.980
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	87	137
Outros	1.003	(754)	4	253
Total ^{(1) (2)}	36.619	(8.536)	25.081	53.164

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	9.947	32.513
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	5.902	18.909
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	7	5.430
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.973</u>	<u>(1.515)</u>	<u>1.840</u>	<u>4.298</u>
Ações Cíveis	1.706	(435)	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	339	1.009
Outros	18	(7)	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	721
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	304	394
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	12	3
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	109	109
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	1.761	2.375
Refletido no Patrimônio Líquido	4.502	(915)	519	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	3.153	(639)	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa	426	-	376	802
Outros	109	(1)	143	251
Total ^(*)	39.545	(13.392)	10.466	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Refletido no Resultado	4.735	(1.801)	1.343	4.277
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(1.021)	-	1.487
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(425)	679	1.130
Planos de Pensão	336	(34)	34	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(12)	59	51
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	198	198
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	(277)	-	286
Outros	442	(26)	373	789
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(97)	945	1.804
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(79)	-	53
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	940	1.313
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	(18)	-	424
Outros	9	-	5	14
Total (*)	5.691	(1.898)	2.288	6.081

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total (*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2015, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	%	Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%				%
2016	14.911	32%	113	2%	15.024	28%	(1.080)	18%	13.944	30%
2017	6.895	15%	293	5%	7.188	14%	(924)	16%	6.264	13%
2018	6.732	14%	498	7%	7.230	14%	(1.297)	21%	5.933	13%
2019	6.778	15%	264	4%	7.042	13%	(387)	6%	6.655	14%
2020	2.287	5%	3.016	45%	5.303	10%	(427)	7%	4.876	10%
Acima de 2020	8.906	19%	2.471	37%	11.377	21%	(1.966)	32%	9.411	20%
Total	46.509	100%	6.655	100%	53.164	100%	(6.081)	100%	47.083	100%
Valor Presente (*)	40.660		5.230		45.890		(5.031)		40.859	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CS para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. O efeito no resultado foi de R\$ 3.921. Em 31/12/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido	25.740	21.555	16.424
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(65)	(65)	(65)
Subtotal	25.675	21.490	16.359
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(67)	(67)	(67)
Subtotal	25.608	21.423	16.292
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	13.043	10.850	8.262
Aos Detentores de Ações Preferenciais	12.565	10.573	8.030
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Lucro por Ação - Básico - R\$			
Ações Ordinárias	4,30	3,58	2,73
Ações Preferenciais	4,30	3,58	2,73
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	12.630	10.638	8.095
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	74	58	35
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	12.704	10.696	8.130
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	13.110	10.917	8.329
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(74)	(58)	(35)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	13.036	10.859	8.294
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.047.037.403	3.047.037.403	3.047.037.403
Ações Preferenciais	2.969.647.577	3.001.704.485	2.986.498.093
Ações Preferenciais	2.935.346.437	2.969.406.420	2.961.435.158
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	34.301.140	32.298.065	25.062.935
Lucro por Ação Diluído - R\$			
Ações Ordinárias	4,28	3,56	2,72
Ações Preferenciais	4,28	3,56	2,72

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 7.110.702 ações preferenciais em 31/12/2015, 6.418.385 ações preferenciais em 31/12/2014 e 9.544.743 ações preferenciais em 31/12/2013.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Custo Serviço Corrente	(68)	(74)	(103)	-	-	-	-	-	-	(68)	(74)	(103)
Juros Líquidos	(6)	(32)	2	219	196	180	(17)	(14)	(12)	196	150	170
Aportes e Contribuições (*)	-	-	-	(381)	(133)	(136)	-	-	-	(381)	(133)	(136)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	13	9	7	13	9	7
Total Valores Reconhecidos	(74)	(106)	(101)	(162)	63	44	(4)	(5)	(5)	(240)	(48)	(62)

(*) Em 2015, inclui provisão para equacionamento de excedente do fundo previdencial, conforme regulamento, no montante R\$ 236. No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 207 (R\$ 190 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 183 de 01/01 a 31/12/2013), sendo R\$ 144 (R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 136 de 01/01 a 31/12/2013) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(75)	(354)	-	(221)	(286)	-	(8)	7	-	(304)	(633)	-
Efeito na Restrição do Ativo	(103)	(453)	1.036	(38)	77	43	-	-	-	(141)	(376)	1.079
Remensurações	133	732	(1.390)	(55)	(12)	(329)	(5)	(15)	7	73	705	(1.712)
Total Valores Reconhecidos	(45)	(75)	(354)	(314)	(221)	(286)	(13)	(8)	7	(372)	(304)	(633)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	11,28% a.a.	10,24% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2015 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	Meta 2016
Títulos de Renda Fixa	12.369	12.250	11.251	90,73%	91,16%	89,92%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	537	641	709	3,94%	4,77%	5,67%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	27	22	18	0,20%	0,17%	0,14%	0% a 10%
Imóveis	633	488	508	4,64%	3,63%	4,06%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	67	37	26	0,49%	0,27%	0,21%	0% a 5%
Total	13.633	13.438	12.512	100,00%	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 452 (R\$ 554 em 31/12/2014 e R\$ 596 em 31/12/2013), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 606 (R\$ 455 em 31/12/2014 e R\$ 474 em 31/12/2013).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.633	13.438	12.512
2- Passivos Atuariais	(11.587)	(11.695)	(11.577)
3- Superveniência (1-2)	2.046	1.743	935
4- Restrição do Ativo (*)	(2.134)	(1.847)	(1.293)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(88)	(104)	(358)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	224	242	222
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(312)	(346)	(580)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações ^{(2) (3)}	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	13.633	(11.587)	2.046	(2.134)	(88)

	31/12/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

	31/12/2013				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(2) (3)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.028 (R\$ 1.611 em 31/12/2014 e R\$ (1.905) em 31/12/2013).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 60 (R\$ 81 de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ 68 de 01/01 a 31/12/2013). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 55.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	949
2017	977
2018	1.009
2019	1.042
2020	1.083
2021 a 2025	5.935

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	566	4,92%	(281)
- Acréscimo em 0,5%	(520)	(4,51%)	201

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328
Juros Líquidos	239	(20)	219	223	(27)	196	206	(26)	180
Aportes e Contribuições (Nota 29)	(381)	-	(381)	(133)	-	(133)	(136)	-	(136)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(38)	(38)	-	77	77	-	43	43
Remensurações	(67)	12	(55)	(13)	1	(12)	(355)	26	(329)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.229	(270)	1.959	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(170)	(146)	(148)
Custo de Juros	(17)	(14)	(12)
Benefícios Pagos	13	9	7
Remensurações	(5)	(19)	7
No Final do Período (Nota 20b)	(179)	(170)	(146)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2016	12
2017	13
2018	14
2019	15
2020	15
2021 a 2025	91

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	4	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	20	(17)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Acidentes Pessoais Coletivo	5,8	7,0	42,0	39,0
Acidentes Pessoais Individual	19,5	17,8	11,4	10,6
Compreensivo Empresarial	44,6	46,2	20,9	17,5
Crédito Interno	113,7	77,6	18,3	26,3
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	86,7	87,1	1,4	1,4
Doença Grave ou Terminal	16,1	13,6	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	16,8	16,8	64,6	64,0
Prestamista	15,6	14,8	21,8	21,1
Riscos de Petróleo	-	77,2	-	11,8
Riscos Diversos	7,4	5,2	62,2	57,3
Riscos Nomeados e Operacionais	-	57,8	-	4,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	15,0	13,0	(2,8)	(1,6)
Vida em Grupo	46,7	52,9	13,0	13,9

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Acidentes Pessoais Coletivo	862	796	698	(2)	(2)	(2)	860	794	696
Acidentes Pessoais Individual	214	186	155	(11)	(2)	(3)	203	184	152
Compreensivo Empresarial	57	139	199	-	(25)	(45)	57	114	154
Crédito Interno	151	105	59	-	-	-	151	105	59
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	37	243	366	-	-	-	37	243	366
Doenças Graves ou Terminais	169	159	139	(2)	(1)	(1)	167	158	138
Extensão de Garantia - Patrimonial	252	1.202	1.293	-	-	-	252	1.202	1.293
Pensão Pecúlio Invalidez	256	194	151	(6)	(5)	(6)	250	189	145
PGBL	1.840	1.665	1.532	-	-	-	1.840	1.665	1.532
Prestamista	726	802	726	(1)	-	-	725	802	726
Riscos de Petróleo	-	284	471	-	(252)	(408)	-	32	63
Riscos Diversos	172	223	231	-	(53)	(69)	172	170	162
Riscos Nomeados e Operacionais	-	501	606	-	(393)	(487)	-	108	119
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	224	187	152	(19)	(19)	(15)	205	168	137
Tradicional	159	174	180	-	-	-	159	174	180
VGBL	15.501	13.532	13.675	-	-	-	15.501	13.532	13.675
Vida em Grupo	1.453	1.414	1.392	(37)	(28)	(25)	1.416	1.386	1.367
Demais Ramos	561	991	1.302	(11)	(251)	(462)	550	740	840
Total	22.634	22.797	23.327	(89)	(1.031)	(1.523)	22.545	21.766	21.804

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2015				31/12/2014			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496	99.023
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.825	2.255	15.501	22.581	7.267	2.034	13.541	22.842
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.780)	(253)	-	(6.033)	(7.154)	(192)	-	(7.346)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.553)	(337)	(19)	(1.909)	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)
(+) Sinistros Avisados	1.712	-	-	1.712	2.219	-	-	2.219
(-) Resgates	(2)	(1.479)	(8.720)	(10.201)	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	886	504	1.390	-	266	347	613
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	9	3.244	9.052	12.305	7	2.249	6.319	8.575
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3a e b)	-	-	-	-	(4.402)	-	-	(4.402)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(328)	144	(134)	(318)	56	72	(86)	42
Provisão de Seguros e Previdência Privada	4.755	32.688	91.862	129.305	5.872	28.228	75.678	109.778

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prêmios não Ganhos	3.027	4.015	15	12	3.042	4.027
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	24	13	122.914	102.311	122.938	102.324
Resgates e Outros Valores a Regularizar	23	21	166	168	189	189
Excedente Financeiro	1	1	547	519	548	520
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	783	760	18	15	801	775
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	424	635	24	19	448	654
Despesas Relacionadas e Administrativas	42	42	50	70	92	112
Outras Provisões	431	385	816	792	1.247	1.177
Total ⁽²⁾	4.755	5.872	124.550	103.906	129.305	109.778

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	1.133
Amortizações	(1.879)
Saldo em 31/12/2015	901
Saldo a amortizar até 12 meses	644
Saldo a amortizar após 12 meses	257
Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	227
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	555

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2015.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	928	1.061	1.221	1.302	855	
1 ano depois	933	1.054	1.221	1.318	-	
2 anos depois	934	1.059	1.222	-	-	
3 anos depois	937	1.058	-	-	-	
4 anos depois	935	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	935	1.058	1.222	1.318	855	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	929	1.055	1.216	1.304	596	5.100
Passivo Reconhecido no Balanço	6	3	6	14	258	287
Passivo em Relação a Anos Anteriores						13
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						300

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	42	-	
2 anos depois	63	67	54	-	-	
3 anos depois	70	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	54	42	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	37	27	15	172
Passivo Reconhecido no Balanço	28	20	17	15	13	93
Passivo em Relação a Anos Anteriores						162
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						255

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	801
(-) Operações DPVAT	17
(-) IBNER	227
(-) Resseguros ⁽²⁾	36
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	2
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	519

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2015.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2015.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	913	1.018	1.190	1.279	849	
1 ano depois	913	1.008	1.188	1.295	-	
2 anos depois	915	1.013	1.189	-	-	
3 anos depois	917	1.013	-	-	-	
4 anos depois	915	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	915	1.013	1.189	1.295	849	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	912	1.010	1.184	1.281	612	4.999
Passivo Reconhecido no Balanço	3	3	6	14	237	263
Passivo em Relação a anos Anteriores						17
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						280

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	Total
No Final do Ano de Divulgação	30	50	32	33	28	
1 ano depois	55	58	49	41	-	
2 anos depois	62	66	55	-	-	
3 anos depois	69	70	-	-	-	
4 anos depois	71	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	71	70	55	41	28	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	50	38	27	15	173
Passivo Reconhecido no Balanço	27	20	17	15	13	92
Passivo em Relação a Anos Anteriores						147
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						239

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3c.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2015, 2014 e 2013.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de run-off com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ^(*)					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevidência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevidência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	8	(4)	(3)	3	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(8)	3	3	(3)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	38	7	7	30	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(39)	(7)	(7)	(31)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(12)	-	-	(11)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	12	-	-	11	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(62)	(60)	-	(62)	(59)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	63	60	-	62	59

(*) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo no ano 2014 e 2013:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	37	37	100,0	243	243	100,0	366	366	100,0
Extensão de Garantia	252	252	100,0	1.202	1.202	100,0	1.293	1.293	100,0
Prestamista	726	725	99,9	802	802	100,0	726	726	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	862	860	99,7	796	794	99,8	698	696	99,7
Acidentes Pessoais Individual	214	203	94,8	186	184	98,9	155	152	98,1
Vida em Grupo	1.453	1.416	97,5	1.414	1.386	98,2	1.392	1.367	98,2
Grandes Riscos									
Riscos de Engenharia	-	-	-	46	8	17,4	120	16	13,3
Riscos de Petróleo	-	-	-	284	32	11,3	471	63	13,4
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	501	108	21,6	606	119	19,6

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguros, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias.
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros.
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização.
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança onde as decisões podem chegar aos órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.821	(3,20)	4.299	(3,39)
NTN-B	2.055	(1,95)	1.950	(2,17)
LTN	-	-	0	(0,00)
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	209	(0,09)	337	(0,22)
Indexado a PRE	77	(0,00)	64	(0,01)
Ações	1	0,01	2	0,02
Ativos Pós-Fixados	4.998	-	8.177	-
Compromissadas Over	4.977	-	7.746	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2015			31/12/2014		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	3.025	15,8	13,8	4.014	15,8	12,1
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.243	15,7	16,9	1.435	15,8	14,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	434	104,6	22,7	388	108,7	21,8
Subtotal	Subtotal	4.702			5.837		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	50	102,7	85,7	70	92,0	94,1
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	17	-	12,2	14	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	20	-	12,3	17	-	12,2
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	28	9,8	10,5	20	12,1	12,2
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	190	-	12,3	188	-	12,2
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.540	102,7	85,8	1.254	92,0	94,4
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	117.073	160,6	23,9	97.141	169,6	14,8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.321	208,1	79,4	3.926	187,7	86,6
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	816	208,1	79,4	791	187,7	86,6
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	548	207,8	79,2	520	187,4	86,4
Subtotal	Subtotal	124.603			103.941		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	129.305			109.778		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 86,70% (38,57% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 13,23% (5,34% em 31/12/2014). Somente para 31/12/2014, Lloyd's (A+) com 17,48%, Mapfre Re, Cia de Reaseguros, S.A. (A) com 4,21% e American Home Assurance Company (A) com 4,01%.
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2014). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 60,26% (55,46% em 31/12/2014) e IRB Brasil Resseguros com 39,74% (44,54% em 31/12/2014).

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2015							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	5.667	94.709	-	126	2.732	4.320	107.554
Médio	-	16	-	-	-	-	16
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.667	94.725	-	126	2.732	4.320	107.570
%	5,3	88,1	-	0,1	2,5	4,0	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2014							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.721	66.781	-	105	2.389	3.958	82.954
Médio	-	3	-	-	-	-	3
Alto	-	3	-	-	-	-	3
Total	9.721	66.787	-	105	2.389	3.958	82.960
%	11,7	80,5	-	0,1	2,9	4,8	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	262	297	610	631
Contratos Emitidos	-	-	75	983
Sinistros a Recuperar	-	(16)	-	1
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	12	-	(36)	(1.006)
Outras Constituições / Reversões	(256)	(19)	(546)	1
Saldo Final	18	262	103	610

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2015	31/12/2014
Sinistros de Resseguros	52	2.456
Prêmios de Resseguros	24	949
Comissão de Resseguros	-	(37)
Saldo Final	76	3.368

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.456	2.729
Sinistros Avisados	32	340
Sinistros Pagos	(25)	(737)
Outras Constituições / Reversões	(2.412)	30
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	1	94
Saldo Final (*)	52	2.456

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 ell.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	949	979
Constituições	61	889
Reversões	(45)	(919)
Outras Constituições / Reversões	(941)	-
Saldo Final	24	949

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(37)	(47)
Constituições	4	44
Reversões	(4)	(34)
Outras Constituições / Reversões	37	-
Saldo Final	-	(37)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	85.100	85.100	80.633	80.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.525	30.525	23.081	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	254.404	254.404	208.918	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	164.311	164.311	132.944	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	642	642	733	733
Derivativos ^(*)	26.755	26.755	14.156	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	86.045	86.045	78.360	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	42.185	38.892	34.434	34.653
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	447.404	446.787	430.039	432.544
Outros Ativos Financeiros	53.506	53.506	53.649	53.649
Passivos Financeiros				
Depósitos	292.610	292.775	294.773	294.924
Captação no Mercado Aberto	336.643	336.643	288.683	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	412	412	520	520
Derivativos ^(*)	31.071	31.071	17.350	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	156.886	156.174	122.586	122.016
Recursos de Mercados Institucionais	93.918	95.461	73.242	72.391
Passivos de Planos de Capitalização	3.044	3.044	3.010	3.010
Outros Passivos Financeiros	68.715	68.715	71.492	71.492

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 81.180 (R\$ 73.759 em 31/12/2014) com o valor justo estimado de R\$ 1.143 (R\$ 1.140 em 31/12/2014).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	123.948	40.303	60	164.311	91.024	41.130	790	132.944
Fundos de Investimento	19	1.032	-	1.051	6	864	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	114.007	3.043	3	117.053	84.265	2.128	-	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	4.431	-	-	4.431	1.914	-	-	1.914
Títulos Públicos - Outros Países	933	216	-	1.149	1.151	389	-	1.540
Argentina	696	-	-	696	628	-	-	628
Chile	-	36	-	36	-	132	-	132
Colômbia	-	72	-	72	-	88	-	88
Estados Unidos	132	-	-	132	448	-	-	448
México	3	-	-	3	3	-	-	3
Paraguai	-	68	-	68	-	128	-	128
Uruguai	-	40	-	40	-	41	-	41
Outros	102	-	-	102	72	-	-	72
Títulos de Empresas	4.558	36.012	57	40.627	3.688	37.749	790	42.227
Ações Negociáveis	2.161	-	-	2.161	2.351	-	-	2.351
Certificado de Depósito Bancário	19	2.564	-	2.583	12	3.269	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	2.333	2.141	48	4.522	1.313	2.720	210	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	45	940	6	991	10	1.049	2	1.061
Letras Financeiras	-	30.367	-	30.367	-	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	577	577
Outros	-	-	3	3	2	-	-	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	32.439	49.347	4.259	86.045	30.787	42.169	5.404	78.360
Fundos de Investimento	6	98	114	218	3	138	-	141
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.793	791	212	11.796	13.570	572	249	14.391
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	17.312	-	-	17.312	11.234	-	-	11.234
Títulos Públicos - Outros Países	2.152	7.702	29	9.883	1.153	7.453	13	8.619
Bélgica	-	-	-	-	57	-	-	57
Chile	-	1.378	29	1.407	-	1.106	13	1.119
Coréia	-	1.626	-	1.626	-	1.782	-	1.782
Dinamarca	-	2.548	-	2.548	-	2.699	-	2.699
Espanha	-	1.060	-	1.060	-	783	-	783
Estados Unidos	2.022	-	-	2.022	726	-	-	726
França	-	-	-	-	133	-	-	133
Holanda	122	-	-	122	151	-	-	151
Itália	-	-	-	-	70	-	-	70
Paraguai	-	912	-	912	9	840	-	849
Uruguai	-	178	-	178	-	243	-	243
Outros	8	-	-	8	7	-	-	7
Títulos de Empresas	2.176	40.756	3.904	46.836	4.827	34.006	5.142	43.975
Ações Negociáveis	661	-	267	928	1.998	1	-	1.999
Cédula do Produtor Rural	-	1.078	52	1.130	-	1.357	51	1.408
Certificado de Depósito Bancário	-	1.443	130	1.573	-	1.223	58	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.037	2.037	-	-	2.522	2.522
Debêntures	410	21.581	844	22.835	2.732	16.807	706	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	1.105	8.981	26	10.112	97	6.557	53	6.707
Letras Financeiras	-	6.479	367	6.846	-	7.735	270	8.005
Notas Promissórias	-	937	54	991	-	-	1.397	1.397
Outros	-	257	127	384	-	326	85	411
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642	733	-	-	733
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	506	-	-	506	626	-	-	626
Títulos Públicos - Outros Países	136	-	-	136	107	-	-	107
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	412	-	412	-	448	72	520
Notas Estruturadas	-	412	-	412	-	448	72	520

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2015 e 31/12/2014 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	529	24.975	1.251	26.755	(218)	14.253	121	14.156
Futuros	529	-	-	529	-	-	-	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	7.958	1.189	9.147	-	4.783	33	4.816
Opções	-	5.550	33	5.583	-	2.856	16	2.872
Termo	-	3.166	-	3.166	-	2.394	-	2.394
Derivativos de Crédito	-	614	-	614	-	122	-	122
Forwards	-	3.430	-	3.430	-	2.106	-	2.106
Verificação de Swap	-	355	-	355	-	93	-	93
Outros Derivativos	-	3.902	29	3.931	(218)	1.899	72	1.753
Derivativos - Passivo	-	(31.038)	(33)	(31.071)	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)
Futuros	-	-	-	-	(354)	-	-	(354)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(16.310)	(21)	(16.331)	-	(9.496)	(38)	(9.534)
Opções	-	(5.771)	(12)	(5.783)	-	(3.051)	(6)	(3.057)
Termo	-	(833)	-	(833)	-	(682)	-	(682)
Derivativos de Crédito	-	(875)	-	(875)	-	(179)	-	(179)
Forwards	-	(3.142)	-	(3.142)	-	(1.693)	-	(1.693)
Verificação de Swap	-	(545)	-	(545)	-	(229)	-	(229)
Outros Derivativos	-	(3.562)	-	(3.562)	44	(1.666)	-	(1.622)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 89.650 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Dezembro de 2015, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 41.561 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	33	102	(865)	-	60	-
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	-	4	-	(1)	-	3	-
Títulos de Dívida de Empresas	790	29	102	(864)	-	57	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	(13)	66	(215)	-	48	-
Notas Promissórias	577	54	-	(631)	-	-	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	(6)	27	(17)	-	6	-
Outros	-	(6)	9	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	(1.241)	4.453	(4.624)	267	4.259	(451)
Fundos de Investimento	-	(1.128)	1.242	-	-	114	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(116)	85	(6)	-	212	(22)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	(1)	101	(84)	-	29	-
Títulos de Dívida de Empresas	5.142	4	3.025	(4.534)	267	3.904	(429)
Ações Negociáveis	-	-	-	-	267	267	-
Cédula do Produtor Rural	51	1	9	(9)	-	52	-
Certificado de Depósito Bancário	58	7	201	(136)	-	130	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	(142)	68	(411)	-	2.037	(207)
Debêntures	706	(12)	915	(765)	-	844	(222)
Euro Bonds e Assemelhados	53	(8)	94	(113)	-	26	2
Letras Financeiras	270	48	49	-	-	367	(2)
Notas Promissórias	1.397	72	1.574	(2.989)	-	54	-
Outros	85	38	115	(111)	-	127	-

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015
Derivativos - Ativo	121	369	316	(219)	664	1.251	31
Swaps - Diferencial a Receber	33	318	192	(18)	664	1.189	-
Opções	16	(29)	124	(78)	-	33	(10)
Outros Derivativos	72	80	-	(123)	-	29	41
Derivativos - Passivo	(44)	(40)	(95)	148	(2)	(33)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	(38)	(11)	68	(2)	(21)	-
Opções	(6)	(2)	(84)	80	-	(12)	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	695	230	(372)	-	790	-
Títulos de Empresas	27	695	230	(372)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.303	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Empresas	6.197	1.870	5.996	(8.972)	-	5.142	(5)
Cédula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2014
Derivativos - Ativo	124	73	92	(172)	4	121	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos - Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2015	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(2,6)	(6,3)
	II	(65,3)	(154,0)
	III	(130,5)	(300,9)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(5,7)	-
	II	(11,4)	-
Não Lineares	I	(21,9)	-
	II	(38,9)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	5.227	4.643
Trabalhistas	6.132	5.598
Fiscais e Previdenciárias	7.500	6.627
Outros	135	159
Total	18.994	17.027
Circulante	3.848	3.268
Não Circulante	15.146	13.759

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de

Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. No entanto, não há previsão de quando ocorrerá o julgamento pelo STF, pois, com o impedimento de alguns de seus ministros, não há, por enquanto, quórum suficiente para se decidir a questão.

As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos relevantes ao longo de 2015, o STJ decidiu que: (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de execução, se inexistir condenação expressa para tanto; e (ii) não haverá pagamento de juros remuneratórios aos poupadores depois de comprovada a data de encerramento das contas de poupança. Também consolidou-se tese de que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador. Além disso, permanece consolidado no STJ que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas continuam sendo extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.460 (R\$ 1.800 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 829 (R\$ 416 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização / Encargos (Nota 26)	322	548	-	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.747	1.637	(24)	3.360
Constituição (*)	2.698	1.795	(21)	4.472
Reversão	(951)	(158)	(3)	(1.112)
Pagamento	(1.589)	(1.711)	-	(3.300)
Subtotal	4.991	5.043	135	10.169
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	236	1.089	-	1.325
Saldo Final	5.227	6.132	135	11.494
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2015 (Nota 20a)	1.741	2.218	-	3.959

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 233.

	01/01 a 31/12/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização / Encargos (Nota 26)	184	320	-	504
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.524	1.123	(64)	2.583
Constituição (*)	2.100	1.459	23	3.582
Reversão	(576)	(336)	(87)	(999)
Pagamento	(1.536)	(1.255)	-	(2.791)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	132	1.029	-	1.161
Saldo Final	4.643	5.598	159	10.400
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2014 (Nota 20a)	2.073	2.567	-	4.640

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 210.

	01/01 a 31/12/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
Saldo Oriundo da Aquisição de Empresas (Nota 3)	192	99	-	291
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.819	4.017	192	8.028
Atualização/Encargos (Nota 26)	163	236	-	399
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	2.111	1.398	31	3.540
Constituição (*)	2.778	1.591	34	4.403
Reversão	(667)	(193)	(3)	(863)
Pagamento	(1.754)	(1.270)	-	(3.024)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	811	-	945
Saldo Final	4.473	5.192	223	9.888
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2013 (Nota 20a)	2.169	2.451	-	4.620

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 247.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se

trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	6.627	8.974	10.433
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	32
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)	(61)
Subtotal	6.566	8.917	10.404
Atualização / Encargos (*)	609	515	402
Movimentação do Período Refletida no Resultado	588	797	993
Constituição (*)	1.170	1.156	1.231
Reversão (*)	(582)	(359)	(238)
Pagamento	(328)	(3.663)	(2.882)
Subtotal	7.435	6.566	8.917
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	65	61	57
Saldo Final	7.500	6.627	8.974

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Saldo Inicial	4.736	5.658	4.557
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	-	167
Apropriação de Rendas	285	377	265
Movimentação do Período	(682)	(1.299)	668
Novos Depósitos	355	193	1.406
Levantamentos Efetuados	(944)	(5)	(21)
Conversão em Renda	(93)	(1.487)	(717)
Saldo Final (Nota 20a)	4.339	4.736	5.657
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.339	4.736	5.658

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.098: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.084;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 834: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 98;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 613: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 540;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 559: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 215.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 16.165, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.429: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.867: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 612 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.365: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.301: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 960: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 1.093 (R\$ 676 em 31/12/2014) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	793	821
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.335	4.230

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 12.865/13 , com alterações produzidas pela Medida Provisória 627/13.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 12.865, de 9/10/2013. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **REFIS – PIS e COFINS (art. 39 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98 (pessoas jurídicas de direito privado), devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras, vencidos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS – Lucros no Exterior (art. 40 da Lei nº 12.865/13)**

Os débitos para com a Fazenda Nacional, relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de lucros auferidos por controlada ou coligada no exterior (art. 74 da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012;

- **REFIS da crise (art. 17 da Lei nº 12.865/13)**

Esse programa se refere à renegociação dos débitos federais administrados pela RFB e pela PGFN, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal ajuizada.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 508, registrado em Despesas Tributárias, Outras Receitas e Imposto de Renda e Contribuição Social.

f) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**

Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de Dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

g) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram aos Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas Leis: **São Paulo** (Lei nº 16.097, de 29/12/2014); (Lei nº 55.828, de 07/01/2015); **Rio de Janeiro** (Lei nº 5.854, de 27/04/2015). Os programas incluíram débitos administrados pelos referidos município e podem ser definidos:

- **PPI – Programas de Parcelamento Incentivado** - os programas promovem a regularização dos débitos referidos nestas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 9, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/12/2015
	Consolidado Prudencial (*)
Patrimônio de Referência	
Nível I	101.001
Capital Principal	100.955
Capital Complementar	46
Nível II	27.464
Total	128.465
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	679.593
De Mercado	14.252
Operacional	28.623
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	722.468
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.471
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	48.994
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	17,8%

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Dezembro de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.235
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	5.154
	123			IPCA + 7,21% a 7,33%	268
	367	2010	2017	IPCA + 7,21% a 7,33%	806
	3.621			Total	7.463
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	385
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.973
	30			IPCA + 7%	59
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	312
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.493
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	578
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	241
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.790
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	506
	42	2011	2018	IGPM + 7%	60
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	44
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	690
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.900
	6.373			108% a 113% do CDI	7.027
	112			9,95% a 11,95%	158
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	19
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	148
	1			110% do CDI	2
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	33
	1			111% do CDI	2
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	10
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.454
	20			IGPM + 4,63%	25
	23.609			Total	26.912
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.908
	1.000	2010	2021	5,75%	3.890
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.998
	550	2012	2021	6,20%	2.148
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	10.264
	1.851	2012	2023	5,13%	7.278
	7.721			Total	30.486
Total					64.861

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico

Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do

seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;

- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	70.495	25.774	7.641	103.910	(11.899)	92.011
Margem Financeira ⁽¹⁾	40.997	18.047	7.513	66.557	(11.949)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.893)	(5.931)	98	(19.726)	(1.609)	(21.335)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	56.602	19.843	7.739	84.184	(13.508)	70.676
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(35.924)	(11.130)	(1.948)	(49.002)	(3.409)	(52.411)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.678	8.713	5.791	35.182	(16.917)	18.265
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	13.073	6.022	4.737	23.832	1.908	25.740

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 72.725, receita de dividendos R\$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (6.353).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.688, de amortização de R\$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.138.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015	873.202	547.236	127.716	1.359.172	(82.757)	1.276.415
Passivo Total - 31/12/2015	840.033	502.887	97.017	1.250.955	(88.599)	1.162.356

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2014

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	65.516	20.408	3.916	89.840	1.817	91.657
Margem Financeira ⁽¹⁾	37.880	13.685	3.590	55.155	1.118	56.273
Receita de Prestação de Serviços	19.234	6.321	222	25.777	565	26.342
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.402	402	104	8.908	(2.020)	6.888
Outras Receitas	-	-	-	-	2.154	2.154
Perdas com Créditos e Sinistros	(11.840)	(3.202)	(3)	(15.045)	(756)	(15.801)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.503)	(3.565)	(3)	(18.071)	(761)	(18.832)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.642	407	-	5.049	5	5.054
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.979)	(44)	-	(2.023)	-	(2.023)
Margem Operacional	53.676	17.206	3.913	74.795	1.061	75.856
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(34.200)	(9.150)	(1.089)	(44.439)	(2.609)	(47.048)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(30.243)	(8.158)	(1.182)	(39.583)	(2.967)	(42.550)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.957)	(992)	93	(4.856)	(207)	(5.063)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	565	565
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	19.476	8.056	2.824	30.356	(1.548)	28.808
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.761)	(2.591)	(74)	(9.426)	2.479	(6.947)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(305)	-	(6)	(311)	5	(306)
Lucro Líquido	12.410	5.465	2.744	20.619	936	21.555

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.138, receita de dividendos R\$ 215, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (724) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 9.644.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.641, de amortização de R\$ 827 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.214

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	57.504	17.032	3.940	78.476	911	79.387
Margem Financeira ⁽¹⁾	32.932	11.097	3.608	47.637	1.004	48.641
Receita de Prestação de Serviços	16.437	5.495	216	22.148	564	22.712
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.135	440	116	8.691	(2.052)	6.639
Outras Receitas	-	-	-	-	1.395	1.395
Perdas com Créditos e Sinistros	(13.471)	(1.807)	(332)	(15.610)	740	(14.870)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.270)	(2.008)	(302)	(18.580)	724	(17.856)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.837	248	(40)	5.045	16	5.061
Despesas com Sinistros/Recuperação de Sinistros com Resseguros	(2.038)	(47)	10	(2.075)	-	(2.075)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	44.033	15.225	3.608	62.866	1.651	64.517
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(31.288)	(8.700)	(282)	(40.270)	(3.382)	(43.652)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(27.698)	(7.839)	(450)	(35.987)	(3.927)	(39.914)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(3.590)	(861)	168	(4.283)	(58)	(4.341)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	603	603
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	12.745	6.525	3.326	22.596	(1.731)	20.865
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.189)	(2.215)	(219)	(6.623)	2.280	(4.343)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(125)	-	(12)	(137)	39	(98)
Lucro Líquido	8.431	4.310	3.095	15.836	588	16.424

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 47.766, receita de dividendos R\$ 205, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.924) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 6.594.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 1.522, e amortização de R\$ 808 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 1.147

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2013	798.550	355.632	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total - 31/12/2013	772.996	328.704	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	773	93	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	1.732	189	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.846	664	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	4.906	813	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2015			01/01 a 31/12/2014			01/01 a 31/12/2013		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ⁽¹⁾⁽²⁾	117.140	12.532	129.672	118.946	10.304	129.250	86.481	8.521	95.002
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	6.570	102	6.672	6.834	54	6.888	6.568	71	6.639
Receita de Prestação de Serviços	27.072	2.380	29.452	24.550	1.792	26.342	21.140	1.572	22.712
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.841	995	14.836	14.038	807	14.845	11.537	824	12.361

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2014 e 31/12/2013.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaútec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO						
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2015	31/12/2014	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Captações no Mercado Aberto		(249)	(142)	(20)	(13)	(14)
Duratex S.A.	99% a 101,5% do CDI	(41)	(100)	(9)	(10)	(10)
Elekeiroz S.A.	99% a 100% do CDI	(8)	(6)	(1)	(2)	(2)
Itautec S.A.	100% do CDI	(110)	(2)	-	-	(2)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	99% a 100% do CDI	(64)	(26)	(7)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da Selic	(11)	-	(1)	-	-
Outras		(15)	(8)	(2)	(1)	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(116)	(109)	20	8	41
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	2	-	1
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	-	(28)	-	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(114)	(13)	39	35	33
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	5	5	5
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		-	(93)	-	-	-
Outras		-	(3)	2	(32)	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(56)	(51)	(48)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	-	(1)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(42)	(38)	(37)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(12)	(13)	(10)
Outras		-	-	-	-	-
Despesas com Doações		-	-	(84)	(78)	(73)
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(83)	(77)	(72)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	(285)	(267)
Itautec S.A.		-	-	-	(285)	(267)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ (4) (R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2014 e R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	459	343	278
Conselho de Administração	27	14	13
Administradores	432	329	265
Participações no Lucro	239	261	259
Conselho de Administração	1	12	8
Administradores	238	249	251
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	9	7	3
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	200	234	166
Total	907	845	706

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84%			
	Operações em Atraso >90 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
	Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias			

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado por área executiva independente das unidades de negócio e responsável pelo controle de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2015			31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.502	23.023	30.525	7.875	15.206	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	252.295	2.109	254.404	208.751	167	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	157.206	7.105	164.311	124.391	8.553	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	642	642	-	733	733
Derivativos	15.858	10.897	26.755	7.385	6.771	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	52.221	33.824	86.045	55.686	22.674	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	27.378	14.807	42.185	24.102	10.332	34.434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	326.241	121.163	447.404	324.021	106.018	430.039
Outros Ativos Financeiros	47.665	5.841	53.506	44.072	9.577	53.649
Off Balance	272.274	30.246	302.520	280.640	25.708	306.348
Avais e Fianças	68.897	5.347	74.244	68.416	5.343	73.759
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	6.936	11.091	-	11.091
Compromissos a Liberar	196.441	24.899	221.340	201.133	20.365	221.498
Crédito Imobiliário	6.812	-	6.812	9.087	-	9.087
Cheque Especial	81.151	-	81.151	78.461	-	78.461
Cartão de Crédito	102.721	1.211	103.932	103.092	873	103.965
Outros Limites Pré-Aprovados	5.757	23.688	29.445	10.493	19.492	29.985
Total	1.158.640	249.657	1.408.297	1.076.923	205.739	1.282.662

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2015 e 31/12/2014, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 87,7% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,6% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 5,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	3.182	0,7	4.389	1,0
Indústria e Comércio	125.386	26,5	116.506	25,7
Serviços	104.226	22,0	99.855	22,1
Setor Primário	25.306	5,3	23.345	5,2
Outros Setores	2.526	0,5	2.242	0,5
Pessoa Física	213.622	45,0	206.094	45,5
Total	474.248	100,0	452.431	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Setor Primário	4.313	0,7	2.444	0,5
Setor Público	197.871	32,7	152.770	31,0
Indústria e Comércio	11.856	2,0	12.722	2,6
Serviços	89.932	14,9	90.630	18,4
Outros Setores	15.420	2,5	1.665	0,3
Pessoa Física	546	0,1	396	0,1
Financeiras	284.929	47,1	231.999	47,1
Total	604.867	100,0	492.626	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2015				31/12/2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	340.368	3.838	-	344.206	324.908	4.042	-	328.950
Médio	76.940	6.489	-	83.429	81.994	6.989	-	88.983
Alto	12.609	6.847	-	19.456	11.439	5.853	-	17.292
<i>Impairment</i>	-	-	27.157	27.157	-	-	17.206	17.206
Total	429.917	17.174	27.157	474.248	418.341	16.884	17.206	452.431
%	90,7%	3,6%	5,7%	100,0%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015					31/12/2014				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	102.479	60.132	13.030	11.579	187.220	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953
Cartão de Crédito	40.297	11.887	2.286	4.072	58.542	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321
Crédito Pessoal	6.234	8.014	9.099	5.049	28.396	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953
Crédito Consignado	9.582	33.766	844	1.242	45.434	8.113	31.090	696	626	40.525
Veículos	14.149	4.292	737	880	20.058	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047
Crédito Imobiliário	32.217	2.173	64	336	34.790	26.831	1.973	53	250	29.107
Grandes Empresas	122.518	6.132	-	11.339	139.989	123.988	8.191	-	3.749	135.928
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.463	13.350	5.199	3.564	78.576	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912
Unidades Externas América Latina	62.746	3.815	1.227	675	68.463	45.861	3.601	671	505	50.638
Total	344.206	83.429	19.456	27.157	474.248	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431
%	72,6%	17,6%	4,1%	5,7%	100,0%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2015				31/12/2014			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	122.097	5.998	-	128.095	123.249	8.093	-	131.342
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	100.819	55.625	8.269	164.713	100.252	56.890	7.746	164.888
Cartão de Crédito	39.945	11.086	1.492	52.523	39.097	13.385	1.632	54.114
Crédito Pessoal	6.166	7.527	6.030	19.723	7.186	8.447	5.469	21.102
Crédito Consignado	9.501	33.116	642	43.259	8.000	30.445	523	38.968
Veículos	13.584	2.918	84	16.586	19.616	3.509	104	23.229
Crédito Imobiliário	31.623	978	21	32.622	26.353	1.104	18	27.475
Micro/Pequenas e Médias Empresas	55.736	11.904	3.570	71.210	56.221	13.885	3.277	73.383
Unidades Externas América Latina	61.716	3.413	770	65.899	45.186	3.126	416	48.728
Total	340.368	76.940	12.609	429.917	324.908	81.994	11.439	418.341

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2015				31/12/2014			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	6.306	2.973	1.650	10.929	7.105	2.818	1.414	11.337
Cartão de Crédito	978	417	551	1.946	990	461	423	1.874
Crédito Pessoal	1.992	1.127	505	3.624	1.837	756	371	2.964
Crédito Consignado	532	248	153	933	631	176	126	933
Veículos	1.706	642	245	2.593	2.781	1.051	353	4.185
Crédito Imobiliário	1.098	539	196	1.833	866	374	141	1.381
Grandes Empresas	411	120	23	554	748	89	1	838
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.288	1.035	479	3.802	2.137	767	400	3.304
Unidades Externas América Latina	1.506	274	109	1.889	984	325	96	1.405
Total	10.511	4.402	2.261	17.174	10.974	3.999	1.911	16.884

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	284.929	164.283	642	26.251	84.284	41.843	602.232
Médio	-	26	-	130	889	342	1.387
Alto	-	2	-	374	308	-	684
Impairment	-	-	-	-	564	-	564
Total	284.929	164.311	642	26.755	86.045	42.185	604.867
%	47,1	27,2	0,1	4,4	14,2	7,0	100,0

31/12/2014							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	231.999	132.934	733	14.106	78.213	34.434	492.419
Médio	-	7	-	46	68	-	121
Alto	-	3	-	4	65	-	72
Impairment	-	-	-	-	14	-	14
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434	492.626
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2015				31/12/2014			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	54.640	135.202	639	572	57.340	137.641	720	627
Crédito Pessoal	495	1.204	448	419	561	1.160	214	182
Veículos	19.390	50.662	189	152	27.869	66.366	458	403
Crédito Imobiliário	34.755	83.336	2	1	28.910	70.115	48	42
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	169.560	481.916	7.968	2.932	166.376	447.109	6.416	3.035
Unidades Externas América Latina	57.680	89.531	7.715	6.042	42.089	61.349	4.165	3.311
Total	281.880	706.649	16.322	9.546	265.805	646.099	11.301	6.973

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 176.046 (R\$ 175.325 em 31/12/2014).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Imóveis Não de Uso	133	52	2
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	256	86	93
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	18	6	1
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	37	22	12
Total	444	166	108

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26/06/2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente e os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsável e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a nossa governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis e, (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27/06/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("MtM – Mark to Market"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica. Esta metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itau BBA International plc, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguay S.A., Banco Itaú Paraguay S.A. e Itaú BBA Colombia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01/01 a 31/12/2015, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 207,0 milhões ou 0,18% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2014 foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/12/2015				31/12/2014			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	131,9	78,2	236,4	121,2	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	93,6	75,1	139,2	108,6	60,4	21,1	93,2	83,6
Variação Cambial	47,2	11,3	118,6	13,1	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	134,1	103,9	294,9	108,9	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	28,5	17,2	70,4	59,3	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas ⁽¹⁾								
Itau BBA <i>International</i> ⁽⁴⁾	3,2	1,0	10,1	3,0	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina ⁽²⁾	8,5	1,9	118,1	7,8	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile ⁽²⁾	7,5	4,5	14,0	4,7	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai ⁽³⁾	2,0	0,9	4,1	2,6	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai ⁽⁴⁾	3,8	1,3	7,8	7,6	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia ⁽²⁾	1,2	0,3	1,7	0,4	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(233,3)				(194,9)
Risco Total	207,0	152,3	340,7	204,0	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(2) VaR calculado por simulação histórica a partir do primeiro trimestre de 2015.

(3) VaR calculado por simulação histórica a partir do terceiro trimestre de 2015.

(4) VaR calculado por simulação histórica a partir deste trimestre.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/12/2015						31/12/2014					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	376.617	203.639	97.021	277.995	186.609	1.141.881	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.454	3.436	2.879	753	3	30.525	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	196.402	57.997	5	-	-	254.404	146.898	62.020	-	-	-	208.918
Depósitos Compulsórios no Banco Central	62.766	-	-	-	-	62.766	59.714	-	-	-	-	59.714
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	12.872	9.413	13.649	57.700	70.677	164.311	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	-	642	-	642	-	322	171	240	-	733
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.903	7.106	11.914	35.098	28.024	86.045	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	342	-	319	14.500	27.024	42.185	44	264	672	13.609	19.845	34.434
Derivativos	6.040	7.152	2.653	8.116	2.794	26.755	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	70.838	118.535	65.602	161.186	58.087	474.248	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431
Passivos Remunerados	290.908	98.129	74.635	316.852	72.968	853.492	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431
Depósitos de Poupança	111.319	-	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	13.465	19.252	13.277	57.694	1.562	105.250	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466
Depósitos Interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	-	14.949	4.687	13.173	762	503	-	19.125
Mercado Aberto	144.750	15.186	21.262	134.708	20.737	336.643	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683
Mercado Interbancário	8.056	42.525	29.966	62.654	13.685	156.886	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586
Mercado Institucional	4.988	5.123	5.748	42.938	35.121	93.918	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242
Derivativos	3.850	7.309	3.348	14.715	1.849	31.071	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	5	7	22	364	14	412	77	140	3	122	178	520
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.044	-	3.044	-	-	-	3.010	-	3.010
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	85.709	105.510	22.386	(38.857)	113.641	288.389	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340
Diferença Acumulada	85.709	191.219	213.605	174.748	288.389		34.732	175.755	213.262	192.730	253.340	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	7,5%	16,7%	18,7%	15,3%	25,3%		3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.060	779	4.611	11.450
Depósitos Compulsórios no Banco Central	234	503	6.435	7.172
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.281	2.093	4.649	23.023
Aplicações em Mercado Aberto	1.966	56	87	2.109
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.125	73	907	7.105
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	642	-	-	642
Derivativos	9.581	1.279	37	10.897
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	28.833	3.063	1.928	33.824
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	14.807	-	-	14.807
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.456	36.776	20.931	121.163
Total do Ativo	147.985	44.622	39.585	232.192

Passivo	31/12/2015			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	55.539	25.811	30.657	112.007
Captações no Mercado Aberto	23.405	240	142	23.787
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	412	-	-	412
Derivativos	9.179	1.396	429	11.004
Recursos de Mercados Interbancários	59.203	3.796	821	63.820
Recursos de Mercados Institucionais	44.901	8.112	334	53.347
Total do Passivo	192.639	39.355	32.383	264.377

Posição Líquida	(44.654)	5.267	7.202	(32.185)

Ativo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.607	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1.055	1.877	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	733
Derivativos	5.632	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	32.114	27.332	185.219

Passivo	31/12/2014			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	57.875	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	520
Derivativos	5.402	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	28.446	29.917	208.527

Posição Líquida	(24.391)	3.668	(2.585)	(23.308)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 586,2 bilhões (R\$ 538,1 bilhões 31/12/2014), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,5% do total, ou R\$ 202,1 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2015			31/12/2014		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	190.352	292.610		183.574	294.773	
Recursos à Vista	61.092	61.092	10,4	48.733	48.733	9,1
Recursos de Poupança	111.319	111.319	19,0	118.449	118.449	22,0
Recursos a Prazo	13.465	105.250	18,0	11.705	108.466	20,2
Outros Recursos	4.476	14.949	2,6	4.687	19.125	3,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	4.128	75.590	12,9	3.959	47.750	8,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.863	152.215	25,9	2.840	139.910	26,0
Dívida Subordinada	4.722	65.785	11,2	174	55.617	10,3
Total	202.065	586.200	100,0	190.547	538.050	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 156,6 bilhões e representavam 77,5% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 26,7% do total de recursos e 18,1% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2015	31/12/2014
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	77,5	72,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	26,7	25,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	18,1	17,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 863.180 (R\$ 809.448 em 31/12/2014).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2014				
Ativos Financeiros ⁽¹⁾	31/12/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Disponibilidades	18.544	-	-	-	18.544	17.527	-	-	-	17.527
Aplicações em Instituições Financeiras	229.295	40.016	696	239	270.246	170.482	51.967	1.097	32	223.578
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	72.091	-	-	-	72.091	74.275	-	-	-	74.275
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	133.315	33.742	-	-	167.057	80.085	45.512	-	-	125.597
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.889	6.274	696	239	31.098	16.122	6.455	1.097	32	23.706
Títulos e Valores Mobiliários	71.124	15.485	11.017	78.774	176.400	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817
Títulos Públicos - Livres	65.965	-	-	-	65.965	45.587	-	-	-	45.587
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	68	2.675	712	6.866	10.321	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952
Títulos Privados - Livres	5.091	12.681	10.305	71.908	99.985	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	129	-	-	129	186	2.998	1.247	7.296	11.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.955	7.685	3.430	6.289	23.359	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636
Posição Bruta	-	1	-	20	21	-	-	-	19	19
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	852	-	975	1.827	-	-	-	560	560
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	(851)	-	(955)	(1.806)	-	-	-	(541)	(541)
Posição Líquida	5.955	7.684	3.430	6.269	23.338	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617
Swaps	666	2.140	1.935	4.406	9.147	448	812	643	2.913	4.816
Opções	2.413	2.000	692	478	5.583	481	1.720	308	363	2.872
Contratos a Termo	1.204	1.961	1	-	3.166	846	1.548	-	-	2.394
Demais Derivativos	1.672	1.583	802	1.385	5.442	633	1.262	216	424	2.535
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	63.263	171.813	86.118	187.619	508.813	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786
Total de Ativos Financeiros	388.181	234.999	101.261	272.921	997.362	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 66.556 (R\$ 63.106 em 31/12/2014) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 9.461 (R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 38.978 (R\$ 39.386 em 31/12/2014) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.495 (R\$ 4.336 em 31/12/2014).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos						31/12/2015					31/12/2014				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	190.890	45.133	8.331	64.843	309.197	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112					
Depósito a Vista	61.092	-	-	-	61.092	48.733	-	-	-	48.733					
Depósito Poupança	111.319	-	-	-	111.319	118.449	-	-	-	118.449					
Depósito a Prazo	13.873	34.660	8.326	64.819	121.678	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553					
Depósito Interfinanceiros	4.606	10.473	5	24	15.108	4.800	13.930	330	317	19.376					
Depósitos Compulsórios	(40.807)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(66.556)	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)					
Depósito a Vista	(10.224)	-	-	-	(10.224)	(7.404)	-	-	-	(7.404)					
Depósito Poupança	(26.838)	-	-	-	(26.838)	(33.084)	-	-	-	(33.084)					
Depósito a Prazo	(3.745)	(9.021)	(2.043)	(14.685)	(29.494)	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)					
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	167.363	39.464	63.773	111.189	381.789	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402					
Títulos Públicos	139.530	5.315	2.588	29.937	177.370	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992					
Títulos Privados	8.043	30.146	61.185	81.252	180.626	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192					
Exterior	19.790	4.003	-	-	23.793	14.210	460	-	548	15.218					
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	4.188	24.186	19.178	40.612	88.164	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167					
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.902	58.159	24.116	25.672	113.849	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262					
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	4.775	10.115	13.764	56.006	84.660	191	6.537	12.979	56.349	76.056					
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.765	8.537	4.104	11.269	27.675	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830					
Posição Bruta	1	11	-	4	16	-	31	-	-	31					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	(85)	(1.269)	-	(236)	(1.590)	-	(969)	(10)	-	(979)					
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	86	1.280	-	240	1.606	-	1.000	10	-	1.010					
Posição Líquida	3.764	8.526	4.104	11.265	27.659	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799					
Swaps	783	3.368	2.618	9.562	16.331	241	1.761	778	6.754	9.534					
Opções	1.460	3.025	805	493	5.783	431	1.853	353	420	3.057					
Contratos a Termo	828	5	-	-	833	681	1	-	-	682					
Demais Derivativos	693	2.128	681	1.210	4.712	375	1.470	187	494	2.526					
Total Passivos Financeiros	336.076	176.573	131.223	294.906	938.778	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723					

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	31/12/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	2.018	13.819	5.477	52.930	74.244	2.003	14.721	4.207	52.828	73.759
Compromissos a Liberar	84.641	28.808	28.404	79.487	221.340	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498
Cartas de Crédito a Liberar	6.936	-	-	-	6.936	11.091	-	-	-	11.091
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	340	-	-	340	-	267	308	-	575
Total	93.595	42.967	33.881	132.417	302.860	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923

Nota 37 – Informações Suplementares

Itaú Chile Holdings – Em 17 de julho de 2015, após aprovação das autoridades regulatórias competentes, ocorreu a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings (ICH). Com isso, os investimentos detidos pela ICH foram transferidos ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A operação produziu um efeito contábil de R\$ (251) milhões.

Nota 38 - Eventos Subsequentes

GIC – Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Aquisição Itaú CorpBanca – Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá. Focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas, oferece produtos bancários universais. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com market share de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e em seu intuito de tornar-se um banco líder na América Latina. Como resultado da fusão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou da 7ª (sétima) para a 4ª (quarta) posição no ranking de maiores bancos do Chile.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 01 de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 milhões concluído em 22 de março de 2016;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção de 80.240 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e de 33,13% para o Corp Group.
- iii. A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

Participação Acionária	
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	33,58%
Corp Group	33,13%
Outros Acionistas não Controladores	33,29%

O Itaú CorpBanca será controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que assinou um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Este acordo de acionistas deu ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de indicar membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca.

Não foram incluídos valores de ativos, passivos, receitas e despesas do Itaú CorpBanca nas Demonstrações Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o período findo em 31/12/2015. A administração do Itaú

Unibanco Holding está avaliando os possíveis impactos na alocação do ágio da referida operação e irá divulgar maiores detalhes em suas próximas demonstrações financeiras. Referida operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

6_Sustentabilidade

Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado no longo prazo. Conheça nossa estratégia de atuação e os principais destaques de 2015.



Sustentabilidade



Performance sustentável

Nosso objetivo é “ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes”. Esse desafio só pode ser cumprido com um trabalho colaborativo, que envolve os principais públicos com os quais nos relacionamos. Entendemos que planos de carreira desafiadores, pautados pelo mérito, contribuem para gerar o orgulho de pertencer à nossa organização. Por sua vez, colaboradores engajados prestam melhores serviços aos seus clientes, que, mais satisfeitos, tendem a se manter fiéis ao banco, estabelecendo relações duradouras, as quais geram valor para os acionistas e garantem os resultados que permitem o desenvolvimento da sociedade. É dessa forma que buscamos gerar valor compartilhado, atingir resultados positivos e incentivar o desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos, por meio de um ciclo virtuoso de performance sustentável.

Espiral de Performance Sustentável



Materialidade GRI G4-18

Consideramos um tema material como sendo qualquer tema capaz de afetar a criação de valor compartilhado, em curto, médio e longo prazos, pelo ponto de vista da organização e de seus principais *stakeholders*. A determinação de temas materiais é crucial para nortear a nossa tomada de decisões, pois possibilita uma visão mais ampla dos riscos e das oportunidades inerentes ao negócio e conecta as estratégias aos múltiplos interesses externos.

Em 2014, conduzimos um processo abrangente para a definição de temas materiais, que contemplou aspectos ambientais, sociais,

econômicos e de governança. Esse estudo foi desenvolvido por um grupo de trabalho diversificado – composto pelas áreas de Comunicação Corporativa, Finanças, Relações com Investidores e Sustentabilidade. A metodologia usada para determinar nossos temas materiais consiste em quatro etapas distintas:

(1) Identificação



(2) Priorização



(3) Validação



(4) Avaliação



Na primeira etapa (1), o objetivo principal foi (I) identificar as questões mais relevantes em nossos principais canais de comunicação; e (II) identificar os *stakeholders* mais adequados para iniciar o processo de determinação de materialidade. Definimos aproximadamente 500 questões relevantes para o banco, a partir dos nossos principais canais de comunicação e relatórios, listados a seguir:

GRI G4-25 | G4-27



Gestão de Pessoas

Pesquisa de clima organizacional e reivindicações sindicais



Desempenho Financeiro e Operacional

Apresentações de resultados voltadas para investidores: teleconferências, reuniões da APIMEC e relatórios



Sustentabilidade Empresarial

Estudos setoriais da GRI (GRI G4 – Financial Services Sector Disclosures) e SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e Questionários do Índice Dow Jones de Sustentabilidade e Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa

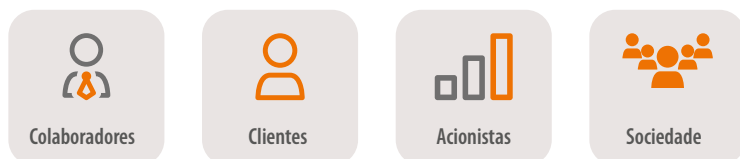


Análise de Cenários de Mercado

Relatórios da Ouvidoria e nossos canais de mídias sociais; Reuniões com investidores; e Análise de materialidade de instituições financeiras nacionais e internacionais consideradas referência em sustentabilidade

Essa metodologia de consulta indireta aos nossos *stakeholders* para desenvolver nossa matriz de materialidade é responsável somente por identificar as principais questões para os nossos *stakeholders*, e não por incorporá-las à gestão. Todas as questões levantadas, independentemente do grupo de *stakeholders* ou do canal, são tratadas e consideradas no processo de gestão do banco e diretamente pela área responsável e canal de origem. Por essa razão, não apresentaremos os detalhes e as medidas adotadas sobre essas questões. **GRI G4-27**

Determinamos os nossos principais *stakeholders* por meio da nossa Espiral de Performance Sustentável e identificamos, por meio de consultas indiretas em nossos preestabelecidos, imparciais e legítimos canais de comunicação, quais foram as questões que eles consideraram mais relevantes. **GRI G4-25**



Na etapa seguinte (2), as questões foram consolidadas em temas mais abrangentes, aplicando-se uma análise preliminar de materialidade para a gestão e os *stakeholders*. Os temas consolidados foram hierarquizados em uma matriz de priorização, dividida em duas seções: (I) avaliação da influência dos temas para os *stakeholders* e (II) análise da materialidade para a gestão.

No eixo de *stakeholders*, analisamos o interesse e o poder de influência de cada *stakeholder* para o tema. Atribuímos o mesmo peso na avaliação de cada um dos quatro públicos. Já no eixo de gestão, definimos as questões ou os drivers que foram utilizados para avaliar cada tema, todos com o mesmo peso de avaliação, segundo a ótica da gestão do banco, conforme esquema a seguir:



A partir daí (3), os temas priorizados foram debatidos e validados internamente pelo Comitê de Reporte, um fórum da governança de sustentabilidade dedicado à implementação de melhores práticas de reporte e transparência. Posteriormente, o estudo de materialidade foi enviado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Divulgação e ao Comitê de Sustentabilidade. O processo de definição de materialidade foi assegurado externamente pela PwC, com base nas diretrizes da norma AA1000. **GRI G4-33**

Ao longo de 2015, fizemos uma avaliação criteriosa da matriz (4), aprimorando os nomes dos temas e as questões relacionadas a cada um deles. Foi um exaustivo trabalho de terminologia, também sob a aprovação do Comitê de Reporte. Essa etapa identificou a necessidade de integrar o tema “Risco Socioambiental” com o tema “Gestão de Riscos e de Capital”, adequando a gestão desses temas pelo banco e seguindo as diretrizes da Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Bacen).

Além disso, avaliamos os impactos de cada tema material na organização e em nossos *stakeholders*. A avaliação foi conduzida para cada um dos indicadores que compõem os temas e, em seguida, foi feita uma análise para priorizar os impactos mais relevantes em nossos negócios e *stakeholders*. Como parte dessa etapa, todos os indicadores considerados materiais até o relatório de 2014 também foram analisados. Diversas alterações foram feitas, com a inclusão e a exclusão de alguns indicadores GRI G4, conforme apresentado a seguir:

GRI G4-22 | G4-23

Indicadores incluídos

Indicador	Justificativa
GRI G4-LA15 Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Já fazíamos avaliação de fornecedores com base em critérios relacionados com práticas trabalhistas, mas, com o aprimoramento da nossa gestão, podemos agora fornecer dados sobre monitoramento e medidas que visam incentivar o melhor desempenho na gestão dos nossos fornecedores acerca do tema.
GRI G4-HR10 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos	A avaliação de fornecedores com base em critérios relacionados aos direitos humanos já era feita, e, com o aprimoramento dessas avaliações, começamos a divulgar essas informações em 2015.
GRI G4-HR11 Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	Com o aprimoramento da nossa gestão, podemos fornecer dados sobre monitoramento e medidas que visam incentivar o melhor desempenho na gestão dos nossos fornecedores acerca do tema.
GRI G4-HR12 Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	O monitoramento de queixas e reclamações relacionadas aos direitos humanos e outras questões já era feito em nossos canais formais. Este ano, começamos a divulgá-lo, em função da importância que a questão já tem internamente.
GRI G4-S09 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	Já fazíamos avaliação de fornecedores com base em critérios relacionados a impactos na sociedade e, em 2015, começamos a comunicar esses dados, uma vez que eles estão mais bem estruturados.
GRI G4-S010 Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	Com o aprimoramento e a estruturação da nossa gestão, podemos fornecer dados sobre monitoramento e medidas que visam incentivar o melhor desempenho na gestão dos nossos fornecedores acerca do tema.

Indicadores excluídos

Indicador	Justificativa
GRI G4-LA7 Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	Reavaliamos a importância desse indicador para a natureza do nosso negócio e as funções dos nossos colaboradores e consideramos que ele é mais adequado para os setores de serviços não financeiros. A exposição dos nossos colaboradores a esse tipo de risco é mínima e, portanto, não mais consideraremos este indicador como material.
GRI G4-S01 Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, em cada uma das localidades onde atuamos. Portanto, o impacto que causamos na sociedade é avaliação de impactos e desenvolvimento local	Como prestadores de serviços financeiros, atuamos em todo o Brasil. No entanto, apresentamos certa dificuldade em definir o termo "comunidade local", adaptá-lo à realidade do nosso negócio (agências, prédios administrativos e datacenters) ou avaliar os diferentes impactos produzidos (muito complexo para ser monitorado e avaliado e decidimos, então, trabalhar no aprimoramento de nossa gestão sobre o assunto, passando a novamente divulgar informações sobre ele quando nossa base de avaliação estiver mais desenvolvida.

Nosso compromisso é recriar toda a metodologia de construção da matriz de temas materiais a cada dois anos, pois consideramos que esse é o período de tempo que melhor se adequa às nossas diretrizes de gestão internas. Portanto, em 2016, esse será um dos projetos priorizados para divulgação em nosso próximo relatório.

Apresentamos a seguir a matriz de materialidade contendo 22 temas relevantes. Clicando em cada um dos temas, é possível visualizar os pontos principais: assuntos relacionados, princípios do pacto global, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aspectos GRI. Também é possível checar os indicadores priorizados para a gestão do tema, o principal capital afetado e o impacto no negócio, juntamente com o tipo de impacto em nossos *stakeholders*. Com base nessa análise, associamos os impactos diretamente com o capital. **GRI G4-19 | G4-20 | G4-21**

Temas materiais

Selecione o tema desejado para ver os temas diretamente impactados a ele, os principais capitais expostos nestas relações e outros detalhes.

Relevantes para a gestão e stakeholders

Mais Relevantes para a gestão



Mais Relevantes para os stakeholders



Outros temas





Crédito e inadimplência

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Perfil da carteira de crédito
- Apetite de risco
- Margem financeira e inadimplência

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Saldo de PDD/Carteira de Crédito	-	-
-	Non-accrual loans/Saldo da Carteira de Crédito	-	-
-	Saldo de PDD/Carteira Renegociada	-	-
-	Inadimplência	-	-
-	Margem Financeira Líquida	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

- Eficiência
- Gestão de riscos e de capital
- Atuação internacional
- Remuneração e incentivos
- Educação e inclusão financeira

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Gestão de riscos e de capital

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Gestão e governança de riscos
- Administração do capital (incluindo captações)
- Adequação e Basileia III
- Avaliação e gestão de riscos com critérios socioambientais
- Impactos socioambientais associados ao crédito, investimento e seguros
- Política socioambiental e políticas de direitos humanos

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	VaR (Value at Risk)/Patrimônio Líquido	-	-
-	Índice Basileia	-	-
-	Índice Basileia 3	-	-
-	Projetos Corporate Finance contratados sob critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
-	Projetos Princípios do Equador contratados sob critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
Desempenho Econômico	G4-EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	ODS 13: Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas – 13.1	7
	G4-EC4 Assistência financeira recebida do governo	-	-

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Portfólio de produtos	G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS1) Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 6 7 ¹
	G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS2) Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 10 ¹
	G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS3) Processos de monitoramento de clientes na implementação e no cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 2 4 5 7 8 ¹
	G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS4) Processo(s) para aperfeiçoar a competência dos colaboradores em implementar as políticas e os procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 4 5 7 8 9 ¹
	G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS5) Interações com clientes/empresas controladas/parceiros de negócios referentes a riscos e oportunidades socioambientais	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	8 ¹
Auditoria	G4-FS6 Percentual do portfólio de cada linha de negócio, discriminado por região, porte (ex.: micro, pequena, média ou grande empresa) e setor de atuação	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.3 e 8.10 ODS 9: Acesso a serviços financeiros – 9.3	
	G4-DMA Auditoria (antigo FS9) Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de risco	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 7 8 ¹
Controle Acionário Ativo	G4-FS10 Percentual e número de empresas do portfólio da instituição com as quais a organização relatora interagiu em relação a questões socioambientais	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	2 4 5 8 9 ¹
	G4-FS11 Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social (positiva e negativa)	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1 2 7 8 9 ¹
	G4-DMA Controle Acionário Ativo (antigo FS12) Política(s) de voto como acionista aplicada(s) a questões socioambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto ao voto	-	1 7 8 9 10 ¹

1. Realizamos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
\$	⚠️	Crédito e inadimplência
\$	📊	Diversificação de receitas
🔄	👤	Satisfação dos clientes
🔄	📋	Ética e transparência
🔄	🔗	Governança
👤	🔄	Atração, retenção e desenvolvimento
🔄	🕒	Antecipação de cenários
🔄	🔒	Segurança da informação
💡	🌐	Atuação internacional
🔄	🛡️	Combate à corrupção e a atividades ilícitas
📱	📰	Tecnologia da informação
🔄	🏢	Marca e reputação
🔄	🛒	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
\$	🎓	Educação e inclusão financeira
👤	🔄	Saúde, segurança no trabalho e bem-estar
🌱	🚲	Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Eficiência

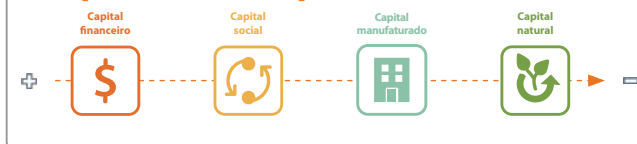
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Relação entre custo e receita
- Índice de eficiência operacional
- Controle de despesas de pessoal, administrativas, operacionais e tributárias

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Variação das Despesas Operacionais por categoria	-	-
-	Índice de Eficiência	-	-
-	Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	-	-
Desempenho Econômico	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	ODS 9: Investimentos em Infraestrutura – 9.1 e 9.4 ODS 9: Desenvolvimento de Recursos – 9.5	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	Grid icon	Diversificação de receitas
\$	Warning triangle icon	Crédito e inadimplência
\$	Key icon	Gestão de riscos e de capital
Grid icon	Document icon	Tecnologia da informação
\$	Location pin icon	Atuação internacional
Recycling icon	Shopping cart icon	Marca e reputação
Recycling icon	Shopping cart icon	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
\$	Shopping cart icon	Inovação
\$	Pencil icon	Educação e inclusão financeira
Recycling icon	Bicycle icon	Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Diversificação de receitas

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Diversificação e foco na oferta de serviços
- Receitas de tarifas e seguros

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Composição da Receita de Serviços	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
🔄	🔑	Gestão de riscos e de capital
💻	📡	Tecnologia da informação
\$	📈	Remuneração e incentivos
\$	📍	Atuação internacional
💡	🏢	Marca e reputação
💡	📚	Inovação
\$	🖋️	Educação e inclusão financeira

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Atração, retenção e desenvolvimento

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Atração e retenção de talentos
- Rotatividade de colaboradores
- Treinamento e desenvolvimento
- Formação da liderança

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Quantidade de colaboradores realocados	-	-
-	Valor investido em treinamento	-	-
-	Taxa de retenção dos programas de talentos	-	-
Emprego	G4-LA1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	ODS 5: Igualdade de gêneros – 5.1 ODS 8: Emprego/ ODS 8: Emprego para os jovens – 8.5 e 8.6	6
Treinamento e Educação	G4-LA9 Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	ODS 4: Treinamento e educação de funcionários – 4.3 4.4 e 4.5 ODS 5: Igualdade de gêneros – 5.1 ODS 8: Treinamento e educação de funcionários – 8.5	6
	G4-LA10 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria	ODS 8: Treinamento e educação de funcionários – 8.5	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
👤	📋	Ética e transparência
🔄	🔗	Governança
🔄	🔑	Gestão de riscos e de capital
🔄	🏢	Marca e reputação
\$	📈	Remuneração e incentivos
🔄	👤	Cidadania corporativa
👤	❤️	Diversidade, equidade e inclusão

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Antecipação de cenários

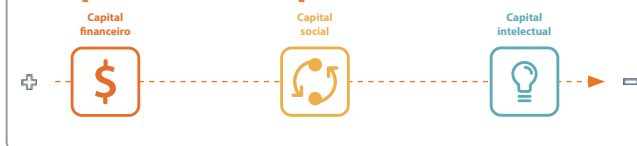
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Capacidade de interpretação da economia.
- Estratégia de posicionamento frente aos principais indicadores (inflação, juros, dólar, taxa de desemprego)

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	-	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	■ ■ ■ ■	Diversificação de receitas
\$	▲	Crédito e inadimplência
\$	🎯	Eficiência
🔄	🔑	Gestão de riscos e de capital
🔄	🌙	Satisfação dos clientes
\$	📍	Atuação internacional
💡	📄	Inovação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.

Satisfação dos clientes

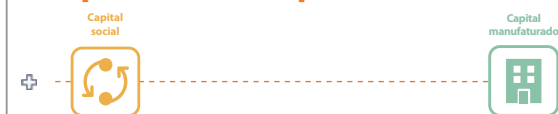
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Satisfação de clientes
- Tratamento de queixas e reclamações
- Resolução de casos críticos

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Índice de satisfação de clientes	-	-
-	Reclamações registradas em órgãos reguladores	-	-
-	Número de atendimentos registrados na ouvidoria e % de casos resolvidos em fase preliminar	-	-
Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-PR5 Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

		Crédito e inadimplência
		Diversificação de receitas
		Gestão de riscos e de capital
		Tecnologia da informação
		Inovação
		Marca e reputação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Ética e transparência

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Cultura, valores e políticas de conduta
- Ética nos negócios e Transparência na comunicação
- Reporte a mercado

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número de reclamações relacionadas ao código de ética	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	Número de ações judiciais por concorrência desleal	-	-
-	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários de comunicações de marketing	-	-
-	G4-S6 Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética ¹	-	10
-	G4-S7 Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento (p. ex.: ouvidoria) ¹	-	10
-	G4-S8 Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias ¹	-	10
Concorrência desleal	G4-SO7 Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de traste e monopólio e seus resultados	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	-
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	G4-HR12 Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	ODS 16: Mecanismos de reclamação – 16.6 e 16.10	1

1. Os indicadores de conteúdos padrões gerais não foram incluídos nesta análise, exceto pelos sinalizados, por se relacionarem diretamente com um princípio do Pacto Global.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

		Diversificação de receitas
		Crédito e inadimplência
		Eficiência
		Atração, retenção e desenvolvimento
		Governança
		Satisfação dos clientes
		Gestão de riscos e de capital
		Segurança da informação
		Antecipação de cenários
		Combate à corrupção e a atividades ilícitas
		Tecnologia da informação
		Atuação internacional
		Remuneração e incentivos
		Marca e reputação
		Cidadania corporativa
		Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
		Inovação
		Educação e inclusão financeira
		Diversidade, equidade e inclusão
		Saúde, segurança no trabalho e bem-estar
		Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Segurança da informação

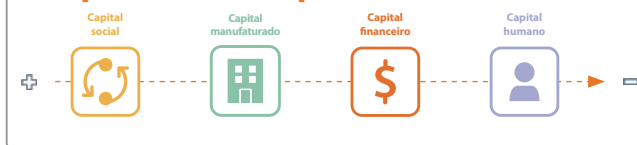
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Política de segurança da informação
- Privacidade nos dados dos clientes

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Total de queixas comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes – confidencial	-	-
Privacidade do Cliente	G4-PR8 Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos/ Proteção a privacidade – 16.10 e 16.6	1

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
\$	⚠️	Crédito e inadimplência
🔄	👤	Satisfação dos clientes
🔄	📋	Ética e transparência
🔄	🔍	Governança
👤	🔒	Gestão de riscos e de capital
🔄	🛡️	Combate à corrupção e a atividades ilícitas
🏢	💻	Tecnologia da informação
🔄	📊	Marca e reputação
🔄	🛒	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
🏢	🖋️	Educação e inclusão financeira

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Governança

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Composição e mandato do conselho de administração
- Responsabilidades do CA e comitês imediatos
- Controle da empresa e direito a voto de acionistas

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Participação em Índices de Governança Corporativa	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	■ ■ ■ ■	Diversificação de receitas
\$	▲	Crédito e inadimplência
\$	🎯	Eficiência
🔄	🔄	Atração, retenção e desenvolvimento
🔄	📄	Ética e transparência
🔄	👤	Satisfação dos clientes
🔄	🔒	Gestão de riscos e de capital
🔄	📄	Segurança da informação
🔄	🕒	Antecipação de cenários
🔄	🛡️	Combate à corrupção e a atividades ilícitas
🔄	📄	Tecnologia da informação
🔄	🌐	Atuação internacional
🔄	🏢	Remuneração e incentivos
🔄	🏢	Marca e reputação
🔄	👤	Cidadania corporativa
🔄	🛒	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
🔄	📱	Inovação
🔄	📖	Educação e inclusão financeira
🔄	❤️	Diversidade, equidade e inclusão
🔄	👤	Saúde, segurança no trabalho e bem-estar
💡	🚲	Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Inovação

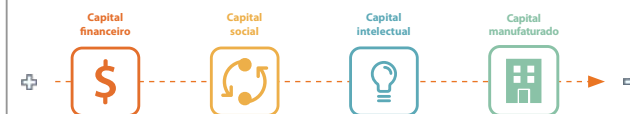
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Incorporação de tendências
- Novas oportunidades de negócio socioambientais

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor monetário de produtos e serviços com benefício social e ambiental	-	-
-	Valor financeiro revertido por Fundos Socioambientais	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	Grid	Diversificação de receitas
\$	Target	Eficiência
Recycling	Person	Satisfação dos clientes
\$	Lock	Gestão de riscos e de capital
Recycling	Location	Atuação internacional
Grid	Document	Tecnologia da informação
Lightbulb	Document	Marca e reputação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Cidadania corporativa

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Geração de um legado sócio cultural
- Incentivo à educação
- Investimentos na comunidade
- Doação e contribuições para políticas públicas

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor total destinado a projetos incentivados e não incentivados	-	-
-	Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos	-	-
Políticas Públicas	G4-SO6 Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	ODS 16: Anti-corrupção – 16.5	10
Portfólio e produtos	G4-FS7 Valor monetário de produtos e serviços com benefício social, separados por cada linha de negócios e discriminados por objetivo	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.3 e 8.10 ODS 9: Acesso a serviços financeiros – 9.3 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2 ODS 11: Acesso a habitação a preços acessíveis – 11.1	1
	G4-FS8 Valor monetário dos produtos e serviços com benefício ambiental, separados por cada linha de negócios e discriminados por objetivo	-	7 8 9 ¹

1. Realizamos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

	Ética e transparência
	Satisfação dos clientes
	Combate à corrupção e a atividades ilícitas
	Marca e reputação
	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
	Diversidade, equidade e inclusão
	Saúde, segurança no trabalho e bem-estar
	Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Educação e inclusão financeira

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

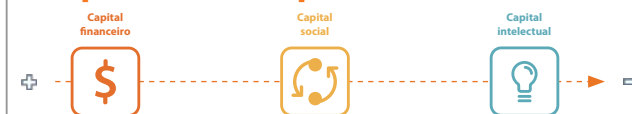
Assuntos relacionados

- Programas de educação financeira
- Oferecimento de produtos e serviços à população com baixo acesso aos serviços financeiros

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Número de colaboradores treinados em educação financeira	-	-
-	Impacto de programas de educação financeira em colaboradores	-	-
-	Número de clientes impactados em treinamento de educação financeira	-	-
-	Impacto dos programas de educação financeira em clientes	-	-
-	Volume total financiado em operações de Microcrédito	-	-
Comunidades Locais	G4-FS13 Pontos de acesso em áreas com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas, discriminados por tipo	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	1
	G4-FS14 Iniciativas para melhorar o acesso dos serviços financeiros para pessoas desfavorecidas	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	1
Rotulagem de Produtos e Serviços	G4-FS15 Políticas para um justo desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	ODS 10: Financiamento responsável – 10.5	1
	G4-FS16 Iniciativas para aumentar a educação financeira, por tipo de beneficiário	ODS 1: Acesso a serviços financeiros – 1.4 ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 ODS 10: Acesso a serviços financeiros – 10.2	1

1. Realizamos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	■ ■ ■ ■	Diversificação de receitas
\$	▲	Crédito e inadimplência
\$	🎯	Eficiência
🔄	🌙	Satisfação dos clientes
\$	🔑	Gestão de riscos e de capital
💡	🏢	Marca e reputação
🔄	👤	Cidadania corporativa

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Gestão de fornecedores
- Apoio aos fornecedores locais
- Promoção de práticas sustentáveis na cadeia de suprimentos

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de fornecedores locais contratados	-	-
Práticas de Compras	G4-DMA Práticas de Compras¹	ODS 1: Inclusão econômica – 1.4 ODS 5: Inclusão econômica – 5.1 ODS 8: Inclusão econômica – 8.3	-
Práticas de Compras	G4-EC9 Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	ODS 12: Práticas de Compras – 12.7	-
Avaliação Ambiental de Fornecedores	G4-EN32 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	-	8
	G4-EN33 Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	-	8
Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	G4-LA14 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	ODS 5: Violência e assédio no trabalho – 5.2 ODS 8: Práticas Trabalhistas na cadeia de fornecedores – 8.8 ODS 16: Violência e assédio no trabalho – 16.1	-
	G4-LA15 Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	ODS 5: Violência e assédio no trabalho – 5.2 ODS 8: Práticas Trabalhistas na cadeia de fornecedores – 8.8 ODS 16: Violência e assédio no trabalho – 16.1	-
Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	G4-HR10 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos	-	2
	G4-HR11 Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	-	2
Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	G4-SO9 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade	-	-
	G4-SO10 Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	-	-

1. Os indicadores de forma de gestão não foram incluídos nesta análise, exceto por este, por conta de seu relacionamento direto com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável listados acima.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
🔄	🔒	Gestão de riscos e de capital
📄	📡	Segurança da informação
🛡️	🚫	Combate à corrupção e a atividades ilícitas
🏢	🗣️	Marca e reputação
👤	🗳️	Cidadania corporativa
🌱	🚲	Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.

Remuneração e incentivos

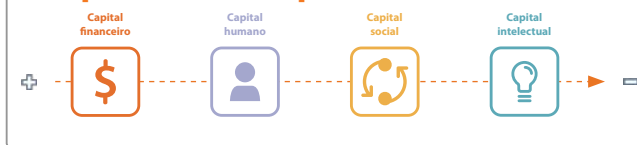
(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Programas de avaliação de desempenho
- Remuneração variável
- Incentivos de longo prazo

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de colaboradores que possuem análise de desempenho	-	-
-	Valor total gasto com remuneração fixa, encargos e salários	-	-
-	Valor total de contribuições feitas aos planos de pensão de colaboradores	-	-
Treinamento e Educação	G4-LA11 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	ODS 5: Igualdade de gêneros – 5.1 ODS 8: Treinamento e educação de funcionários – 8.5	6

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
👤	📄	Ética e transparência
🔄	🔗	Governança
👤	📈	Atração, retenção e desenvolvimento
💡	🏢	Marca e reputação
\$	👤	Cidadania corporativa
\$	🖋️	Educação e inclusão financeira

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Tecnologia da informação

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Investimento em tecnologia
- Uso de canais eletrônicos
- Acessibilidade e inclusão digital

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de transações digitais x canais tradicionais	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

		Crédito e inadimplência
		Eficiência
		Satisfação dos clientes
		Governança
		Segurança da informação
		Gestão de riscos e de capital
		Atuação internacional
		Inovação
		Marca e reputação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Marca e reputação

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Posicionamento de marca
- Reputação e exposição na mídia
- Índice de reputação e valor da marca

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Valor da Marca	-	-
-	Exposição positiva na imprensa	-	-
Comunicações de Marketing	G4-PR7 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados	ODS 16: Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

		Diversificação de receitas
		Crédito e inadimplência
		Eficiência
		Atração, retenção e desenvolvimento
		Governança
		Ética e transparência
		Satisfação dos clientes
		Gestão de riscos e de capital
		Segurança da informação
		Antecipação de cenários
		Combate à corrupção e a atividades ilícitas
		Atuação internacional
		Tecnologia da informação
		Remuneração e incentivos
		Cidadania corporativa
		Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
		Inovação
		Educação e inclusão financeira
		Diversidade, equidade e inclusão
		Saúde, segurança no trabalho e bem-estar
		Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Atuação internacional

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Oportunidades em novos mercados
- Estratégia de internacionalização
- Evolução da carteira no exterior

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Volume de Empréstimos no Exterior	-	-
-	Carteira de Crédito e <i>Market Share</i> América Latina	-	-

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
\$	⚠️	Crédito e inadimplência
\$	📊	Diversificação de receitas
🔄	👤	Satisfação dos clientes
🔄	🔍	Governança
🔄	🔒	Gestão de riscos e de capital
💻	📄	Tecnologia da informação
💡	🏢	Marca e reputação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo *SDG Compass*, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 *Sustainability Reporting Guidelines* e GRI G4 *Financial Service Sector Disclosure*) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Combate à corrupção e a atividades ilícitas

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Política de prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro
- Combate à corrupção
- Monitoramento de atividades criminosas
- Treinamento de colaboradores no tema

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de empregados treinados em políticas e procedimentos anticorrupção	-	-
Combate à Corrupção	G4-S04 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	ODS 16: Anti-corrupção – 16.5	10

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	🎯	Eficiência
\$	⚠️	Crédito e inadimplência
🔄	📋	Ética e transparência
🔄	🔍	Governança
🔄	🔒	Gestão de riscos e de capital
📱	💻	Tecnologia da informação
🔄	🏢	Marca e reputação
🔄	👤	Cidadania corporativa
🔄	🛒	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Diversidade, equidade e inclusão

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

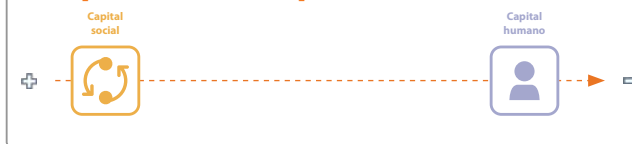
Assuntos relacionados

- Igualdade de gêneros e raça
- Respeito a diversidade
- Combate à discriminação e ao assédio

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Percentual de negros, mulheres, deficientes e aprendizes	-	-
-	Razão matemática do salário entre mulheres e homens	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	G4-10 Apresentação do número total de empregados demonstrando a estruturação dos recursos humanos da organização ¹	-	6
Emprego	G4-LA2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	ODS 8: Rendimentos, salários e benefícios – 8.5	-
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4-LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	ODS 5: Igualdade de gêneros – 5.1 ODS 5: Mulheres na Liderança – 5.5 ODS 8: Diversidade e igualdade de oportunidades – 8.5	6
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4-LA13 Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	ODS 5: Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres – 5.1 ODS 8: Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres – 8.5 ODS 10: Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres – 10.2	6
Não discriminação	G4-HR3 Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	ODS 5: Não-discriminação – 5.1 ODS 8: Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres – 8.8 ODS 16: Não-discriminação – 16.6	6

1. Os indicadores de conteúdos padrões gerais não foram incluídos nesta análise, exceto pelos sinalizados, por se relacionarem diretamente com um princípio do Pacto Global.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

	Ética e transparência
	Atração, retenção e desenvolvimento
	Cidadania corporativa
	Marca e reputação

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

Assuntos relacionados

- Satisfação de colaboradores
- Práticas de saúde e segurança
- Direitos trabalhistas, greves e paralizações

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Índice de satisfação de colaboradores	-	-
-	Taxa de lesões	-	-
-	Taxa de dias perdidos	-	-
-	Taxa de doenças ocupacionais	-	-
-	Taxa de absenteísmo	-	-
-	G4-11 Relate o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva ¹	-	3
Saúde e Segurança no Trabalho	G4-LA5 Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	ODS 8: Saúde e segurança Ocupacional – 8.8	-
	G4-LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	ODS 3: Saúde e segurança Ocupacional – 3.4 ODS 8: Saúde e segurança Ocupacional – 8.8	-
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	G4-LA16 Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	ODS 16: Mecanismos de reclamação – 16.6 e 16.10	-

1. Os indicadores de conteúdos padrões gerais não foram incluídos nesta análise, exceto pelos sinalizados, por se relacionarem diretamente com um princípio do Pacto Global.

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	Eficiência
🔄	Ética e transparência
🔄	Atração, retenção e desenvolvimento
🔒	Gestão de riscos e de capital
👤	Remuneração e incentivos
🔄	Marca e reputação
👤	Cidadania corporativa
🔄	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.



Ecoeficiência e gestão ambiental

(Clique no X para voltar para o diagrama de Temas materiais)

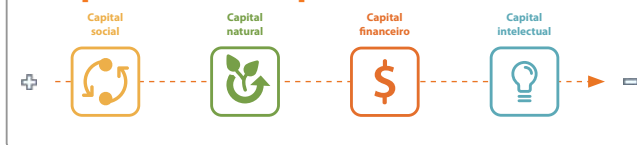
Assuntos relacionados

- Gestão ambiental
- Água, energia, emissões, e consumo de materiais
- Compromissos públicos sobre mudanças climáticas

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
-	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	-	-
-	Consumo de papel	-	-
-	Consumo de energia dentro da organização	-	-
-	Total de água retirada por fonte	-	-
-	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	-	-
-	Total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	-	-
Materiais	G4-EN1 Materiais usados, discriminados por peso ou volume	ODS 8: Eficiência de materiais – 8.4 ODS 12: Eficiência de materiais/ Reciclagem – 12.2	7 8
Energia	G4-EN3 Consumo de energia dentro da organização	ODS 7: Eficiência energética – 7.3 ODS 8: Eficiência energética – 8.4 ODS 12: Eficiência energética – 12.2 ODS 13: Eficiência energética – 13.1	7 8
	G4-EN6 Redução do consumo de energia	ODS 7: Eficiência energética – 7.3 ODS 8: Eficiência energética – 8.4 ODS 12: Eficiência energética – 12.2 ODS 13: Eficiência energética – 13.1	8 9
	G4-EN8 Total de retirada de água por fonte	ODS 6: Retirada sustentável de água – 6.4	7 8
Água	G4-EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	ODS 6: Eficiência hídrica – 6.3 ODS 6: Reciclagem e reuso de água – 6.4 ODS 8: Eficiência hídrica – 8.4 ODS 12: Eficiência hídrica – 12.2	8

Aspectos GRI	Indicadores relacionados	ODS*	Pacto Global
Emissões	G4-EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação florestal – 15.2	7 8
	G4-EN16 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 2)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação florestal – 15.2	7 8
	G4-EN17 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação florestal – 15.2	7 8
Efluentes e Resíduos	G4-EN19 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	ODS 13: Emissões de GEE – 13.1 ODS 14: Acidificação dos oceanos – 14.3 ODS 15: Degradação florestal – 15.2	8 9
	G4-EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	ODS 3: Qualidade do ar – 3.9 ODS 6: Resíduos – 6.3 ODS 12: Qualidade do ar – 12.4 ODS 12: Qualidade do ar – 12.5	8
Transportes	G4-EN30 Impactos ambientais significativos decorrentes do transporte de produtos e outros bens e materiais usados nas operações da organização, bem como do transporte de seus empregados	ODS 12: Transporte – 12.4 ODS 13: Emissões de GEE – 13.1	8
Geral	G4-EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	ODS 7: Investimentos ambientais – 7a ODS 9: Investimentos ambientais – 9.4 ODS 9: Desenvolvimento de recursos – 9.5	7 8 9
		ODS 12: Investimentos ambientais – 12.4 e 12.5 ODS 13: Investimentos ambientais – 13.1 e 13.3 ODS 15: Investimentos ambientais – 15.1 ODS 17: Investimentos ambientais – 17.7	

Capitais mais expostos ao tema



Temas relacionados

\$	Objetivo	Eficiência
Reciclagem	Ícone de documento	Ética e transparência
Reciclagem	Ícone de risco	Gestão de riscos e de capital
Reciclagem	Ícone de reputação	Marca e reputação
Reciclagem	Ícone de cidadania	Cidadania corporativa
Reciclagem	Ícone de cadeia de suprimentos	Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos
Reciclagem	Ícone de saúde e segurança	Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Públicos mais afetados



* A análise dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi baseada no estudo publicado pelo SDG Compass, que cruzou as informações dos documentos da GRI (GRI G4 Sustainability Reporting Guidelines e GRI G4 Financial Service Sector Disclosure) com os ODS. Contudo, uma avaliação interna foi realizada, incluindo e retirando alguns tópicos de acordo com a nossa interpretação sobre a importância dos mesmos para o nosso negócio.

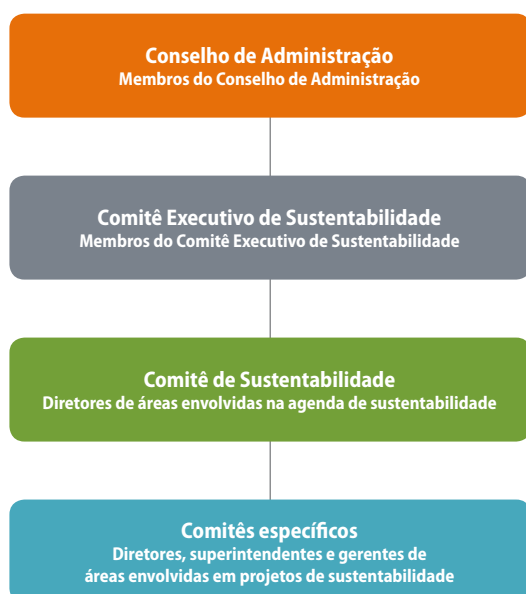
Gestão e governança de sustentabilidade **GRI G4-36**

Incorporamos a sustentabilidade à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários, identificar as áreas capazes de tratá-las e acompanhar o desempenho e os indicadores dessas questões periodicamente.

Em 2014, avançamos na integração da gestão de sustentabilidade à gestão do banco por meio de duas iniciativas: (1) priorização e valorização de projetos socioambientais para o avanço da agenda nos próximos anos; e (2) monitoramento desses projetos prioritários pelo processo corporativo de prevenção de riscos.

Contamos com um painel de gestão de projetos que permite acompanhar, monitorar e avaliar todas as iniciativas relacionadas ao tema. Esse painel fornece subsídios para análises e tomadas de decisões nas diversas instâncias da nossa estrutura de governança. Isso contribui para garantir o alinhamento entre estratégia de sustentabilidade e as diretrizes da organização, verificar a aderência às nossas políticas e assegurar a inserção de aspectos socioambientais em novos produtos e serviços. Além disso, incorporamos os parâmetros do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa como referências de mercado para a orientação de melhorias, mitigação de riscos e identificação de tendências em sustentabilidade.

Estrutura da nossa governança de sustentabilidade **GRI G4-34**



- **Conselho de Administração:** debate decisões estratégicas de sustentabilidade em longo prazo e aprova diretrizes políticas. Em 2015, o tema foi debatido em uma reunião que abordou, entre outros temas, desafios de governança e os impactos das mudanças climáticas no sistema financeiro.
- **Comitê Executivo de Sustentabilidade:** composto por membros do Comitê Executivo, tem como objetivo a integração entre as práticas de sustentabilidade e estratégias de negócio voltadas para as mudanças climáticas. Em 2015, este comitê realizou duas reuniões, uma delas com agenda conjunta com a área de Ética.
- **Comitê de Sustentabilidade:** integrado por diretores, é responsável por definir a estratégia de sustentabilidade do Itaú Unibanco e assegurar a sua gestão, supervisionando a sua evolução por meio do monitoramento dos planos de ação, indicadores e metas. Este comitê realizou uma reunião em 2015 cujo objetivo foi abordar formas de fortalecer nossa estratégia de sustentabilidade.
- **Comitês específicos:** criados para aprimorar nossa eficiência na execução da estratégia de sustentabilidade e fazer a integração entre iniciativas sustentáveis e áreas de negócio. Em 2015, esses comitês foram divididos em: Gestão Interna, Investimento, Reporte e Educação Financeira.

Sustentabilidade e Governança

A sustentabilidade também faz parte da governança geral do banco, agregando valor e integrando o tema à agenda de negócios do conglomerado. Nossas atividades incluem debates, encontros e comitês que visam a assegurar a inserção do tema nas nossas tomadas de decisão e sua efetiva integração ao nosso negócio.

Avaliação e desenvolvimento de produtos e serviços **GRI G4-DMA Rotulagem de Produtos e Serviços (antigo FS15)**

Com base na Política Corporativa de Avaliação de Produtos, qualquer projeto que modifique ou crie produtos e serviços passa por uma análise rigorosa com foco na gestão de riscos. Isso requer a integração das áreas de produtos e das unidades que as avaliam como Jurídica, Tributária, Segurança Corporativa, Contabilidade, Controles Internos e Sustentabilidade, entre outras. Os Comitês de Produtos de Varejo e de Atacado são compostos por seus diretores, que se reúnem periodicamente para debater projetos.

Em 2015, passaram por esse processo 206 projetos. Como uma das áreas envolvidas, nossa equipe de Sustentabilidade avalia e sugere ajustes para garantir que os produtos e projetos estejam alinhados a três pilares de atuação: educação financeira, transparência e riscos socioambientais.

Comitê de Risco Socioambiental **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS3)**

Composto por diretores das áreas de Riscos, Jurídico, Crédito e Cobrança dos negócios, além de Sustentabilidade, este comitê se reúne trimestralmente ou quando necessário, com a responsabilidade de:

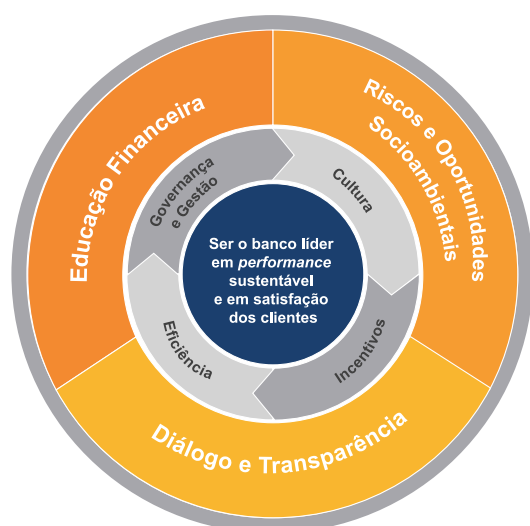
- Sugerir posições institucionais sobre questões relacionadas à exposição ao risco socioambiental para as atividades e operações do banco;
- Recomendar papéis e responsabilidades sobre questões relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental;
- Acompanhar o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento do risco socioambiental, bem como acompanhar seus controles e planos de ação em andamento; e
- Encaminhar casos de não cumprimento das políticas relacionadas com risco socioambiental aos fóruns competentes.

Estratégia de sustentabilidade nos negócios GRI G4-27

Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida a partir de uma profunda análise sobre nossa visão – Nosso Jeito –, nossas políticas corporativas, compromissos e pactos voluntários, pesquisas e encontros com *stakeholders* para compreender as questões materiais.

A publicação da Essência de Sustentabilidade, em 2009, foi o nosso ponto de partida para abordar oito temas principais relacionados ao assunto. Em 2010, definimos nossa nova visão, cultura, marca e propósito, importantes subsídios para a construção da nossa estratégia de sustentabilidade nos negócios. Em 2011, com base no novo posicionamento do banco, realizamos *workshops*, entrevistas e painéis internos e externos. E, depois de nos reunir com diversos especialistas e executivos, o Comitê Executivo aprovou nossa estratégia de sustentabilidade.

No mesmo ano, esse estudo nos levou a criar o Mapa da Sustentabilidade, que determina três focos estratégicos para nossas atividades: Diálogo e Transparência, Educação Financeira, e Riscos e Oportunidades Socioambientais, viabilizados por quatro frentes de apoio: Governança e Gestão, Eficiência, Incentivos e Cultura. Assim, o Mapa orienta nossas unidades operacionais e de negócio à medida que elas incorporam valores de sustentabilidade em seus processos de tomada de decisão.



Temos uma Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, que formaliza nossa estratégia de sustentabilidade e o nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Saiba mais sobre nossos focos estratégicos a seguir.

Focos estratégicos

Riscos e Oportunidades Socioambientais GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS5)

O banco é um modelo de negócio que interage com todos os setores da economia e, portanto, tem um poder significativo para influenciar mudanças positivas na sociedade. O Itaú, cuja missão é ser líder em performance sustentável, integra as questões socioambientais aos seus negócios, levando em consideração as necessidades de seus clientes, colaboradores, da sociedade civil e dos órgãos reguladores.

Nos últimos 15 anos, desenvolvemos e participamos de diversas iniciativas que buscam reduzir riscos e buscar oportunidades socioambientais. Criamos estratégias, rotinas, processos e produtos, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários, como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), os Princípios do Equador (EP, na sigla em inglês), o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e Pacto Global, os quais orientam as nossas práticas de negócios e institucionais.

Essa trajetória teve início em 2000, quando o Itaú BBA, atualmente nosso segmento *Corporate Banking* (grandes empresas), tornou-se o primeiro banco de um mercado emergente a desenvolver um sistema formal de gerenciamento de riscos socioambientais. Posteriormente, expandimos essas análises para outros modelos e volumes de crédito, em um escopo inovador.

Essa experiência nos permitiu estender a identificação dos riscos socioambientais para outros segmentos de negócios, como, Crédito, Seguros e Investimentos.

Sabemos que a crescente conscientização da sociedade em relação aos desafios socioambientais torna essas questões mais relevantes para nossas operações, nossos produtos e nossos serviços. Ao integrar os riscos e as oportunidades socioambientais em nossa estratégia, governança, processos, políticas, produtos e serviços, criamos um círculo virtuoso que contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Os riscos socioambientais ganharam mais importância e relevância a partir da Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Bacen), o qual estabeleceu um padrão mínimo a ser cumprido por todas as instituições financeiras.

Em 2015, publicamos um artigo sobre a nossa estratégia referente a Riscos e Oportunidades Socioambientais, mostrando nossas experiências, práticas e desafios de aprendizado. Nossos compromissos para os próximos anos são:

1. Ampliar o escopo da nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental;
2. Aumentar nossa lista de atividades restritas e integrar diferentes tipos de riscos socioambientais em nossos processos;
3. Treinar nossos colaboradores constantemente; e
4. Buscar e potencializar as oportunidades de negócios socioambientais.

Para mais informações sobre o item Riscos e Oportunidades Socioambientais e sobre nossas práticas acesse o [website](#).



Direitos Humanos **GRI G4-DMA Não discriminação**

Em 2015, com o intuito de reforçar nosso respeito aos direitos humanos nas relações com colaboradores, clientes e fornecedores, o Itaú Unibanco revisou seu Compromisso com os Direitos Humanos lançado em 2014.

Norteados pelo parâmetro “Proteger, Respeitar e Reparar”, estabelecido pelos Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o compromisso fornece diretrizes para prevenção contra os riscos de direitos humanos aos quais nossos negócios e nossos relacionamentos estão expostos.

Além dos Princípios Orientadores da ONU, o Itaú Unibanco também aderiu a uma série de compromissos que ajudam a organização a aplicar as melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade social, tais como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Organização das Nações Unidas);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Pacto Global (Organização das Nações Unidas);
- Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente, do Instituto Ethos; e
- Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, do governo brasileiro.

Adotamos uma série de princípios de atuação relacionados aos direitos humanos, como o respeito e a promoção à diversidade; o combate ao trabalho infantil e análogo ao de escravo, e a qualquer tipo de discriminação por gênero, cultura, etnia, raça, condição social, religião, orientação sexual e convicções políticas; políticas de saúde e segurança no trabalho; políticas de privacidade; e a preocupação com a sustentabilidade em suas operações.

O tema direitos humanos é sempre debatido com nossos colaboradores, fornecedores e clientes para que todos os *stakeholders* entendam a importância desses valores em nossa organização.

Monitoramos e supervisionamos os impactos das nossas atividades sobre os Direitos Humanos por meio de auditoria interna, e o monitoramento por terceira parte independente. Portanto, podemos dizer que o Itaú Unibanco tem um compromisso permanente que permeia nossas políticas, nossos procedimentos e nossas atividades diárias.

Saiba mais sobre o nosso trabalho com fornecedores na página [A-192](#), sobre o nosso trabalho com colaboradores na página [A-179](#), e sobre nossa atuação com clientes na página [A-188](#), vide [link](#) também.

Riscos Socioambientais **GRI G4-DMA**

Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5)

O gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo identificar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos. Para mitigar os riscos, promovemos ações de engajamento com as áreas envolvidas no processo, como treinamentos, *workshops* e palestras, além de medidas de melhoria de controle baseadas nos resultados dos testes de aderência, que são reportados periodicamente ao Comitê de Risco Socioambiental, o qual faz parte da Governança de Sustentabilidade. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)**

Consideramos os riscos socioambientais como componentes dos outros tipos de riscos aos quais os nossos negócios estão sujeitos, como risco de crédito, reputacional e legal. Ter consciência dos riscos socioambientais influencia não apenas as melhores práticas do banco, mas, também, os nossos clientes.

Em 2014, a Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Bacen) determinou o desenvolvimento de Políticas de Responsabilidade Socioambiental por todas as instituições financeiras, incluindo medidas relacionadas à gestão de risco, governança e relações com *stakeholders*.

Para garantir o cumprimento da resolução, organizamos grupos de trabalho formados por representantes das áreas mais impactadas, parceiros internos e externos. Depois de um intenso processo participativo, incluímos as questões de responsabilidade socioambiental em nossa Política de Sustentabilidade. A nossa nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental ratifica as diretrizes e os princípios que determinam a inclusão de questões socioambientais em nossas práticas de negócio, atividades e operações (desde a administração até as agências e *Data Centers*).

Revisamos as Políticas Socioambientais de outros segmentos como crédito (Grandes Empresas, Médias Empresas, Varejo, Crédito Imobiliário e Financiamento de Veículos), seguros e investimentos, sempre tendo como base os princípios de relevância e proporcionalidade, e treinamos as áreas com relação às suas políticas. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4) | G4-DMA Rotulagem de produtos e serviços (antigo FS15)**

Como parte do processo de monitoramento de Riscos, nossas áreas são submetidas à Auditoria Interna. Essas auditorias são controladas pela unidade que avalia, entre outras questões, a adequação à Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aos compromissos e pactos voluntários assumidos pelo banco, como os Princípios do Equador para operações de *Project Finance*. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS3) | G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

Nossas linhas de negócio são orientadas por: lista de atividades restritas, lista de atividades proibidas, cumprimento do licenciamento ambiental, inclusão de cláusulas contratuais socioambientais e regras específicas para a constituição de garantias imobiliárias.

- **Lista proibida:** contém atividades que contrariam nossos princípios e valores corporativos. Dessa forma, não concedemos crédito às empresas que desenvolvam atividades relacionadas:
 - Ao incentivo à prostituição;
 - À utilização de mão de obra infantil, em desacordo com a legislação; e
 - Ao trabalho em condições análogas à de escravo.
- **Lista restrita:** engloba atividades com maior potencial de causar danos socioambientais. Portanto, existem procedimentos específicos para a análise de risco socioambiental das empresas que desenvolvem atividades relacionadas:
 - À produção ou comércio de armas de fogo, munição e explosivos;
 - À extração e produção de madeira provenientes de florestas nativas;
 - A atividades pesqueiras;
 - A extração e industrialização de asbesto/amianto; e
 - A frigorífico e abatedouro bovino.
- **Project Finance:** Observamos os critérios definidos por tipo de operação/projeto.
- **Garantias imobiliárias:** estabelecemos requisitos específicos para a composição de nossas garantias imobiliárias.
- **Cláusulas contratuais:** para a formalização do crédito ou financiamento, consideramos os riscos socioambientais do tipo de crédito e o objetivo do financiamento.
- **Competência:** As áreas de risco socioambiental avaliam e classificam os riscos socioambientais de acordo com seus potenciais impactos. Conforme o risco identificado, o caso é levado à área competente responsável pela aprovação.

Crédito [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS1 | antigo FS2\)](#)

A análise socioambiental minimiza riscos, identifica oportunidades e motiva melhores práticas para os nossos clientes.

Lançada em 2007, nossa Política de Risco Socioambiental para Crédito PJ (Pessoa Jurídica) conta com diretrizes e regras específicas para a concessão de crédito, que fortalecem nossa governança do risco socioambiental por meio de ferramentas de análise. Dentre essas ferramentas estão as listas de atividades proibidas e restritas, a inclusão de cláusulas contratuais, os requisitos para análise de garantias e a verificação da conformidade da empresa e dos projetos. Além disso, avaliamos práticas relacionadas a temas como meio ambiente, mudanças climáticas, biodiversidade e direitos humanos.

A Política de Risco Socioambiental para Crédito é dividida em políticas setoriais para os diversos segmentos de negócio: Grandes Empresas, Médias Empresas e Varejo, Crédito Imobiliário e Financiamento

de Veículos. É importante ressaltar que, em 2014, após a nova Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Bacen), todas as políticas foram revisadas e alinhadas à nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, observando-se os princípios de relevância e proporcionalidade. Isso significa que a abrangência da diligência socioambiental pode variar conforme o segmento avaliado. [GRI G4-DMA Rotulagem de Produtos e Serviços \(antigo FS15\)](#)

Os valores para a análise de risco socioambiental variam dependendo do segmento e do tipo de análise, conforme apresentado a seguir:

	Grandes empresas	Pequenas e médias empresas	Veículos	Imóveis
Valor mínimo para análise de risco socioambiental	Todas as operações são avaliadas de acordo com a Política de Risco Socioambiental ou Princípios do Equador	Varejo – R\$ 4 milhões Médias empresas – R\$ 5 milhões	R\$ 3 milhões	Todos os financiamentos destinados à construção de empreendimentos comerciais e residenciais são analisados
Valor mínimo para análise socioambiental (Lista de Atividades Restritas)	Todas as empresas dos setores da Lista de Atividades Restritas são analisadas, independentemente do valor.	Varejo – R\$ 300 mil Médias empresas – R\$ 500 mil	R\$500 mil	N/A

Em cumprimento à regulamentação sobre Responsabilidade Socioambiental para instituições financeiras, emitida pelo Banco Central do Brasil em abril, nosso foco para 2014 foi revisar a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, os processos e as políticas setoriais de risco socioambiental para o crédito. As demais políticas e procedimentos setoriais foram revisadas em 2015, de acordo com cronograma estabelecido e aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

Além de cumprir com as exigências regulatórias e legais, como parte da nossa estratégia, mais de 30 profissionais trabalham em nossas unidades de risco socioambiental: economistas, engenheiros, biólogos, geógrafos, gestores ambientais e advogados. Todos recebem treinamentos muitas vezes no exterior – por meio de palestras, *workshops* e treinamentos promovidos pelo departamento de Gestão de Pessoas. [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS4\)](#)

Além disso, outros colaboradores na área de crédito também passam por treinamentos de riscos socioambientais. Em 2015, aproximadamente 85% da equipe da área de crédito, produtos e área comercial passaram por treinamento e o nosso objetivo é manter esse número acima de 75%, pois essa estrutura contribui para um relevante desenvolvimento operacional. [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS4\)](#)

Todas essas informações estão disponíveis [aqui](#).

Para entender melhor como nossa carteira de crédito é alocada entre os diversos setores da economia, [vide Nota 8, Item III Segmentos GAAP por setor de atividade, na página 133](#).

Atacado

[GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS3 | antigo FS5\)](#)

Por meio do Banco de Atacado, responsável por realizar o financiamento a projetos de grande porte, aplicamos os Princípios do Equador como critério de análise de risco socioambiental, o que inclui etapas de identificação, mitigação e monitoramento de risco. Além disso, aplicamos critérios de nossa Política de Risco Socioambiental ao financiamento de projetos de menor porte e em outros produtos relacionados a projetos, como empréstimo-ponte e emissões de cartas de fianças. Nesses casos, avaliamos como o cliente realiza a gestão de seus potenciais impactos socioambientais, como a interferência em populações tradicionais, em patrimônio arqueológico e em biodiversidade.

Em relação à cuidadosa diligência com a qual fazemos a gestão dos riscos socioambientais no financiamento de projetos, finalizamos 2015 com um montante de 164 projetos já contratados em anos anteriores, em fase de monitoramento. Cada ciclo de monitoramento envolve, de acordo com a categoria de risco, visitas de campo, análise documental, reuniões com clientes e o apoio de consultores especialistas em diferentes temáticas socioambientais.

A Política de Risco Socioambiental, no entanto, não está restrita à avaliação e monitoramento de projetos. Realizamos, inclusive, o rastreamento de clientes que podem estar na nossa Lista de Atividades Proibidas, o acompanhamento de clientes que desempenhem atividades que fazem parte da Lista de Atividades Restritas e a análise de imóveis dados em garantia.

No caso de imóveis oferecidos em garantia, iniciamos a nossa análise a partir de questionário que traz informações sobre o histórico de ocupação, assim como sua utilização atual, para diagnosticarmos possíveis focos de contaminação. Nesse contexto, realizamos, em 2015, a análise de mais de 300 questionários de avaliação de imóveis, o que representa verificação de 100% de imóveis oferecidos.

Além disso, fazemos o rastreamento de clientes que possam estar envolvidos em práticas da nossa Lista de Atividades Proibidas, por meio de pesquisa na mídia. No que se refere às atividades que constam na Lista de Atividades Restritas, avaliamos a aderência dos clientes, a diretrizes setoriais específicas. Essa avaliação é condição necessária para que o cliente tenha seu limite de crédito aprovado ou renovado. Havendo identificação de eventuais não conformidades, é inserida no sistema de risco de crédito uma marcação, onde estão informadas as linhas, *risk rating* e limites do cliente, para consulta pelas equipes de Crédito e Comercial.

Como pioneiro na adoção de critérios socioambientais para avaliação de crédito, o Banco de Atacado realiza iniciativas para disseminar melhores práticas no mercado e aperfeiçoá-las internamente por meio de treinamentos para colaboradores. **GRI G4-DMA**
Portfólio de produto (antigo FS4)

Em 2015, integrantes da equipe de avaliação de risco socioambiental do atacado, composto por oito profissionais, passaram por mais de 340 horas de capacitação. Essa qualificação, de alcance nacional e internacional, se distribuiu entre cursos, palestras, fóruns, treinamentos e *workshops*, além de simpósios e grupos de discussão sobre temas socioambientais voltados para projetos de desenvolvimento, com destaque para o setor de Infraestrutura. **GRI G4-DMA**
Portfólio de produto (antigo FS4)

Além disso, a equipe envolveu-se com a capacitação de colaboradores do próprio banco e de profissionais de outras instituições. Desenvolvemos o *E-learning* de Risco Socioambiental, cuja capilaridade alcançou mais de 75% dos profissionais das áreas de Crédito, Comercial e Produtos. Promovemos ainda o incremento na qualificação das áreas de *Back Office* e *Front Office* no que se refere a verificar a regularidade de propriedades rurais frente aos desafios da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), evento que contou com a participação de representantes da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)**

Princípios do Equador

Desde 2004, somos signatários dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes e critérios assinado por mais de 80 instituições financeiras ao redor do mundo que são um referencial para identificação, avaliação e gerenciamento de riscos socioambientais em projetos cujo financiamento se dá por meio da modalidade *Project Finance*, quando o valor total do capital investido é igual ou superior a US\$ 10 milhões, ou por meio da modalidade Financiamento Corporativo Dirigido a Projeto desde que atendidos os seguintes critérios: (1) a maior parte do financiamento destinar-se a um único projeto sobre o qual o cliente tem controle operacional efetivo; (2) o valor total consolidado do financiamento é igual ou superior a US\$ 100 milhões; (3) o compromisso individual do Itaú Unibanco é igual ou superior a US\$ 50 milhões; e (4) o prazo do financiamento for de pelo menos dois anos. Quando atuamos na assessoria financeira a *Project Finance* ou quando concedemos um empréstimo-ponte a ser refinanciado dentro de uma das modalidades acima, também aplicamos as orientações estabelecidas nos Princípios do Equador.

Os projetos submetidos à aplicação dos Princípios do Equador podem requerer a contratação de consultoria independente para realização de avaliação socioambiental nas etapas de contratação, desembolso e monitoramento de financiamentos. O consultor independente é exigido para todos os projetos de alto impacto e para aqueles de médio risco selecionados pelos técnicos do Itaú Unibanco. No caso de projetos de médio e baixo risco, a análise pode ser realizada pelo próprio time técnico de avaliação de risco socioambiental do banco de atacado. **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

A análise sob a ótica dos critérios de Princípios do Equador ocorre ao longo de todo o financiamento até a extinção do contrato com o cliente. A equipe de Risco Socioambiental acorda planos de mitigação para adequação do projeto aos referidos critérios. A dimensão dessa diligência na gestão de riscos socioambiental foi divulgada em 2015, quando publicamos o artigo “Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de caso do Itaú no Financiamento de Projetos do setor de Energia”. Tendo o setor de energia como pano de fundo, neste material, apresentamos alguns dos desafios e dilemas enfrentados por nossas equipes, assim como lições aprendidas ao longo de 10 anos de aplicação dos Princípios do Equador.

Por fim, acesse os dados sobre projetos contratados de acordo com os critérios dos Princípios do Equador III e da nossa Política de Responsabilidade Socioambiental na página [A-225](#) deste relatório.

Publicamos em 2015 o artigo “Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de Caso do Itaú no Financiamento de Projetos do setor de Energia” sobre lições aprendidas, desafios e dilemas encontrados por nossas equipes na avaliação de risco socioambiental. Para ter acesso ao conteúdo completo, acesse o [link](#).

Operações de Médias Empresas e Varejo **GRI G4-**

DMA Portfólio de produto (antigo FS2 | antigo FS3)

Para a análise socioambiental de pequenas e médias empresas, é realizada uma categorização socioambiental que considera critérios como consumo de água e energia, lançamento de efluentes líquidos, emissões atmosféricas e risco para a saúde e segurança no trabalho. As empresas são categorizadas como A, B e C, ou seja, alto, médio e baixo potencial de risco socioambiental. A análise socioambiental é realizada para empresas categorizadas como A e B envolvendo empréstimos bancários iguais ou superiores a R\$ 5 milhões. Também são analisadas empresas em ramos de atividades presentes na lista restrita, tais como extração de madeira nativa, pesca, frigoríficos, armas e munições e atividades que utilizam asbesto/amianto, com envolvimento em crédito igual ou superior a R\$ 500 mil.

Para a análise de risco socioambiental, são utilizadas ferramentas específicas, como questionário de autodeclaração socioambiental, pesquisas em sites de órgãos ambientais, tribunais de justiça, listas de áreas contaminadas, informações adicionais da empresa, entre outras.

É importante salientar que nossos questionários abordam não apenas questões ambientais, como tratamento de resíduos, gestão de fornecedores, controle de poluição e relações com colaboradores e a sociedade, mas, também, verificam assuntos como áreas indígenas, comunidades quilombolas¹ e preservação de patrimônio histórico e cultural.

Acompanhamos constantemente nossos clientes, por meio de notícias na imprensa, para verificar se eles estão associados com as atividades da nossa Lista de Atividades Proibidas. Quando identificado um potencial risco, a equipe socioambiental poderá realizar visitas ao local e solicitar informações complementares a esse cliente. Os riscos identificados são monitorados e, caso não sejam desenvolvidos planos de ação ou fornecidos os documentos necessários, o parecer socioambiental será desfavorável.

Em 2015, foram feitas algumas mudanças importantes. Primeiro foi a alteração da nossa Política de Crédito, que agora nega a concessão de novos empréstimos a clientes que não seguem padrões socioambientais. Antes disso, as análises eram apenas qualitativas. Segundo, mais de 80% dos nossos colaboradores envolvidos em concessão de crédito fizeram nosso curso *e-learning* sobre Política de Responsabilidade Socioambiental.

Em 2014, redesenhamos o processo de análise de risco de contaminação em imóveis dados em garantia ao banco, contando com uma versão mais assertiva do Questionário para Avaliação Ambiental Preliminar de Imóveis. Além disso, mais analistas foram treinados para aplicá-lo.

Pareceres Socioambientais para Pequenas e Médias Empresas emitidos em 2014¹

Categoria	Parecer Socioambiental Favorável	Parecer Socioambiental Desfavorável	Adequações e ajustes ²	Total
A	443	342	105	890
B	1.998	435	70	2.503
C	144	70	7	221
Total	2.585	847	182	3.614

Pareceres Socioambientais para Pequenas e Médias Empresas emitidos em 2015

Categoria	Parecer Socioambiental Favorável	Parecer Socioambiental Desfavorável	Adequações e ajustes ²	Total
A	486	486	288	1.260
B	1.746	982	308	3.036
C	454	241	103	798
Total	2.686	1.709	699	5.094

1. Revisamos nosso processo de mensuração de produção para aumentar a precisão. Contudo, por ser um processo dinâmico, podem ocorrer pequenas alterações em relação a pareceres anteriores.

2. Parecer favorável após as medidas tomadas para o cumprimento das políticas e dos regulamentos socioambientais em vigor.

Financiamento de Veículos

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)

Nossa metodologia de avaliação dos riscos socioambientais que afetam o financiamento de veículos a clientes está alinhada à Política Corporativa de Riscos Socioambientais. A análise se aplica a todos os clientes corporativos, sejam eles correntistas ou não, e solicitantes de financiamento de veículos, e engloba buscas na mídia em relação a todas as solicitações e as licenças e/ou documentos ambientais, quando aplicável.

1. Comunidades originalmente formadas por escravos fugidos nos tempos coloniais.

Para administrar os riscos socioambientais e adotar medidas mitigadoras, utilizamos uma análise de risco socioambiental que serve como diretriz para as decisões de crédito. Essa orientação é feita de forma implícita, procurando estimular a melhoria das práticas socioambientais do cliente.

Não concedemos financiamento de veículos a clientes envolvidos em atividades da Lista de Atividades Proibidas. Essa identificação ocorre no início do relacionamento com o cliente com base no monitoramento da mídia e/ou de decisões judiciais e/ou de lista oficial válida. As atividades incluídas na Lista Restrita representam um grande risco ambiental em potencial e por isso, devem ser seguidas Diretrizes Setoriais específicas antes do início do relacionamento com o cliente.

Para implementar essa política, nossa equipe de crédito corporativo participou de programas de treinamento monitorados pelo departamento de recursos humanos, além de contratar profissional específico da área socioambiental. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)**

Crédito Imobiliário

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2)
Nossa unidade de Crédito Imobiliário também segue a Política de Risco Socioambiental. As diretrizes se aplicam a todos os empréstimos para projetos de construção comercial e residencial, em todas as regiões do Brasil. Em 2015, nosso plano empresário foi oferecido principalmente para empresas com faturamento anual acima de R\$ 30 milhões e a carteira totalizou R\$ 10 bilhões. **GRI G4-FS6**

Nosso questionário de avaliação abrange aspectos gerais dos terrenos, inclusive questões ambientais. Para o escopo proposto contamos com empresas de engenharia parceiras, além de nossos profissionais, que são orientados para realizarem a análise visual e consultas em sites e portais de prefeituras ou órgãos responsáveis quando necessário. Nessa análise visual são verificadas questões de contaminação aparente e localização dos terrenos que, se estiverem próximos a postos de gasolina, antigas fábricas ou cemitérios, podem ter indícios de contaminação. Além da análise inicial, um profissional especializado faz vistorias mensais e desenvolve Estudos de Viabilidade Técnica e medições de construção.

Caso sejam identificados riscos socioambientais, de crédito ou de imagem e reputação, a operação é analisada pela nossa unidade socioambiental, que

emite um relatório. A operação é aprovada por alçadas internas para decidir se o banco vai avançar com a transação. Também podem ser elaborados planos de ação e, se necessário, o departamento Jurídico prossegue com as medidas cabíveis.

Seguros **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2)**

Nossa avaliação considera as orientações dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), dos quais somos signatários desde 2012, a qual traz diretrizes para minimizar a exposição aos riscos socioambientais e impulsionar o adequado gerenciamento por parte das empresas de seguros.

Para implementar os Princípios para Sustentabilidade em Seguros, criamos um portal interno que abrange todos os temas relativos à sustentabilidade e também desenvolvemos uma ferramenta para avaliar como um determinado produto adere a esses princípios.

Em 2014, lançamos uma plataforma online com dicas e orientações sobre proteção e seguros, tutoriais em vídeo que dão dicas e explicam de forma didática as principais dúvidas sobre seguros. O objetivo dessa plataforma é conscientizar o público em geral sobre a importância dessa “proteção” e ajudar as pessoas a entenderem o setor de seguros de forma simples e descomplicada. A plataforma Proteja (www.itaubr.com.br/proteja) contempla seções sobre os diferentes produtos oferecidos por esse mercado, dicas e gráficos, em uma organização de informações intuitiva. A interface foi planejada para responder às principais dúvidas relacionadas a seguros, de modo a auxiliar nossos clientes na tomada de decisão sobre qual proteção é a mais adequada, de acordo com suas necessidades específicas. Também foram disponibilizados tutoriais em vídeo criados para responder às questões sobre os diversos tipos de proteção e informações sobre as quais o consumidor deve ficar atento antes de contratar um seguro.

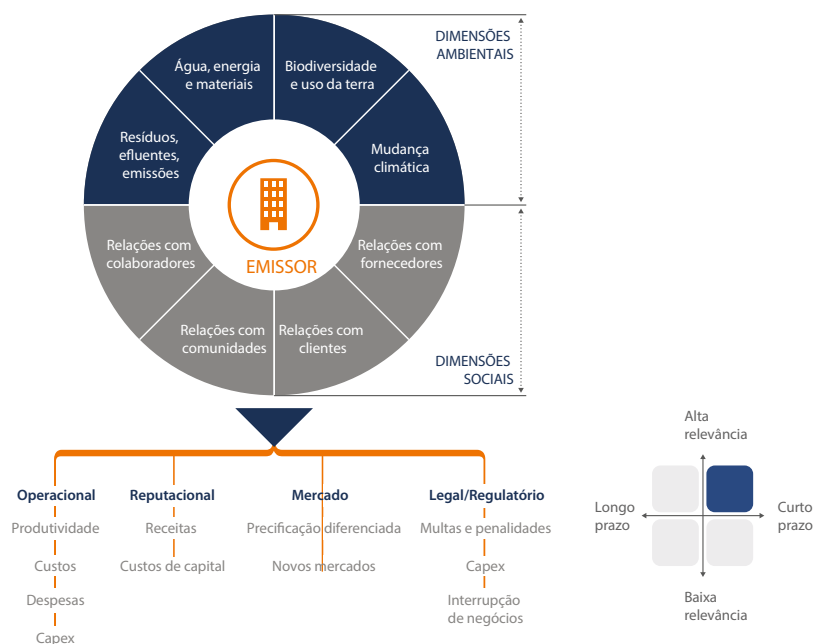
Essa é mais uma de nossas iniciativas que visa à educação financeira de nossos clientes e colaboradores e visa a auxiliar as pessoas a administrarem melhor suas finanças. Entre essas ações, podem ser citadas as plataformas educacionais para Crédito (Uso Consciente) e Investimentos (Invista). Em 2015, revisamos a Política de Risco Socioambiental, que inclui diretrizes socioambientais aplicáveis a operações de seguros para empresas e permeia todas as linhas de negócio, considerando as especificidades de cada produto, serviço ou processo. Ela define regras para gerenciar atividades que representam risco socioambiental, independentemente do produto ou serviço comercializado, e fornece diretrizes gerais e específicas para análise de risco.

Também em 2015, com o intuito de disseminar a política e a importância das questões socioambientais, promovemos programas de treinamento para Produtos de Seguro, área de Suporte e Departamento de Sinistros, pelos quais passaram 88% dos colaboradores. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)**

Investimentos **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5) | G4-FS10 | G4-FS11**

A Itaú Asset Management é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) desde 2008 e, desde então, vem desenvolvendo estratégias de atuação buscando estudar os impactos para os investidores e dar apoio aos signatários para incorporarem essas questões às tomadas de decisões.

Para isso, desenvolveu uma metodologia própria para integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG, na sigla em inglês) no processo de avaliação das empresas que compõem os nossos fundos de ações. Essa metodologia considera materialidade, relevância setorial, temporalidade, riscos e oportunidades, medições e gerenciamento, como apresentado no diagrama a seguir:



Atualmente, 100% das empresas listadas no Índice Bovespa e no ISE foram avaliadas pela metodologia.

Em 2015, desenvolvemos uma metodologia ESG para títulos soberanos e continuamos a aplicar essa metodologia para avaliar títulos privados. Atualmente, 70% dos títulos privados das nossas carteiras foram avaliados.

A Itaú Asset Management possui uma estrutura dedicada à avaliação desses critérios, composta por um gestor de carteira e um analista SRI (Investimentos Socialmente Responsáveis), que modelam o impacto ESG e se envolvem com as empresas investidas. Além disso, tem parceria com consultores independentes especializados no tema, sendo um deles vinculado ao meio acadêmico.

A Itaú Asset Management também é responsável pela gestão de fundos socioambientais que repassam parte da sua taxa de administração a projetos desenvolvidos por organizações sem fins lucrativos, com foco em educação, meio ambiente e cultura.

Adicionalmente, em 2015, participamos de diversos eventos do setor para apresentar nossa metodologia e debater a integração de questões ambientais, sociais e de governança aos processos de avaliação de empresas investidas.

A Itaú Asset Management também é signatária do *Carbon Disclosure Project* (CDP). Como signatária investidora, assinamos, junto a outros investidores signatários, a carta anual com o pedido de informações enviado para as empresas sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças do clima. As informações fornecidas por essas empresas para o CDP são incluídas em nossos modelos de integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa no processo de investimento.

A Política de Exercício do Direito de Voto em Assembleias Gerais de Empresas Investidas ([Política de Voto](#)), baseia-se no código de Regulação e Melhores Práticas

para os Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Ao exercer nosso direito de voto, levamos em consideração aspectos relacionados com sustentabilidade com base em três pilares: responsabilidade ambiental, desenvolvimento social e estímulo à boa governança corporativa. [GRI G4-DMA Controle Acionário Ativo \(antigo FS12\)](#)

A Política de *Proxy Voting* da Itaú Asset Management estabelece que os direitos de voto serão exercidos quando seus fundos tiverem mais de 5% dos seus ativos investidos em uma empresa, ou quando a empresa tiver uma participação superior a 10% em um único fundo. As convocações para as assembleias de acionistas são analisadas antecipadamente pelo analista SRI e os gestores de carteira. Participações superiores a 5% do capital total da empresa investida são tornadas públicas, de acordo com as exigências da legislação brasileira. O exercício do direito de voto é público na medida em que as empresas publicam as atas de suas assembleias. [GRI G4-DMA Controle Acionário Ativo \(antigo FS12\)](#)

Fundos Socioambientais [GRI G4-EC1](#)

- **Fundo Itaú Excelência Social (FIES):** desde o seu lançamento em 2004, esse fundo de ações investe em empresas socialmente responsáveis. Adicionalmente, 50% da taxa de administração dessa família de fundos é doada a projetos educacionais desenvolvidos no Brasil por ONGs e pela UNICEF. De 2004 a 2015, mais de R\$ 27,5 milhões foram repassados para 157 ONGs, beneficiando 35.500 crianças e 2.900 educadores. Em 2016, outras 8 organizações receberão mais de R\$1,6 milhão.

- **Fundos Itaú Ecomudança:** os fundos Ecomudança doam e emprestam 30% de sua taxa de administração para apoiar projetos de redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE) que desenvolvam iniciativas relacionadas com mobilidade urbana, eficiência energética, energia renovável, manejo de resíduos, agricultura e florestas sustentáveis. Desde 2009, o programa Ecomudança investiu aproximadamente R\$ 4,5 milhões em 25 organizações e concedeu R\$ 39.000 de crédito a outra instituição.

- **Fundo Itaú Futura:** entre 2010 e 2015, o Fundo Social Itaú Futura doou mais de R\$ 1,4 milhão a projetos educacionais desenvolvidos pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, recurso que representa 30% de sua taxa de administração.

Itaú Asset Management e Princípios para o Investimento Responsável (PRI) [GRI G4-DMA Portfólio de produto \(antigo FS5\)](#)

Em 2015, a Itaú Asset Management participou do encontro anual dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável da Organização das Nações Unidas (ONU). Realizado em setembro, em Londres, o evento contou com investidores institucionais, gestores de recursos e prestadores de serviço. A agenda incluiu debates sobre integração ESG à propriedade responsável, e como esses temas afetam decisões de investimento. Nesse evento, apresentamos nossos dois *White Papers*¹: "[Integração de questões ESG na avaliação de empresas](#)" e "[Integração de questões ESG em renda fixa](#)".

Oportunidades socioambientais **GRI G4-FS7 | G4-FS8**

A busca por oportunidade de atuação socioambiental é premissa dentro do Itaú Unibanco. Para isso, nós não apenas desenvolvemos linhas de negócios específicas e realizamos repasses dos próprios recursos, como também buscamos fechar parcerias para ampliar essa atividade ao máximo.

Dentro das parcerias, destacamos: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Inter-American Investment Corporation* (IIC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e Empresas pelo Clima – Faculdade Getúlio Vargas (EPC-FGV), dentre outras que colaboram com repasses ou que atuam conjuntamente em projetos.

Em 2015, podemos destacar dois estudos realizados em associação com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Um dos estudos teve o objetivo de medir o montante total de capital alocado em empréstimos verdes na economia brasileira.

Esse [estudo](#) nos apresentou o valor total de empréstimos concedidos a setores verdes da economia e as carteiras dos bancos. Esse valor representou cerca de 9,6% de todos os empréstimos concedidos no Brasil em 2014, um pequeno aumento em relação a 2013 (8,8%).

O outro estudo realizado com a FEBRABAN levantou as principais oportunidades e desafios do mercado brasileiro de *green bonds*.

Outro fórum importante que contou com a participação do Itaú foi a Iniciativa de Parcerias para Tecnologias de Baixo Carbono (LCTPi, na sigla em inglês) do CEBDS e do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), sobre o tema *green bonds* para Eficiência Energética e Energias Renováveis.

Nessa mesma linha também trabalhamos com a EPC para iniciar a operacionalização do Plano Indústria de Baixo Carbono. Em 2015, o objetivo dessa iniciativa foi entender quais os melhores mecanismos de financiamento para eficiência energética na indústria.

Algumas outras atividades que merecem destaque são apresentadas a seguir, por segmento de negócio.

Itaú Microcrédito

O Itaú Microcrédito é oferecido para microempreendedores formais e informais, que têm acesso limitado ao sistema financeiro tradicional, seguindo as condições do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado. O objetivo é ajudar o empreendedor a incrementar seu negócio, aumentando o lucro e a taxa de emprego.

Desenvolvemos uma operação totalmente independente da agência bancária, em que o agente de crédito leva o Banco até o cliente; o cliente não precisa deixar seu negócio e se deslocar até uma agência bancária. O que torna esse modelo viável é o uso intensivo de *smartphones* que conectam o agente de crédito com o banco. **GRI G4-FS13**

O Itaú Microcrédito está disponível em áreas economicamente desfavorecidas, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

GRI G4-FS13

Cada agente tem uma área de atuação de aproximadamente 5 km² determinada por georreferência, que permite um estreito relacionamento com os clientes. Com o intuito de proteger nossos clientes, fornecemos um seguro prestamista sem custo adicional. No caso de morte ou invalidez permanente, o seguro garante o pagamento do saldo devido referente ao crédito e a família do microempresário também recebe uma cesta básica e auxílio-funeral. Já fornecemos 30.045 desses seguros. Como parte da estratégia de inclusão, o agente de crédito pode fornecer máquinas de cartão para ponto de venda, que permitem aos microempresários acesso a mais alguns serviços financeiros **GRI G4-FS7**

Desde o início da operação, foram desembolsados R\$ 249,5 milhões para 65,5 mil de clientes. Em 2015, desembolsamos um total de R\$ 27,6 milhões para 8,1 mil clientes, sendo 35% da carteira representada por novos clientes. **GRI G4-FS6 | G4-FS7**

Agentes de microcrédito

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)

A operação se diferencia por permitir o acesso a um público tradicionalmente excluído do sistema financeiro, por meio do agente de microcrédito, treinado para orientar o microempreendedor nas decisões sobre produtos e serviços financeiros e fornecer noções básicas sobre gestão de pequenos negócios, um projeto que leva o banco até o cliente.

GRI G4-FS13

Os agentes de microcrédito analisam as características da região e do tomador de crédito, em uma avaliação que considera o caráter, a capacidade de pagamento, o capital, as condições e os efeitos que a concessão desse crédito pode causar para o empreendedor e para a comunidade.

O agente visita o empreendimento, preenche uma Ficha de Avaliação Econômica e Financeira (FAEF) e envia as informações necessárias para o Comitê de Crédito – responsável por analisar o crédito. Duas semanas depois do desembolso, o agente visita o cliente para acompanhar a utilização dos recursos e, no caso de as exigências para concessão de empréstimo não estarem sendo cumpridas, o agente orientará o cliente. Se as recomendações não forem seguidas, o contrato pode não ser renovado. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS3)**

Temos um plano de treinamento especial para a equipe de campo com aulas práticas e teóricas sobre análise de crédito, técnicas de cobrança e de vendas, contabilidade e orientação sobre o produto. Depois de cada curso, os agentes fazem uma prova por escrito. Os treinamentos ocorrem periodicamente e, em 2015, cerca de 60 colaboradores foram treinados. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)**

Modelo de Crédito

Para orientar os processos decisórios de concessão de crédito, o Itaú Microcrédito utiliza a Política de Crédito e a Circular de Processos de Concessão e Análise de Crédito. Todos os colaboradores têm acesso a esses documentos. Anualmente, pode ser realizada uma auditoria nos processos e nas operações internas e externas, a fim de garantir a aplicabilidade das políticas. **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1)**

Programa Itaú Mulher Empreendedora

O programa Itaú Mulher Empreendedora é resultado de uma parceria com a IFC – Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de fornecer soluções financeiras e não financeiras para mulheres empreendedoras. Atualmente, o capital de giro para a nossa carteira de pequenas e médias empresas lideradas por mulheres é de US\$ 684,6 milhões, o que representa 36% do nosso total. Em 2015, esse valor aumentou 4% em relação a 2014².

Além disso, o banco desenvolveu um programa para oferecer soluções presenciais e não presenciais para capacitar mulheres empreendedoras. A plataforma online oferece conteúdos relacionados a empreendedorismo, ferramentas de gestão e vídeos motivacionais, com a possibilidade de conectar as usuárias. O programa beneficiou 2.803 empreendedoras por meio da plataforma e envolveu 19.547 pessoas pela nossa página no [Facebook](#). As soluções presenciais incluem eventos de *networking*, mesas redondas e *workshops* de negócios organizados em parceria com universidades renomadas e parceiros estratégicos, como o *Google*. Como parte dessa iniciativa, o banco testará uma ferramenta de avaliação de crédito baseada no modelo psicométrico.

O principal objetivo é empoderar mulheres empreendedoras no Brasil, que estão crescendo em quantidade e aumentando a sua participação na economia. O programa objetiva testar hipóteses sobre o relacionamento das mulheres com as instituições financeiras. Estamos usando um modelo de avaliação de impacto para medir os resultados do programa. Os resultados ajudarão o banco a melhorar os produtos e serviços com base nas preferências femininas. O programa incentiva ainda o debate sobre estabelecer um exemplo em igualdade de gênero. Para isso, temos uma parceria com a equipe de compras cujo objetivo é aumentar o número de empresas lideradas por mulheres como nossos fornecedores.

Participamos de fóruns de discussão sobre inclusão de gênero, com representação no Conselho da *Global Banking Alliance for Women* (GBA) e no Grupo Mulheres do Brasil. Apoiamos também outras iniciativas, como o Fórum Empreendedoras e *Tedx Women*. **GRI G4-FS14**

O Itaú sediou a Conferência da GBA, realizada entre 29 de setembro e 1 de outubro. O evento reuniu 250 participantes de 30 países e 48 organizações (bancos, organizações multilaterais, instituições financeiras de desenvolvimento, formuladores de políticas, órgãos reguladores) para discutir e promover a inclusão de gênero por meio das instituições financeiras. O evento lançou o Simpósio Global sobre Dados, que examinou as lacunas de dados nos serviços financeiros para mulheres, tanto do lado da demanda quanto da oferta.

Banco de Varejo

O Banco de Varejo atende clientes com faturamento anual de até R\$ 30 milhões. Este segmento abrange micro, pequenas e médias empresas com diferentes necessidades de capital e produtos bancários.

Em 2014, por meio do Financiamento Socioambiental da *Inter-American Investment Corporation* (IIC), direcionamos US\$ 280 milhões para o financiamento de pequenas e médias empresas com práticas que estejam de acordo com o risco socioambiental do Itaú Unibanco e com os critérios de elegibilidade da IIC. Em 2015, essa linha de financiamento foi quitada antecipadamente, abrindo caminho para outra linha de crédito com as mesmas características que a anterior. O empréstimo, no valor total de US\$ 455 milhões, tem prazo de pagamento de cinco anos e será usado para financiar pequenas e médias empresas com boas práticas que se enquadram nos critérios socioambientais do IIC.

Além disso, temos mais dois programas relacionados com microcrédito e estratégia de gênero, que estão descritos a seguir.

Banco Atacado **GRI G4-FS7 | G4-FS8**

O Banco de Atacado concentra as operações de clientes empresas com faturamento acima de R\$ 30 milhões.

No *Corporate and Investment Banking*, antes de tomarmos qualquer decisão de crédito, o banco contempla em sua análise aspectos socioambientais. Essa análise impacta diretamente o rating de crédito dos clientes, sensibilizando o custo das operações, as decisões de alocação setorial e entre os clientes, o tipo de garantia requisitada e o mix de produtos a ser oferecido.

Todos os setores com os quais atuamos foram mapeados pela nossa equipe técnica socioambiental levando-se em conta práticas internacionais e peculiaridades locais. Acreditamos que ao internalizar variáveis socioambientais no modelo de rating de crédito, revemos nosso modelo de relacionamento com nossos clientes, permitindo incentivos ou restringindo o acesso ao crédito.

Estamos atentos às complexidades associadas às mudanças climáticas e à escassez de água. Por isso, ao longo dos últimos anos, a dedicação de nossas equipes consolidou o repasse de US\$ 150 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos de energia renovável, eficiência energética, produção limpa, biocombustíveis, construção sustentável, entre outros projetos verdes. Além disso, somente em 2015, repassamos linha da *International Finance Corporation* (IFC) no valor de US\$ 400 milhões para projetos de geração de energia renovável, uso eficiente de água e energia e redução de emissões de gases de efeito estufa. Por último, além de termos apoiado, independentemente de linhas de agências multilaterais, projetos de energia eólica, que alcançaram créditos, que somaram R\$ 992,7 milhões, assessoramos a estruturação financeira de 14 projetos voltados para mitigação de mudanças climáticas.

2. Incluir nota de rodapé com a cotação do dólar utilizada para o cálculo: US\$ 3,95 (Inglês).

Fora isso, os benefícios ambientais foram proporcionados por meio de financiamentos no âmbito do repasse de recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio dos produtos BNDES Finem, BNDES Automático, Crédito Rural e recursos da Caixa Econômica Federal (CEF). Por meio do BNDES Finem destinamos recursos a projetos de eficiência energética e energia renovável, incluindo geração por biomassa, totalizando R\$ 1,02 bilhão em operações contratadas e R\$ 636 milhões em desembolso realizado em 2015 para projetos da mesma natureza. Adicionalmente, desembolsamos recursos da CEF para saneamento básico, no valor de aproximadamente R\$ 200 milhões. Por meio do BNDES Automático financiamos três projetos destinados a saneamento e geração de energia renovável totalizando R\$ 45,5 milhões e desembolsamos R\$ 27,5 milhões.

Também oferecemos os repasses do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), Linha Agro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para o financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa da agricultura, da pecuária e do desmatamento, por meio da ampliação de florestas cultivadas e da recuperação de áreas degradadas. Em 2015, contratamos um montante de aproximadamente R\$ 15 milhões por meio do programa. Para mais informações consulte: www.bndes.gov.br/apoio/abc.html.

Além disso, em 2015 mantivemos as linhas multilaterais destinadas a promoção de benefícios sociais no valor de US\$ 1,75 bilhão. Esses recursos foram provenientes da *International Finance Corporation* (IFC) da *Inter-American Investment Corporation* (IIC) e da *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) para projetos e empresas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, para pequenas e médias empresas e empresas geridas por mulheres.

Por último, desembolsamos quase R\$ 5 milhões de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do produto BNDES Finem, para projetos sociais que beneficiam as comunidades do entorno dos projetos. Trata-se de subcréditos específicos para ações sociais, a um custo mais barato e em parceria com instituições públicas ou com associações de fins não lucrativos com o objetivo de beneficiar as comunidades locais por meio da promoção da responsabilidade social às empresas. Além disso, já contratamos em 2015 o montante de R\$7,04 milhões que serão repassados ao longo dos próximos anos para ações e projetos sociais.

Em 2015, o valor envolvido nas operações financiadas com benefício ambiental e social equivale a aproximadamente 1% da carteira de crédito do Itaú BBA e um total de cerca de R\$ 2,08 bilhões.

Educação Financeira GRI G4-DMA

Rotulagem de Produtos e Serviços (antigo FS16)

Uma forma de contribuirmos para o desenvolvimento da sociedade é entendendo as necessidades das pessoas, oferecendo assim, conhecimento e soluções financeiras adequadas para que elas tenham uma relação equilibrada com o dinheiro.

Sabemos que as mudanças mais importantes partem das atitudes individuais. Mas acreditamos que é nosso papel indicar os caminhos para que nossos colaboradores, clientes e sociedade façam escolhas financeiras cada vez mais alinhadas às suas necessidades e momentos de vida.

Destacamos a seguir nossas principais iniciativas.

Programa de Educação Financeira para Colaboradores

Desde 2009, o programa de educação financeira para colaboradores fornece orientação e ferramentas que os ajudam a tomar decisões mais equilibradas e conscientes em relação a seu dinheiro, permitindo assim que alcancem seus objetivos e sonhos.

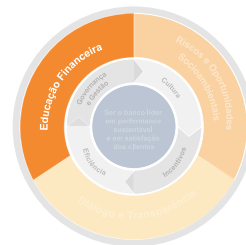
- **Educação:** oferecemos cursos online e presenciais que promovem reflexão sobre a relação entre consumo, projetos de vida e a forma como as pessoas administram suas finanças. Desenvolvemos um game quiz para melhorar nosso conhecimento sobre o perfil financeiro dos nossos colaboradores, no qual, desde o lançamento em 2014, tivemos mais de 50 mil acessos. Em 2015, disponibilizamos mais quatro cursos online, por meio dos quais quase 30 mil colaboradores receberam treinamento. Além disso, entre 2013 e 2015, aproximadamente mil colaboradores participaram voluntariamente dos nossos cursos presenciais sobre finanças pessoais.
- **Assessoria financeira:** um projeto que oferece gratuitamente assessoria especializada, realizada por profissionais terceiros, de forma isenta e confidencial. De 2013 a 2014, 354 colaboradores receberam assessoria. Em 2015, o projeto foi expandido e atingiu mais de mil colaboradores. No início do programa, nossa análise indicou que ele foi bem aceito pelos colaboradores, que se mostraram satisfeitos e afirmam: aumento do nível de consciência sobre a gestão financeira (40%), aumento na intenção de poupar e investir (57%) e aqueles que estão endividados declararam que reduziram seu endividamento (50%).

Programa de Voluntariado: Uso Consciente do Dinheiro

Em 2015, implementamos uma nova Ação Voluntária Uso Consciente do Dinheiro, aplicada pelo programa de voluntariado do Itaú Unibanco, cujo objetivo é compartilhar conhecimento de educação financeira com jovens e adultos de regiões de baixa renda. As ações são práticas e tem uma abordagem lúdica, buscando incentivar a reflexão sobre escolhas financeiras e de consumo, comportamentos financeiros e o planejamento de sonhos. Além disso, fornecemos ferramentas para ajudar as pessoas a administrarem suas finanças e dicas sobre controle de gastos. Os comitês Mobiliza Itaú em todo o Brasil estão capacitados, para que de forma autônoma, possam realizar as ações em suas cidades. O programa já existe nas cidades de São Paulo, Mogi Mirim, Santo André, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, impactando mais de 3 mil pessoas em ONGs e escolas e envolvendo aproximadamente 500 voluntários atuantes.

Programa de Educação Financeira para Clientes Corporativos

O Programa de Educação Financeira oferece conteúdo, vídeos e palestras gratuitas para colaboradores de mais de 700 empresas clientes que possuem postos de atendimento bancário (PABs) do Itaú Unibanco. Desde 2014, o programa impactou mais de 15 mil clientes e foram dadas mais de 350 palestras em todo o país.



Orientação financeira integrada a ação preventiva

Essa iniciativa tem como foco os clientes que possuem produtos de crédito e que estão mostrando propensão à inadimplência. Por intermédio de um centro de renegociação que utiliza orientação financeira como abordagem, entramos em contato com os clientes para entender suas necessidades, orientá-los e oferecer os produtos mais adequados, para que possam se reorganizar, de acordo com os seus objetivos e renda. Além disso, enviamos comunicações por canais eletrônicos.

Campanhas e Websites

No meio digital, disponibilizamos em quatro sites conteúdo de educação financeira, cada um com foco em diferentes temas: a página Uso Consciente do Dinheiro oferece conteúdo gratuito por meio de vídeos, textos e ferramentas para diferentes situações financeiras, enquanto os sites Proteja, Invista e Crédito Consciente fornecem orientações relacionadas a produtos financeiros, como seguros, investimentos e crédito. Desde 2014, esses sites tiveram mais de 7,4 milhões de visualizações.

Disponibilizamos a campanha “Como falar de Dinheiro com as crianças” nas mídias sociais, que desde o seu lançamento, teve mais de 8 milhões de visualizações pelo [YouTube](#).

Durante 2015, participamos de 12 edições do programa “Encontro com Fátima Bernardes” na TV Globo, cujo objetivo é levar orientação financeira de forma simples e prática, alcançando mais de 38 milhões de pessoas.

Parcerias

Apoiamos o Núcleo de Finanças Comportamentais, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e o Laboratório do Mercado de Capitais (LABMEC), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Os estudantes da LABMEC forneceram orientação financeira gratuita para 412 pessoas de comunidades locais em 2015. A iniciativa promoveu palestras e eventos que contaram com a participação de 1.054 pessoas, sendo que mais de 1.100 receberam material impresso. As notícias e as ações de mídia alcançaram cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Em 2015, foi desenvolvida uma versão brasileira do Guia de Economia Comportamental com o apoio do Itaú. O guia traz uma série de conceitos, num formato fácil de ler, servindo como referência para iniciantes na área. Sua distribuição é gratuita e feita de maneira ampla no país.

As iniciativas de educação financeira do Itaú receberam certificação do programa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), por estarem alinhadas aos princípios e diretrizes da estratégia.

Geração de Conhecimento

Como ajudar as pessoas a usarem melhor o seu dinheiro? Como ajudar as pessoas a alcançarem seus objetivos? Para responder esse tipo de pergunta e entender melhor como as pessoas fazem escolhas financeiras no seu dia-a-dia, desenvolvemos o estudo “Escolhas e Dinheiro”.

As lições e insights do estudo abordam as influências do nosso passado econômico e social sobre nosso comportamento financeiro e os significados e sentimentos relacionados às nossas escolhas quando o assunto é dinheiro. Para acessar o material completo do estudo, vide [link](#).

Os resultados têm orientado nossa estratégia e iniciativas em educação financeira. Os objetivos do Itaú Unibanco para os próximos três anos são:

Viabilizar a conquista real:

Disponibilizar produtos, serviços, atendimentos e ofertas transparentes, que potencializem a conquista real e financeiramente saudável dos objetivos de nossos clientes.

- Orientação financeira integrada aos produtos, serviços e soluções oferecidas pelo banco, com avaliação de impacto gerado para os clientes pela venda do produto certo, na hora certa.
- Melhorar os índices de satisfação de cliente, por meio de cultura de atendimento e excelência na solução e oferta.
- Expansão da orientação financeira em todos os treinamentos na área comercial.

Empoderar para melhores decisões:

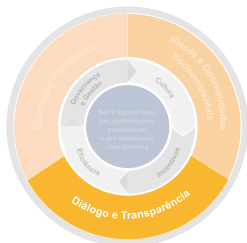
Disponibilizar conteúdos, ferramentas e soluções que ajudem colaboradores, clientes e não clientes a fazerem melhores escolhas com seu dinheiro, através de múltiplos pontos de contato do banco, de acordo com os seus momentos e as suas necessidades.

- Plataforma de orientação financeira digital unificada, abrangendo os diferentes objetivos financeiros e fases da vida, com conteúdo e soluções para clientes e não clientes.

Impulsionar o tema na sociedade:

Gerar contribuições relevantes para a discussão do tema na sociedade e inspirar as pessoas a fazer melhores escolhas com seu dinheiro, fomentando a prosperidade individual e coletiva.

- Campanhas de comunicação para os temas ligados a escolhas com o dinheiro, com 50 milhões de pessoas impactadas.
- Ter mais de 3 mil voluntários atuantes do Uso Consciente do Dinheiro no Brasil e na América Latina.



Diálogo e Transparência

Uma parte importante da nossa estratégia é a promoção de iniciativas que visam a estabelecer um relacionamento contínuo e transparente com os nossos *stakeholders* internos e externos. Acreditamos que, por meio do compartilhamento de práticas, resultados, conhecimento e também da promoção de diálogo com diferentes audiências, podemos

inspirar iniciativas e impulsionar transformações na sociedade e em nossos negócios. Os *stakeholders* prioritários são colaboradores, clientes, fornecedores, imprensa, formadores de opinião e acionistas. Para cada grupo de *stakeholder*, temos iniciativas específicas que serão exploradas nos próximos capítulos.

Buscamos também manter o diálogo com os vários setores diferentes da sociedade, antecipando tendências e desenvolvendo uma agenda positiva. Em 2015, nossas principais interlocuções ocorreram nos seguintes fóruns: CEBDS, FGV, FDC, UNEP-FI, Ethos, FEBRABAN e CNSEG.

Geração de Conteúdo

Realizamos e apoiamos estudos e pesquisas relacionadas à sustentabilidade. Esse conteúdo influencia nossas iniciativas internas e é disponibilizado ao público para que mais pessoas e instituições possam ter acesso a esse conhecimento. Os principais estudos lançados em 2015 para apoio e/ou desenvolvimento são:

- Internamente: disponíveis no [site](#)
 - **Riscos e Oportunidades Socioambientais** – Práticas e história do Itaú Unibanco;
 - **Escolhas e Dinheiro** – Um estudo sobre decisões e comportamentos financeiros;
 - **Brasil: A Escassez Hídrica e Seus Impactos Econômicos**;
 - **Planejamento Financeiro**: a importância da análise do balanço patrimonial familiar; e
 - Atualização de Modelagem sobre Risco de Racionamento de Energia.
- Externamente:
 - Pesquisa em parceria com a Febraban. Veja dois exemplos, um de [setembro/2015](#) e o outro de [novembro/2015](#)
 - **Pesquisa em parceria com a CEBDS**; e
 - **Guia de economia comportamental e experimental**

Índices de Mercado de Capitais

Participamos dos principais índices de mercado, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da BM&FBovespa. Além disso, fomos incluídos, pela primeira vez, no *Euronext Vigeo Emerging Markets 70*, um novo índice de sustentabilidade desenvolvido pela

Vigeo, agência de classificação de risco francesa, presente também no Japão, na África e na América do Sul. Composto pelas 70 empresas de mercados emergentes mais sustentáveis, escolhidas entre um total de 900 empresas, a Euronext Vigeo seleciona as empresas com base em 330 indicadores ambientais e em uma pesquisa de informações públicas fornecida pelas empresas.

Ao responder os questionários usados para compilar esses índices e divulgar voluntariamente nossas respostas ao questionário do ISE, ajudamos a promover a agenda de sustentabilidade entre as empresas e incentivamos a comunicação transparente. Esses índices também são uma importante fonte de tendências para questões ambientais, sociais e de governança. Utilizamos os resultados anuais para avaliar o andamento e identificar pontos de melhoria que podem ser incorporados à nossa gestão.

Relato Integrado

Com o objetivo de trazer mais simplicidade e objetividade à nossa prestação de contas, firmamos uma parceria com o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) em 2013. Por meio de um grupo de trabalho composto pelas áreas de Comunicação Corporativa, Finanças, Relações com Investidores e Sustentabilidade, revisamos nossas formas de elaboração de relatórios e alinhamos os processos de relato às diretrizes do IIRC. O principal resultado desse trabalho foi a publicação do Relato Integrado, uma comunicação concisa focada na nossa capacidade de gerar valor, em longo prazo, para os *stakeholders*. Fomos o primeiro banco brasileiro a divulgar um Relato Integrado, em 2013. O relato é um novo modelo internacional de prestação de contas que busca atender às expectativas dos *stakeholders* sobre transparência, conectividade e visão de futuro sobre questões ambientais, sociais, econômicas e de governança. O relato inclui desde as informações financeiras e pré-financeiras até as estratégias da organização. Aderimos ao programa piloto em 2013 e somos citados atualmente como uma das principais referências de mercado no assunto. Nosso Relato Integrado 2015 pode ser acessado pelo [link](#).

Engajamento dos Stakeholders GRI G4-26

Nossos processos de engajamento estão baseados em diretrizes e critérios da norma internacional AA1000 e em circular interna, preparada e publicada em 2014, que define a metodologia para conquistar o engajamento de nossos *stakeholders* com relação à estratégia de sustentabilidade. Nossa metodologia começa com a priorização desses públicos (colaboradores, clientes, acionistas, sociedade e fornecedores) e a identificação de questões fundamentais, selecionadas com base nos impactos social, ambiental e econômico para a organização e os *stakeholders* envolvidos. **GRI G4-24**

Nosso plano de ação de engajamento para os temas de sustentabilidade contempla as seguintes etapas: definição de escopo, identificação dos *stakeholders*, definição do grau de engajamento, seleção da metodologia, avaliação dos riscos envolvidos e realização do processo de engajamento. **GRI G4-25**

Os Riscos e Oportunidades Socioambientais são um tema muito importante para o Itaú Unibanco. Atuamos no tema há mais de 15 anos, e em 2015 lançamos uma publicação sobre os Riscos e Oportunidades Socioambientais do Itaú Unibanco, reunindo nosso histórico de atuação, nossas práticas e nossa visão para o futuro. No lançamento do evento, contávamos com dois painéis de discussão compostos por nove especialistas. Foi um evento significativo que demonstrou nosso comprometimento com o tema e com as nossas metas para os próximos anos. A publicação encontra-se disponível em nosso [site](#).

Em 2015, o destaque do tema Educação Financeira, em relação a engajamento com *stakeholders*, foi o lançamento da publicação [Escolhas e Dinheiro](#). O Itaú convidou a Studio Ideias, uma empresa brasileira de pesquisas, para incluir nesse documento os resultados de uma análise com *insights* sobre o relacionamento das pessoas com o dinheiro e os fatores que influenciam suas escolhas financeiras. O documento apresenta as iniciativas do Itaú Unibanco sobre o tema e nossos compromissos para o futuro. A publicação encontra-se disponível em nosso [site](#).

Além dos processos de engajamento direcionados a temas específicos, contamos com diversos instrumentos que objetivam a envolver e manter o diálogo contínuo com os nossos *stakeholders*, tais como *workshops*, publicações, palestras, pesquisas, reuniões públicas e mídias sociais. Contamos com canais para contatos específicos em nosso *site*, *e-mails* e linhas telefônicas exclusivas voltadas ao atendimento da imprensa e meios de comunicação, serviço de Ouvidoria e órgãos de defesa do consumidor, dentre outros.

As informações sobre nossos negócios são divulgadas de forma acessível pelos seguintes canais: site de relações com investidores, publicação Ações Itaú em Foco, nossos perfis no [Facebook](#) e no [Twitter](#), e reuniões públicas com analistas de investimento, acionistas e outros *stakeholders*.

Buscamos abordar os levantamentos realizados por nossos *stakeholders* e fornecer *feedback* sobre os mesmos. Por meio do Relatório Anual Consolidado, prestamos contas com base em nossa estratégia de sustentabilidade e materialidade, de forma transparente, para diferentes públicos, sem distinção. **GRI G4-27**

A tabela a seguir apresenta nossas ferramentas mais significativas para engajamento com nossos *stakeholders*.

Ferramentas de engajamento

Clique no + para saber mais sobre engajamento.





Colaboradores

Colaboradores

Área de recursos humanos do Itaú Unibanco

O objetivo da Área de Pessoas (Recursos Humanos do Itaú Unibanco) é atrair, reter e desenvolver os talentos da organização, disseminar a cultura organizacional (Nosso Jeito) e trabalhar em parceria com as unidades

de negócios na busca por uma performance sustentável e pela satisfação dos nossos clientes. Nossas ações se baseiam nas diretrizes estratégicas do Comitê de Pessoas e trabalhamos com uma estrutura de 370 profissionais, responsáveis por aproximadamente 90 mil colaboradores da organização em todo o país e no exterior.

A Área de Pessoas é composta por uma Diretoria de Produtos e Serviços de Recursos Humanos e por Diretorias de Consultoria Interna de Pessoas (Business Partners), responsáveis por atender as necessidades das unidades administrativas ou de negócios do banco em cada Vice-Presidência.

Promovemos a melhoria contínua das nossas práticas de gestão de pessoas através do acompanhamento constante de indicadores que nos apoiam na adoção da estratégia mais adequada às necessidades da organização. Entre as informações utilizadas acompanhamos indicadores de remuneração, satisfação dos colaboradores, engajamento, rotatividade, absenteísmo, desempenho, diversidade, desenvolvimento e carreira. Consulte esses resultados nas páginas [A-231](#) e [A-233](#).

Buscamos profissionais que, além de apresentarem as competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, estejam comprometidos com a melhoria da satisfação dos clientes e em tornarem-se futuros líderes da organização. Dessa forma, esses profissionais contribuirão para a criação de valor em longo prazo, o que traz benefícios para a sociedade como um todo e promove o crescimento dos negócios. Por esta razão, é essencial que os valores e princípios dos colaboradores novos estejam alinhados com a cultura corporativa e nosso Código de Ética.

Diversidade

GRI G4-DMA Diversidade e Igualdade de Oportunidades

O tema Diversidade é reconhecido e valorizado em nossa cultura. A gestão é realizada pela Área de Pessoas e direcionada pela Política Interna de Valorização de Diversidade, com base em três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças, heterogeneidade dentro da organização (gênero, pessoas com deficiência, diversidade sexual, etnia/raça) e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade. Temos também diretrizes específicas, como a Política de Inclusão de Pessoa com Deficiência, o Programa Aprendiz e a Política de Direitos Humanos. Buscamos apresentar a importância da valorização da diversidade sexual, de gênero, de etnia/raça, de pessoas com deficiência, geração ou crença, por intermédio de seminários, treinamentos e outras atividades que envolvem a comunicação interna, como palestras, materiais disponibilizados na intranet e vídeos. Dessa forma, promovemos o diálogo respeitoso e a eliminação de julgamentos que levam à discriminação. Realizamos ainda palestras e workshops para os nossos fornecedores de seleção, treinamento e empresas terceiras com o objetivo de ampliar, disseminar e promover a valorização da diversidade. **GRI G4-DMA Avaliação de fornecedores em direitos humanos**

Além disso, promovemos palestras e workshops de sensibilização com gestores e suas equipes para apoiar o Programa de Pessoas com Deficiência

Objetivos estipulados para 2015	Concluído/em andamento/ não endereçado ou objetivo revisto	Quais são os resultados?
Reformular os temas de Diversidade no treinamento de lideranças	Em andamento	Planejamento de Revisão estratégica de cada treinamento que compõe a nossa grade, de maneira que tenhamos a eficiência na instrução dos gestores sobre cada assunto envolvido na inclusão e gestão de colaboradores com deficiência.
Preparar os gestores e as equipes para a recepção de um novo colaborador com deficiência	Em andamento	A preparação dos gestores e equipes para receber pessoas com deficiência se dá em três frentes principais: 1) Reformulação estratégica da cartilha sobre liderança de equipes com diversidade, resultando em um conteúdo mais assertivo e eficiente na comunicação da legislação que rege a inclusão de pessoas com deficiência, e de instruções fundamentais para a liderança das equipes que contam com colaboradores com deficiências, mostrando claramente os desafios e benefícios. 2) <i>Workshop</i> de quatro horas oferecidos a gestores que receberão um novo colaborador com deficiência. Estrutura que leva ao contato com o universo da inclusão de pessoas com deficiência, estimulando, dessa forma, a reflexão e a desmistificação do tema. O objetivo final é dar mais condições ao gestor de avaliar o colaborador com deficiência por suas capacitações, que vão além de suas necessidades de adaptação do ambiente de trabalho devido à sua deficiência. Graças à gestão de uma equipe diversificada, a proposta é mostrar como tratar os benefícios de ter diferentes experiências e histórias de vida em suas equipes, benefícios esses que são aumentados compartilhando experiências com uma pessoa com deficiência. 3) O posicionamento institucional da área de Diversidade em relação aos gestores, equipes e Consultoria de Pessoas como ponto focal para o esclarecimento de dúvidas e a gestão de conflitos.
Programa de formação	Em andamento	Consolidação de proposta de um programa de formação de pessoas com deficiência, estruturado na forma de rodízios entre diferentes áreas e participação em grade de treinamento especializado, que em conjunto, ofereçam e garantam a qualificação de pessoas com deficiência, de forma que elas consigam assumir suas funções no banco, com sólidas perspectivas de retenção e progresso na carreira dentro da instituição. Dessa forma, objetiva-se a desmistificação das dificuldades da inclusão de pessoas com deficiência e suas condições de desenvolvimento profissional.
Alinhamento com fornecedores de treinamento	Em andamento	Garantir a eficiência dos programas de inclusão de pessoas com deficiência, que têm como fator central de sucesso a ativação dos nossos <i>stakeholders</i> , parceiros indispensáveis à realização dos projetos da área. Dessa forma objetiva-se a constituição prática da proposta institucional do banco para diversidade.

Objetivos estipulados para 2015	Concluído/em andamento/não endereçado ou objetivo revisito	Quais são os resultados?
Reposicionamento estratégico de atração e seleção de profissionais com deficiência	Em andamento	Elaboração de critérios assertivos para o levantamento de candidatos, aproximação e divulgação em grupos PCD de universidades foco, participação em eventos de debate e benchmark de PCD, alinhamento do perfil de vagas com o dos profissionais, inclusive considerando as possibilidades e necessidades de adaptação para o desempenho das atividades do colaborador.
Desenvolver conteúdos de apoio e uma plataforma de desenvolvimento para suportar gestores e aprendizes no Programa de Aprendizagem	Concluído	Criamos os guias de Gestor e Aprendiz para a rede de agências com o objetivo de compartilhar com os gestores e aprendizes as regras e premissas do programa. Outra ação importante foi o desenvolvimento de uma plataforma complementar de desenvolvimento para o aprendiz acessar conteúdos que aprimorem seu conhecimento sobre sua atuação como aprendiz.
Estruturar método de acompanhamento de desenvolvimento dos aprendizes durante o Programa Aprendiz	Concluído	A fim de garantir o aprimoramento dos aprendizes, criamos um método de análise que visa acompanhar: • A assiduidade dos aprendizes no treinamento teórico e na plataforma complementar de desenvolvimento; • O desempenho em atividades práticas e a aderência comportamental em suas rotinas diárias; • Avaliar as atividades do aprendiz em relação à satisfação dos clientes dentro da agência, contribuindo para o crescimento sustentável do negócio.
Criar um processo institucional para elevar o aproveitamento dos aprendizes que terminam o contrato de aprendizagem	Concluído	Em encontros semanais com o negócio, definimos um processo para encareiramento de aprendizes com prontidão para serem absorvidos pela instituição como estagiários da rede de agências ou em cargos iniciais. Com base em um processo definido, coordenamos com a Área de Seleção um fluxo contínuo para mapear as vagas disponíveis e enviar os jovens aos processos de seleção.

Nosso Perfil de Diversidade

	Total ¹	% Em relação ao total de colaboradores	Iniciativas de destaque em 2015
Mulheres	53.667	60	Em 2015, conduzimos um estudo exploratório de nosso pessoal e do cenário enfrentado pelas mulheres na instituição. A partir da participação em eventos de debates sobre o tema e de benchmarks, desenhamos um plano de ação que visa endereçar os principais pontos diagnosticados nessa análise em 2016. Em 31 de dezembro de 2015, segundo relatório do banco, 49,6% dos cargos de gestão são ocupados por mulheres, e o nosso Comitê Executivo inclui uma mulher.
Negros	17.969	20	Em parceria com uma consultoria especializada no tema de raça para promoção de igualdade de oportunidades de trabalho, criamos um plano de ação que visa sensibilizar e atuar com nossos principais <i>stakeholders</i> : fornecedores de processo seletivo, área de Atração e Seleção e os colaboradores da instituição.
Pessoas com deficiência	4.093	4,55	Realizamos um diagnóstico apurado com base em dados qualitativos e quantitativos do momento da organização. A partir do resultado, que demonstra a administração das cotas legais, conseguimos identificar os pontos para desenvolvimento e evolução do plano de inclusão de pessoas com deficiência. Concluímos que há necessidade de maior assertividade na atração desses colaboradores, a fim de assegurar que os mesmos possam ser alocados em vagas de trabalho adequadas para seus respectivos perfis. Verificamos ainda que é possível preencher eventuais lacunas de qualificação em um perfil adequado para uma vaga se oferecermos programas de treinamento customizados para uma determinada função. Paralelamente, é fundamental para o sucesso da inclusão a preparação especializada de gestores e equipes, de forma que se sensibilizem para a questão das pessoas com deficiência como um tema estratégico, um componente que faz parte do posicionamento da instituição sobre a diversidade. Em conjunto com essas ações, estamos trabalhando para aprimorar os processos de gestão de cotas e divulgação de informações e a governança de parceiros, os principais pontos na realização eficaz de nossos projetos.
Aprendizes	2.143	2,38	Em 2015, o Programa Aprendiz foi revisado com foco em três pilares de atividades de atuação: admissão, desenvolvimento e encareiramento. No caso de cada pilar, novas estratégias foram alinhadas com o objetivo de apoiar os jovens que participam no programa e também torná-lo mais estratégico para a empresa. Aumentamos o nível de contratação de aprendizes em 26% em comparação com o ano anterior.

1. Inclui empresas administradas pela área de Recursos Humanos: Banco Itaú, BMG Consignado, Banco Itaúcard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú BMG, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itaúseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A., Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Saúde e segurança dos colaboradores

GRI G4-DMA Saúde e Segurança no Trabalho

Segurança

Contamos com uma área específica para gerenciar, manter e desenvolver atividades que contribuam de forma permanente à segurança do trabalho e das instalações, dos equipamentos e das ferramentas que utilizamos nos nossos negócios. Por meio de políticas e procedimentos internos conhecidos como RP – Regulamento de Pessoal, estabelecemos diretrizes institucionais para as questões que envolvem a Segurança e Medicina do Trabalho, os quais fornecem suporte para o modelo de Gestão de Saúde Ocupacional, tais como:

• Programa de reabilitação e readaptação profissional e suporte ao retorno ao trabalho.

Este programa consiste em uma equipe de médicos e psicólogos treinados para apoiar e orientar o colaborador, ajustando progressivamente as suas atividades às suas limitações de saúde, para que ele possa retomar plenamente as suas funções após a conclusão do plano de readaptação. O objetivo é também o de apoiar a empresa na execução do programa.

• Reabilitação profissional

Projetado para reintegrar o colaborador – que esteve em licença – ao mercado de trabalho por meio de reeducação ou readaptação. A elegibilidade ao programa baseia-se em critérios da Previdência Social (INSS), método de reeducação ou de readaptação.

• Programa Fique OK

É um Programa de Apoio Pessoal disponível para todos os colaboradores do Itaú Unibanco e seus familiares. O programa é operado por uma equipe

multidisciplinar, com atendimento contínuo por telefone (durante toda a noite e fins de semana em caso de emergências), sete dias por semana, de forma rápida, confidencial e gratuita.

• Exames médicos ocupacionais

Para prestar esclarecimentos sobre os cinco tipos de exames médicos, que atendem aos requisitos da Norma Regulamentadora NR7, do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual institui a obrigatoriedade do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. O objetivo deste programa é o de promover e preservar a saúde do colaborador, bem como prevenir e garantir um diagnóstico precoce de doenças relacionadas às atividades relacionadas ao local de trabalho ou ao próprio trabalho do colaborador.

• CIPA e Representantes de segurança

Para estabelecer as responsabilidades e ações necessárias para garantir a conformidade às portarias 3.214/78 e SIT 14/07 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Estas regem a organização obrigatória de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e, dependendo da extensão das suas responsabilidades, exigem a nomeação de um representante da segurança no local de trabalho (RSLT) treinado na prevenção de acidentes. .

• Avaliação Clínica Complementar

Esta política estabelece procedimentos e responsabilidades em relação às licenças para tratamento de saúde mediante a apresentação de um atestado médico. O objetivo desta política é o de ampliar o escopo de monitoramento da saúde do colaborador, bem como estabelecer as condições e regras para a apresentação de documentos, registro da licença médica (atestado médico) e a aprovação da ausência do colaborador.

Nossas outras atividades relacionadas com a segurança dos colaboradores são os seguintes:

Atividades	Descrição
SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes)	Realizada anualmente nos principais centros administrativos da organização com foco na prevenção e sensibilização do tema acidentes de trabalho. Esta iniciativa é realizada em conjunto com a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que representa 36% do total de colaboradores*, contendo integrantes de diferentes níveis hierárquicos, tais como gerentes, coordenadores e analistas. GRI G4-LA5
* Refere-se ao percentual sobre o total de colaboradores em polos administrativos, excluindo as agências, Unidades Internacionais e polos terceirizados.	
Investigação de Acidentes com Ações Preventivas	Levantamento das causas dos acidentes para um esforço adicional na prevenção e identificação de outras situações. Cobrindo todos os colaboradores.
Análise ergonômica dos postos de trabalho	Prevenção do desconforto do colaborador na realização das atividades diárias, nas quais são verificadas as condições de mobiliários (mesas e cadeiras), equipamentos, descrição das atividades realizadas, jornadas e organização do trabalho. Esta iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores da empresa.
Levantamento ambiental	Visita às unidades para levantamento dos níveis de temperatura, iluminação, ruído, velocidade e umidade relativa do ar, para se adequar à legislação. Esta iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores da empresa.
Treinamento de ajuste ergonômico	Fornece informações sobre ergonomia aos operadores de teleatendimento, orientando quanto à utilização correta do mobiliário e equipamentos, visando proporcionar qualidade de vida e conforto no ambiente de trabalho, reduzindo assim o absenteísmo. O treinamento é ministrado por especialistas em segurança ocupacional nas centrais de teleatendimento de São Paulo. Periodicamente é conduzida uma reciclagem desse treinamento via <i>e-learning</i> .
Treinamento <i>e-learning</i> Representante de Segurança no Local de Trabalho	Nas unidades da empresa onde não é exigida a CIPA, realizamos treinamento <i>e-learning</i> dos gestores para orientá-los na condução de assuntos relacionados à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Este treinamento é projetado para gerentes de agências e supervisores operacionais.
Treinamento <i>e-learning</i> Segurança e Saúde do Trabalhador (NR-1)	Os colaboradores recebem todas as orientações relacionadas à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.
Homologação de acessórios ergonômicos	Avaliação prévia de acessórios ergonômicos (apoio para os pés, apoio de punho para o teclado e mouse, suporte para monitor), mobiliários (mesa e cadeiras) e equipamentos visando proporcionar maior conforto aos colaboradores. Esta iniciativa se aplica a todos os colaboradores
Treinamento de ergonomia para Operadores de Caixa	Após a instalação de nova versão de guichês de caixa na rede de agências, todos os operadores de caixa são treinados quanto ao uso correto do novo mobiliário, visando evitar a ocorrência de doenças ocupacionais.
Avaliação de Posto de Trabalho	Visando proporcionar maior conforto aos colaboradores (inclusive PCD – Pessoa com Deficiência), a equipe de Técnicos e Engenheiros da Segurança do Trabalho realiza a avaliação individual do posto de trabalho para melhorar as condições de postura na realização das atividades. Cada avaliação resulta na emissão de laudo técnico, o qual é encaminhado ao gestor contendo as recomendações e orientações quanto às adequações do mobiliário e equipamentos do posto de trabalho.
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA	Consiste na avaliação das unidades de negócio, visando identificar os riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente, propondo adequações para eliminação da exposição a esses riscos.
Elaboração de Laudos de Insalubridade e Periculosidade	Inspeções no local feitas em unidades de negócios específicas para identificar condições insalubres ou perigosas, conforme exigido pela legislação brasileira. Realizadas em todos os locais de trabalho onde os colaboradores estão potencialmente expostos aos riscos ambientais. Os relatórios de inspeção propõem medidas para reduzir ou eliminar esses riscos e proteger a saúde do colaborador.

A empresa utiliza indicadores e regras internas para gerir os vários programas relacionados com Segurança e Saúde Ocupacional.

As questões de Saúde e Segurança Ocupacional são também abordadas nos Acordos Coletivos com sindicatos e na Sub-Comissão da Segurança e Saúde Ocupacional da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Nossos colaboradores não estão sujeitos a doenças ocupacionais específicas. Incidentes decorrem principalmente do descuido ou atitudes inseguras

por parte dos colaboradores, como quedas no deslocamento entre a sua residência e a empresa e vice-versa, sobre os quais a empresa não tem qualquer controle de gestão.

Veja mais detalhes sobre índices relacionadas com a segurança e saúde ocupacional na página [A-232](#).

Qualidade de vida

Nossas ações e programas focados em educação para a saúde são concebidos no sentido de prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida mais saudável e equilibrado. Cobrem tanto nossos colaboradores quanto seus familiares, envolvendo as comunidades em torno de nossos centros administrativos, quando possível. Essas iniciativas incluem:

Programas/serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
Atendimento nutricional	Oferece atendimento clínico nutricional. Oferecido aos centros com o maior número de colaboradores: CE, CAT, CT, ITM e CA Brigadeiro.	Um total de 2.652 pessoas atendidas
Academia	Temos parcerias com academias que oferecem descontos aos colaboradores, além de instalações próprias em alguns de nossos escritórios.	4.254 colaboradores
Check-up	São elegíveis ao <i>check-up</i> diretores, conselheiros, superintendentes, especialistas nível superintendente, gerentes da administração central e especialistas nível gerente do nosso grupo.	Cerca de 2.600 executivos elegíveis
Política de Apoio às Mães e Gestantes	Em 2015, inovamos em nossas atividades de gestão de pessoas, com a criação da Política de Apoio às Mães e Gestantes, que estabelece várias regras, procedimentos e benefícios a serem oferecidos às colaboradoras durante a gravidez e mães que retornam da licença maternidade, com vistas a atender aos seus requisitos de saúde física e psicológicos.	Em 2015, aproximadamente 270 colaboradoras aderiram à Política de Apoio às Mães e Gestantes. Nota: Esse resultado abrange somente dezembro de 2015, mês que a Política de Apoio às Mães e Gestantes foi implementada.
Programa Saúde da Mulher	Este programa foi concebido para promover ações de saúde preventiva, comportamental e reprodutiva da mulher por meio de palestras presenciais, informativos, orientações eletrônicas e intranet corporativa. • Bebê a Bordo: programa focado nas orientações fundamentais e necessárias a serem adotadas durante os primeiros meses de gestação, como nutrição da gestante, primeiros cuidados com o recém-nascido, questões psicológicas, etc. • Canto da Mamãe: espaço para retirada e armazenamento do leite materno durante o expediente. • Bebê em Casa: visita de enfermeira especializada na primeira semana pós-parto na residência da colaboradora para orientar sobre o aleitamento materno e primeiros cuidados com o recém-nascido. O Programa está disponível para as colaboradoras nas unidades de São Paulo e da grande São Paulo.	Bebê a Bordo: 1.500 (pessoas) Canto da Mamãe: 540 (colaboradoras) Bebê em Casa: 780 famílias
60 dias adicionais de licença maternidade, de acordo com o Programa Empresa Cidadã	O Itaú Unibanco é signatário do "Programa Empresa Cidadã", o qual também é aberto a colaboradoras de acordo com a empresa para a qual estão destacados, sendo que a adesão é facultativa. Um período adicional de 60 dias de licença maternidade começa no dia imediatamente posterior ao final do período da licença concedida conforme a legislação trabalhista (CLT).	Do número total de colaboradoras que começam a licença maternidade, 67% aderiram à extensão sob o Programa Empresa Cidadã. Adicionalmente, 86% das colaboradoras que retornaram da licença maternidade em 2014 permaneceram em seus postos de trabalho durante pelo menos 12 meses após o seu retorno.
Jornada de trabalho	Na rede de agências e posteriormente ao registro apropriado no relógio de ponto eletrônico, introduzimos um processo para desativar as estações de trabalho para garantir que os colaboradores não permaneçam no seu posto de trabalho após o registro de saída ao final da jornada de trabalho.	Número de colaboradores elegíveis para o relógio de ponto eletrônico 37.804* em dezembro de 2015. *número de colaboradores elegíveis na rede de agências
Férias	Alteramos o fluxo operacional para solicitação de férias, possibilitando aos colaboradores o cadastramento do período de férias, com a opção de parcelamento e/ou abono de 10 dias. Neste novo processo, após o cadastramento das informações pelo colaborador, é necessário que o gestor aprove a solicitação em sistema para confirmar o período cadastrado.	100% dos colaboradores
Programa Fique OK	Programa de apoio pessoal disponível para todos os nossos colaboradores e seus familiares. O programa inclui uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, nutricionistas, fisioterapeutas, personal trainers, veterinários, consultores financeiros, entre outros. O atendimento é feito por telefone de forma rápida, gratuita e confidencial.	Atendimento Telefônico: 162 mil ligações / 86 mil pessoas Atendimento Presencial: 143 visitas – 763 pessoas impactadas
Vacina da Gripe	Vacinação oferecida gratuitamente a todos os colaboradores e estagiários, no local de trabalho e por meio de clínicas credenciadas.	Aproximadamente 51 mil colaboradores
Programa de Readaptação Profissional	Programa voltado a todos os colaboradores, que tenham ou não sido afastados junto à Previdência Social e que necessitem de suporte para retornar ou dar continuidade às suas atividades de origem, viabilizando a adequação das tarefas e das condições de trabalho devido a eventuais problemas de saúde e promovendo o acolhimento do colaborador na volta ao ambiente de trabalho.	1.246 colaboradores

Performance

GRI G4-LA11 | G4-DMA Treinamento e Educação

Meritocracia

Meritocracia é nossa forma de fazer gestão de pessoas e acreditamos que é essa prática que nos colocará no grupo das mais extraordinárias empresas globais. Para nós, meritocracia é liderar pessoas, reconhecendo-as e diferenciando-as de acordo com seu desempenho relativo.

Fazem parte desse exercício os *feedbacks* honestos e transparentes, a oferta de oportunidades de desenvolvimento adequadas às necessidades de cada colaborador e também o papel do colaborador de buscar continuamente as melhores oportunidades.

Para isso, apoiamo-nos em ferramentas de avaliação de desempenho e da promoção do desenvolvimento, que detalharemos a seguir.

Programa de Gestão de Performance

GRI G4-LA10

Nosso programa visa avaliar a performance do colaborador durante o período de um ano. Para tanto, utilizamos três ferramentas de avaliação:

- Avaliação de metas: tem a finalidade de avaliar “o que” foi entregue por meio da análise anual dos resultados conquistados pelo colaborador, definidos com base em metas e níveis de atingimento determinados previamente; e
- Avaliação do comportamento: tem a finalidade de avaliar “como” os resultados foram alcançados pelo colaborador, a partir da análise de comportamentos valorizados pela organização, definidos com base em nossa cultura corporativa, “Nosso Jeito”.

Para mais informações sobre o “Nosso Jeito” e a Nossa Cultura, consulte a seção na página [A-22](#).

Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP): consolidação das notas relacionadas à avaliação de metas e à avaliação do comportamento a fim de analisar o desempenho relativo do colaborador frente a seus pares, de maneira colegiada.

Na avaliação do exercício findo em dezembro de 2014³, aproximadamente 47.242 colaboradores foram avaliados como parte do PEP (incluindo unidades externas), o que corresponde a cerca de 51% do total de nossos colaboradores. Os demais colaboradores participam somente de uma avaliação individual (avaliação de metas e avaliação de comportamento) ou de outros modelos específicos de avaliação. Isto garante que 100% dos colaboradores elegíveis da organização sejam submetidos a alguma avaliação de desempenho. O processo referente a 2015 ainda está em andamento.

GRI G4-LA11

No final de cada processo, nossos colaboradores recebem um feedback que visa apresentar seus pontos fortes e oportunidades de melhoria. O processo de *feedback* proporciona ideias para a criação de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada colaborador.

Planejamento Estratégico de Pessoas **GRI G4-LA11**

Nosso ciclo de meritocracia foi finalizado no ano passado com a inclusão do programa PDI. Além da avaliação de performance (contratação de metas, avaliação de metas e comportamentos e discussão colegiada) incluímos duas novas etapas com foco em desenvolvimento dos colaboradores:

- 1) Comitê de desenvolvimento; e
- 2) Feedback e PDI (Plano de Desenvolvimento Individual).

Visando o desenvolvimento contínuo e estruturado de cada colaborador, em 2015, 129 diretores e 500 superintendentes participaram deste novo processo, no qual o histórico de performance e o momento de carreira são considerados na discussão sobre desenvolvimento, a fim de definir ações de consequências.

Treinamento e desenvolvimento **GRI G4-DMA Treinamento e Educação**

A Escola Itaú Unibanco de Negócios atua na construção de soluções de aprendizagem alinhadas à cultura e às estratégias da organização, disponibilizando programas específicos e de formação com temas técnicos e comportamentais para atender às necessidades das diversas áreas do Itaú Unibanco.

Promove ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de equipes e lideranças, por meio do uso de uma variedade de metodologias e mídias, uma vez que considera as pessoas como absolutamente relevantes para a perenidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitando resultados e benefícios para os acionistas, para os colaboradores e para a sociedade.

Nosso Portal Corporativo inclui políticas sobre treinamento, educação e desenvolvimento, que fornecem diretrizes sobre planejamento e ações de educação corporativa para as lideranças e suas equipes. Em 2015, o banco investiu R\$128 milhões em treinamentos, com a formação de mais de 5.700 turmas de treinamentos presenciais.

Para melhor gestão dos treinamentos, utilizamos dois tipos de indicadores: de processo (orçamento, volumetria e eficiência) e de qualidade (reação, aprendizagem e aplicabilidade), os quais garantem a obtenção de insumos para a melhoria dos nossos programas.

Veja mais informações sobre treinamento na tabela [clikando aqui](#).

Escola Itaú Unibanco de Negócios em números

Taxa média de adesão dos treinamentos foi de 91%

Número de colaboradores treinados: 97.304 em atividades presenciais (pode apresentar um mesmo colaborador participando em mais de um programa)

1.073.869 de participações em treinamentos a distância

5.417 incentivos à formação acadêmica e 101 bolsas de estudo para o estudo de idiomas

Um total de 1,5 milhão de horas (horas presenciais) **GRI G4-LA10**

3. As informações do exercício de 2015 não estavam disponíveis até a data da publicação.

Formação da Liderança

Procuramos também assegurar a performance sustentável de nossos negócios pela adoção de uma estratégia de formação de líderes, por meio de iniciativas e ferramentas voltadas ao desenvolvimento de coordenadores, gerentes, superintendentes e diretores.

A meta da Escola Itaú Unibanco de Negócios para 2014 e 2015 é que todos os seus líderes tenham participado do programa de treinamento básico em até dois anos, fundamentada em três pilares: gestão de pessoas, *workshop* de ética e boas práticas de trabalho. Além de nossos programas internos, oferecemos ações de sustentação para a educação continuada em liderança, incluindo soluções de treinamento presenciais e à distância. Estas incluem plataformas *online* de educação continuada, patrocínios de idiomas, programas de pós-graduação e MBA, seminários, congressos e cursos de curta duração no Brasil e no exterior.

A estratégia de capacitação está focada nos cargos de liderança, sendo que cada programa é alinhado ao momento de carreira de cada executivo e customizado em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Individual.

Programa de Oportunidade de Carreira (POC) GRI G4-LA10

O POC incentiva nossos colaboradores a aproveitarem oportunidades internas para mudança de área ou de atividade. Além disso, proporciona aos gestores um instrumento eficaz para preencher internamente suas vagas.

Como o apoio ao gerenciamento de carreira, o POC dá preferência aos profissionais que já trabalham no Itaú Unibanco para ocupar os cargos vagos. Isso possibilita ampliar horizontes de desenvolvimento e valorizar o talento daqueles que já fazem parte da nossa equipe. Em 2015, 1.598 colaboradores foram transferidos com o apoio deste programa.

As oportunidades disponíveis são anunciadas internamente para os colaboradores por meio do portal corporativo. As oportunidades podem ser consultadas de acordo com a localização, departamento e cargo, entre outros filtros. Os colaboradores podem registrar seu interesse prévio para até três áreas executivas e seis carreiras, independentemente de se candidatarem a eventuais vagas existentes. Sempre que uma vaga se torna disponível para as carreiras e áreas escolhidas, um alerta é enviado por e-mail aos colaboradores registrados, notificando-os da sua elegibilidade para os cargos em questão.

Programas especiais de talentos

Para garantir a sustentabilidade de nossos negócios, precisamos preparar líderes para os futuros desafios. Baseados nessa premissa, conduzimos programas de atração e desenvolvimento para suprir e formar nossa futura liderança.

Programa	Descrição	Recrutamento	Taxa de retenção
Estágio Corporativo	O Programa de Estágio é uma das principais portas de entrada de talentos na organização. O objetivo do programa é desenvolver jovens com potencial para se tornarem profissionais de alta performance. Além de permitir que essas pessoas obtenham experiência prática, o programa também oferece um esquema para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais e um processo estruturado de avaliação semestral, devidamente monitorado pela Área de Pessoas. Especificamente no Programa Corporativo, há a possibilidade de obter experiência em outras áreas com base no #Encarrear, proporcionando mobilidade entre áreas para outras posições de estágio ou foco na efetivação.	4.077 recrutados em 2015 (1.337 no Programa Corporativo e 2.740 no Programa de Agências)	49% calculados considerando o seguinte público: Contratados de 2013 – Com vencimento de contrato de estágio em 2015 Contratados de 2014 – Com previsão de conclusão de curso em 2015 Contratados de 2015 – Com previsão de conclusão de curso/estágio em 2015
Trainee	A finalidade do programa de trainee é atrair e desenvolver os melhores talentos e transformar o alto potencial desses jovens em performance excepcional. O programa possibilita a rotação de trainees em diversas unidades de negócios e inclui um plano de desenvolvimento, um programa de mentoring e treinamentos em parceria com as melhores escolas de negócio do Brasil. O Pós-Programa de Trainee foi lançado em 2014 e agora está em seu segundo ano. O objetivo é acelerar a carreira do ex-trainee que possua alta performance para que assuma uma posição de liderança após um ano. Este programa está construído sobre três pilares: visão estratégica, global mindset e liderança. Um total de 26 ex-trainees selecionados no grupo de 2014 compõem o Pós-Programa de Trainee em curso.	109 recrutados em 2015 47% do grupo de 2014	75% do grupo de 2014
Patrocínio Internacional (MBA, Master, Sloan e LLM)	A proposta do programa é desenvolver nossos colaboradores, por meio da realização de programas de MBA/Sloan/MASTER (LLM – Master of Laws/ MIF – Master in Finance) nas melhores escolas de negócio dos Estados Unidos e da Europa, com acompanhamento da área de RH e mentoring dos executivos.	6	100%
Recrutamento de MBAs	Recrutamos estudantes das melhores escolas de negócio dos Estados Unidos e Europa para oportunidades de tempo integral ou estágios de verão em nossa empresa. Durante o ano, visitamos mais de 10 universidades no exterior.	1	Não se aplica
Job Swaps e Expatriação	O objetivo é oferecer aos nossos colaboradores a oportunidade de trabalhar em uma de nossas unidades internacionais. <i>Job Swap</i> (programa de intercâmbio): desenvolvimento de um projeto de curta duração (três a 12 meses) em uma de nossas unidades externas. Expatriação: o colaborador assume uma posição em uma de nossas unidades externas por longo período de tempo (um a cinco anos).	Em 2015: Expatriados: 10 <i>Job Swap</i> : 34	100% 97%

Pesquisa Fale Francamente GRI G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas | G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos

Realizada anualmente com todos os colaboradores no Brasil e nas Unidades Internacionais, a pesquisa Fale Francamente mede o grau de satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente de trabalho e à gestão de pessoas.

Em 2015, tivemos um índice de satisfação de 82%, com a participação voluntária de 88% de todos os colaboradores. Em comparação com o ano anterior, o resultado geral apresentou um crescimento de dois pontos percentuais.

Este é um momento importante para entender o caminho que estamos percorrendo na construção de um ambiente de trabalho cada vez melhor para nossos colaboradores.

Ano-base	Unidades	% de colaboradores que responderam	% Satisfação
2013	Brasil e Unidades Internacionais	89%	76%
2014	Brasil e Unidades Internacionais	89%	80%
2015	Brasil e Unidades Internacionais	88%	82%

Os resultados da pesquisa são divulgados para todos os gestores e colaboradores do banco, que podem acessar não apenas o resultado geral, mas também os números de suas próprias áreas. De posse dos resultados, os gestores são incentivados a desenvolver, em conjunto com sua equipe, um plano de ação para abordar os pontos de melhoria apontados pela pesquisa.

Reconhecimento

Anualmente, realizamos o Prêmio Walther Moreira Salles, uma das ações mais importantes de reconhecimento do Itaú Unibanco, tendo como intuito a valorização da cultura organizacional, reconhecendo projetos e práticas excepcionais de nossos colaboradores.

Essa premiação contempla tanto projetos quanto gestores que alcançaram resultados diferenciados nos temas de eficiência, satisfação dos clientes, inovação e liderança. Cada vencedor recebe um troféu e ações do Itaú Unibanco, distribuídas igualmente entre os vencedores. Na edição de 2015 tivemos 803 inscrições, nove projetos finalistas e três líderes finalistas e, por fim, 31 colaboradores premiados.

Remuneração⁴

GRI G4-52 | G4-LA13 | G4-DMA Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres

Política de Remuneração Fixa e Variável

O objetivo da remuneração fixa é reconhecer a competência e a senioridade de um profissional. Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito, que leva em consideração o desempenho consistente do indivíduo no exercício de suas responsabilidades. A remuneração fixa de nossos colaboradores, acrescida de encargos e benefícios, totalizou aproximadamente R\$13 bilhões em 2015.

Já a remuneração variável reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua sustentabilidade em curto, médio e longo prazos. Cada colaborador possui metas a serem atingidas que estão atreladas à estratégia de cada área e que, por sua vez, refletem a nossa estratégia global.

A nossa política de remuneração fixa e variável está alinhada às práticas de mercado e nossas estratégias de remuneração conforme a unidade na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido anualmente por meio de uma pesquisa de remuneração conduzida por consultorias especializadas. Também participamos de pesquisas conduzidas por outras empresas e participamos de fóruns especializados no tema.

Nosso modelo de governança é supervisionado por um comitê que envolve nossa Alta Administração e estabelece princípios e diretrizes gerais, em linha com as práticas de mercado e regulamentações.

Consulte a [seção Nossa Governança, item Estrutura Administrativa, Comitê de Remuneração](#) para mais informações sobre as práticas de remuneração.

Adicionalmente, reajustes na remuneração e a participação nos lucros e resultados são garantidos a nossos colaboradores, com base em acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com os sindicatos de cada categoria profissional.

Os nossos programas de remuneração variável são:

Tipos de remuneração variável	Descrição
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Distribuição de um percentual de nosso lucro líquido, limitado a um valor definido em acordo de convenção coletiva firmado com o respectivo sindicato.
Participação nos Resultados (PR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance nos negócios (exemplo: performance de uma área de negócio) e do desempenho individual do colaborador
Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa performance corporativa (exemplo: Performance do Itaú Unibanco Holding) que consiste no pagamento de um valor definido em acordo com o respectivo sindicato.
Programa de Remuneração por Alto Desempenho (PRAD)	Participação complementar nos resultados para 20% dos colaboradores mais bem avaliados, não participantes de programas de PR. Este programa depende também de nossa performance nos negócios.
Performance Diferenciada (PD)	Performance Diferenciada (PD) é um programa que abrange os colaboradores em cargos de liderança ou cargos similares do nosso conglomerado. Outorga remuneração na forma de nossas ações preferenciais (ITUB4) de forma diferida. Este modelo considera a avaliação individual e visa premiar os profissionais que foram destaque em resultados e em comportamento. Tem o objetivo de fortalecer a gestão de pessoas, o autodesenvolvimento e o desenvolvimento das equipes.

Programa de Sócios: adotamos um programa de incentivo de longo prazo que reconhece e destaca os profissionais que fazem a diferença e lideram a construção do futuro do conglomerado, bem como reforçam e disseminam a visão e a atitude de "dono do negócio", fortalecendo e propagando a Nossa Cultura. Nos termos deste programa, os colaboradores e administradores, sócios ou associados, poderão investir parte de sua Participação nos Lucros na aquisição de ações do Itaú Unibanco Holding, recebendo uma contrapartida do banco em ações. Para mais detalhes veja a [seção Nosso perfil – Remuneração e Benefícios](#).

4. Detalhes sobre as companhias do Itaú Unibanco Holding no Brasil administrados pela área de Recursos Humanos (exceto Unidades Internacionais).

Benefícios **GRI G4-LA2 | G4-DMA Emprego**

Oferecemos diversos benefícios firmados nos acordos e convenções coletivas de trabalho com os respectivos sindicatos, que cobrem obrigações como vale-refeição, cesta alimentação, auxílio-creche/babá, vale-transporte, etc. Esses benefícios são oferecidos somente para colaboradores ativos que atuam no Brasil.

Disponibilizamos, também, um pacote de benefícios, com taxas e descontos diferenciados em produtos bancários, programa de parcerias, planos de saúde com ampla rede credenciada, além de outros programas voltados à saúde e ao bem-estar dos nossos colaboradores, tais como:

Program	Description
Assistência Médica e Odontológica	• Atualmente, 88.724 colaboradores estão cadastrados no plano médico e 67.091 estão cadastrados no plano odontológico.
Previdência Privada Complementar	• São 22 planos de previdência complementar administrados por duas entidades fechadas e uma entidade aberta. Os objetivos principais desses planos são dois: complemento ao benefício da Previdência Social e manutenção do padrão de vida na aposentadoria. • Fizemos contribuições aos nossos planos de pensão de aproximadamente R\$ 112 milhões em 2015. Devido à adesão voluntária temos 2/3 dos colaboradores participando de algum dos planos que oferecemos.
Seguro de Vida Coletivo	Prevê o pagamento de indenização em caso de óbito ou invalidez do beneficiário. O plano prevê ainda a inclusão automática de cônjuge e filhos e a ampliação da garantia de assistência funeral. Os colaboradores que dispõem de seguro de vida têm a opção de contratar um seguro de vida complementar, aumentando assim o capital segurado.
Produtos e serviços financeiros com descontos para colaboradores (financiamentos, consórcios, seguros, cartões e créditos)	Produtos bancários com descontos e/ou taxas diferenciados, como crédito consignado, cheque especial, tarifas bancárias, seguro auto, seguro residencial, consórcios e crédito imobiliário.
Auxílio-Farmácia	Descontos na compra de medicamentos e perfumaria por meio de um cartão de identificação que deve ser utilizado na rede de lojas Droga Raia.
Auxílio Educação	São 5.500 bolsas, das quais 1.000 são distribuídas preferencialmente para colaboradores com deficiência da categoria bancária, 4.000 para colaboradores bancários e 500 para colaboradores da categoria não bancária e visa subsidiar parte das despesas com a primeira e segunda graduação e também com cursos de pós-graduação.
Itaú Unibanco Clube	Atividades de lazer, recreação, cultura e esportes que visam a promoção da integração e a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores, aposentados e seus familiares. Possuímos três clubes, localizados em Guarapiranga, Itanhaém e São Sebastião.
Programa de Parcerias Mundo Itaú Unibanco	O programa Mundo Itaú Unibanco traz vantagens, descontos e serviços exclusivos de diversos parceiros no Brasil e na América Latina.

Ética **GRI G4-56**

No Itaú Unibanco, a ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos *stakeholders*, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade socioambiental. Esses princípios éticos também se expressam nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a organização e para a sociedade. Essa é uma evidência de que nossas práticas corroboram com um de nossos valores, o de que a ética é negociável.

Com esse objetivo, nosso Código de Ética existe para orientar, prevenir e sanar dilemas éticos e conflitos de interesse relacionados às nossas atividades e relações internas. Esse documento ajuda em nossas atividades e nas decisões que tomamos quando nos relacionamos com todos os nossos *stakeholders*: colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, parceiros, o Poder Público, a concorrência, a mídia e a sociedade.

Nosso Código de Ética está dividido em quatro princípios básicos:

- **Identidade (o que nos distingue das outras empresas);**
- **Interdependência (motor da convivência social);**

- **Boa-fé (confiança gerando confiança);**
- **Excelência (busca contínua da qualidade superior).**

Esse Código reflete nossas atitudes em relação à construção de um conjunto de valores, a cultura corporativa, crenças e atitudes praticados a todo instante por todos os nossos colaboradores.

Nosso Código de Ética é aprovado pelo Conselho de Administração e se aplica a todos os conselheiros, diretores e colaboradores do nosso conglomerado no Brasil e no exterior. Está disponível em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e japonês) e requer dos nossos colaboradores a formalização do conhecimento e a aceitação dos seus termos uma vez por ano.

Adicionalmente, nosso Código de Ética prevê nosso compromisso formal relativo aos temas apontados nas principais convenções da OIT e em outros acordos internacionais, como a erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório, o combate à discriminação em todas as suas formas, a promoção da valorização da diversidade, a prevenção ao assédio moral e sexual no local de trabalho, o respeito aos direitos de livre associação sindical e à negociação coletiva.

Além dessas orientações, o Código de Ética prevê o encaminhamento e a análise pelas áreas competentes de casos de desvio de conduta, conflitos interpessoais, descumprimento de normas e conflitos de interesses no âmbito das nossas operações. Os casos mais complexos são encaminhados para os Colegiados de Ética específicos para deliberação.

O Código de Ética está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo no site de Relações com Investidores. Comunicamos e treinamos nossos colaboradores sobre as diretrizes de nosso Código de Ética por meio de cursos presenciais e a distância. Adicionalmente, todos os colaboradores devem confirmar sua adesão às diretrizes do Código de Ética anualmente.

Ombudsman **GRI G4-57 | G4-58 | G4-HR3 | G4-LA16 | G4-HR12 | G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas | G4-DMA Não discriminação | G4-DMA Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos |**

Para fortalecer nosso compromisso com a ética, criamos um canal interno de ouvidoria (Ombudsman) como ferramenta para dialogar com nossos colaboradores, visando a promoção de um ambiente saudável, que nos conduza no cultivo do respeito e da ética em nossos relacionamentos pessoais e nos negócios.

O canal Ombudsman proporciona um meio de garantir a responsabilidade e o respeito em todas as nossas relações. É também um exemplo de que seguimos nossos princípios e buscamos nossas metas sem nos desviarmos daquilo em que acreditamos – nossos valores.

Em 2015 o canal Ombudsman recebeu 921 reclamações dos nossos colaboradores, sendo que 745 foram solucionadas durante o ano e 176 ainda estão sendo analisadas. No mesmo período, solucionamos 116 reclamações que foram recebidas antes de 2015.

Em todas as situações qualificadas como procedentes são aplicadas medidas disciplinares, pautadas nas políticas do Itaú Unibanco disponíveis a todos os colaboradores. Em 2015, dos casos registrados pelo canal, 6 foram classificados como discriminação, sendo que 5 casos foram resolvidos durante o ano e classificados sem fundamento e 1 caso ainda está em tratamento.

A Alta Administração, por meio de comitês de integridade e ética, que se reúne em média a cada quatro meses, direciona nossa governança em integridade e ética. Nesse sentido, contamos com comitês setoriais de integridade e ética presididos por líderes de cada área e por aquelas áreas que se reportam diretamente a eles. As questões cobertas são tratadas em nível operacional. O Comitê de Integridade e Ética do Itaú Unibanco é presidido pelo Diretor de Compliance e Controles Internos, composto por conselheiros e diretores de todas as áreas de negócios da organização. As unidades internacionais também contam com comitês de integridade e ética, que se reúnem, em média, duas vezes ao ano. Esses encontros discutem questões estratégicas relacionadas à ética nos negócios e no ambiente de trabalho. A Comissão Superior de Ética e Sustentabilidade é presidida pelo Presidente do Itaú Unibanco Holding e é composta por executivos do Comitê Executivo, Diretoria de Compliance e Controles Internos, Departamento de Sustentabilidade, Departamento de Ombudsman e outros executivos que podem ser convidados a participar. O encontro lida diretamente com questões relacionadas à integridade e ética corporativa na Holding Financeira.

Combate à Corrupção **GRI G4-56 | G4-SO4 | G4-DMA Combate à Corrupção**

Com base nas melhores práticas globais, o Itaú Unibanco considera corrupção as práticas ilegais ocorridas entre agentes públicos e privados e também a que envolve somente agentes privados.

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção reforça o nosso compromisso de cooperar proativamente com iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda estabelece orientações para a concepção, execução e melhoria contínua de um programa corporativo destinado ao desenvolvimento de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos de corrupção, utilizando canais de denúncia e campanhas de conscientização e treinamento sobre o tema.

O documento está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo no nosso site de Relações com Investidores, em inglês e em espanhol. Um grupo multidisciplinar tem a atribuição de disseminar esses conceitos pelo banco e de debater os riscos (ameaças e oportunidades) que envolvem essas questões.

Com base em legislações nacionais e estrangeiras (Lei Federal nº 12.846/2013, o Foreign Corrupt Practices Act e o UK Bribery Act), em jurisprudências e em informações do mercado global, identificamos os países com maior risco de práticas de corrupção. Em todos esses países onde atuamos temos processos

que monitoram o relacionamento com o setor público, com terceiros (como parceiros comerciais e administrativos, fornecedores e prestadores de serviço), além de efetuarmos due diligences nos processos de fusões e aquisições.

Disponibilizamos um canal em Compliance para receber todas as opiniões sobre esse tema, com garantia de sigilo. Disponibilizamos também um canal para sanar dúvidas e receber denúncias de colaboradores e de *stakeholders* sobre suspeitas de corrupção, que podem culminar em demissão ou interrupção de contrato. Em 2015 recebemos duas denúncias sobre suspeitas de atos de corrupção envolvendo agentes privados, sendo que em uma delas confirmamos a origem de atividade irregular de um prestador de serviços, o que resultou em sua suspensão. No outro caso, a denúncia mostrou-se infundada. **GRI G4-57 | G4-58**

A partir de 2014, todos os colaboradores das áreas mais sensíveis ao risco de corrupção foram treinados em módulos de prevenção à corrupção. Para 2016, continuaremos com o programa de educação continuada presencial e à distância, especialmente para as áreas que se relacionam com o Poder Público e fornecedores. Adicionalmente, continuaremos a realizar campanhas de comunicação institucional sobre a política corporativa de prevenção à corrupção e suas diretrizes a todos os colaboradores e gestores. A partir de agosto de 2014, todos os colaboradores e a Alta Administração no Brasil estavam informados sobre a política de prevenção à corrupção e sobre treinamento presencial ou remoto sobre esse tema.

Para garantir a melhoria contínua do Programa de Integridade e Ética, são conduzidas revisões periódicas dos principais processos e controles do Itaú Unibanco sobre combate à corrupção, com base no monitoramento das atuais regulamentações e das melhores práticas de mercado.

Qualquer oportunidade identificada para melhoria é discutida no Comitê de Integridade e Ética, mencionada na seção anterior e apresentada à Alta Administração.

Acreditamos contar com um processo eficiente, por meio de um programa de educação e de uma comunicação contínua, em conjunto com um sistema robusto de controles internos e compliance, para mitigar o risco, diagnosticar, reprimir e combater desvios de conduta.



Clientes

Clientes

Para o Itaú Unibanco, a satisfação de clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis. A nossa visão de ser o “banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes” evidencia como consideramos a natureza complementar dessas metas em nossa perspectiva

de atuação. Para nós, isso significa estar preparado para mudanças constantes.

Em 2015, celebramos o aniversário de 25 anos do Código de Defesa do Consumidor e, ao analisarmos essas últimas décadas, observamos como as relações de consumo no Brasil amadureceram. Os consumidores estão mais bem informados e cada vez mais conscientes de seus direitos e responsabilidades. Também estão mais conectados em redes e mais propensos a colaborar, sugerir e construir a reputação de uma empresa. Entretanto, a resolução de problemas, a transparência, a confiabilidade, a conveniência e a agilidade são requisitos identificados pelos clientes como primordiais para a utilização dos serviços financeiros.

Entregar os serviços bancários esperados e atender às expectativas dos clientes são desafios que impulsionam nossas equipes. Por isso, intensificamos nossos esforços para atendê-los: o tempo médio de resposta do Itaú Unibanco nas redes sociais, por exemplo, diminuiu 33% – de 6 minutos e 35 segundos, em 2014, para 4 minutos e 26 segundos em 2015.

Em 2015, 98,22% dos registros no SAC foram resolvidos no prazo de três dias úteis, beneficiando mais de 10 milhões de clientes.

Também investimos continuamente para melhorar a qualidade e a segurança das nossas operações e alcançar patamares mais elevados de satisfação do cliente a todo momento. Não medimos esforços para evitar erros, mas sabemos que, processando bilhões de transações todos os dias, é possível que aconteça alguma falha. Embora o percentual de clientes que buscam os órgãos de defesa do consumidor seja pequeno (0,29%), levando-se em conta o tamanho do Itaú Unibanco, ainda assim representa uma quantidade significativa dos nossos clientes.

Acreditamos que o diálogo é a melhor forma de chegar a uma solução. Por isso, mantemos um relacionamento permanente com os órgãos de defesa do consumidor e órgãos reguladores (consulte a página [A-178](#) – Clientes). Essas instituições nos trazem suas percepções dos problemas ocorridos e os meios de solucioná-los em suas próprias regiões. Em 2015, participamos de vários encontros, sendo que o mais importante foi o V Fórum de Diálogos com Órgãos de Defesa do Consumidor, que contou com a participação da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), de representantes de 36 órgãos de defesa do consumidor (Procons) e de organizações da sociedade civil. Essa edição do Fórum de Diálogos representou um marco em sua história. Os participantes formaram um grupo coeso, comprometido com o diálogo e as melhorias, todos unidos em torno de um objetivo comum: a satisfação do cliente – o principal pilar de uma performance sustentável. Apresentamos a seguir mais detalhes sobre as formas como monitoramos a satisfação do cliente.

Pesquisa de satisfação de clientes

GRI G4-PR5

Em conjunto com os principais institutos de pesquisa no Brasil, conduzimos pesquisas de competitividade para avaliar a satisfação dos clientes em relação aos serviços bancários de unidades de negócios específicas e comparamos os resultados com os dos nossos concorrentes. Nossa pesquisa anual por telefone tem contato com uma amostra representativa de cada segmento. Dessa forma, monitoramos os principais players do mercado e entendemos as necessidades do mercado em relação à satisfação de realidades imparciais, o que nos permite definir planos de ação focados em melhorias para atender melhor e atrair novos clientes.

Desde 2013 esse sistema para avaliação da competitividade foi implementado em outros países em que o Itaú Unibanco atua: Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

Reiterando nosso compromisso com a satisfação dos clientes, os resultados das pesquisas influenciam diretamente a remuneração variável, seja dos executivos ou das equipes nas agências.

Dados da pesquisa provenientes de cada segmento são consolidados em um índice geral de satisfação de clientes. Em 2015, atingimos a nota 8,02; entretanto, desde então, alguns segmentos foram incluídos na pesquisa a cada ano (ex.:a inclusão da Credicard e a Redecard, em 2014, e o segmento de Corporate Banking em 2015) não foi possível comparar essa nota com os números dos anos anteriores.

Pesquisa de Satisfação de Clientes	Resultados
2015	8,02
2014	8,11
2013	8,01

Gerenciamento de reclamações

A Ouvidoria compõe o sistema de atendimento do Itaú Unibanco e atua quando o cliente não está satisfeito com a solução oferecida por nossos canais regulares, como centrais de atendimento, Serviço Atendimento ao Consumidor e internet. Além de buscar a melhor solução para a manifestação apresentada, a Ouvidoria atua diretamente no processo de Gestão de Demandas de Clientes, e tem o objetivo de mobilizar a organização para identificar as principais causas de insatisfação de clientes e desenvolver planos de ação para melhoria.

Além do atendimento direto ao cliente, a Ouvidoria atua nos processos de resolução de reclamações em canais críticos, como órgãos de defesa do consumidor, Banco Central, Superintendência de Seguros, garantindo a melhor solução para o cliente. Os índices do SINDEC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – por exemplo, indicam que o Itaú Unibanco resolveu mais de 86% das manifestações registradas nos órgãos de defesa do consumidor na fase preliminar.

Considerando todos os canais internos de atendimento presenciais ou a distância, como SAC, Ouvidoria e agências, foram registrados 143 milhões de atendimentos, dos quais 93,28% se referiam a informações, consultas e solicitações, e 6,43% a insatisfações. Do total de reclamações, 99% foram resolvidas ou esclarecidas pelo próprio banco e o restante (0,29%) evoluiu para outros órgãos de atendimento ao consumidor ou para o judiciário. Apesar dos altos índices de retenção apresentados por esses serviços, continuamos desafiados a corrigir erros e melhorar nossos produtos e serviços.

Em 2015, 97,5% dos clientes que utilizaram o serviço da Ouvidoria não procuraram órgãos externos, como Procon ou Judiciário. Mais de 95% das ocorrências foram resolvidas em até 15 dias, e 80,8% desse montante foram resolvidas em até 5 dias úteis.

No site Reclame Aqui a nossa reputação, gerada a partir de avaliação dos clientes, foi considerada "ótima". Nosso índice de solução nesse site é de 89,8%, e 75% dos clientes que registraram reclamações de janeiro a dezembro de 2015 afirmaram que fariam negócio com o Itaú Unibanco novamente.

Outro canal em que os clientes podem ter suas demandas resolvidas é o site consumidor.gov.br, uma plataforma criada em 2014 pelo Governo Federal como um canal de resolução alternativa de litígios, monitorado por órgãos de defesa do consumidor e pela Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). 79,5% das demandas registradas pelos nossos clientes nessa plataforma foram solucionadas, de acordo com a avaliação dos próprios clientes. O nível médio de satisfação foi de 3, em uma escala de 1 a 5.

Também temos investido na simplificação dos processos de solução de conflitos submetidos à apreciação do Poder Judiciário. Nesse sentido, aderimos à plataforma consumidor.gov.br, do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional do Consumidor, e a acordos com Tribunais de Justiça como os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

A satisfação dos clientes é valor primordial para o Itaú Unibanco e está declarada em nossa visão: "Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação de clientes". Continuaremos a fortalecer o relacionamento e o diálogo com os nossos clientes, com os órgãos de defesa do consumidor, com os reguladores e com o Poder Judiciário.

Comunicação **GRI G4-DMA Comunicações de Marketing**

O processo de comunicação – que pode ser compreendido por disciplinas como publicidade, promoções, patrocínios e eventos, entre outras – é uma das nossas principais formas de se relacionar e nos conectar com nossos *stakeholders*. A comunicação é uma ferramenta essencial para nosso negócio, pois contribui para a satisfação de nossos clientes, aumenta nossos resultados financeiros e fortalece a reputação de nossa empresa. Assim, fortalecemos o valor da nossa marca e garantimos a perenidade dos nossos negócios.

Para gerenciar riscos associados à comercialização de nossos produtos e à disseminação dos nossos serviços bancários, operamos guiados pelo Código de Ética Itaú Unibanco, Política Setorial de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e outras políticas internas que padronizam os processos de marketing. Trata-se de políticas internas relacionadas à gestão de nossa marca e à forma como desenvolvemos a comunicação com nossos colaboradores e os vários públicos com os quais fazemos negócios.

Desenvolvemos nossas ações de comunicação respeitando às normas e regulamentações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). Em 2015, não identificamos nenhum caso de não conformidade com os códigos de comunicação de marketing e não tivemos nenhum caso de Ação Cível Pública. **GRI G4-PR7**

Os impactos que nossas ações de comunicação podem exercer sobre a nossa marca e sobre a nossa empresa é gerenciado por meio de mecanismos de monitoramento. Entre todas ferramentas que utilizamos para mensurar e mapear esses impactos, incluem-se pesquisas de satisfação de clientes, pesquisas de pré-teste e pós-teste em nossas campanhas para analisar o desempenho de comunicação, o monitoramento da quantidade de interações e visualizações das nossas campanhas nas mídias sociais e em nossos canais proprietários e, finalmente, o monitoramento do sentimento das pessoas nas nossas redes sociais no período das nossas campanhas.

Os resultados obtidos com esses mecanismos de monitoramento são analisados em comitês internos a nível de diretoria. Com base nessas análises e discussões, é possível corrigir rotas inadequadas, fortalecer ações de comunicação e observar claramente o quanto nosso processo de comunicação é capaz de impactar positivamente os nossos resultados financeiros.

Comunicação Transparente

GRI G4-DMA Rotulagem de Produtos e Serviços (antigo FS15)

O propósito desta iniciativa é aprimorar nossa comunicação com o cliente, sendo o mais objetivo possível no esclarecimento de preços, taxas, características e condições de produtos e serviços. Em 2014, concluímos um estudo sobre os problemas gerados aos clientes em função de uma comunicação pouco clara. Esse diagnóstico foi realizado por meio da análise de atendimentos, estudos e conversas com diretores, formadores de opinião e consumidores em geral.

A partir disso, estruturamos uma frente de trabalho para orientar a aplicação de diretrizes de transparência com os nossos negócios. Essa frente desenvolveu um guia com diretrizes gerais e sistematizou uma atuação dentro da governança de avaliação de produtos. O projeto foi implantado primeiramente nas peças de comunicação de produtos e serviços e, em seguida, apresentado para as centrais de atendimento, devendo ser expandido para as áreas de produtos e comercial.

Acessibilidade **GRI G4-FS14**

Desenvolvemos inúmeras iniciativas para promover a autonomia e o desenvolvimento econômico das pessoas com necessidades especiais.

Nas agências

- **Estacionamento:** com vagas mais amplas e demarcadas;
- **Rampas e/ou elevadores** que facilitam o acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- **Pavimentação tátil** para orientar pessoas com deficiência visual até ao primeiro ponto de atendimento ou ao terminal de autoatendimento acessível;
- **Assentos preferenciais** próximos aos guichês das caixas para idosos, grávidas, lactantes e pessoas com deficiência;
- **Colaboradores treinados** para o relacionamento com as pessoas com deficiência, dentro do princípio de absoluta naturalidade;
- **Guichês de caixa** adaptados a serviços prioritários;
- **Banheiros adaptados;**
- Carta senhas e fatura do cartão de crédito escritos em braile ou com letras grandes;
- Extratos das contas em braile ou com letras grandes, solicitadas na agência quando da abertura da conta, a serem recebidas no endereço de correspondência; e
- Mesa de serviços prioritários (terminal híbrido).

Nos terminais de caixa

As nossas agências contam com terminais de caixa eletrônico que seguem os preceitos de um caixa universal, conforme determinado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esses terminais proporcionam o uso autônomo e seguro para qualquer pessoa, não importando seu grau de mobilidade ou limitações de percepção.

No caso de portadores de deficiência visual, o banco disponibiliza navegação orientada por comando de voz com fones de ouvido conectados ao terminal Itaú. Caso necessário, contamos com colaboradores treinados disponíveis para informar aos clientes qual o suporte que podem utilizar, dependendo de suas necessidades.

Por telefone

Para portadores de deficiência auditiva, oferecemos um serviço de atendimento pela central do “Fale conosco” que por meio de um equipamento chamado TDD é possível enviar e receber mensagens de texto com o cliente. Serviços disponíveis:

- Saldo de contas corrente e de poupança;
- Lançamentos recentes;
- Posição de investimentos;
- Informações; e
- Reclamações e sugestões sobre produtos e serviços.

Na internet

O Itaú na internet foi adaptado para ser acessado por meio de um programa de sintetizador de voz instalado no computador do cliente, que captura e transforma as informações da conta do cliente em respostas audíveis. Serviços disponíveis:

- Saldo de contas corrente e de poupança;
- Lançamentos recentes; e
- Condições Gerais da Conta e Serviços Universais do Itaú, disponíveis em formato PDF, áudio e vídeo.

Dispositivos

Também disponibilizamos acesso aos nossos serviços por meio de versões especiais de aplicativos para tablets e celulares (iOS, Android) para deficientes visuais. Serviços disponíveis para pessoas físicas e empresas:

- Tokpag;
- Itaucard.

Segurança da Informação

GRI G4-DMA Privacidade do Cliente

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes nas operações. O objetivo da Política Corporativa de Segurança da Informação é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção da organização, dos clientes e do público em geral.

Para assegurar que as informações tratadas estejam adequadamente protegidas, adotamos os seguintes processos: gestão de ativos, classificação da informação e gestão de acessos; gestão de riscos para análise de vulnerabilidades, ameaças e impactos sobre os ativos de informação; tratamento de incidentes de segurança da informação; programas de conscientização; avaliação independente da auditoria e governança específica para áreas críticas (tecnologia, áreas de negócio e unidades internacionais). Além disso, também avaliamos os riscos envolvidos em produtos e serviços novos ou

revisados e, uma vez identificado o risco, emitimos pareceres de segurança e acompanhamos a implementação sugerida. Nosso Centro de Operação de Segurança (SOC) funciona 24 horas por dia, sete dias por semana e monitora nossa operação para minimizar o risco de um eventual incidente de segurança.

As principais iniciativas realizadas em 2015 foram:

- *E-learning* sobre o tema (14.179 colaboradores treinados em 2015);
- Implantação de campanhas ao longo do ano;
- Realização de palestras para aprofundamento do tema junto à áreas executivas e novos colaboradores (4.367 treinados em 2015);
- Realização de palestras para aprofundamento do tema junto a áreas internacionais na Suíça, Lisboa, Londres, Miami, Bahamas, OCA Uruguai e Chile (1.826 treinados até dez/2015); e
- Em 2014, criação e publicação no portal corporativo da nova Política de Governança de Segurança da Informação.

Prevenção à Fraude **GRI G4-DMA Combate à corrupção**

O Itaú Unibanco possui uma série de medidas, normas, políticas e programas de conscientização e treinamento para a prevenção à fraude, com as melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

As principais iniciativas realizadas em 2015 foram:

- **Prevenção à Fraude:**
 - Realização de treinamentos sobre o tema para gestores das áreas Operacional e Comercial ao longo do ano (1.531 treinados em 2015);
 - Inclusão nos programas de treinamento de Prevenção à Fraude tanto do tema Combate à Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo quanto Prevenção à Corrupção (236 foram treinados em 2015);
 - Palestras e workshops para empresas-cliente (159 pessoas treinadas em 2015);
 - Palestras para participantes do programa Itaú Viver Mais, voltado a pessoas com mais de 55 anos (255 treinados em 2015);
 - Palestras para os supervisores das Centrais de Atendimento da Itaured Veículos (77 treinados em 2015); e
- **Cursos de *e-learning*:**
 - *E-learning* sobre Prevenção à Fraude e Engenharia Social/Aliciamento para atendentes do call center (1.056 treinados em 2015); e
 - *E-learning* sobre Prevenção de Fraudes em Seguro (150 treinados em 2015).
- **Canais digitais (mais de oito milhões de usuários do canal):**
 - Modelo matemático capaz de analisar o comportamento de clientes do *internet banking* e identificar rapidamente possíveis desvios em relação ao seu perfil; e
 - Quando o risco de fraude é detectado, a operação não é autorizada e o cliente é aconselhado a usar mecanismos de segurança adicionais.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro

GRI G4-DMA Combate à corrupção

Com o intuito de prevenir e combater atos ilícitos, dentre os quais a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Itaú Unibanco possui normas e procedimentos alinhadas com a legislação nº 9.613/98 atualizada pela legislação nº 12.683/12, com regulamentações estipuladas por órgãos regulatórios e com às melhores práticas nacionais e internacionais.

As principais iniciativas realizadas em 2015 foram:

- Novos cursos de *e-learning* sobre os procedimentos corporativos em relação à PLD e controles sobre transações em dinheiro;
- Novos tutoriais sobre diretrizes e procedimentos em relação ao Conheça o seu Cliente (KYC);
- Treinamentos presenciais para colaboradores de agências em áreas de fronteira/alto-risco, operações de câmbio, private banking e corretagem; e
- Campanha de conscientização corporativa sobre os riscos de lavagem de dinheiro, compostas de *e-mails*, bate-papos, protetores de tela, mensagens e vídeos via intranet.

Prevenção à Corrupção **GRI G4-DMA**

Combate à corrupção

O Itaú Unibanco proíbe a prática de oferecer ou aceitar vantagens indevidas de pessoas ou empresas públicas ou privadas em troca da realização ou omissão de atos inerentes às suas atribuições ou de facilitação de negócios.

As principais iniciativas realizadas em 2015 foram:

• Prevenção à Corrupção:

- Campanha de conscientização do tema para áreas executivas e unidades internacionais;
- E-learning para os colaboradores da Administração Central (29.560 treinados em 2015);
- Treinamento presencial para áreas de negócio (1.604 treinados em 2015);
- Treinamento corporativo para colaboradores na Suíça, Uruguay Bank, OCA Uruguay, Miami e Bahamas.

Privacidade do cliente

GRI G4-DMA Privacidade do cliente

A privacidade dos nossos clientes é um tema sensível, o qual tratamos com sigilo e rigor. Portanto, o número de queixas sobre quebra da privacidade de clientes é uma informação confidencial. **GRI G4-PR8**

Considerando o caráter sensível desta questão, estamos empenhados em garantir aos nossos clientes um ambiente seguro e confiável. Temos investido em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para impedir violações de privacidade de informação, com base em políticas e orientações que abrangem várias frentes de ação.

Exemplos de ações que existem em produtos e serviços são o desenvolvimento e a aplicação de dispositivos de segurança para autenticação e utilização dos canais eletrônicos e certificação de canais de acordo com os mais rígidos padrões de segurança e confiabilidade.

Outra medida existente que podemos citar é a proteção e preservação de informações confidenciais em suas várias formas, incluindo a encriptação do fluxo de informação na Internet.

Acionistas

Consulte a [seção Nosso Perfil](#), [item Nossas Ações](#) para obter mais detalhes sobre as nossas ações ordinárias e preferenciais e informações adicionais para o investidor.

Temos várias ações destinadas a engajar nossos acionistas, para saber mais sobre nosso compromisso com os acionistas, por favor consulte o item engajamento com *stakeholders* na página [A-178](#).

Distribuição do valor adicionado

GRI G4-EC1 | G4-DMA Desempenho Econômico

A distribuição do valor adicionado é uma referência contábil que nos permite ver como a geração de valor do banco é distribuída entre os seus diferentes públicos. O nosso valor adicionado, em relação à riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 44,53 bilhões em 2015. Esse resultado se refere ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para acionistas e governos.

2015 – Valor distribuído – R\$ 44,53 bilhões

Esfera	%
Pessoal	39,54
Reinvestimentos de lucros	44,90
Impostos, taxas e contribuição	-1,17
Pagamentos a acionistas	12,90
Remuneração de capitais de terceiros	2,89

2014 – Valor distribuído – R\$ 52,16 bilhões

Esfera	%
Pessoal	29,22
Reinvestimentos de lucros	32,73
Impostos, taxas e contribuição	26,54
Pagamentos a acionistas	8,59
Remuneração de capitais de terceiros	2,33

2013 – Valor distribuído – R\$ 41,9 bilhões

Esfera	%
Pessoal	33,3
Reinvestimentos de lucros	30,0
Impostos, taxas e contribuição	26,3
Pagamentos a acionistas	7,8
Remuneração de capitais de terceiros	2,6

Fornecedores **GRI G4-12 | G4-DMA**

Práticas de Compra | G4-DMA Avaliação Ambiental de Fornecedores | G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas | G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos | G4-DMA Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade

Nossa cadeia de suprimentos engloba os mais diversos segmentos – como Telecomunicações, Call Center, Transporte de Numerário e Valores, Pesquisas de Mercado, Mobiliário, Energia Elétrica, Treinamentos –, nos quais nosso relacionamento é pautado pela transparência, perenidade e construção de valor compartilhado.

Nos últimos cinco anos, tivemos cerca de 9 mil parceiros que forneceram bens ou serviços para o banco. Esta parceria é constituída por meio de um processo de



Acionistas



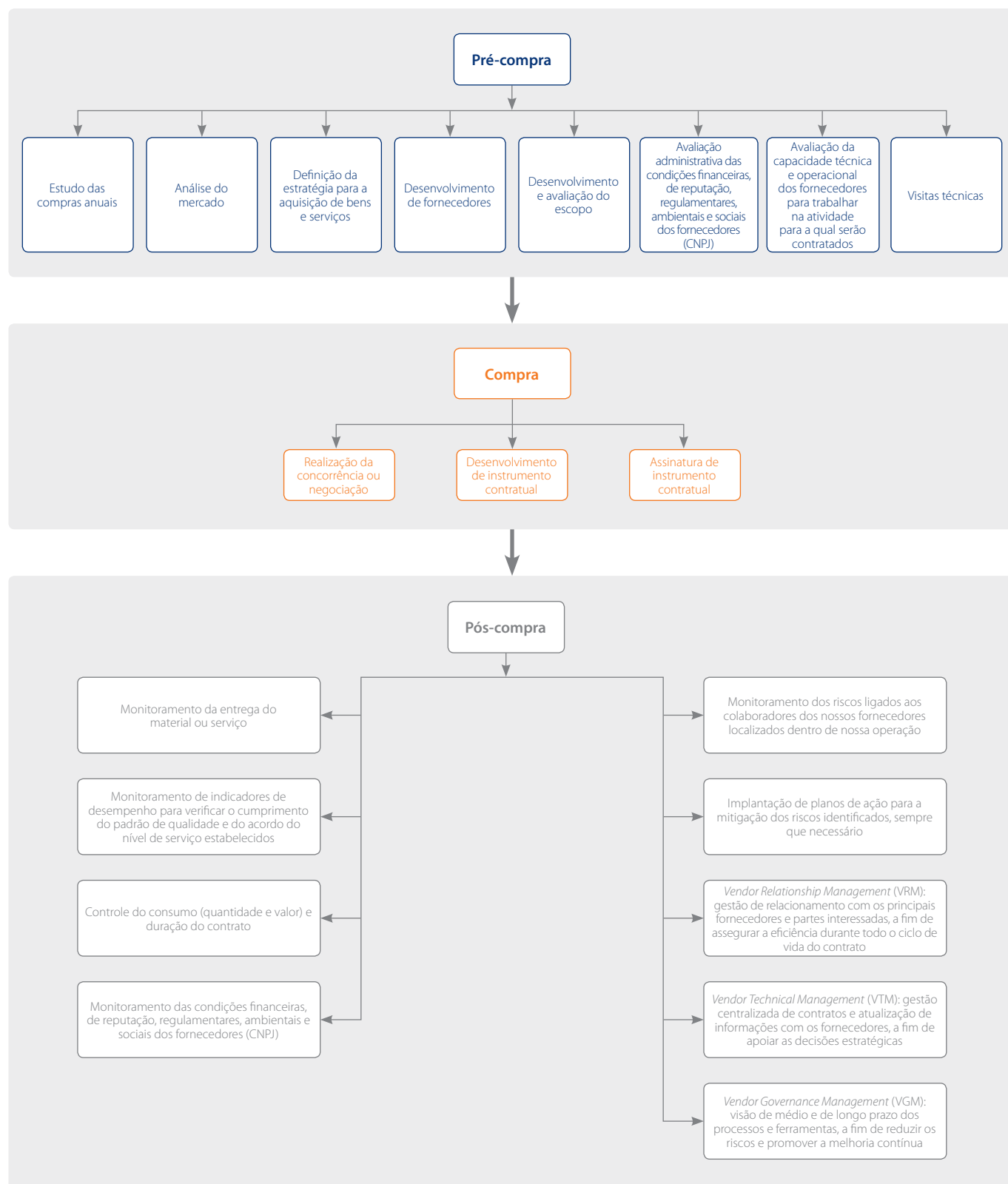
Fornecedores

contratação formal cujo objetivo é minimizar os possíveis impactos financeiros, de reputação, operacionais e legais durante a prestação do serviço ou após o término do contrato. Também trabalhamos para melhorar as práticas sustentáveis, bem como a conformidade com os princípios legais e éticos que devem reger as nossas relações comerciais.

Compras de bens e serviços

Nossa cadeia de suprimentos de bens e serviços é gerida de forma centralizada pela nossa área de Compras com o envolvimento das áreas de Contratação e Jurídicas entre outras áreas de apoio.

O modelo de operação da área de Compras permite o entendimento de cada mercado, a fim de identificar a estratégia de aquisição mais apropriada para cada tipo de negócio e assegurar relações consistentes com os fornecedores. As negociações conduzidas pela área de Compras seguem um processo de três etapas:



Avaliação de Fornecedores

GRI G4-HR11 | G4-SO10

Temos um processo estruturado para a avaliação de fornecedores, cuja função é a mitigação de riscos em nossa cadeia de suprimentos. Este processo começa com o acesso e registro do fornecedor no [site](#), onde a política de compras, responsabilidade socioambiental, código de ética, segurança da informação e das condições gerais aplicáveis à aquisição de bens e serviços são publicados para a conscientização e reconhecimento. Ao registrar-se no [site](#) ou participar de um processo de compras, o fornecedor adere a estas políticas de aceitação eletrônica.

Após o registro, essas empresas passam por um processo de avaliação técnica e administrativa que consiste em uma análise de aderência do fornecedor com as práticas de responsabilidade socioambiental, a conformidade com a legislação fiscal, tributária e trabalhista (regularidade dos certificados, licenças, pagamento de impostos, salários e contribuições) e o cumprimento de suas obrigações sociais por meio das mesmas ferramentas usadas para avaliar clientes (análise de crédito, endividamento com o mercado e fornecedores, Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PDL), fraude, a lei de combate à corrupção e outros julgados necessários). Ao passar por estes critérios e tendo sido aprovada, a empresa estará habilitada a participar em procedimentos de contratação.

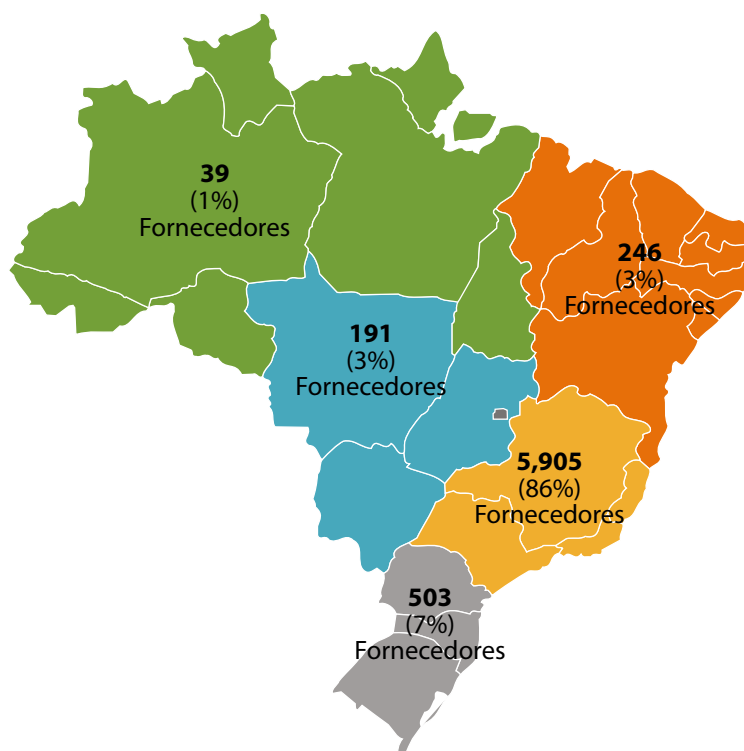
Em agosto de 2015, aperfeiçoamos os critérios para a avaliação administrativa de fornecedores e passamos a avaliar de forma específica as considerações dos riscos relacionados à categoria de produtos ou serviços fornecidos. Esta avaliação é baseada na matriz de risco de fornecedores que é composta pelos quatro pilares abaixo:

1. Reputacional/Regulatório: riscos do fornecedor e da estrutura corporativa relacionada à imagem, conformidade com a legislação em vigor, atos ilícitos, os direitos humanos (trabalho infantil, trabalho escravo) e impacto ambiental, entre outros;
2. Financeiro: risco relacionado com a saúde financeira do fornecedor;
3. Dependência: riscos relacionados com a dependência do banco em relação ao fornecedor para mitigar a possibilidade de uma ruptura na prestação de serviços ou fornecimento; e
4. Trabalhista: riscos relacionados com a prestação de serviços de trabalho intensivo.

A aprovação é válida até que a empresa deixe de cumprir os critérios de aprovação.

Os nossos fornecedores estão distribuídos por todas as regiões do Brasil, pois incentivamos a contratação de fornecedores locais, visando o desenvolvimento das regiões onde atuamos. **GRI G4-EC9**

	2015	2014	2013	Varição (%) 2015-2014	Varição (%) 2014-2013
Fornecedores aprovados (Brasil)	6.884	6.361	5.786	8,2	9,9
Novos fornecedores aprovados (Brasil)	778	652	847	19,3	(23,0)
Taxa de aprovação de fornecedores (% Brasil) GRI G4-EN32 G4-LA14 G4-HR10 G4-SO9	90,9	96,3	89,9	(5,6)	7,1
Compras de fornecedores locais – dentro do mesmo estado (% Brasil) GRI G4-EC9	75,1	76,7	77,4	(2,1)	(0,9)
Compras de fornecedores locais – Empresas brasileiras (%) GRI G4-EC9	98,2	99,5	98,9	(1,3)	0,6



Dentre as categorias com maior número de fornecedores, destacamos a de Manutenção, Obras e Patrimônio, que atendem os polos e agências espalhados por todo o País.

Categoria	%
Manutenção, Obras e Patrimônio	42,83
TI	11,43
Despesas Gerais	10,17
Marketing	9,45
Despesas Operacionais	7,06
Despesas Jurídicas	6,00
Treinamentos e Benefícios	5,57
Segurança	2,33
Telecomunicações	1,94
Correios, Insumos de Cartão e Cheque	1,32
Despesas Comerciais	0,68
Call Center	0,61
Assessoria e Consultoria	0,48
Transporte de Numerário	0,13
Total Geral	100,0



Formalização contratual, violações e penalidades

Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões socioambientais – como obrigações trabalhistas, normas de segurança e saúde ocupacionais, aderência à legislação ambiental, responsabilidade por danos e segurança da informação – as quais são aplicáveis aos nossos fornecedores e à sua cadeia de suprimentos. No caso de serem identificadas irregularidades, serão aplicadas penalidades, podendo acarretar em um plano de ação para auxiliar o fornecedor na resolução do problema ou, em determinadas situações, na suspensão ou rescisão do respectivo contrato.

Monitoramento

GRI G4-EN33 | G4-LA15 | G4-HR11 | G4-SO10

Em agosto de 2015, também iniciamos o monitoramento, em base mensal, dos fornecedores aprovados na avaliação administrativa com foco específico, considerando os riscos da categoria de produtos ou serviços fornecidos. Os critérios de monitoramento são os mesmos que os utilizados no processo de avaliação administrativa (socioambiental e governança corporativa), tendo como objetivo verificar a manutenção da condição inicial e, caso sejam identificados fatos relevantes, os fornecedores poderão ter seus contratos encerrados.

Temos um modelo de governança (Gestão de Fornecedores) aplicado especificamente aos fornecedores de desenvolvimento de *software*. O modelo é dividido em Governança, Relacionamento e Gestão Técnica. Isso permite ao Itaú uma visão do ciclo de vida do negócio, o ganho de valor, controle de custos, excelência no atendimento e redução de riscos. Pretendemos implementar esse modelo para outras categorias de compras em 2016.

Realizamos periodicamente auditorias independentes anunciadas e semi-anunciadas dos nossos fornecedores críticos (nível 1) e seus respectivos fornecedores (nível 2) com o objetivo de avaliar os riscos em toda a nossa cadeia de suprimentos, bem como entrevistas com colaboradores de terceiros que visam identificar não conformidades relacionadas com as mesmas questões verificadas nas auditorias: Socioambiental, Saúde e Segurança, Direitos Humanos e Gestão da Cadeia de Suprimentos. Com base nas auditorias efetuadas em 2014, 94% geraram um plano de ação. Em 2015, essas empresas passaram por outra auditoria e verificou-se uma evolução de 79% nos planos de ação gerados.

Transparência GRI G4-57 | G4-58

Proporcionamos aos nossos fornecedores canais de comunicação por meio dos quais é possível dar sugestões, fazer perguntas e comunicar qualquer tipo de violação ou conduta indevida (inclusive para questões de natureza socioambiental).

Acreditamos que, para garantir o crescimento sustentável de nossa cadeia de suprimentos, devemos desenvolver práticas contínuas para o desenvolvimento conjunto com os nossos fornecedores e suas cadeias de suprimentos. Neste sentido, nosso *site* mostra as ações que encaramos como [boas práticas socioambientais](#), bem como o nosso [Código de Ética](#).

Além disso, semestralmente encaminhamos as mesmas recomendações, através de uma declaração formal por e-mail, a todos os fornecedores do banco.

Treinamento GRI G4-26

Treinamos os nossos fornecedores e colaboradores para promover o desenvolvimento e fortalecer o comprometimento com nossa cultura, reconhecendo boas práticas relacionadas à mitigação de riscos e debatendo oportunidades para melhorar a eficiência de nossas operações.

Em 2015 realizamos nosso primeiro *Workshop* de Sustentabilidade para o 2º nível da cadeia de suprimentos. Neste encontro, exploramos a sustentabilidade dentro do Itaú e divulgamos as melhores práticas realizadas pelo banco e seus fornecedores.

Por meio da nossa parceria com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), e a partir de um programa realizado com a empresa de consultoria Ernst & Young, promovemos o Treinamento em Compras Sustentáveis com os colaboradores das áreas de compras e gestão de contratos.

Participamos também da quarta edição do programa de Gestão de Carbono na Cadeia de Valor do CEBDS, o qual elevou a conscientização de nossos fornecedores sobre a questão das mudanças climáticas e os treinou na avaliação dos efeitos dos gases do efeito estufa em sua cadeia de suprimentos por meio da ferramenta GHG *Protocol*.

Em 2015, a Equipe de Integridade Corporativa do Itaú Unibanco desenvolveu um treinamento sobre a Prevenção de Atos Ilegais para os nossos fornecedores. Neste encontro foram abordados os seguintes temas: Prevenção à Corrupção, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção à Fraude e Ética.

94%

das auditorias em 2014 geraram planos de ação, dos quais:

31%

Concluídos

48%

Parcialmente concluídos⁵

21%

Sem progresso

5. 25% concluído em mais de 50% do plano de ação e 23% concluído em menos de 50% do plano de ação.

Com foco na melhora contínua, a área de compras participou de cinco processos de Kaizen em 2015. Dois deles foram focados na redução da exposição ao risco fornecedor e os outros três processos destinados a melhorar os indicadores de desempenho nas categorias de telecomunicações, limpeza e de agência de publicidade. Os processos Kaizen são adaptados para o mercado financeiro e foram conduzidos por consultores japoneses especializados na metodologia.

Todas essas ações foram acompanhadas por 278 participantes, dos quais 172 eram fornecedores (níveis 1 e 2), os quais representam 36% dos nossos fornecedores contratados, e 106 eram colaboradores do banco (áreas de compras e gestão de contratos).

Além disso, sempre participamos de fóruns e sessões de treinamento promovidos por outras entidades, quer como participantes (Women Vendors Exhibition e Forum – International Trade Center Brazil, Evento

Anual do Programa Brasileiro GHG Protocol – GVCES, Cadeias de Suprimentos Sustentáveis – DNV, Sustentabilidade 2015 – CEBDS, Fórum ISE 10 Anos – Índice de Sustentabilidade Empresarial, II Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo – Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) ou como palestrantes (Webinar Estratégias de sustentabilidade X Impacto na Cadeia de Suprimentos, web conference realizada em parceria com a DNV e Gestão de Carbono na Cadeia de Valor, treinamento realizado em parceria com CEBDS).

Resultados alcançados e desafios

A área de compras contribui de maneira significativa para a redução de custos e otimização de recursos por meio de ações como parcerias com nossos fornecedores, inovações em nossa cadeia de suprimentos, desenvolvimento de novos fornecedores, consolidação de volumes, reconfiguração da cadeia de valores, revisão de especificações, iniciativas de renegociação de contratos, gerenciamento de consumo, melhoria de processos e avaliação de ganhos socioambientais.

Em 2015 finalizamos a implantação do novo sistema de ERP para aprimoramento de gestão e controle das contratações e pagamentos e começamos a utilizar a telemetria por celular responsável pelo monitoramento tempestivo dos indicadores da operação.

GRI G4-EC9

	2015	2014	2013	Variação (%) 2015-2014	Variação (%) 2014-2013
Número de processos de compras	13.218	10.740	11.681	23,1	(8,1)
Montante total de compras (R\$ bilhões)	9,0	11,0	11,7	(18,2)	(6,0)

Em 2013, estabelecemos um plano de metas de médio e longo prazo (2015 e 2020, respectivamente), disseminando as responsabilidades e as ações necessárias para enfrentar o desafio de implantar ações de engajamento e de mitigação de riscos com maior transparência na divulgação de indicadores de operações e fornecedores.

Cumprimos nosso objetivo de monitorar, em base mensal, todos os fornecedores aprovados no processo de aprovação administrativa, assim garantindo um melhor controle sobre o risco em nossa cadeia de suprimentos. Incluímos, também, no processo de mitigação de risco, o segundo nível da nossa cadeia de suprimentos, que, como no primeiro nível,

participaram da pesquisa socioambiental, com a qual fomos capazes de mapear os riscos e elaborar planos de melhoria a serem monitorados nos próximos anos.

Além da realização de diversos fóruns e sessões de treinamento, também elevamos a conscientização de nossos fornecedores sobre as recomendações de sustentabilidade, as quais são divulgadas em nosso site e enviadas a cada seis meses para todos os nossos fornecedores.

Estamos aperfeiçoando cada vez mais os nossos processos de auditorias externas dos fornecedores e de estabelecimento de indicadores relacionados com a evolução das empresas avaliadas ao longo dos anos.

Por meio do engajamento de toda a nossa equipe, obtido por intermédio das ações realizadas desde 2013, fomos capazes de incluir, em 2015, os objetivos específicos de sustentabilidade na definição de metas pelo Conselho Executivo de Compras. Acreditamos que este será o principal mecanismo para melhorar ainda mais a gestão de nossa cadeia de suprimentos e, finalmente, alcançar os nossos objetivos para 2020.

Composição das metas avaliadas em 2015:

Indicador	Metas de 2015	Resultados de 2015	Metas de 2020
Monitoramento de risco associado a fornecedores (com recorrência igual ou menor que seis meses)	Fornecedores que representam 70% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição	100% do montante gasto	Fornecedores que representam 90% do montante gasto nos 12 meses anteriores
Avaliação do risco na cadeia de suprimentos (contratados por nossos fornecedores em processos críticos)	Fornecedores que representam 15% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas	9,5% do montante gasto	Fornecedores que representam 30% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas
% de fornecedores em risco, identificados por meio de pesquisa socioambiental detalhada	Fornecedores que representam 50% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas	49% do montante gasto com todas as categorias independentes da criticidade	Fornecedores que representam 80% do montante gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas
Preparação e monitoramento de planos de ação com fornecedores em risco, identificados no programa RFI e nas auditorias no local	- Preparação do plano: 100% - Monitoramento: 20% (casos críticos)	- Preparação do plano: 100% - Monitoramento: 53% (casos críticos)	- Preparação do plano: 100% - Monitoramento: 30% (casos críticos)
Recomendações para fornecedores sobre a prática: - Contratação de empresas locais, com foco em pequenas e médias empresas - Avaliação, treinamento e emprego de pessoas com deficiências - Participação ativa em uma pauta de desenvolvimento - Práticas para combater o trabalho escravo, o trabalho infantil, a corrupção e a prostituição	100%	Recomendações enviadas por e-mail para os fornecedores e inseridas no site	100%
Engajamento de fornecedores (debates específicos, interação relatada em programas de desenvolvimento)	Com nossos fornecedores de níveis 1 e 2	Realizamos fóruns de sustentabilidade com fornecedores de níveis 1 e 2 sobre temas como a sustentabilidade dentro do Itaú, práticas de compras sustentáveis e prevenção a atos ilícitos	Com nossos fornecedores de níveis 1 e 2
Condução de auditorias no local (% das auditorias)	90% anunciadas; 10% não anunciadas/semianunciadas	87% anunciadas; 13% não anunciadas/semianunciadas Realizadas por empresa independente	80% anunciadas; 20% não anunciadas/semianunciadas
Engajamento de pauta interna na sustentabilidade (nas áreas de compras e de gestão técnica)	Stakeholders que trabalham com 50% do montante gasto por ano em categorias críticas	100% do montante gasto Foi realizado um Fórum de Compras Sustentáveis com representantes de todas as áreas de Compras	Stakeholders que trabalham com 80% do montante gasto por ano em categorias críticas
Divulgação de indicadores sobre contratação de fornecedores (exemplo: certificados, melhores práticas, emissão de gases e outros)	Indicadores de fornecedores de nível 1	Indicadores de fornecedores de níveis 1 e 2 (apresentados neste documento)	Indicadores de fornecedores de nível 2

Segundo os processos descritos neste documento procuramos evitar potenciais impactos em nossa cadeia de valor. Entre eles destacamos: **GRI G4-EN33 | G4-LA15 | G4-HR11 | G4-SO10**

- Impactos ambientais variados, impactos relacionados a práticas trabalhistas ilegais, tais como trabalho infantil, trabalho forçado, trabalho escravo, condições de trabalho inadequadas e o impacto dos direitos humanos, todos considerados no processo de aprovação; e
- Impactos na sociedade, os quais são mitigados por meio da contratação de fornecedores comprometidos, que por sua vez ajudam a promover práticas responsáveis e éticas no mercado, colaborando assim com a sociedade.



Sociedade

Sociedade

A nossa estratégia está relacionada às ações de desenvolvimento social, tais como educação financeira, cultura e mobilidade urbana, levadas para todas as comunidades nas quais temos operações. Essas mesmas ações são estendidas para a imprensa, os formadores de opinião, o mercado e várias organizações sociais. Também trabalhamos

em conjunto com o Poder Público, em seus diversos níveis, para aprimorar os modelos de políticas públicas nos diversos países onde operamos.

Comunidade

GRI G4-26 | G4-EC1 | G4-DMA Comunidades locais

Contamos com um programa para identificação das necessidades e oportunidades nas regiões onde possuímos polos operacionais. Esse processo nos permitiu estudar formas de atuação, em conjunto com lideranças comunitárias e o Poder Público, para melhoria da qualidade de vida nas áreas do entorno dos nossos centros administrativos.

Participamos de debates com as comunidades do entorno do Centro Empresarial, no bairro do Jabaquara, e do Centro Técnico Operacional, no bairro da Mooca, em São Paulo.

Principais atividades em 2015:

- Apoio às festas de aniversário dos bairros de Jabaquara e da Mooca e também à Árvore de Natal na Mooca;
- Iniciamos a melhora da estrutura de vendedores ambulantes próximos ao Centro Empresarial no Jabaquara; e
- Implementamos o programa Itaú Viver Mais no Parque da Mooca, próximo ao Centro Técnico Operacional.

Também somos responsáveis pela manutenção de espaços públicos, tais como a Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha e o Parque Lina e Paulo Raia, próximos à sede administrativa do banco, e a Passarela Verde, no bairro de Pinheiros. Essa passarela passou por uma revitalização com base em conceitos sustentáveis, como o uso de telhados verdes, pisos de borracha reciclada para deficientes visuais e elevadores que garantem a mobilidade para pessoas com necessidades especiais. Primeiro projeto do tipo na cidade, a manutenção da passarela foi feita por meio de uma parceria firmada entre a prefeitura de São Paulo e o banco.

Promovemos ainda várias iniciativas em Mogi Mirim (São Paulo), onde nosso Centro de Operações Técnicas iniciou seu funcionamento este ano. Trabalhamos em conjunto com representantes da comunidade no apoio a iniciativas locais, como a Banda Lyra, uma orquestra local, e eventos realizados na FATEC (Instituto de Tecnologia, a faculdade mais importante da cidade), a projetos em um hospital local - Santa Casa de Mogi Mirim, realizamos a doação de equipamentos de ginástica para idosos em 2013 e apoiamos de festas infantis com jogos e outras atividades na Associação Sol Nascente. Doamos para o município equipamentos para o controle e o combate à dengue na cidade e, finalmente, organizamos dois workshops com a comunidade sobre o uso racional do dinheiro, organizados por voluntários do banco.

Além disso, aumentamos nossas ações no apoio às comunidades brasileiras em situação de emergência, como nos desastres ambientais em Mariana (Minas Gerais), a tempestade de vento em Foz do Iguaçu (Paraná), o tornado em Xanxerê (Santa Catarina), inundações em Rio Branco (Acre) e alagamentos em Salvador (Bahia). Fazemos doações de itens de emergência, como água potável, cestas básicas e materiais de construção.

Participação em associações **GRI G4-16**

Buscamos contribuir para o desenvolvimento da sociedade e dos mercados por meio de uma relação de confiança e cooperação, trabalhando em conjunto com entidades, como:

Entidade	Filiação	Patrocínio
Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima)	X	
Associação Brasileira de Bancos (ABBC)	X	
Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI)	X	
Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)	X	
Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente (ABRAREC)	X	
Associação Paulista Viva	X	
Associação Viva o Centro	X	
Bay Brasil	X	
Brasil Investimentos e Negócios (BRAIN)	X	
Câmara Americana de Comércio (Amcham)	X	
Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB)	X	
Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil	X	
Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)	X	
Fórum Interamericano da Microempresa (Foromic) – Banco Interamericano de Desenvolvimento		X
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)	X	
Conselho Empresarial Brasil-China	X	
Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)	X	
Fundação ABRINQ	X	
Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF)	X	
Instituto de Finanças Internacionais (IIF)	X	
Grupo de Líderes Empresariais (LIDE)	X	
Sociedade Rural Brasileira (SRB)	X	
Instituto Akatu – Consumo consciente para um futuro sustentável	X	
Fundação Dom Cabral		X
Instituto Ethos	X	
Conferência Ethos		X
Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – InPacto	X	
Integrare – Centro de Integração de Negócios	X	
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - RS) – Estúdio de Finanças		X
Conselho Nacional do Idoso	X	
Guia de Economia Comportamental		X
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Empresas pelo Clima		X
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Núcleo de Finanças Comportamentais		X
Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Formação Integrada para Sustentabilidade		X
<i>Sustainability – Engaging Stakeholders Network</i>	X	
Plataforma Liderança Sustentável – 2015		X
Rede Mulher Empreendedora – Fórum Empreendedoras		X
<i>Global Bank Alliance for Women – GBA</i>	X	
<i>Global Bank Alliance for Women – GBA Summit</i>		X
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	X	
Da Visão 2050 à Ação 2020 (Ano 2) – CEBDS		X
<i>Sustainable Brands Rio 2015 – Rede brasileira</i>		X
TEDx Women		X
Novos Urbanos – Laboratório de Inovação Social em Comportamento de Consumo		X
Fórum BM&FBOVESPA ISE 10 anos		X
<i>International Integrated Reporting Council IIRC</i>	X	X
Alternativas Cidades Sustentáveis (<i>Alternative Low Carbon Sustainable Cities</i>) – Rede WWF		X
Global Compact – Comitê Brasileiro do Pacto Global	X	
Global Compact – Brazilian Committee of the Global Compact	X	

Na tabela a seguir, relacionamos alguns dos princípios e compromissos voluntários que, juntamente com nossas políticas internas, fundamentam nossa gestão, permitindo que esses temas permeiem todas as áreas do banco e as relações diretas com todos os nossos *stakeholders*.

GRI G4-15

Princípios

Accession Date	Data de adesão	País de atuação
Pacto Global	2003	Global
Global Reporting Initiative (GRI)	2004	Global
Princípios do Equador III	2004	Global
Carbon Disclosure Program (CDP)	2005	Global
Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	2008	Brasil
GHG Protocol – Programa brasileiro	2008	Brasil
Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	2008	Global
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – (UNEP FI)	2008	Global
Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente	2012	Brasil
Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva (RIO+20)	2012	Brasil
International Integrated Reporting Council (IIRC)	2012	Global
Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI)	2012	Global
Pacto pelo Esporte	2015	Brasil

Imprensa

Com a missão de liderar a gestão da reputação do Itaú Unibanco, a área de Comunicação Corporativa foca seus esforços em ações que contribuem para a visão do banco – “ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes” –, trabalhando continuamente para assegurar o alinhamento entre o discurso e a prática. Justamente por sermos um banco cada vez mais sustentável é que precisamos manter uma relação aberta e transparente com os formadores de opinião em geral.

Para implementar essa estratégia, o banco pesquisou as percepções e expectativas de seus principais *stakeholders* – academia, imprensa, instituições de relações de consumo, ONGs e mercado financeiro. O resultado tem sido instrumental para o aprimoramento das ações da área a serem executadas ao longo do ano, reduzindo o risco reputacional e criando oportunidades para o engajamento desses *stakeholders*.

Em 2015, apoiamos uma série de discussões com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Uma das estratégias mais bem-sucedidas nesse sentido é a realização de encontros e *workshops* para exposição de informações relevantes para a compreensão do setor financeiro em um mundo globalizado. Em um desdobramento do mesmo tema, foram promovidos eventos que trataram de questões, como educação financeira, sustentabilidade, mobilidade urbana e incentivo à leitura.

Como parte de nossa contribuição para sermos um banco cada vez mais digital, a Comunicação Corporativa participou no desenvolvimento de projetos, como o Data Center de Mogi Mirim e o Cubo, uma iniciativa pioneira no setor de empreendedorismo tecnológico. Novamente, em linha com o objetivo de internacionalização do Itaú Unibanco, a área teve papel relevante na governança da comunicação entre a matriz e os países da América Latina. Um bom exemplo foi a atuação na recente fusão do Banco Itaú Chile com o chileno CorpBanca, quando colaboramos com pauta de engajamento de diferentes *stakeholders* no exterior.

Além dessas iniciativas proativas, a área de Comunicação Corporativa trabalha com um escopo reativo em relação às demandas da imprensa. No ano passado, respondemos jornalistas dos principais veículos de mídia, sendo que alguns foram também recebidos por executivos do banco com o objetivo de destacar os projetos e as ações de nossa organização. Esses encontros foram fundamentais para a aproximação e melhoria do diálogo e ampliação da transparência com nossos vários *stakeholders*. Contamos com porta-vozes do banco autorizados a falar com a imprensa e que recebem treinamento contínuo da área de Comunicação Corporativa. Novos ciclos de treinamento são realizados sob demanda, na medida em que novos executivos são nomeados porta-vozes.

A CDN, agência de comunicação focada na construção e fortalecimento de imagem e reputação, é a responsável por monitorar a exposição do Itaú Unibanco na imprensa nacional e internacional por meio de auditoria de imagem. Com base em informações analisadas nos âmbitos quantitativo e qualitativo, chega-se ao Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM), indicador que é acompanhado mensalmente. Em 2015, o Itaú Unibanco respondeu por 36,8% da exposição positiva do setor financeiro na mídia impressa nacional.

Desde 2008, a reputação do Itaú Unibanco é monitorada visando à identificação e à administração dos riscos e oportunidades reputacionais. Esse processo é conduzido anualmente por meio do estudo *RepTrak® DeepDive*, em parceria com o Reputation Institute (RI). Uma unidade estratégica dedicada ao tema foi instalada para monitoramento dos *stakeholders* considerados prioridade para o banco. Na prática, os resultados do estudo influenciam não apenas os processos da área de Comunicação Corporativa, mas também os debates com as áreas relacionadas diretamente com esses nossos *stakeholders*. Os dados levantados são para uso interno e, juntamente com o IQEM, funcionam como ferramenta de apoio para o plano de comunicação estratégica e o estabelecimento de metas de desempenho, permitindo a avaliação dos resultados das iniciativas da área.

O Departamento de Comunicação Corporativa concentra seus esforços em ações que contribuam para a realização da visão do banco, trabalhando continuamente para garantir o alinhamento entre discurso e prática. Ao intensificar a participação dos *stakeholders*, nós abraçamos nosso papel como agente de mudança responsável na sociedade.

Governo GRI G4-26 | G4-EC1 | G4-DMA

Desempenho Econômico | G4-DMA Políticas Públicas

Procuramos trabalhar em estreita colaboração com o Poder Público em todos os níveis de governo, nos países em que atuamos. Nossa intenção é formar parcerias que possam beneficiar a sociedade. Nosso trabalho é orientado pela ética e pela transparência, com o objetivo de fornecer às autoridades informações consistentes que permitam a avaliação adequada das questões que podem envolver nosso negócio ou as causas que apoiamos.

Em nível federal no Brasil: **GRI G4-15**

- Estamos acompanhando o progresso de mais de 1.300 projetos de lei no Congresso;
- Realizamos visitas a mais de 100 legisladores e gestores públicos com participação significativa em áreas como segurança, direitos do consumidor, mobilidade urbana, mediação judicial, questões fiscais e o Marco Civil da internet;
- Com o Poder Executivo: parcerias com os Ministérios das Cidades, da Saúde, do Esporte, da Ciência e Tecnologia, da Justiça e dos Transportes;
- Agimos de acordo com a campanha nacional Pacto pela Vida, anunciada por meio dos nossos canais de comunicação;
- Como parceiros do Ministério da Saúde, anunciamos em nossos canais de comunicação várias campanhas relacionadas à saúde (doação de órgãos, conscientização sobre o câncer de mama, vacinas contra o HPV e doação de sangue);
- Também apoiamos o programa Ciência sem Fronteiras; e
- Promovemos melhorias no sistema de tecnologia do Ministério da Justiça e no programa de modernização da Administração Pública do Ministério dos Transportes, como patrocinadores.

Nos níveis estadual e municipal no Brasil:

- Acompanhamos de perto as discussões sobre mais de 3 mil projetos de lei, como nos seguintes temas: segurança das operações bancárias, direitos do consumidor, impostos e mobilidade urbana;
- Atuamos em conjunto com o Conselho da Cidade de Mogi Mirim, no Estado de São Paulo, para detalhar a construção do nosso novo Data Center, compreender as demandas do governo local, da comunidade e da Procuradoria-Geral, e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Mogi Mirim. Entre outras ações, em 2014 doamos bicicletários e kits de segurança para os ciclistas;

- Comprometemo-nos com o gerenciamento do Auditório Ibirapuera na cidade de São Paulo, com o apoio do Instituto Itaú Cultural; e
- Também realizamos a 9ª edição da Gincana da Solidariedade, que incentiva nossos funcionários a doar roupas, sapatos, cobertores e produtos de higiene pessoal. Em 2015, aproximadamente 189 mil quilos desses produtos foram doados para ONGs ou departamentos municipais de desenvolvimento social. Além disso, o banco doou aproximadamente 51 mil cobertores e lençóis para ONGs das cidades que participaram da gincana.

Campanhas políticas e doações GRI G4-SO6

Todas as doações feitas por nosso grupo e relacionadas às eleições políticas estão em conformidade com as leis e os regulamentos brasileiros, são devidamente registradas e seguem nossa Política de Doações Para Campanhas Políticas. As doações são feitas por meio de uma única entidade do nosso grupo, de forma a facilitar o controle e o respectivo processo é conduzido por um comitê de avaliação política composto de conselheiros e altos executivos, a fim de assegurar a transparência.

Em 2015, não foram realizadas eleições no Brasil.

Incentivos fiscais do governo

GRI G4-EC1 | G4-EC4

Em 2015, recebemos R\$ 197,9 milhões em incentivos fiscais, doações e patrocínios para eventos esportivos e extensão da licença maternidade.

Incentivos fiscais recebidos por categoria (R\$ milhões)	2013	2014	2015
Doações para financiamento dos direitos da criança e do adolescente	17,2	22,0	22,4
Lei Rouanet de apoio à cultura	84,1	107,2	87,0
Patrocínios esportivos	17,3	21,0	22,4
Atividades audiovisuais	0,0	4,0	0,8
Outros (*)	26,9	57,8	65,3
Total	145,6	212,0	197,9

(*) Os dados referem-se ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS), ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e ao Estatuto do Idoso.

Além desses, tivemos R\$ 5,2 milhões usufruídos como incentivo fiscal devido a programas firmados em acordo coletivo:

Incentivos fiscais recebidos por categoria (R\$ milhões)	2013	2014	2015
Programa de vale-alimentação para funcionários	5,5	4,8	4,3
Prolongamento da licença-maternidade	1,2	1,2	0,9
Total	6,7	6,0	5,2

Nossas causas GRI G4-EC1 | G4-DMA Comunidades Locais

Investimento Social Privado GRI G4-DMA Desempenho Econômico

Nossos investimentos na área social – especialmente aqueles voltados para melhorias nas áreas da educação, saúde, cultura, esportes e mobilidade urbana – estão alinhados ao objetivo da instituição de transformar o mundo das pessoas para melhor.

Em 2015, investimos R\$ 547,6 milhões em projetos, tanto por meio de leis de incentivo (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte) quanto por doações e patrocínios realizados pelo Itaú Unibanco, contribuindo para projetos voltados às áreas de educação, saúde, cultura, esportes e mobilidade.

colaboradores do Itaú – e da sociedade em geral – por meio da cultura de voluntariado e da avaliação sistematizada do impacto de projetos e políticas sociais. Suas operações sempre se baseiam em parcerias com governos, empresas e ONGs, para promover um maior entendimento e cooperação voltados às políticas públicas e aumentar o potencial desses diversos stakeholders em torno de uma meta comum.

Em 31 de dezembro de 2015		
Patrocínio	Valor (R\$ milhões)	Número de projetos
Não Incentivados		
Educação	188,8	170
Cultura	77,6	6
Esportes ¹	6,0	4
Mobilidade urbana	69,0	14
Não Incentivados - total²	341,4	194
Incentivados		
Educação	23,3	100
Saúde	65,6	60
Cultura	98,5	155
Esportes	18,8	23
Incentivados – total³	206,2	338
Total	547,6	532

1. Recursos próprios das empresas do banco e orçamentos próprios de fundações e instituições.

2. Não inclui patrocínios à seleção brasileira de futebol e ao Aberto de Tênis de Miami.

3. Recursos com incentivo fiscal por meio de leis como a Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, entre outras.

Educação

Fundação Itaú Social

A educação é peça-chave para o desenvolvimento sustentável de um país. O desafio de garantir sua qualidade para todas as crianças e jovens brasileiros é de uma escala e complexidade que requer políticas de governo efetivas aliadas à ampla participação dos diversos setores da sociedade.

O Itaú Unibanco criou a Fundação Itaú Social para estruturar e implementar seus investimentos sociais para todo o território brasileiro. Seu propósito é desenvolver, implementar e disseminar metodologias sociais para melhoria da educação pública, potencializando o engajamento dos

Iniciativas	Descrição
Educação Integral	Proporcionar educação integral para estudantes das escolas públicas significa a ampliação do tempo dentro da escola e a redução de desigualdades sociais e econômicas visando expandir seus repertórios, horizontes e capacidade de se engajar na circulação inclusiva e criativa de aprendizados e ideias. No Brasil o sistema nas escolas públicas ainda é o de meio-período (somente quatro horas por dia). O conceito de educação integral torna-se estratégico, não apenas para garantir a qualidade, mas também para promover a igualdade de condições. Dessa forma, a Fundação Itaú Social desenvolve os seguintes programas: Prêmio Itaú-Unicef, Jovens Urbanos e Assessoria a Políticas de Educação Integral. Educação Integral: www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/programas/educacao-integral
Gestão Educacional	Melhorias significativas e sustentáveis de ensino e aprendizagem no dia-a-dia da escola exigem o fortalecimento sistêmico de lideranças e o protagonismo de técnicos, gestores e educadores na rede de ensino nos diferentes níveis de gestão: central, intermediário, escola e sala de aula. Nesse contexto, a Fundação investe em Gestão Educacional, com o claro propósito de contribuir para o fortalecimento das equipes técnicas e o aprimoramento de estruturas e processos de gestão dos sistemas de ensino público. Atualmente, estão sendo realizados os seguintes programas Escrevendo o Futuro, Tutoria, Melhoria da Educação no Município, Coordenadores de Pais e Avaliação e Aprendizagem. Para mais informações, consulte: www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/programas/gestao-educacional
Avaliação Econômica de Projetos Sociais	A avaliação é um instrumento fundamental para aprimorar as políticas e os investimentos sociais realizados pelas organizações públicas e privadas. Ao verificar a efetividade das iniciativas e das políticas públicas, buscamos confirmar se elas estão transformando a sociedade. A Fundação Itaú Social desenvolve, desde 2004, o programa Avaliação Econômica de Projetos Sociais, com apoio da Área de Avaliação de Investimentos do Banco, trazendo competências do campo econômico para a gestão social. Com o objetivo de disseminar a cultura e a prática da Avaliação Econômica, a Fundação Itaú Social organiza seminários, workshops e conferências voltados para gestores de projetos sociais de ONGs e órgãos públicos, além de realizar avaliações econômicas de seus próprios projetos. Para mais informações, consulte: www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/programas/avaliacao-economica-de-projetos-sociais
Mobilização Social	Pessoas mobilizadas são poderosos agentes de transformação para a promoção de mudanças na sociedade, pois a mobilização social é uma forma de envolver as pessoas para além de suas obrigações convencionais, visando construir redes de cooperação que melhorem a vida de todos. Ao investir na mobilização de seus colaboradores e da sociedade, a Fundação Itaú Social reforça uma cultura corporativa baseada em valores compartilhados. Nesse sentido, o Itaú coloca a serviço da causa social seus principais ativos: a atuação dos seus colaboradores, a capilaridade de sua rede de negócios e a força de sua marca. Nesse âmbito, a Fundação Itaú Social vem desenvolvendo os seguintes programas: Itaú Criança, Voluntariado e Comunidade, Presente! Para mais informações, consulte: www.fundacaoitausocial.org.br/pt-br/programas/mobilizacao-social

Consulte www.fundacaoitausocial.org.br para mais detalhes.

Metas

Iniciativas	Meta para 2015	Situação em 2015	Meta para 2016
Educação Integral	- Implementação do novo formato do Prêmio Itaú-Unicef, que passa a reconhecer e premiar as escolas, além de ONGs. - No âmbito das assessorias em políticas de educação integral, implantação de uma nova estratégia (redes colaborativas de ONGs).	1.947 projetos submetidos para o Prêmio Itaú-Unicef, abrangendo parcerias entre escolas e ONGs. - Implementação bem sucedida de duas redes de ONGs, com um modelo de governança autossustentável e plano de ação local.	- Prêmio Itaú-Unicef: implantar 43 grupos de educação à distância. - Continuidade das assessorias a políticas de Educação Integral para nove distritos de escolas públicas.
Gestão Educacional	- Expansão do programa Tutoria para novos locais. - Criação de plataforma de formação a distância do programa Melhoria da Educação no Município. - Implementação do programa Coordenadores de Pais em toda a rede pública de educação de município de médio porte.	- Dois novos locais passaram a usar a metodologia do programa Tutoria. - Implementação de uma plataforma de educação à distância na internet. Workshops com gestão em 34 novas cidades. - A metodologia Coordenadores de Pais foi implementada em 424 escolas na cidade de Salvador, após o projeto piloto de um ano de duração.	- Criação de uma plataforma de ensino à distância para o Programa Tutoria. - Fase final das assessorias de gestão nos consórcios de cidades nos estados de São Paulo e Paraíba. - Continuidade das assessorias Família-Escola em três distritos de escolas públicas.
Avaliação de impactos Econômicos e Sociais	- Manutenção das formações em avaliação econômica. - Desenvolvimento de novos instrumentos de avaliação econômica, buscando qualificar o impacto dos projetos sociais.	- Plataforma de ensino à distância renovada e lançamento do primeiro curso <i>online</i>. - Pesquisa sobre os efeitos sociais e emocionais na educação e proposta de ferramentas para sua avaliação.	- Expandir e aprimorar a plataforma de ensino à distância com dois novos cursos. - Continuidade da parceria visando o desenvolvimento de novas ferramentas para avaliação econômica.
Mobilização Social	Implantação de nova forma de atuação nos programas de voluntariado, com o apoio dos comitês de voluntariado e ação focalizada em territórios.	35 comitês locais ativos em todo o país.	Crescimento do reconhecimento das atividades do Itaú Social entre os colaboradores do banco.

Instituto Unibanco

Fundado em 1982, o Instituto Unibanco é uma das instituições responsáveis pela gestão do investimento social privado do conglomerado Itaú Unibanco e atua para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira com foco no Ensino Médio. O instituto concebe, avalia e dissemina soluções no sentido de provocar mudanças na realidade do Ensino Médio para ampliar as oportunidades educacionais dos jovens, em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Acreditando que uma gestão escolar de qualidade, orientada para resultados, pode proporcionar um impacto significativo nos resultados das escolas e no aprendizado dos estudantes, a instituição oferece assessoria técnica, formação para gestores e tecnologias educacionais para escolas e secretarias estaduais de educação.

Programas	Descrição
Jovem de Futuro	- Oferece formação e assessoria técnica às secretarias estaduais de educação para aprimoramento da gestão da escola pública e melhoria dos resultados de aprendizagem dos estudantes. - Após a fase piloto do projeto ter sido iniciada em 2008, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, expandimos o projeto para mais cinco outros estados. De 2012 a 2014, o programa Jovem de Futuro foi administrado como uma parceria com o Programa Ensino Médio Inovador, uma iniciativa do Ministério da Educação do Brasil, e foi implementado nos estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. Em 2015 uma nova etapa iniciou-se no Espírito Santo, Pará e Piauí, mantendo-se no Ceará e em Goiás ainda como parte da parceria com o Programa Ensino Médio Inovador. - Em 2015, 1.394 escolas públicas participaram do Jovem de Futuro, que beneficiou 644.591 estudantes (segundo o Censo Escolar de 2014), em sete estados. - Cerca de 3.820 diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas e técnicos das secretarias de Educação parceiras receberam formação em gestão escolar. Além disso, mais de 28.450 professores participaram de formação à distância utilizando as metodologias de mobilização educacional desenvolvidas pelo Instituto. - De 2008 a 2018, o programa deverá alcançar quase 2.500 escolas públicas beneficiando cerca de dois milhões de estudantes. Para mais informações, consulte: www.institutounibanco.org.br/jovem-de-futuro/oque-e
Programa Voluntário: Estudar Vale a Pena	- Os colaboradores do Itaú Unibanco contribuem para sensibilizar jovens do Ensino Médio de escolas públicas sobre os benefícios de concluir os seus estudos. - Em 2015, 848 voluntários trabalharam em ações que envolveram mais de 6.840 estudantes do Ensino Médio. Para mais informações, consulte: www.institutounibanco.org.br/o-instituto/voluntariado
Fomento	Apoio para iniciativas de organizações da sociedade civil e escolas públicas visando aprimorar a gestão das escolas públicas para a promoção da equidade racial e de gênero. Em 2015, o Instituto Unibanco apoiou dez projetos escolhidos dentre 124 inscrições de iniciativas com foco na equidade racial e recebeu 171 inscrições de iniciativas sobre equidade de gênero, cujos projetos selecionados receberão apoio em 2016. Para mais informações, consulte: www.institutounibanco.org.br/edital-el-as-nas-exatas

Consulte www.institutounibanco.org.br para mais informações.

Metas

Meta de 2008 a 2015	Situação em 2015	Meta de 2008 a 2016
Alcançar 2.020 escolas	2.407 escolas 19% mais do que a meta esperada	Manter 2.407 escolas

Cultura

Instituto Itaú Cultural

Em 2015, o Itaú Cultural completou 28 anos de compromisso com a cultura brasileira. Atuando em várias frentes para mapear, apoiar e difundir a arte

e a cultura do país, o instituto mantém uma programação intensa e gratuita em todo o território nacional, tanto em sua sede – em São Paulo (SP) – quanto em instituições parceiras localizadas em outras cidades do Brasil e do exterior.

Foram realizadas mais de 740 atividades presenciais em 2015, totalizando mais de 395 mil visitantes. No campo virtual, o [site](#) do Itaú Cultural contabilizou mais de 10,5 milhões de acessos. Em setembro do mesmo ano, a biblioteca do instituto foi reaberta, seguindo um novo formato de atendimento ao público.

Uma das principais ações desenvolvidas pelo Itaú Cultural, o programa Ocupação realiza mostras ligadas a nomes centrais das mais diversas áreas de expressão artística – explorando seus processos criativos e apresentando sua trajetória às novas gerações. A mostra dedicada à cartunista Laerte, por exemplo, recebeu o Troféu HQMix de Melhor Exposição de 2015.

A 11ª edição da Bienal Brasileira de Design Gráfico também destacou produtos elaborados pelo instituto: a Revista do Observatório e as publicações

impressas ligadas às exposições Oscar Niemeyer: Clássicos e Inéditos e Ocupação Zuzu (dedicada à estilista Zuzu Angel).

O Itaú Cultural ainda recebeu o Prêmio APCA (da Associação Paulista de Críticos de Arte) pelo projeto Artigas, 100, pela exposição Sergio Camargo e pela apresentação das bandas O Terno & Boogarins no Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer. O documentário A Paixão de JL, sobre a vida do artista visual José Leonilson, também recebeu premiações nacionais e internacionais.

A experiência adquirida ao longo dos últimos 28 anos ainda contribuiu para que o Itaú Cultural atuasse como gestor ou parceiro de iniciativas como o Oceanos – Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa e a Jornada de Literatura de Passo Fundo.

Programas	Descrição
Rumos	O Rumos Itaú Cultural possibilita, há 18 anos, a realização de ações artísticas e culturais em todo o Brasil. Os 1.231 projetos desenvolvidos com o apoio do programa já alcançaram um público de mais de 6 milhões de pessoas. Em 2013, a 16ª edição do Rumos marcou uma nova fase da iniciativa. Repensando os tradicionais modelos de editais ligados à arte e à cultura no país, seu formato foi profundamente reformulado. Agora aberto a produtores das mais diversas áreas de expressão – não mais separadas por editais específicos –, teve entre seus desdobramentos a Mostra Rumos, que apresentou os trabalhos desenvolvidos com o apoio do programa e promoveu mesas de debate com artistas e pesquisadores selecionados. Em 2015, uma coletiva de imprensa reuniu jornalistas de todo o Brasil para apresentar a 17ª edição do Rumos, que amadureceu as mudanças da edição anterior e realizou uma nova caminhada por todas as capitais do país, levantando e reforçando, para mais de 2 mil pessoas, a reflexão sobre o fazer cultural nos tempos atuais. No total, o novo edital recebeu 12.126 inscrições – vindas do Brasil e do exterior.
Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer	Em 2015, o Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer recebeu um público de 371 mil pessoas, que assistiram às 164 apresentações da casa – 82 delas gratuitas. Entre os destaques da programação do ano estão o lançamento de discos de Elza Soares e André Abujamra e espetáculos do Ballet Paraisópolis e de Maria Gadú – além da exibição, aberta para a plateia externa da casa, de um filme da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo.
Exposições do Acervo Itaú	As exposições do Acervo de Obras de Arte do Itaú Unibanco – que, mantido e gerenciado pelo Itaú Cultural, contabiliza mais de 12 mil itens – circulam pelo Brasil e pelo exterior desde 2010. Em 2015, por exemplo, a mostra Moderna para Sempre – Fotografia Modernista Brasileira na Coleção Itaú Cultural passou por Brasília, Recife e Santos. No mesmo ano, mais de 100 mil pessoas visitaram as exposições. Entre o início de 2010 e o fim de 2015, os diferentes recortes do acervo geraram 51 mostras – que passaram por 19 cidades, em oito países, e foram visitadas por cerca de 1,5 milhão de pessoas.
Ações virtuais	Em janeiro de 2015, o Itaú Cultural lançou o site O Mundo de Bartô (bartoitauccultural.org), uma nova fonte de diversão e conhecimento para as crianças. Comandado por um ratinho chamado Bartolomeu, o site traz, entre outras atrações, entrevistas com personalidades do universo infantil e dicas de filmes, livros e espetáculos. Há também uma série de revistas eletrônicas com vários tipos de jogos de colorir e recortar, além de textos em linguagem simples sobre temas ligados ao mundo da arte e da cultura. Embora seja voltado especialmente para pequenos de 5 a 12 anos, o site é também um espaço para toda a família. A Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras, uma enciclopédia virtual de arte e cultura a virtual encyclopedia of art and culture, segue como uma obra de referência virtual que reúne informações sobre a produção brasileira em artes visuais, arte e tecnologia, literatura, teatro, cinema, dança e música (as três últimas áreas estão em elaboração). São mais de 8 mil verbetes e 170 mil registros de artistas, instituições, grupos, exposições, espetáculos e obras. O Itaú Cultural continua sendo referência no campo das redes sociais. No Facebook , o instituto mantém a maior página de uma instituição cultural do Brasil, com mais de 735 mil fãs. Além disso, atua no Twitter (94 mil seguidores), no YouTube (13.359 mil seguidores, mais de 4,6 milhões de visualizações e mais de 4.600 vídeos) e no Instagram (rede em que está presente há menos tempo, com cerca de 22 mil seguidores).
Espaço Olavo Setubal	Exposição permanente instalada na sede do Itaú Cultural, o Espaço Olavo Setubal completou um ano em dezembro de 2015. Desde sua abertura, cerca de 57 mil visitantes entraram em contato com duas coleções do maior acervo de arte de uma companhia privada da América Latina: Brasileira Itaú e Itaú Numismática. A mostra reúne 1.364 itens – entre pinturas, desenhos, gravuras, mapas, manuscritos e primeiras edições de obras literárias, moedas, medalhas e outros objetos. No final de 2015 o instituto promoveu uma campanha publicitária – em mobiliário urbano – para comunicar à população que a visita ao espaço é gratuita.
Memória	O Espaço Memória, localizado no Centro Empresarial, recebeu as mostras Filmes e Vídeos de Artistas na Coleção Itaú Cultural e Ocupação Aloisio Magalhães – que, em 2014, foi elaborada e apresentada na sede do Itaú Cultural. Ação educativa desenvolvida pelo Espaço Memória – com o objetivo de apresentar aos colaboradores do Itaú Unibanco as obras de arte expostas no Centro Empresarial –, o programa Caminhando com Arte somou 2 mil participantes. No total, cerca de 23.500 pessoas passaram pelo espaço em 2015. O Itaú Cultural apoiou a catalogação e a digitalização dos acervos do músico Elomar Figueira de Melo, do urbanista Lucio Costa, da estilista Zuzu Angel e da artista visual Regina Silveira.

Consulte www.itaucultural.org.br para mais detalhes.

Metas de 2015

Metas de 2015	Status
Síte infantil	100% http://bartoitau cultural.org/
Lançamento do “canal” (uma área do website do Instituto, dedicada a editoriais de projetos de produção audiovisuais do Itaú Cultural)	80% (fase final de testes)
Exposição Sergio Camargo: Luz e Matéria	100%. Veja link
Pursuits:	100%
• Ocupação Hilda Hilst	Grupo Corpo
• Ocupação Grupo Corpo	Hilda Hilst

O Itaú Cultural investe cada vez mais nas redes sociais, nas divulgações on-line e na acessibilidade para pessoas com deficiência (exemplo: visitas educativas e atividades em Libras).

Metas de 2016

Novos destaques do Acervo Itaú pelo Brasil (recorte Livros de Artista)
Exposição Santos Dumont – 100 Anos do 14-Bis
Projetos Ocupação 2016: Person, Glauco, Cartola e Abdias do Nascimento
Seleção de artistas para o Programa Rumos 2015-2016
Renovação do convênio para ser o gestor do Auditório Ibirapuera por mais 1 ano
Lançamento do canal – espaço no site do instituto que vai trabalhar editorialmente as produções audiovisuais do Itaú Cultural
Realização de Seminário para comemoração de 10 anos do Observatório, no Auditório Ibirapuera
Planejamento para os 30 anos do IC com palestra e eventos. A tangibilização será através da execução das atividades em 2017

Espaço Itaú de Cinema

Criado em 1995, originalmente com o nome de Espaço Unibanco, as salas de cinema do Itaú Unibanco exibem filmes independentes em todo o Brasil em oito complexos, em seis cidades, com um total de 56 salas de exibição e 186 lugares para pessoas com portadoras de necessidades especiais, reforçando, dessa forma, o acesso à cultura no Brasil. Em 2015, cerca de 3,5 milhões de pessoas visitaram esses complexos.

Contamos ainda com alguns programas sociais, descritos a seguir:

Sessão de descontos: de segunda a sexta, e uma vez ao dia, em horário específico, um filme é exibido com preço promocional. Em 2015, 8.075 pessoas participaram deste tipo de sessão.

Sessão para crianças carentes: durante o ano, realizamos sessões gratuitas para crianças carentes. Em 2015, atingimos cerca de 1.200 crianças.

Projeto na escola: seu propósito é integrar diferentes formas de expressão, sempre buscando relacionar áreas de conhecimento em seus programas. O projeto, além de exibir filmes, também realiza workshops, debates e outras atividades complementares para abordar o conteúdo e o entendimento dos temas apresentados. Dessa forma, busca contribuir para desenvolver pessoas com senso crítico e mais ativas na sociedade. Em 2015, este projeto atingiu 28.088 estudantes.

Programas Sociais com Metas

Programa social	Metas para 2016
Itaú Viver Mais Sessões gratuitas na última terça-feira de cada mês. Projeto desenvolvido especialmente para pessoas acima de 55 anos de idade. Oferece entretenimento, aprendizado e atividades físicas e culturais.	Esperamos atingir 7 mil idosos em 2016
Clube do Professor Programação com foco na diversidade, inclui filmes de todas as nacionalidades, lançamentos, clássicos e comerciais. O propósito é ampliar a experiência cinematográfica dos professores, enfatizando o simples prazer de assistir um bom filme em um cinema especializado, sem o compromisso de transformar a experiência em um projeto educacional. A entrada à sessão é gratuita para professores que tenham o cartão Clube do Professor e um acompanhante.	A estimativa para 2016 é realizar cerca de 60 sessões durante o ano, atingindo 40 mil professores.

Outras iniciativas e patrocínios culturais

O Itaú acredita que o apoio e o acesso à cultura nacional são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade independente e com senso crítico. A instituição tem apoiado, por muitos anos, importantes festivais por todo o país, com o propósito de promover as iniciativas das comunidades onde atua e estimular o desenvolvimento social e cultural desses locais. Em 2015, o banco patrocinou, dentre outros, o carnaval de Salvador, o Festival de Dança de Joinville, o Festival Literário Internacional de Paraty (FLIP), o Festival Literário de Pernambuco (Fliporto) e o Rock in Rio, o maior festival de música e entretenimento do mundo.

Esportes

A valorização do esporte faz parte do nosso DNA. Acreditamos que o esporte, aliado à educação e à cultura, contribui para a construção da cidadania em uma sociedade em transformação. Dessa forma, o Itaú patrocina diferentes projetos, sempre com o objetivo de fazer da prática esportiva uma prática social, que beneficie as comunidades e transforme o mundo das pessoas.

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos e patrocinamos a transmissão televisiva dos jogos de diversas competições, desde o Campeonato Brasileiro até as Eliminatórias da Copa do Mundo FIFA e os jogos amistosos da Seleção Brasileira. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira em todas as suas categorias.

Em 2009 fomos a primeira empresa brasileira a assinar um contrato de patrocínio para a Copa do Mundo da Fifa 2014TM. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo IBOPE, fomos a segunda

marca mais associada com esse evento no final do torneio. Nossas iniciativas de relacionamento conseguiram impactar mais de 28 mil consumidores e nossa marca atingiu cerca de seis milhões de pessoas nos jogos e nas fan fests.

Além do futebol, temos uma forte atuação no tênis. Entre os projetos que o banco apoia, com o objetivo de promover o esporte atrelado à educação, estão o Instituto Tênis e o Circuito de Tênis Escolar e Universitário. Ainda em termos de formação esportiva, patrocinamos um dos mais tradicionais campeonatos internacionais juvenis de tênis, apresentado pelo Itaú em parceria com a Gerdau. Também apoiamos o Circuito Itaú de Tênis Feminino, único torneio profissional feminino da América do Sul certificado pela CBT e pela Federação Internacional de Tênis, e algumas etapas do Torneio de Tênis Masculino ATP Challenger aqui no Brasil. Nosso torneio anual, Itaú Masters Tour, está em sua 13ª edição e é o único circuito de tênis com jogadores seniores da América Latina e conta com etapas em diversas cidades, sempre com a participação de grandes nomes do esporte. Nossa marca também esteve presente em torneios de elite como o Rio Open, único torneio da América do Sul a reunir uma etapa do ATP World Tour 500 e do WTA International, e o Miami Open, e em um dos mais tradicionais e respeitados torneios do ATP World Tour Masters 1.000 e WTA Premier. Em 2015, o Itaú foi o principal patrocinador desse evento, reforçando ainda mais a nossa presença internacional.

Por fim, apoiamos a Caravana do Esporte, um programa itinerante que atende municípios indicados pela UNICEF. Desde 2009, o programa já capacitou quase 30 mil professores de 22 estados brasileiros, atingindo mais de 290 mil crianças de forma direta e 2,64 milhões de forma indireta. Realizamos também, por mais um ano, o patrocínio da Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do País.

Mobilidade urbana

A mobilidade urbana é uma das principais causas do Itaú Unibanco e um tema importante da nossa interação com determinados governos. Nosso foco é promover a bicicleta como um transporte ativo para melhorar a mobilidade, reduzir o tráfego e as emissões de gases de efeito estufa. Temos três pilares de ação relacionados ao tema: compartilhamento de bicicletas, infraestrutura urbana e aumento da conscientização para promover um trânsito mais pacífico.

No caso do compartilhamento de bicicletas, patrocinamos o sistema em sete capitais, conforme especificado a seguir:

Programa	Cidades	Data de inauguração	Estações	Bicicletas
<i>Bike Rio</i>	Rio de Janeiro	Outubro de 2011	260	2.600
<i>Bike Sampa</i>	São Paulo	Junho de 2012	260	2.600
<i>Bike PE</i>	Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes	Março de 2013	80	800
<i>Bike PoA</i>	Porto Alegre	Agosto de 2013	40	400
<i>Bike Salvador</i>	Salvador	Setembro de 2013	40	400
<i>Bike Brasília</i>	Brasília	Maio de 2014	40	400
<i>Bike BH</i>	Belo Horizonte	Junho de 2014	40	400

Desde o início do projeto, em 2011, já temos mais de dois milhões de usuários inscritos, com acesso aos nossos vários programas de aluguel de bicicletas e mais de 11,2 milhões de aluguéis feitos no período.

No caso da infraestrutura urbana, ampliamos nossas iniciativas para o patrocínio de bicicletários. Além do Largo da Batata, em São Paulo, que começamos a patrocinar em 2014, já inauguramos três novos bicicletários, um deles em São Paulo, na Praça dos Arcos, e os outros dois em Salvador, no Farol da Barra e na Ribeira. Também doamos contadores eletrônicos de ciclistas para diferentes

cidades, contribuindo para o planejamento urbano de ciclismo e bicicletários. Além disso, lançamos um projeto de mobilidade sustentável em Fernando de Noronha (PE), que inclui a doação de bicicletas para moradores permanentes, o estabelecimento de parcerias com pousadas para oferecimento de bicicletas para turistas e várias iniciativas de conscientização na ilha.

Para promover a conscientização da população sobre esse meio de transporte, temos parcerias com diversas organizações que trabalham para promover a ciclomobilidade, como Transporte Ativo, Ciclocidade, BH em Ciclo, AMECICLO, *Bike é Legal*, *Bike Anjo*, *Vá de Bike*, entre outras. Apoiamos também a participação de cicloativistas brasileiros no Fórum Mundial da Bicicleta e no Velocity. Apoiamos ainda a inclusão de bicicletas no processo de obtenção de carteira de motorista em Pernambuco, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito. Por fim, lançamos a *Escolinha Bike*, uma iniciativa educacional voltada para crianças de dois a sete anos de idade, por meio do qual as crianças andam de bicicleta e aprendem a se comportar no trânsito como ciclistas.

Itaú Viver Mais

A Itaú Viver Mais é uma associação sem fins lucrativos, voltada à terceira idade (pessoas acima de 55 anos). Nosso propósito é ajudar as pessoas a viverem melhor, com mais saúde e em melhor companhia, proporcionando atividades culturais, físicas e sociais em parceria com, supermercados, clubes, *shopping centers* e cinemas. Em 2015, a Itaú Viver Mais impactou aproximadamente 12 mil pessoas em 42 locais, em seis estados e no Distrito Federal.

A associação administra os seguintes projetos:

- Atividades físicas e culturais: aulas de ioga, dança e *tai chi chuan*, *workshops* com instrumentos musicais e artesanato em 35 locais em quatro estados e atingimos aproximadamente 5 mil pessoas;
- Itaú Viver Mais Cinema: sessões comentadas de filmes, gratuitas, e em parceria com o Espaço Itaú de Cinema em sete locais em cinco estados e no Distrito Federal e atingimos 6.393 pessoas;
- Mediação de leitura: em parceria com a Fundação Itaú Social, capacitamos nosso público para serem voluntários em mediação de leitura para crianças em cinco locais em três estados. Em 2015, aumentamos o número de voluntários treinados de 41 para quase 100;
- Caminhando com Arte: em parceria com o Instituto Itaú Cultural, promovemos visitas guiadas

à exposição de arte do Itaú no Centro Empresarial do Itaú Unibanco, em São Paulo. Em 2015, tivemos aproximadamente 300 visitantes;

- Itaú Viver Mais Tênis: *workshops* de tênis adaptados à terceira idade em três locais. Contamos com 113 participantes; e
- Diálogos Itaú Viver Mais: evento dedicado à troca de conhecimentos sobre o público idoso. Em 2015, abordamos os temas sobre tecnologia e empreendedorismo e atingimos mais de 100 pessoas.

Para 2016, o nosso principal desafio é ampliar a atuação dessa iniciativa, a fim de aumentar o impacto na população acima de 55 anos de idade. Para tanto, focaremos em eventos que estimulem a reflexão sobre o que é envelhecer, participando ativamente dos debates sobre políticas públicas para a terceira idade.

Meio Ambiente

GRI G4-DMA Desempenho Econômico

Os bancos mantêm um relacionamento especial com a economia pelo fato de estarem associados com todos os setores produtivos. Isso nos dá um enorme potencial para efetuar mudanças positivas na sociedade e promover uma economia de baixo carbono.

Buscamos incorporar variáveis relacionadas às mudanças climáticas em nossas operações e nossos negócios (crédito, seguros e investimentos) gerenciando riscos com base em nossa análise de risco socioambiental e desenvolvendo soluções que respondam adequadamente às nossas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e se adaptem nossas operações às mudanças climáticas.

Existem várias tendências de discussão na comunidade científica sobre os potenciais cenários de mudanças climáticas a que estamos expostos. Portanto, entendemos como fundamental a nossa participação em movimentos nacionais e internacionais relacionados ao tema, além da adesão a compromissos voluntários dos quais somos signatários e/ou parceiros, como CEBDS, FEBRABAN, FGV. Além disso, somos co-presidente do United Nations Environmental Program – Finance Initiative (UNEP FI) e a nossa presença em fóruns relacionados às mudanças climáticas, bem como os estudos que conduzimos e o nosso envolvimento em grupos de trabalho específicos também demonstram o quanto estamos cientes e participativos sobre o tema.

Frente a esse cenário, é importante identificarmos os riscos e os “novos riscos” aos quais estaremos expostos para nos adaptar e aumentar nossa resiliência e garantindo, assim, a perpetuidade dos nossos negócios e o bem-estar da sociedade.

Estudo de Crise Hídrica

Em 2014 e 2015, a região do sudeste do Brasil passou pela maior crise hídrica dos últimos 80 anos. A principal causa da crise foi o reduzido volume de chuvas ao longo dos últimos 4 anos, agravada por problemas estruturais relacionados com o aumento das perdas de distribuição de água, baixa capacidade e dependência de armazenamento de água.

Estudos realizados pela área de Macroeconomia do banco coordenou um mapeamento dos setores e regiões mais afetadas pela crise da água, bem como o seu impacto no PIB brasileiro.

Outro estudo importante sobre a crise da água foi desenvolvido pela Itaú Asset Management, que mapeou o quanto os preços da água afetaram as especificações das empresas.

Estes estudos e análises são fundamentais para a integração de novos tipos de riscos (como o risco híbrido ou até mesmo risco relacionados com o clima) no negócio do banco e minimizar os impactos potenciais

Veja a seguir nossa estratégia ambiental:

Mudanças climáticas GRI G4-EC2 | G4-DMA Desempenho Econômico

Estamos convencidos da influência e da contribuição humana na intensificação das mudanças climáticas por meio do aumento dos gases de efeito estufa (GEE), que podem causar desequilíbrios ambientais de magnitude e recorrência sem precedentes.

Ao perceber a importância e urgência das questões referentes as mudanças climáticas, a partir de 2008, o Itaú vem intensificando cada vez mais seus esforços em relação à essa questão; e nós prevemos geração de valor para nosso negócio. Acreditamos que nossa estratégia e nosso compromisso voluntário nos coloca na linha de frente, possibilitando identificar novas oportunidades, evitando a exposição a riscos maiores e auxiliando nossos acionistas, clientes e sociedade a desenvolverem agendas com foco no tema, agregando assim valor para os nossos negócios. Na posição de instituição financeira, temos a responsabilidade de mitigar esses riscos – assim como todos os setores da sociedade – e de atuar como facilitadores ao apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.

Estamos constantemente nos preparando para lidar com os impactos econômicos e financeiros das mudanças climáticas, a emergência de novos regulamentos e as mudanças no relacionamento com nossos *stakeholders*.

As mudanças climáticas também são tratadas em nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, que fornece diretrizes para toda a organização, e em nosso posicionamento, lançado recentemente, sobre Riscos e Oportunidades Socioambientais, o qual descreve nossos compromissos e nossas metas para os próximos anos. Nossa Política e nosso Posicionamento estão disponíveis em nosso [site](#).

Compromisso e Metas referentes a Mudanças Climáticas

Em 2015, revisamos nosso Compromisso sobre Mudanças Climáticas, para torná-lo mais abrangente e avançado, de modo a refletir o empenho do banco em relação ao tema e compartilhar nossa visão para o futuro. Nosso compromisso reflete – de forma objetiva e transparente – a visão e a responsabilidade do banco, bem como nossa estratégia de gerenciamento de recursos naturais, o monitoramento contínuo, o estabelecimento de metas de redução voluntárias, o aumento da eficiência e a busca por soluções inovadoras. Sobre mudanças climáticas, também discutimos nossa governança e nossas práticas em relação a nossas operações internas e nossos negócios (crédito, seguros e investimentos).

Além disso, no segundo semestre de 2015, divulgamos nossas metas de redução, que levam em consideração consumo de água, energia, resíduos e transporte, pois estamos convencidos de que há uma correlação direta entre o uso indevido de recursos naturais e mudanças climáticas. Por exemplo, nos comprometemos a reduzir em 34%¹ nosso consumo de energia (escopo 2 de emissões) por R\$ 1 milhão de produto bancário, entre 2012 e 2020.

Para mais informações sobre nosso Compromisso sobre Mudanças Climáticas consulte nosso [site](#).

Para ver nossas metas, consulte o capítulo Ecoeficiência deste relatório.

1. Em linha com a redução do consumo de energia e considerando o fator de emissão de 2012.

Compensação de Emissões

Como parte do nosso compromisso com a mitigação das mudanças climáticas e refletindo nossa busca pela performance sustentável e a evolução da nossa gestão estratégica de carbono, iniciamos em 2015 o **Programa de Compensação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Itaú Unibanco (Programa de Compensação de Emissões do Itaú Unibanco)**.

Este programa consolidou o ciclo de gestão de carbono do Itaú Unibanco, que, a partir de agora, consiste de cinco fases: quantificação das nossas emissões de GEE; verificação do nosso inventário de GEE por terceira parte independente; publicação dos nossos resultados; implementação de projetos de redução de emissões internas; e compensação de carbono por meio de créditos de carbono certificados e com co-benefícios.

Desenvolvemos e divulgamos um edital por meio do qual créditos de carbono de projetos com características pré-determinadas poderiam ser registrados. Doze projetos foram selecionados para análise e, por fim, compramos crédito de carbono de três projetos diferentes:

- Substituição de Combustível da Cerâmica Maracá¹
- Substituição de Combustível da Cerâmica Rio Negro²
- Substituição de Combustível da Cerâmica Assunção³

Os projetos consistem principalmente na troca de madeira nativa por biomassa renovável, como combustível para a produção de tijolos usados na construção local. Os três projetos proporcionam co-benefícios sociais significativos, atestados pela metodologia CARBONOSOCIAL⁴, cujo foco é promover a conservação da biodiversidade, a educação, a cultura e o esporte em regiões desfavorecidas. Considerando o tamanho das nossas operações no Brasil, estamos conscientes de que nossos principais impactos são no país, o que nos levou a focar em projetos em diferentes regiões do país: Manaus, Minas Gerais e Ceará.

Estamos comprometidos em compensar todas as nossas emissões diretas (Escopo 1) de 2012 a 2015, assim como todas as emissões indiretas de consumo de energia (Escopo 2) do nosso novo Data Center (CTMM) em Mogi Mirim, São Paulo, no total de 47.332,33 tCO₂e.

1 Projeto para Substituição de Combustível da Cerâmica Maracá. Referência: www.vcsprojectdatabase.org/#/project_details/455

2 Projeto para Substituição de Combustível da Cerâmica Rio Negro. Referência: www.vcsprojectdatabase.org/#/project_details/943

3 Projeto para Substituição de Combustível da Cerâmica Assunção. Referência: www.vcsprojectdatabase.org/#/project_details/354

4 Metodologia CARBONOSOCIAL. Referência: www.socialcarbon.org/

Ecoeficiência

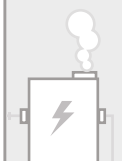
Entendemos que, apesar de sermos uma empresa do setor de serviços, nossas atividades têm impacto sobre o meio ambiente por meio da operação de nossas unidades administrativas, redes de agências e centros tecnológicos. As principais fontes de consumo de água e energia elétrica, por exemplo, são provenientes de sistemas de refrigeração e do uso de equipamentos eletrônicos. Estamos continuamente empenhados em aumentar nossa eficiência energética através das melhores práticas de mercado, metas ambiciosas e uma gestão cada vez mais atenta do consumo de recursos naturais.

Para reforçar nosso compromisso de longo prazo com o meio ambiente, em 2015 o Itaú estabeleceu metas de ecoeficiência de longo prazo, além daquelas com as quais já estava comprometido. Os detalhes adicionais sobre cada meta estão apresentados nos capítulos dos indicadores relacionados.

- Reduzir em 34% nosso consumo de energia por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020⁶
- Atingir, em 2020, um PUE (índice de Eficácia do Uso de Energia) de 1,60, 19% menor que em 2015;
- Comprar, até 2020, 96% da energia para os prédios administrativos de fontes renováveis, 55% a mais do que em 2012



- Reduzir em 28% nosso consumo de água por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020



- Reduzir em 34% nossas emissões de Escopo 2 por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre 2012 e 2020



- Reduzir em 32% a destinação de resíduos das nossas unidades administrativas para aterros entre 2012 e 2020



- Reduzir em 32% nosso indicador de viagens de negócios⁷, que mostra quantos quilômetros foram rodados por produto bancário, entre 2012 e 2020

O gerenciamento dos recursos naturais é um desafio por si só, devido à distribuição das mais de 4 mil agências do Itaú, além dos sistemas altamente complexos para distribuição de energia elétrica em mais de 60 prédios administrativos.

Nosso gerenciamento é segregado por unidades administrativas, agências e *data centers*, e todas as áreas trabalham em conjunto com a equipe de sustentabilidade.

Todos os dados relacionados com consumo de água, energia, geração de resíduos, tratamento de efluentes, emissões de CO₂, etc. são coletados mensalmente, de acordo com uma metodologia comum às três áreas acima mencionadas e consolidados pela equipe de sustentabilidade. As metas de redução e as ações de melhoria para atingir esses objetivos são gerenciadas em conjunto, buscando a maior eficiência no uso de recursos e um menor impacto ambiental.

A lista de indicadores coletados engloba água, energia e resíduos destinados a aterros ou reciclados.

É importante observar que alguns executivos e gerentes de áreas diretamente relacionadas com o tema têm metas de desempenho, como redução do consumo de água e energia e uso de energia limpa.

Investimentos e gastos ambientais

GRI G4-EC2 | G4-EN31 | G4-DMA Geral

Uma das maneiras de controlar nossas iniciativas relacionadas com prevenção, mitigação e proteção contra impactos ambientais é acompanhar nossos investimentos e nossas despesas.

	2013	2014	2015
Mitigação e gestão ambiental			
Gerenciamento de Resíduos – Tratamento e Disposição	1.639.867,60	1.624.289,40	1.712.896,36
Tratamento de emissões ¹	28.369.571,25	-	-
Compra e uso de certificados de emissão	1.585,00	-	892.178,00 ²
Termo de Ajustamento de Conduta – Gerenciamento de áreas contaminadas e restauração de vegetação	-	1.000.000,00	122.000,00
Remediação de áreas contaminadas	-	823.924,12	838.946,00
Subtotal	30.011.023,85	3.448.213,52	3.566.020,36
Prevenção e gestão ambiental			
Serviços de gestão ambiental externos ³	16.913,70	38.489,90	-
Certificação externa de sistemas de gestão	8.500,05	8.500,00	7.600,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas ⁴	52.608.882,56	4.099.176,00	739.289,75
Outros custos de gestão ambiental	232.359,05	125.408,00	190.954,65 ⁵
Subtotal	52.866.655,36	4.271.573,90	937.844,40
Total	82.877.679,21	7.719.787,42	4.503.864,76

1. Os gastos totais são referentes à implantação do novo sistema BMS (*Building Management System* – Sistema de Gestão de Edifícios) para o uso mais eficiente de energia, óleo diesel e para o tratamento de GEE, e sua implantação finalizou em 2013.

2. Compra de créditos de carbono e avaliação para estratégia de compensação.

3. Os planos de ação, desenvolvidos com base na auditoria de manutenção do sistema de gestão ambiental ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé, foram considerados e incorporados como gestão de edifícios em 2015.

4. As despesas foram significativamente maiores em 2013 e 2014 devido à certificação LEED das instalações do novo Data Center. Em 2015, o valor apresentado inclui projetos de eficiência energética e hídrica e a certificação LEED para o Edifício Faria Lima 3500.

5. Inclui o diagnóstico ISO 14001 para os prédios do Centro Empresarial, CTO e CA Pinheiros, campanha de comunicação, meta, escopo, passarela verde e despesas com o inventário de emissões de GEE e sua asseguuração.

6. Considerando o fator de emissão da Grade de 2012

7. Não inclui o IBBA

Em 2014, investimos R\$ 823.924,12 em remediação de áreas contaminadas. Além disso, pagamos R\$ 1 milhão, que será revertido para a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP) e para a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) como medida de compensação ambiental, para gerenciar áreas contaminadas e recompor vegetação de uma Área de Preservação Permanente (APP) perto do nosso Centro Administrativo Raposo. Este pagamento foi especificado no Termo de Ajustamento de Conduta proposto pela Promotoria Pública e que assinamos em 2013.

Em 2015, nós investimos R\$ 122.000,00 em restauração vegetação, concluindo o Termo de Ajustamento de Conduta. Nós também investimos R\$ 4,5 milhões em proteção ambiental dos quais R\$ 1,7 milhão foram gastos em gestão de resíduos (tratamento e disposição), R\$ 838.946,00 foram investidos em remediação de áreas contaminadas e R\$ 937.844,40 em preservação e gestão ambiental.

Centro Tecnológico CTMM

Como a construção de um novo Data Center dá uma nova dimensão aos nossos impactos

O Centro Tecnológico de Mogi Mirim (CTMM) conta atualmente com três prédios comerciais (DC1, DC2 e NOC), interconectados em um desenho arquitetônico único, e utiliza equipamentos mais eficientes que consomem menos energia e tomam menos espaço, além de estar equipado com tecnologia de ponta. O CTMM aumentará nossa capacidade de processamento de dados em 25 vezes e suportará a expansão das operações bancárias nos próximos 10 anos.

Refletindo o crescimento do banco nos últimos 30 anos, o Centro Tecnológico de Mogi Mirim é um dos maiores data centers do mundo. A construção deste data center foi tão significativa que aqueceu o mercado de TI brasileiro e mundial.

O projeto do CTMM foi dividido em três fases, a serem implementadas entre 2012 e 2050. A primeira fase foi concluída no final de 2014 e inclui a construção dos data centers 1 e 2, em uma área de 59.815 m². De acordo com o modelo de processamento ativo-ativo, permite a replicação sincronizada de dados e o aumento do nível de disponibilização e resiliência das informações.

Todo o projeto foi focado em qualidade e sustentabilidade, tendo recebido quatro certificações que comprovam esse compromisso:

- *TIER III Gold*: certificação de continuidade e disponibilidade, concedida aos prédios DC1 e DC2;
- *TIER III Gold*: certificação de operação, concedida aos prédios DC1 e DC2;
- *LEED Gold* para os prédios DC1 e DC2 e *LEED Silver* para o prédio NOC: certificação TI Verde, o principal selo de construção sustentável usado no Brasil; e
- TIA 942: pela abordagem dupla para acesso e rotas dos *links* de comunicação/telecomunicação.

Além disso, com foco no aumento de suas externalidades positivas, desde a construção do CTMM até o presente

momento, o banco está envolvido em uma série de projetos e iniciativas na região de Mogi Mirim, tais como:

- Em 2013, contribuição de R\$ 8 milhões para o Conselho Municipal do Idoso foi feita beneficiando dez instituições dedicadas a atender idosos em Mogi Mirim;
- Transferência de conhecimento do projeto de mobilidade urbana Bike Itaú para Mogi Mirim, que permitiu ao Departamento de Transportes ampliar a rede de ciclovias e divulgar o material explicativo fornecido pelo Itaú Unibanco relativo ao uso seguro de bicicletas. O próprio Centro Tecnológico tem bicicletas e bicicletários para o transporte dos colaboradores entre os prédios;
- Compra de materiais de construção de fornecedores locais, que reduziu as emissões de CO₂ por caminhões e ajudou a impulsionar a economia local; e **GRI G4-EN30**
- Preservação das fontes hídricas dentro do projeto por meio da manutenção do declive no ponto em que o prédio DC6 será construído, assegurando o mesmo fluxo de água no solo antes do início da construção.

Apesar de operar de acordo com os mais altos padrões de eficiência energética, a expansão dos nossos negócios resulta em um aumento natural, em termos absolutos, do consumo de recursos pelo Data Center, como água e energia. Nesse sentido, estamos conscientes do nosso impacto ambiental e, com o intuito de reduzir e mitigar esses impactos da maneira mais eficiente possível, compensaremos todas as emissões diretas (Escopo 1) e indiretas (Escopo 2) das operações do CTMM por meio da compra de créditos de carbono – de projetos de carbono certificados – que estejam alinhados com os valores do banco e que comprovadamente proporcionem co-benefícios.

Com o novo Centro Tecnológico, poderemos prestar serviços superiores para nossos clientes, promovendo serviços eficientes e de qualidade, e nos consolidarmos como um banco digital, com o menor impacto socioambiental possível.

Água **GRI G4-DMA Água**

Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução do consumo de água em 2015

O ano de 2015 foi crítico do ponto de vista de recursos hídricos em todo o Brasil. O Sudeste foi a região mais afetada pela escassez de água, sendo essa região que concentra a maior parte da nossa demanda, e por isso, o trabalho em relação a essa questão é extremamente relevante para nós. Em resumo, nossos recursos hídricos vêm principalmente do sistema de abastecimento público e, em menor escala, de poços artesianos. Portanto, a crise hídrica poderia representar um risco significativo para a continuidade dos nossos negócios,

especialmente no que tange ao resfriamento dos prédios administrativos, data centers e agências, tanto para o funcionamento dos nossos equipamentos quanto para a manutenção do conforto térmico dos nossos colaboradores e clientes.

Em 2014, preparamos um plano de resposta à emergência de água e energia a fim de assegurar o fornecimento e a continuidade dos negócios do banco. Depois da implementação do plano, em 2015, continuamos com as ações de monitoramento e aumento da resiliência do banco no caso de um possível racionamento, que incluem:

- Monitoramento periódico dos níveis dos reservatórios de água e energia elétrica e dos índices pluviométricos;
- Desenvolvimento de uma curva de aversão ao risco para racionamento de água;

- Plano de priorização para a operação de agência estratégicas em um cenário de racionamento/falta de água;
- Campanha de conscientização periódica com os colaboradores sobre a importância do uso responsável de água e energia; e
- Ações para redução do consumo de água e energia elétrica em todos os departamentos da instituição.

Conforme anteriormente mencionado, a gestão de água no Itaú Unibanco é dividida entre os centros administrativos, redes de agências e data centers, havendo para tanto equipes especializadas em todos os locais. Essas equipes estão qualificadas para planejar, implementar e monitorar práticas e iniciativas voltadas à infraestrutura, além de tratar da operação e da manutenção dos prédios. Nossos *data centers* também possuem um sistema de automação que permite o monitoramento imediato de indicadores de consumo e desempenho.

Como parte da gestão, todos os anos são implementadas ações para reduzir o consumo de água, sempre com o intuito de otimizar o uso desse recurso. Em 2015, foram implementadas ou continuadas as seguintes iniciativas:

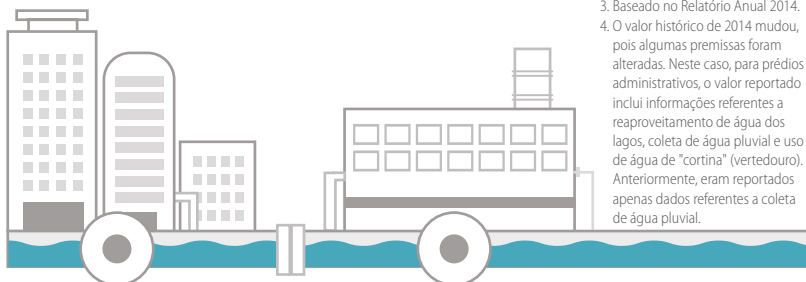
Iniciativa	Descrição	Redução de Consumo (m ³)	Resultados Economia (R\$/ano)
Reaproveitamento da água dos lagos GRI G4-EN10	Reaproveitamento da água dos lagos. Abastecimento do chafariz utilizando água dos lagos. Abastecimento do sistema de rega do jardim do piso 0 da Torre Eudoro Villela utilizando água de reúso. Abastecimento do sistema de rega dos jardins do piso PT da Torre Walther Moreira Salles utilizando água dos lagos.	1.248,00	14.976,00
Uso de cortina d'água ¹ (vertedouro) GRI G4-EN10	Temos a licença emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para capturar a água da cortina d'água e reutilizá-la para o ar-condicionado. Essa água brota espontaneamente da mesa d'água e seria desperdiçada se não fosse reutilizada pelo banco.	32.881,00	537.275,54
Sistema de coleta de água da chuva GRI G4-EN10	Sistema de coleta de água da chuva para irrigação, usado para irrigação nos prédios administrativos. Esse sistema está disponível nos prédios do Tatuapé, Eudoro Villela e Redecard. Contudo, somente nos dois últimos prédios é possível medir o consumo.	58.526,3	956.319,74
Redução da frequência de lavagem das áreas comuns	Redução da frequência de lavagem dos pisos, calçadas e fachada. As áreas de estacionamento dos centros administrativos não são lavadas.	NM	NM
Encerramento de atividades não essenciais	Fechamento dos lagos ornamentais, fontes e quedas d'água no Edifício Faria Lima 3500, uma vez que essas áreas precisam ser frequentemente reabastecidas por causa da perda de água.	NM	NM
Lavagem da frota dos executivos	Lavagem a seco da frota do Itaú. O modelo usa 300 ml de água por lavagem em vez de 400 ml, além de produtos biodegradáveis.	54,30	943,20
Monitoramento de consumo usando um algoritmo específico em nossas agências	Redução do consumo médio de água por agência e monitoramento e acompanhamento de desvios de consumo, por meio de um algoritmo que identifica picos de consumo que podem estar relacionados a vazamentos, desperdício ou falhas em equipamentos. Qualquer anomalia encontrada na agência é informada e buscamos aperfeiçoar a nossa rotina de verificação.		
Limpeza a seco de fachadas das agências	No estado de São Paulo, as fachadas das agências, que antes eram lavadas com água corrente, agora são limpas duas vezes por ano com pano molhado, usando o mínimo de água possível.	129.295,00	2.301.445,00
Revisão da frequência de limpeza das agências	Otimização da periodicidade da rotina de limpeza, que leva à redução do uso de água.		
Incentivo para redução do consumo de água	Ações para comunicação interna, por meio da divulgação de iniciativas e dicas com o objetivo de reduzir o consumo de água.		
Otimização do Sistema de Refrigeração do CTMM	Essa iniciativa visa integrar a disponibilidade, a segurança, a confiabilidade e a sustentabilidade operacional do sistema de refrigeração no Centro Tecnológico de Mogi Mirim (CTMM). As mudanças feitas proporcionam eficiência ao sistema hidráulico por meio do melhor desempenho do equipamento de refrigeração, assegurando uma vida útil mais longa para o sistema.	5.400,00	60.000,00

NM – Não medido

1. O banco Itaú entende que a "água de cortina" deve ser considerada como água de reúso e não consumo de água, sendo, portanto, uma iniciativa. Esta água brota espontaneamente do lençol freático e seria desperdiçada caso não fosse usado pelo banco.

GRI G4-EN10

Consumo de água de reúso – Unidade Metros cúbicos

Prédios Administrativos¹

Água de Reúso

2013 Resultado

29.367,47³2014 Resultado⁴

84.792,00

2015 Resultado

92.655,3

Centros Tecnológicos²

Água de Reúso

2013 Resultado

-

2014 Resultado⁴

-

2015 Resultado

45.891,50

Total

Água de Reúso

2013 Resultado

29.367,47³2014 Resultado⁴

84.792,00

2015 Resultado

138.546,8

Consumo e análise

Refletindo nosso compromisso com a escassez de água no Brasil, em 2015 consumimos 63% mais água de reúso do que em 2014, equivalente a um consumo total de 138.546,8 m³. **GRI G4-EN10**

Em relação ao consumo de água, em 2015, as nossas instalações (centros administrativos, centros tecnológicos e agências) consumiram 1.472.460,63 m³, conforme detalhado abaixo:

GRI G4-EN8



Consumo pelas Unidades
Unidade Metros cúbicos

Total
Unidade Metros cúbicos

	2013	2014	Meta 2015 ⁵	Resultado 2015	Meta 2016 ⁵
Total	1.675.031,11	1.701.865,60	1.851.662,00	1.472.460,63	1.632.758,82

NE – Não estabelecida

1. Os prédios administrativos no Brasil foram monitorados; 2. As agências brasileiras foram monitoradas; 3. Data centers foram monitorados; 4. Valor referente ao Edifício Faria Lima 3500; e 5. As metas não incluem o prédio do IBBA.

A meta de consumo de água do Itaú para 2016 foi estabelecida em 2015, mostrando reduções em comparação com a meta de 2015. O resultado do nosso esforço em diminuir a utilização de água levou a uma redução além da meta estabelecida para 2016. No entanto, o principal objetivo do Itaú é reduzir em 28,2% seu consumo de água total por R\$ 1 milhão de receita entre 2012 e 2020, conforme detalhado na seção “Metas e visão para o futuro”.

A meta¹ do Itaú para 2015, de 1.851.662,00 m³, foi alcançada e ultrapassada. Mais detalhes sobre o desempenho de cada área estão apresentados a seguir:

1. Centros Administrativos:

para 2015, estabelecemos uma meta cujo consumo total não poderia ultrapassar 354.336,00 m³, o que representa uma redução de 3% em relação a 2014. Esta meta já considerou a inclusão do prédio do ITM, abastecido principalmente por poço artesiano, cuja meta específica foi fixada em 23.500,00 m³. Devido à nossa gestão eficaz da água, conseguimos não apenas atingir nossa meta estabelecida para 2015, mas, também, reduzir o consumo de água total nos prédios administrativos em 18%, num valor de 292.103,19 m³. Esse ótimo desempenho fez com que fôssemos abaixo da meta para 2016. A quantidade de água de reuso em 2015 foi de 92.655,3 m³, incluindo o sistema de coleta da chuva e sistema de irrigação, a água da cortina de água (vertedouro) e a água usada das fontes.

É importante notar que, no fim de 2015, nosso prédio administrativo, na Faria Lima 3500, teve uma concentração maior de colaboradores, o que levou a um consumo mais alto em comparação com o mesmo período de 2014.

2. Rede de Agências: o consumo de água na rede de agências foi de 834.364,44 m³, uma redução média de aproximadamente 20% quando comparado a 2014. Essa redução foi obtida por meio de campanhas para o uso racional da água e atividades de prevenção contra vazamento. Como as ações para o ano de 2015 acarretaram uma grande redução no consumo de água em nossa rede de agências, revisamos a meta de consumo para 2016, que ficou em 834.192,62 m³.

3. Centros Tecnológicos: o consumo de água nos centros tecnológicos foi de 368.312,50 m³, 12,5% (45.891,50 m³) do total do Sistema de Tratamento de Esgoto. Considerando

o tamanho e a estrutura do novo Centro Tecnológico de Mogi Mirim (CTMM), ele possui o que há de mais moderno em padrões de eficiência hídrica para *data centers*, com equipamentos mais eficientes e menor consumo de energia, o que leva a uma menor utilização de água. Além de dar continuidade às atividades realizadas em 2015, implantaremos painéis de vedação (*blanks panel*) nos *racks* dos equipamentos de TI no CTMM. Esses painéis serão usados para selar os espaços verticais vazios nos *racks* e melhorar a distribuição da ventilação no ambiente em que estão os equipamentos de TI. Essa iniciativa proporciona um aumento da temperatura do ar nos *fan coils* (equipamentos de ar-condicionado de precisão para *data centers*), reduzindo assim a quantidade de energia usada pelos equipamentos de refrigeração, e o consumo de água. Essa iniciativa já foi implantada no Centro Tecnológico de São Paulo (CTSP).

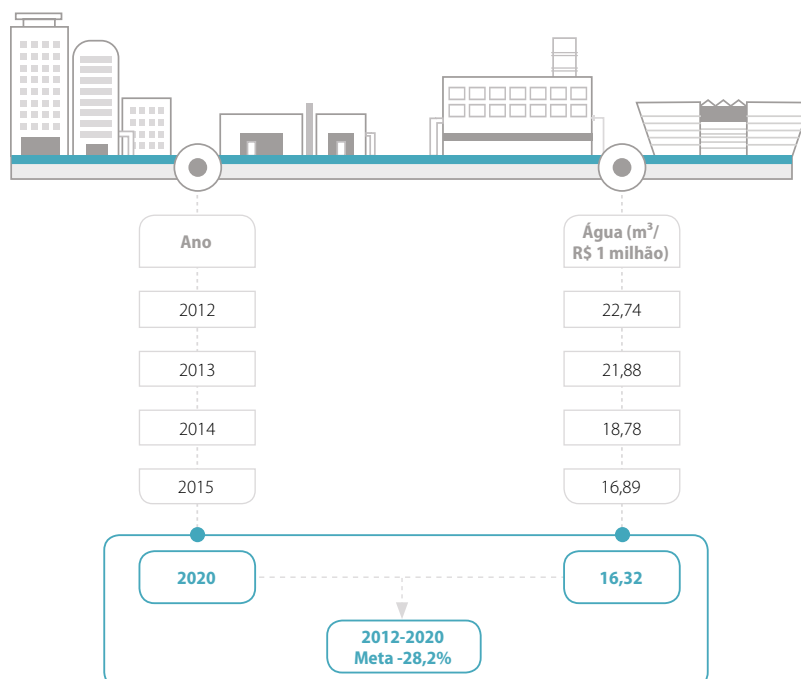
GRI G4-EN10

Além disso, com a construção do novo *Data Center* de Mogi Mirim, foi preciso otimizar nossa infraestrutura, o que levou ao início do fechamento dos *data centers* dos centros CAS (Centro Administrativo de Campinas) e CAR (Centro Administrativo Raposo). Consequentemente, o consumo de água desses prédios deve ser reduzido a zero na época do seu fechamento.

Metas e visão para o futuro

Reforçando nossa governança em relação à gestão de água e demonstrando nosso compromisso de longo prazo com o tema, além das medidas acima mencionadas, nos comprometemos a reduzir nosso consumo de água em 28% por R\$ 1 milhão em produtos bancários, no período de 2012 a 2020. Isso equivale a uma redução de 5,85 m³/R\$ 1 milhão, o que demonstra nosso compromisso com o uso eficiente desse recurso.

A tabela a seguir apresenta a evolução do consumo de água nos últimos anos e sua relação com as metas estipuladas:



Nosso desempenho hídrico em 2015 nos permitiu atingir e ultrapassar nossa meta estabelecida em 17,44%, com um indicador de 13,94 m³/R\$1 milhão⁸.

8. Considerando nosso consumo de 2015 de 1.448.888,63 m³ (excluindo IBBA) e o produto bancário publicado na Análise Gerencial da Operação (MD&A, sigla em inglês), de R\$ 103.910 milhões.

Energia GRI G4-DMA Energia**Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução do consumo de energia em 2015**

Como atuamos no setor de serviços, as principais fontes de consumo de energia elétrica do Itaú Unibanco são os equipamentos eletrônicos e de refrigeração.

Conscientes de que nossas operações dependem em grande parte da disponibilidade de energia elétrica, buscamos constantemente aumentar nossa eficiência energética por meio de melhores práticas de mercado e metas de redução de consumo.

Na busca por um indicador de gestão cada vez melhor, dividimos os controles entre os prédios administrativos, centros tecnológicos e rede de agências. Essas áreas participam de um grupo de trabalho liderado pela área de Sustentabilidade que trata do tema energia, entre outros.

Atualmente, 81% de toda a energia elétrica consumida nos prédios administrativos é proveniente do mercado livre, mais especificamente de fontes renováveis, como energia solar, eólica, biomassa e PCHs (Pequena Central Hidrelétrica). Nosso objetivo é que essa participação chegue a 96% até 2020.

Contudo, a capilaridade da rede de agências constitui um desafio para a padronização do uso de energia elétrica. Por essa razão, a gestão de cerca de 4 mil agências bancárias conta com a ajuda de um algoritmo especificamente desenvolvido para uma análise contínua do consumo de cada agência, com o

intuito de identificar anomalias e picos de consumo. Este sistema permite não só um controle detalhado do consumo das agências como também, o planejamento e a priorização de ações de melhoria em busca de uma maior eficiência energética.

Assim como nas outras áreas, dentro do departamento de Tecnologia da Informação do banco (TI) existe um departamento responsável pela infraestrutura e engenharia (civil, elétrica, mecânica e hidráulica) dos Data Centers do Itaú Unibanco, que atualmente conta com quatro prédios: o Centro Tecnológico de Mogi Mirim (CTMM), o Centro Tecnológico de São Paulo (CTSP), o Centro Alternativo Campinas (CAS) e o Centro Administrativo Raposo (CAR).

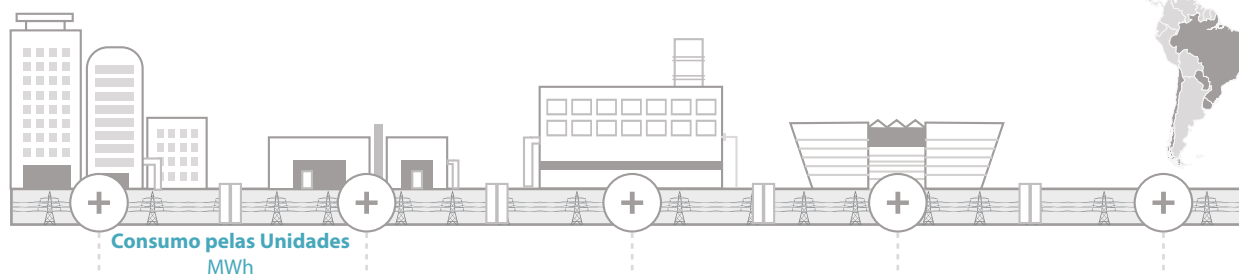
Essa estrutura nos possibilita uma gestão de energia com a competência de profissionais qualificados específicos, aproveitando um sistema de automação que permite o monitoramento em tempo real da infraestrutura dos *Data Centers*.

Algumas das principais iniciativas para a redução do consumo de energia em 2015 incluem: **GRI G4-EN6**

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (MWh)	Economia (R\$/ano)
Iluminação LED nos prédios administrativos	Substituição progressiva de lâmpadas fluorescentes por LED nas principais instalações do Centro Empresarial, como restaurantes, estacionamento, auditórios.	NM	NM
Otimização da iluminação	Otimização do uso de iluminação nos principais prédios administrativos.	NM	NM
Revisão do modelo operacional	Revisão do modelo operacional que resultou em uma redução do consumo de energia nos principais prédios administrativos por meio da redução do tempo de iluminação e de ar-condicionado.	NM	NM
Sistema BMS	Implantação e/ou reajustes do sistema BMS (Building Management System), que consiste no monitoramento remoto e em tempo real, no prédio ITM, das contas mensais de energia e no acompanhamento de folhas de controle (investimentos, redução, reembolsos).	791,29	356.248,00
Implantação de Entrada Blindada de Energia no CTSP	O ambiente de um <i>data center</i> é considerado um local crítico, ou seja, paralisações ou perda de dados podem ter consequências financeiras e/ou sociais significativas. Por isso, investimos em projetos que garantam uma estrutura altamente disponível, segura e resiliente. A implantação desse painel blindado resulta em um fornecimento de energia de maior qualidade ao prédio, e assegura confiabilidade e maior segurança na operação.	NM	NM
Fechamento dos <i>data centers</i> dos centros CAS e CAR	Com a construção do novo centro de Mogi Mirim, pudemos otimizar a nossa infraestrutura e fechar os <i>data centers</i> dos centros CAS e CAR. Este projeto está em andamento e reduzirá o consumo de energia nesses prédios, com tendência de chegar a zero.	1,1MWh	0,5MM
Índice de Eficiência do Uso de Energia (PUE, sigla em inglês) melhorado no centro CAR	Foi conduzido um estudo sobre os principais fatores do nosso sistema de refrigeração que afetaram o valor do PUE o qual gerou um plano para o desligamento de uma centrífuga e suas correspondentes bombas, fan coils adicionais e circuitos de iluminação. As ações implementadas representaram uma redução de 23% no valor do PUE, levando a uma economia no consumo de energia (de 3,56 para 2,74).	2.500,00	1,1MM
Otimização do Sistema de Refrigeração do CTMM	Essa iniciativa visa integrar a disponibilidade, a segurança, a confiabilidade e a sustentabilidade operacional do sistema de refrigeração no CTMM. As mudanças feitas aumentam a eficiência energética do sistema por meio do melhor desempenho do equipamento de refrigeração, assegurando uma vida útil mais longa para o sistema.	2.316,00	1,2MM
Auditoria energética do Edifício Faria Lima 3500	Avaliação do desempenho energético do Edifício Faria Lima para identificar oportunidades de reduzir o consumo de energia e aumentar a eficiência energética.	NM	NM
Revisão dos ventiladores e sistemas centrais de exaustão nas garagens do Edifício Faria Lima 3500	Após a avaliação feita no horário de trabalho, foi feita uma revisão, em horários de funcionamento programado, para o uso mais eficiente dos equipamentos de ventilação e exaustão.	NM	NM
Iluminação escalonada no subsolo (estacionamento) do Edifício Faria Lima 3500	Redução do número de lâmpadas nos andares de subsolo.	NM	NM
Revisão de procedimentos operacionais relacionados com iluminação e ar-condicionados	Revisão dos procedimentos para ligar e desligar a iluminação e ar-condicionados (otimização da operação do prédio).	NM	NM
Iluminação LED	Uso de lâmpadas LED em áreas específicas de alguns prédios.	NM	NM
Revisão da operação de iluminação nas agências	Revisão da iluminação em áreas ociosas, que levou a uma redução de 16.020 lâmpadas.	337,4	185.580,00
Ar-condicionados das agências	Reforma de 198 aparelhos de ar-condicionado em 2015; e plano de reforma de mais 347.	NM	NM

As informações de iniciativas são estimadas.

Consumo e análise GRI G4-EN3



Total

	2013	2014	Meta 2015 ²	Resultado 2015 ³	Meta 2016 ²
MWh	668.130,72	716.772,69	688.276,31	717.779,51	708.686,81
GJ	2.405.270,59	2.580.381,68	2.477.794,71	2.584.006,23	2.551.272,51

NE – Não estabelecida

1 – 3.584 de 3.882 agências foram monitoradas. Para as outras 298, o consumo de energia em 2015 foi calculado considerando o consumo médio das agências monitoradas. Essa lógica também foi aplicada para os anos anteriores, levando a resultados diferentes dos divulgados em relatórios anteriores, apresentados abaixo:

2012: 351.472,00 2013: 347.471,61 2014: 349.796,00

O novo escopo das nossas emissões foi recertificado por terceiros, de acordo com essa nova lógica.

2 – Não inclui IBBA e Latam.

3 – Dados de 2015, reflete o consumo real de janeiro a dezembro.

4 – Dados coletados do nosso Inventário de Emissões de GEE 2015.

Mesmo com o início das operações do CTMM, nosso novo Centro Tecnológico de Mogi Mirim, nosso consumo total de energia, em 2015, aumentou somente 0,14% em comparação com 2014. É importante mencionar também que a meta estabelecida para energia para 2015 foi atingida.

Para 2016 e 2017, a nossa expectativa é que o nosso consumo absoluto de energia cresça devido ao aumento das nossas operações, garantidas pelo CTMM. O centro vai operar em paralelo com os centros existentes até a conclusão da transição em 2017, quando dois centros tecnológicos serão

fechados, o que resultará em uma redução do consumo de energia em relação ao ano anterior ao fechamento.

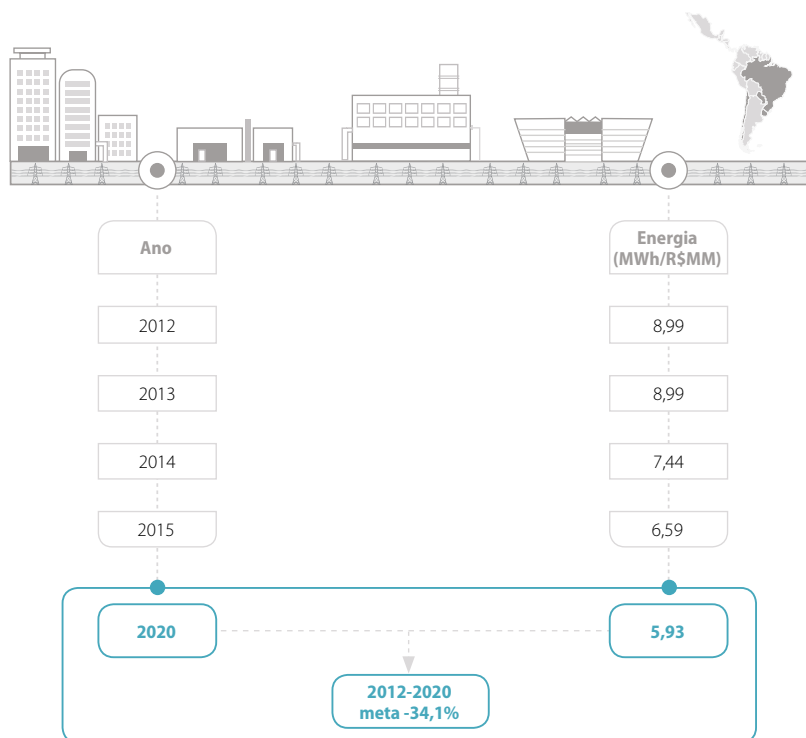
É importante observar que nossas metas excluem o IBBA e Latam. Isso significa que as nossas metas anteriores e futuras devem ser comparadas com o consumo de 668.404,35 MWh.

Nossas metas para 2016 foram estabelecidas durante 2015 e apresentaram reduções em comparação com a meta de 2015 (exceto para data centers como mencionado acima). No entanto, o principal objetivo do Itaú é reduzir em 34,1% seu consumo de energia total, por R\$ 1 milhão de receita entre 2012 e 2020, conforme detalhado na seção Metas e visão para o futuro.

Metas e visão para o futuro

Na busca constante por um performance sustentável e dando mais um passo em direção à governança de sustentabilidade, mais especificamente no que se refere a energia, o Itaú Unibanco estabeleceu formalmente três metas de redução em 2015:

- Reduzir em 34% nosso consumo de energia por R\$ 1 milhão em produtos bancários entre os anos de 2012 e 2020, conforme apresentado a seguir;
- Atingir, em 2020, um PUE (índice de Eficácia do Uso de Energia) de 1,60, 19% menor que em 2015; e
- Comprar, até 2020, 96% da energia para os prédios administrativos de fontes renováveis, 55% a mais do que em 2012.



Dada a especificidade das atividades desenvolvidas nos centros tecnológicos, prédios administrativos e agências, cada área continuará com metas e monitoramento específicos, que serão adicionados aos compromissos institucionais feitos pelo banco em 2015.

Nosso desempenho energético em 2015 nos permitiu atingir e ultrapassar nossa meta estabelecida em 2,43%, com um indicador de 6,43 MWh/R\$ 1 milhão⁹.

Emissões [GRI G4-EN19](#) | [G4-EN30](#) | [G4-DMA Emissões](#)

Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução de emissões em 2015

Acreditamos que não há gestão sem medição. Portanto, por mais de sete anos quantificamos, obtivemos garantia de terceiros e divulgamos anualmente nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e nos esforçamos para reduzi-las. Nosso inventário é preparado de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, em 2015, começamos a compensar as emissões diretas e parte das nossas emissões indiretas geradas pelo recém-

inaugurado *Data Center* CTMM, por meio da compra de créditos de carbono certificados com co-benefícios comprovados. Com a compra de créditos de carbono, compensamos nossas emissões de Escopo 1 de 2012, 2013, 2014 e 2015, e as emissões de Escopo 2 do CTMM, no total de 47.332,33 tCO₂e.

O Itaú Unibanco é também signatário do Carbon Disclosure Project (CDP), além de fazer parte das carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), e do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), que anualmente reportam nossas emissões.

Em linha com o compromisso de mitigar o impacto das nossas operações, compramos 81% da energia elétrica usada em nossos prédios administrativos de fontes de energia limpa, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas de biomassa ou parques eólicos. Durante testes ou no caso de falha no sistema de distribuição de energia, somos obrigados a ligar nosso sistema de geradores para assegurar 100% de disponibilidade para nossas instalações e a continuidade dos nossos negócios.

Neste contexto, implementamos medidas para reduzir, direta ou indiretamente, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e outros poluentes associados aos nossos negócios.

Instalamos um lavador de gases e dispositivos de baixa emissão nos prédios administrativos com níveis de consumo mais altos. Esses dispositivos são usados, geralmente, para a neutralização de gases (retenção de vapor) e a retenção de material particulado. Além disso, investimos em sistemas de geradores de baixa emissão. Atualmente, 70% da nossa capacidade instalada nos prédios administrativos é composta por energia de baixa emissão, 53% mais limpa que dos equipamentos antigos.

Conduzimos, também, um estudo comparativo de emissões resultantes de gases refrigerantes usados nos prédios administrativos, com o objetivo de mapear as alternativas mais eficientes, com menos impacto ambiental e emissões mais baixas de gases de efeito estufa. Assim, nossa premissa é que cada novo projeto (por exemplo, CTMM) seja equipado com dispositivos mais eficientes em termos de geração de energia e conforto térmico, que são considerados dispositivos de baixa emissão.

9. Considerando nosso consumo de 2015 de 668.404,3 MWh (excluindo BBA e Latam) e o produto bancário publicado em nosso MD&A de 103.910 R\$MM.

Algumas das nossas principais iniciativas que levaram à redução de emissões de GEE pelo banco estão apresentadas a seguir:

Iniciativa	Descrição	Resultados	
		Redução de Emissão (tCO ₂ e)	Economia (R\$/ano)
Reuniões virtuais	Substituição de reuniões presenciais por salas de telepresença, evitando o deslocamento para outras cidades e/ou polos administrativos e reduzindo a necessidade de transporte terrestre ou aéreo. Em 2015, fizemos mais de 16.940 reuniões virtuais, um aumento de 25% em comparação com 2014.	33.884,46 ¹	NM
Projeto Carona	Compartilhamento de táxi. Otimização do tempo dos colaboradores que estejam indo para o mesmo destino. Redução das emissões de gases de efeito estufa para o meio ambiente, com menos veículos indo para o mesmo lugar. Redução de despesas com táxi.	NM	NM
Documentos – Gestão de Conteúdo	Iniciamos o processo de transporte de papel do fornecedor até o destino final. Isso inclui demandas de pesquisa nas quais o documento deve ser transportado até o destino final e/ou para as empresas de reciclagem. Com o projeto de eletrônica do Banco de Varejo, espera-se uma redução de emissões com este tipo de transporte.	NM	NM
Reciclagem de gases refrigerantes	Aumentamos a quantidade de gases refrigerantes entregues para empresas de reciclagem sempre que se faz manutenção dos equipamentos de refrigeração em todas as agências. Através do aumento de gás R22 enviado para reciclagem, conseguimos evitar a emissão de 3.858,6 tCO ₂ e na atmosfera.	3.858,6	NM
Transporte unificado de materiais na rede de agências	Otimização do transporte de materiais com programas unificados na rede de agências. Como exemplo de programas, podemos citar: transporte de caixas eletrônicas juntamente com mobiliário das agências, promovendo assim a otimização de ações que antes eram realizadas separadamente. Houve uma redução de 4.601 fretes, de 12.222 em 2014 para 7.621 em 2015.	NM	NM
Transporte de malotes entre agências	Revisão e redução dos itinerários de transporte de malotes entre as agências.	NM	NM
Transporte de valores	Otimização operacional, evitando e reduzindo o transporte de valores na rede de agências.	NM	NM
Fechamento dos data centers dos centros CAS e CAR	Com a construção do novo centro tecnológico de Mogi Mirim, tivemos a necessidade de otimizar a nossa infraestrutura dando início a esse projeto, cujo objetivo é o fechamento dos data centers dos centros CAS e CAR. Este projeto está em andamento e reduzirá as emissões nesses prédios, com tendência de chegar a zero.	NM	NM

NM – Não medida.

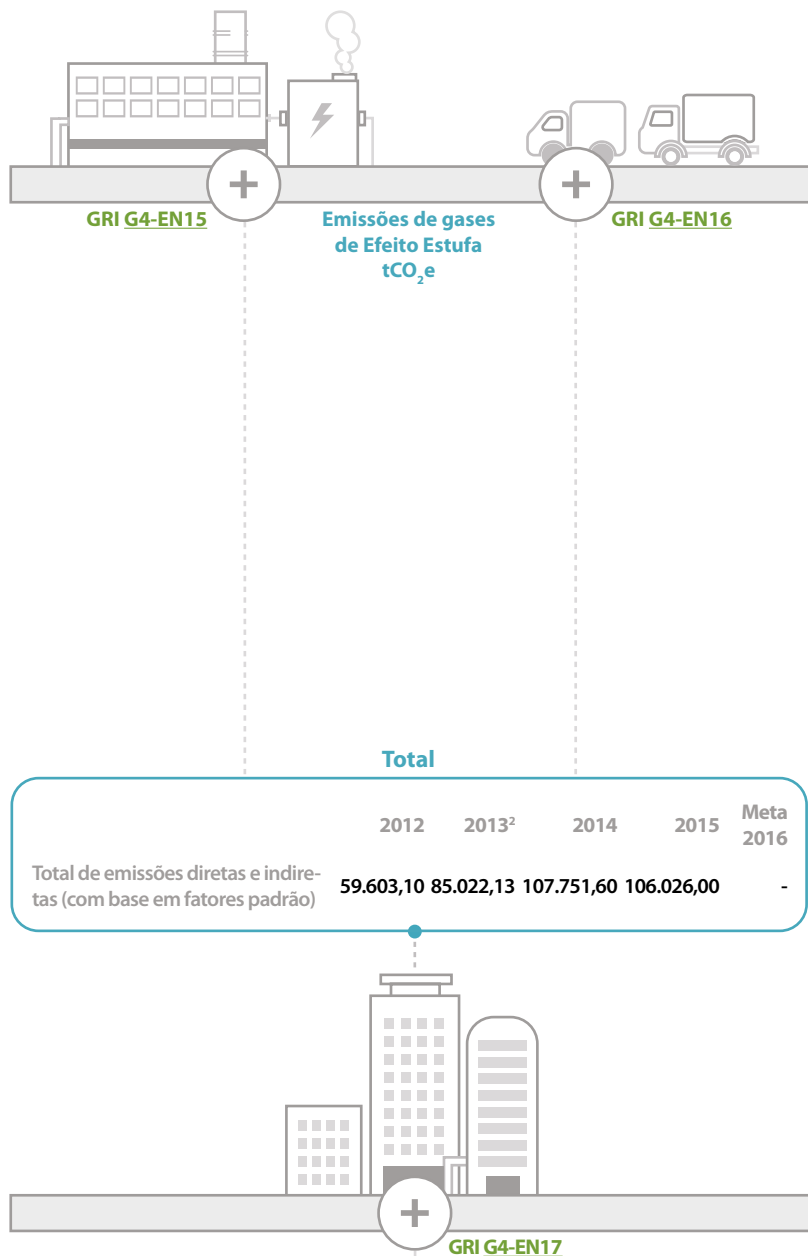
1. Estimada com base em valores de 2014.

Consumo e análise

Em 2015, nossas emissões de Escopo 1 apresentaram um aumento de 23% em relação a 2014 decorrendo, principalmente, da implementação do novo Centro Tecnológico de Mogi Mirim. Apesar desse aumento geral nas emissões de Escopo 1, principalmente causadas por geradores de emergência, é importante enfatizar que houve uma redução no total das nossas emissões. Em 2015, diminuimos a utilização da nossa aeronave própria em 27% em comparação com 2014. Reportamos, em 2015, um volume de 9.872 toneladas de CO₂e emitido (escopo 1).

Com relação às emissões de escopo 2, reportamos uma redução de 3,6% em comparação com 2014. A principal razão dessa redução foi a diminuição no fator de emissões do grid nacional. Em 2015, o volume total de emissões de Escopo 2 foi 96.154 toneladas de CO₂e.

Nossas emissões de Escopo 3 apresentaram uma redução significativa de 15% quando comparadas à 2014. A principal razão dessa redução foi a diminuição do uso de combustível nos veículos de serviço do Itaú, em decorrência de mudanças operacionais para aumentar a eficiência do transporte. Nossas emissões de Escopo 3 em 2015 totalizaram 121.521 toneladas de CO₂e.



Metas e visão para o futuro

Analizamos nossas fontes de emissão com foco em um consumo menor e mais eficiente de recursos naturais, o que resulta na redução da geração de gases de efeito estufa.

Em 2015, estabelecemos um objetivo em longo prazo para a redução de 34% do nosso consumo de energia por R\$ 1 milhão em produtos bancários, que levará a uma redução de 34% nas emissões de Escopo 2¹⁰ entre 2012 e 2020. Essa grande redução será o resultado do nosso contínuo investimento em atividades que aumentam nossa eficiência energética, e das sucessivas atividades para incentivar a conscientização e a mudança de mentalidade dos nossos colaboradores.

Pre vemos a construção e o início das operações de um grande prédio administrativo para 2016. Portanto, esperamos um aumento no consumo de diesel B5 e de gás natural nos próximos três anos. Contudo, pretendemos utilizar o gás natural empregado na co-geração de energia elétrica, que atenderá a maior parte da demanda, reduzindo dessa maneira nossa dependência do *grid* nacional. O sistema de co-geração possui também um dispositivo de regeneração, que utiliza o calor produzido na geração de água fria para operar o sistema de ar-condicionado. Com relação às emissões de Escopo 1, nosso compromisso é manter nosso consumo de GPL estável entre os anos de 2015 e 2017 (20.809,00 kg), mesmo com a ampliação das instalações do banco, assim como reduzir, de 1.928,5 kg para 1.848,5 kg, o gás refrigerante¹¹ usado nos prédios administrativos.

10. Fator de emissão da grade para 2012 usado para calcular as metas.

11. R22, R 134 a, R 141 b, 407 C e M099

1. A diferença nas emissões de Escopo 2 em relação aos relatórios anteriores é devida a um aumento na cobertura de consumo de energia pelas agências. A nova cobertura de 100% foi calculada considerando o consumo médio das agências monitoradas. Nos relatórios anteriores, nossas emissões de escopo 2 foram:

Escopo 2 2012 – 48.890,50	Escopo 2 2013 – 81.916,69	Escopo 2 2014 – 93.890,60
Cobertura 84%	Cobertura 86%	Cobertura 89%

O novo escopo das nossas emissões foi recertificado por terceiros, de acordo com essa nova lógica.

2. A partir de 2013, os números foram reajustados de acordo com o relatório AR-4 do IPCC; 3. Baseada no fator de emissão da grade de 2015; e 4. Não inclui IBBA e Latam.

Transporte GRI G4-EN30 | G4-DMA Transporte

Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução de quilometragem percorrida em 2015

O controle de dados referentes aos transportes aéreo e terrestre inclui informações sobre aviação executiva e civil, assim como sobre táxis, vans e veículos executivos utilizados por colaboradores.

As informações são fornecidas pelos prestadores de serviço e reportadas, consolidadas e armazenadas por uma empresa de gerenciamento de dados contratada pelo Itaú, o que garante o adequado controle do indicador. Além disso, atualizamos mensalmente nosso registro sobre emissões de CO₂. Essa ferramenta permite a gestão do indicador em integração com a base de dados do inventário de emissões. Usando a base de dados, é possível fazer um acompanhamento trimestral do cumprimento da meta estipulada, o que permite um melhor direcionamento de ações para reduzir e controlar picos de consumo.

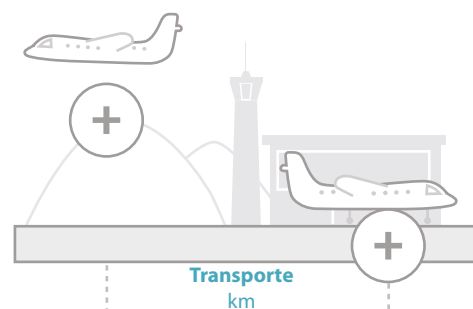
Investimos continuamente em projetos que tornam nosso transporte mais inteligente e eficiente, reduzindo assim a quilometragem percorrida em diversas modalidades de transporte terrestre e aéreo. A tabela a seguir resume essas iniciativas ao longo de 2015, e as iniciativas dos anos anteriores, que continuaram a gerar resultados para o banco.

Iniciativas	Descrição	Resultados	
		Redução de Consumo (km)	Economia (R\$/ano)
Campanha de conscientização em relação à mobilidade	Uma campanha veiculada em diversos meios internos (revista interna e comunicados por e-mail), com o objetivo de incentivar a utilização de reuniões virtuais, de transporte público e a substituição do transporte individual para o coletivo.	NM	NM
Reuniões virtuais	Substituição de reuniões presenciais por salas de telepresença, evitando o deslocamento para outras cidades e/ou centros administrativos. Em 2015, fizemos mais de 16.940 reuniões virtuais, um aumento de 25% em comparação com 2014.	94,5 MM ¹	NM
Boletins informativos aos gerentes	Envio de boletins mensais aos gestores informando quais deslocamentos aéreos e terrestres poderiam ser evitados com reuniões virtuais; envio de boletins sobre a utilização das rotas de vans disponibilizadas entre os prédios administrativos.	NM	NM
Workshop com prestadores de serviço	Conscientização dos prestadores de serviço sobre a importância da sustentabilidade nos negócios e preparação de um inventário de gases do efeito estufa.	NM	NM
Revisão de rotas facilitadoras	Otimização das rotas de vans e ônibus entre os centros.	110.000,00	0
Compartilhamento de táxi	O objetivo é evitar o deslocamento de mais de um veículo para o mesmo destino e ao mesmo tempo, reduzindo dessa maneira emissões prejudiciais ao meio ambiente e ajudando a reduzir o trânsito nas grandes cidades.	1.158,00	4.000,00
Táxi híbrido	Para reduzir as emissões geradas pelo uso de táxis, priorizamos o uso de veículos híbridos. Em dezembro de 2015, a empresa que nos presta serviços de táxi introduziu 15 veículos híbridos em sua frota.	223,00	0

NM – Não medido

1. O cálculo foi baseado no número de viagens realizadas em 2014, com acréscimo de 25% no uso de salas virtuais em 2015, conforme premissa da área.

Consumo e análise



Total				
	2012	2013	2014 ¹	2015 ¹
Total	195.066.000	173.886.000	200.059.000	192.588.882,89

1. Inclui dados do Itaú, IBBA e Latam (Argentina, Chile e Paraguai).

2. Inclui reembolso de combustível e táxi, boleto de táxi, vans e ônibus.

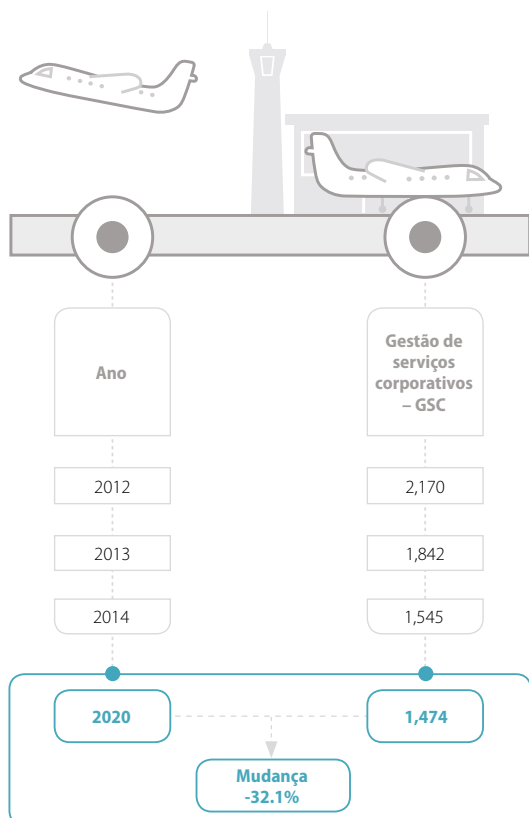
Melhoramos nossa coleta de dados, especialmente em relação a informações do IBBA. Como resultado dos nossos constantes esforços para reduzir a quantidade de viagens de negócios, a análise de dados do Itaú sobre transporte aéreo e terrestre corporativo mostrou um declínio de 3,73% em comparação com 2014.

Para 2015¹², nossa meta era não ultrapassar 2.000 km/R\$ 1 milhão. Atingimos o nosso objetivo e nosso indicador foi de 1.351 km/R\$ 1 milhão.

12. Não inclusos dados de viagem da Latam e IBBA.

Metas e visão para o futuro

Em decorrência do processo de amadurecimento do banco, ao longo dos anos, estabelecemos metas de redução de emissão de gases a longo prazo. Assim, nos comprometemos em reduzir a quilometragem percorrida em 32,1% por R\$ 1 milhão em produto bancário (PB), entre 2012 e 2020, o que demonstra o contínuo aperfeiçoamento da estratégia de transporte do Itaú, como apresentamos a seguir.



Nota: A meta estabelecida inclui acordos de viagens corporativas (passagens aéreas) e táxis.

Papel GRI G4-EN1 | G4-DMA Materiais

Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução do consumo de papel em 2015

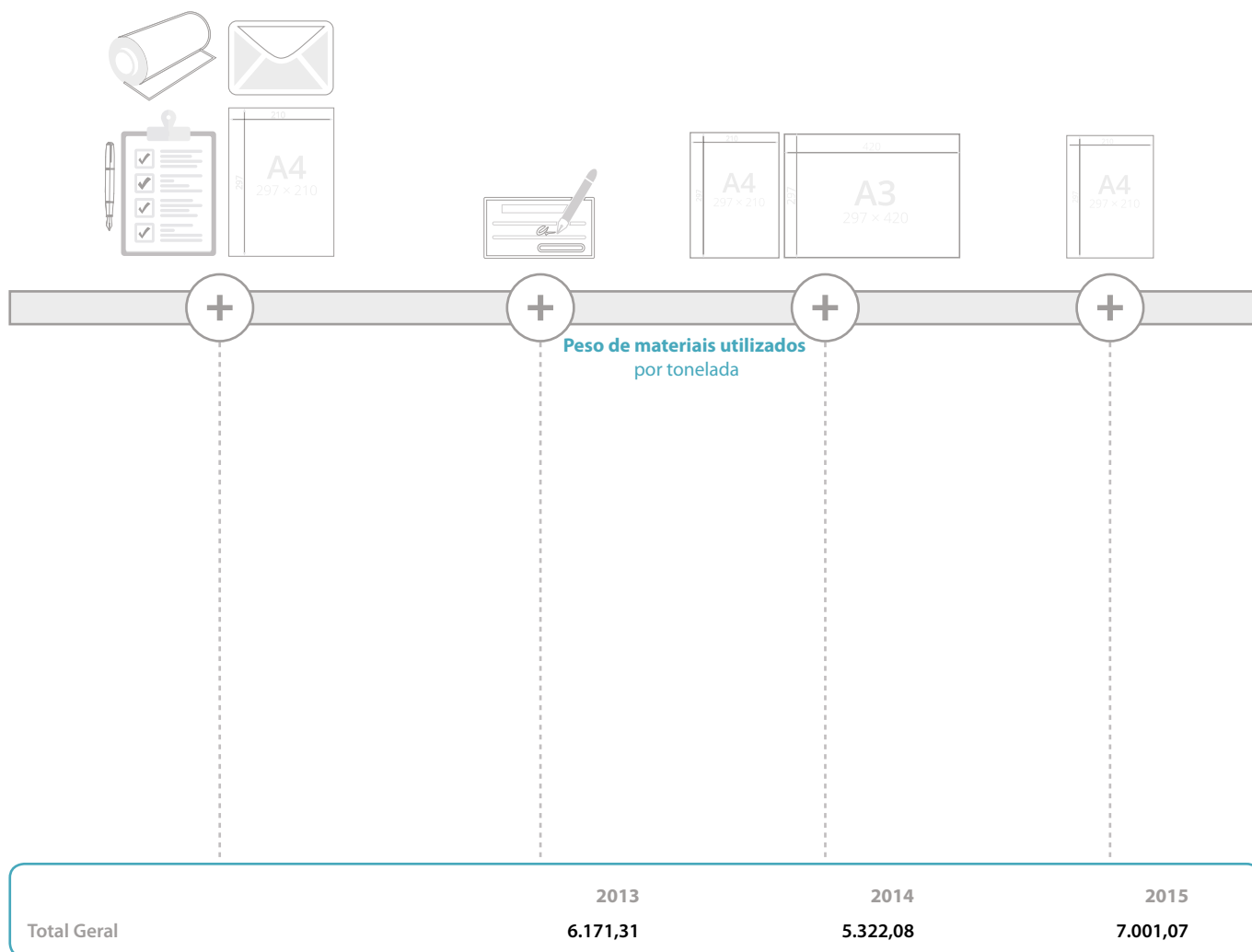
Entendemos que a utilização de papel é um assunto relevante para o banco e estamos trabalhando para minimizar esse impacto. Durante todo o ano de 2015, aperfeiçoamos nosso processo de monitoramento do consumo de papel, reportando uma maior quantidade de fontes consumidoras. Além disso, até 2014 nossos relatórios baseavam-se em dados sobre compra de papel e não sobre a sua utilização. No ano passado, coletamos informações retroativas para reportar de maneira padronizada sobre o consumo e não sobre a compra desse material. Iniciativas internas, como, por exemplo, a terceirização do serviço em toda a rede de agências permitiram o controle das impressões, o aumento do nível de gestão desse indicador e o a maior precisão, refletindo melhor a realidade do banco.

A visão do banco, em se tornar um banco cada vez mais digital, contribui bastante para a redução da geração de papel e, nesse sentido, a maioria dos nossos projetos internos já tem a racionalização e a eletrônica dos processos como diretrizes.

Vale à pena mencionar que o uso de papel na comunicação com nossos clientes representa a maior parte do volume gerado pelo banco. No entanto, campanhas como de fatura digital e envio de extratos em PDF ajudaram a diminuir esse volume. Cabe ressaltar, também, que 100% do papel impresso no banco é certificado pelo FSC.

Iniciativa	Descrição	Redução de Consumo	Resultados Economia (R\$/ano)
Microcrédito	O departamento utiliza apenas arquivos eletrônicos durante as visitas de crédito. Em 2015, foram economizadas, aproximadamente, 266.280 folhas de papel graças à digitalização de documentos.	1,2 tons	NM
Processo Kaizen – Mix de Impressão	Redução da quantidade de impressão colorida sem impactar o volume de impressão e a oferta de recursos de impressão para as áreas.	NM	NM
Processo Kaizen – Reavaliar a Necessidade de Impressão	Redução do volume de impressão no ambiente corporativo.	NM	NM
Projeto de Unificação de Impressão	Contratação de um único prestador de serviços de impressão para o Itaú, Rede e IBBA.	NM	NM
Redução de impressão na rede de agências	• Revisão e otimização de todos os formulários disponíveis para impressão, como comprovantes, contratos, recibos • Revisão da necessidade de impressão de relatórios internos • Simplificação de processos • Upload de documentos do Itaú para a internet permitindo a transferência de arquivos eletrônicos entre cliente e gerente • Geração de documentos em PDF eliminando a necessidade de impressão • Confirmação de contratação de um produto ou serviço usando um número PIN em terminais, reduzindo a necessidade de imprimir o contrato para assinatura	210,6 tons	3,9 MM
Revisão e Digitalização de Processos	Revisão de processos e digitalização de notas, crédito imobiliário, faturas, consórcio e processos de emissão de senhas.	• Crédito imobiliário: 90% de redução de impressão devido à disponibilidade de informações online • Consórcio: 70% de redução de impressão devido à digitalização • Emissão de senha 50% de redução de impressão devido ao envio por SMS	NM
Redução de desperdício de talões de cheque	Em 2015, realizamos diversas ações com o intuito de reduzir o desperdício de talões de cheque, com foco na produção por solicitação e evitando envios desnecessários. Com essa abordagem, conseguimos uma redução no consumo de papel de 11% na comparação entre 2015 e 2014.	64 tons	NM
Redução de impressão em processos de revisão	• Redução de documentos de empresas clientes • Digitalização de documentos de compensação • Eliminação da impressão da reconciliação contábil diária de caixa	NM	NM
Eficiência na correspondência de documentos	O objetivo dessa iniciativa é reduzir o consumo de papel, a impressão e os custos de postagem de documentos e contratos, por meio de digitalização e do upload de documentos em nosso sistema de <i>internet banking</i> .	NM	NM
Fatura Digital	Incentivo à digitalização da fatura de cartão de crédito, com a inibição da postagem em papel e envio de alertas por e-mail e SMS.	NM	NM
Extrato eletrônico	Inibição do envio do extrato bancário em papel.	NM	NM

Consumo e análise



Devido à melhoria da coleta de dados, observamos um aumento total natural no volume de papel usado entre 2014 e 2015. Nosso esforço em reduzir o uso de papel trouxe resultados relevantes, como os alcançados pela Gerência de Impressão (GIM) (correspondência para clientes), que diminuiu o consumo em 55%. Iniciativas para aumento de eficiência voltadas para o envio de correspondência por meios eletrônicos, por exemplo, reduziram significativamente o volume de impressão e de postagem.

Além disso, outros projetos contribuíram para essa redução, tais como:

- Acesso a extratos pela Internet para todos os segmentos do banco (30 horas), impactando o volume de papel, bobinas e envelopes;
- Migração da impressão em papel A4 (Xerox) para papel em bobina (Ricoh), que influencia na redução do volume de papel A4; e
- Diversos projetos para inibir o envio pelo correio.

Metas e visão para o futuro

Os projetos derivados de processos Kaizen, em 2015, continuarão gerando resultados nos próximos anos, uma vez que envolvem revisões de processos permanentes. Além disso, estão sendo empreendidos grandes esforços para aumentar a conscientização dos colaboradores em relação à não utilização de papel.

A simplificação e a eletrônica de processos em que se usa papel, como comunicação com clientes, abertura de conta, impressão interna, postagem de extratos bancários, entre outros, estão totalmente alinhados com o posicionamento do Itaú de se consolidar como um banco digital.

Resíduos GRI G4-DMA Efluentes e Resíduos

Gestão de indicadores e principais iniciativas para redução da geração de resíduos e melhoria da disposição de resíduos em 2015

Estamos empregando nossos maiores esforços na gestão de resíduos gerados pelas nossas operações, inibindo a geração de novos resíduos e incentivando a reciclagem e o descarte de forma responsável em relação ao meio ambiente. Adicionalmente, visamos reduzir os resíduos enviados para aterros, conforme detalhado adiante, o que se aplica às nossas instalações administrativas.

Além disso, para incentivar campanhas de conscientização para nossos colaboradores, adotamos a coleta seletiva em nossos principais centros e organizamos uma coleta para descarte sustentável de todos os resíduos eletroeletrônicos gerados pelo Itaú Unibanco, ou seja, agências, unidades administrativas e estoque.

Nosso desafio é padronizar as práticas de gestão de resíduos em todas as nossas agências, considerando o número elevado de agências e a penetração no país. Para isso, emitimos alertas periódicos de pontos específicos nas agências e, no início de 2015, começamos um processo de monitoramento do volume de resíduos, gerados por cada agência, em São Paulo. A pesquisa abrangeu 40 das principais agências na cidade.

GRI G4-EN23

Iniciativa	Descrição	Resultados	Economia (R\$/ano)
Implantação de logística reversa de lâmpadas nos principais prédios administrativos	Em linha com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, firmamos uma parceria com o fabricante para a prática de logística reversa, ou seja, o recolhimento pelo fabricante das lâmpadas utilizadas nos principais prédios administrativos do banco. Anteriormente as lâmpadas eram encaminhadas para descarte por uma prestadora de serviços do banco.	Logística reversa de 49.729 lâmpadas	59.674,8
Descarte sustentável de resíduos eletroeletrônicos	Buscamos eliminar todo o nosso resíduo tecnológico (equipamento informático obsoleto) de uma forma ambientalmente responsável. Quando atingem o fim da sua vida útil, os equipamentos passam por um processo de manufatura reversa e são reinseridos na cadeia produtiva como matéria-prima.	Fabricação reversa de 525,67 toneladas de resíduos eletroeletrônicos descartados	NM
Reutilização de equipamentos no Data Center	Os equipamentos são comprados para atender a aplicativos de TI. Quando a aplicação é desabilitada, é feita uma análise técnica do equipamento. Considerando que o resultado esperado seja um desempenho eficaz, o equipamento é reutilizado para novas aplicações, evitando a aquisição de novo equipamento.	Reutilização de equipamentos evitou o descarte de 2 toneladas de resíduos eletroeletrônicos	1,7 MM
Conscientização interna	Campanha de conscientização para a correta destinação do resíduo gerado pelas atividades do banco.	NM	NM
Descarte sustentável de iTokens	No segundo semestre de 2015, conduzimos uma importante campanha de desativação dos iTokens, tornando as operações dos nossos clientes mais rápidas, seguras e digitais. Além dos diversos pontos de coleta disponíveis nos prédios administrativos, todas as agências foram avisadas para aceitar devoluções de iTokens. Todos os equipamentos coletados foram enviados para descarte sustentável.	NM	NM
Iniciativas da cadeia de suprimentos	Ao longo de 2015, vários contratos de fornecedores foram revisados ou fechados, sendo incluídas cláusulas de sustentabilidade. Diversas revisões de contrato levaram à redução de resíduos nos processos dos fornecedores. Podemos mencionar as parcerias com: • A farmácia, que inclui descarte sustentável de remédios vencidos • O salão de beleza, onde são coletados os vidros de esmalte • Os prestadores de serviços de alimentação, para coleta e reciclagem de óleo de cozinha e compostagem de resíduos orgânicos, etc.	NM	NM

Em 2015, nosso foco continuou sendo reduzir nossa porcentagem de resíduos enviados para aterros, diminuindo assim nosso impacto ambiental.

Estamos constantemente trabalhando com nossa cadeia de valor em iniciativas e programas de conscientização, com o intuito de reduzir a geração e assegurar a correta destinação dos resíduos derivados das atividades do banco. Em 2015, nossa administração anunciou os principais resultados:

- Redução da geração de resíduos destinados a aterros em comparação com 2014;
- Aumento da reciclagem de resíduos gerados em comparação com 2014;
- Ampliação do número de prédios com compostagem de resíduos nos restaurantes: ampliamos o processo de compostagem para mais um centro administrativo importante e, com essa ação, evitamos o envio de 35 toneladas para o aterro sanitário. Possuímos sistemas de compostagem em quatro prédios administrativos, que representam, em conjunto, 62% da equipe do Itaú que trabalha na administração; e

- Campanha de conscientização interna, cujo objetivo é reduzir a geração de resíduos, assim como conscientizar para a correta destinação e estímulo para reciclagem, evitando dessa forma a disposição em aterros.

Prédios com um número maior de colaboradores possuem um sistema de coleta seletiva. Outra ação realizada neste ano foi a implantação de logística reversa de lâmpadas, com expansão para os prédios menores.

Além do nosso contínuo esforço em aumentar a eficiência da nossa gestão de resíduos, em 2016, procuraremos novos fornecedores para o sistema de coleta seletiva, buscando aprimorar os modelos atuais de gestão de resíduos em nossas instalações¹³.

Iniciativa: Incentivo para iToken digital; iToken SMS e iToken App.

Descrição: Com o objetivo de aumentar a segurança dos nossos canais digitais, incentivamos o uso de iToken digital, por SMS e App, que elimina o uso do iToken no chaveiro e reduz a geração de resíduos eletroeletrônicos.

Redução no consumo: 45% do consumo diário

Devido ao incentivo do uso de iToken digital, por SMS e App, o volume de pedidos desse dispositivo caiu em 46%, de 1.545.735 para 839.633 unidades. Essa iniciativa levou a uma redução de 45% no consumo diário, de 6.134/dia em 2014 para 3.345/dia em 2015.

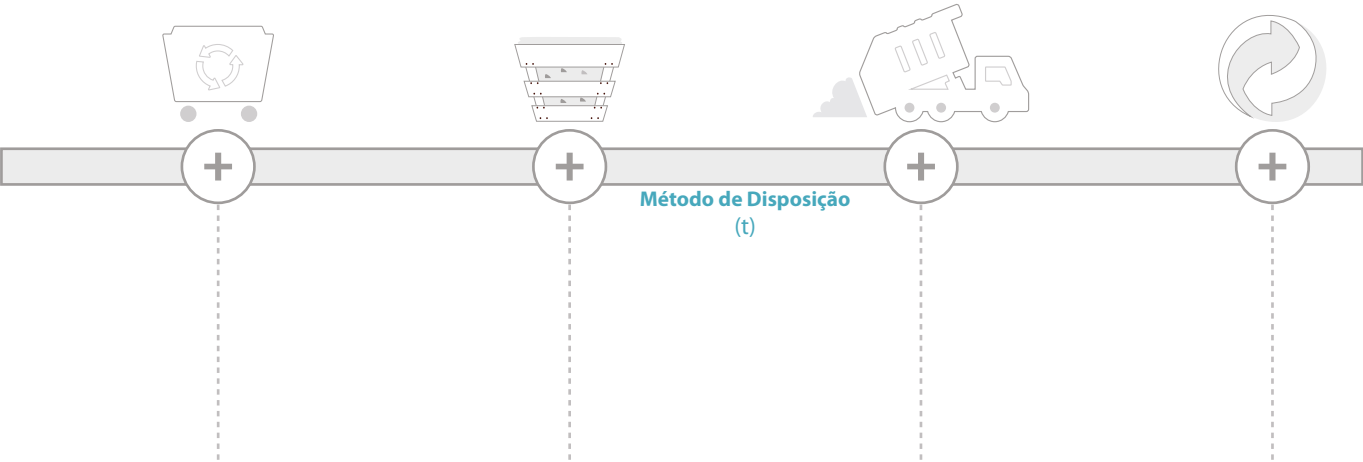
O incentivo para o uso do iToken digital, em vez da versão de chaveiro, começou no segundo semestre de 2015, quando 1.353.723 iTokens foram desativados.

Em linha com nossas ações de ecoeficiência e nossa responsabilidade em relação à disposição de resíduos, coletamos iTokens durante 30 dias em nossos prédios administrativos, evitando o descarte incorreto. Foram coletados 4.500 chaveiros. Nossas agências também foram orientadas a enviar os iTokens para os prédios administrativos para contribuir com essa iniciativa.

Esse projeto deve se estender até o final de 2016, com foco na conscientização de todos os nossos clientes e colaboradores.

Consumo e análise GRI G4-EN23

Definimos para 2015 uma meta de redução de 0,5% dos resíduos descartados em aterros em relação ao resultado de 2014. Entretanto, superamos a meta e conseguimos uma redução de 16,54% em comparação com o ano anterior.



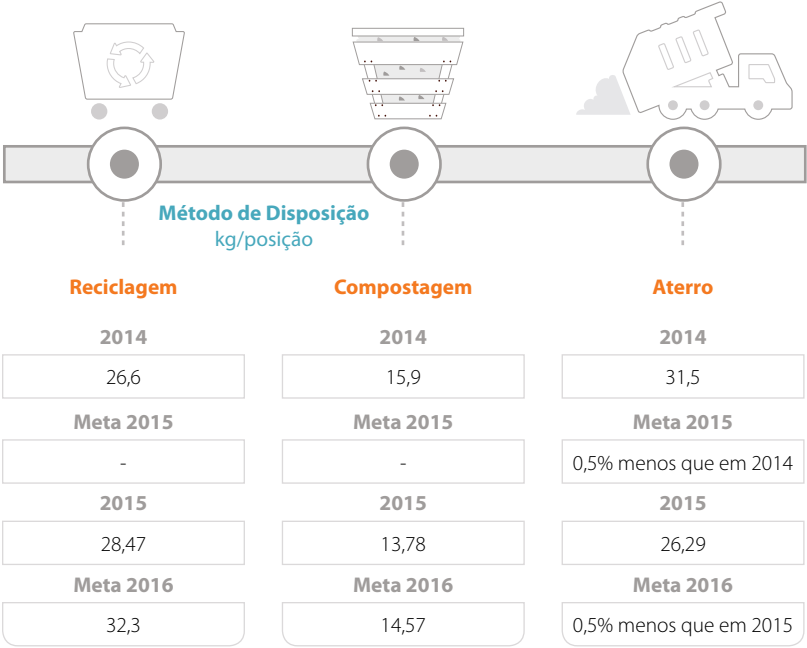
1. Resíduos perigosos destinados à reciclagem: aproximadamente 96% do lixo eletrônico gerado e 97% das pilhas e baterias. Também estão computados componentes trocados após consertos, como tubos de TV, monitores, fios metálicos, peças plásticas, placas eletrônicas e cabos e motores elétricos, baterias de no-break.
 2. Resíduos não perigosos destinados à reciclagem: alumínio, madeira, outros metais, triagem, papel, plástico e vidro.
 3. Resíduos perigosos dos Centros Tecnológicos destinados à reciclagem: aproximadamente 98% do resíduo eletroeletrônico.
 4. Período entre janeiro e setembro de 2015.
 5. Resíduos perigosos dos Centros Tecnológicos destinados à aterro: aproximadamente 2% do resíduo eletroeletrônico.
 6. Outras formas de reutilização/destinação de resíduos perigosos: referente a pilhas, baterias e resíduo do lavador de gases).
 Nota: No ano de 2015 destinamos 49.729 unidades de lâmpadas. Foram coletados e tratados 42 m³ de resíduos das caixas de gordura de prédios administrativos.

13. Unidades administrativas

De acordo com nossos constantes esforços para um controle assertivo do nosso impacto ambiental, a partir de 2015, reportaremos também os dados referentes a compostagem e reciclagem, além das metas estabelecidas.

Metas e visão para o futuro

Em 2015, formalizamos nossa visão de longo prazo, estabelecendo uma meta de redução dos resíduos das unidades administrativas enviadas para aterros de 32% entre 2012 e 2020¹⁴. Esse objetivo norteará nossas iniciativas até 2020 e ressaltará a melhoria do desempenho do banco nesse sentido.



Kg/posição: é a quantidade em quilogramas disposta em aterros por posição nos prédios administrativos do banco

14. 2012 Volume: 2.411 t

7_Anexos

Este capítulo contém informações complementares às seções de Desempenho e Sustentabilidade, entre elas, o Sumário GRI e a asseguração de auditoria independente.



Anexos



Itaú BBA GRI G4-FS6

O Itaú BBA opera somente com grandes empresas, com uma carteira no valor total de R\$ 30 milhões.

Porcentagem da carteira do

Itaú BBA por setor – 2015 GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Banco de Grandes Empresas e de Investimentos	184.695,03	192.603,84	95,89%
Tesouraria	7.908,81	192.603,84	4,11%

Porcentagem da carteira do

Itaú BBA por região – 2015 GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)
Centro-Oeste e Norte	2.368,99	184.695,03	1,28%
Sul	18.404,39	184.695,03	9,96%
Sudeste	149.599,34	184.695,03	81,00%
Nordeste	4.888,90	184.695,03	2,65%
Outros	9.433,41	184.695,03	5,11%

Política de Risco Socioambiental e Princípios do Equador

Em 2015, nenhuma operação relacionada com projetos foi cancelada devido à questões socioambientais.

Operações de Project Finance¹

contratadas (critérios dos Princípios do Equador III) – 2015

	Número de projetos	Investimento total (R\$ milhões)	Participação do Itaú BBA (R\$ milhões)
Categoria			
A	0	0	0
B	3	3803,14	279,16
C	0	0	0
Setor			
Energia	2	671,14	237,12
Logística	1	3132	42,04
Localização			
Sudeste do Brasil	2	3453,1	69,71
Chile	1	350,04	209,45
Consultor Independente			
Operações analisadas COM consultor independente	2	3453,1	69,71
Operações analisadas SEM consultor independente	1	350,04	209,45
Total	3	3803,14	279,16

1. Project Finance conforme definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbst107.pdf

2. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

Obs: Brasil é considerado um país não-designado, enquanto Chile é considerado um país designado.

Obs: Uma operação de Project Finance não foi incluída na tabela porque não atingiu os gatilhos dos Princípios do Equador.

Operações de Project Finance¹ aprovadas pelo Itaú BBA, ainda não contratadas² (critérios dos Princípios do Equador) – 2015

	Projetos aprovados	Volume aprovado de participação do IBBA ³ (R\$ milhões)
Setor		
Energia	2	68
Logística	1	231,58
Localização		
Nordeste do Brasil	2	68
Colômbia	1	231,58
Total	3	299,58

1. Project Finance conforme definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbst107.pdf

2. Contratações não concluídas em 2015 por diversas razões.

3. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da aprovação.

Obs: Os projetos são categorizados em caráter definitivo segundo o Princípio 1 antes da contratação.

Obs: Brasil e Colômbia são considerados países não-designados.

Financiamentos Corporativos Dirigidos a Projetos (Corporate Finance) fechados (critérios dos Princípios do Equador III) – 2015

	Número de projetos	Investimento total ¹ (R\$ milhões)	Participação do Itaú BBA ¹ (R\$ milhões)
Categoria			
A	0	0	0
B	1	812,26	20,78
C	0	0	0
Setor			
Açúcar e Alcool	1	812,26	20,78
Localização			
Centro-Oeste do Brasil	1	812,26	20,78
Consultor Independente			
Operações analisadas COM consultor independente	1	812,26	20,78
Operações analisadas SEM consultor independente	0	0	0
Total	1	812,26	20,78

1. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

Obs: Financiamentos corporativos dirigidos a projetos (Corporate Finance) são geralmente cobertos por limites de crédito existentes em vez de aprovados para operações específicas.

Mandatos consultivos – 2015

	Mandatos consultivos
Setor	
Infraestrutura	4
Mineração	1
Petróleo e Gás	1
Energia	13
Outros	0
Localização	
Américas	19
Europa, Oriente Médio e África	0
Ásia Pacífico	0
Total	19

Obs: Alterações de mandatos também são consideradas.

Financiamentos Corporativos Dirigidos a Projetos (*Corporate Finance*) fechados e analisados de acordo com os critérios da Política Socioambiental¹ – 2015

Categoria	Número de projetos	Investimento total ² (R\$ milhões)	Participação do Itaú BBA ² (R\$ milhões)
A	0	0	0
B	1	147,88	39,44
C	31	4.707,69	1301,2
Setor			
Açúcar e Alcool	9	391,88	135,55
Agronegócio	3	214,2	103,03
Energia	17	3.925,6	971,54
Têxtil	2	228,3	85,41
Telecomunicações	1	95,6	45
Localização			
Centro-Oeste do Brasil	4	1.072,66	281,74
Nordeste do Brasil	6	1.166,21	170,29
Sudeste do Brasil	14	1.953,68	640,13
Sul do Brasil	3	198,75	68,95
Brasil ³	5	464,27	179,52
Total	32	4.855,57	1.340,63

1. Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

3. Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

Obs: Financiamentos corporativos dirigidos a projetos (*Corporate Finance*) são geralmente cobertos por limites de crédito existentes em vez de aprovados para operações específicas.

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos aprovadas pelo Itaú BBA em 2015 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental¹ em 2015, mas ainda não contratadas²

	Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)		
	Empréstimo-ponte ⁵	Fiança do projeto	Total
Número de projetos	6	6	12
Número de operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Volume aprovado - IBBA (R\$ milhões) ³	645,64	848	1.493,64
Localização dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Brasil ⁴	0	1	1
Centro-Oeste do Brasil	2	1	3
Nordeste do Brasil	3	3	6
Sul do Brasil	0	1	1
Uruguai	1	0	1
Setor dos projetos associados às operações aprovadas (ainda não contratadas)			
Energia	5	6	11
Logística	1	0	1

1. Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2. Contratações não concluídas em 2015 por diversas razões.

3. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da aprovação.

4. Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).

5. Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos contratadas em 2015 e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental¹

	Número de operações		
	Empréstimo-ponte ³	Fiança do projeto	Total
Número de operações	5	5	10
Valores das operações contratadas			
Investimento total (R\$ milhões) ²	3.697,9	4.003,99	7.701,89
Participação do Itaú BBA (R\$ milhões) ²	488	657,18	1.145,18
Categorias das operações contratadas			
A	0	0	0
B	5	2	7
C	0	3	3
Localização dos projetos associados às operações contratadas			
Nordeste do Brasil	4	4	8
Sul do Brasil	1	0	1
Sudeste do Brasil	0	1	1
Setor dos projetos associados às operações contratadas			
Energia	5	5	10

1. Política de Risco Socioambiental do IBBA.

2. No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.

3. Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam requisitos específicos.

Financiamento de Veículos GRI G4-FS6

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por setor GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Transportes	5.198,10	4.008,99	9.736,94	7.511,45	53,4%	53,4%
Materiais de construção	1.011,25	726,57	9.736,94	7.511,45	10,4%	9,7%
Veículos leves e pesados	512,93	407,31	9.736,94	7.511,45	5,3%	5,4%
Alimentos	842,18	680,55	9.736,94	7.511,45	8,6%	9,1%
Outros (com valor de carteira significativamente menor que os quatro setores principais)	2.172,48	1.688,03	9.736,94	7.511,45	22,3%	22,5%

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por região GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Sudeste	4.035,17	3.150,07	9.736,94	7.511,45	41,4%	41,9%
Sul	3.139,75	2.361,37	9.736,94	7.511,45	32,2%	31,4%
Centro-Oeste	896,25	691,01	9.736,94	7.511,45	9,2%	9,2%
Nordeste	1.230,30	966,65	9.736,94	7.511,45	12,6%	12,9%
Norte	435,45	342,35	9.736,94	7.511,45	4,5%	4,6%

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por tamanho GRI G4-FS6

Tamanho do negócio	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Microempresa (0-2,40 milhões)	2.836,21	2.080,16	9.736,94	7.511,45	29,1%	27,7%
Pequenas empresas (2,40 milhões-16,00 milhões)	4.029,52	3.047,93	9.736,94	7.511,45	41,4%	40,6%
Médias empresas (16,00 milhões-90,00 milhões)	2.009,36	1.662,32	9.736,94	7.511,45	20,6%	22,1%
Médias/Grandes empresas (90,00 milhões-300,00 milhões)	690,14	552,80	9.736,94	7.511,45	7,1%	7,4%
Grandes empresas (acima de 300,00 milhões)	170,53	168,24	9.736,94	7.511,45	1,7%	2,2%
Sem informações	1,16	0,01	9.736,94	7.511,45	0%	0%

Crédito Imobiliário GRI G4-FS6

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por setor GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Imóveis residenciais	6.474	6.707	9.872	10.540	66%	64%
Imóveis comerciais ¹	3.398	3.833	9.872	10.540	34%	36%

1. Shopping centers, escritórios corporativos, hotéis e prédios de escritório.

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por região GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Sudeste	6.594	7.482	9.872	10.540	67%	71%
Sul	707	788	9.872	10.540	7%	7%
Centro-Oeste	1.232	969	9.872	10.540	12%	9%
Nordeste	857	854	9.872	10.540	9%	8%
Norte	483	447	9.872	10.540	5%	4%

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por tamanho GRI G4-FS6

Tamanho do negócio	Valor da carteira (R\$ milhões)		Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)		Valor da carteira (porcentagem da linha de negócio)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
IBBA	7.127	7.725	9.872	10.540	72%	73%
Médias empresas	2.745	2.815	9.872	10.540	28%	27%

Itaú Seguros GRI G4-FS6**Portfólio de produtos**

Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais – destinado a empresas públicas e privadas, dos setores industrial, comercial e de serviços. Oferece aos seus colaboradores, sócios e proprietários, em caso de morte do titular, benefícios como: cobertura de indenização, auxílio-funeral e o Fique Bem, um programa de atendimento psicológico e financeiro.

Seguro Empresarial - destinado a micro, pequenas e médias empresas. Seu objetivo é proteger seus ativos físicos (prédio e conteúdo) contra eventos inesperados, como incêndio, vendaval, tempestade de granizo, furto de bens, despesas fixas, responsabilidade civil e outros que podem causar prejuízos ao cliente/segurado.

Seguro Prestamista – proteção financeira: destinado a clientes que contratam empréstimo, financiamento ou assumem compromisso de pagamento mensal com o banco. O seguro cobre quitação total ou parcial da dívida para as seguintes coberturas: demissões sem justa causa, incapacidade total e temporária, invalidez permanente por acidente e morte por qualquer causa. Disponibilizamos também um Seguro Prestamista voltado a financiamentos de microcrédito. Em 2015, foram contabilizados 7.136.361 contratos prestamistas ativos. Neste relatório, consideramos as carteiras de Seguros Prestamistas de Cheque Especial (LIS), Cartão de Crédito e Empréstimos para Pessoas Físicas e Jurídicas.

Porcentagem da carteira, por linha de negócio e setor em 2015 GRI G4-FS6

Linha de negócio	Sector	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro Empresarial	Comércio de material de construção	0,86	69,24	1,24
Seguro Empresarial	Comércio de alimentos e bebidas	3,06	69,24	4,42
Seguro Empresarial	Comércio de produtos para o vestuário	0,87	69,24	1,25
Seguro Empresarial	Comércio – empresas não classificadas	48,51	69,24	70,06
Seguro Empresarial	Demais atividades	1,40	69,24	2,03
Seguro Empresarial	Empresas atuantes em diversos ramos	1,42	69,24	2,06
Seguro Empresarial	Serviços – empresas não classificadas	2,86	69,24	4,12
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Banco comercial	42,37	709,12	5,97
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio de alimentos e bebidas	18,15	709,12	2,56
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Comércio – empresas não classificadas	60,12	709,12	8,48
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Construção civil	42,67	709,12	6,02
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Demais atividades	69,61	709,12	9,82
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Empresas atuantes em diversos ramos	18,05	709,12	2,55
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria de produtos alimentícios	19,65	709,12	2,77
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria de veículos e peças	12,19	709,12	1,72
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Indústria – empresas não classificadas	44,46	709,12	6,27
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Metalurgia	8,82	709,12	1,24
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços do setor público	49,99	709,12	7,05
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços – empresas não classificadas	105,44	709,12	14,87
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de administração pública	45,78	709,12	6,46
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços de reparação, manutenção e instalação	7,49	709,12	1,06
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços médicos e veterinários	7,64	709,12	1,08
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Serviços técnico-profissionais	7,95	709,12	1,12
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Transportes	18,8	709,12	2,65

1. Divulgados apenas os setores que representam acima de 1% da carteira.

Porcentagem da carteira, por linha de negócio e região em 2015

Linha de negócio	Região ¹	Valor da carteira (R\$ milhões)	Valor total da linha de negócio (R\$ milhões)	Valor da carteira (porcentagem)
Seguro Empresarial	Amazonas	0,84	69,24	1,21
Seguro Empresarial	Bahia	2,76	69,24	3,98
Seguro Empresarial	Ceará	1,86	69,24	2,69
Seguro Empresarial	Distrito Federal	1,39	69,24	2,00
Seguro Empresarial	Goiás	2,44	69,24	3,53
Seguro Empresarial	Minas Gerais	5,72	69,24	8,26
Seguro Empresarial	Mato Grosso	0,97	69,24	1,40
Seguro Empresarial	Pará	0,69	69,24	1,00
Seguro Empresarial	Pernambuco	2,90	69,24	4,19
Seguro Empresarial	Paraná	4,05	69,24	5,84
Seguro Empresarial	Rio de Janeiro	9,34	69,24	13,48
Seguro Empresarial	Rio Grande do Norte	0,91	69,24	1,31
Seguro Empresarial	Rio Grande do Sul	1,97	69,24	2,84
Seguro Empresarial	Santa Catarina	2,05	69,24	2,96
Seguro Empresarial	São Paulo	27,35	69,24	39,50
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Bahia	16,49	709,12	2,33
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Ceará	9,80	709,12	1,38
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Espírito Santo	11,17	709,12	1,58
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Goiás	10,62	709,12	1,50
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Minas Gerais	68,61	709,12	9,68
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Pará	7,87	709,12	1,11
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Pernambuco	10,22	709,12	1,44
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Paraná	44,74	709,12	6,31
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Rio de Janeiro	128,79	709,12	18,16
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Rio Grande do Sul	16,89	709,12	2,38
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	Santa Catarina	27,31	709,12	3,85
Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais Coletivos	São Paulo	326,56	709,12	46,05

1. Divulgadas apenas as regiões que representam acima de 1% da carteira.

Perfil Organizacional

Colaboradores por nível hierárquico GRI G4-10

Nível hierárquico	2013	2014	Brasil 2015*
Diretoria	90	72	113
Gerência	14.036	13.758	14.242
Administrativo	29.089	29.066	26.365
Produção	40.705	39.431	42.773
Trainees	73	53	98
Aprendizes	1.748	1.683	2.143
Estagiários	3.169	4.040	4.271
Total sem terceiros	88.910	88.103	90.005
Terceiros ¹	28.943	42.185 ²	45.773 ²
Total com terceiros	117.853	130.288	135.778

1. Operações de call center e empresas de cobrança não foram incluídas.

2. Em 2015, houve um aumento na quantidade de colaboradores terceiros em relação aos anos anteriores, devido à uma mudança na metodologia de coleta de informações pela área gestora e a ampliação do controle de terceiros nas diversas áreas. Além disso, houve a inclusão da operação da Redecard. Para fazer a comparação com o ano anterior foi recalculado o número de 2014, o que não foi possível para 2013, devido à falta de dados necessários para o cálculo.

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itaúseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Colaboradores com contrato de tempo indeterminado **GRI G4-10**

Ano	Unidade	Gerência		Administrativo		Produção				Total
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Total
2013	Brasil	6.943	7.093	15.718	13.371	27.070	13.635	49.731	34.099	83.830
2014	Brasil	6.854	6.904	15.603	13.463	26.685	12.746	49.142	33.113	82.255
2015*	Brasil	7.106	7.136	14.263	12.102	28.209	14.564	49.578	33.802	83.380

Colaboradores com demais tipos de contrato **GRI G4-10**

Ano	Unidade	Diretoria		Trainees		Aprendizes		Estagiários		Outros				Total
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Total
2013	Brasil	10	80	37	36	1.230	518	1.985	1.184	0	0	3.262	1.818	5.080
2014	Brasil	8	64	21	32	1.201	482	2.524	1.516	0	0	3.754	2.094	5.848
2015*	Brasil	13	100	24	74	1.531	612	2.521	1.750	0	0	4.089	2.536	6.625

Nas últimas duas tabelas, dividimos nossa equipe por tipos diferentes de contrato. Contudo, contamos os trainees como parte dos colaboradores. Consequentemente, as tabelas seguintes usarão como total de colaboradores os resultados da tabela abaixo.

Ano	Unidade	Total (Gerência, Administrativo, Produção e Trainees)		
		Mulheres	Homens	Total
2013	Brasil	49.768	34.135	83.903
2014	Brasil	49.163	33.145	82.308
2015*	Brasil	49.602	33.876	83.478

Colaboradores próprios e terceiros por região **GRI G4-10**

Região	2013		2014		2015*	
	Próprios	Terceiros ¹	Próprios	Terceiros ¹	Próprios	Terceiros ¹
Sul	7.573	3.561	7.298	4.872	6.969	5.766
Sudeste	67.089	20.465	66.120	29.892	68.036	32.958
Centro-Oeste	3.515	1.339	3.405	2.094	3.210	1.954
Nordeste	4.538	2.897	4.346	4.535	4.187	4.341
Norte	1.188	681	1.139	792	1.076	754
Total	83.903	28.943	82.308	42.185 ²	83.478	45.773 ²

1. Operações de *call center* e empresas de cobrança não foram incluídas.
2. Em 2015, houve um aumento na quantidade de colaboradores terceiros em relação aos anos anteriores, devido à uma mudança na metodologia de coleta de informações pela área gestora e a ampliação do controle de terceiros nas diversas áreas. Além disso, houve a inclusão da operação da Redecard. Para fazer a comparação com o ano anterior foi recalculado o número de 2014, o que não foi possível para 2013, devido à falta de dados necessários para o cálculo.

Colaboradores próprios por região, idade e gênero **GRI G4-10**

Região	Mulheres														Homens	
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Total		
	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014
Sul	1.390	1.529	2.456	2.517	408	367	4.254	4.413	681	779	1.469	1.600	565	506	2.715	2.885
Sudeste	13.625	13.688	24.098	23.427	2.368	2.165	40.091	39.280	8.531	8.173	16.526	15.869	2.888	2.798	27.945	26.840
Centro-Oeste	722	832	1.175	1.167	89	89	1.986	2.088	370	421	665	715	189	181	1224	1.317
Nordeste	752	867	1.696	1.680	146	125	2.594	2.672	444	520	974	1.000	175	154	1.593	1.674
Norte	309	342	354	356	14	12	677	710	176	213	201	196	22	20	399	429
Total	16.798	17.258	29.779	29.147	3.025	2.758	49.602	49.163	10.202	10.106	19.835	19.380	3.839	3.659	33.876	33.145

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itauseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Colaboradores

Em 2015, o maior número de desligamentos ocorreu na faixa etária entre 30 e 50 anos, e as contratações ocorreram em maior quantidade na faixa etária abaixo de 30 anos.

Desligamentos² GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens						Total	
	Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos		Abaixo de 30 anos		Entre 30 e 50 anos		Acima de 50 anos			
	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014		
Sul	91	137	235	241	98	86	119	124	171	170	63	53	777	811
Sudeste	1.036	1.231	2.255	2.268	540	488	935	1.032	1.964	1.723	583	405	7.313	7.147
Centro-Oeste	57	72	128	106	17	18	49	83	85	103	31	22	367	404
Nordeste	62	103	145	177	21	19	59	89	119	147	18	10	424	545
Norte	29	29	53	37	1	0	28	38	27	36	4	2	142	142
Total	1.275	1.572	2.816	2.829	677	611	1.190	1.366	2.366	2.179	699	492	9.023	9.049

1. Inclui desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

Rotatividade (%)^{1,2} GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens					
	Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50		Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50	
	2015*	2014 ³	2015*	2014 ³	2015*	2014 ³	2015*	2014 ³	2015*	2014 ³	2015*	2014 ³
Sul	6,55	8,96	9,57	9,57	24,02	23,43	17,47	15,92	11,64	10,63	11,15	10,47
Sudeste	7,60	8,99	9,36	9,68	22,80	22,54	10,96	12,63	11,88	10,86	20,19	14,47
Centro-Oeste	7,89	8,65	10,89	9,08	19,10	20,22	13,24	19,71	12,78	14,41	16,40	12,15
Nordeste	8,24	11,88	8,55	10,54	14,38	15,20	13,29	17,12	12,22	14,70	10,29	6,49
Norte	9,39	8,48	14,97	10,39	7,14	0	15,91	17,84	13,43	18,37	18,18	10,00
Total	7,59	9,11	9,46	9,71	22,38	22,15	11,66	13,52	11,93	11,24	18,21	13,45

1. Inclui desligamentos por demissão, aposentadoria ou falecimento.

2. Cálculos baseados no número de desligamentos em cada categoria pelo número de empregados totais da mesma categoria sob a gestão do departamento de Recursos Humanos, no final de 2015.

3. Os valores reportados em 2014 foram atualizados.

Contratações GRI G4-LA1

Região	Mulheres								Homens					Total
	Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50		Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50			
	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	
Sul	199	253	36	36	0	0	110	171	25	51	0	0	370	511
Sudeste	2.462	2.842	524	435	3	4	1.833	1.874	514	475	3	7	5.339	5.637
Centro-Oeste	88	139	7	16	0	0	42	79	11	20	0	0	148	254
Nordeste	75	148	20	37	0	1	60	104	24	28	1	0	180	318
Norte	48	48	2	7	0	0	24	39	2	3	0	0	76	97
Total	2.872	3.430	589	531	3	5	2.069	2.267	576	577	4	7	6.113	6.817

Contratações (%) GRI G4-LA1

Região	Mulheres						Homens					
	Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50		Abaixo de 30		Entre 30 e 50		Acima de 50	
	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014	2015*	2014
Sul	14,32	16,55	1,47	1,43	0	0	16,15	21,95	1,70	3,19	0	0
Sudeste	18,07	20,76	2,17	1,86	0,13	0,18	21,49	22,93	3,11	2,99	0,10	0,25
Centro-Oeste	12,19	16,71	0,60	1,37	0	0	11,35	18,76	1,65	2,80	0	0
Nordeste	9,97	17,07	1,18	2,20	0	0,8	13,51	20,00	2,46	2,80	0,57	0
Norte	15,53	14,04	0,56	1,97	0	0	13,64	18,31	1,00	1,53	0	0
Total	17,10	20,00	1,98	1,82	0,10	0,18	20,28	22,43	2,90	2,80	0,10	0,19

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S/A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S/A, Itaú Seguros S/A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S/A, Itaúseg Saúde S/A, Kinea Investimentos, Luizacred S/A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S/A, Trishop.

Categoria Social

Saúde e segurança de colaboradores

Os contratantes são responsáveis pelo controle de dados do pessoal terceirizado.

Saúde e segurança de colaboradores por gênero (%) GRI G4-LA6

Taxas		2013		2014		2015*	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Taxa de Lesões (TL)	Colaboradores	1,29	0,84	1,69	1,15	2,23	1,60
Taxa de Dias Perdidos (TDP)	Colaboradores	480,94	303,12	400,04	247,01	890,73	596,05
Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)	Colaboradores	1,19	0,78	1,59	1,10	1,72	1,32
Taxa de Absenteísmo (TA)	Colaboradores	1,32 ¹	0,78 ¹	1,34	0,83	1,73	0,95

1. Em 2015, o aumento da taxa de doenças ocupacionais foi altamente impactado por fatores externos como: mudanças na legislação previdenciária: MP Nº 644/2014, que alterou de 15 para 30 dias a responsabilidade da empresa pelo colaborador antes de encaminhá-lo para o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. A MP Nº 664 foi alterada novamente em junho de 2015, o que interrompeu esse viés (nenhum impacto em 2016). Além disso, houve uma paralisação dos servidores públicos do INSS por cerca de seis meses (de junho a dezembro de 2015), o que impactou a execução de procedimentos médicos e a revisão de benefícios de pensão, cujo resultado foi o prolongamento das licenças dos colaboradores por falta de servidores do INSS para assinar suas liberações.

Saúde e segurança de colaboradores, por região GRI G4-LA6

Region	Taxa de Lesão (TL)			Taxa de Dias Perdidos (TDP)			Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)			Taxa de Absenteísmo (TA)		
	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*
Sul	1,69	2,11	2,53	930,76	918,63	2.070	1,55	1,97	2,29	0,79	0,84	1,15
Sudeste	0,95	1,21	1,70	303,87	225,25	516	0,87	1,13	1,24	1,13	1,25	1,42
Centro-Oeste	0,68	0,94	1,07	439,31	433,65	779	0,68	0,94	1,03	1,13	0,50	1,50
Nordeste	2,89	4,88	6,60	1.118,8	998,82	2.833	2,83	4,83	6,24	1,21	1,30	1,85
Norte	0,67	0,93	1,45	313,73	230,54	801	0,67	0,93	1,05	0,88	0,89	1,06

Número absoluto de óbitos¹ GRI G4-LA6

Categoria	2015*	
	Mulheres	Homens
Colaboradores	1	1

1. Mortes ocasionadas em acidentes de trajeto entre residência e empresa.

Treinamentos

Horas de treinamento, por nível funcional e gênero GRI G4-LA9

Nível hierárquico	Horas de treinamento									Média de horas de treinamento por colaborador								
	Mulheres			Homens			Total			Mulheres			Homens			Total		
	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*	2013	2014	2015*
Gerência	168.974	228.745	186.816	164.935	233.437	173.647	333.909	462.182	360.463	24	33	26	23	34	24	24	34	25
Administrativo	389.072	407.733	394.445	286.439	340.128	370.448	675.511	747.861	764.893	25	26	28	21	25	31	23	26	29
Produção	553.915	566.049	499.047	252.290	274.709	280.248	806.205	840.757	779.295	20	21	18	19	22	19	20	21	18
Trainees	10.528	7.151	6.134	9.326	11.879	14.410	19.854	19.030	20.544	285	341	256	259	371	195	272	359	210
Estagiários	66.448	144.713	59.186	39.615	72.894	47.691	106.063	217.607	106.877	33	57	23	33	48	27	33	54	25
Total	1.188.937	1.354.390	1.145.628	752.604	933.047	886.445	1.941.541	2.287.437	2.032.073	23	26	22	21	27	25	22	26	23

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icarros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itaúseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Abordagem de gestão da Diversidade

Colaboradores, por nível funcional GRI G4-LA12

Nível funcional	2013	%	2014	%	2015*	%
Diretoria	90	0	72	0,08	113	0,13
Gerência	14.036	16	13.758	15,61	14.242	15,82
Administrativo	29.089	33	29.066	32,99	26.365	29,29
Produção	40.705	46	39.431	44,75	42.773	47,52
Trainees	73	0	53	0,06	98	0,11
Aprendizes	1.748	2	1.683	1,91	2.143	2,38
Estagiários	3.169	4	4.040	4,59	4.271	4,75
Total	88.910	100	88.103	100	90.005	100

Colaboradores, por gênero GRI G4-LA12

Gênero	2013	%	2014	%	2015*	%
Feminino	52.993	59,60	52.896	60	53.667	60
Masculino	35.917	40,40	32.507	40	36.338	40
Total	88.910	100,0	88.103	100	90.005	100

Colaboradores, por nível funcional e gênero – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	10	0	80	0,2	90	0
Gerência	6.943	13	7.093	20	14.036	16
Administrativo	15.718	30	13.371	37	29.089	33
Produção	27.070	51	13.635	38	40.705	46
Trainees	37	0	36	0	73	0
Aprendizes	1.230	2	518	1	1.748	2
Estagiários	1.985	4	1.184	3	3.169	4
Total	52.993	59	35.917	41	88.910	100

Colaboradores, por nível funcional e gênero – 2014 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	8	0,02	64	0,2	72	0,1
Gerência	6.854	12,96	6.904	19,6	13.758	15,6
Administrativo	15.603	28,50	13.463	38,2	29.066	32,7
Produção	26.685	50,45	12.746	36,2	39.431	44,8
Trainees	21	0,04	32	0,1	53	0,1
Aprendizes	1.201	2,27	482	1,4	1.683	1,9
Estagiários	2.524	4,77	1.516	4,3	4.040	4,6
Total	52.896	60	35.207	40	88.103	100

Colaboradores, por nível funcional e gênero – 2015* GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	13	0,02	100	0,3	113	0,13
Gerência	7.106	13,24	7.136	19,6	14.242	15,82
Administrativo	14.263	26,58	12.102	33,3	26.365	29,29
Produção	28.209	52,56	14.564	40,1	42.773	47,52
Trainees	24	0,04	74	0,2	98	0,11
Aprendizes	1.531	2,85	612	1,7	2.143	2,38
Estagiários	2.521	4,70	1.750	4,8	4.271	4,75
Total	53.667	60	36.338	40	90.005	100

Colaboradores, por faixa etária GRI G4-LA12

Faixa etária	2013	%	2014	%	2015*	%
Abaixo de 30 anos	33.211	37	33.083	38	33.407	37
Entre 30 e 50 anos	49.616	56	48.586	55	49.710	55
Acima de 50 anos	6.083	7	6.434	7	6.888	8
Total	88.910	100	88.103	100	90.005	100

Colaboradores, por nível funcional e faixa etária – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	63	70	27	30	90	100
Gerência	970	7	11.399	81	1.667	12	14.036	100
Administrativo	10.495	36	16.575	57	2.019	7	29.089	100
Produção	16.758	41	21.578	53	2.369	6	40.705	100
Trainees	73	100	0	0	0	0	73	100
Aprendizes	1.748	100	0	0	0	0	1.748	100
Estagiários	3.167	100	0	0	1	0	3.169	100
Total	33.211	37	49.616	56	6.083	7	88.910	100

Colaboradores, por nível funcional e faixa etária – 2014 GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	55	76,4	17	23,6	72	100
Gerência	914	6,6	11.176	81,2	1.668	12,1	13.758	100
Administrativo	10.159	35	16.664	57,3	2.243	7,7	29.066	100
Produção	16.238	41,2	20.687	52,5	2.503	6,4	39.431	100
Trainees	53	100	0	0	0	0	53	100
Aprendizes	1.683	100	0	0	0	0	1.683	100
Estagiários	4.036	99,9	4	0,01	0	0	4.040	100
Total	33.083	37,6	48.586	55,1	6.434	7,3	88.103	100

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icaros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itaseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Colaboradores, por nível funcional e faixa etária – 2015* GRI G4-LA12

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%	Total	%
Diretoria	0	0	89	78,1	24	21,9	113	100
Gerência	965	6,8	11.563	81,2	1.714	12,0	14.242	100
Administrativo	9.674	36,7	15.010	56,9	1.681	6,4	26.365	100
Produção	16.263	38	23.041	53,9	3.469	8,1	42.773	100
Trainees	98	100	0	0	0	0	98	100
Aprendizes	2.143	100	0	0	0	0	2.143	100
Estagiários	4.264	99,8	7	0,2	0	0	4.271	100
Total	33.407	37,1	49.710	55,2	6.888	7,7	90.005	100

Colaboradores, por minorias, negros – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	859	0,97	936	1,05	1.795	2,02
Administrativo	2.921	3,29	2.451	2,76	5.372	6,04
Produção	5.470	6,15	3.163	3,56	8.633	9,71
Trainees	2	0,00	2	0,00	4	0,00
Aprendizes	499	0,56	198	0,22	697	0,78
Estagiários	501	0,56	286	0,32	787	0,89
Total	10.252	11,53	7.036	7,91	17.288	19,44

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2014 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	2.938	3,3	2.538	2,8	5.476	6,22
Administrativo	856	0,9	926	1	1.782	2,02
Produção	5.606	6,3	3.007	3,4	8.613	9,78
Trainees	1	0	2	0	3	0
Aprendizes	506	0,5	213	0,2	719	0,82
Estagiários	701	0,8	357	0,4	1.058	1,20
Total	10.608	12,04	7.043	7,99	17.651	20,03

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2015* GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gerência	885	0,98	956	1,06	1.841	2,05
Administrativo	2.597	2,89	2.113	2,35	4.710	5,23
Produção	6.043	6,71	3.430	3,81	9.473	10,52
Trainees	3	0,00	2	0,00	5	0,01
Aprendizes	584	0,65	228	0,25	812	0,90
Estagiários	725	0,81	403	0,45	1.128	1,25
Total	10.837	12,0	7.132	7,9	17.969	20,0

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2013 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	42	0,05	52	0,06	94	0,11
Administrativo	764	0,86	930	1,05	1.694	1,91
Produção	1.288	1,45	1.121	1,26	2.409	2,71
Trainees	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendizes	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiários	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	2.094	2,36	2.103	2,37	4.197	4,72

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2014 GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	46	0,05	52	0,06	98	0,11
Administrativo	754	0,86	917	1,04	1.671	1,90
Produção	1.221	1,39	1.012	1,15	2.233	2,53
Trainees	0	0	0	0	0	0
Aprendizes	1	0	0	0	1	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total	2.022	2,27	1.981	2,23	4.003	4,54

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2015* GRI G4-LA12

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretoria	0	0	0	0	0	0
Gerência	56	0,06	61	0,07	117	0,13
Administrativo	635	0,71	791	0,88	1.426	1,58
Produção	1.387	1,54	1.161	1,29	2.548	2,83
Trainees	0	0	0	0	0	0
Aprendizes	2	0	0	0	2	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total	2.080	2,34	2.013	2,26	4.093	4,55

Razão matemática do salário entre gêneros – 2015* GRI G4-LA13

Nível funcional	Salário base – mulheres	Salário base – homens	Razão
Diretoria	Não divulgado	Não divulgado	1
Gerência	Não divulgado	Não divulgado	0,9
Administrativo	Não divulgado	Não divulgado	0,9
Produção	Não divulgado	Não divulgado	1
Trainees	Não divulgado	Não divulgado	1
Aprendizes	Não divulgado	Não divulgado	1
Estagiários	Não divulgado	Não divulgado	1

* Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos (considerando os cargos Gerência, Administrativo, Produção e Trainee). Empresas incluídas nos relatórios em 2015: Banco Itaú, Bmg Consignado, Banco Itaucard S/A, Credicard Promotora, Fic Promotora, Hipercard, Icaros Ltda, Itaú Adm Prev Ltda, Itaú BBA S.A, Itaú Bmg, Itaú Corretora De Valores S.A, Itaú Seguros S.A, Itaú Unibanco Holding, Itaú Unibanco S.A, Itausseg Saúde S.A, Kinea Investimentos, Luizacred S.A, Marcep, Megabônus, Microinvest S/A, Pro-Imóvel Promotora, Provar Negócios, Redecard S.A, Trishop.

Concorrência Desleal

GRI G4-DMA Concorrência desleal

Formas de Prevenção à Concorrência Desleal

Em 2015, o Itaú Unibanco Holding não sofreu ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio. [GRI G4-S07](#)

Equipes especializadas do Departamento Jurídico são responsáveis pelo atendimento de demandas relacionadas à concorrência desleal e à defesa da propriedade intelectual.

Visando preservar a concorrência e prevenir a ocorrência de práticas desleais, o Código de Ética prevê, no princípio da interdependência relacionado a Concorrentes, a necessidade de respeitarmos a propriedade intelectual e de não utilizarmos informações de concorrentes sem sua expressa autorização.

Também de acordo com o Código de Ética, é inaceitável fazer comentários que possam afetar a imagem ou contribuir para a divulgação de boatos sobre os nossos concorrentes.

Antitruste [GRI G4-DMA Concorrência desleal](#)

Diretrizes para Garantia de Aplicação de Política Antitruste

A Diretoria Jurídica de M&A, Societário e Internacional é a área responsável pelo atendimento de demandas relacionadas a práticas de truste, monopólio e por traçar as diretrizes e regras gerais para a garantia da defesa da concorrência e a prevenção de infrações contra a ordem econômica nas operações societárias, práticas comerciais e interações com concorrentes, diretamente ou por meio de associações de classe.

A livre concorrência é a disputa entre produtores de bens ou fornecedores de serviços, rivais e independentes, atuantes num mesmo mercado, pela preferência dos consumidores. Em um mercado em que a competição por consumidores não é limitada por arranjos ilícitos entre concorrentes ou por suas práticas abusivas, a sociedade como um todo pode ser beneficiada com a oferta de menores preços, mais inovação e outros efeitos positivos.

Em consonância com o Princípio da Interdependência do Código de Ética Itaú Unibanco, foi publicada a Política Corporativa Antitruste, que estabelece diretrizes e regras gerais para a garantia da defesa da concorrência pelo Itaú Unibanco Holding e suas controladas, no Brasil.

Além disso, o Código de Ética também prevê a necessidade de agirmos em conformidade com os preceitos da livre concorrência, respeitando a reputação e as opiniões dos nossos concorrentes. Baseados nesse princípio, participamos de associações empresariais e entidades de classe com o espírito de cooperação, visando exclusivamente buscar o aperfeiçoamento dos setores da economia em que atuamos.

Casos de discriminação

Não registramos nenhum caso comprovado de discriminação com clientes ou colaboradores, seja por meio de ações judiciais ou dos canais internos de reclamações. Visite a página [A-186](#) para mais informações sobre nossos canais de Comunicação para colaboradores (Ombudsman) e a página [A-188](#) para mais informações sobre nossos canais de Comunicação para clientes (Ouvidoria Externa). [GRI G4-HR3](#)

Sumário de conteúdos da GRI “de acordo” – Essencial GRI G4-32



CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS

Conteúdos padrão gerais	Página (ou Link)	Verificação externa
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1	A-08, A-09	Não
G4-2	A-70	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3	A-12	Não
G4-4	A-28	Não
G4-5	A-47	Não
G4-6	A-38	Não
G4-7	Somos uma empresa de capital aberto.	Não
G4-8	A-38	Não
G4-9	A-10, A-11, A-15, A-23, A-25	Não
G4-10	A-229, A-230	Sim, A-245 a A-246
G4-11	A-24	Não
G4-12	A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-13	A-17	Não
G4-14	A-91	Não
G4-15	A-50, A-199, A-200	Sim, A-245 a A-246
G4-16	A-198	Sim, A-245 a A-246
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17	A-12	Não
G4-18	A-160	Sim, A-245 a A-246
G4-19	A-162	Sim, A-245 a A-246
G4-20	A-162	Sim, A-245 a A-246
G4-21	A-162	Sim, A-245 a A-246
G4-22	A-162	Não
G4-23	A-10, A-12, A-17, A-162	Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24	A-177	Sim, A-245 a A-246
G4-25	A-160, A-161, A-177	Sim, A-245 a A-246
G4-26	A-177, A-195, A-197, A-200	Sim, A-245 a A-246
G4-27	A-160, A-165, A-177	Sim, A-245 a A-246
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28	A-12	Sim, A-245 a A-246
G4-29	2014.	Sim, A-245 a A-246
G4-30	A-12	Não
G4-31	A-12	Não
G4-32	A-236	Não
G4-33	A-161	Sim, A-241 a A-244 Sim, A-245 a A-246
GOVERNANÇA		
G4-34	A-50, A-164	Sim, A-245 a A-246
G4-36	A-164	Sim, A-245 a A-246
G4-39	A-52	Não
G4-41	A-51	Não
G4-51	A-65	Não
G4-52	A-23, A-185	Sim, A-245 a A-246

ÉTICA E INTEGRIDADE

G4-56	A-22 , A-186 , A-187	Sim , A-245 a A-246
G4-57	A-186 , A-187 , A-195	Sim , A-245 a A-246
G4-58	A-186 , A-187 , A-195	Sim , A-245 a A-246

DMA e Indicadores	Página (ou Link)	Omissão(ões) Identificada(s)	Razão(ões) para Omissão(ões)	Explicação para Omissão(ões)	Verificação externa

CATEGORIA: ECONÔMICA

ASPECTO MATERIAL: DESEMPENHO ECONÔMICO

G4-DMA	A-192 , A-200 , A-206				Sim , A-245 a A-246
G4-EC1	A-171 , A-192 , A-197 , A-200				Sim , A-245 a A-246
G4-EC2	A-206 , A-208				Sim , A-245 a A-246
G4-EC4	A-200				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: PRÁTICAS DE COMPRA

G4-DMA	A-192				Sim , A-245 a A-246

G4-EC9	A-194 , A-196	O percentual do total do valor gasto com fornecedores, no ano do reporte, que foi gasto com fornecedores locais.	A informação está sujeita a restrições específicas de confidencialidade.	Um dos itens considerados confidenciais relatório anterior, o valor total de gastos com fornecedores, foi endereçado e está publicado neste relatório. Já a proporção de gastos com fornecedores locais é uma informação confidencial para a empresa e, portanto, nós preferimos não divulgá-la.	Sim , A-245 a A-246

CATEGORIA: AMBIENTAL

ASPECTO MATERIAL: MATERIAIS

G4-DMA	A-219				Não
G4-EN1	A-219				Não

ASPECTO MATERIAL: ENERGIA

G4-DMA	A-213				Não
G4-EN3	A-214				Sim , A-245 a A-246
G4-EN6	A-213				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: ÁGUA

G4-DMA	A-209				Sim , A-245 a A-246
G4-EN8	A-211				Sim , A-245 a A-246
G4-EN10	A-210 , A-211 , A-212				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: EMISSÕES

G4-DMA	A-215				Não
G4-EN15	A-217				Sim , A-241 a A-244
G4-EN16	A-217				Sim , A-241 a A-244
G4-EN17	A-217				Sim , A-241 a A-244
G4-EN19	A-215				Sim , A-241 a A-244

ASPECTO MATERIAL: EFLUENTES E RESÍDUOS

G4-DMA	A-220				Sim , A-245 a A-246
G4-EN23	A-221 , A-222				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: TRANSPORTES

G4-DMA	A-218				Sim , A-245 a A-246
G4-EN30	A-209 , A-215 , A-218				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: GERAL

G4-DMA	A-208				Sim , A-245 a A-246
G4-EN31	A-208				Sim , A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

G4-DMA	A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-EN32	A-194	Sim, A-245 a A-246
G4-EN33	A-195, A-197	Sim, A-245 a A-246

CATEGORIA: SOCIAL**SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE****ASPECTO MATERIAL: EMPREGO**

G4-DMA	A-23, A-55, A-148, A-186	Não
G4-LA1	A-23, A-231	Sim, A-245 a A-246

G4-LA2	A-24, A-186	Benefícios que não são concedidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização.	A informação está sujeita a restrições específicas de confidencialidade.	Devido a sensibilidade do assunto, não estamos confortáveis em reportar esta informação.	Não

ASPECTO MATERIAL: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

G4-DMA	A-137, A-138, A-180	Sim, A-245 a A-246
G4-LA5	A-181	Sim, A-245 a A-246
G4-LA6	A-232	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

G4-DMA	A-183	Sim, A-245 a A-246
G4-LA9	A-232	Sim, A-245 a A-246

G4-LA10	A-23, A-183, A-184	Programas de transição para facilitar a empregabilidade em caso de desligamento ou pré-aposentadoria.	A informação não está disponível no momento.	Implementamos um programa piloto em 2015, porém ainda não temos dados suficientemente consolidados para divulgação neste relatório. Em 2016, o nosso foco é aprimorar a gestão para reporte.	Sim, A-245 a A-246

G4-LA11	A-183	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

G4-DMA	A-179	Sim, A-245 a A-246
G4-LA12	A-233, A-234	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS

G4-DMA	A-23, A-55, A-185	Sim, A-245 a A-246
G4-LA13	A-23, A-55, A-185, A-234	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM PRÁTICAS TRABALHISTAS

G4-DMA	A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-LA14	A-194	Sim, A-245 a A-246
G4-LA15	A-195, A-197	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A PRÁTICAS TRABALHISTAS

G4-DMA	A-137, A-185, A-186	Sim, A-245 a A-246

G4-LA16	A-137, A-186	Segmentação das queixas do Ombudsman em práticas trabalhistas e direitos humanos.	A informação não está disponível no momento.	Estamos evoluindo em transparência. Essas informações já são divulgadas para público interno. O próximo passo será trabalhar para divulgação externa dos dados conforme segmentação solicitada pelo indicador. Em 2016, estaremos preparados para reportar estes dados por completo.	Sim, A-245 a A-246

SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS**ASPECTO MATERIAL: NÃO DISCRIMINAÇÃO**

G4-DMA	A-166, A-186	Sim, A-245 a A-246
G4-HR3	A-186, A-235	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM DIREITOS HUMANOS

G4-DMA	A-179 , A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-HR10	A-194	Sim, A-245 a A-246
G4-HR11	A-194 , A-195 , A-197	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A DIREITOS HUMANOS

G4-DMA	A-185 , A-186	Sim, A-245 a A-246
G4-HR12	A-186	Segmentação das queixas do Ombudsman e da Ouvidoria com um filtro para direitos humanos. A informação não está disponível no momento. Estamos evoluindo em transparência. Essas informações já são divulgadas para público interno. O próximo passo será trabalhar para divulgação externa dos dados conforme segmentação solicitada pelo indicador. Em 2016, estaremos preparados para reportar estes dados por completo. Sim, A-245 a A-246

SUBCATEGORIA: SOCIEDADE**ASPECTO MATERIAL: COMUNIDADES LOCAIS**

G4-DMA	A-197 , A-200	Sim, A-245 a A-246
G4-FS13	A-27 , A-28 , A-172	Sim, A-245 a A-246
G4-FS14	A-173 , A-190	Não

ASPECTO MATERIAL: COMBATE À CORRUPÇÃO

G4-DMA	A-95 , A-100 , A-187 , A-191 , A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-SO4	A-100 , A-187	Total e percentual por região de membros do órgão de governança e empregados (por categoria funcional) comunicados e treinados na política e procedimentos de combate a corrupção. Total e percentual por tipo e região de parceiros comunicados sobre a política e os procedimentos de combate a corrupção. A informação não está disponível no momento. Desenvolvemos um plano de ação para acompanhamento e comunicação dessas informações nos próximos anos. Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS

G4-DMA	A-200	Sim, A-245 a A-246
G4-SO6	A-200	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: CONCORRÊNCIA DESLEAL

G4-DMA	A-235	Sim, A-245 a A-246
G4-SO7	A-235	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM IMPACTOS NA SOCIEDADE

G4-DMA	A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-SO9	A-194	Sim, A-245 a A-246
G4-SO10	A-194 , A-195 , A-197	Sim, A-245 a A-246

SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO**ASPECTO MATERIAL: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

G4-DMA (antigo FS15, antigo FS16)	A-164 , A-166 , A-167 , A-174 , A-189	Sim, A-245 a A-246
G4-PR5	A-188	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: COMUNICAÇÕES DE MARKETING

G4-DMA	A-106 , A-189	Sim, A-245 a A-246
G4-PR7	A-189	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: PRIVACIDADE DO CLIENTE

G4-DMA	A-190 , A-192	Sim, A-245 a A-246
G4-PR8	A-192	Não

SUPLEMENTO SETORIAL – SERVIÇOS FINANCEIROS**ASPECTO MATERIAL: PORTFÓLIO DE PRODUTOS**

G4-DMA (antigo FS1)	A-165 , A-166 , A-167 , A-170 , A-173	Sim, A-245 a A-246
G4-DMA (antigo FS2)	A-166 , A-167 , A-169 , A-170 , A-172	Sim, A-245 a A-246
G4-DMA (antigo FS3)	A-164 , A-166 , A-167 , A-169 , A-172	Sim, A-245 a A-246
G4-DMA (antigo FS4)	A-166 , A-167 , A-168 , A-170 , A-173	Sim, A-245 a A-246
G4-DMA (antigo FS5)	A-165 , A-166 , A-167 , A-170 , A-171	Sim, A-245 a A-246
G4-FS6	A-170 , A-172 , A-225 , A-227 , A-228	Sim, A-245 a A-246
G4-FS7	A-31 , A-172 , A-173	Sim, A-245 a A-246
G4-FS8	A-172 , A-173	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: AUDITORIA

G4-DMA (antigo FS9)	A-52 , A-68 , A-166 , A-168	Sim, A-245 a A-246

ASPECTO MATERIAL: CONTROLE ACIONÁRIO ATIVO

G4-DMA (antigo FS12)	A-171	Sim, A-245 a A-246
G4-FS10	A-170	Sim, A-245 a A-246
G4-FS11	A-170	Sim, A-245 a A-246

Relatório de Asseguração do Inventário de GEE



Declaração BR16/9406

Declaração de Verificação de Gases de Efeito Estufa

O inventário das emissões de Gases de Efeito Estufa do ano de 2015 do

Itaú Unibanco Holding

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Jabaquara
São Paulo – SP – 04344-902 – BR

foi verificado de acordo com a ISO 14064-3:2007 em atendimento aos requisitos da

ISO 14064-1:2007 e Programa Brasileiro GHG Protocol

Para as seguintes atividades:

Contendo as emissões de 227 548 toneladas métricas de CO₂ equivalente.

Auditor Líder: Fabian Peres Gonçalves

Autorizado por

Vanda Nunes

Diretora

Data: 5 December 2016

SGS ICS Certificadora Ltda.
Avenida Andrômeda, 832 - 5ª. And - Barueri/SP - CEP 06473-000
Fone: 11-3883 8880
Fax: 11-3883 8899
www.br.sgs.com

Página 1 de 4



Esta Declaração não é válida sem a declaração completa de Gases de Efeito Estufa e do escopo de verificação, objetivos, critérios e conclusões disponíveis nas páginas 3 a 4 da presente Declaração.

Este documento é emitido pela SGS e está sujeito às suas Condições Gerais de Fornecimento disponíveis em www.sgs.com/terms_and_conditions.htm. Atenção especial deverá ser dada aos elementos relativos às limitações acerca da responsabilidade, indenização e jurisdição ora estabelecidos. A autenticidade deste documento poderá ser verificada em <http://www.sgs.com/en/Our-Company/Certified-Client-Directories/Certified-Client-Directories.aspx>. Qualquer alteração não autorizada, falsificação, contrafeição do conteúdo ou da aparência deste documento é ilegal e os responsáveis serão

A SGS foi contratada pelo Itaú Unibanco Holding (aqui denominada como "CLIENTE"), Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Jabaquara - São Paulo - SP – CEP 04344-902, para a verificação das emissões diretas e indiretas de Gases de Efeito Estufa de acordo com a

ISO 14064-3: 2007

como fornecido na declaração de Gases de Efeito Estufa na forma do inventário documentado cobrindo as emissões de GEE do período de 2015.

Funções e responsabilidades

O cliente é responsável pelo sistema de informação de GEE da organização, desenvolvimento e manutenção dos registros e procedimentos de relatório de acordo com esse sistema, incluindo os cálculos e determinação das emissões de GEE e o relatório das emissões de GEE.

É de responsabilidade da SGS expressar uma opinião independente de verificação das emissões de GEE como fornecido na Declaração de GEE para o período de 2015.

A SGS conduziu uma verificação de Terceira parte da declaração de GEE fornecida em relação aos princípios da ISO 14064-1:2007 e ISO 14064-3:2007 e Programa Brasileiro GHG Protocol no período de 2015. A verificação foi baseada no escopo de verificação, objetivos e critérios como acordado entre Itaú Unibanco Holding e a SGS em 25/11/2015.

Nível de Confiança

O nível de confiança acordado é limitado.

Escopo

O cliente solicitou uma verificação independente pela SGS ICS Certificadora Ltda do relatório de emissões de GEE do período de 2015 decorrente das atividades de "Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados" para estabelecer a conformidade com os princípios da ISO 14064 dentro do escopo de verificação como indicado abaixo.

Os dados e informações que suportam a declaração de GEE foram calculados com base em dados monitorados e históricos.

Este compromisso inclui a verificação das emissões de fontes antropogênicas de gases de efeito estufa incluídos nos limites organizacionais e esta baseado na ISO 14064-3:2007.

- O limite organizacional foi estabelecido seguindo a abordagem de controle operacional.
- Título ou descrição das atividades: Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados.
- Localização/limites das atividades: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Jabaquara, São Paulo/SP.
- Infraestrutura física, atividades, tecnologias e processos da organização: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 CEP: 04344-902 – São Paulo – SP E também as

emissões de todos os prédios administrativos, agências e centros tecnológicos do Itaú, conforme informações obtidas no relatório anual.

- Fontes de GEE, sumidouros e/ou reservatório incluídos: Escopo 1, Escopo 2 e Escopo 3 (Transporte de colaboradores, Transporte e Distribuição – Upstream, Transporte e Distribuição – Downstream, Viagens a negócios, Tratamento e disposição dos resíduos).
- Tipo de GEE considerados: CO₂, CH₄, N₂O, HFC.
- Ações Dirigidas: NA.
- As informações de GEE para o seguinte período foram verificadas: 2015.
- Usuários pretendidos da declaração de verificação: Itaú Unibanco Holding.

Objetivo

O propósito do presente exercício de verificação é, através da revisão das evidências objetivas, e uma revisão independente determinar:

- Se as emissões de GEE estão, conforme afirmado pela declaração de GEE da organização.
- Se os dados reportados estão corretos, completos, consistentes, transparentes e livres de erros ou omissões.

Critério

Critérios segundo os quais a verificação é realizada são os princípios da ISO 14064 e Programa Brasileiro GHG Protocol.

Materialidade

A materialidade requerida para a verificação foi considerada pela SGS como 5%, de acordo com a necessidade do usuário pretendido da declaração de GEE.

Conclusão

O cliente forneceu a declaração de GEE baseado nos requerimentos da ISO14064-1:2007 e do GHG Protocol. As informações de GEE para o período de 2015 contendo as emissões de 227.548 toneladas métricas de CO₂ equivalente foram verificadas pela SGS a um nível limitado de confiança, consistente com o escopo de verificação acordado, objetivos e critérios.

Escopos	Emissões 2015 em tCO ₂ e
Escopo 1	9.872
Escopo 2	96.154
Escopo 3	121.521
Total Geral	227.548

Referente aos anos de 2012, 2013 e 2014, foi recalculado as emissões do escopo 2 referente as "Agências" com o objetivo de apresentar a emissão do total de agências nesses anos. Segue abaixo as emissões corrigidas:

Escopo - Agências	Emissões em tCO ₂ e
Escopo 2	Ano 2012: 26.773
Escopo 2	Ano 2013: 38.638
Escopo 2	Ano 2014: 52.641

A abordagem da SGS é baseada no risco, recorrendo a uma compreensão dos riscos associados com a comunicação de informações de emissões de GEE e os controles para mitigar esses. Nossa análise incluiu a avaliação, com base em testes, de evidências relevantes das quantidades e informações divulgadas das emissões relatadas de GEE da organização.

Planejamos e realizamos nosso trabalho de verificação para obter as informações, explicações e evidências consideradas necessárias para obter um nível limitado de confiança das emissões de GEE para o período 2015.

Conduzimos nossa verificação de acordo com a declaração de GEE do Itaú Unibanco Holding, incluindo a verificação do sistema de informação de GEE, monitoramento e relatório. Essa verificação incluiu a coleta de evidências que sustentam os dados reportados, e verificação se as disposições do protocolo de referência foram consistentemente e adequadamente aplicadas.

Na opinião da SGS a declaração de GEE apresentada

- É materialmente correta e é uma representação justa dos dados e informação de GEE com nível limitado de confiança, e
- Foi preparado de acordo com a ISO14064-1:2007 na quantificação de GEE, monitoramento e relatórios.

Esta declaração deve ser interpretada com a declaração de GEE do Itaú Unibanco Holding em conjunto.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório

Aos Administradores e Acionistas

Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Fomos contratados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre (i) a compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e (ii) o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 AccountAbility Principles Standards 2008 (“AA1000APS”) no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Responsabilidades da administração

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável pela compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, assim como, é responsável pelo atendimento aos princípios definidos na norma AA1000APS relativa ao processo de engajamento das partes interessadas e definição da materialidade.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre a compilação e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – “Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social”, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferentes de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossa responsabilidade é, também, expressar conclusão sobre o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade (“Processo”), com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a AA1000 Assurance Standard (“AA1000AS”) 2008 - tipo 1, que estabelece os seguintes procedimentos:

- confirmar a existência de um processo de identificação e participação das principais partes interessadas;
- confirmar a existência de um procedimento transparente em relação à determinação da relevância quanto aos assuntos materiais; e
- confirmar a existência de um processo de comunicação com as principais partes interessadas e, também, quanto à apresentação de uma estrutura bem definida no Relatório Anual Consolidado, no que se refere ao processo de capacidade de resposta sobre matéria de sustentabilidade.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000, a ISAE 3000 e a AA1000AS consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais do Itaú Unibanco que estão envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Principais procedimentos executados

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos

desse relatório, e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015 do Itaú Unibanco, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório;
- (d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e
- (e) obtenção de evidências dos indicadores da GRI - G4, selecionados como os indicadores mais relevantes (materiais), contidos no Relatório Anual Consolidado 2015, e apresentados no “Sumário de conteúdos da GRI”.

Os trabalhos de asseguuração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência às

diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI-G4) aplicáveis na elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, e verificações para confirmar o atendimento aos princípios da norma AA1000APS no processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguuração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguuração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, e o atendimento aos princípios da norma AA1000APS. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguuração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015, contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, ou incidência de descumprimento com os princípios da norma AA1000APS. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre esses assuntos.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que (i) as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2015 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo “Sustentabilidade” e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI-G4), e (ii) o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade não foi executado de acordo com as diretrizes dispostas na norma AA1000 AccountAbility Principles.

São Paulo, 18 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Informações estatísticas selecionadas

As informações a seguir foram incluídas para fins de análise e devem ser lidas em conjunto com a [seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Políticas Contábeis Significativas, Ativos e Passivos](#) e [item Demonstrações Contábeis Consolidadas \(IFRS\)](#).

Os dados incluídos ou mencionados nessa seção estão apresentados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Dados Médios do Balanço Patrimonial e Taxa de Juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e passivos, os respectivos valores de receita e despesa de juros e a média de rentabilidade/taxa de juros real referentes a cada período.

Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais, pois acreditamos que tais saldos representam as nossas operações e o custo de apresentar saldos médios usando balanços contábeis diários segundo o IFRS seria alto.

A maioria dos nossos negócios é composta por operações com pessoas físicas e jurídicas, que apresentaram um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos. As operações de crédito de curso anormal são divulgadas como ativos não remunerados nos períodos indicados na tabela a seguir:

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Ativos	2015			2014			2013		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %
Ativos remunerados⁽¹⁾	1.070.450	147.789	13,8	955.416	120.115	12,6	882.472	94.127	10,7
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.489	1.628	5,5	24.019	1.286	5,4	19.880	583	2,9
Aplicações no mercado aberto	204.362	27.572	13,5	170.327	17.929	10,5	162.865	12.630	7,8
Depósitos compulsórios no Banco Central	63.418	5.748	9,1	69.882	5.904	8,4	62.492	4.314	6,9
Ativos financeiros mantidos para negociação	152.687	19.826	13,0	134.695	15.128	11,2	138.667	10.860	7,8
Ativos financeiros disponíveis para venda	82.744	8.979	10,9	78.559	7.272	9,3	86.571	5.067	5,9
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	38.295	3.758	9,8	24.317	2.347	9,7	4.473	486	10,9
Operações de crédito e arrendamento mercantil	445.583	79.392	17,8	403.447	69.248	17,2	362.330	59.546	16,4
Outros ativos financeiros	53.871	886	1,6	50.170	1.001	2,0	45.193	641	1,4
Ativos não remunerados	115.596			97.526			83.025		
Disponibilidades	19.159			17.038			13.806		
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.797			4.025			3.850		
Derivativos	24.276			12.647			11.224		
Empréstimos de curso anormal	18.559			17.040			19.216		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.526)			(21.655)			(24.103)		
Imobilizado, líquido	8.618			7.145			5.958		
Investimentos em empresas não consolidadas	4.219			3.964			3.233		
Ágio	2.011			1.798			147		
Ativos intangíveis líquido	6.225			6.019			5.110		
Ativos fiscais	43.212			35.000			33.155		
Bens destinados à venda	341			137			119		
Outros ativos	9.706			14.369			11.311		
Total	1.186.046			1.052.942			965.497		

(1) Para o rendimento líquido do total médio de juros sobre ativos, consulte "Margem Líquida de Juros e Spread".

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

Passivo	2015			2014			2013		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa %
Passivos remunerados	875.904	75.064	8,6	793.069	72.977	9,2	738.535	46.361	6,3
Depósitos remunerados	236.315	13.587	5,7	233.999	12.064	5,2	209.347	9.802	4,7
Depósitos de poupança	114.500	7.720	6,7	111.473	6.905	6,2	92.964	5.014	5,4
Depósitos interfinanceiros	19.633	1.062	5,4	6.131	692	11,3	7.446	300	4,0
Depósitos a prazo	102.182	4.804	4,7	116.395	4.467	3,8	108.937	4.488	4,1
Captações no mercado aberto	297.509	32.879	11,1	266.527	26.771	10,0	256.025	16.865	6,6
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	219.463	15.999	7,3	183.981	25.099	13,6	174.834	16.216	9,3
Recursos de mercados interbancários	134.637	7.970	5,9	113.522	14.404	12,7	104.002	6.245	6,0
Recursos de mercados institucionais	84.826	8.030	9,5	70.459	10.695	15,2	70.832	9.971	14,1
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	121.856	12.557	10,3	107.880	8.987	8,3	97.818	3.436	3,5
Outros passivos remunerados	761	42	5,5	682	56	8,2	511	42	8,2
Passivos não remunerados	203.376			169.247			148.215		
Depósitos não remunerados	54.148			43.840			36.726		
Derivativos	29.488			13.107			10.355		
Outros passivos não remunerados	119.740			112.300			101.134		
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	105.034			89.458			78.747		
Participações de acionistas não controladores	1.732			1.168			878		
Total	1.186.046			1.052.942			965.497		

Variações nas Receitas e Despesas de Juros – Análise de Volume e Taxas

Apresentamos a seguir a distribuição das variações, em termos do volume médio, e as variações na média dos rendimentos/taxas em nossas receitas e despesas de juros para os períodos indicados. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas sobre as variações de saldos médios ocorridas no período, e as variações na média dos rendimentos/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período ao outro.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2015-2014			2014-2013			2013-2012		
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/taxa ⁽²⁾	Variação líquida ⁽³⁾
Ativos remunerados	15.027	12.647	27.674	9.533	16.455	25.988	12.673	(14.910)	(2.237)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	301	41	342	142	561	703	(184)	(275)	(459)
Aplicações no mercado aberto	4.001	5.641	9.642	602	4.697	5.299	3.084	(550)	2.534
Depósitos compulsórios no Banco Central	(733)	578	(156)	550	1.041	1.590	(570)	(449)	(1.020)
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.166	2.532	4.698	(302)	4.570	4.268	1.533	(3.997)	(2.464)
Ativos financeiros disponíveis para venda	403	1.303	1.707	(417)	2.623	2.206	1.404	(108)	1.296
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.371	40	1.411	1.909	(48)	1.861	41	(26)	15
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	7.434	2.710	10.144	6.973	2.729	9.702	7.182	(8.775)	(1.593)
Outros ativos financeiros	83	(198)	(115)	77	282	359	183	(729)	(545)
Passivos remunerados	11.420	(9.333)	2.087	2.717	23.898	26.615	(4.577)	2.872	(1.706)
Depósitos remunerados	276	1.247	1.523	1.030	1.231	2.261	306	(1.047)	(741)
Depósitos de poupança	191	624	815	1.083	807	1.890	1.052	(107)	945
Depósitos interfinanceiros	485	(115)	370	(43)	435	392	(25)	39	14
Depósitos a prazo	(400)	738	338	(11)	(11)	(21)	(721)	(979)	(1.700)
Captações no mercado aberto	3.279	2.829	6.109	718	9.188	9.906	(8.392)	7.717	(675)
Recursos de mercados interbancários e de mercados institucionais	6.595	(15.695)	(9.100)	568	8.315	8.883	1.998	778	2.776
Recursos de mercados interbancários	3.444	(9.878)	(6.434)	620	7.539	8.159	566	(68)	498
Recursos de mercados institucionais	3.151	(5.816)	(2.666)	(52)	777	724	1.431	846	2.277
Provisões de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	1.262	2.307	3.569	387	5.163	5.551	1.497	(4.574)	(3.077)
Outros passivos remunerados	8	(22)	(14)	14	-	14	13	(2)	11

(1) A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior.

(2) A variação nos rendimentos/taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior.

(3) A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

Margem de Juros Líquida e Spread

Apresentamos a seguir nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita líquida de juros, a margem de juros líquida e o *spread* líquido comparativos para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2015	2014	2013
Total dos ativos médios remunerados	1.070.450	955.416	882.472
Total dos passivos médios remunerados	875.904	793.069	738.535
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	72.725	47.139	47.766
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados (%) ⁽²⁾	13,8	12,6	10,7
Rendimento médio sobre os passivos médios remunerados (%) ⁽³⁾	8,6	9,2	6,3
Spread líquido (%) ⁽⁴⁾	5,2	3,4	4,4
Margem de juros líquida (%) ⁽⁵⁾	6,8	4,9	5,4

- (1) Soma do total da receita de juros menos total das despesas de juros.
 (2) Total da receita de juros dividido pelo total dos ativos médios remunerados.
 (3) Total da despesa de juros dividido pelo total de passivos médios remunerados.
 (4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.
 (5) Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

Retorno sobre o Patrimônio e Ativos

Apresentamos a seguir alguns dados referentes ao retorno sobre patrimônio e ativos para os períodos indicados.

(Em milhões de R\$, exceto porcentagens)

	2015	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	25.740	21.555	16.424
Ativos totais médios	1.186.046	1.052.942	965.497
Patrimônio líquido médio	105.034	89.458	78.747
Lucro líquido como porcentagem dos ativos totais médios (%) ⁽¹⁾	2,2	2,0	1,7
Lucro líquido como porcentagem do patrimônio líquido médio (%) ⁽¹⁾	24,8	24,3	21,1
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios (%)	8,9	8,5	8,2
Índice de pagamento de dividendos por ação (%) ⁽²⁾	28,9	31,1	34,5

- (1) Atribuível aos acionistas controladores.
 (2) Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelo lucro básico por ação. Consulte a [seção Nosso Perfil, item Em Números - Dados Financeiros Selecionados](#) para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.

Taxas de câmbio

Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais em reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a certos procedimentos normativos.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e sobre a remessa para investidores estrangeiros do resultado dos seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o governo imponha essas restrições sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou quando houver razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos prever se o governo brasileiro irá determinar restrições às remessas no futuro. O real poderá se valorizar ou desvalorizar de forma significativa em relação ao dólar dos Estados Unidos no futuro.

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Fatores de Risco, Riscos Macroeconômicos, item A instabilidade das taxas de câmbio também pode nos afetar negativamente](#) para mais detalhes.

Em 27 de abril de 2016, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos Estados Unidos (PTAX) era de R\$ 3.5295 para US\$ 1,00.

A tabela a seguir apresenta informações sobre a taxa de venda do dólar dos E.U.A. e euro, conforme dados do Banco Central, nos períodos e datas indicados.

Ano	Taxa de Câmbio da Moeda Brasileira por US\$ 1,00				Taxa de Câmbio da Moeda Brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano
2011	1,5345	1,9016	1,6709	1,8758	2,1801	2,5565	2,3354	2,4342
2012	1,7024	2,1121	1,9588	2,0435	2,2465	2,7633	2,5277	2,6954
2013	1,9528	2,4457	2,1741	2,3426	2,5347	3,2682	2,8947	3,2265
2014	2,1974	2,7403	2,3599	2,6562	2,8900	3,4320	3,1113	3,2270
2015	2,5754	4,1949	3,3876	3,9048	2,9080	4,7209	3,7358	4,2504
2016 (até 27 de abril de 2016)	3,5126	4,1558	3,8279	3,5295	3,9566	4,5032	4,2453	3,9965

Fonte: Economática.
 (1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

Mês	Taxa de Câmbio da Moeda Brasileira por US\$ 1,00				Taxa de Câmbio da Moeda Brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano	Mínimo	Máximo	Média ⁽¹⁾	Final do Ano
Outubro 2015	3,7386	4,0010	3,8801	3,8589	4,2485	4,5115	4,3571	4,2660
Novembro 2015	3,7010	3,8506	3,7765	3,8506	3,9454	4,1714	4,0449	4,0735
Dezembro 2015	3,7476	3,9831	3,8711	3,9048	4,0553	4,3624	4,2158	4,2504
Janeiro 2016	3,9863	4,1558	4,0524	4,0428	4,3082	4,5032	4,4010	4,3824
Fevereiro 2016	3,8653	4,0492	3,9737	3,9796	4,3234	4,4962	4,4034	4,3234
Março 2016	3,5589	3,9913	3,7039	3,5589	4,0254	4,3350	4,1213	4,0539
Abril (até 27 de abril de 2016)	3,5126	3,6921	3,5759	3,5295	3,9566	4,2046	4,0572	3,9965

Fonte: Economática.
 (1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada dia do período em questão.

Considerações para Detentores de ADS

Riscos Relativos às Nossas ADSs

Antes de investir em nossas ações e ADSs, é importante que o investidor saiba que, além dos riscos relacionados aos nossos negócios, que podem impactar o valor de nossos títulos e valores mobiliários e a nossa capacidade de cumprir com certas obrigações, inclusive o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o investidor estará exposto a riscos adicionais, conforme descreveremos a seguir. Riscos adicionais e incertezas dos quais não estamos cientes, ou que, atualmente, consideramos imateriais, também podem se tornar fatores importantes que nos afetam e/ou afetam os detentores de ADSs.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada dos mercados de capitais brasileiros podem limitar significativamente a capacidade de nossos investidores venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs, pelo preço e na época em que desejarem

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos e esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs no preço e no momento desejado pelo investidor, pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito a voto, exceto em circunstâncias específicas

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais ordinárias, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos a restrições de ordem prática sobre sua capacidade de exercer seu direito de voto em decorrência de processos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionaremos a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral ordinária, notificaremos o banco depositário

que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar daquela assembleia; e os detentores de ADSs deverão instruir o banco depositário sobre como votar para exercer o seu direito de voto. Esse passo adicional de instrução ao banco depositário de ADSs pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADSs.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais

Podemos não conseguir oferecer, aos detentores de nossas ADSs nos EUA, os direitos de preferência aplicáveis aos detentores de nossas ações preferenciais, em caso de aumento do nosso capital social mediante emissão de ações preferenciais, exceto no caso de concessão de uma declaração válida de registro referente a tais direitos de preferência e às nossas ações preferenciais, ou uma isenção dessa exigência de registro de acordo com a lei de Valores Mobiliários dos EUA, caso esteja disponível. Como não somos obrigados a arquivar a declaração de registro referente aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, não podemos garantir que os direitos de preferência serão oferecidos.

Caso esse registro não seja solicitado ou caso não haja uma isenção do registro, o Bank of New York Mellon, como banco depositário, tentará vender esses direitos de preferência no período de exercício; caso a venda seja concretizada, os detentores de ADSs terão o direito de receber os resultados referentes à venda. Entretanto, os detentores de ADSs, nos EUA, não receberão qualquer valor decorrente da concessão dos direitos de preferência se o banco depositário não conseguir efetuar a venda daqueles direitos dentro do prazo de exercício.

O cancelamento de ADSs poderá acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil

Apesar de os detentores de ADS beneficiarem-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais representadas por ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições relacionadas às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira e remeter os resultados para o exterior, a disponibilidade e as exigências referentes a esse certificado eletrônico podem ser afetadas negativamente por futuras mudanças na legislação.

Se o detentor de ADSs solicitar o cancelamento das ADSs e, consequentemente, receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, esse detentor deverá registrar seu investimento em ações preferenciais no Banco Central do Brasil como (i) um Investimento Estrangeiro Direto, sujeito à Lei nº 4131/62, que exigirá um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED); ou (ii) um Investimento estrangeiro no mercado financeiro e de capitais, sujeito à Resolução CMN nº 4373/14, que, entre outras exigências, determina a nomeação de uma instituição financeira no Brasil como custodiante das ações preferenciais e representante legal do investidor estrangeiro no Registro Declaratório Eletrônico de Portfólio (RDE – Portfólio). Não registrar o investimento nas ações preferenciais como investimento estrangeiro por um dos regimes mencionados acima (por exemplo, RDE – IED ou RDE – Portfólio) impactará a capacidade do detentor de alienar as ações preferenciais e de receber dividendos. Além disso, mediante recebimento das ações subjacentes às ADSs, a regulamentação brasileira requer que o investidor realize operações de câmbio e pague impostos sobre essas operações de câmbio, conforme aplicável.

O tratamento fiscal da remessa de dividendos, distribuições e resultados de qualquer alienação de nossas ações preferenciais é menos favorável caso o

detentor de ações preferenciais obtenha o RDE-IED ao invés do RDE-Portfólio. Além disso, se o detentor de ações preferenciais almejar requerer o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, esse investidor poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de obtenção do registro, com possível impacto na sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou ao retorno sobre capital de forma tempestiva.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de empresas organizadas sob as leis dos EUA ou de outros países

Nossos assuntos societários são disciplinados por nosso Estatuto Social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios legais diferentes daqueles aplicáveis nos EUA ou em outro país. Nos termos da legislação societária brasileira, os detentores de ADSs e os detentores de nossas ações preferenciais podem ter direitos diferentes em relação à proteção dos interesses do investidor, inclusive às ações disponíveis para os investidores em relação às medidas tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias, que podem ser diferentes do que está previsto na legislação dos EUA ou de outro país.

Tributação de Detentores de ADSs

O resumo a seguir baseia-se nas legislações tributárias em vigor nesta data, no Brasil e nos Estados Unidos, e contém uma descrição das principais considerações tributárias referentes aos impostos sobre as rendas federais no Brasil e nos Estados Unidos, decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, não apresentando, contudo, uma descrição completa de todas as considerações tributárias que poderiam ser relevantes para essas questões, considerando que as leis estão sujeitas a alterações e diferentes interpretações (possivelmente com efeito retroativo). Embora atualmente não exista nenhum tratado referente ao imposto de renda firmado entre Brasil e Estados Unidos, as autoridades fiscais dos dois países chegaram a um consenso sobre as disposições aplicáveis para tratamento fiscal recíproco da compensação de imposto retido no país de origem e no país de residência. Não podemos assegurar, contudo, se ou quando esse tratado entrará em vigor ou como ele afetará um detentor nos EUA (como definido a seguir) de nossas ações preferenciais ou ADSs.

Compradores em potencial de nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários em relação às consequências

tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, em particular o efeito da legislação tributária estadual ou municipal, aplicável a não residentes que não sejam dos EUA.

Considerações sobre Tributação no Brasil

Resumimos as principais consequências tributárias no Brasil relacionadas à aquisição, titularidade e alienação por detentores não residentes de nossas ADSs.

Investidores não Residentes, Residentes ou Domiciliados em Jurisdições Consideradas Paraísos Fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010, e alterações posteriores, um “paraíso fiscal” é um país ou localidade (a) que não tributa a renda ou que tributa à alíquota máxima igual ou inferior a 20%; ou (b) cuja legislação interna impõe restrições sobre a divulgação de composição societária ou titularidade de investimentos. Uma relação dos países e jurisdições que são atualmente considerados paraísos fiscais foi publicada na referida Instrução Normativa. Os investidores não residentes, porém residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, podem estar sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil em alíquotas maiores do que os investidores não residentes que não são residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, como descreveremos a seguir.

Tributação de Dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive os dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos decorrentes dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil, em alíquotas que variam de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de Juros sobre o Capital Próprio

A lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permitem que uma sociedade brasileira constituída por ações, como a nossa sociedade, também efetue pagamentos de juros sobre o capital próprio além das distribuições de dividendos. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório – Tributação](#) para mais informações. Atualmente, o pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% ou de 25% no caso de investidores não residentes que são residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais.

Tributação de Ganhos

(a) Vendas e Outras Formas de Alienação de ADSs

Ganhos auferidos no exterior por um investidor não residente, relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro investidor não residente, não estão sujeitas à tributação brasileira. Entretanto, segundo a Lei nº 10.833/03, a alienação de ativos localizados no Brasil, por um investidor não residente, pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% (a alíquota de 25% se aplica para o beneficiário estrangeiro residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros). Embora a referida lei não seja completamente clara sobre o que é considerado um ativo localizado no Brasil, as ADSs – geralmente – não são consideradas ativos localizados no Brasil, pois representam títulos emitidos e negociados em bolsa de valores no exterior. É importante observar que, ainda que as ADSs fossem consideradas ativos localizados no Brasil, os investidores não residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais podem solicitar isenção de

impostos sobre ganhos de capital, conforme previsto pelo artigo 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e alterações posteriores.

- (b) Conversão de Nossas Ações Preferenciais em ADSs O depósito feito por um investidor não residente como um depositário de ações preferenciais, para conversão em ADSs, pode estar sujeito à tributação brasileira de ganho de capital se o investidor não residente for residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal, ou se as ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central do Brasil, conforme a resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, vigente a partir de 30 de março de 2015 (antiga Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e Resolução CMN nº 1.927, de 18 de maio de 1992, e alterações posteriores). Para ambos os casos, a diferença entre o custo de aquisição das ações preferenciais, ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central, e o preço médio das ações preferenciais, conforme a Resolução CMN nº 4.373/14, pode ser considerada ganho de capital tributável e estar sujeita ao imposto de renda à alíquota geral de 15%. Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Fundos de investidores estrangeiros](#) para mais detalhes.

Os investidores não residentes – que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais – poderão estar sujeitos a uma alíquota de 25% de imposto de renda, sobre o ganho de capital, na venda ou transferência de ações fora do mercado financeiro no momento dessa conversão.

Por outro lado, quando investidores não residentes – que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais – depositam ações preferenciais registradas, de acordo com a resolução CMN nº 4.373/14, em troca de ADSs, tal depósito não deverá estar sujeito à tributação do ganho de capital.

- (c) Venda ou Outras Formas de Alienação de Nossas Ações Preferenciais Investidores não residentes, que não sejam residentes nem domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, que registram seus investimentos de acordo com a resolução CMN nº 4.373/14, beneficiam-se de um tratamento tributário diferenciado, segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da venda de valores mobiliários na bolsa de valores brasileira está isento de imposto de renda. Por outro lado, a venda de ações não

registradas, de acordo com a resolução CMN nº 4.373/14, ou realizada fora da bolsa de valores brasileira, está, geralmente, sujeita ao imposto sobre ganho de capital a uma alíquota de 15%.

Tal tratamento diferenciado não se aplica aos investidores não residentes – que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais – os quais estão sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda de seus investimentos nos mercados financeiros, incluindo as bolsas de valores e os mercados de balcão. A alíquota do imposto, nesses casos, é geralmente de 15%. Se esses investidores não residentes venderem ações fora do mercado financeiro, a alíquota de imposto de renda será de 25%. Qualquer exercício de direitos de preferência relativos às nossas ações preferenciais (e relativos ao programa de ADSs), não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos ao imposto de renda em alíquotas que variam conforme a localização do investidor não residente e do mercado no qual esses direitos foram vendidos. Se o investidor não residente não for residente ou domiciliado em um paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência estará isenta de imposto, se realizada na bolsa de valores brasileira, ou sujeita ao imposto de renda, à alíquota de 15%, se realizada fora da bolsa de valores. Se o investidor não residente for residente ou domiciliado em paraíso fiscal, a venda dos direitos de preferência está, em geral, sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15%, se realizada no mercado financeiro brasileiro, ou de 25%, se os direitos forem vendidos fora desses mercados.

Imposto sobre Operações Financeiras

IOF/Câmbio e IOF/Títulos e Valores Mobiliários

Segundo o Decreto nº 6.306/2007, e alterações posteriores, o Imposto Sobre Operações Financeiras pode incidir sobre algumas operações de câmbio. Consulte a [seção Nossa Gestão de Riscos, item Ambiente Regulatório, Tributação](#) para mais informações sobre o Imposto Sobre Operações Financeiras.

A aquisição de ADSs não está sujeita à incidência de IOF. Em 24 de dezembro de 2013, segundo o Decreto nº 8.165, a alíquota de IOF/Títulos e Valores Mobiliários que incide sobre a cessão de ações negociadas na bolsa de valores brasileira, a fim de lastrear a emissão de *depository receipts* a serem negociados no exterior, foi reduzida para zero.

Outros Tributos Brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doação ou sucessão, quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem) das nossas ações preferenciais ou ADSs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADSs por um investidor não residente, exceto os tributos sobre doação, herança e sucessão incidentes em alguns Estados brasileiros – se forem conferidos nesses Estados ou no exterior, quando o beneficiário for residente ou domiciliado nesses Estados. Não existem, no Brasil, tributos de selo, emissão, registro ou semelhantes, a serem pagos por investidores não residentes das nossas ações preferenciais ou ADSs.

Tributação nos Estados Unidos

Apresentamos um resumo geral das principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA, incidente na aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, por investidores dos Estados Unidos. Investidores (conforme definido a seguir) que detêm tais ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital, no contexto da seção 1221 do Código do Imposto de Renda dos Estados Unidos, de 1986, e alterações posteriores (o Código). Este resumo não aborda todos os aspectos da legislação tributária que podem ser relevantes para um investidor específico dos Estados Unidos,

à luz de circunstâncias especiais às quais pode estar sujeito, ou para os investidores dos Estados Unidos sujeitos a um tratamento especial nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como, por exemplo, bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários; entidades isentas de tributação; determinados ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de uma estratégia de combinação de opções (*straddle*) uma cobertura contra um risco potencial (*hedging*), uma conversão (*conversion*) ou outra forma de transação integrada; investidores dos Estados Unidos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem moeda funcional diferente do dólar dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem (ou considera-se que possuem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações; e investidores dos Estados Unidos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração. Adicionalmente, este resumo não aborda o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal dos Estados Unidos, ou de fora dos Estados Unidos, ou qualquer consideração sobre tributos dos Estados Unidos sobre herança, doação ou imposto mínimo alternativo.

Este resumo é baseado no Código, nas regulamentações do Tesouro dos Estados Unidos – promulgadas ou propostas – e em interpretações administrativas e judiciais, todas em vigor nessa data e sujeitas a alterações, possivelmente com efeito retroativo, ou sujeitas a interpretações diferentes. Partimos do princípio de que cada obrigação constante do acordo de depósito, e qualquer acordo relacionado, serão executados em conformidade com seus termos.

Para fins deste resumo, o termo “investidor” significa o beneficiário das nossas ações preferenciais ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, (i) uma pessoa física que seja cidadã ou residente nos Estados Unidos; (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos, de um de seus estados ou do Distrito de Columbia; (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos Estados Unidos, independentemente de sua fonte; ou (iv) um truste (x) sobre cuja administração está submetida a um tribunal dos Estados Unidos que exerça supervisão básica e, uma ou mais pessoas dos Estados Unidos, tenham poderes para controlar

todas as decisões substanciais de suas subsidiárias ou (y) cuja opção seja válida nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos para ser tratado como cidadão dos Estados Unidos.

Se uma entidade tratada como uma sociedade de parceria, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, investir em nossas ações preferenciais ou ADSs, o tratamento para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos dispensado a esse investimento dependerá, em parte, da situação e das atividades da entidade e dos sócios em particular. Qualquer entidade desse tipo deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda federal naquele país, aplicável a ela e aos seus sócios, em relação à aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs.

ACONSELHAMOS OS INVESTIDORES A CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS ASSESSORES TRIBUTÁRIOS ACERCA DA TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS QUE ESTEJA RELACIONADA À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DAS NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS OU ADSs, TENDO EM VISTA SUAS PARTICULARIDADES E O IMPACTO DE QUAISQUER LEIS QUE NÃO SEJAM AQUELAS APLICADAS NOS ESTADOS UNIDOS.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, este resumo parte do princípio de que não somos e nem seremos uma empresa de investimento estrangeiro passivo (Passive Foreign Investment Company – PFIC) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Para mais detalhes, consulte o item “Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)” a seguir.

Tratamento das ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um investidor dos Estados Unidos em ADSs será tratado como o investidor dos Estados Unidos com participação proporcional em nossas ações preferenciais, detidas pelo depositário (ou custodiante) e representadas comprovadamente por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas das nossas ações preferenciais, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganho ou prejuízo para o investidor dos Estados Unidos para fins de imposto de renda federal naquele país.

Distribuições

Um investidor dos Estados Unidos que recebe uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio, geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado com ele), em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que for feita com nossos lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso das ADSs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo elegível à dedução dos dividendos recebidos permitida às sociedades por ações.

A distribuição realizada para os investidores de nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada, em geral, primeiramente como retorno não tributável de capital na proporção da participação do investidor dos Estados Unidos em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganhos decorrentes da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADSs (tratada da mesma forma descrita a seguir em Venda, troca ou outro tipo de alienação das ações preferenciais ou ADSs). Não mantemos, e não planejamos manter, cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um investidor dos Estados Unidos pode precisar incluir

o valor integral da distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição de nossas ações preferenciais realizada em reais deve ser calculado com referência à taxa de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelo investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso de ADSs), independentemente de os valores em reais recebidos serem de fato convertidos em dólares dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá uma base em reais equivalente ao valor em dólares dos Estados Unidos na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos, recebidas por investidores dos Estados Unidos – que não são pessoas jurídicas, inclusive pessoas físicas – relativas às ações de uma sociedade que não é dos Estados Unidos (válidas para as sociedades que não são consideradas, no exercício fiscal durante o qual as distribuições são feitas ou no exercício fiscal anterior, Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo ou PFIC), e prontamente negociáveis em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida a 20% (e outro tributo eventualmente adicional discutido em Tributo Medicare, a seguir), desde que certos prazos de carência e outros requisitos sejam atendidos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um investidor dos Estados Unidos, os dividendos recebidos por esse investidor, referentes às ADSs, deverão qualificar-se para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo investidor dos Estados Unidos, em relação às ações preferenciais, serão qualificáveis para a alíquota reduzida, já que as nossas ações preferenciais, em si, não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que pode limitar deduções para juros provenientes dos investimentos), e os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (o qual pode afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos) e certos dividendos extraordinários. O investidor dos Estados Unidos – que não seja uma pessoa jurídica – deve consultar seu próprio

assessor tributário acerca da possibilidade de aplicação da alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes.

Venda, Troca ou Outro Tipo de Alienação das Ações Preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um investidor dos Estados Unidos, geralmente, reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em um valor igual à diferença, se houver, entre o montante realizado em tal venda, troca ou outro tipo de alienação e a base de cálculo ajustada do imposto do investidor, em tais ações preferenciais ou ADSs. Qualquer diferença assim reconhecida será, geralmente, tratada como ganho ou perda de capital de longo prazo se esse investidor dos Estados Unidos tiver detido as ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da venda, troca ou de outro tipo de alienação. Alguns investidores dos Estados Unidos – que não sejam pessoas jurídicas – têm direito a um tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A possibilidade para um investidor daquele país compensar as perdas de capital com receita ordinária é limitada.

O investidor dos Estados Unidos que receber um valor em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais, geralmente, reconhecerá um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos em reais, na data de liquidação de referida venda, troca ou outro tipo de alienação se (i) esse investidor americano adotar o regime de caixa, ou tenha optado por ser contribuinte pelo regime de competência, e as nossas ações preferenciais forem tratadas como negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido; ou (ii) essa data de liquidação for também a data da venda, troca ou outro tipo de alienação. O investidor dos Estados Unidos, geralmente, terá como base em reais um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos de tal montante, na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação desses reais pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca das consequências, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, de receber valores em reais pela venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais nos casos não descritos na primeira sentença deste parágrafo.

Considerações sobre Crédito Tributário Estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (sejam elas detidas por meio de ADSs ou diretamente), inclusive os pagamentos de juros sobre o capital próprio, que sejam tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer tributos retidos na fonte brasileira, serão, geralmente, incluídas na receita bruta do investidor dos Estados Unidos. Dessa forma, esse investidor dos Estados Unidos pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade, em um montante superior ao que tenha efetivamente recebido em espécie. As distribuições tratadas como dividendos geralmente constituirão receita originada fora dos Estados Unidos e geralmente serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos, como receita de categoria passiva ou, no caso de alguns investidores dos Estados Unidos, como receita de categoria geral. Sujeito às limitações aplicáveis e às exigências de período de carência, um investidor dos Estados Unidos pode obter o direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro naquele país, para compensar o montante do imposto de renda federal nos Estados Unidos referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em vigor, o ganho resultante da venda ou outro tipo de alienação das nossas ações preferenciais, ou ADSs, pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso, por um investidor dos Estados Unidos, de um crédito tributário

estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos de renda, ou retidos na fonte no Brasil, pode ser limitado, já que esse ganho geralmente constituirá receita originada dentro dos Estados Unidos. Um investidor dos Estados Unidos que não reivindica um crédito tributário estrangeiro naquele país pode geralmente reivindicar, ao invés disso, uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, somente para o exercício fiscal no qual esse investidor dos Estados Unidos optar por fazê-lo, em relação a todos os impostos de renda que não são dos Estados Unidos, pagos ou provisionados por esse mesmo investidor, nesse exercício fiscal. O ganho ou a perda cambial com moeda estrangeira, geralmente, constituirá receita originada dentro dos Estados Unidos. As regras relacionadas com os créditos tributários estrangeiros são complexas e o investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da aplicação dessas regras.

Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicam-se às pessoas daquele país que detenham ações de uma empresa de investimento estrangeiro passivo (Passive Foreign Investment Company – PFIC). Em geral, uma sociedade que não é dos Estados Unidos será classificada como uma PFIC, para fins de imposto de renda federal daquele país, em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias, pelo menos 75% de sua receita bruta for receita passiva ou, em média, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos for atribuível aos ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para a geração de receita passiva.

Para esse fim, a receita passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com *commodities*.

A aplicação das normas relativas às PFICs nos bancos não é clara na legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, atualmente em vigor. Os bancos geralmente têm uma parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados por juros ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. As autoridades fiscais dos Estados Unidos (IRS) emitiram um comunicado e propuseram regulamentos que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa de negócios bancários, por meio de um banco estrangeiro qualificado, também

conhecidos como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e os regulamentos propostos pelo IRS têm exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que pode ser excluída da receita passiva, de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizados.

Com base em estimativas de nossa receita e ativo brutos, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais correntes ou futuros. A decisão em relação a sermos uma PFIC, no entanto, é realizada anualmente com base na composição de nossa receita e de nossos ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades em que detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas atividades (inclusive nossa capacidade de nos qualificarmos para a Exceção de Banco Ativo).

Como os regulamentos definitivos não foram emitidos e o comunicado e os regulamentos propostos são inconsistentes, nossa situação, no que tange às regras da PFIC, é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não existem garantias de que atenderemos às exigências específicas da Exceção de Banco Ativo, de acordo com o comunicado ou os regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os investidores dos Estados Unidos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC, em qualquer exercício fiscal no qual um investidor dos Estados Unidos detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outro tipo de alienação tributável dessas ações preferenciais ou ADSs e certas distribuições excedentes (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição média durante os três exercícios anteriores ou, em caso de período inferior, o período de carência para essas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente, durante o período de carência do investidor dos Estados Unidos em relação a essas ações preferenciais ou ADSs; (ii) o montante considerado realizado em cada exercício tivesse sido sujeito à tributação, em cada exercício, à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, a qual estaria sujeita à tributação de alíquota regular da receita ordinária do investidor dos Estados Unidos no exercício corrente, não sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir); e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagáveis nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos investidores dos Estados Unidos evitarem as consequências anteriormente mencionadas ao fazerem opção pelo fundo qualificado.

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em uma sociedade por ações – não residente ou domiciliada nos Estados Unidos –, classificada como PFICs (PFICs subsidiárias), os investidores dos Estados Unidos serão considerados, em geral, como investidores em uma PFIC e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC subsidiária. Se formos tratados como uma PFIC, um investidor dos Estados Unidos pode ser cobrado em relação ao imposto diferido e ao encargo financeiro definido anteriormente se (i) recebermos distribuição de, ou alienarmos no todo ou em parte, nossa participação em qualquer PFIC subsidiária ou se (ii) esse investidor dos Estados Unidos alienar no todo ou em parte nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um investidor dos Estados Unidos de ações de uma PFIC (possivelmente não de uma PFIC subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela marcação a mercado, desde que as ações da PFIC sejam ações negociáveis, conforme definido nos regulamentos vigentes do Tesouro dos Estados Unidos (ou seja, negociada regularmente em uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado). Nos termos dos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos, bolsa de valores qualificada ou outro mercado inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), nos EUA, ou o sistema de mercado nacional instituído de acordo com a *Securities Exchange Act of 1934* (Lei de Bolsas e Valores Mobiliários de 1934), e alterações posteriores; ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira que seja regulada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda a certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos. As ADSs são negociadas na NYSE e as ações preferenciais são negociadas na BM&FBovespa. A NYSE constitui uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado. Embora o IRS não tenha afirmado se a BM&FBovespa atende às exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, acreditamos que a BM&FBovespa deva ser assim nomeada. As ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas no ano-calendário durante o qual essas ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre-calendário. Não podemos assegurar aos nossos investidores dos Estados Unidos que as nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como ações negociáveis em qualquer exercício fiscal.

As consequências tributárias que se aplicariam caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas anteriormente, se uma opção marcação a mercado estivesse disponível e se um investidor dos Estados Unidos fizesse essa opção no início de seu período de carência. Caso tal opção fosse feita, esse investidor dos Estados Unidos geralmente (i) incluiria na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença, se houver, entre o valor justo de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs, no fechamento de cada exercício fiscal e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos de tais ações preferenciais ou ADSs; e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, a eventual diferença entre a base de cálculo de imposto ajustada do

investidor dos Estados Unidos, relativa a tais ações preferenciais ou ADSs, e o valor justo de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs, ao final do exercício fiscal e apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, em um exercício fiscal no qual éramos PFIC, seria tratado como receita ordinária, e qualquer prejuízo em tal venda, troca ou outro tipo de alienação seria tratado como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação a mercado anteriormente incluído na receita) e, subsequentemente, como perda de capital. A base ajustada de cálculo de imposto do investidor dos Estados Unidos referente a tais ações preferenciais ou ADSs, seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda considerado segundo o regime de marcação a mercado. Mesmo que um investidor dos Estados Unidos seja elegível para optar pela marcação a mercado relativo às nossas ações preferenciais ou ADSs, não está claro se, ou como, essa opção se aplicaria em relação às ações de qualquer PFIC subsidiária, das quais esse investidor dos Estados Unidos é tratado como titular, pois tais ações podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita relativamente às ações negociáveis de uma PFIC com base em cada acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal no qual o investidor dos Estados Unidos detiver qualquer participação acionária conosco enquanto PFIC, serão aplicadas normas especiais.

O investidor dos Estados Unidos que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício fiscal em que formos tratados como uma PFIC será obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC subsidiária, na qual o investidor dos Estados Unidos detiver participação direta ou indireta. O investidor americano deve consultar seus próprios assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC às nossas ações preferenciais ou ADSs, e da possibilidade e conveniência de fazer opção pela marcação a mercado, caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Tributo Medicare

Além do imposto de renda federal regular dos EUA, certos investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas, espólios ou trustes – estão sujeitos a um tributo à alíquota de 3,8% sobre toda ou parte de sua receita líquida de investimento, que pode incluir toda ou parte de sua renda auferida com uma distribuição referente a ações preferenciais ou ADSs, e ao ganho líquido da venda, troca ou outro tipo de alienação de ação preferencial ou ADS.

Retenção Preventiva (Backup Withholding) na Fonte e Apresentação de Informações

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar uma retenção preventiva (*backup withholding*) na fonte geralmente se aplica a certos investidores dos Estados Unidos para pagamentos efetuados ou recursos provenientes da venda, troca ou outro tipo de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Um investidor dos Estados Unidos que não estiver, de outra forma, isento da retenção preventiva na fonte, pode geralmente evitá-la mediante a entrega do formulário W-9 (IRS) devidamente assinado. A retenção preventiva na fonte não é um imposto adicional e quaisquer montantes retidos segundo essas normas serão, em geral, disponibilizados como reembolso ou como crédito para o pagamento de imposto de renda federal dos EUA, devido pelo investidor daquele país, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas pelo investidor daquele país, em tempo hábil, para o IRS.

Exigências de Divulgação para Ativos Financeiros Específicos no Exterior

Os investidores dos Estados Unidos – pessoas físicas e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do Departamento do Tesouro dos EUA – que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem participação em qualquer ativo financeiro específico no exterior, devem, geralmente, protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, certas informações previstas no formulário 8938 (IRS), caso o valor total desses ativos ultrapasse montantes específicos. O ativo financeiro estrangeiro específico geralmente inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não é dos Estados Unidos e pode, também, incluir nossas ações preferenciais ou ADSs, caso estas não sejam mantidas em uma conta aberta em uma instituição financeira. É possível que muitas substanciais sejam impostas e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos Estados Unidos possa ser prorrogado, no caso de descumprimento da obrigação. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários para verificar se essa obrigação de apresentação de informações se aplica a eles.

Exigências de Divulgação para Determinados Investidores dos Estados Unidos que Reconhecem Perdas Significativas

Um investidor dos Estados Unidos que alegar perdas significativas com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente de (i) US\$ 10 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para sociedades por ações ou sociedades de parceria (partnerships), cujos sócios sejam todos sociedades por ações; (ii) US\$ 2 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US\$ 4 milhões ou mais em uma combinação de exercícios fiscais para todos os demais contribuintes; ou (iii) US\$ 50.000 ou mais em um exercício fiscal para pessoas físicas ou trustes, em relação a operações em moeda estrangeira) pode ser demandado a protocolar o formulário 8886 (IRS), referente às operações passíveis de declaração. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre qualquer obrigação de divulgação possível em relação às nossas ações preferenciais ou ADSs.

Lei dos EUA dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras (FATCA)

Consulte a [seção Nossa Gestão de Risco, Ambiente Regulatório, Tributação, Lei dos EUA de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras \(FATCA\)](#) para mais informações sobre a Lei de FATCA.

Controles e Procedimentos

(a) Controles e Procedimentos de Divulgação

Nós avaliamos, sob a supervisão e com a participação da nossa administração, entre eles o nosso Diretor Presidente e o nosso Vice-Presidente Financeiro, a efetividade de nossos controles e procedimentos de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas para a data-base de 31 de dezembro de 2015 (conforme definido na Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, 13a-15(e) e 15d-15(e)), requerido no parágrafo (b) da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, 13a-15 ou 15d-15.

Um sistema de controles, por mais bem concebido e operacionalizado que seja, pode proporcionar apenas segurança razoável – e não absoluta – de que os objetivos do sistema de controle serão atingidos. Portanto, nossa administração não espera que os controles irão evitar todos os erros e fraude.

Com base na avaliação efetuada, nosso Diretor-Presidente e nosso Vice-Presidente Financeiro concluíram que, em 31 de dezembro de 2015, os nossos controles e procedimentos de divulgação foram efetivos e garantiram que as informações relevantes, relativas ao Itaú Unibanco Holding e a suas subsidiárias consolidadas, estão (i) registradas, processadas, resumidas e divulgadas dentro dos prazos indicados nas normas e formulários da SEC e (ii) acumuladas e comunicadas à nossa Administração, incluindo nossos principais diretores ediretores financeiros, promovendo decisões oportunas relativas à divulgação exigida.

(b) Relatório Anual da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, conforme a Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, 13a-15(f) e 15d-15(f). Nossos controles internos foram desenvolvidos para fornecer segurança razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas para fins externos, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todos os sistemas de controles internos, independentemente de seus níveis de sofisticação, têm limitações inerentes. Portanto, mesmo esses sistemas, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

A efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2015 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, empresa de auditoria independente da companhia.

(c) Relatório da Empresa de Auditoria Independente

O relatório do auditor da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nossa empresa de auditoria independente, datado de 29 de abril de 2016, sobre a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas na data-base 31 de dezembro de 2015 consta em nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS) para mais detalhes sobre o relatório do auditor independente.

(d) Alterações nos Controles Internos**Relacionados às Demonstrações Contábeis**

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana 13a-15(d), a nossa administração, por meio de nosso Diretor Presidente e nosso Vice-Presidente Financeiro, concluiu que as alterações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não afetaram de maneira relevante e nem têm probabilidade razoável de afetar significativamente os nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas.

Glossário

A

- ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing
- Aberje – Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas
- ADS – *American Depositary Shares*
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
- ATM – Caixa Automático

B

- Banco Central – Banco Central do Brasil
- Banco Itaú Argentina – Banco Itaú Argentina S.A.
- Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A.
- Banco Itaú Paraguay – Banco Itaú Paraguay S.A.
- Banco Itaú Uruguay – Banco Itaú Uruguay S.A.
- BCBA – Bolsa de Valores de Buenos Aires
- BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision* (Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)
- BIS – *Bank for International Settlements* (Banco de Compensações Internacionais)
- BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNY Mellon – *The Bank of New York Mellon*

C

- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CCR – *Counterparty Credit Risk* (Risco de Crédito de Contraparte)
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- CEDEAR – Certificado de Depósito Argentino
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGRC – Comitê de Gestão de Risco e de Capital

- Cia E. Johnston – Companhia E. Johnston de Participações
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNRF – Comissão de Normativos de Riscos Financeiros
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- COFINS – Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social
- CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro
- CSC – Comissão Superior de Crédito
- CSCCA – Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Atacado
- CSCCV – Comissão Superior de Crédito e Cobrança no Varejo
- CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
- CSP – Comissão Superior de Produtos
- CSRML – Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez
- CSRO – Comissão Superior de Gestão de Riscos Operacionais
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários

D

- DJSI – *Dow Jones Sustainability Index* (Índice Dow Jones de Sustentabilidade)

E

- EUA – Estados Unidos da América

F

- FATF – *Financial Action Task Force* (Força-Tarefa de Ação Financeira)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- Fed – *U.S. Federal Reserve System* (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
- FGC – Fundo Garantidor de Crédito

I

- IASB – *International Accounting Standards Board* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
- IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças
- IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
- IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
- ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
- IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- IRS – *U.S. Internal Revenue Service* (Receita Federal dos Estados Unidos)
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- Itaú BBA Colombia – Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera
- Itaú BBA International – Itaú BBA International plc
- Itaucard – Banco Itaucard S.A.
- Itaú Holding Financeira – Itaú Holding Financeira S.A.
- Itaú Unibanco Group – Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e afiliadas
- Itaúsa – Itaú Investimentos S.A.
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

L

- Legislação Societária Brasileira – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações subsequentes (incluindo a Lei nº 11.638)
- LCR – *Liquidity Coverage Ratio* (Índices de Liquidez de Curto Prazo)

N

- NSFR – *Net Stable Funding Ratio* (Índices de Liquidez de Longo Prazo)
- NYSE – *New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova York)

P

- PAB - Posto de Atendimento Bancário
- PEP – *Politically Exposed Person* (Pessoa Exposta Politicamente)
- PFIC – *Passive Foreign Investment Company* (Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo)
- PIS – Programa de Integração Social

R

- RAET – Regime Especial de Administração Temporária
- RMCCI – Regulamento de Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais

S

- SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission* (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM))
- SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
- SISBACEN – Sistema do Banco Central do Brasil: banco de dados que coleta as informações recebidas pelas instituições financeiras para o Banco Central.
- Sistema de Pagamento Brasileiro – Engloba as instituições, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de recursos e outros ativos financeiros entre os diversos participantes do mercado financeiro brasileiro, incluindo o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos sob qualquer forma.
- SOX – Lei *Sarbanes-Oxley* de 2002
- STF – Supremo Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TR – Taxa Referencial

U

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

V

- VaR – Valor em Risco (*Value at Risk*)

Lista de Subsidiárias no Exterior (em 31 de dezembro de 2016)

Companhia	País
BANCO ITAÚ ARGENTINA S.A.	Argentina
ITAÚ ASSET MANAGEMENT S.A SOCIEDAD GERENTE DE FONDOS COMUNES DE INVERSIÓN	Argentina
ITAÚ VALORES S.A.	Argentina
ITRUST SERVICIOS INMOBILIARIOS S.A.C.I.	Argentina
ITAÚ BAHAMAS DIRECTORS LTD	Bahamas
ITAÚ BAHAMAS NOMINEES LTD	Bahamas
ITAÚ BANK & TRUST BAHAMAS LTD	Bahamas
ITAÚ UNIBANCO S.A. NASSAU BRANCH	Bahamas
KAREN INTERNATIONAL LIMITED	Bahamas
BANCO ITAÚ CHILE S.A.	Chile
ITAÚ BBA CORREDOR DE BOLSA LIMITADA	Chile
ITAÚ CHILE ADMINISTRADORA GENERAL DE FONDOS S.A.	Chile
ITAÚ CHILE COMPAÑIA DE SEGUROS DE VIDA S.A.	Chile
ITAÚ CHILE CORREDORA DE SEGUROS LIMITADA	Chile
ITAÚ CHILE INVERSIONES, SERVICIOS Y ADMINISTRACION S.A.	Chile
MCC ASESORÍAS LTDA.	Chile
MCC S.A. CORREDORES DE BOLSA	Chile
RECUPERADORA DE CREDITOS LTDA	Chile
ITAÚ SINGAPORE SECURITIES PTE. LTD	Cingapura
ITAU BBA COLOMBIA S.A. CORPORACIÓN FINANCIERA	Colômbia
ITAÚ MIDDLE EAST LIMITED	Emirados Árabes
BANCO ITAU INTERNATIONAL	E.U.A.
ITAÚ BBA USA SECURITIES, INC.	E.U.A.
ITAÚ CHILE HOLDINGS, INC.	E.U.A.
ITAU INTERNATIONAL INVESTMENT LLC	E.U.A.
ITAÚ INTERNATIONAL SECURITIES INC	E.U.A.
ITAÚ UNIBANCO S.A. NEW YORK BRANCH	E.U.A.
ITAU USA ASSET MANAGEMENT INC.	E.U.A.
ITAÚ USA. INC.	E.U.A.
JASPER INTERNATIONAL INVESTMENT LLC	E.U.A.
ITAÚ ASIA SECURITIES LTD	Hong Kong
BICSA HOLDINGS LTD	Ilhas Cayman
BIE CAYMAN, LTD.	Ilhas Cayman
GARNET CORPORATION	Ilhas Cayman
ITAÚ BANK & TRUST CAYMAN LTD.	Ilhas Cayman

Companhia	País
ITAU BANK, LTD.	Ilhas Cayman
ITAÚ BBA INTERNATIONAL (CAYMAN) LTD	Ilhas Cayman
ITAU CAYMAN DIRECTORS LTD.	Ilhas Cayman
ITAU CAYMAN NOMINEES LTD.	Ilhas Cayman
ITAU GLOBAL ASSET MANAGEMENT	Ilhas Cayman
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CAYMAN BRANCH	Ilhas Cayman
ITAÚ UNIBANCO S.A. CAYMAN BRANCH	Ilhas Cayman
ITB HOLDING LTD	Ilhas Cayman
MCC SECURITIES INC.	Ilhas Cayman
TOPAZ HOLDING LTD.	Ilhas Cayman
UNI-INVESTMENT INTERNATIONAL CORP.	Ilhas Cayman
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC.	Inglaterra
ITAÚ BBA UK SECURITIES LTD.	Inglaterra
ITAÚ UK ASSET MANAGEMENT LTD	Inglaterra
ITAÚ JAPAN ASSET MANAGEMENT LIMITED	Japão
ITAÚ UNIBANCO S.A. TOKYO BRANCH	Japão
ITAÚ EUROPA LUXEMBOURG S.A.	Luxemburgo
ITAÚ BBA MÉXICO, S.A. DE C.V.	México
PROSERV - PROMOCIONES Y SERVICIOS S.A. DE C.V.	México
ITAÚ BBA MÉXICO CASA DE BOLSA, S.A. DE C.V.	México
ALBARUS S.A.	Paraguai
BANCO DEL PARANÁ S.A.	Paraguai
BANCO ITAÚ PARAGUAY S.A.	Paraguai
AFINCO AMERICAS MADEIRA, SGPS, SOC.UNIPessoal LTDA	Portugal
IPI - ITAÚSA PORTUGAL INVESTIMENTOS,SGPS LDA.	Portugal
ITAÚSA EUROPA - INVESTIMENTOS, SGPS, LDA.	Portugal
ITAÚSA PORTUGAL - SOC.GESTORA DE PART. SOCIAS, S.A.	Portugal
BANCO ITAU (SUISSE) S.A.	Suiça
ACO LTDA	Uruguai
BANCO ITAU URUGUAY S/A	Uruguai
MUNDOSTAR S.A.	Uruguai
NEVADA WOODS S.A.	Uruguai
OCA CASA FINANCIERA S.A.	Uruguai
OCA S.A.	Uruguai
UNIÓN CAPITAL AFAP S.A.	Uruguai

